

Pesquisa de Informações Básicas Municipais



Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Perfil dos Municípios Brasileiros

2009

Rio de Janeiro
2010

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4123-5 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4122-8 (meio impresso)

© IBGE. 2010

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brauns

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia - Coordenação
de Marketing/Centro de Documentação e Disseminação
de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Estrutura da administração municipal

Educação

Cultura

Esporte

Habitação

Transporte

Saúde

Segurança

Gestão da política de gênero

Meio ambiente

Direitos humanos

Tabelas de resultados

1 - Municípios, total, por sexo e grupos de idade do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

- 2 - Municípios, total, por sexo e grupos de idade do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 3 - Municípios, total, por nível de instrução do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 4 - Municípios, total, por nível de instrução do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 5 - Municípios, total e exercício do mandato de prefeito em 2008, e partido atual do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 6 - Municípios, total e exercício do mandato de prefeito em 2008, e partido atual do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 7 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 8 - Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 9 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 10 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 11 - Municípios, total, com realização de concurso, contratação de pessoal e registro da quantidade de pessoas com deficiência na administração direta, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 12 - Municípios, total, com realização de concurso, contratação de pessoal e registro da quantidade de pessoas com deficiência na administração direta, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 13 - Municípios, total, com unidades administrativas chefiadas por mulheres, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 14 - Municípios, total, unidades administrativas total e chefiadas por mulheres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

- 15 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Política Urbana ou similar, por características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 16 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Política Urbana ou similar, por características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 17 - Municípios, total e que integram áreas específicas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 18 - Municípios, total e que integram áreas específicas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 19 - Municípios, total, com legislação sobre área e/ou zona de interesse especial e tipos de área de interesse, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 20 - Municípios, total, com legislação sobre área e/ou zona de interesse especial e tipos de área de interesse, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 21 - Municípios, total e instrumentos de planejamento urbano com legislação específica, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 22 - Municípios, total e instrumentos de planejamento urbano com legislação específica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 23 - Municípios, total e com código de obras e de posturas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 24 - Municípios, total e com código de obras e de posturas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 25 - Municípios, total e Plano Diretor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 26 - Municípios, total e Plano Diretor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 27 - Municípios, total e com Plano Diretor e instrumentos de planejamento urbano contemplados no plano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 28 - Municípios, total e com Plano Diretor e instrumentos de planejamento urbano contemplados no plano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

- 29 - Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro de ISS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 30 - Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro de ISS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 31 - Municípios, total e com existência de taxas instituídas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 32 - Municípios, total e com existência de taxas instituídas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 33 - Municípios, total e com mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos, por mecanismo de incentivo utilizado e tipo de empreendimento beneficiado nos últimos 24 meses, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 34 - Municípios, total e com mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos, por mecanismo de incentivo utilizado e tipo de empreendimento beneficiado nos últimos 24 meses, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 35 - Municípios, total e com mecanismos de restrição à implantação de empreendimentos, por mecanismo de restrição utilizado e tipo de empreendimento onde foi aplicado nos últimos 24 meses, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 36 - Municípios, total e com mecanismos de restrição à implantação de empreendimentos, por mecanismo de restrição utilizado e tipo de empreendimento onde foi aplicado nos últimos 24 meses, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 37 - Municípios, total e com distrito industrial, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 38 - Municípios, total e distrito industrial, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 39 - Municípios, total, com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de desenvolvimento urbano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 40 - Municípios, total, com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de desenvolvimento urbano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

- 41 - Municípios, total e com programas ou ações de geração de trabalho e renda e política de apoio ao primeiro emprego de jovens e adolescentes, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 42 - Municípios, total e com programas ou ações de geração de trabalho e renda e política de apoio ao primeiro emprego de jovens e adolescentes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 43 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de emprego e/ou trabalho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 44 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de emprego e/ou trabalho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 45 - Municípios, total e com existência de serviços de atendimento ao público a distância, com indicação de alguns meios de comunicação utilizados para o contato com o público, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 46 - Municípios, total e com existência de serviços de atendimento ao público a distância, com indicação de alguns meios de comunicação utilizados para o contato com o público, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2006
- 47 - Municípios, total e com existência de computadores, ligados em rede, com Internet e forma de acesso, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 48 - Municípios, total e com existência de computadores, ligados em rede, com Internet e forma de acesso, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 49 - Municípios, total e com página na Internet da prefeitura, por situação, classificação e serviços disponibilizados da página, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 50 - Municípios, total e com página na Internet da prefeitura, por situação, classificação e serviços disponibilizados da página, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 51- Municípios, total, com página na Internet da prefeitura em elaboração e sem página na Internet, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

- 52 - Municípios, total, com página na Internet da prefeitura em elaboração e sem página na Internet, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 53 - Municípios, total e que garantem o acesso ao público dos serviços disponibilizados na página na Internet, por meio utilizado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 54 - Municípios, total e que garantem o acesso ao público dos serviços disponibilizados na página na Internet, por meio utilizado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 55 - Municípios, total e com política ou plano de inclusão digital, com indicação dos projetos e ações implementados por esta política, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 56 - Municípios, total e com política ou plano de inclusão digital, com indicação dos projetos e ações implementados por esta política, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 57 - Municípios, total e com estrutura na área de educação, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 58 - Municípios, total e com estrutura na área de educação, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 59 - Municípios, total e por forma de organização do sistema municipal de ensino, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 60 - Municípios, total e por forma de organização do sistema municipal de ensino, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 61 - Municípios, total e por tipo de instrumento legal que contempla a política municipal de educação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 62 - Municípios, total e por tipo de instrumento legal que contempla a política municipal de educação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 63 - Municípios, total e objeto regulamentado por instrumento legal, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 64 - Municípios, total e objeto regulamentado por instrumento legal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

- 65** - Municípios, total, com Plano Municipal de Educação e com capacitação de professores, por área temática, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 66** - Municípios, total, com Plano Municipal de Educação, com capacitação de professores, por área temática e existência de escola na rede municipal apta a receber pessoas com deficiência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 67** - Municípios, total, com Conselho Municipal de Educação, por algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Educação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 68** - Municípios, total, com Conselho Municipal de Educação, por algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Educação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 69** - Municípios, total e principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 70** - Municípios, total e principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 71** - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de educação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 72** - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de educação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 73** - Municípios, total e com estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 74** - Municípios, total e com estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 75** - Municípios, total e com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, por natureza do bem tombado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 76** - Municípios, total e com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, por natureza do bem tombado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

77 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Cultura, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

78 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Cultura, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

79 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de cultura, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

80 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de cultura, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

81 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de turismo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

82 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de turismo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

83 - Municípios, total e com existência de equipamentos culturais no município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

84 - Municípios, total e com existência de equipamentos culturais no município, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

85 - Municípios, total e com as principais atividades artesanais desenvolvidas no município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

86 - Municípios, total e com as principais atividades artesanais desenvolvidas no município, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

87 - Municípios, total e com existência de grupos artísticos, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

88 - Municípios, total e com existência de grupos artísticos, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

89 - Municípios, total e com estrutura na área de esporte, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

90 - Municípios, total e com estrutura na área de esporte, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

91 - Municípios, total, com a política de esporte contemplada na lei orgânica, com outros instrumentos legais que tratam da política e objetos regulamentados por instrumentos legais, segundo Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

92 - Municípios, total, com a política de esporte contemplada na lei orgânica, com outros instrumentos legais que tratam da política e objetos regulamentados por instrumentos legais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

93 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Esporte, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

94 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Esporte, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

95 - Municípios, total e com ações, projetos e/ou programas executados pela prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área do esporte, com conhecimento de existência de ligas esportivas regulares e calendário de eventos esportivos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

96 - Municípios, total e com ações, projetos e/ou programas executados pela prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área do esporte, com conhecimento de existência de ligas esportivas regulares e calendário de eventos esportivos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

97 - Municípios, total e com estrutura na área de habitação, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

98 - Municípios, total e com estrutura na área de habitação, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

99 - Municípios, total, com Plano Municipal de Habitação e que está elaborando o plano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

100 - Municípios, total, com Plano Municipal de Habitação e que está elaborando o plano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

101 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Habitação, algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Habitação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

102 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Habitação, algumas características do conselho e conselho e com Fundo Municipal de Habitação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

103 - Municípios, total e com existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

104 - Municípios, total e com existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

105 - Municípios, total, com legislação específica e com plano e/ou programa de regularização fundiária, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

106 - Municípios, total, com legislação específica e com plano e/ou programa de regularização fundiária, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

107 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de habitação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

108 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de habitação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

109 - Municípios, total e com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

110 - Municípios, total e com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

111 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

112 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

113 - Municípios, total e com os serviços de transportes existentes município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

114 - Municípios, total e com os serviços de transportes existentes município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da as Unidades da Federação – 2009

115 - Municípios, total, com transporte coletivo por ônibus intramunicipal, algumas características deste transporte e com transporte por ônibus intermunicipal, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

116 - Municípios, total, com transporte coletivo por ônibus intramunicipal, algumas características deste transporte e com transporte por ônibus intermunicipal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

117 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de transporte, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

118 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de transporte, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

119 - Municípios, total e com estrutura na área de saúde, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

120 - Municípios, total e com estrutura na área de saúde, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

121 - Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

122 - Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

123 - Formação de nível superior do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

124 - Formação de nível superior do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

125 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Saúde, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

126 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Saúde, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

127 - Municípios, total, com Fundo Municipal de Saúde, por gestor do fundo e com Plano Municipal de Saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

128 - Municípios, total, com Fundo Municipal de Saúde, por gestor do fundo e com Plano Municipal de Saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

129 - Municípios, total, com alguns estabelecimentos de saúde e programa agente comunitário da família, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

130 - Municípios, total, com alguns estabelecimentos de saúde e programa agente comunitário da família, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

131 - Municípios, total, com programa de saúde da família e algumas características das equipes do programa, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

132 - Municípios, total, com programa de saúde da família e algumas características das equipes do programa, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

133 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

134 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

135 - Municípios, total e com estrutura na área de segurança, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

136 - Municípios, total e com estrutura na área de segurança, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

137 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Segurança, algumas características do conselho, com Fundo e Plano Municipal de Segurança, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

- 138 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Segurança, algumas características do conselho, com Fundo e Plano Municipal de Segurança, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 139 - Municípios, total e com unidades de Segurança Pública, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 140 - Municípios, total e com unidades de Segurança Pública, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 141 - Municípios, total e com acesso oficial a registros produzidos pelo Estado de criminalidade violenta e com unidade do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 142 - Municípios, total e com acesso oficial a registros produzidos pelo Estado de criminalidade violenta e com unidade do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 143 - Municípios, total, com existência de Guarda Municipal e efetivo da guarda, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 144 - Municípios, total, com existência de Guarda Municipal e efetivo da guarda, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 145 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por realização de treinamento ou capacitação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 146 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por realização de treinamento ou capacitação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 147 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por formação do comandante, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 148 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por formação do comandante, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 149 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por tipo de arma utilizada, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 150 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por tipo de arma utilizada, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2006

151 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por faixa de salário inicial do guarda, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

152 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por faixa de salário inicial do guarda, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

153 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por órgão de controle, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

154 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por órgão de controle, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

155 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por forma de registro dos atendimentos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

156 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por forma de registro dos atendimentos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

157 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por tipo de atividade exercida, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

158 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por tipo de atividade exercida, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

159 - Municípios, total, sede de comarca, com defensoria pública na comarca e núcleo especializado na defensoria, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

160 - Municípios, total, sede de comarca, com defensoria pública na comarca e núcleo especializado na defensoria, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

161 - Municípios, total, com serviço de assistência jurídica e com juizado especial, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

162 - Municípios, total, com serviço de assistência jurídica e com juizado especial, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

163 - Municípios, total e com estrutura na área de direitos humanos, por caracterização do órgão gestor e com órgão responsável pela política de direitos humanos com orçamento próprio, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

- 164 - Municípios, total e com estrutura na área de direitos humanos por caracterização do órgão gestor e com órgão responsável pela política de direitos humanos com orçamento próprio, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 165 - Municípios, total e com órgão gestor de direitos humanos, por grupos específicos a que se destinam os programas e ações, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 166 - Municípios, total e com órgão gestor de direitos humanos, por grupos específicos a que se destinam os programas e ações, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 167 - Municípios, total, com prédio da sede da prefeitura municipal com item de acessibilidade para deficientes, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 168 - Municípios, total, com prédio da sede da prefeitura municipal com item de acessibilidade para deficientes, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 169 - Municípios, total e com a política de direitos humanos sendo tratada na Lei orgânica e/ou no Plano plurianual e/ou na lei de diretrizes orçamentárias, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 170 - Municípios, total e com a política de direitos humanos sendo tratada na Lei orgânica e/ou no Plano plurianual e/ou na lei de diretrizes orçamentárias, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 171 - Municípios, total e com estrutura organizacional para recebimento de denúncias de violação dos direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 172 - Municípios, total e com estrutura organizacional para recebimento de denúncias de violação dos direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 173 - Municípios, total e com acampamento cigano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 174 - Municípios, total e com acampamento cigano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 175 - Municípios, total e com legislação municipal que dispõe sobre alguns temas de direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

- 176 - Municípios, total e com legislação municipal que dispõe sobre alguns temas de direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 177 - Municípios, total e com políticas, programas, planos ou ações relacionadas à direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 178 - Municípios, total e com políticas, programas, planos ou ações relacionadas à direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 179 - Municípios, total e com política para as crianças e adolescentes, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 180 - Municípios, total e com política para as crianças e adolescentes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 181 - Municípios, total, com local de acatamento de adolescente em conflito com a lei e executor de medidas socioeducativas de meio aberto, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 182 - Municípios, total, com local de acatamento de adolescente em conflito com a lei e executor de medidas socioeducativas de meio aberto, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 183 - Municípios, total e com Conselho Tutelar, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 184 - Municípios, total e com Conselho Tutelar, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 185 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos Humanos, por algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Direitos Humanos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 186 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos Humanos, por algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Direitos Humanos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 187 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, por algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, por segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 188 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, por algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, por segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

- 189** - Municípios, total, com Conselho Municipal de Igualdade Racial ou similar, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 190** - Municípios, total, com Conselho Municipal de Igualdade Racial ou similar, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 191** - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos da Juventude ou similar, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 192** - Municípios, total e com Conselho Municipal de Direitos da Juventude ou similar, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 193** - Municípios, total e com Conselho Municipal de Direitos do Idoso, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 194** - Municípios, total e com Conselho Municipal de Direitos do Idoso, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 195** - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 196** - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 197** - Municípios, total e com Conselho Municipal de Direitos da Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 198** - Municípios, total e com Conselho Municipal de Direitos da Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009
- 199** - Municípios, total e com estrutura na área de política de gênero, por caracterização do órgão gestor e com orçamento próprio para a política, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009
- 200** - Municípios, total e com estrutura na área de política de gênero, por caracterização do órgão gestor e com orçamento próprio para a política, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

201 - Municípios, total e com órgão gestor de políticas para mulheres que executa ações para grupos específicos, por grupos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

202 - Municípios, total e com órgão gestor de políticas para mulheres que executa ações para grupos específicos, por grupos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

203 - Municípios, total e com órgão gestor de política para mulheres, por áreas de atuação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

204 - Municípios, total e com órgão gestor de política para mulheres, por áreas de atuação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

205 - Municípios, total, com órgão gestor de política para as mulheres e com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

206 - Municípios, total, com órgão gestor de política para as mulheres e com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

207 - Municípios, total e que desenvolve programa, projeto ou ação na área de políticas para mulheres, em cooperação, convênio e/ou articulação, por tipo de parceria, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

208 - Municípios, total e que desenvolve programa, projeto ou ação na área de políticas para mulheres, em cooperação, convênio e/ou articulação, por tipo de parceria, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

209 - Municípios, total, com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

210 - Municípios, total, com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

211 - Municípios, total e com Casa Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência, por tipo de atividade realizada, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

212 - Municípios, total e com Casa Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência, por tipo de atividade realizada, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

213 - Municípios, total e com Centro de Referência para mulheres em situação de violência, por tipo de atividade realizada, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

214 - Municípios, total e com Centro de Referência para mulheres em situação de violência, por tipo de atividade realizada, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

215 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

216 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

217 - Escolaridade do titular do órgão gestor do meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

218 - Escolaridade do titular do órgão gestor do meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

219 - Municípios, total e com a prefeitura com contrato de prestação de serviços na área de meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

220 - Municípios, total e com a prefeitura com contrato de prestação de serviços na área de meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

221 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

222 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

223 - Municípios, total, com Fundo Municipal de Meio Ambiente e realização de licença ambiental de impacto local, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

224 - Municípios, total, com Fundo Municipal de Meio Ambiente e realização de licença ambiental de impacto local, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

225 - Municípios, total e com algum estágio da Agenda 21, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

226 - Municípios, total e com algum estágio da Agenda 21, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

227 - Municípios, total e com legislação específica para tratar da questão ambiental, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

228 - Municípios, total e com legislação específica para tratar da questão ambiental, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

229 - Municípios, total e que fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

230 - Municípios, total e que fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

231 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2009

232 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

Referências

Anexo

Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2009

[Questionário Básico](#)

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta, nesta publicação, os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2009.

Em 2009, comemorou-se os dez anos, embora não consecutivos, da MUNIC, ocasião propícia para a realização de uma ampla edição da pesquisa, abordando todos os temas já contemplados desde 1999, quando de sua primeira investigação, e mais os temas inéditos de saúde, direitos humanos e política de gênero, sendo os dois últimos resultantes de convênio institucional firmado entre o IBGE, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

A MUNIC investigou, nesta edição, todas as 5 565 municipalidades existentes no País. Foram levantados, em 2009, dados relativos à gestão e à estrutura dos municípios, a partir da coleta de informações sobre 16 temas, tais como: recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento municipal, educação, cultura, esporte, habitação, transporte, meio ambiente, dentre outros.

O permanente esforço de atualização da MUNIC, bem como o amplo escopo dos temas por ela tratados têm renovado o interesse de diferentes agentes e organizações, na obtenção de informações que contribuam para a implementação de políticas setoriais eficientes, mediante a compreensão da dinâmica que os respectivos fenômenos vêm adquirindo na escala local.

Este volume apresenta as questões metodológicas inseridas nas notas técnicas e dedica 11 capítulos analíticos ao exame do quadro municipal, acrescidos de um conjunto de tabelas básicas discriminando os resultados por classes de tamanho da população dos municípios, por Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Ainda deve ser mencionado o convênio institucional firmado, em 2009, entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que permitiu a realização da segunda edição do Suplemento de Assistência Social, objeto de publicação específica. Esta parceria vem atestar o desempenho da MUNIC como ferramenta apropriada para o monitoramento e a avaliação das políticas locais e reforçar o objetivo de construção de uma base de informações municipais de qualidade.

Wasmália Bivar
Diretora de Pesquisas

Introdução

Este volume da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC traz os resultados do levantamento realizado em 2009. No mesmo ano, acompanhando o Questionário Básico da pesquisa, foi a campo a segunda edição do Suplemento de Assistência Social cujos resultados são divulgados em publicação específica.

Com o crescimento das atribuições dos municípios brasileiros a partir da década de 1990, a demanda por informações sobre essas unidades político-administrativas tem sido cada vez maior. A concepção da MUNIC surgiu da necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a realidade municipal, com o objetivo de se criar uma base de dados institucionais por município.

A construção de um amplo perfil dos municípios do País, a partir da gestão das suas administrações públicas, permite fornecer informações com abrangência nacional, anual, que subsidiam o planejamento municipal e a implementação de políticas setoriais eficientes, mediante a compreensão da dinâmica que os respectivos fenômenos vêm adquirindo na escala local.

O conhecimento e aprendizagem que proporcionam essas informações estatística vêm responder às exigências imediatas de compreensão da heterogeneidade estrutural no País, e da realidade dos diferentes setores da sociedade organizada, levando em consideração a complexidade brasileira no sentido dos avanços social, político e econômico. É de suma importância a obtenção de dados estatísticos com base municipal, que expressem de forma clara e objetiva a oferta e a qualidade dos serviços públicos em face da capacidade dos gestores municipais em atender suas populações.

A maioria das pesquisas de âmbito nacional concentra-se em aspectos relacionados a indicadores sociais de determinados grupos populacionais ou áreas geográficas, fornecendo assim um perfil da demanda potencial pelos serviços. Assim, parece clara a necessidade da realização de estudos sobre a gestão municipal e suas atividades, a fim de orientar investimentos estratégicos – inclusive no que se refere à capacitação de recursos humanos –, bem como subsidiar mecanismos de regulação da qualidade dos serviços, partilha e repasses de recursos.

Embora se trate de uma pesquisa sobre a gestão municipal, a M_{UNIC}, ao longo de suas edições, investiga também vários aspectos dos municípios que não dizem respeito a gestão municipal, mas são de suma importância para o desenvolvimento local e de conhecimento dos gestores, como os equipamentos culturais, os de segurança pública, meios de comunicação existentes, serviços de assistência social prestados por entidades conveniadas, entre outros.

Dentro da evolução que vem ocorrendo desde a primeira edição da M_{UNIC}, em 1999, e que desde então tem ampliado os diagnósticos para variados campos das políticas públicas, esta edição, na esteira dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, faz pela primeira vez um levantamento da situação dos direitos humanos, da cidadania e das políticas públicas que contribuem para a melhoria de vida das mulheres nos municípios brasileiros.

Este volume impresso, que contém ainda um CD-ROM com a base de dados completa do Questionário Básico aplicado, é composto por textos que abordam os diferentes aspectos da gestão local presentes na pesquisa e nas Tabelas de resultados.

Por fim, deve-se destacar que a M_{UNIC} é resultado da participação e do compromisso das representações do IBGE em cada Unidade da Federação, distribuídas pelas mais de 500 Agências da Instituição, e responsáveis pela coleta e apuração das informações em cada município do País.

Notas técnicas

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC é levada à totalidade dos municípios do País desde a primeira edição, em 1999. Esta, a oitava edição da Munic, tem 2009 como o ano de referência e obteve informações relativas a todos os 5 565 municípios brasileiros. Nesta ocasião, o Questionário Básico foi acompanhado do Suplemento de Assistência Social, produto de convênio firmado entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e que levantou junto aos municípios informações sobre a gestão municipal da assistência social. Ambos os instrumentos de pesquisa tiveram seu planejamento, apuração e análise sob a responsabilidade da Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Objetivos

A MUNIC se define como pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados à escala municipal. Trata-se, basicamente, de um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas municipais, em especial à prefeitura, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.

O objeto do interesse da MUNIC é a gestão dos municípios, nomeadamente no que se refere à organização da prefeitura, quadro funcional, aparato material, instrumentos fiscais, recursos institucionais, políticas de planejamento, iniciativas de descentralização

e desconcentração, programas e ações públicas locais, oferta de serviços à população e infraestrutura urbana. Mas não se detém nesse elenco básico de assuntos, já extenso, e investiga aspectos múltiplos da realidade local.

No ano de 2009, em comemoração aos dez anos de existência da MUNIC, o Questionário Básico aborda alguns quesitos de todos os temas já pesquisados desde 1999 e mais os temas inéditos de saúde, direitos humanos e política de gênero. O objetivo é propiciar a construção de um amplo perfil dos municípios do País, a partir da gestão das suas administrações públicas, e fornecer informações com abrangência nacional que subsidiem o planejamento municipal.

Um importante aspecto a ser destacado quanto à metodologia interna ao questionário refere-se ao formato de determinação do informante na prefeitura. Com o firme propósito de qualificá-lo, pessoal e profissionalmente, bem como ampliar seu comprometimento com a qualidade das respostas fornecidas, procedeu-se à sua identificação no final de cada um dos blocos setoriais específicos.

Unidade de investigação e informantes da pesquisa

A unidade de investigação da MUNIC é o município, sendo informante principal a prefeitura através dos diversos setores que a compõe; as instituições ligadas a outros poderes públicos locais ou instaladas localmente constituem-se em unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas, posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigados, que detêm informações sobre os órgãos públicos e demais equipamentos municipais.

Período de referência da pesquisa

A coleta das informações do Questionário Básico foi realizada entre maio e setembro de 2009, sendo efetuada preferencialmente através de entrevista presencial. Os dados coletados referiram-se, de maneira geral, à data da entrevista. No entanto, em alguns quesitos a data pode diferir, sendo que, neste caso, há referência explícita no questionário, quanto à data ou período da informação.

Abrangência geográfica da pesquisa

Os 5 565 municípios brasileiros instalados em todo o Território Nacional até 31 de dezembro de 2008 foram investigados pela MUNIC 2009.

Instrumentos de coleta

Em sua edição de 2009, a MUNIC investigou, em seu Questionário Básico, os seguintes temas relativos à administração pública municipal: informações sobre o atual prefeito; recursos humanos; legislação e instrumentos de recursos para a gestão; comunicação e informática; educação; cultura; esporte; habitação; transporte; saúde; segurança e acesso à justiça; direitos humanos; gestão da política de gênero e meio ambiente.

Para auxiliar a coleta das informações, foi emitido o Manual de Coleta contendo as instruções básicas e os conceitos técnicos necessários para a realização dos trabalhos do técnico de pesquisas do IBGE.

Coleta dos dados e apuração

Em maio de 2009, foi realizado um treinamento centralizado em Poços de Caldas, Minas Gerais, onde estiveram presentes os supervisores regionais e técnicos de todas as Unidades Estaduais do IBGE, num total aproximado de 70 pessoas. Estes, posteriormente, foram responsáveis pelo repasse do treinamento para os técnicos das mais de 500 Agências do IBGE no País.

Após o processo de treinamento, procedeu-se à fase de coleta das informações, onde o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município a seu encargo, com objetivo de obter a indicação de uma pessoa, na administração municipal, que coordenasse a coleta das informações nos vários setores. Esta pessoa foi entrevistada, sempre que possível, e deveria manter contato com o pesquisador do IBGE quando houvesse a necessidade de esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo à pesquisa.

Para possibilitar o preenchimento dos questionários pelos diversos setores das prefeituras, cada instrumento de coleta apresentou as explicações dos termos e conceitos utilizados mais importantes dispostos junto aos quesitos relativos.

O técnico do IBGE, ao receber o Questionário Básico preenchido, procedeu a uma crítica visual de comparação entre as informações coletadas nas edições de anos anteriores. Para isso, o técnico dispunha de uma planilha, por município, com uma seleção de variáveis em que essa comparação foi possível e pertinente. Isso permitiu que problemas detectados no preenchimento fossem resolvidos imediatamente com o informante.

A entrada de dados foi feita de forma descentralizada pela supervisão da pesquisa, na sede de cada unidade regional, ou pelo técnico responsável pela coleta, nas próprias agências. A crítica de consistência dos dados coletados, por sua vez, foi feita em cada unidade, mas também foi feito um trabalho de apuração das informações pela equipe da Coordenação de População e Indicadores Sociais responsável pela MUNIC. Nesta edição da pesquisa, a adoção da ferramenta *Oracle Discoverer*, para criação de consultas dos dados remetidos para o Sistema Gerenciador de Banco de Dados *Oracle*, mais uma vez, foi utilizada. Esse recurso de informática permitiu a realização de consultas aos dados apurados à medida que estes eram transmitidos ao sistema, além de permitir comparações com os anos anteriores, o que possibilitou maior agilidade no esclarecimento de dúvidas e, também, na correção de eventuais erros encontrados por ocasião da crítica. Uma vez realizada a consulta, um relatório foi transmitido à unidade de origem dos dados e, conforme o caso, erros foram corrigidos.

Disseminação dos resultados

É necessário ressaltar que, diferentemente das demais pesquisas efetuadas pelo IBGE, as informações prestadas pelas prefeituras são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações a serem divulgadas individualmente.

Este contexto, embora não exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados ora divulgados, confere um caráter de maior corresponsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Um levantamento desta natureza, de informações de caráter público, após os procedimentos de crítica e análise das mesmas exige ter respeitada sua integridade.

Os dados da M_{UNIC} estão disponibilizados no portal do IBGE na Internet, no sítio Perfil dos Municípios Brasileiros, apresentando as informações de cada município, individualmente.

Este volume contém, além dessas notas técnicas, um conjunto de capítulos com textos analíticos sobre diversos temas abordados pela pesquisa em que são destacados os aspectos considerados mais relevantes pelos analistas que trabalharam nas diversas fases da pesquisa. Também são apresentados os resultados através de um conjunto de tabelas gerais selecionadas. Acompanha a publicação um CD-ROM contendo a base de dados completa com informações de cada município.

Todas as tabelas apresentadas, aqui, são produto de agregações dos dados de municípios por classes de tamanho da população, com base nas estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho, por Grandes Regiões do País e por Unidade da Federação em que estão localizados, variáveis relevantes para a compreensão, descrição e análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa.

Estrutura da administração municipal

Perfil dos prefeitos

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, em 2009, traz um conjunto de informações sobre os prefeitos que contribui na constituição de uma base de informações institucionais em nível municipal, no que diz respeito às características de permanência no exercício do mandato, sexo, idade, escolaridade e filiação partidária (Tabelas de resultados 1 a 6).

Com estas informações, é possível a verificação de diferenças regional e temporal dada a comparabilidade entre as informações da mesma pesquisa realizada em anos anteriores.

Apesar de mais da metade da população brasileira ser constituída por mulheres, o avanço da participação feminina nos cargos executivos municipais tem se mostrado lento, mantendo a desigualdade constatada em anos anteriores no exercício efetivo do poder político local. A diferença entre prefeitos do sexo masculino e do sexo feminino é elevada, acusando a pesquisa, no entanto, uma variação crescente na presença das mulheres, com relação à pesquisa de 2005. Naquele ano, as prefeitas representavam 8,1% do total e, em 2009, passaram a representar 9,2% do total dos mandatários.

Este aumento ocorreu principalmente na Região Nordeste, que concentra o maior número de prefeitas (4,2%), seguida da Região Sudeste (2,2%). A concentração de prefeitas é predominante na Região Nordeste, em municípios com até 100 000 habitantes, estando, em sua maioria, na faixa de 41 a 60 anos de idade.

Com relação à escolaridade, houve um aumento dos prefeitos com nível superior de 43,8%, no ano de 2005, para 47,5%, no ano de

2009, considerando-se, a soma dos prefeitos com nível superior completo e os com pós-graduação. Foi constatada uma redução no número de prefeitos com ensino fundamental incompleto, de 8,9%, em 2005, para 6,3%, em 2009.

O resultado da pesquisa, em 2009, aferiu que o percentual de prefeitos reconduzidos ao cargo foi de 41,9%. Em 2009, 58,1% dos prefeitos eleitos não estavam no exercício do mandato em 2008, caracterizando uma renovação no quadro destes gestores municipais. A classe de tamanho da população que obteve maior número de novos prefeitos é a correspondente à de 10 001 a 20 000 habitantes habitantes (61,0%).

Em 2009, a ordem dos partidos com maior número de prefeitos no País é: Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (21,2%); Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB (13,9%); Partido dos Trabalhadores - PT (10,1%); Partido Progressista - PP (9,9%); e Democratas - DEM (antigo Partido da Frente Liberal - PFL), com 9,0%.

Recursos humanos

A MUNIC, desde 1999, vem levantando informações sobre a composição do quadro de pessoal das prefeituras, tanto na administração direta quanto na indireta. Foram pesquisados, para cada uma, os quantitativos de estatutários, celetistas, somente comissionados, estagiários e sem vínculo permanente, sendo estes dois últimos vínculos desmembrados pesquisados a partir de 2005.

O número de pessoas ocupadas na administração direta e indireta, em 2009, foi de 5 686 393. Considerando que a população estimada do Brasil, em 2009, foi de 191 480 630 habitantes, pode-se afirmar que as administrações públicas municipais foram responsáveis pela ocupação de 3,0% do total da população (Tabelas de resultados 7 a 10).

A proporção de servidores municipais na administração direta no País, em 2009, representava 94,9% do total e a administração indireta respondia, em 2009, por apenas 5,1% do pessoal das administrações públicas municipais. É cada vez menor o número de municípios que possuem órgãos ou entidades ligado à administração indireta, em 2008, 1 128 municípios possuíam órgão da administração indireta, já em 2009, esse número caiu para 961 municípios.

Os resultados da pesquisa mostram que os recursos humanos na administração direta são compostos, quanto à composição por regime de vínculo empregatício, na sua maioria por estatutários (62,2%), percentual próximo ao de 2008 (63,5%). Apesar do aumento em números absolutos do pessoal ocupado estatutário de 2008 (3 186 773) para 2009 (3 355 848), houve um decréscimo na representatividade dos estatutários com relação ao total do pessoal ocupado da ordem de 1,4%, com relação a 2008.

A participação do pessoal sem vínculo permanente que em 2008 foi de 15,4% do total, em 2009 subiu para 16,8%. Já a participação de funcionários sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e a de somente comissionados mantiveram-se praticamente no mesmo patamar nos anos de 2008 (10,7% e 8,9% do total, respectivamente), e 2009 (10,6% e 8,3% do total, respectivamente).

Permanece a tendência de aumento do pessoal ocupado com vínculo empregatício mais flexível, como estagiários e os sem vínculo permanente. Em

2008, os estagiários e os sem vínculo permanente representavam, respectivamente, 1,9% e 15,1% do total de pessoal da administração direta municipal; em 2009, estes percentuais alcançam 2,1% e 16,8%.

Pela primeira vez foram investigadas algumas características da política de recursos humanos. Dos 5 565 municípios brasileiros, 2 968 realizaram concurso público nos últimos 24 meses, em 84,4% destes o edital previa vagas para pessoas com deficiência. 94,5% dos municípios do País declararam ter feito contratação de pessoal nos últimos 24 meses e em apenas 40,5% dos municípios possuem na administração direta registro de forma a identificar a quantidade de pessoas com deficiência que compõem o quadro de seus servidores (Tabelas de resultados de 11 a 14).

A participação feminina é grande no comando das unidades administrativas da administração direta: 96,7% dos municípios informaram ter mulheres na chefia de suas unidades.

Legislação e instrumentos de planejamento

O processo desencadeado a partir da Constituição Federal de 1988, que indicava a necessidade de descentralização administrativa e uma maior autonomia por parte dos entes municipais da Federação, culminou com a regulamentação do capítulo de política urbana (Arts. 182 e 183) da Carta Magna, através do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) que veio a estabelecer a definição do que significa o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana. Assim sendo, essa tarefa passou a ser atribuída aos municípios brasileiros, destinando às cidades um conjunto inovador de instrumentos de intervenção e ordenamento de seus territórios (Tabelas de resultados 15 a 28).

Objetivando tornar viável a implementação da política urbana dos municípios, os Conselhos Municipais de Política Urbana foram criados pelo poder público municipal, mediante lei específica.

Deste modo, os conselhos, como órgãos colegiados de política urbana, no referido âmbito, são utilizados visando garantir a gestão democrática das cidades através da inserção dos cidadãos como colaboradores, cogestores, prestadores e fiscalizadores das atividades da administração pública na área.

Em 2009, 17,6% de todos os municípios brasileiros declararam ter Conselho Municipal de Política Urbana. Deste total, 839 conselhos (85,5%) são compostos por partes iguais de representantes do governo e da sociedade civil.

A pesquisa investigou, também, a existência de alguns instrumentos de política urbana, discriminados no Estatuto da Cidade e que, junto com o Plano Diretor, têm por meta regular o uso e ocupação do solo urbano visando incluir social, econômica e politicamente as camadas menos abastadas da população brasileira.

Os dois instrumentos a alcançar mais da metade dos municípios brasileiros foi o código de posturas (69,3%) e o código de obras (57,5%). Com relação ao código de obras, dos 3 208 municípios que o possuem, em 52,2% destes o código se orienta pelas regras previstas nas normas técnicas de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

O Plano Diretor, de documento técnico, passou a ser definido pelo Estatuto das Cidades como “um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano” se tornando, deste modo, um meio de debate dos cidadãos na definição de opções de intervenção no território, adquirindo ainda um caráter de atuação mais imediato, com poucos e claros princípios de ação.

Levando em conta, apenas os municípios com mais de 20 000 habitantes, dos 1 644 que necessitavam elaborar o Plano Diretor até 10 de outubro de 2006, conforme previsto no Estatuto das Cidades, restaram, em 2009, 211 que ainda não o fizeram. Destes, no entanto, 158 afirmaram estar elaborando o mesmo (Tabela de resultados 25).

Recursos para a gestão

O aumento das atribuições municipais vem forçando estes entes federados a implementarem uma série de processos de modernização e racionalização de suas máquinas administrativas, cujo objetivo maior é garantir o efetivo cumprimento das suas crescentes funções. Outro objetivo está na busca de maior sustentabilidade financeira por parte dos municípios, que continuam a depender fortemente das transferências governamentais.

Para tanto, a instituição e informatização de cadastros, cobranças de taxas, e a adoção de mecanismos de incentivo a implantação de empreendimentos são instrumentos que vêm sendo utilizados pelos municípios com o objetivo de garantir maior autonomia financeira.

A Tabela de resultado 29 mostra que dos 5 227 municípios que possuem cadastro imobiliário, 89,3% são informatizados, percentual superior aos 86,0% de municípios com cadastro de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS informatizados. Essa diferença se mantém na distribuição dos cadastros por classes de tamanho da população, onde também pode-se observar que quanto mais populosos, maior a proporção de municípios com cadastros informatizados.

É necessário ressaltar a importância do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU como fonte de receitas dos municípios brasileiros e como sua cobrança se generaliza à medida que aumenta o tamanho da população dos mesmos. Nesse sentido, o percentual de municípios que cobram IPTU (93,6%) é superior ao percentual de municípios que possuem cadastros de IPTU e ISS informatizados.

Dando prosseguimento a análise da instituição de instrumentos que visem à sustentabilidade financeira dos municípios, a Tabela de resultados 31 mostra o número de municípios por taxas cobradas no ano de 2009.

Uma das principais características das taxas é sua cobrança estar vinculada à alguma atividade estatal específica, diferentemente do imposto, cuja cobrança é independente deste tipo de atividade. A diferença entre imposto e taxa caracteriza a última como instrumento tributário, aplicável à modernização administração municipal, na medida em que atende a demandas específicas por parte da população.

A taxa de iluminação pública é a mais presente nos municípios, que, em 2009, foi cobrada em 71,8% destes. A razão para a significativa presença desta taxa encontra-se no fato de ela ter sido transformada em norma da Constituição Federal através da Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002 (Art. 149-A). A taxa de incêndio, por sua vez, estava presente em apenas 4,6% dos municípios brasileiros.

O levantamento de informações sobre a existência, no município, de mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos permite o estabelecimento de uma discussão a respeito do processo de disputa dos entes federados na atração de atividades produtivas, fenômeno também chamado de guerra fiscal. Essas disputas ocorrem entre os estados e também entre os municípios brasileiros. Com relação aos estados, a disputa ocorre principalmente através da concessão de isenção total ou parcial do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para as empresas que venham a se instalar. Como a determinação da alíquota do ICMS é de competência estadual, cada Unidade da Federação institui a sua, levando as empresas a escolherem a localidade que apresenta maiores benefícios para sua implantação. No caso dos municípios, os incentivos à atração de atividades econômicas ocorrem através da isenção total ou parcial do ISS e do IPTU. Além disso, tanto estados quanto municípios podem conceder outros tipos de incentivos, tais como: infraestrutura, terras, distrito industrial, etc.

O objetivo dos municípios de atraírem para si empresas, mediante incentivos fiscais e não fiscais, está na possibilidade que esses empreendimentos têm de dinamizarem a economia local, através da criação de novos postos de trabalho e o aumento da renda, com reflexos positivos sobre o mercado consumidor. Em outras palavras, os municípios estariam abrindo mão da arrecadação de alguns impostos para terem retorno em outras áreas, em especial a geração de emprego e renda.

A Tabela de resultados 33 apresenta a distribuição dos 3 134 municípios que adotam mecanismos de incentivos à implantação de empreendimentos em seu território. É importante destacar, em primeiro lugar, a maior concentração de municípios das Regiões Sul e Sudeste que, juntas, respondem por 59,5% dos municípios que adotam os referidos mecanismos.

Na análise por classes de tamanho da população, pode-se observar que quanto mais populoso, maior é a proporção de municípios que adotam mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos. Enquanto nos municípios com até 20 000 habitantes 49,3% dos municípios contam com tais mecanismos, nos municípios com mais de 500 000 habitantes esta proporção é de 92,5%.

Mesmo adotando mecanismo de incentivo à implantação de empreendimentos, 23,5% desses municípios adotam, igualmente, mecanismos de restrição à implantação de empreendimento que venham a prejudicar o meio ambiente. Estas informações estão contidas na Tabela de resultados 35 que mostra que, dentre os 1 310 municípios que adotam algum tipo de mecanismo de restrição, 839 utilizam a legislação e apenas 162 tributação. Os empreendimentos que sofrem mais restrição são as indústrias poluidoras.

Comunicação e informática

Ao disponibilizar formas de atendimento a distância, a administração pública municipal pode atender a solicitação dos cidadãos sem que estes precisem se dirigir à prefeitura. Buscando facilitar o atendimento, o cidadão pode obter, por telefone, fax, correio ou jornal, informações relativas aos locais e horários de atendimento da prefeitura, às exigências para emissão de documentos, entre outras informações e garantir aos cidadãos o acesso a informações e documentos, de maneira simplificada e ágil.

Os dados levantados, em 2009, nos mostram que 94,2% dos municípios brasileiros disponibilizaram alguma forma de atendimento a distância (Tabela de resultados 45). Sendo a forma mais utilizada para este atendimento o telefone convencional, seguido pelo atendimento pela Internet.

Uma gestão mais eficiente de recursos disponíveis, informações rápidas e precisas para a tomada de decisões e para prestar contas de suas ações junto à sociedade, reforçaram a necessidade da utilização da tecnologia disponível através da informática pelos governos municipais. O maior ganho proporcionado pela informatização está no fato de que as administrações municipais podem minimizar os desperdícios de tempo, emprego excessivo de servidores em tarefas administrativas, gastos com processamentos manuais, prejuízos causados por procedimentos e controles falhos.

Os dados levantados, em 2009, nos mostram que 99,9% dos municípios (Tabela de resultados 47) brasileiros contavam, em 2009, com computadores na administração direta. Em 89,4% os computadores estão ligados em rede, 99,5% com acesso à Internet, sendo que 96,4% destes com acesso através de banda larga.

Com o crescimento e popularização da Internet, evidencia-se a importância e utilidade desta pelos governos municipais, uma vez que mais cidadãos estarão a ela conectados. A administração pública municipal vem utilizando esta ferramenta para atender mais adequada e prontamente o cidadão e divulgar amplamente informações de interesse público, além de poder ser utilizada para aumentar a transparência das ações públicas.

Foi constatado que 60,0% dos municípios do País já possuíam, em 2009, página na Internet (Tabela de resultados 49). Indagada a situação das páginas das prefeituras, tendo sido consideradas as seguintes situações: ativa, em manutenção ou reestruturação, em elaboração e não possui página. Contabilizados como tendo página na Internet aqueles municípios que declararam que as mesmas estavam em manutenção ou reestruturação e considerados sem página na Internet aqueles que estavam em processo de elaboração da página no momento da pesquisa.

Pesquisado o estágio de desenvolvimento dos *sites* das prefeituras municipais e classificados como informativo, interativo e transacional. O informativo é aquele que permite a difusão de informações sobre os mais diversos órgãos e departamentos da administração pública municipal, é também aquele que disponibiliza portal que não permite nenhum tipo de interação com o usuário, funcionando unicamente como fonte de informação.

O interativo é aquele que permite também receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas ou outros órgãos. O usuário pode, por exemplo, utilizar a página da Internet da prefeitura para fazer reclamações e sugestões, informar mudança de endereço, efetuar cadastro *on-line* de sua empresa.

Transacional é aquele que permite também troca de valores que podem ser quantificáveis, como pagamento de impostos e contas, educação a distância, matrículas na rede pública de ensino, marcação de consultas, compras de materiais, etc. É o que permite além da troca de informações, troca de valores e serviços.

Observa-se que 1 497 municípios classificaram sua página como informativa, e 1 060 com a página classificada como interativa. Já 780 municípios classificaram sua página como transacional, e estavam fortemente concentrados nas Regiões Sudeste e Sul, com 512 municípios do total.

Pela primeira vez, foi pesquisado se as páginas na Internet das prefeituras municipais está acessível a pessoas com deficiência. Foram considerados os seguintes critérios: acessível a pessoas com deficiências auditiva, visual e audiovisual. A distribuição dos municípios por acessibilidade da página na Internet a essas deficiências é baixíssima. Apenas 349 municípios declararam ter sua página preparada para atender a deficientes auditivos, a deficientes visuais somente 61 municípios, a deficientes audiovisuais 36 municípios. Todos fortemente concentrados nas Regiões Sudeste e Sul.

O acesso à informação e o direito à comunicação são direitos inalienáveis do ser humano e, por isso, o acesso às tecnologias de informação e comunicação e a produção da informação com seu uso devem ser compreendidos como um novo direito humano fundamental.

Inclusão digital e produção de conhecimento são fatores fundamentais para os desenvolvimentos econômico, político e social do País. O processo de inclusão deve ser entendido como acesso universal ao uso das tecnologias de informação e comunicação e usufruto dos benefícios trazidos por essas tecnologias.

Como se observa na Tabela de resultados 55, muito mais da metade dos municípios brasileiros (87,6%) informou desenvolver política ou plano de inclusão digital, em 2009. Nota-se que a presença desta política está diretamente relacionada à classe de tamanho da população. Quanto maior a classe, maior o número de municípios que desenvolviam política ou plano de inclusão digital. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes estava presente, em 95,0%, proporção bem superior à média nacional.

Educação

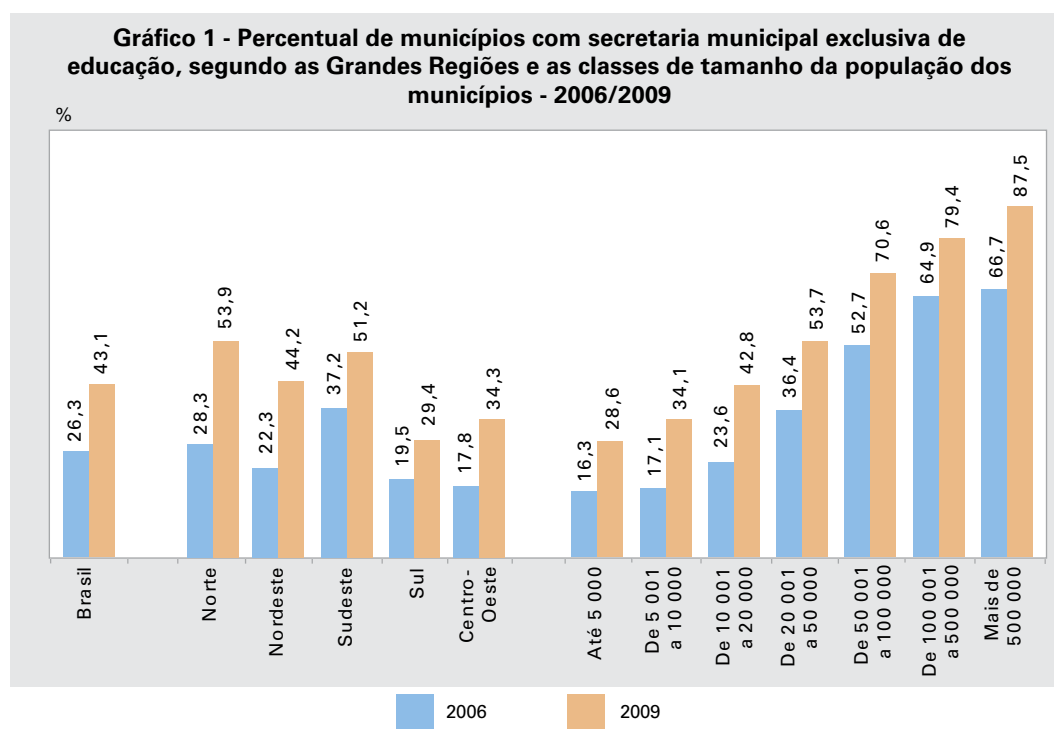
Em 2009, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC foi a campo novamente com um bloco de questões dedicadas ao tema da educação, o que ocorreu anteriormente na edição de 2006. Retomando a questão da política municipal de educação, a MUNIC busca caracterizar o órgão municipal de educação e a presença de sistemas municipais de ensino, os instrumentos legais pertinentes ao setor, bem como os objetos de política educacional por eles regulados, a definição dos Planos Municipais de Educação, aspectos da capacitação de professores, a estrutura e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, o atendimento da rede municipal de ensino às pessoas com deficiência, o perfil das medidas/ações setoriais adotadas pelo órgão gestor e o desenho das articulações interinstitucionais envolvendo os municípios. Merece destaque o interesse transversal que o tópico Direitos Humanos obteve nesta edição, como demonstram as perguntas relacionadas à educação em direitos humanos no currículo da rede municipal e na capacitação dos professores, entre outras.

É crescente hoje, no Brasil, a consciência da educação como instrumento fundamental para a construção da democracia brasileira e para a afirmação da cidadania, bem como fator impulsionador do desenvolvimento e do crescimento econômico. A partir da instituição da "Constituição Cidadã", de 1988, pela primeira vez foram tratados os temas sobre a organização dos sistemas municipais de ensino ao lado dos sistemas federal e estadual (já existentes), bem como definidos os termos do Regime de Colaboração, o qual foi regulamentado pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB).

A par das mudanças que vêm ocorrendo no setor e dos grandes desafios apresentados para a educação no Brasil, esta seção visa oferecer uma análise da gestão pública da Educação que tem lugar nos municípios brasileiros, a partir da reflexão preliminar sobre as informações postas em foco pela pesquisa.

Quanto à forma como esta gestão se constitui administrativamente, verifica-se a existência de órgão gestor da educação na estrutura da totalidade das 5 565 prefeituras municipais, constituindo-se estes órgãos maciçamente na administração direta (ver Tabela de resultados 57), não tendo sido permeados pela tendência de desconcentração político-administrativa que o País assistiu a partir dos anos de 1990. Desse modo, a Secretaria Municipal de Educação é o órgão que exerce as atribuições do poder público municipal em matéria de educação, distribuindo-se entre secretarias municipais exclusivas (43,1%) e secretarias municipais em conjunto com outras políticas (52,9%), sendo estas outras políticas em larga medida relacionadas à cultura, esporte, lazer e turismo, segundo apurado na MUNIC 2006.

Comparando os dados de ambos os períodos, observa-se que 1 462 municípios declararam possuir somente educação sob responsabilidade do órgão gestor no ano de 2006 (26,3%), enquanto 2 397 localidades (43,1%) o fizeram em 2009, representando um incremento de 63,9% em um curto período (Gráfico 1). Nesse caso, o antigo departamento (diretoria, coordenadoria, divisão, serviço, superintendência ou gerência) de educação adquire novo *status* institucional, passando a ser secretaria municipal. Ou, por exemplo, atendendo a demandas históricas, é criada a Secretaria Municipal de Cultura (política que vem de longa data vinculada à educação), ganhando forma então uma secretaria municipal exclusiva nesta área.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Sugere-se que as atribuições cada vez mais diversificadas e complexas assumidas pelas administrações locais acabem por exigir a especialização e mesmo profissionalização na gestão das políticas setoriais, com a separação dos seus recursos humanos, materiais e financeiros, resultando na criação de novas estruturas e/ou na transformação de estruturas já existentes.

No que diz respeito aos sistemas municipais de educação, estes compreendem, de acordo com o Art. 18 da LDB, as instituições de educação infantil, fundamental e médio mantidas pelo poder público municipal, as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos municipais de educação, e representam também um meio pelo qual as forças sociais locais interpretam e inscrevem-se na educação brasileira, introduzindo e destacando traços característicos e de identidade próprios, que envolvem a implantação de estruturas institucionais (órgãos normativo e executivo) com foco na educação escolar, em especial a educação básica, independente da mantenedora. Nesse sentido, os sistemas municipais de ensino abrangem muito mais do que apenas a rede de escolas mantidas pelo governo municipal, mas igualmente os organismos e as ações de articulação entre os atores social e político, bem como os atores das escolas estadual e particular existentes na comunidade.

Do ponto de vista institucional, a organização de um sistema municipal de ensino deve estar disposta em lei e sua formulação implica uma atitude prática de autonomia e responsabilização dos sujeitos locais (executivo, legislativo municipal, Conselho Municipal de Educação, sindicato e associação de docentes, escolas públicas, escolas privadas, pais, alunos e cidadãos da localidade). A institucionalização de sistemas municipais de ensino não deixa de ser, em certa medida, a afirmação de projetos políticos, de diferenciação e inovação em relação a governos anteriores, bem como forma de se libertar de normas de outras instâncias, do atendimento a recomendações do Conselho Estadual de Educação, por vezes avaliadas como muito exigentes e rígidas. Todavia, sua implantação impõe uma estrutura mais permanente, longe de se constituir em ação passageira deste ou daquele governante, como tantas vezes se pode assistir no campo das políticas públicas.

Acrescente-se que, ultrapassada a etapa de criação de sistemas municipais de ensino, é preciso consolidá-lo, com boa dose de competência técnica, esforço político e investimento financeiro. A ampliação e qualificação de pessoal técnico, das estruturas de apoio e acompanhamento, dos recursos são exigências que decorrem da criação de sistemas municipais de ensino, ao passo que a administração municipal opta por desenvolver e qualificar a educação local, no lugar de compor com o Estado um sistema único ou manter-se integrado ao sistema estadual.

Segundo dados da MUNC 2006, 42,7% dos municípios brasileiros declararam possuir sistemas próprios de ensino. Este percentual alcança 52,1% em 2009, indicando incremento de 22,0% no total de municípios brasileiros que tomaram para si os encargos educacionais, em que pese 46,9% estarem vinculados ao sistema de ensino dos Estados. Como demonstram os números da Tabela 1, este crescimento é experimentado em todas as classes de tamanho da população e Grandes Regiões.

Pode-se afirmar, portanto, ser este um movimento generalizado, que alcança inclusive os municípios de pequeno porte populacional, como é possível constatar entre aqueles com até 5 000 habitantes e com 5 001 a 10 000 habitantes, nos quais os percentuais passam de 38,0% para 48,8% e de 37,8% para 46,0%, respectivamente. É fato que o movimento de municipalização do ensino impõe-se com mais intensidade nos municípios de maior porte populacional, abrangendo em 2009 quase todas as localidades com mais de 500 000 habitantes (97,5%), mas é interessante notar que a balança se equilibra em favor de uma maioria de municípios com sistema próprio de ensino, desde a classe populacional de 10 001 a 20 000 habitantes (50,6%). Em 2006, o mesmo ocorria somente em municípios com população na classe de 50 001 a 100 000 habitantes (52,7%).

Tabela 1 - Percentual de municípios, total e por forma de organização do sistema municipal de ensino, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2006/2009

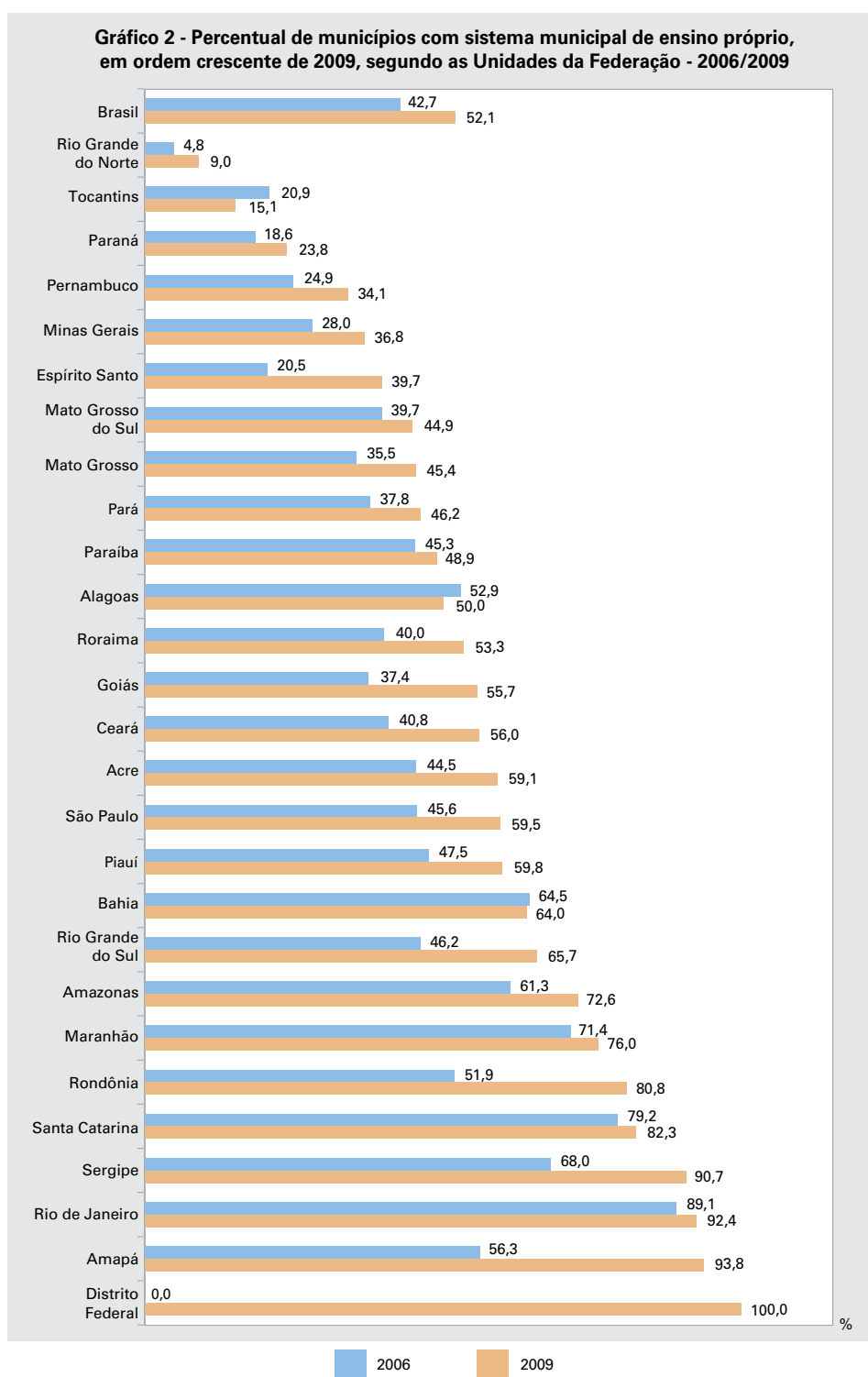
Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios						
	Total	Percentual, por forma de organização do sistema municipal de ensino (%)					
		Sistema municipal de ensino próprio		Vinculado ao sistema estadual		Outra	
		2006	2009	2006	2009	2006	2009
Brasil	100,0	42,7	52,1	56,4	46,9	0,9	1,0
Até 5 000	100,0	38,0	48,8	61,0	50,6	1,0	0,6
De 5 001 a 10 000	100,0	37,8	46,0	61,4	53,0	0,8	1,0
De 10 001 a 20 000	100,0	43,0	50,6	56,3	47,7	0,8	1,7
De 20 001 a 50 000	100,0	44,5	54,2	54,4	44,7	1,1	1,0
De 50 001 a 100 000	100,0	52,7	64,2	46,6	34,8	0,6	0,9
De 100 001 a 500 000	100,0	68,8	78,5	30,7	21,5	0,4	-
Mais de 500 000	100,0	83,3	97,5	16,7	2,5	-	-
Grandes Regiões							
Norte	100,0	38,5	46,8	60,8	50,8	0,7	2,4
Nordeste	100,0	48,2	54,3	51,1	44,4	0,6	1,2
Sudeste	100,0	37,8	48,8	60,8	50,4	1,4	0,8
Sul	100,0	45,0	55,7	54,4	43,4	0,6	0,8
Centro-Oeste	100,0	37,1	50,9	62,0	48,9	0,9	0,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Uma constatação é que mais e menores municípios, no que diz respeito ao porte populacional, têm buscado adquirir autonomia financeira, gerencial e político-pedagógica dos Estados no que tange aos assuntos educacionais. Mas é preciso dizer que, em 2009, a municipalização da educação é um ciclo ainda longe de se completar. Basta observar os percentuais de municípios vinculados ao sistema estadual de ensino nas Grandes Regiões, variando entre 43,4% na Região Sul e 50,8% na Região Norte, para entender a inequívoca presença dos estados na oferta dos serviços educacionais e na política setorial de ensino.

Por municipalização, pode-se entender a municipalização do ensino, quando o Estado entrega ao ente municipal toda a estrutura física e logística das escolas estaduais, bem como a municipalização de um nível ou etapa da educação básica, com a transferência das atividades, escolas ou instituições de ensino de um ou mais dos níveis que compõem a educação escolar básica; e, ainda, a municipalização da(s) escola(s), com a transferência específica de um ou mais destes órgãos. A análise comparativa sobre a frequência dos sistemas de ensino municipais nas Unidades da Federação para os períodos de 2006 e 2009 (Gráfico 2), põe em relevo os Estados do Amapá, Rio de Janeiro e Sergipe. Avançando para além da tendência regional, o Amapá passa de 56,3% do total de municípios com sistema próprio de ensino em 2006, para 93,8%, em 2009. O Rio de Janeiro, na ponta de lança do movimento, passa de 89,1% para 92,4% do total, enquanto Sergipe dispara de 68,0% para 90,6%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.

Na outra direção, o Rio Grande do Norte é a Unidade da Federação que aparece com maior percentual de municípios vinculados ao sistema estadual de ensino (94,6%), seguido por Tocantins (84,9%) e Paraná (76,2%). Contudo, entre 2006 e 2009, o Rio Grande do Norte experimenta uma variação percentual dos municípios com sistema próprio de ensino, de 4,8% para 9,0% do total, de 18,6% para 23,8% no Paraná e de

20,5% para 39,7% no Espírito Santo. O que significa dizer que, embora de um modo mais tímido, o processo de municipalização do ensino tem lugar inclusive nesses estados, tão generalizado se apresenta.

A organização de sistema municipal de ensino obedece a um trâmite determinado, e uma vez que a proposta ganha autorização da Assembleia Legislativa e aceitação do município, é precedida de autorização legislativa local, não sem antes serem observadas as regras relativas aos impactos orçamentário e financeiro da obrigação assumida e a compatibilidade do Plano Plurianual de Investimentos e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, consolidando-se a partir daí em capítulo específico da Lei Orgânica Municipal.

De acordo com o exame de cinco instrumentos de planejamento local considerados pela pesquisa, não chega a surpreender que a Lei Orgânica Municipal, enquanto "Constituição Municipal", de formulação obrigatória, seja relatada por 96,9% dos municípios como instrumento legal de interesse para a política municipal de educação (Tabela 2). À semelhança do que ocorre com a Lei Orgânica Municipal, a também obrigatória Lei do Orçamento Anual, aparece como importante ferramenta legal de planejamento educacional, com destaque para os municípios nas classes de tamanho populacional acima dos 50 000 habitantes e os municípios da Região Centro-Oeste, onde reflete seu melhor desempenho. Por sua vez, a Lei de Diretrizes Orçamentárias aparece com maior força na Região Sul (97,1%) e em menor proporção nas Regiões Norte (83,1%) e Nordeste (84,4%), sendo também na Região Sul que o Plano Plurianual de Investimentos é mencionado em maior proporção, quando são analisadas as Grandes Regiões.

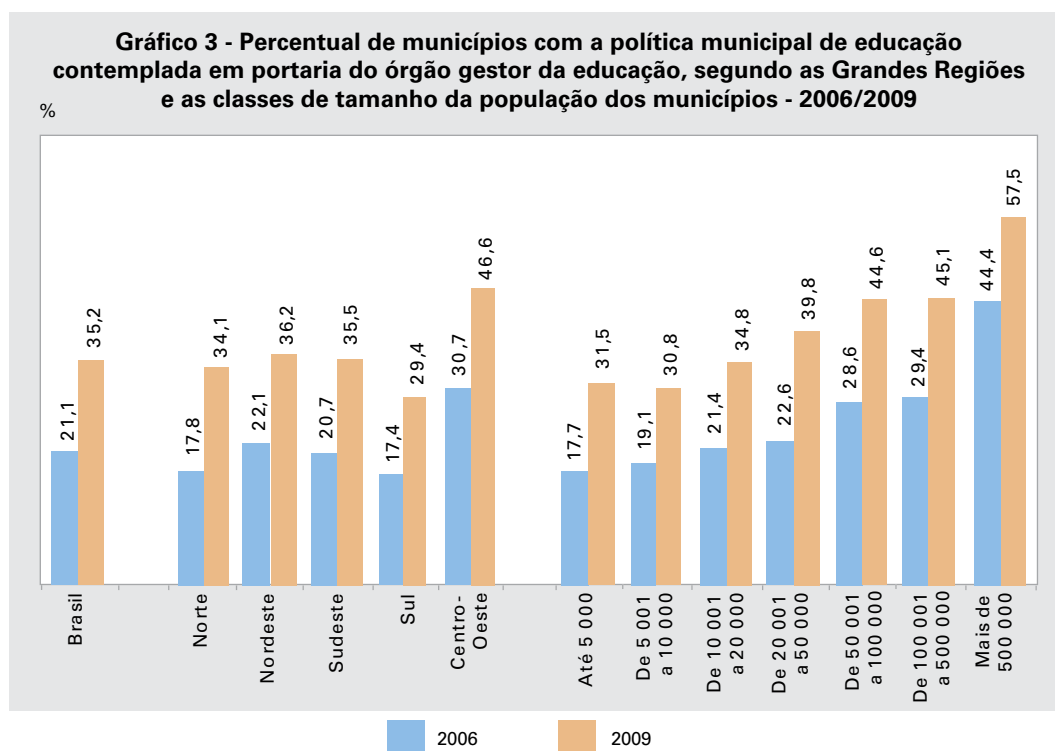
Tabela 2 - Percentual de municípios, total e por tipo de instrumento legal que contempla a política municipal de educação, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios						
	Total	Percentual de municípios, por tipo de instrumento legal que contempla a política municipal de educação (%)					
		Lei orgânica municipal	Lei do orçamento anual	Lei de diretrizes orçamentárias	Plano plurianual de investimentos	Portaria do órgão gestor da educação	Nenhum dos instrumentos citados
Brasil	100,0	96,9	92,8	89,7	87,3	35,2	0,2
Até 5 000	100,0	97,1	94,7	91,6	89,4	31,5	0,2
De 5001 a 10 000	100,0	96,8	92,2	90,6	87,2	30,8	0,3
De 10 001 a 20 000	100,0	96,4	90,7	86,2	83,1	34,8	0,3
De 20 001 a 50 000	100,0	97,0	92,1	89,7	86,7	39,8	0,2
De 50 001 a 100 000	100,0	97,2	94,9	89,9	91,5	44,6	0,3
De 100 001 a 500 000	100,0	98,7	96,1	94,4	96,6	45,1	-
Mais de 500 000	100,0	100,0	100,0	97,5	97,5	57,5	-
Grandes Regiões							
Norte	100,0	96,0	84,0	83,1	79,7	34,1	1,1
Nordeste	100,0	96,2	90,2	84,4	82,8	36,2	0,3
Sudeste	100,0	97,7	95,4	92,1	89,2	35,5	0,1
Sul	100,0	96,9	95,4	97,1	95,6	29,4	0,1
Centro-Oeste	100,0	98,1	95,1	89,3	84,1	46,6	0,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

As portarias do órgão gestor da educação, por seu turno, mostram as menores frequências no conjunto das variáveis, indicando baixa atividade legislativa por parte desse setor das administrações locais, merecendo atenção a proporção de municípios com mais de 500 000 habitantes que adota portaria do órgão gestor da educação (57,5%), bem como a Região Centro-Oeste (46,6%). Entretanto, a exemplo do que ocorre em relação aos demais instrumentos legais, as portarias do órgão municipal de educação também apresentam incremento percentual quando comparados os dados de 2006 e 2009 (Gráfico 3).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Uma vez caracterizado o espectro legislativo que dispõe sobre a política municipal de educação nos municípios, apresentam-se, a seguir, os dados relativos a sete objetos de política educacional regulamentados por estes mecanismos (Tabela de resultados 64). Os mais altos percentuais foram alcançados pelo Conselho de Alimentação Escolar, que tem como funções fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros e analisar a prestação de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o qual visa a oferecer merenda escolar a alunos de escolas públicas. Imediatamente depois, segue-se o Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB que objetiva o cumprimento da aplicação dos recursos do Fundo. O FUNDEB, regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, é um mecanismo de financiamento através do qual os governos estadual e municipal contribuem com certa proporção de suas receitas e os recursos são distribuídos para

os estados e cada um dos seus municípios apenas na extensão em que tenha alunos matriculados, criando-se um poderoso incentivo para os governos matricularem tantos alunos quanto possível.

No desenho das frequências, a seguir, vêm os Conselhos Escolares. Formados por todos os segmentos da comunidade escolar, pais, alunos, professores, direção e funcionários, podem assumir outras denominações como conselho de escola, colegiado escolar ou similares. É indicado como objeto legalmente regulamentado por 77,0% dos municípios brasileiros, atingindo seu mais alto percentual nos municípios das Regiões Centro-Oeste (87,0%) e Nordeste (83,0%). Os demais objetos de política educacional obtiveram menor ênfase quanto à sua regulamentação, mas vale destacar o peso conferido ao Conselho do Transporte Escolar entre os municípios da Região Centro-Oeste (63,0%) e a institucionalização dos sistemas municipais de ensino em 51,0% dos municípios da Região Sul.

Diferente dos objetos acima mencionados, o Plano Municipal de Educação, de que se tratará, representa ele próprio um instrumento legal, devendo ser aprovado pela Câmara Municipal. Entre as metas do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, com validade de dez anos, estava prevista a elaboração de planos decenais correspondentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios. De fato, uma vez chamados a elaborar os Planos Municipais de Educação para cumprir os objetivos previstos no Plano Nacional de Educação, os prefeitos se depararam não só com a falta de capacidade técnica municipal para fazer diagnósticos e levantar dados como também com a ausência dos Planos Estaduais de Educação, entre outros problemas.

Na ocasião, o Ministério da Educação encaminhou cartilhas com princípios que deveriam conduzir o plano, relativos à participação, divisão de responsabilidades e procedimentos a serem adotados, bem como um CD-ROM contendo dados demográficos e projeções de crescimento populacional até 2020, elaborado pelo IBGE. Apesar do esforço, em junho de 2006 o Ministério da Educação ainda se deparava com um baixo índice de estados e municípios com planos aprovados por lei. Segundo dados da M_{UNIC} daquele ano, apenas 31,0% (1 724) das prefeituras possuíam Planos Municipais de Educação.

Em 2009, novamente indagados pela M_{UNIC}, 56,0% dos municípios brasileiros declararam haver elaborado e aprovado o Plano Municipal de Educação, refletindo de certo modo um esforço bem-sucedido por parte do Ministério da Educação e de muitos municípios. Na Tabela 3, pode-se observar o desempenho dos municípios segundo as classes de tamanho da população, merecendo nota, de um lado, a existência de Plano Municipal de Educação em 64,9% dos municípios na classe de 50 001 a 100 000 habitantes, e, por outro lado, a *performance* abaixo da média nacional naqueles com mais de 500 000 habitantes (50,0%).

Tabela 3 - Percentual de municípios com Plano Municipal de Educação e com capacitação de professores, por área temática e existência de escola na rede municipal apta a receber pessoas com deficiência, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Percentual de municípios (%)							
	Com Plano Municipal de Educação	Plano incorpora ao currículo educação em direitos humanos	Com capacitação de professores, por área temática					Com escola na rede municipal apta a receber pessoas com deficiência
			Total	Em direitos humanos	Na temática de gênero	Na temática de raça e etnia	Em orientação sexual	
Brasil	56,4	52,0	61,7	59,8	61,4	56,8	58,1	52,8
Até 5 000	55,1	51,2	52,3	66,1	60,5	42,2	53,6	8,5
De 5 001 a 10 000	55,5	50,7	54,6	60,1	61,2	49,9	54,9	10,1
De 10 001 a 20 000	56,9	51,6	61,0	56,3	60,4	55,7	56,6	12,1
De 20 001 a 50 000	56,0	53,3	69,3	59,4	62,8	63,5	59,9	12,5
De 50 001 a 100 000	64,9	53,2	81,3	55,3	57,6	69,6	66,5	4,8
De 100 001 a 500 000	56,7	57,6	88,8	58,5	64,3	85,5	66,7	4,0
Mais de 500 000	50,0	55,0	100,0	70,0	82,5	90,0	87,5	0,7
Norte	38,1	50,9	54,6	64,5	55,5	51,8	59,6	3,3
Até 5 000	33,3	51,7	47,1	68,3	53,7	43,9	63,4	0,3
De 5 001 a 10 000	25,8	60,9	49,4	65,9	47,7	47,7	56,8	0,5
De 10 001 a 20 000	40,2	55,8	52,3	67,9	55,4	44,6	51,8	0,7
De 20 001 a 50 000	42,5	45,8	55,8	58,7	54,0	54,0	52,4	1,1
De 50 001 a 100 000	59,4	47,4	78,1	64,0	68,0	60,0	76,0	0,4
De 100 001 a 500 000	44,4	37,5	72,2	61,5	69,2	92,3	84,6	0,3
Mais de 500 000	33,3	-	100,0	66,7	66,7	66,7	100,0	0,1
Nordeste	50,4	54,3	65,2	56,9	56,8	58,3	63,8	14,1
Até 5 000	53,8	43,0	50,7	57,9	57,9	32,5	55,3	0,9
De 5 001 a 10 000	44,6	58,3	59,2	61,2	51,3	47,8	60,3	2,2
De 10 001 a 20 000	48,3	50,4	62,9	53,4	54,2	57,3	64,4	4,0
De 20 001 a 50 000	50,5	59,6	72,9	57,1	62,2	65,7	67,0	4,4
De 50 001 a 100 000	69,1	52,6	84,5	54,8	54,8	74,2	69,9	1,5
De 100 001 a 500 000	65,9	75,9	90,9	55,0	62,5	95,0	55,0	0,8
Mais de 500 000	45,5	80,0	100,0	90,9	81,8	100,0	90,9	0,2
Sudeste	72,7	46,6	56,7	56,2	62,5	55,3	50,9	17,2
Até 5 000	74,5	49,6	42,3	65,8	57,8	37,9	46,6	2,7
De 5 001 a 10 000	77,9	43,7	47,1	57,3	65,1	45,8	47,4	3,4
De 10 001 a 20 000	73,8	45,6	54,1	50,0	64,7	52,1	44,7	3,4
De 20 001 a 50 000	71,8	45,5	67,7	57,3	63,3	58,8	47,7	3,7
De 50 001 a 100 000	65,3	43,8	79,6	51,3	59,0	71,8	65,4	1,6
De 100 001 a 500 000	57,6	55,9	90,7	52,3	58,9	81,3	64,5	2,0
Mais de 500 000	44,4	62,5	100,0	55,6	83,3	83,3	83,3	0,3
Sul	51,3	56,4	68,8	65,7	67,9	57,3	58,0	13,0
Até 5 000	46,3	55,9	64,8	69,6	64,8	48,7	57,1	3,5
De 5 001 a 10 000	50,5	55,8	62,9	63,4	72,7	54,1	54,6	2,9
De 10 001 a 20 000	59,8	56,2	71,6	63,4	71,3	59,1	55,5	2,8
De 20 001 a 50 000	52,8	57,9	75,0	65,7	65,7	67,6	62,0	2,1
De 50 001 a 100 000	57,9	69,7	80,7	50,0	50,0	58,7	56,5	1,0
De 100 001 a 500 000	48,8	42,9	93,0	77,5	77,5	90,0	77,5	0,7
Mais de 500 000	33,3	-	100,0	66,7	100,0	100,0	100,0	0,0
Centro-Oeste	51,7	60,2	55,6	63,3	62,9	59,1	57,5	5,2
Até 5 000	44,8	59,4	48,3	65,2	58,0	42,0	47,8	1,2
De 5 001 a 10 000	48,2	49,1	49,1	50,0	62,5	60,7	57,1	1,1
De 10 001 a 20 000	58,3	70,0	59,2	63,9	59,0	59,0	54,1	1,2
De 20 001 a 50 000	52,8	60,5	63,9	69,6	69,6	71,7	69,6	1,1
De 50 001 a 100 000	68,4	69,2	78,9	80,0	73,3	80,0	66,7	0,3
De 100 001 a 500 000	60,0	66,7	70,0	57,1	71,4	57,1	71,4	0,1
Mais de 500 000	100,0	40,0	100,0	80,0	80,0	100,0	80,0	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Ao lado das informações acima analisadas sobre a elaboração dos Planos Municipais de Educação, as Tabelas de resultados 65 e 66 reúnem informações valiosas sobre o tema da educação em direitos humanos, matéria estreada nesta seção da MUNIC, e que guarda relação com diversas outras políticas sociais. A corrente concepção de direitos humanos faz referência à formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.

Ao examinar se os Planos Municipais de Educação incorporam ao currículo educação em direitos humanos, a MUNIC reflete em que medida esta educação implica formar para o conhecimento dos direitos humanos, das suas garantias, das suas instituições de defesa e promoção, das declarações oficiais, de âmbito nacional e internacional, buscando o estabelecimento de vínculos com a realidade concreta dos alunos, dos professores, dos diretores, dos funcionários e da comunidade escolar como um todo.

No conjunto dos 3 138 municípios com Planos Municipais de Educação, 1 632 deles (52,0%) comprometem-se formalmente com a introdução das questões relativas aos direitos humanos no programa curricular das instituições de ensino local, iniciativa que tem forte impacto nos municípios dos Estados do Mato Grosso do Sul (81,6%) e Pernambuco (71,7%), seguidos por Sergipe (66,7%) e Rio de Janeiro (65,0%).

Considerando os pontos em que as políticas de educação em direitos humanos e de valorização dos profissionais do ensino se tangenciam, a MUNIC lançou um olhar para a existência de capacitação dos professores da rede municipal por área temática, em respeito aos conteúdos em direitos humanos, gênero, raça e etnia e orientação sexual. Em linha com o disposto no Plano Nacional de Educação sobre valorização dos profissionais da educação, as diferentes esferas de governo deverão dar particular atenção à formação inicial e continuada, em especial dos professores, e numa abordagem mais ampla, faz parte desse esforço a capacitação em direitos humanos.

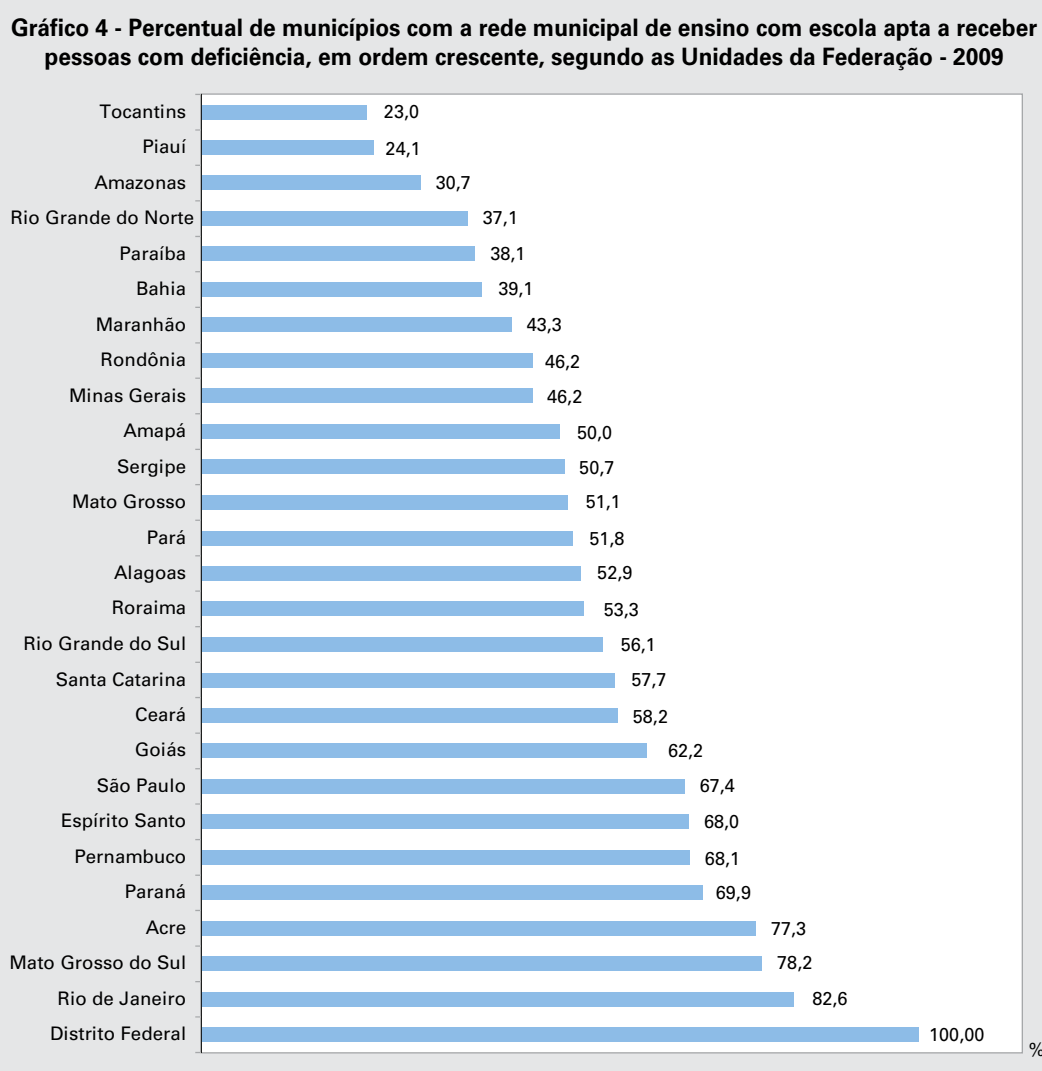
Observa-se que há uma correlação positiva entre a classe de tamanho da população e o percentual de prefeituras que realiza algum tipo de capacitação dos docentes, representando no conjunto dos municípios 61,7%. Note-se que é mencionada, em primeiro lugar, a existência de capacitação na temática de gênero (61,4%), seguida por direitos humanos (59,8%), orientação sexual (58,1%) e temática de raça e etnia (56,8%).

A educação, tema desta seção, é tida como direito humano, fundamental e indisponível, como é também a educação da pessoa com deficiência. No entanto, contrariamente ao princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, historicamente as pessoas portadoras de deficiência têm sido excluídas do convívio escolar, em virtude de apresentarem condutas ou características “desviantes”, em comparação com as pessoas ditas “normais”. Por pessoa portadora de deficiência entenda-se aquela que, por apresentar, em caráter permanente ou temporário, alguma deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, ou que é portadora de condutas típicas, ou ainda de altas habilidades, necessita de recursos especializados para superar ou minimizar suas dificuldades.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, as pessoas portadoras de deficiência têm reconhecido o seu direito a uma educação de qualidade e com ênfase na

inclusão escolar. Merece atenção o fato de 2 936 localidades no País (48,0%) afirmarem ter escola na rede municipal apta a receber pessoas com deficiência, uma vez que, em relação às pessoas portadoras de deficiência, a inclusão social é um movimento relativamente novo, tendo surgido em âmbito mundial em 1980.

O exame acerca da existência ou não, nos municípios, de escola da rede municipal apta a receber pessoas com deficiência apresenta uma enorme diferenciação entre as Unidades da Federação (Gráfico 4). O Rio de Janeiro sai na frente com 82,6% dos municípios declarando contar com unidades inclusivas na rede municipal de escolas, no que é seguido por Mato Grosso do Sul e Acre (78,2% e 77,3%, respectivamente). Na outra ponta, nos Estados do Tocantins e Maranhão, apenas 23,0% e 24,1%, respectivamente, afirma ter condições para atender pessoas com deficiência no âmbito da educação escolar municipal.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Como foi visto na parte do capítulo relativa aos objetos regulamentados por instrumentos legais, a estrutura do ensino no Brasil comporta, atualmente, uma variedade de tipos de conselhos. Centrando a atenção nos Conselhos de Educação constituídos no âmbito dos municípios, revela-se uma imensa multiplicidade de atribuições dos Conselhos Municipais de Educação.

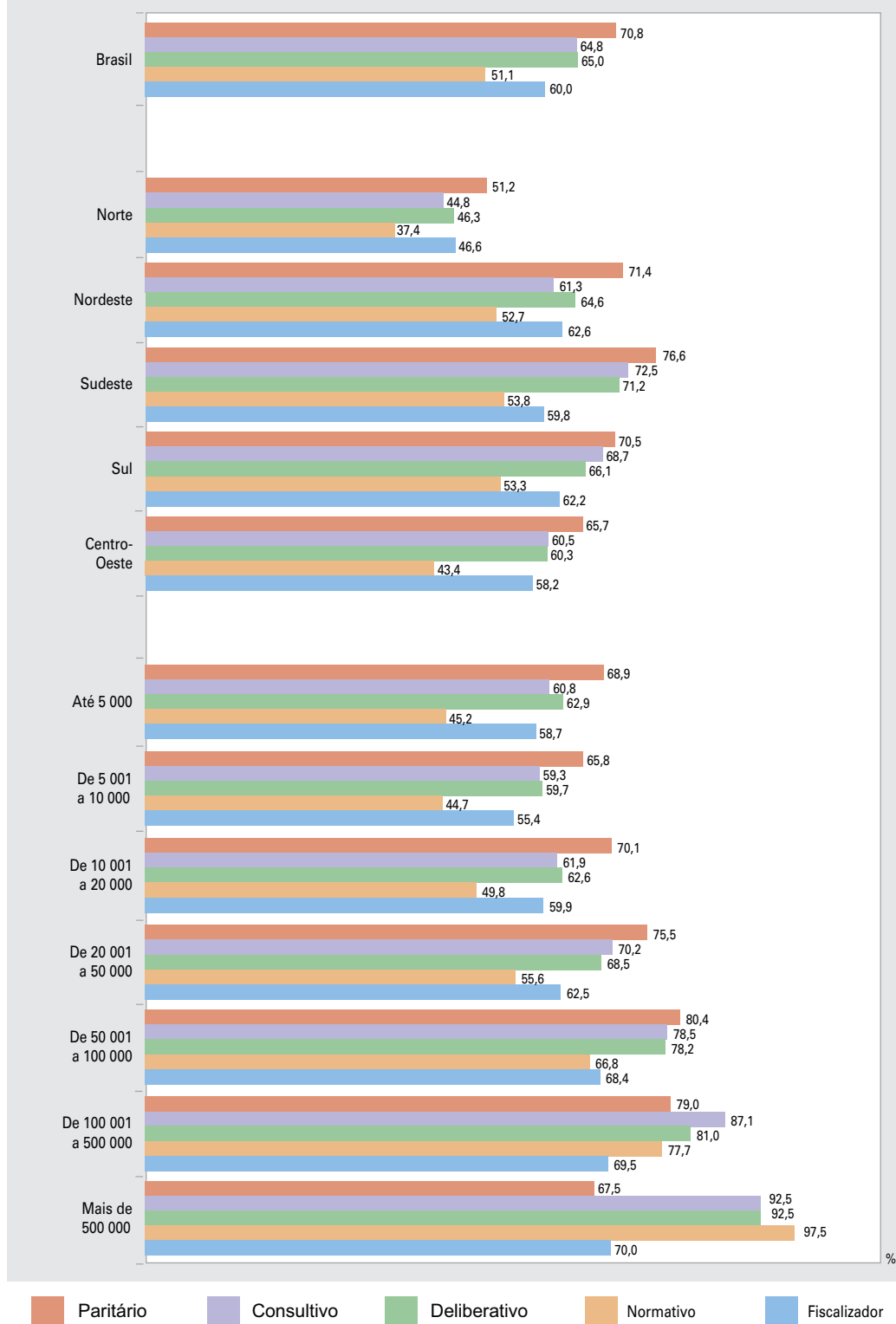
Apesar de inexistir lei que estipule a obrigatoriedade dos Conselhos Municipais de Educação ou fixe normas sobre sua organização ou funcionamento, na sua ausência, todos os processos da área são encaminhados para o Conselho Estadual de Educação, o que termina por sobrecarregá-lo. Assim, quando existirem, os Conselhos Municipais de Educação podem ter que responder a consultas sobre leis educacionais e suas aplicações, agilizar processos e regulamentar as questões ligadas à rede de ensino municipal pública e à particular que tenha apenas Educação Infantil, acompanhar e avaliar os serviços e a política educacional, fiscalizar as ações implementadas, mobilizar e informar a sociedade sobre as questões educacionais locais. Podem ter também que deliberar sobre diversas matérias pertinentes, como a aprovação de regimentos e estatutos, o credenciamento de escolas e a autorização de cursos, séries ou ciclos até a proposição de normas pedagógicas, curriculares e administrativas.

A MUNIC registra o crescimento no número de municípios que declararam possuir Conselho de Educação local, passando de 68,0%, em 2006, para 79,1% do total, em 2009. No mesmo intervalo, o percentual de conselhos com constituição paritária salta de 48,0% para 70,8%, bem como a indicação de conselhos com caráter consultivo passa de 53,0% para 64,8%, com caráter deliberativo vai de 51,0% para 65,0%, com função normativa sai de 41,0% para 51,1% e de perfil fiscalizador vai de 49,0% para 60,0% (Gráfico 5). Sobre estes dados, parece coerente que o Conselho Municipal de Educação seja chamado a desempenhar mais e mais amplas funções, na medida em que assume verdadeiro papel de agente do poder administrativo.

Na MUNIC 2009, pela segunda vez foi levado a campo um conjunto de perguntas indagando aos informantes, nas prefeituras, as principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação, dentre uma relação de 15 itens relativos a questões que compõem a pauta atual da área.

Ao comparar os dados de 2006 e 2009 (Gráfico 6), verifica-se um incremento importante nas menções à regulamentação e valorização da carreira do magistério, que atravessa o índice de 33,0% e passa a ser referido por 50,0% dos municípios. A valorização dos profissionais do magistério está prevista na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, mais recentemente, na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, conhecida como Lei do Piso Salarial Profissional do Magistério, que estipulou prazo, até 31 de dezembro de 2009, para que os entes públicos elaborem ou façam adaptações em seus Planos de Carreira do Magistério. Pode-se dizer que, no rol das muitas inovações que se destacam no cenário da educação no País, o Plano de Carreira é um instrumento essencial de organização e valorização do magistério, constituindo-se, também, em importante elemento de estímulo ao ingresso na carreira e ao contínuo aperfeiçoamento profissional.

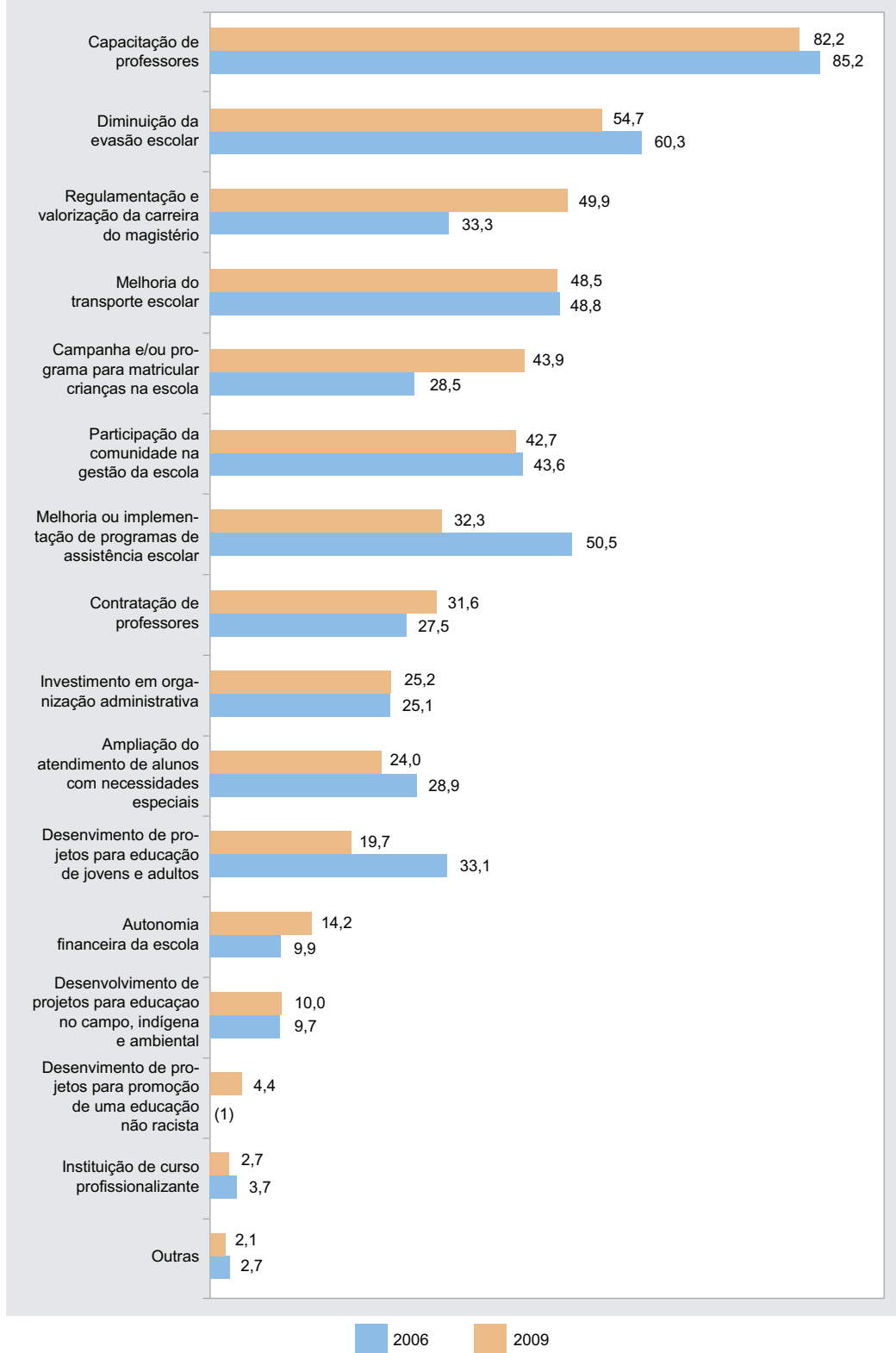
Gráfico 5 - Percentual de municípios com Fundo e Conselho Municipal de Educação, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2006/2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Gráfico 6 - Percentual de municípios, em ordem decrescente de 2009, por principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação - Brasil - 2006/2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.

(1) Dado não pesquisado em 2006.

Outro ponto relacionado pelas prefeituras trata dos programas e/ou campanhas para matricular crianças na escola, que apresentou desempenho positivo no período 2006/2009, subindo de 28,5% para 43,9% do total de municípios do País. Note-se que em 2009 entrou em vigor a Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008, a qual prevê o direito de todas as crianças a partir de quatro anos de idade à matrícula na pré-escola, etapa do nível fundamental de ensino sob responsabilidade do governo municipal. Nesse contexto, pode-se compreender a queda no percentual de municípios atuantes no desenvolvimento de projetos para a educação de jovens e adultos, de 33,1% para 19,7%, que pode guardar relação com a nova ênfase dada à educação pré-escolar.

Também apontam para uma perda de espaço, no período, as medidas ou ações com foco na capacitação de professores, com retração de 85,2% para 82,3%, conquanto ainda seja uma área da política municipal de educação fortemente referenciada. Por outro lado, ao tratar-se das melhorias ou implementação de programas de assistência escolar, fica patente a perda de importância desta questão no conjunto, com recuo de 50,5% para 32,3%, entre 2006 e 2009.

Ao buscar soluções para enfrentar os desafios e exigências que se colocam para os municípios, os administradores têm sido levados a formar alianças com outros agentes sociais, a fim de levar a cabo programas, projetos ou ações que muitas vezes demandam soluções de parceria. No entanto, quando analisada a relação dos municípios com diversos outros atores no contexto da educação, os resultados indicam baixa sinergia nas articulações interinstitucionais. No que se refere à constituição de consórcios intermunicipais de educação, por exemplo, apenas 7,0% do total dos municípios brasileiros declaram formar consórcio público com um ou mais municípios (Tabela de resultados 71). Ressalte-se que as articulações em forma de consórcio público levadas a cabo pelos municípios privilegiam as esferas da administração pública federal (18,0%) e estadual (18,0%), sendo as parcerias elaboradas em convênio de parceria com o setor privado, mencionadas por não mais de 14,0% dos municípios. Percentual abaixo das referências à obtenção de apoio do setor privado ou de comunidades (10,0%).

Não chega a surpreender que os mais importantes aliados para o sucesso educacional dos municípios sejam os Estado e a União, mais aptos a criar oportunidades, proporcionar recursos financeiros e assistência técnica às secretarias municipais, bem como fornecer parâmetros para o planejamento da gestão educacional municipal.

Cultura

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, desde a sua primeira edição, em 1999, vem produzindo estatísticas e indicadores sobre a dimensão da cultura nos municípios brasileiros. Esta fonte, ao longo dos últimos dez anos, tem contribuído para suprir a lacuna existente na produção de informações relativas ao tema.

Inicialmente, em 1999, a pesquisa restringiu-se à investigação sobre a incidência de equipamentos culturais e dos meios de comunicação nos municípios brasileiros. A aferição sobre a infraestrutura cultural foi também investigada nos anos de 2001, 2005 e 2006, assim como na presente edição da pesquisa, em 2009, permitindo formular um diagnóstico ao longo do tempo.

Por equipamentos culturais e dos meios de comunicação entende-se o estoque fixo ligado à cultura existente no momento da pesquisa no município, aberto ao público, podendo ou não ser mantido pelo poder público em qualquer esfera, seja ela federal, estadual ou municipal (PERFIL..., 2006b).

Segundo o conceito da pesquisa:

A existência desses equipamentos e a presença dos meios de comunicação propiciam a veiculação de conteúdos culturais, embora não esgotem as inúmeras outras possibilidades de produção artística, artesanal e simbólica. A infraestrutura para conteúdos culturais, por outro lado, não indica o fluxo dessas atividades, muito menos permite a sua avaliação mais qualitativa. O fato, por exemplo, de um município declarar que possui biblioteca pública, não nos permite deduzir sobre a quantidade dos livros existentes, sua temática, ou ainda sobre as condições em que se encontra esse equipamento (PERFIL..., 2007, p. 101).

A mensuração da incidência dos equipamentos culturais e meios de comunicação no Brasil, ao longo dos últimos dez anos, permitiu avaliar as diferenças entre as regiões e o porte populacional do municípios, duas das estratificações mais significativas para estes indicadores. A MUNIC permitiu identificar uma hierarquia da infraestrutura cultural evidenciando o forte traço audiovisual no País, mostrando ainda a centralidade de determinados equipamentos, como a biblioteca pública, merecendo esta uma atenção maior nos futuros levantamentos.

Nos anos de 2001, 2005, 2006 e 2009, a pesquisa trouxe outro relevante tema ligado à gestão pública cultural através do levantamento da existência dos Conselhos Municipais de Cultura, mecanismos de articulação entre as administrações municipais e a sociedade civil para o estabelecimento e acompanhamento das políticas desenvolvidas no setor. As MUNIC 2006 e 2009 ampliaram a investigação sobre o funcionamento destes organismos, que se tornaram presentes na história recente dos municípios em diversas áreas, podendo-se melhor qualificar a sua atuação.

O ano de 2004 representou um marco para a produção de indicadores culturais no Brasil, pois foi aí estabelecida uma parceria entre o IBGE e o Ministério da Cultura, ampliando significativamente o esforço de produção e sistematização das estatísticas culturais. Neste sentido, foi publicado o estudo *Sistema de informações e indicadores culturais*, que reuniu e consolidou estatísticas derivadas de diferentes pesquisas sociais e econômicas do IBGE relativas ao período de 2003 a 2005.

No âmbito deste acordo, a MUNIC 2005 trouxe um bloco temático, que além dos temas investigados anteriormente (equipamentos culturais e de meios de comunicação e de conselhos municipais) aferiu a incidência de diferentes atividades artística e artesanal presentes nos municípios, formando assim um quadro mais abrangente para a dimensão cultural no nível local.

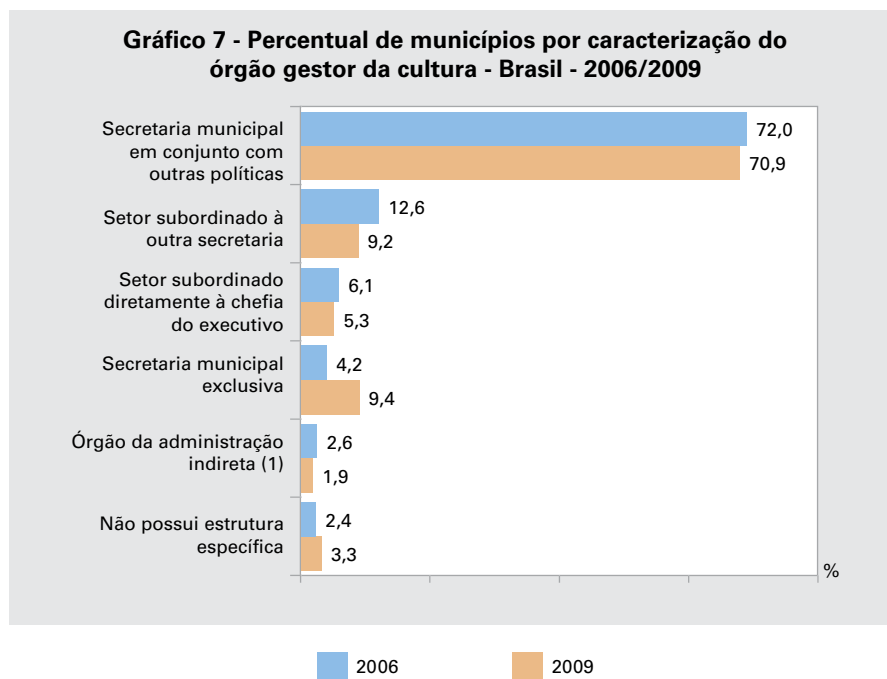
O ano de 2006 foi determinante para a investigação do tema da cultura, pois foi formulado por pesquisadores do IBGE e do Ministério da Cultura um suplemento temático específico e abrangente para a MUNIC, compreendendo tudo o que foi investigado desde 1999 e ampliando para a análise da gestão cultural e de sua infraestrutura nos municípios, recursos humanos e orçamentários empregados na área, aspectos da política e da legislação, atividades profissionalizantes empreendidas na cultura, entre outros aspectos (PERFIL..., 2007).

A presente edição da MUNIC trouxe um bloco temático referente à cultura que incorpora alguns quesitos investigados ao longo da existência da pesquisa, de modo a atualizar determinados indicadores e produzir uma diagnóstico sintético para os municípios brasileiros. As informações e breve análise apresentadas, a seguir, fazem parte do levantamento realizado em 2009.

Caracterização do órgão gestor da cultura

Um dos aspectos relevantes para avaliação da gestão municipal é a caracterização do órgão gestor, ou seja, como a função da cultura situa-se na administração municipal indicando a sua importância. O Gráfico 7 mostra que a função cultural em sua maior parte (70,9% em 2009) estava formalmente exercida em secretarias municipais em conjunto com outras políticas (principalmente educação, turismo e esportes). Apenas

9,4% dos municípios contavam com uma secretaria de cultura exclusiva e 1,9% com um órgão da administração indireta que cuidasse exclusivamente dessa área. Isto mostra o quanto é estrito ainda o reconhecimento da função da cultura para os municípios brasileiros, um indicativo da precariedade do tratamento desta função. Pode-se ponderar, no entanto, que a situação teve uma melhoria relativa entre 2006 e 2009, pois o percentual de secretarias municipais de cultura mais do que dobrou no período, passando de 4,2% para 9,4%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.

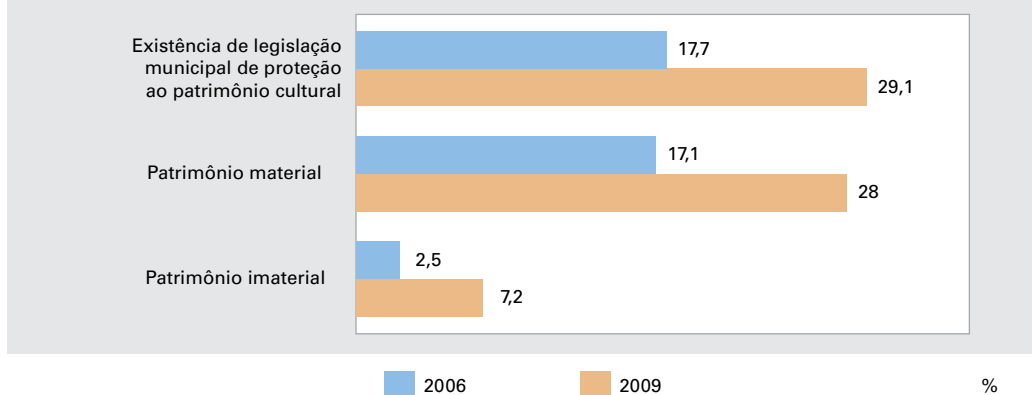
(1) O percentual de 2006 refere-se às Fundações Públicas.

Proteção ao patrimônio cultural

Segundo definição da *MUNIC*, existem dois tipos de patrimônio cultural: material e imaterial. Patrimônio material são bens como obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbano, sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, etc. Já o patrimônio imaterial são os bens de natureza imaterial como conhecimentos, processos e modos de saber e fazer, rituais, festas, folguedos, ritmos, literatura oral, etc. (*PERFIL...*, 2007).

De acordo com os resultados da pesquisa, cerca de 1/3 dos municípios possuía em 2009 legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, sendo que 28% referiam-se ao patrimônio material e 7,2% ao imaterial (Gráfico 8). Houve, entre 2006 e 2009, um expressivo aumento na proporção de municípios que passaram a ter alguma proteção desse tipo. No caso do patrimônio material, o crescimento relativo foi de 63,7%, enquanto no que se refere ao patrimônio imaterial o aumento relativo foi de 188,0%. Observa-se, também, uma forte predominância da defesa do patrimônio material sobre o imaterial.

Gráfico 8 - Percentual de municípios com legislação de proteção ao patrimônio cultural, segundo a natureza do bem tombado - Brasil - 2006/2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.

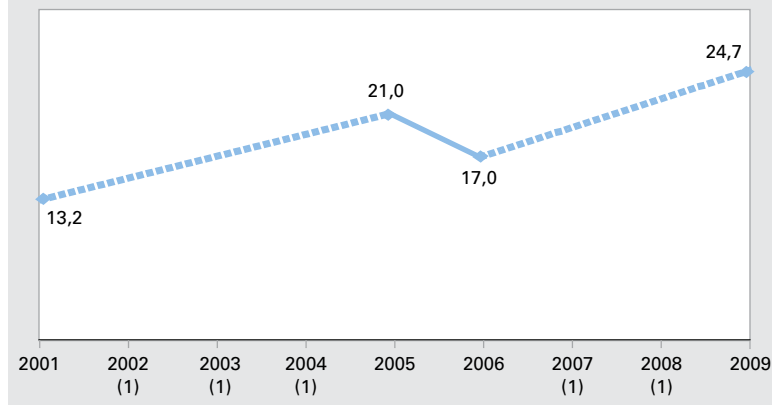
Notas: 1. A mesma legislação municipal de proteção ao patrimônio pode tratar do patrimônio material e imaterial.
2. O mesmo município pode ter mais de um tipo de bem tombado.

Conselho Municipal de Cultura

Uma das formas mais recentes, no cenário, após a nova Constituição Federal de 1988, de interação institucional entre a sociedade civil e o poder público municipal, ocorreu com o surgimento de conselhos municipais ligados aos mais variados temas sociais. Alguns destes conselhos foram formados a partir da exigência de programas e políticas de governo ou de instituições financiadoras de projetos para os municípios.

A despeito da multiplicação dos conselhos municipais não existe um padrão recorrente quanto ao seu funcionamento, suas funções ou composição, e, em alguns casos, não passam de meras instâncias formais sem o exercício de uma prática efetiva. Em outros casos, são controlados pelo poder executivo municipal, sem uma autonomia ou exercício baseado na articulação com os setores da sociedade civil.

Gráfico 9 - Percentual de municípios com Conselho Municipal de Cultura - Brasil - 2001/2009

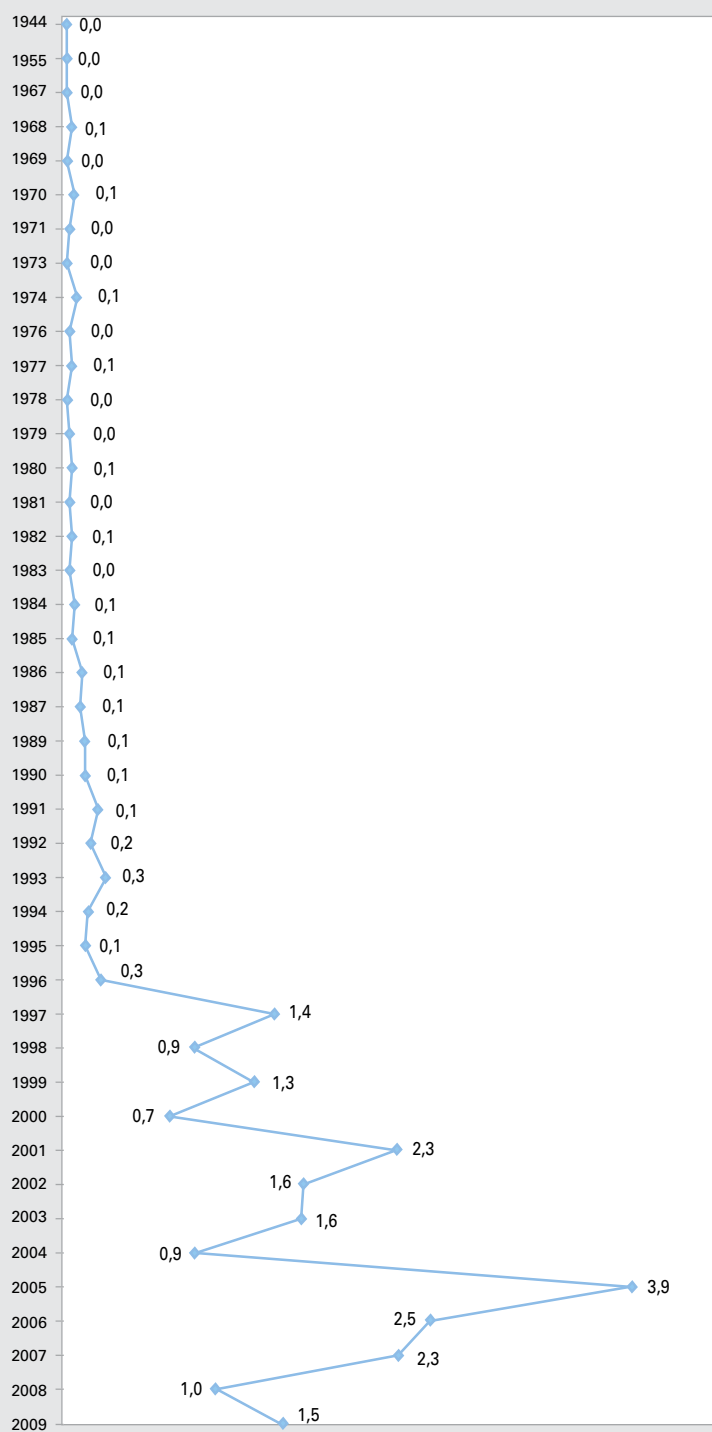


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001/2009.

(1) Obtido por interpolação linear.

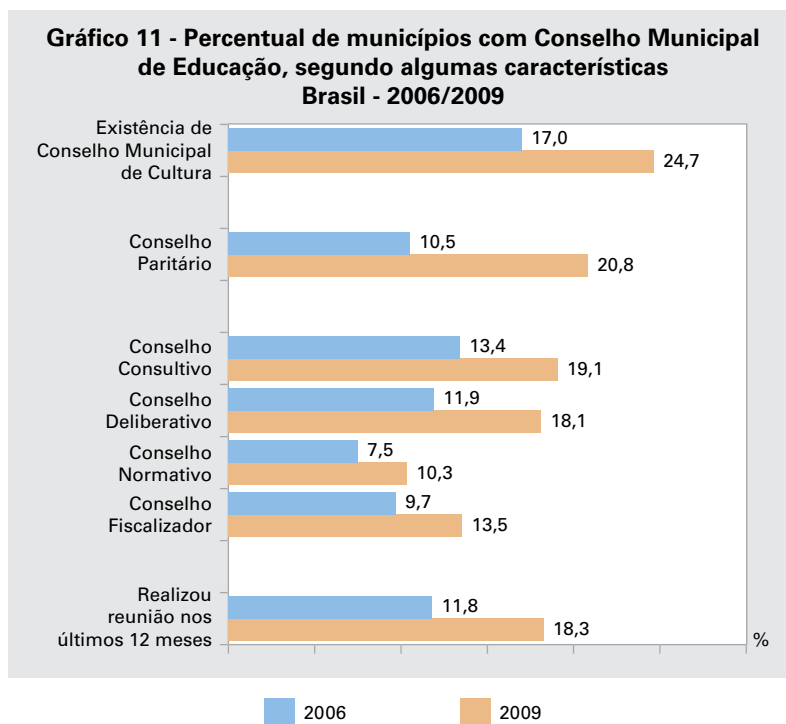
Nos quatro anos em que a presença dos Conselhos Municipais de Cultura foi investigada, entre 2001 e 2009, notou-se uma tendência à sua proliferação, ainda que em patamares reduzidos, se comparados, por exemplo, aos Conselhos de Saúde e de Educação. Em 2001, 13,2% dos municípios tinham Conselhos Municipais de Cultura, proporção que atinge 24,7% em 2009 (Gráfico 9). O crescimento é verificado principalmente ao final deste período, sendo que apenas no ano de 2007 foram criados Conselhos Municipais de Cultura em 3,7% dos municípios, conforme mostra o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Percentual de municípios com Conselho Municipal de Cultura, segundo o ano de criação do conselho - Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001/2009.

Considerando as características dos Conselhos Municipais de Cultura, 20,8% dos municípios possuem conselho paritário em 2009, onde a representação de segmentos da sociedade civil equipara-se a do governo. Em 19,1% dos municípios os conselhos têm caráter consultivo, em 18,1% deliberativo, em 10,3% normativo, e em 13,5% poder fiscalizador. Em 18,3% dos municípios os conselhos realizaram reuniões pelo menos uma vez nos últimos 12 meses (Gráfico 11). Verifica-se um avanço na instalação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Cultura entre 2006 e 2009, sendo ainda grande o seu potencial de crescimento.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.

Consórcios, convênios, parcerias e apoios nas áreas de cultura e turismo

A formação de consórcios e parcerias entre os municípios entre si e entre os municípios e outras esferas do poder público e privado se aprofundaram a partir de 1988, consequência da maior autonomia administrativa e atribuição de responsabilidades ao poder local. Em 2006, segundo a MUNIC, 2,3% dos municípios tinham consórcio(s) com outro(s) município(o)s, compreendendo atividades culturais e 2,5% tinham consórcio(s) em atividades de turismo (Gráficos 12 e 13).

Em 2009, pelas informações da pesquisa, a parceria entre os municípios nos setores de cultura e turismo aumentou consideravelmente, ainda que, como outros indicadores em um patamar reduzido, da mesma forma que os indicadores de gestão analisados. O consórcio público intermunicipal situa-se em 6,0% neste ano e o de turismo 8,1%, de acordo com os Gráficos 6 e 7. Ainda segundo os gráficos são mais frequentes os consórcios públicos de cultura e turismo com os estados (10,2% e 8,1%, respectivamente) e ainda o apoio que estes setores recebem do setor privado ou de comunidades (10,1% e 8,1%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.

Equipamentos culturais e meios de comunicação

A existência de equipamentos culturais e de meios de comunicação nos municípios brasileiros constituiu o primeiro tema sobre a dimensão cultural investigado pela MUNIC, a partir de 1999, dado o seu caráter de fornecer um diagnóstico básico sobre a infraestrutura do setor nos municípios brasileiros (Tabela 4).

Tabela 4 - Percentual de municípios que possuem equipamentos culturais e meios de comunicação, segundo o tipo - Brasil - 1999/2009

Tipo	Percentual de municípios que possuem equipamentos culturais e meios de comunicação (%)					Crescimento (%)
	1999	2001	2005	2006	2009	
Tv aberta	98,3	,	,	95,2	-	-3,2
Bibliotecas Públicas	76,3	78,7	85,0	89,1	93,2	22,1
Estádios ou ginásios esportivos	65,0	75,9	77,4	82,4	86,7	33,4
Videolocadoras	63,9	64,1	77,5	82,0	69,6	8,9
Clubes	,	70,4	,	72,6	61,4	-12,8
Provedores de internet	16,4	22,7	46,0	45,6	55,6	239,0
Rádio comunitária	,	,	,	48,6	52,6	8,2
Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs	34,4	49,2	54,8	59,8	44,9	30,5
Unidades de ensino superior	,	19,6	31,1	39,8	38,3	95,4
Jornal diário	,	,	,	36,8	,	,
Estações de rádio FM	33,9	38,2	51,3	34,3	35,0	3,2
Centro Cultural	,	,	,	24,8	29,6	19,4
Livrarias	35,5	42,7	31,0	30,0	28,0	-21,1
Museus	15,5	17,3	20,5	21,9	23,3	50,3
Estações de rádio AM	20,2	20,6	21,7	21,2	21,3	5,4
Teatros ou salas de espetáculo	13,7	18,8	20,9	21,2	21,1	54,0
Geradoras de TV	9,1	8,4	10,7	9,6	10,9	19,8
Cinemas	7,2	7,5	9,1	8,7	9,1	26,4
Revista impressa local	,	,	,	7,7	,	,
Shoppingcenters	6,2	7,3	6,7	7,0	6,3	1,6
TV comunitária	,	,	,	2,3	,	,
TV a cabo	6,7	,	,	,	,	,

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2009.

Nota: Para o cálculo do crescimento relativo, foram considerados os anos dos extremos da distribuição.

Algumas observações são recorrentes para os anos nos quais estas informações foram levantadas. A cobertura da televisão aberta é a mais significativa nos municípios, denotando a centralidade deste meio de comunicação, mesmo em um contexto onde novas tecnologias da informação surgem e se consolidam no País.

As bibliotecas públicas são igualmente um equipamento de suma importância no País e tem a sua abrangência alargada nos últimos dez anos, o que, conforme vem sendo assinalado nas análises da pesquisa, exige do poder público uma atenção estratégica e específica para este equipamento, uma vez que, além de sua função tradicional de acesso público à leitura, permite potencialmente a incorporação de outras formas de acesso audiovisual, multimídia ou à rede global de computadores. De fato, a partir dos resultados da MUNIC, o governo federal adotou uma política de universalização das bibliotecas pelos municípios, o que é refletido pelo aumento da oferta nos últimos dez anos.

Estádios e ginásios esportivos revelam o traço cada vez mais forte no País da prática destas atividades, o que vem também crescendo nos municípios e provavelmente irá crescer ainda mais com a proximidade de eventos como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas.

Merece também atenção a amplitude alcançada pelas videolocadoras ao longo da década e a sua retração mais recente, podendo ser a isto atribuído a convivência com outras formas de acesso aos vídeos e filmes (televisão por assinatura e Internet). A mesma reversão recente ocorre com as lojas de CDs, fitas e DVDs.

O decréscimo recente da incidência de clubes, que ainda mantêm uma forte presença nos municípios, é um fenômeno que deverá ser confirmado nos próximos levantamentos, assim como deverá ser buscada uma explicação para esta tendência.

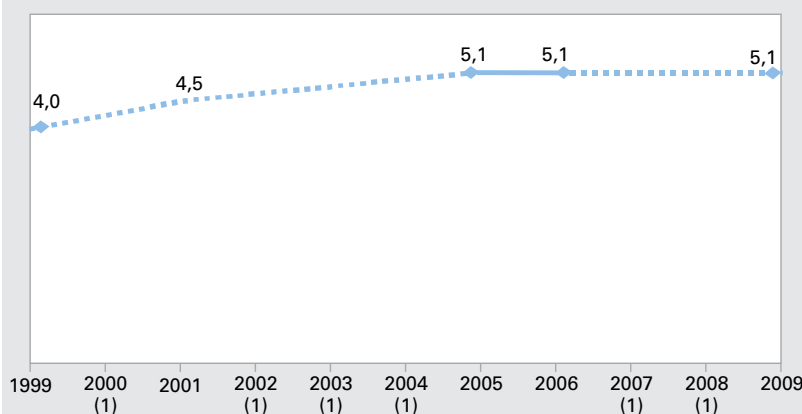
Os provedores de Internet são o equipamento que obteve o crescimento mais significativo nos municípios, o que está em consonância com o aumento de acesso à rede mundial do ponto de vista do usuário, tanto no domicílio quanto no ambiente de trabalho.

A expansão das unidades de ensino superior pelos municípios brasileiros é outra constatação importante da pesquisa. Entre 2001 e 2009, o percentual de municípios com entidades universitárias praticamente dobrou. Por outro lado, a existência de livrarias nos municípios diminuiu nos últimos dez anos, embora também possa ser argumentado que isto não significa uma redução da produção editorial no País, pois outros meios de distribuição (Internet, bancas de jornal e supermercados) ampliaram a venda de livros neste período.

Merece ainda registro o fato de que equipamentos tradicionais como museus, teatros e, em menor medida, cinemas apresentaram expansão nos municípios brasileiros, possibilitando uma maior disseminação dos conteúdos culturais.

Desde 1999 foi calculado um indicador que aponta a média de 14 equipamentos selecionados a partir da sua presença nos municípios brasileiros¹. O saldo da incidência de equipamentos culturais e meios de comunicação no País é positivo nos últimos dez anos, de forma que a média de equipamentos nos municípios aumenta de 4,0, em 1999, para 5,1, em 2009, embora nos últimos anos a média tenha se estabilizado (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Média dos municípios com treze equipamentos culturais e de comunicação - Brasil - 1999/2009



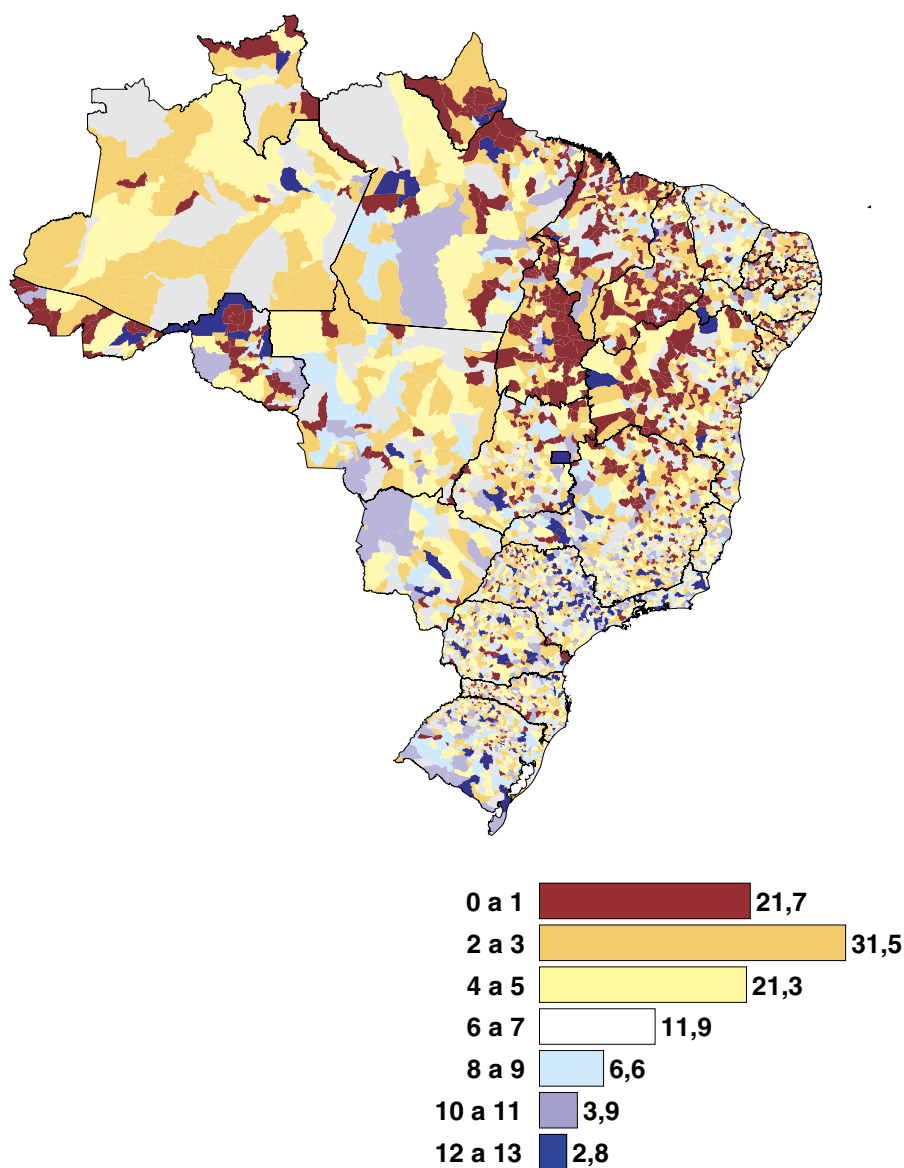
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2009.

(1) Obtido por interpolação linear.

¹ O índice, que varia portanto de zero (ausência de equipamentos) a 14 (presença de todos os equipamentos), compreende a existência de: bibliotecas públicas; videolocadoras; estádios ou ginásios esportivos; lojas de discos, CDs, fitas ou DVDs; estações de rádio FM; estações de rádio AM; provedores de Internet; livrarias; museus; teatros ou salas de espetáculos; geradoras de televisão; e *shopping centers*.

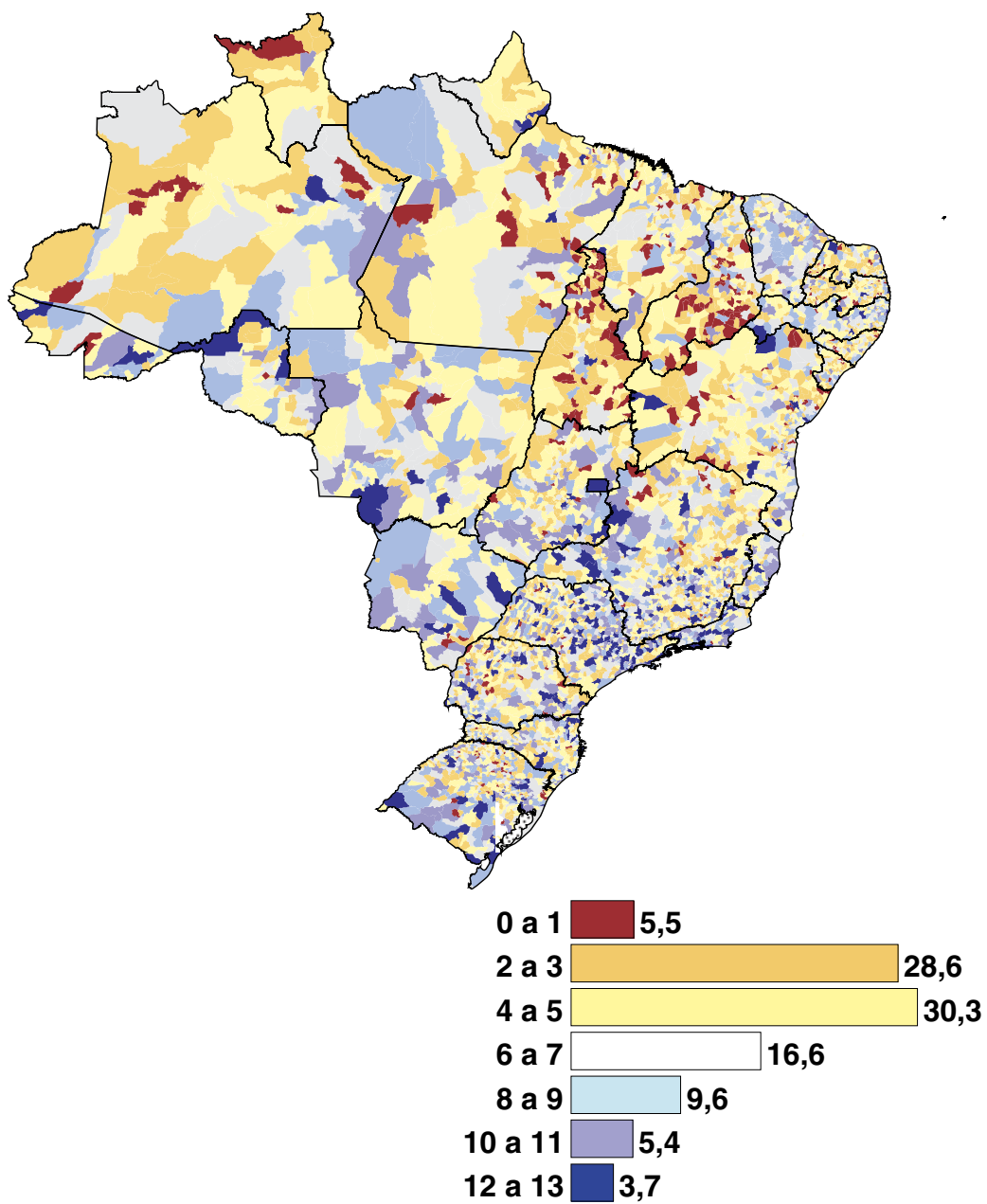
Os Cartogramas 1 e 2 mostram que o aumento no número de equipamentos ocorreu principalmente nas áreas mais empobrecidas do País, onde muitos dos municípios não tinham nenhum ou apenas um equipamento: em 1999, 21,7% encontravam-se nessa situação, reduzindo para 5,5% em 2009. Entretanto, a expansão dos equipamentos não foi tão intensa assim, como já revelou a evolução média nacional. Em 1999, 74,5% dos municípios tinham até cinco equipamentos, percentual que retrocedeu para 64,4%, em 2009. Os cartogramas evidenciam ainda que são as regiões mais desenvolvidas onde existe uma maior incidência de infraestrutura cultural, sendo esta incidência também mais significativa nos municípios de maior porte populacional.

Cartograma 1 - Número de equipamentos culturais e meios de comunicação nos municípios - 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Cartograma 2 - Número de equipamentos culturais e meios de comunicação nos municípios - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Esporte

A presente edição da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC levantou algumas variáveis para o esporte, selecionadas com o objetivo de fornecer um painel geral relativo à estrutura organizacional da prefeitura voltada para a atividade, à articulação do governo municipal com a sociedade civil organizada na gestão do setor e sobre o aparato legal relacionado ao esporte nos municípios brasileiros. Pesquisou, também, uma variável que permitisse aferir, ainda que de forma restrita, o desempenho da gestão municipal do esporte: as ações, projetos e/ou programas do esporte executados pela prefeitura, isoladamente ou convênio com outras entidades.

As variáveis, detalhadas no questionário anexo à publicação, estão apresentadas por Grandes Regiões, Unidades da Federação e classes de tamanho da população dos municípios.

Os comentários, a seguir, apoiam-se em algumas desses recortes, à guisa de análise de resultados.

Tipo de órgão gestor do esporte

O tipo de órgão gestor do esporte no município é um indicador da relevância assumida pela atividade na administração municipal, uma vez que informa sobre a estrutura organizacional existente para o encaminhamento das políticas públicas de esporte. Observa-se, na Tabela 5, a influência do porte populacional dos municípios na gestão do esporte. Naqueles de menor poder de arrecadação fiscal, o montante das despesas necessárias à gerência da atividade, muitas vezes, inviabiliza a criação e a manutenção de estrutura mais robusta com esta finalidade.

Em 2009, apenas 5,9% dos municípios do País não possuíam qualquer tipo de estrutura organizacional para administrar o esporte, sendo comum nesta situação a gestão da atividade estar subordinada diretamente ao chefe do executivo ou assessor. Nos municípios compreendidos nas classes de população com até 20 000 habitantes, verifica-se que a ausência de estrutura formal superou a média nacional no ano.

Tabela 5 - Proporção dos municípios com estrutura organizacional na área de esporte, por caracterização do órgão gestor, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Proporção dos municípios com estrutura organizacional na área do esporte, por caracterização do órgão gestor (%)						Não possui estrutura específica (%)
	Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras atividades	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente à chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	94,1	17,4	54,2	14,5	7,2	0,9	5,9
Até 5 000	89,5	11,1	53,0	15,0	10,4	-	10,5
De 5001 a 20 000	93,7	15,4	54,7	16,0	7,4	0,2	6,3
De 20 001 a 50 000	97,7	20,9	56,3	14,1	5,4	1,0	2,3
De 50 001 a 100 000	98,7	23,1	59,8	7,9	2,8	5,1	1,3
De 100 001 a 500 000	99,6	42,5	43,8	5,6	1,7	6,0	0,4
Mais de 500 000	100,0	55,0	25,0	5,0	2,5	12,5	-
Grandes Regiões							
Norte	93,8	16,5	50,8	21,2	4,2	1,1	6,2
Nordeste	93,5	10,9	64,4	15,3	2,7	0,2	6,5
Sudeste	92,4	26,5	44,7	8,6	12,2	0,4	7,6
Sul	97,2	11,2	55,0	20,2	8,5	2,3	2,8
Centro-Oeste	94,4	25,7	50,2	11,4	5,6	1,5	5,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Por sua vez, dos 94,1% municípios brasileiros que, em 2009, apresentaram estrutura organizacional na área do esporte, as participações daqueles com secretaria municipal exclusiva para a gestão da atividade² – de maior importância na hierarquia organizacional do setor – cresciam à medida que aumentava o porte populacional, variando de 11,1% nos municípios com até 5 000 habitantes, até atingir 55,0% naqueles com mais de 500 000 habitantes.

Já a secretaria que tratava o esporte em conjunto com outras atividades (cultura, educação, turismo, etc.) foi o órgão gestor majoritário em todas as classes de tamanho da população dos municípios com até 100 000 habitantes. Esse aspecto, por um lado, retrata as restrições fiscais de um grande número dos municípios brasileiros para manter uma estrutura exclusiva de gestão da atividade e, por outro, demonstra a relevância assumida pelo esporte no rol das políticas públicas municipais.

² A secretaria municipal exclusiva para a gestão do esporte pode tratar isoladamente o esporte, ou este em conjunto com o lazer e/ou a recreação.

Nos municípios em que o órgão gestor do esporte era um setor subordinado diretamente à outra secretaria que não a de esporte, ou à chefia do executivo³, se consideradas suas participações em conjunto, estas adquiriram alguma expressão nos municípios de menor porte, situados nas classes de tamanho da população com até 50 000 habitantes.

Por último, destaca-se que, também, por Grandes Regiões a secretaria de esporte em conjunto com outras atividades era o órgão gestor preponderante em todas as regiões.

Conselho Municipal de Esporte

Instituídos no País ao longo das últimas três décadas, os Conselhos Municipais de Esporte, bem como os que envolvem outras atividades sob a responsabilidade do Estado, são órgãos colegiados compostos por representantes de entidades governamentais ou da sociedade civil, possuindo regimento ou estatuto interno e devendo operar regularmente.

Ao permitir a articulação dos diversos órgãos público e privado que atuam em determinada atividade, os conselhos têm ensejado o estabelecimento de novas práticas de gestão pública, constituindo-se em espaço de negociação de interesses diversos existentes na sociedade, contribuindo, assim, para uma maior transparência do processo decisório relacionado às políticas públicas.

Em que pese a importância do seu significado, como ressalta o Gráfico 15, apenas 11,2% dos municípios brasileiros possuíam Conselho Municipal de Esporte em 2009, o que pode ser relativizado levando-se em conta que a atividade pode ser objeto de tratamento em conselhos municipais que incorporem outros temas correlatos, a exemplo do que foi revelado na *MUNIC 2003*⁴.

A análise dos municípios por classes de tamanho da população no ano de 2009 demonstrou a forte correlação entre estas e a existência de Conselho Municipal de Esporte, com participações crescentes dos municípios com conselho em todas as classes, exceto a primeira, até atingir 47,5% naqueles com mais de 500 000 habitantes.

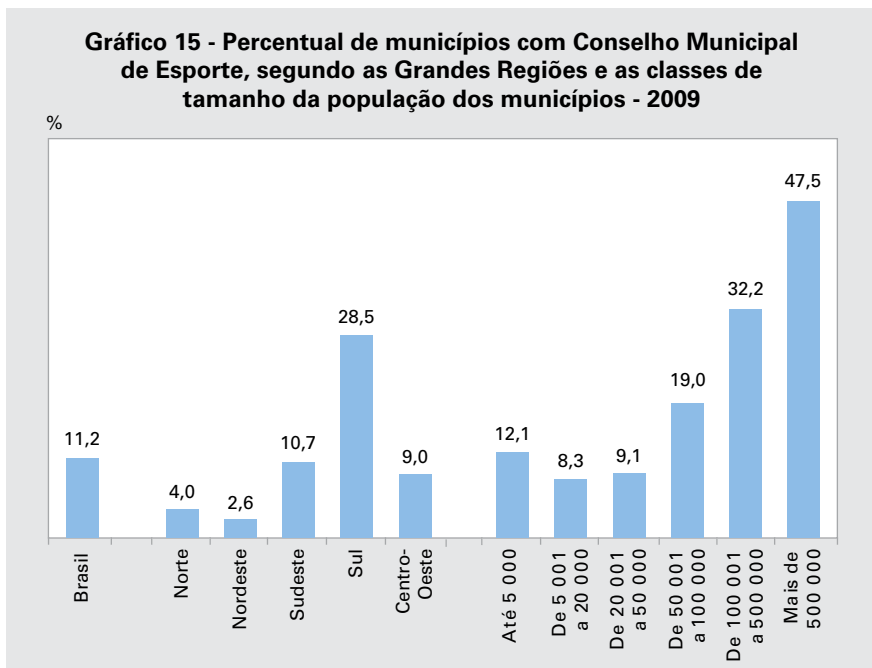
Quanto às Grandes Regiões, destaca-se a Sul (28,5%) que superou a média nacional dos municípios com Conselho Municipal de Esporte (11,2%) no ano de 2009, taxa que foi fortemente explicada pelo expressivo número de conselhos existentes nos municípios do Rio Grande do Sul.

Observa-se, no Gráfico 16, que nos municípios com Conselho Municipal de Esporte, predominava sua composição paritária (79,5% no total nacional) e, em relação à prática de reunião do conselho nos últimos 12 meses⁵, quanto menor o tamanho da população do município maior era sua frequência de realização, com participações que decresceram de 77,0% nos municípios com até 5 000 habitantes, até 47,4% naqueles com mais de 500 000 habitantes. Isto pode indicar um maior envolvimento e mobilização das entidades componentes dos Conselhos Municipais de Esporte nos municípios de menor porte populacional.

³ Diretoria, departamento, setor, coordenadoria ou similar de esporte, subordinado à outra secretaria municipal ou ao gabinete ou instância de assessoramento do executivo, não possuindo, portanto, *status* de secretaria.

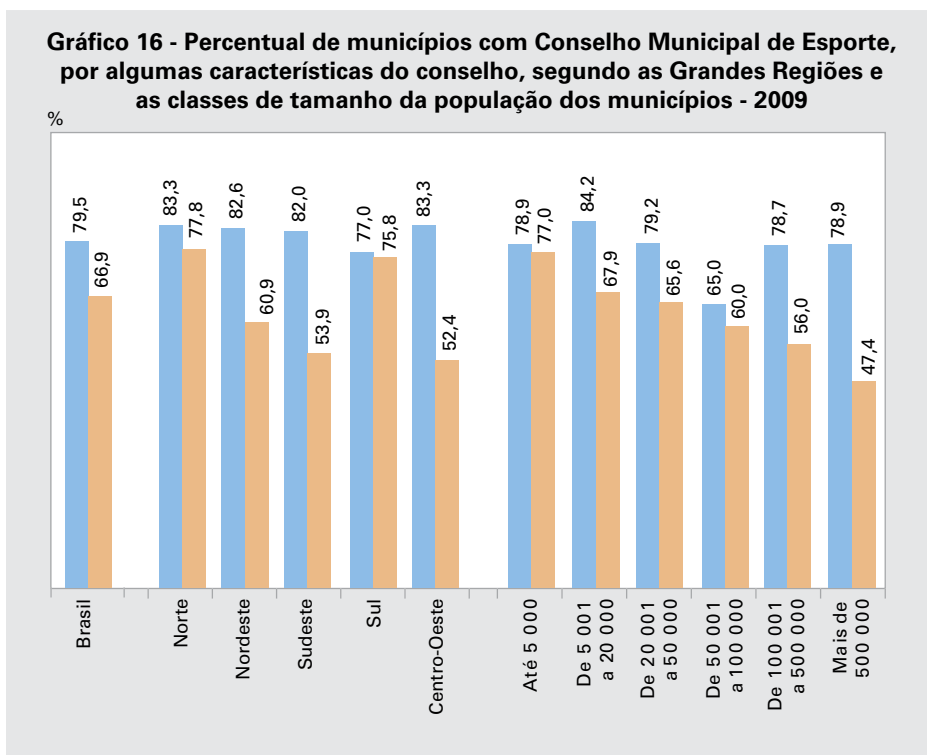
⁴ Dentre os conselhos que atuavam na área do esporte nos municípios brasileiros, em 2003, destacavam-se os do Esporte, presentes em 11,8% dos municípios brasileiros; da Educação (36,1%); do Direito da Criança e do Adolescente (27,2%); e de Assistência Social (23,3%). Estes temas retratam a importância das crianças e dos adolescentes como populações-alvos das atividades esportivas (PERFIL..., 2006a).

⁵ Últimos 12 meses em relação ao mês de coleta dos dados da pesquisa.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.



■ Conselho Municipal de Esporte Paritário ■ Realizou reuniões nos últimos 12 meses

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Legislação municipal do esporte

A Lei Orgânica Municipal é um conjunto de leis básicas que definem a estrutura e a organização municipal para o desempenho de suas funções, operando como uma espécie de constituição municipal. Por sua vez, os outros instrumentos legais de regulamentação do esporte referem-se à legislação municipal pertinente à atividade, que abrange as leis, os decretos, as portarias e as resoluções. A existência desses instrumentos aprofunda o tratamento legal da atividade de esporte, que na Lei Orgânica é abordada de forma genérica.

Em 2009, conforme a Tabela 6, 87,3% dos municípios brasileiros apresentavam legislação relacionada ao esporte. Dos municípios que possuíam Lei Orgânica envolvendo a atividade (83,2%), esta lei era única em uma parcela dos municípios (46,6%), enquanto em outra coexistia com legislação específica para o esporte (36,6%). Neste último caso, a participação dos municípios crescia à medida que se avançava nas classes de tamanho da população, dos menos populosos para os mais populosos,, o que retratava o aprofundamento do aparato legal de regulação do setor nos municípios de maior porte populacional, notadamente naqueles com população superior a 50 000 habitantes, onde predominavam.

Por sua vez, pouco expressivas eram as participações dos municípios brasileiros que somente contavam com outros instrumentos legais para a regulamentação do esporte em 2009 (4,1%).

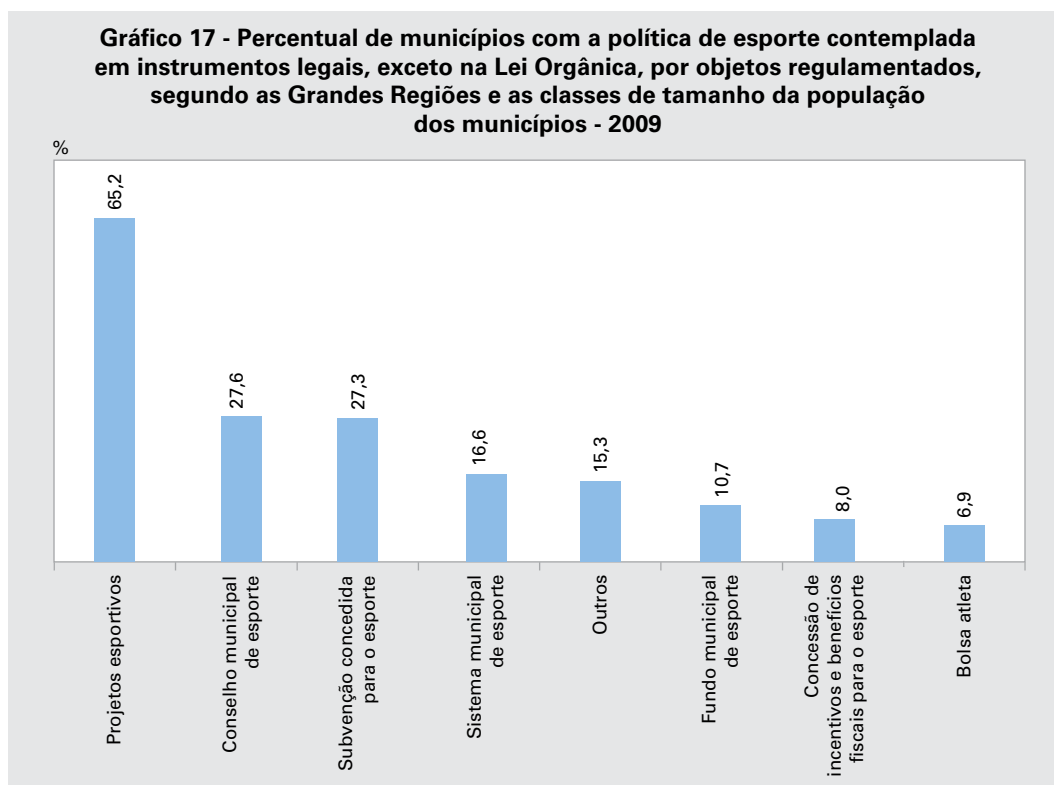
Tabela 6 - Distribuição percentual dos municípios com a política de esporte contemplada na Lei Orgânica e/ou outros instrumentos legais, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Distribuição percentual dos municípios com a política de esporte contemplada na Lei Orgânica e/ou outros instrumentos legais (%)				Sem Lei Orgânica e outros instrumentos legais (%)
	Total	Lei Orgânica e outros Instrumentos legais	Somente Lei Orgânica	Somente outros instrumentos legais	
Brasil	87,3	36,6	46,6	4,1	12,7
Até 5 000	85,4	28,7	53,4	3,3	14,6
De 5001 a 20 000	85,5	30,0	51,5	4,0	14,5
De 20 001 a 50 000	89,9	44,8	40,9	4,2	10,1
De 50 001 a 100 000	93,4	63,3	24,4	5,7	6,6
De 100 001 a 500 000	97,0	72,1	18,0	6,9	3,0
Mais de 500 000	95,0	85,0	10,0	0,0	5,0
Grandes Regiões					
Norte	87,5	30,1	55,2	2,2	12,5
Nordeste	84,2	23,9	57,0	3,3	15,8
Sudeste	87,8	40,5	42,9	4,4	12,2
Sul	91,2	53,2	32,7	5,3	8,8
Centro-Oeste	86,9	35,0	47,4	4,5	13,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Dos municípios que apresentavam outros instrumentos legais para o esporte (40,7%), isoladamente (4,1%) ou em conjunto com a Lei Orgânica (36,6%), de acordo com o Gráfico 17, destacavam-se como principais objetos regulamentados, os projetos esportivos (65,2%), o Conselho Municipal de Esporte (27,6%), e as subvenções concedidas para o esporte (27,3%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Ações, projetos e/ou programas no esporte

Na presente pesquisa, as ações, projetos e/ou programas no esporte, executados isoladamente pela prefeitura ou em conjunto com outros órgãos externos, foram assim definidos:

- ação é a operação que resulta em um serviço ofertado à sociedade na área de esporte, e que contribui para atender aos objetivos de um projeto ou programa;
- projeto é um instrumento de planejamento que conforma um conjunto de ações inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro de limites orçamentários estabelecidos em um dado período de tempo. Os projetos são específicos e delimitados, sendo as unidades mais operativas da lógica da gestão governamental; e

- programa é um instrumento de organização da atuação governamental para enfrentar determinado problema, caracterizando-se por um conjunto articulado e coerente de projetos que buscam os mesmos objetivos. Os programas estabelecem prioridades de intervenção ao ordenarem projetos e alocarem recursos.

Quanto às três manifestações do esporte consideradas na pesquisa, suas definições tomaram por base a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé, e são apresentadas a seguir:

- esporte educacional – é o praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação;
- esporte de rendimento – é o organizado em nível internacional, através da adoção de sistemas de regras e códigos da prática esportiva (nacional e internacional) que devem ser aceitos e observados, e caracterizado pela busca de resultado em competições; e
- esporte e lazer – é o praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas que têm por finalidade contribuir para a integração plena dos praticantes na vida social, na promoção da saúde e educação.

Ressalvando-se que, em 2009, um mesmo município possa ter executado ações, projetos e/ou programas nas três manifestações do esporte⁶, como mostra a Tabela 7, 69,0% dos municípios brasileiros as desenvolveram na modalidade esporte educacional; 18,0% na de esporte de rendimento; e 80,4% na de esporte e lazer. No que se refere especificamente ao esporte para pessoas com deficiência, apenas 10,3% dos municípios brasileiros apresentaram ações, projetos e/ou programas voltados para esta população-alvo.

No geral, em todas as manifestações do esporte foram crescentes as participações dos municípios segundo as classes de tamanho da população, ou seja, quanto maior seu tamanho, maior a proporção de existência das ações, projetos e/ou programas do esporte especificados. Apesar disso, observa-se que a prática do esporte educacional e de esporte e lazer estavam presentes na maioria dos municípios, em todas as classes de tamanho da população, enquanto o esporte de rendimento e para pessoas com deficiência isto se verificou apenas dentre os grandes municípios, vale dizer, das duas classes de maiores tamanhos.

Do mesmo modo, em todas Grandes Regiões a maioria dos municípios desenvolveu ações, projetos e/ou programas no esporte educacional e no esporte e lazer, bem como eram relativamente baixas as participações dos municípios no esporte de rendimento e para pessoas com deficiência.

⁶ São exemplos de ações, projetos e/ou programas executados pela prefeitura por manifestação de esporte: educacional – esporte escolar extracurricular; esporte escolar curricular; construção, ampliação e manutenção de instalações/equipamentos esportivos escolares; patrocínio ou manutenção de equipes escolares, etc.; de rendimento – competições esportivas; patrocínio ou manutenção de equipes esportivas municipais; esporte de base; construção, ampliação e manutenção de instalações/equipamentos públicos de esporte, etc.; esporte e lazer – para crianças e adolescentes; construção, ampliação e manutenção de instalações/equipamentos recreativos e de lazer; para comunidades carentes; para idosos; para mulheres, etc.

Estes resultados apontam a necessidade de ampliação e intensificação das ações, projetos e/ou programas no esporte de rendimento pelas prefeituras do País, com o objetivo de contribuir para a formação de atletas de nível, o que adquire maior premência e importância uma vez que o Brasil sediará as Olimpíadas de 2016.

Por último, destaca-se a elevada existência de calendário de eventos esportivos em todas as classes de tamanho da população dos municípios, cujas participações ampliaram-se de acordo com o maior porte populacional. Sob o recorte das Grandes Regiões, também se observa predominância dos municípios que contam com calendário de eventos esportivos.

Tabela 7 - Proporção dos municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela prefeitura isoladamente ou em convênio com outras entidades na área de esporte, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Proporção dos municípios (%)				Com calendário de eventos esportivos
	Com ações, projetos e/ou programas executados pela prefeitura isoladamente ou em convênio com outras entidades				
	No esporte educacional	No esporte de rendimento	No esporte e lazer	No esporte para pessoas com deficiência	
Brasil	69,0	18,0	80,4	10,3	65,9
Até 5 000	61,2	8,0	74,6	3,3	48,3
De 5001 a 20 000	65,5	13,3	77,9	5,9	63,1
De 20 001 a 50 000	78,3	23,1	86,4	13,0	80,7
De 50 001 a 100 000	85,8	40,2	91,5	27,8	88,3
De 100 001 a 500 000	83,3	60,1	94,0	51,1	91,8
Mais de 500 000	85,0	87,5	100,0	75,0	92,5
Grandes Regiões					
Norte	67,0	15,1	76,6	5,1	68,6
Nordeste	66,2	13,5	76,6	5,9	61,6
Sudeste	65,0	19,6	80,6	12,8	64,0
Sul	75,7	22,7	84,5	15,6	73,8
Centro-Oeste	79,0	20,4	87,1	9,9	66,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Habitação

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, em todas as suas edições, tem investigado, junto às prefeituras, a forma pela qual os gestores locais vêm tratando a área da habitação, particularmente no que se refere à estrutura técnico-administrativa, ao planejamento que vem sendo montado para o setor no município, bem como às providências porventura tomadas nesta direção pela gestão municipal.

Como se sabe, a questão da habitação se constitui num dos graves problemas sociais a serem equacionados no campo das políticas públicas no País e enfrentá-la implica reconhecer, dentre outras circunstâncias, que as soluções devem ser buscadas na conjugação de esforços das três instâncias de governo – federal, estadual e municipal.

No Brasil, as prefeituras dispõem de instrumentos e de recursos orçamentários, na maioria dos casos, muito limitados. Muitas delas, no entanto, vêm tomando iniciativas na área da habitação em seus respectivos municípios no tocante à montagem de uma estrutura capaz de desenvolver uma política para a área e/ou no sentido de, efetivamente, implementar ações voltadas seja à regularização fundiária, seja ao atendimento da demanda local por condições habitacionais satisfatórias.

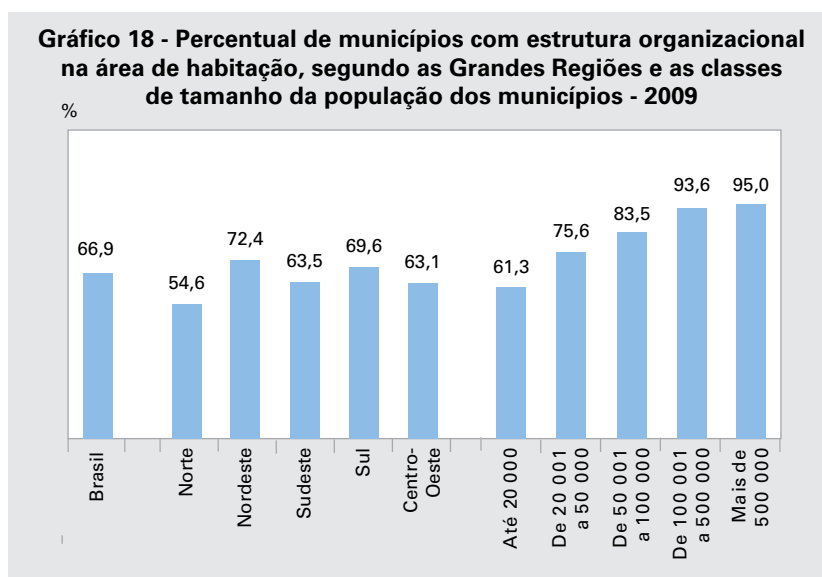
As iniciativas locais, no entanto, são bastante diferenciadas, ao tomar em conta a abrangência do Território Nacional e as características específicas dos municípios, particularmente no que diz respeito ao tamanho de suas respectivas populações e, sobretudo, à capacidade de seus recursos orçamentários.

Ao voltar às prefeituras em 2009, a MUNIC introduziu algumas perguntas específicas sobre a existência de um órgão gestor destinado à área habitacional, suas características e posicionamento no organograma da prefeitura, bem como sobre a existência de um plano habitacional local voltado para a redução do déficit porventura diagnosticado. Também foram formuladas perguntas a respeito de preocupações quanto à regularização fundiária, especificamente quanto à existência de legislação e plano ou programa direcionado para tal.

Além disso, a versão da MUNIC 2009 repetiu perguntas feitas em edições anteriores quanto à existência de conselho municipal e fundo especial na área da habitação, quanto à disponibilidade de um cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, e sobre a possibilidade de o cadastro, caso existisse, estar informatizado.

As informações obtidas sobre todos esses temas, a partir das declarações dos gestores municipais, podem ser observadas através dos gráficos a seguir.

Pode-se observar (Gráfico 18) que uma parte importante dos municípios brasileiros (66,9%) dispõe, em suas prefeituras, de algum órgão na estrutura de gestão direcionado para o setor habitacional. Entre as Grandes Regiões não se percebe diferença significativa nos percentuais de municípios com estrutura no setor (54,6% dos municípios na Região Norte a 72,4% dos municípios do Nordeste).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

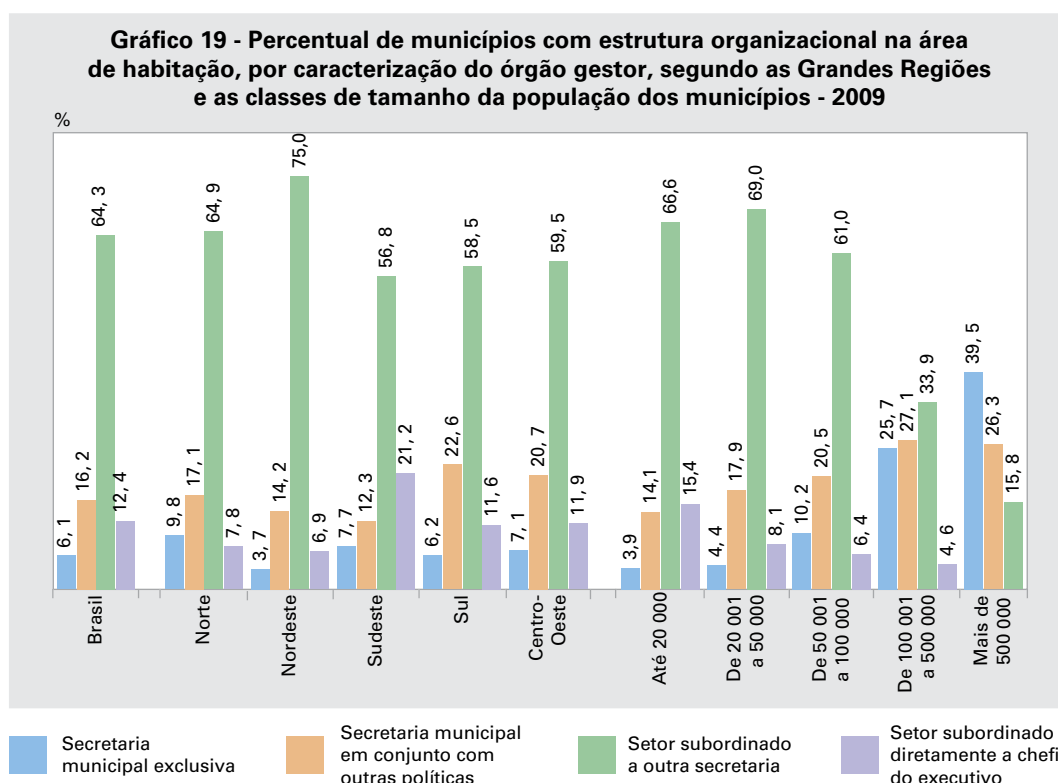
Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Contudo, quando os dados são desagregados por classes de tamanho da população, os percentuais tendem a ser mais elevados nos municípios mais populosos: a proporção de municípios com órgão gestor na área de habitação na estrutura da prefeitura é de 95,0% nas classes acima de 100 000 habitantes.

O fato pode estar sinalizando uma percepção mais aguda dos problemas habitacionais nas grandes cidades, demandando, por isso, uma estrutura de gestão específica para tratar a problemática. Por outro lado, é possível que justamente nestes grandes aglomerados urbanos a questão habitacional seja mais premente aparecendo de forma mais visível.

Procurou-se verificar se, dentre os municípios com alguma estrutura na prefeitura voltada para a questão habitacional, o setor teria uma secretaria exclusiva dedicada à habitação, se estaria subordinado à outra secretaria ou associado a outros tipos de política local, ou, ainda, se estaria subordinado diretamente à estrutura do poder executivo municipal.

A investigação demonstrou que na maioria dos municípios do País (cerca de 1/3 dos municípios) o setor habitacional aparece subordinado a uma outra secretaria municipal, portanto, não tendo uma secretaria municipal dedicada exclusivamente à questão habitacional. Esta situação só ocorre em 6,1% dos municípios brasileiros, proporção que se eleva tanto maior for a classe de tamanho da população em que se classificar o município (Gráfico 19). Entre os municípios com mais de 500 000 habitantes, por exemplo, 39,5% têm uma secretaria municipal exclusiva para cuidar de habitação.

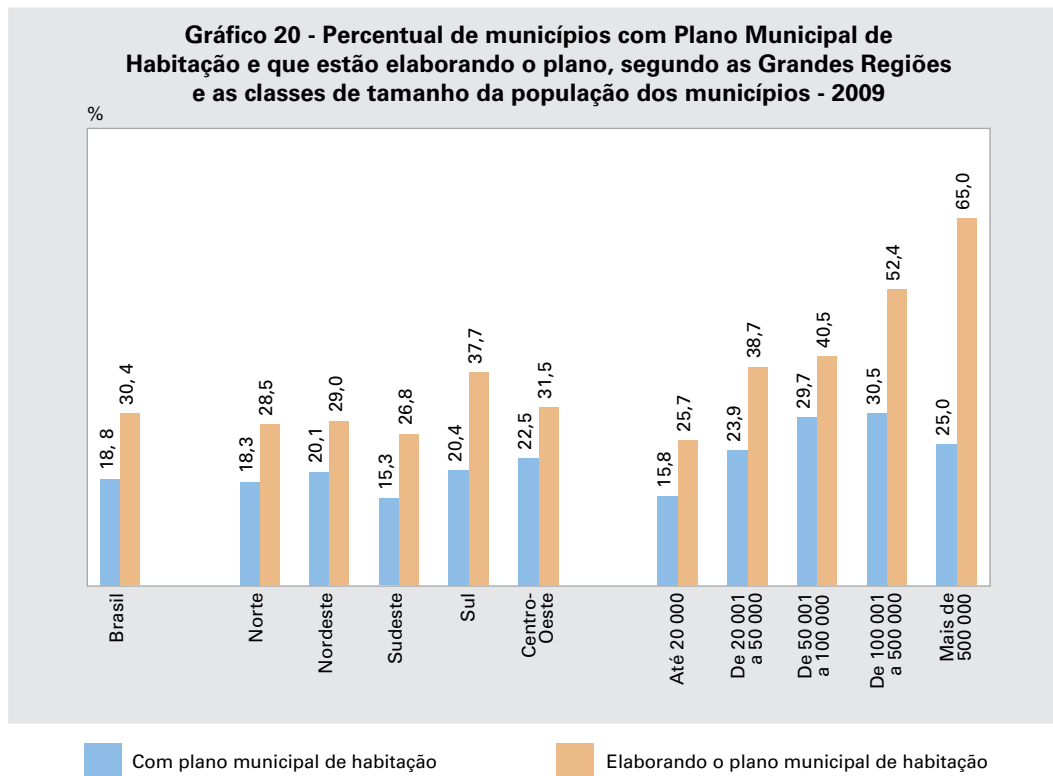


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

A maioria, no entanto, não tem Plano Municipal de Habitação – 81,2% (Gráfico 20). Uma parcela importante (30,4%) declara estar com o plano em elaboração, de certa forma demonstrando uma preocupação no sentido de equacionar este tipo de política em nível municipal. E ainda que não sejam notadas diferenças importantes entre as

regiões (em torno de 20,0% dos municípios de cada uma delas tem plano), observa-se uma tendência a crescerem as proporções de municípios com planos de habitação ou com planos em elaboração conforme as classes de tamanho da população.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

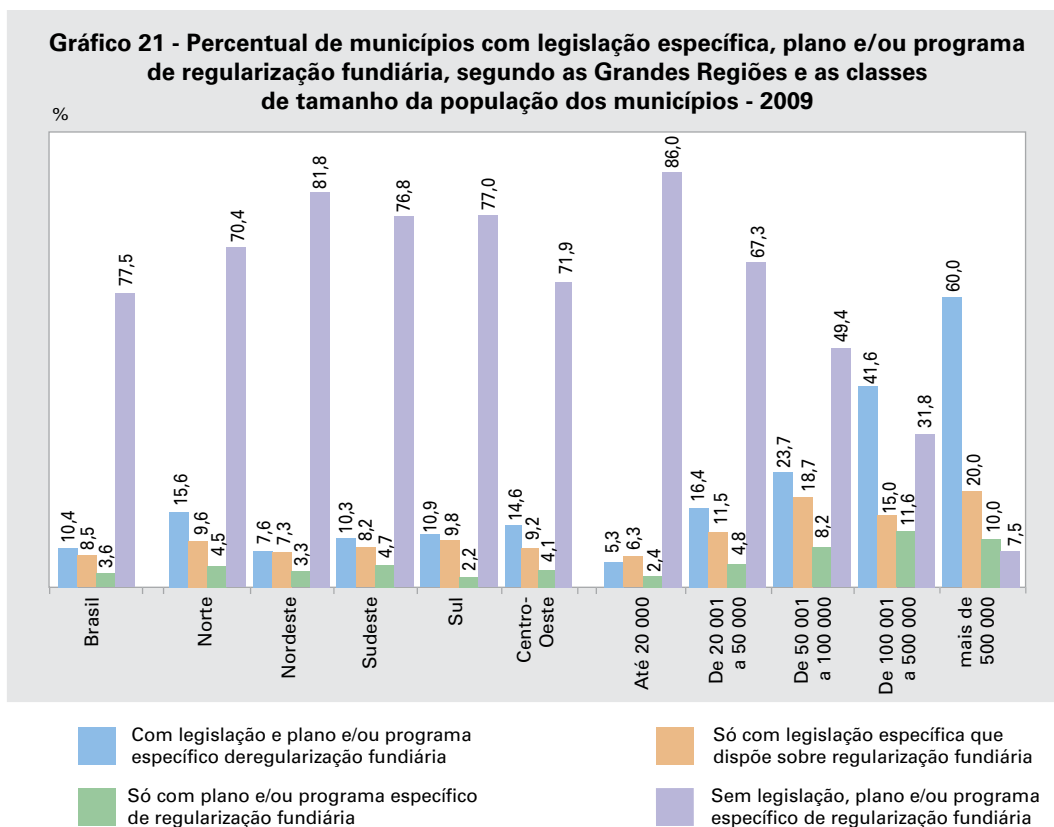
Com relação à investigação sobre o andamento da regularização fundiária em âmbito municipal, é importante mencionar que em pesquisas anteriores os gestores tem declarado (cerca de 25,0% deles, considerando-se o conjunto do País) estar desenvolvendo programas habitacionais voltados para a questão (PERFIL..., 2008).

A quantidade de informalidade urbana em todas as cidades brasileiras vem requerendo uma política territorial mais ampla e efetiva. O inchaço urbano, com informalidade, acaba por resultar num crescimento desordenado, social e ambientalmente inadequado. A regularização fundiária é um importante instrumento de política urbana. Ela tem como objetivo desenvolver a função social da propriedade e garantir ao cidadão o direito à terra e à moradia. Deve priorizar o bem-estar social, corrigir as distorções urbanas e evitar novas ocupações irregulares com conhecidos efeitos negativos sobre o espaço urbano e sobre o meio ambiente.

Em sua edição 2009, a MUNIC investigou que tipos de instrumentos oficiais de gestão o município dispõe para dar andamento a uma política direcionada para a regularização fundiária.

Os dados (Gráfico 21) mostram que a proporção de municípios com legislação e plano e/ou programa específico de regularização fundiária é de apenas 10,4% no total de Brasil. Esta proporção só alcança um patamar importante nos municípios

com população acima de 100 000 habitantes – 41,6% na classe de 100 001 a 500 000 habitantes e 60,0% na classe de mais de 500 000 habitantes. Apenas três municípios dentre aqueles com mais de 500 000 habitantes não têm legislação nem plano ou programa de regularização fundiária.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

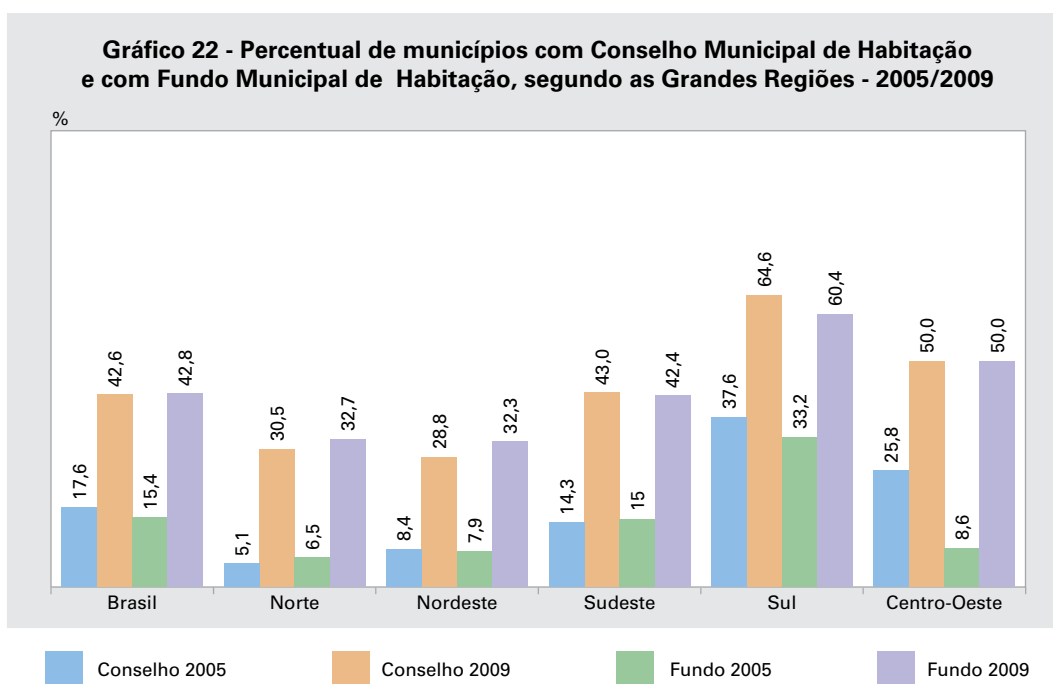
Este resultado confirma a assertiva segundo a qual a necessidade de ordenação territorial é mais sentida em municípios populosos, áreas de atração populacional, e pode estar referida, entre outros fatores, à própria situação de carência de moradia, a qual está submetida uma parte considerável da população.

A questão da regularização fundiária é tema recorrente de discussões em reuniões de Conselhos Municipais de Habitação nos municípios onde eles existem, estando quase sempre relacionada às ocupações irregulares, sobretudo no espaço urbano. No processo de estruturação e reordenação urbana, órgãos estaduais e municipais se destacam, já que por vezes têm que tomar decisões quanto ao parcelamento de lotes e à regularização da posse da terra.

O Conselho Municipal de Habitação, no caso, se constitui como um espaço público com atribuições consultivas e/ou deliberativas e de fiscalização de políticas públicas, bem como lugar de negociação e produção de consensos. Nele, além dos órgãos públicos, estão incorporados o setor privado e representantes da sociedade civil, todos interessados em discutir o planejamento a longo prazo de uma política habitacional para a cidade, com vistas a dar respostas às demandas apresentadas pela população.

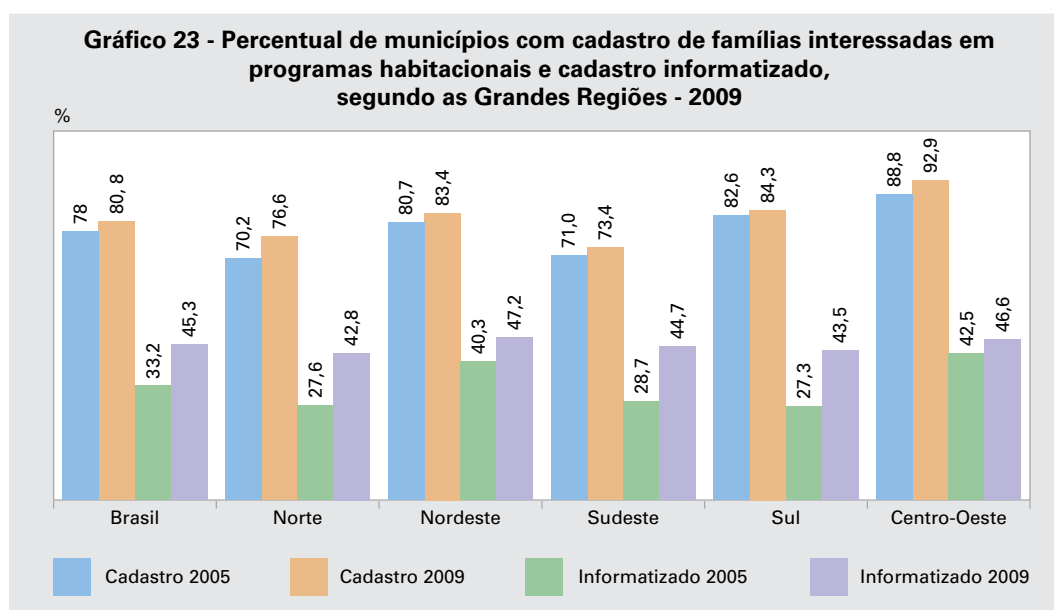
Por outro lado, a pressão legal no sentido da existência de conselho para viabilizar repasses de recursos estimula a criação e regulamentação de um fundo municipal, fator essencial para que o conselho delibere sobre o uso desses recursos.

Ao voltar às prefeituras em 2009, a MUNIC repetiu perguntas feitas em edições anteriores quanto à existência de conselho municipal e fundo especial na área da habitação. O objetivo foi verificar em que medida vem ocorrendo a difusão desses órgãos municipais. Os resultados estão no Gráfico 22 e demonstram que, embora conselhos e fundos estejam se expandindo cada vez mais, ainda se mantêm alguns diferenciais regionais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Pode-se observar que, em 2009, a presença de Conselhos e Fundos Municipais de Habitação avançou bastante em todo o País, comparativamente aos resultados encontrados em 2005, já que estes instrumentos de gestão são encontrados, em 2009, respectivamente, em mais de 42,0% dos municípios brasileiros (Gráfico 22). Este percentual é maior na Região Sul, onde a proporção de municípios com conselho e municípios com fundo passa de 60,0%. Centro-Oeste vem em seguida, com 50,0% de seus municípios com conselho e/ou fundo. A Região Sudeste apresenta pouco mais de 42,0%, e as Regiões Norte e Nordeste continuam com os percentuais mais baixos, em torno de 30,0% de seus municípios possuindo conselho e/ou fundo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

A MUNIC também constatou que mais de 80,8% dos municípios do País possuíam, em 2009, cadastro das famílias interessadas em programas habitacionais. Este percentual vem crescendo em todas as regiões brasileiras desde que a pesquisa iniciou este tipo de indagação, em 2001. Naquela ocasião, o percentual de municípios que declarou ter cadastro desta demanda era de 56,0%. Por outro lado, pode-se constatar que não é só o número de municípios com cadastro que vem aumentando (Gráfico 23); também a informatização deste cadastro vem sendo uma realidade cada vez mais comum, já tendo atingido 45,3% dos municípios do País (2 519 municípios).

De acordo com as informações obtidas pela MUNIC 2009, pode-se concluir que uma parte importante do conjunto de municípios brasileiros continua sem dispor de uma estrutura institucional capaz de desenvolver uma adequada política na área da habitação. No entanto, a quase totalidade dos municípios com população acima de 100 000 habitantes possui esta estrutura mínima – muitos deles já com uma secretaria municipal exclusiva dedicada à questão habitacional – e praticamente a metade do conjunto de municípios brasileiros ou já tem plano de habitação ou está com ele em elaboração. No entanto, a questão da regularização fundiária tanto no que se refere à legislação específica quanto a um plano direcionado para o problema, só alcança alguma importância em municípios populosos.

É importante registrar que muitas municipalidades têm levantamentos da demanda existente, com cadastros, inclusive informatizados, das famílias interessadas em programas habitacionais, e que vem avançando, em todo o País, a expansão de Conselhos e de Fundos Municipais de Habitação.

Transporte

O transporte coletivo é um serviço essencial e influencia diretamente a qualidade de vida da população das cidades. Faz parte do cotidiano da maioria das pessoas que se deslocam para trabalhar, estudar, dentre outras atividades. Por outro lado, o transporte participa da dinâmica de desenvolvimento do município, e interfere concretamente em suas organizações espacial e social.

Assim, o transporte, entendido como a necessidade de deslocamentos do cidadão, deve ser tratado como processo que envolve todos os aspectos relativos à circulação, e sua gestão deve ser integrada com a gestão do trânsito e do sistema viário.

A gestão é definida como a atividade, a responsabilidade de comandar, e de dirigir um sistema seja municipal, estadual ou federal. É uma competência exclusiva do poder público que implica no exercício de funções de coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle e avaliação. O gestor municipal, ou seja, o governo municipal é representado, de maneira geral, onde existe, pelo órgão responsável pela área no âmbito de cada município. Executar a política de transporte local é competência do gestor municipal.

Órgãos gestores do transporte

Para um efetivo gerenciamento do transporte, é importante que a estrutura da gestão seja bem montada. Uma experiência bem-sucedida em alguns municípios é a existência de uma estrutura organizacional, dentro da prefeitura, para tratar da política, abrangendo as áreas de transporte, trânsito e vias públicas. O fato das três áreas estarem sob o mesmo comando facilita a ação articulada nos projetos comuns.

O órgão municipal responsável pela política do transporte pode ter características diversas. Pode se apresentar como parte integrante da administração direta ou indireta do município.

Em 2009, houve um pequeno decréscimo nos municípios com estrutura para tratar da política de transporte no País em relação a 2008, constituindo 75,5% de todos os municípios brasileiros. Deste total, 44,1% foram caracterizados como secretaria exclusiva ou em conjunto com outras políticas, justamente os que tiveram um pequeno aumento com relação ao ano de 2008 (Tabela 8).

Tabela 8 - Municípios, total e com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2008-2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor (%)					Órgão da administração indireta	Não possui estrutura específica (%)
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado à chefia do executivo		
2008								
Brasil	5 564	76,9	13,6	23,0	47,4	14,5	1,5	23,1
Até 5 000	1 267	66,1	14,6	26,6	37,9	20,9	-	33,9
De 5 001 a 10 000	1 290	74,2	12,7	24,7	44,3	18,3	-	25,8
De 10 001 a 20 000	1 385	78,1	14,3	21,0	52,0	12,6	0,1	21,9
De 20 001 a 50 000	1 037	83,0	12,9	20,9	56,2	9,8	0,2	17,0
De 50 001 a 100 000	319	90,0	9,4	19,9	53,0	12,2	5,6	10,0
De 100 001 a 500 000	229	96,1	12,3	27,7	40,0	6,4	13,6	3,9
Mais de 500 000	37	100,0	45,9	2,7	2,7	5,4	43,2	-
Grandes Regiões								
Norte	449	80,8	19,0	31,1	37,7	9,9	2,2	19,2
Nordeste	1 793	85,2	12,6	17,6	57,9	10,2	1,6	14,8
Sudeste	1 668	71,6	13,2	19,8	42,4	23,0	1,5	28,4
Sul	1 188	69,6	5,0	33,5	44,9	15,6	1,1	30,3
Centro-Oeste	466	79,0	32,6	24,2	35,1	6,8	1,4	21,0
2009								
Brasil	5 565	75,5	18,5	25,6	42,4	12,1	1,5	24,5
Até 5 000	1 257	67,3	18,7	28,5	34,3	18,6	-	32,7
De 5 001 a 10 000	1 294	71,3	16,6	30,2	38,8	14,4	-	28,7
De 10 001 a 20 000	1 370	75,8	20,8	23,5	45,0	10,7	-	24,2
De 20 001 a 50 000	1 055	80,5	17,7	22,3	51,5	8,4	0,2	19,5
De 50 001 a 100 000	316	87,7	13,4	22,0	51,3	9,0	4,3	12,3
De 100 001 a 500 000	233	97,0	20,8	26,1	35,8	4,4	12,8	3,0
Mais de 500 000	40	100,0	37,5	10,0	7,5	-	45,0	-
Grandes Regiões								
Norte	449	76,2	25,7	29,5	36,5	5,6	2,6	23,8
Nordeste	1 794	79,7	18,7	18,2	52,6	8,9	1,6	20,3
Sudeste	1 668	75,8	20,0	23,8	34,9	19,9	1,4	24,2
Sul	1 188	67,9	6,6	37,9	44,2	10,3	1,0	32,1
Centro-Oeste	466	76,8	32,1	30,4	29,1	7,5	0,8	23,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008-2009.

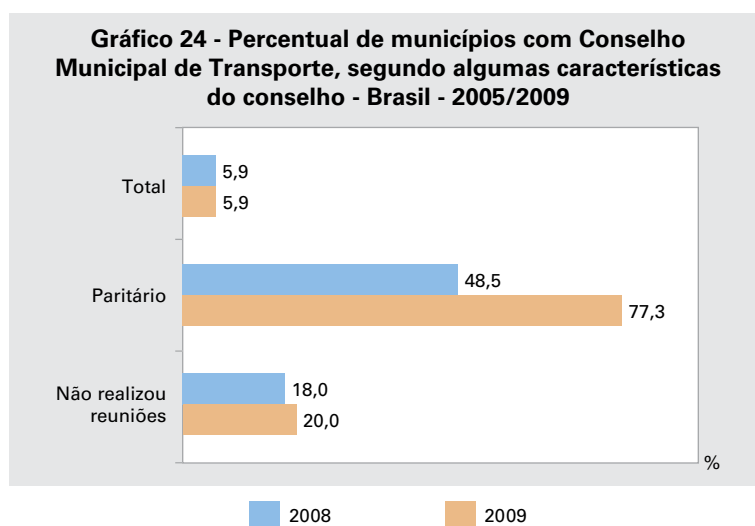
Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

A existência de órgão gestor para o transporte é diretamente proporcional à classe de tamanho da população dos municípios. Quanto maior a classe, maior o percentual de municípios com estrutura. Todos os municípios com mais de 500 000 habitantes possuíam órgãos de transporte, sendo que, em 2009, 37,5% caracterizados como secretaria exclusiva e 45,0% ligados à administração indireta. Nos municípios com 100 001 a 500 000 habitantes, a política de transporte, fazendo parte da estrutura organizacional da prefeitura, está presente em mais de 97,0%. Por região, o destaque continua sendo a Região Nordeste (79,7%), em 2009, seguida da Região Centro-Oeste (76,8%).

Conselho Municipal de Transporte

A criação de um Conselho Municipal de Transporte vem atender ao novo desenho institucional do Estado brasileiro, que projeta sua ênfase na descentralização administrativa, atribuindo novas responsabilidades locais ao executivo municipal e incitando uma maior participação popular na organização e gestão de políticas e recursos de áreas específicas.

O Gráfico 24 demonstra que, em 2009, se manteve no mesmo patamar o número de Conselhos Municipais de Transporte no País, constituindo 5,9% de todos os municípios brasileiros. Deste total, 252 conselhos (77,3%) são compostos por partes iguais de representantes do governo e da sociedade civil. Houve um aumento na representatividade cidadã da ordem de 28,8%, com relação a 2008, que apresentava um percentual de 48,5% de conselhos paritários.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008-2009.

No que diz respeito à regularidade das reuniões, o Gráfico 24 mostra que houve um incremento dos municípios que não realizaram reuniões do conselho nos últimos 12 meses que, em 2008, representava 18,0% e, em 2009, passou para 20,0% dos respectivos totais de municípios com conselhos.

Tipos de transporte

Considerando os tipos de transporte (com exceção do transporte coletivo por ônibus) existentes nos municípios, nota-se um crescimento no percentual de municípios que possuem transporte por barco, metrô, mototáxi, trem e *van*. Houve um decréscimo apenas nos municípios com transporte coletivo por táxi (Tabela 9), e apenas nos municípios com até 10 000 habitantes.

Dos 5 565 municípios brasileiros, o transporte por barco está presente em 11,3% destes, e assim como em 2008, com grande relevância na Região Norte, por se tratar de uma região onde o transporte fluvial se faz muito presente, 51,4% dos municípios possuem este serviço de transporte, percentual bem maior do que os das demais regiões.

Tabela 9 - Municípios, total e com serviços de transporte, por tipo de serviço, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2008-2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios						Com serviço de transporte por van (1)
	Total	Tipo de serviço (%)					
		Com serviço de transporte por barco	Com serviço de transporte por metrô	Com serviço de transporte por mototáxi	Com serviço de transporte por táxi	Com serviço de transporte por trem	
2008							
Brasil	5 564	10,5	0,3	52,7	81,5	1,5	59,9
Até 5 000	1 267	4,0	-	31,1	71,0	0,1	42,3
De 5 001 a 10 000	1 290	7,4	-	47,2	78,2	0,3	55,8
De 10 001 a 20 000	1 385	12,2	-	60,2	80,6	0,6	64,8
De 20 001 a 50 000	1 037	16,9	-	70,4	90,4	1,2	74,4
De 50 001 a 100 000	319	15,0	0,3	69,9	97,8	3,4	74,0
De 100 001 a 500 000	229	15,3	1,3	55,5	98,7	15,3	63,8
Mais de 500 000	37	27,0	29,7	48,6	100,0	37,8	73,0
Grandes Regiões							
Norte	449	48,6	-	75,9	67,7	1,6	58,8
Nordeste	1 793	11,5	0,2	88,2	66,1	1,3	86,6
Sudeste	1 668	5,2	0,3	28,5	93,3	2,9	53,2
Sul	1 188	4,6	0,4	16,9	93,3	0,5	41,6
Centro-Oeste	466	3,4	0,2	72,3	82,2	-	29,4
2009							
Brasil	5 565	11,3	0,3	53,9	80,8	3,0	66,7
Até 5 000	1 257	4,1	-	30,3	69,2	0,6	45,9
De 5 001 a 10 000	1 294	8,2	-	50,1	76,0	0,9	61,7
De 10 001 a 20 000	1 370	13,1	-	61,5	81,2	1,7	74,6
De 20 001 a 50 000	1 055	17,9	0,1	71,8	90,5	2,7	81,5
De 50 001 a 100 000	316	17,1	0,3	70,6	97,2	8,2	77,8
De 100 001 a 500 000	233	17,2	1,7	54,1	99,6	22,7	76,4
Mais de 500 000	40	27,5	22,5	52,5	100,0	47,5	80,0
Grandes Regiões							
Norte	449	51,4	-	80,4	69,3	2,0	63,5
Nordeste	1 794	13,0	0,3	87,6	67,2	2,7	89,4
Sudeste	1 668	5,2	0,2	31,4	92,9	5,4	61,8
Sul	1 188	5,0	0,3	17,8	89,5	1,3	50,1
Centro-Oeste	466	4,7	0,2	71,5	79,4	0,9	42,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008-2008.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

(1) Foi considerado como *van* o transporte feito por kombi, perua, veraneio, entre outros.

No caso do metrô, este serviço de transporte está presente apenas nos municípios com mais de 50 000 habitantes, sendo o maior percentual naqueles com mais de 500 000 habitantes (22,5%), por se tratar de um transporte de massa, que precisa de um volume de investimento grande e com retornos financeiros de longo prazo. Cabe ressaltar que nos municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal o metrô é subterrâneo em grande parte de seu percurso; nos demais, apenas de superfície.

Em 53,9% dos municípios há serviço de transporte por mototáxi. Percebe-se uma maior presença deste serviço nos municípios com população nas classes com mais de 20 000 a 100 000 habitantes. Na Região Norte, 80,4% dos municípios contam com este serviço, e a maior proporção chega a 87,6% na Região Nordeste.

Em 2008, 59,9% dos municípios declararam ter serviço de transporte feito por van, e, naqueles com população na classe de 20 001 a 50 000 habitantes, este percentual atinge 74,5%. Já em 2009, o percentual de municípios com este serviço chegou a 66,7%, tendo atingido 81,5% entre aqueles com 20 001 a 50 000 habitantes. A Região Nordeste continua com o maior percentual de municípios com este serviço desde 2008; em 2009, 89,4% afirmaram dispor do mesmo.

Considerando estes seis tipos de serviços de transporte pesquisados tanto em 2008 como em 2009, pode-se afirmar que neste intervalo de tempo, os serviços mais presentes nos municípios no ano de 2008, táxi, mototáxi e van, são os mesmos em 2009.

Transporte coletivo por ônibus

Na ano de 2008, introduziu-se a questão da existência de transporte coletivo por ônibus intermunicipal e se este serviço atendia a bairros, distritos e localidades dentro dos municípios por onde trafegava, e o quesito foi mantido com a mesma estrutura em 2009. De 2008 para 2009, cresceu o número de municípios que declararam ter transporte coletivo por ônibus intermunicipal, passando de 4 547 para 4 743 municípios, respectivamente. Assim como aumentou também o número de municípios onde este serviço atende, também, aos deslocamentos feitos dentro do próprio município 2 563, em 2008, e 2 706, em 2009 (Tabela de resultados 115).

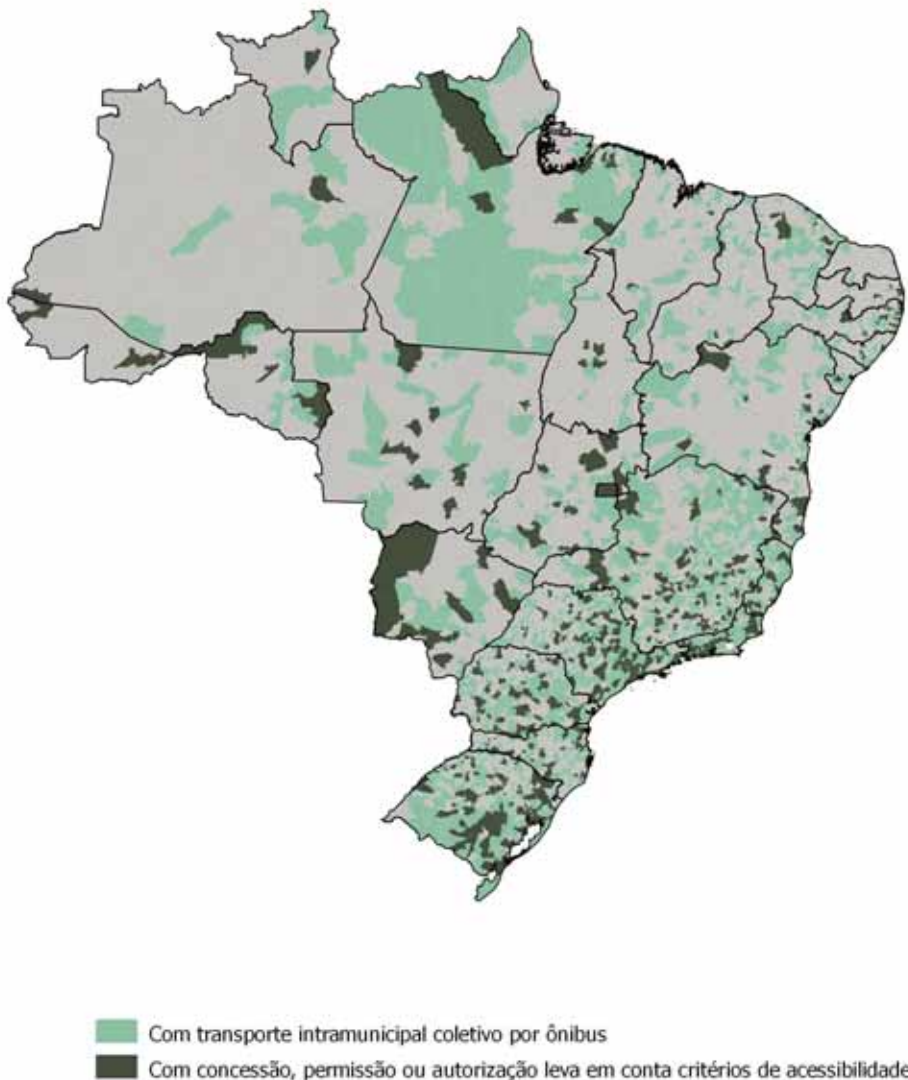
Com relação ao transporte coletivo por ônibus intramunicipal, ou seja, aquele que circula apenas dentro do município, os números mostram que subiu de 1 674 para 2 018 o número dos municípios brasileiros com a existência deste serviço dentro de seu território do ano de 2008 para 2009.

Quando o assunto qualidade dos transportes é posto como tema principal de análises sob o foco dos municípios, dois conceitos têm destaque: Mobilidade e Acessibilidade, querem enfocando o cidadão, querem o veículo. Mas sempre cabe destacar que o veículo é encarregado de realizar o transporte dos cidadãos.

No dilema da qualidade dos transportes enfocando o cidadão e o veículo, deve-se garantir a resolução da divisão da política de transportes que existe dentro das cidades; oferecer condições para os cidadãos realizarem deslocamentos individuais de forma segura, e dar condições para que o trânsito urbano seja o mais acessível possível e tenha boas condições de mobilidade.

Pela primeira vez, os gestores foram questionados sobre a preocupação de, em realizada uma concessão, permissão ou autorização para a exploração dos serviços de transporte coletivo por ônibus intramunicipal, se são considerados os critérios e normas técnicas de acessibilidade, ter toda ou parte da frota de veículos adaptada para a utilização com segurança de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A partir dos resultados obtidos, tem-se que em 29,2% dos municípios do Brasil os critérios de acessibilidade são considerados, sendo que as Regiões Sudeste e Sul são responsáveis por 76,7% destes.

Cartograma 3 - Municípios com transporte intramunicipal coletivo por ônibus e com concessão, permissão ou autorização levando em conta critérios de acessibilidade – 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Saúde

A Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, estabeleceu um importante marco para a saúde pública do País, definindo-a em seu Art. 196 como direito de todos e dever do Estado. O texto constitucional prevê o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, com regionalização e hierarquização, descentralização com direção única em cada esfera de governo, participação da comunidade e atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais. Neste contexto, a Constituição e os demais dispositivos legais dela decorrentes definem e tornam relevante a participação dos municípios, como entes federados, no Sistema Único de Saúde- SUS do Brasil.

Em 19 de setembro de 1990, através da Lei Orgânica da Saúde, foram definidas as atribuições do SUS em seus três níveis de governo, competindo aos municípios ações que vão desde o planejamento do sistema à execução dos serviços de saúde de diversas naturezas (epidemiológica, sanitária, de saneamento, etc.), bem como a formação de consórcios administrativos intermunicipais e a fiscalização de serviços privados de saúde, com autonomia para normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação. Desde então, amparado na legislação básica do SUS, que se constitui de decretos, leis, normas e portarias do Ministério da Saúde, os municípios têm assumido papel cada vez mais importante na prestação e no gerenciamento dos serviços de saúde e na administração financeira da área, consolidando um dos princípios do SUS, que é o da descentralização político-administrativa.

Em 2009, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC investigou, pela primeira vez, alguns aspectos relacionados à organização da saúde nos municípios brasileiros. Trata-se de características gerais referentes à caracterização do órgão gestor da saúde e a escola-

ridade do seu titular, a existência do Conselho Municipal de Saúde, sua característica e funcionamento nos últimos 12 meses, a existência de plano municipal de saúde e o seu ano de criação. Pesquisou, também, a existência de alguns estabelecimentos de saúde e a quantidade de equipes do programa de saúde da família, evidenciando os quantitativos de alguns profissionais (médicos, odontólogos e enfermeiros) na composição das equipes. A MUNIC levantou, ainda, informações sobre a participação dos municípios em consórcios públicos e em parcerias com o setor privado na área da saúde.

Os municípios participam do SUS por meio de suas estruturas responsáveis pela saúde. Um órgão municipal desta área pode apresentar variações quanto ao modelo organizacional. Deste modo, a saúde pode ser gerida por secretaria municipal encarregada exclusivamente da área ou tratada em conjunto com outras políticas públicas, ou, ainda, por outras unidades da administração direta ou indireta do poder executivo municipal.

Os dados da MUNIC 2009 revelam que 82,5% dos municípios brasileiros tinham secretarias municipais exclusivas como órgão gestor da saúde, enquanto em 13,2% dos municípios a questão saúde era tratada em secretarias conjuntas com outras áreas. Em 3,8% dos municípios do País as políticas de saúde estavam sob a responsabilidade de outro setor diretamente subordinado à chefia do executivo municipal. Apenas 0,4% dos municípios tinha a gestão da saúde vinculada a um setor subordinado à outra secretaria ou a administração indireta. Além disso, as formas de organização investigadas apresentam pequena variação conforme o porte populacional do município, sendo menos frequente, porém hegemônica, as secretarias exclusivas da saúde nos municípios com até 5 000 habitantes (Tabela 10).

Tabela 10 - Percentual de municípios, por órgão responsável pela saúde, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2009

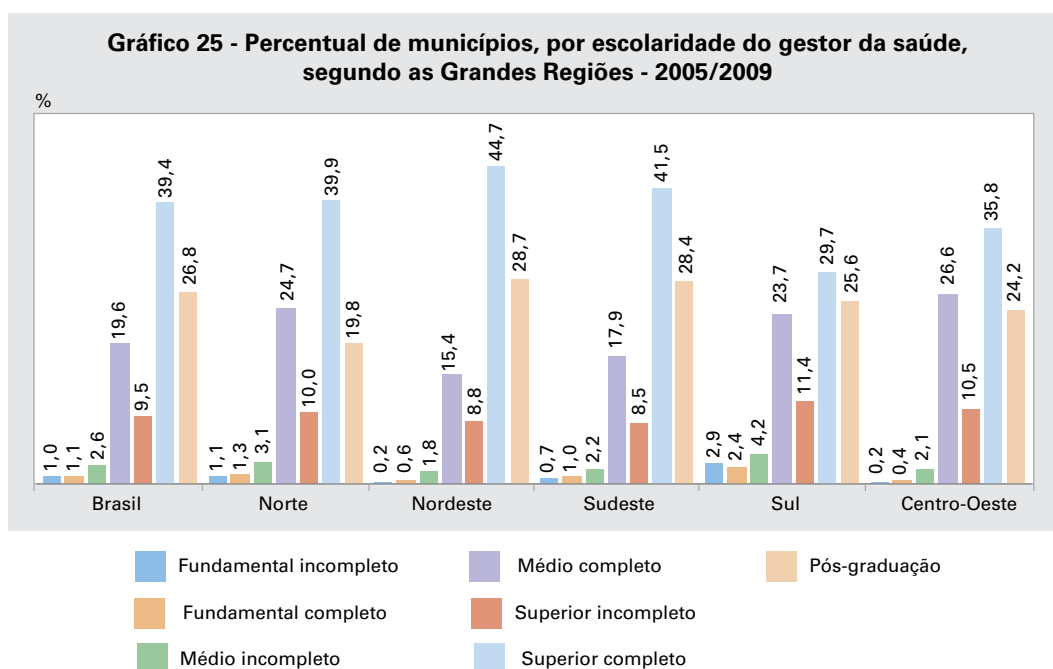
Classes de tamanho da população dos municípios	Percentual de municípios, por órgão responsável pela saúde (%)				
	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta
Total	82,5	13,2	0,2	3,8	0,2
Até 5 000	67,8	24,7	0,5	6,9	0,2
De 5 001 a 10 000	79,8	15,1	0,4	4,8	0,0
De 10 001 a 20 000	87,2	9,6	0,1	3,0	0,1
De 20 001 a 50 000	90,7	7,6	0,0	1,7	0,0
De 50 001 a 100 000	94,3	4,1	0,0	0,6	0,9
De 100 001 a 500 000	95,3	2,6	0,4	0,4	1,3
Mais de 500 000	92,5	2,5	0,0	0,0	5,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Para fins de caracterização da formação do titular do órgão gestor da saúde nos municípios, a MUNIC levantou a escolaridade destes gestores, agrupando-a conforme o seu nível ou grau. Os dados mostram que 66,2% dos titulares das gestões municipais

da saúde concluíram o nível superior, e 26,8% atingiram escolaridade em nível de pós-graduação. No outro extremo, estão 4,7% dos titulares que não haviam concluído o ensino médio, em 2009. Os diferenciais por Grandes Regiões evidenciam que no Nordeste e no Sudeste estavam os maiores percentuais de gestores municipais de saúde com o curso superior concluído, respectivamente, 73,4% e 69,9% (Gráfico 25).



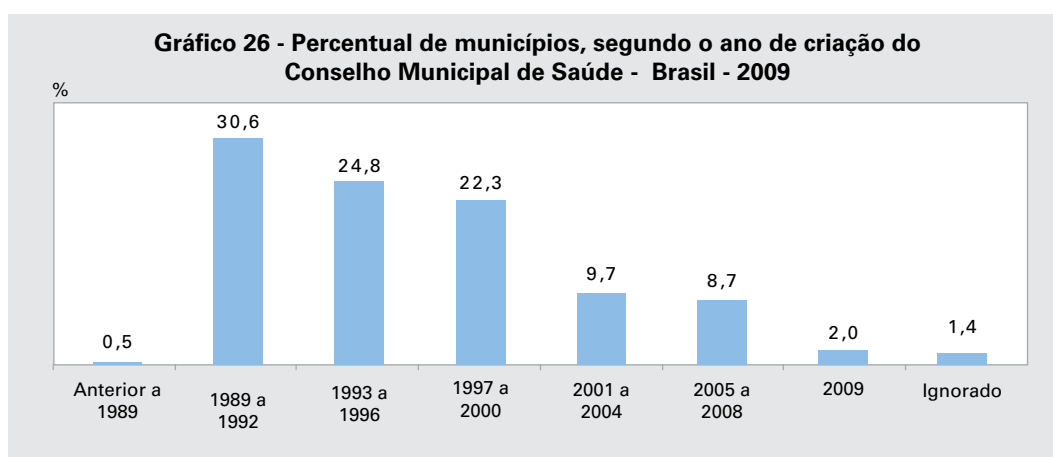
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Destaque-se que dos 55 gestores da saúde que não haviam concluído o ensino fundamental, 21 eram responsáveis por uma secretaria que tratava da área de saúde em conjunto com outras políticas setoriais, 28 gerenciavam secretarias exclusivas para as políticas de saúde e seis estavam em outros setores subordinados diretamente à chefia do executivo municipal. Há que se ressaltar, também, que dos que declararam escolaridade de nível superior, 529 são médicos e 793, enfermeiros, respectivamente, 9,5% e 14,2% do total de titulares dos órgãos municipais responsáveis pela saúde.

A participação da sociedade é um importante princípio do SUS previsto na Constituição brasileira e regulado pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Os usuários participam da gestão do SUS através das conferências de saúde, que ocorrem em todos os níveis, e através dos Conselhos Municipais de Saúde, cuja composição consiste na representação do governo, dos prestadores de serviços público, privado e filantrópico, dos profissionais de saúde e das comunidades usuárias dos serviços de saúde pública⁷. A lei supracitada define que a representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências é paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos. Deste modo, objetivou-se a participação da sociedade civil na gestão e controle do SUS.

⁷ Segundo o Ministério da Saúde, os Conselhos de Saúde são órgãos permanentes e de caráter deliberativo.

Considerando as características descritas em lei, a MUNIC levantou junto as 5 565 prefeituras municipais algumas informações relativas aos Conselhos Municipais de Saúde. Os dados mostram que, em 2009, 148 municípios declararam não ter o Conselho de Saúde. Dentre os que mantinham o Conselho de Saúde, 30,6% o haviam criado, nos primeiros anos após a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Saúde, entre 1989 e 1992 (Gráfico 26), com destaque para o ano de 1990, época na qual foram criados 1 267 Conselhos Municipais de Saúde. O gráfico revela, ainda, que nas três gestões municipais posteriores à proclamação da Carta Magna mais de 2/3 dos municípios tinham implantado seus Conselho de Saúde.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Os resultados da MUNIC revelam também que em 195 municípios os conselhos não são paritários como determina a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e, dentre os que têm conselho no qual há paridade entre os usuários, o sistema público municipal de saúde e os demais segmentos representados, em 12,1% (634 municípios), o caráter do Conselho de Saúde não é deliberativo (Tabela 11).

Tabela 11 - Total de municípios cujos conselhos de saúde não são deliberativos, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de municípios cujos conselhos de saúde não são deliberativos	Classes de tamanho da população dos municípios	Total de municípios cujos conselhos de saúde não são deliberativos
Total	634	De 20 001 a 50 000	94
Até 5 000	181	De 50 001 a 100 000	23
De 5 001 a 10 000	177	De 100 001 a 500 000	12
De 10 001 a 20 000	144	Mais de 500 000	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Destaque-se também que 63 municípios com Conselho Municipal de Saúde instituído responderam não ter realizado reunião nos últimos 12 meses.

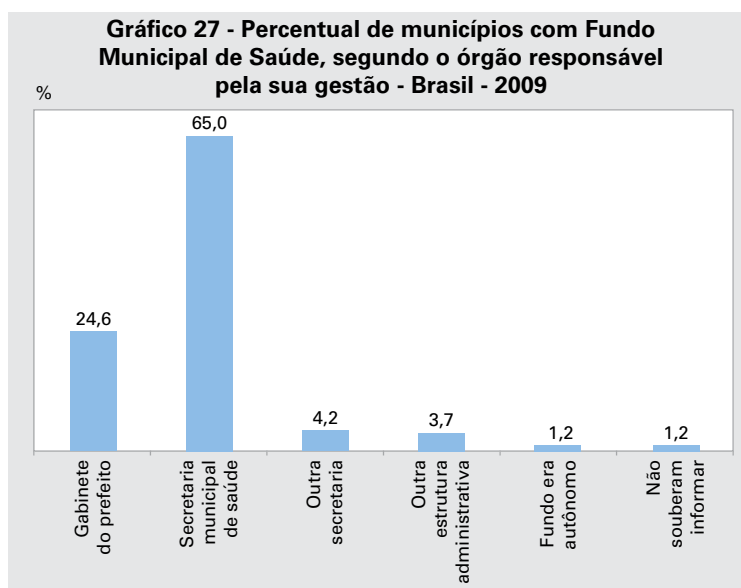
Com a implantação da descentralização da gestão das ações e dos serviços de saúde, transferindo-se para o município os recursos e as responsabilidades pela definição e operação da política saúde no âmbito de abrangência, passou-se a utilizar os Fundos Municipais de Saúde como instrumento de gestão dos recursos específicos, transferidos da União, do Estado e do próprio município, para financiamento da saúde local.

A participação de cada ente federado no financiamento do SUS é definida por diversas normas editadas pelo Ministério da Saúde. Esse financiamento e a consequente estrutura do programa de saúde de cada município estão relacionadas à condição da gestão em que o município esteja habilitado, conforme Norma Operacional da Assistência à Saúde NOAS-SUS 01/2002 (Portaria MS/GM nº. 373, de 27 de fevereiro de 2002) e da obtenção de outras fontes.

Os municípios têm por obrigação, desde 2004 (Portaria nº 2.047, de 5 de novembro de 2002), investir 15% de suas receitas orçamentárias no financiamento do SUS.

O Fundo Municipal de Saúde é um instrumento legal, de natureza contábil, orçamentária e financeira, cujo objetivo é gerir centralizadamente, com racionalidade e transparência, a totalidade dos recursos da saúde do município. Conforme as diretrizes do SUS, os recursos que se destinam ao financiamento de ações e serviços de saúde deverão compor esse fundo, a ser gerido de forma democrática e transparente, pelo gestor municipal da saúde, sob fiscalização da sociedade organizada, representada no Conselho Municipal de Saúde.

A análise dos resultados da pesquisa, para o conjunto do País, mostrou que, em 2009, 6,5% dos municípios não tinham Fundo Municipal de Saúde. Como é demonstrado no Gráfico 27, dos 5 204 municípios que tinham o fundo institucionalizado, em 65,0% dos casos o órgão responsável pela sua gestão era a Secretaria Municipal de Saúde. Foi relevante também a proporção de municípios cuja administração do fundo estava a cargo do gabinete do prefeito (24,6%). Em 4,2% dos municípios a estrutura responsável por este fundo era outra secretaria. Em 1,2% dos casos a administração municipal não soube informar o órgão responsável pela atividade aqui arrolada.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

É importante mencionar, ainda, que a existência de um Plano Municipal de Saúde foi verificada em 79,3% dos municípios que tinham Fundo Municipal de Saúde.

Faz-se relevante considerar esses instrumentos de gestão e de controle social na área da saúde, visto que regulados por diversos dispositivos legais estabelecem a obrigatoriedade de sua elaboração e atualização periódica, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS; e definem as bases para transferência de recursos e, especificamente no caso do plano municipal de saúde, é um requisito a ser cumprido pelos municípios para habilitação dentro de uma das modalidades de gestão. Entretanto, a pesquisa revela haver disparidades entre as obrigações legais e a existência de fato desses instrumentos em alguns municípios brasileiros.

Equipes de Saúde da Família

A estratégia Saúde da Família, enquanto expansão e qualificação da atenção básica, compõe uma das prioridades políticas apresentadas pelo Ministério da Saúde e aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde.

A Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade.

As equipes são compostas, no mínimo, por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde. Quando ampliada, conta ainda com: um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental. Cada equipe se responsabiliza pelo acompanhamento de 1 000 famílias de uma determinada área, cerca de 3 000 a 4 500 pessoas (Portaria nº 1.886/GM, de 18 de dezembro de 1997), e estas passam a ter corresponsabilidade no cuidado à saúde.

A MUNIC 2009 levantou o número de municípios que possuem equipes de saúde no Programa Saúde da Família e o número de alguns dos profissionais destas equipes. Cerca de 95,0% dos municípios brasileiros referem a presença de equipes de saúde da família, variando de 99,6% na Região Centro-Oeste e 99,5% na Região Nordeste até 89,9% na Região Sudeste. Apenas em 275 municípios não se refere a existência do programa.

Ao analisar a distribuição destas equipes em relação ao porte populacional dos municípios e à cobertura da população, percebe-se uma maior presença nos municípios com menos de 100 000 habitantes (Tabela 12). Considerando o parâmetro de cobertura de 4 500 habitantes por equipe, constata-se que 12,8% (35) dos municípios com 100 000 ou mais habitantes apresentam quantidade de equipes suficientes para cobrir toda população dentro dos parâmetros estabelecidos, o que representa apenas 7,5% da população dos municípios deste porte. Por outro lado, 73,2% dos municípios com menos de 100 000 habitantes atingem a quantidade de equipes necessárias representando 54,9% da população dos municípios deste porte.

No total do País, mais de 70,0% dos municípios estão dentro deste parâmetro de quantidade de equipes suficientes para 100,0% cobertura de sua população, porém, representam apenas 29,1% da população brasileira.

Quanto à composição destas equipes, oito municípios que referem a existência de Programa Saúde da Família (15 equipes) não registraram a presença de médicos, enquanto cerca de 10,0% dos municípios referem a existência de mais de um médico por equipe, num total de 32 445 médicos. Enfermeiros, que somam 33 883 profissionais, trabalhando nas equipes do programa, não foram referidos em 20 municípios (48 equipes). Os odontólogos somam 21 888 e estão presentes em 93,0% dos municípios.

Tabela 12 - Distribuição das equipes do Programa de Saúde da Família, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios	Total dos municípios			Municípios com 1 ou mais equipes do Programa de Saúde da Família para cada 4 500 hab.			
	Número	População	Equipes (Programa de Saúde da Família)	Número	População	Percentual de municípios (%)	Percentual da população (%)
Total	5 565	191 506 729	31 756	3 907	55 711 194	70,2	29,1
Menor que 100 000	5 292	87 340 879	20 926	3 872	47 942 195	73,2	54,9
De 100 000 ou mais	273	104 165 850	10 830	35	7 768 999	12,8	7,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisas de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Segurança

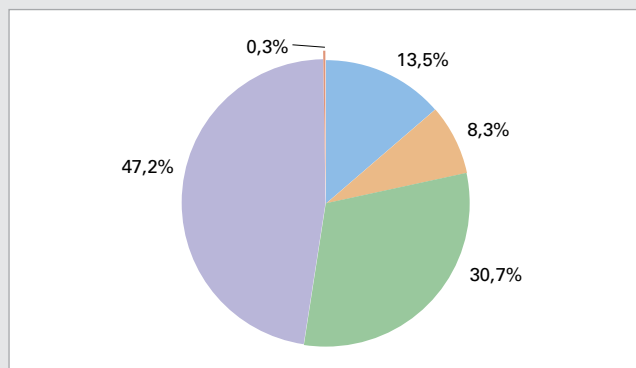
O tema segurança faz parte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC desde 1999, quando foi realizado o primeiro levantamento do número de municípios que possuíam Guarda Municipal e o efetivo desta. Desde então, uma série de questionamentos vêm sendo feitos e aperfeiçoados com o objetivo de fornecer respostas mais precisas e atualizadas, que auxiliem, da forma mais clara possível, as administrações municipais a lidar com a segurança pública no âmbito da própria prefeitura.

Há esferas da vida social que fazem parte das políticas públicas de forma prioritária, como saúde e educação, sempre presentes no administrativo municipal na forma de secretarias exclusivas ou em conjunto com outras secretarias municipais. Quando o assunto é segurança, tal unanimidade não acontece, até porque a necessidade de se criar uma estrutura específica na esfera municipal para cuidar da segurança pública nem sempre existe.

De acordo com os dados obtidos na MUNIC 2009, a proporção de municípios com estrutura organizacional específica para tratar de assuntos ligados à segurança pública é a mesma encontrada pela pesquisa em 2006: 22,1% dos 5 565 municípios brasileiros. Destacam-se os Estados do Rio de Janeiro e Piauí, que apresentam, respectivamente, 68,5% e 60,3% de seus municípios com mecanismos formais para lidar com a segurança pública.

Um total de 166 municípios brasileiros informou ter uma secretaria exclusiva para tratar dos assuntos da segurança pública, o que representa 13,5% dos municípios com estrutura organizacional na área. Observa-se, ainda, no Gráfico 28, que na maioria dos municípios que informaram ter essa estrutura, o prefeito municipal é o principal gestor das políticas de segurança.

Gráfico 28 - Proporção de municípios por caracterização do órgão gestor da segurança pública, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009



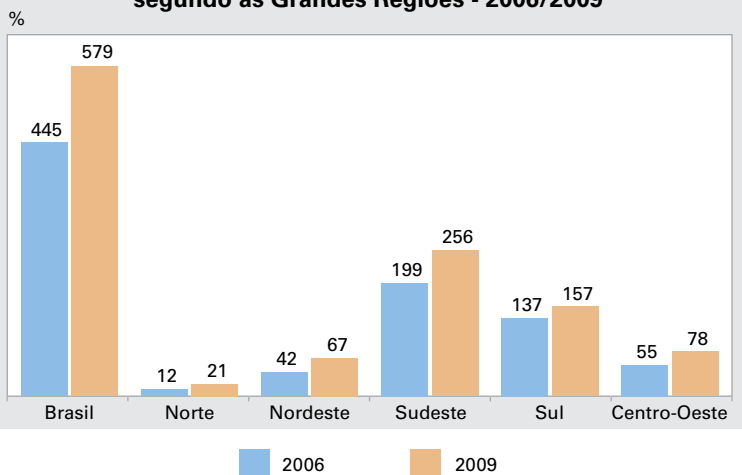
- Secretaria municipal exclusiva
- Secretaria municipal em conjunto com outras políticas
- Setor subordinado a outra secretaria
- Setor subordinado diretamente à chefia do executivo
- Órgão da administração indireta

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

A existência de Conselhos Municipais de Segurança Pública foi investigada junto às prefeituras municipais desde a última edição da MUNIC 2006, uma vez que constitui importante instrumento de participação da população na elaboração e implementação de políticas públicas.

O número de municípios com conselhos na área, que, em 2006, era de 445, aumentou para 579 no ano de 2009. No Gráfico 29, observa-se o quanto esse aumento ocorreu nas Grandes Regiões.

Gráfico 29 - Municípios com Conselho Municipal de Segurança, segundo as Grandes Regiões - 2006/2009

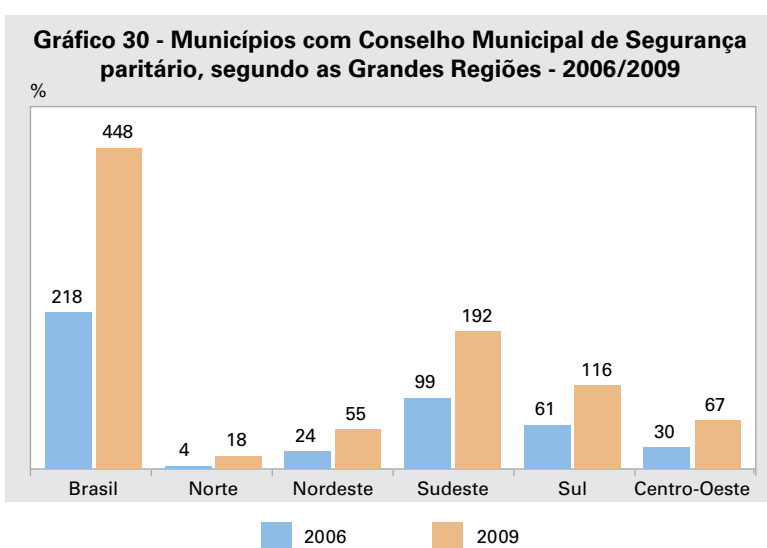


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.

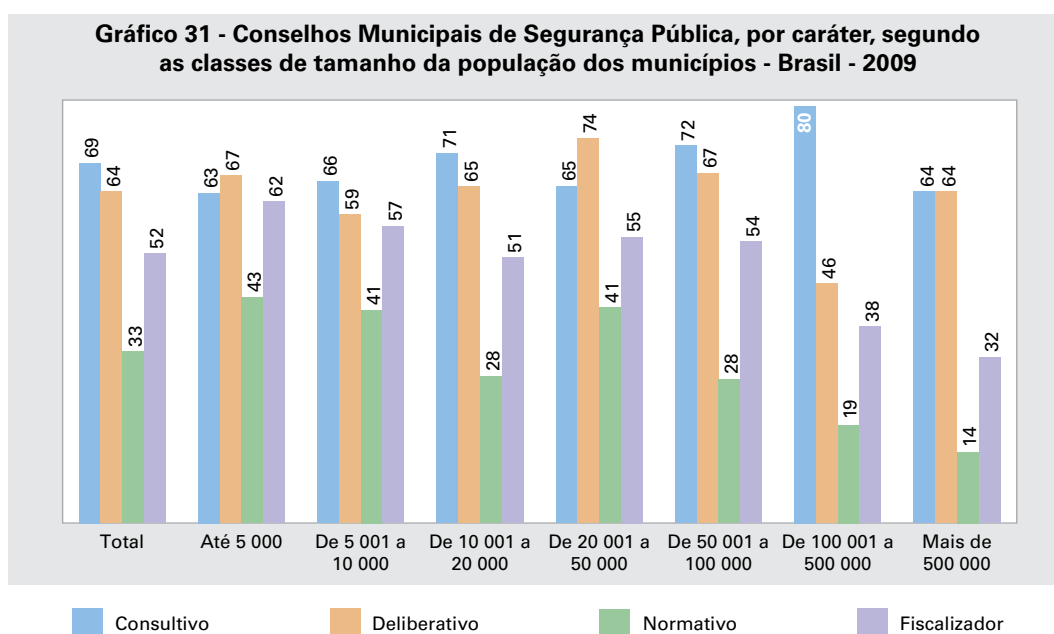
Dos 579 municípios com Conselho Municipal de Segurança Pública em 2009, em 448 (77,4%) apresentam composição paritária. Esse total ultrapassa em muito o resultado obtido na pesquisa de 2006, conforme o Gráfico 30, que mostra, em números absolutos, o número de municípios que informaram ter conselheiros do poder público em número igual ao daqueles da sociedade civil.

Além da existência e composição dos conselhos, foram pesquisadas também as funções dos mesmos, chegando-se aos seguintes resultados: em 69,1% dos municípios com Conselho Municipal de Segurança Pública em 2009, o caráter do mesmo era consultivo, isto é, o papel de seus integrantes era o de estudar e apontar ações ou políticas consideradas adequadas ou viáveis pelos mesmos. Já 63,3% dos municípios com conselho informaram ser o mesmo deliberativo, ou seja, com integrantes com o poder de decidir sobre a implantação de políticas ou administração de recursos. Com a atribuição de fiscalizar a implementação e o funcionamento de políticas ou a administração de recursos, 51,6% dos municípios com Conselho Municipal de Segurança Pública responderam afirmativamente.

No Gráfico 31, observa-se a distribuição desses conselhos em 2009, segundo suas funções, por classes de tamanho da população dos municípios.



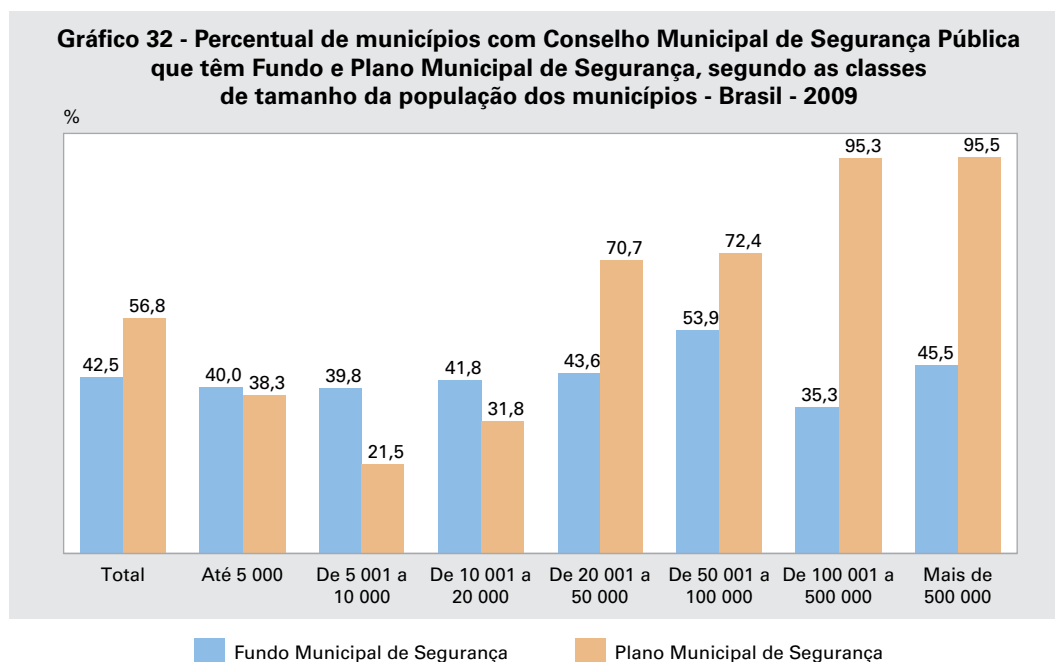
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Observa-se no Gráfico 32 o percentual de municípios que contam com Conselho Municipal de Segurança Pública que informaram ter Fundo e Plano Municipal de Segurança como meios de otimizar a administração de recursos financeiros e a definição de planos de ação estratégicos na área de segurança pública.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

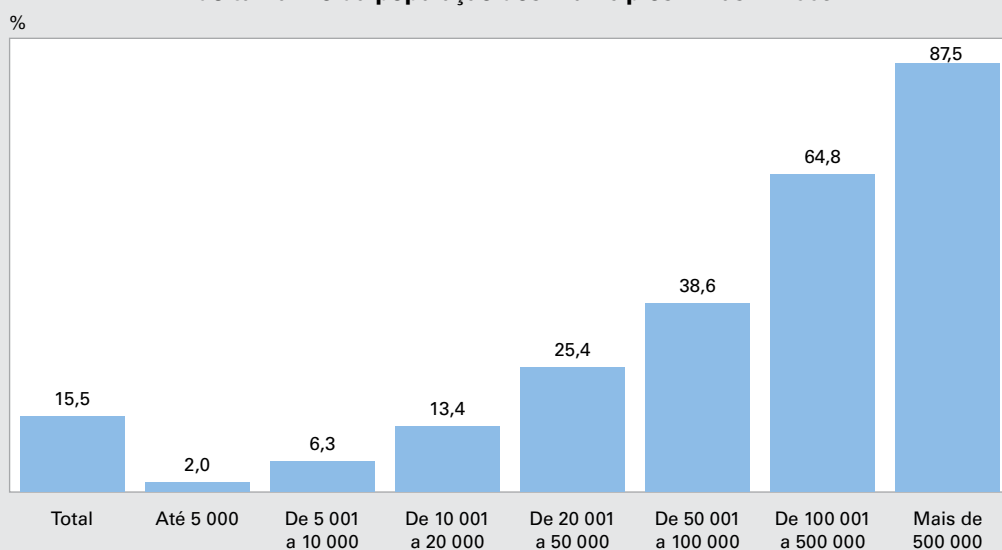
Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1^o de julho.

Como tem sido destacado nas edições anteriores da MUNIC 2002, 2004 e 2006, a existência de Guarda Municipal está diretamente vinculada ao tamanho da população residente no município. Quanto maior o número de habitantes, mais frequente é a existência da mesma, como se observa no Gráfico 33. Se forem destacados apenas os municípios com população superior a 100 000 habitantes, tem-se um percentual de 76,2% com Guarda Municipal. Já nos municípios com menor porte populacional, verifica-se uma reduzida presença desse aparato em 2009, 4,2%.

Comparados com os dados obtidos em 2006, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais registrou, de 2006 para 2009, um aumento de 1,4% nas prefeituras municipais que informaram ter Guarda Municipal no Brasil e de 5,9% nos municípios com mais de 100 000 habitantes. Já naqueles com até 10 000 habitantes, esse aumento foi de 3,8%.

De acordo com o Gráfico 34, a presença de Guarda Municipal nos estados varia de 0,0% (Acre) a 73,9% (Rio de Janeiro). Acrescenta-se, ainda, que além do Acre, os Estados de Rondônia (1,9%), Roraima (6,7%) e Piauí (5,8%) mantiveram o mesmo quantitativo apresentado em 2006, diferente das outras Unidades da Federação, que em sua maioria apresentaram aumento no número de municípios com Guarda Municipal.

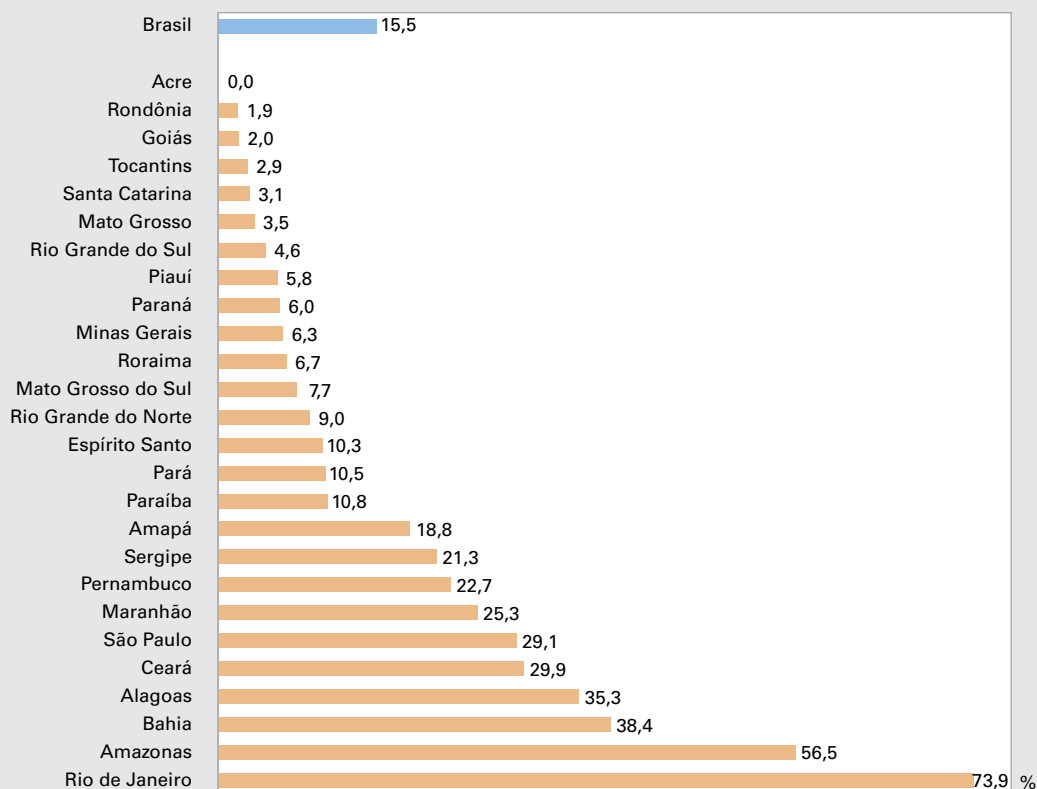
Gráfico 33 – Percentual de municípios com Guarda Municipal, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

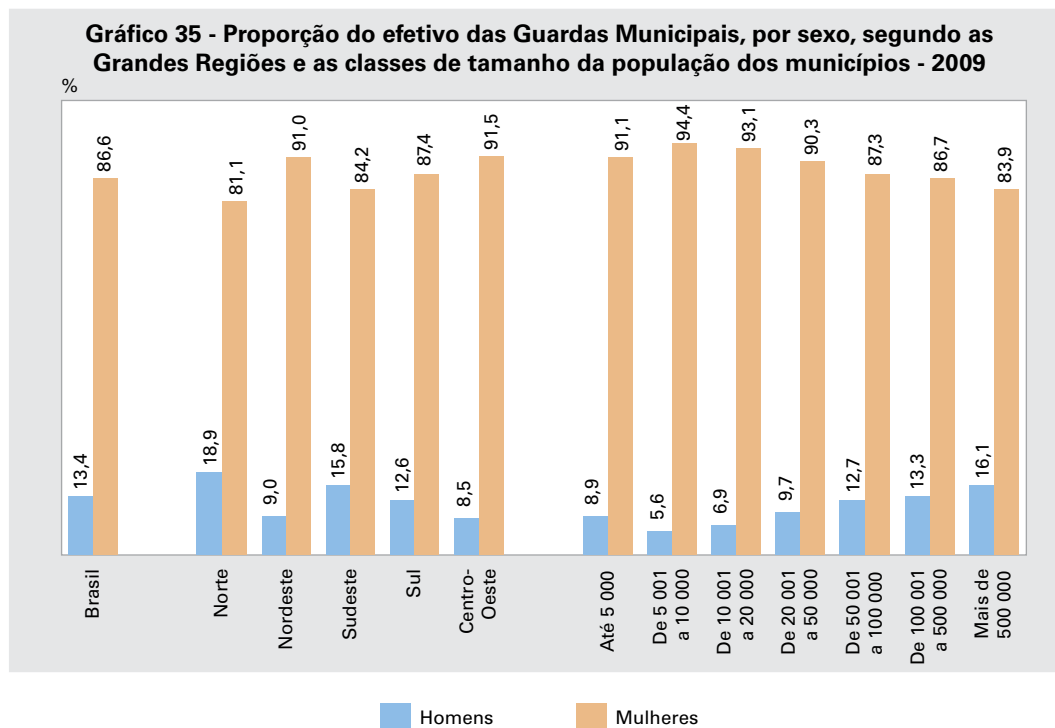
Gráfico 34 - Percentual, em ordem crescente, de municípios com Guarda Municipal, segundo as Unidades da Federação - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nos municípios com mais de 100 000 habitantes (273 municípios) estão concentrados 68,2% do total do efetivo das Guardas Municipais no Brasil (58 760).

O percentual de mulheres (13,4%) nas Guardas Municipais ainda é muito inferior ao dos homens (86,6%) e apresentou um discreto aumento de 0,4% em relação a 2006.

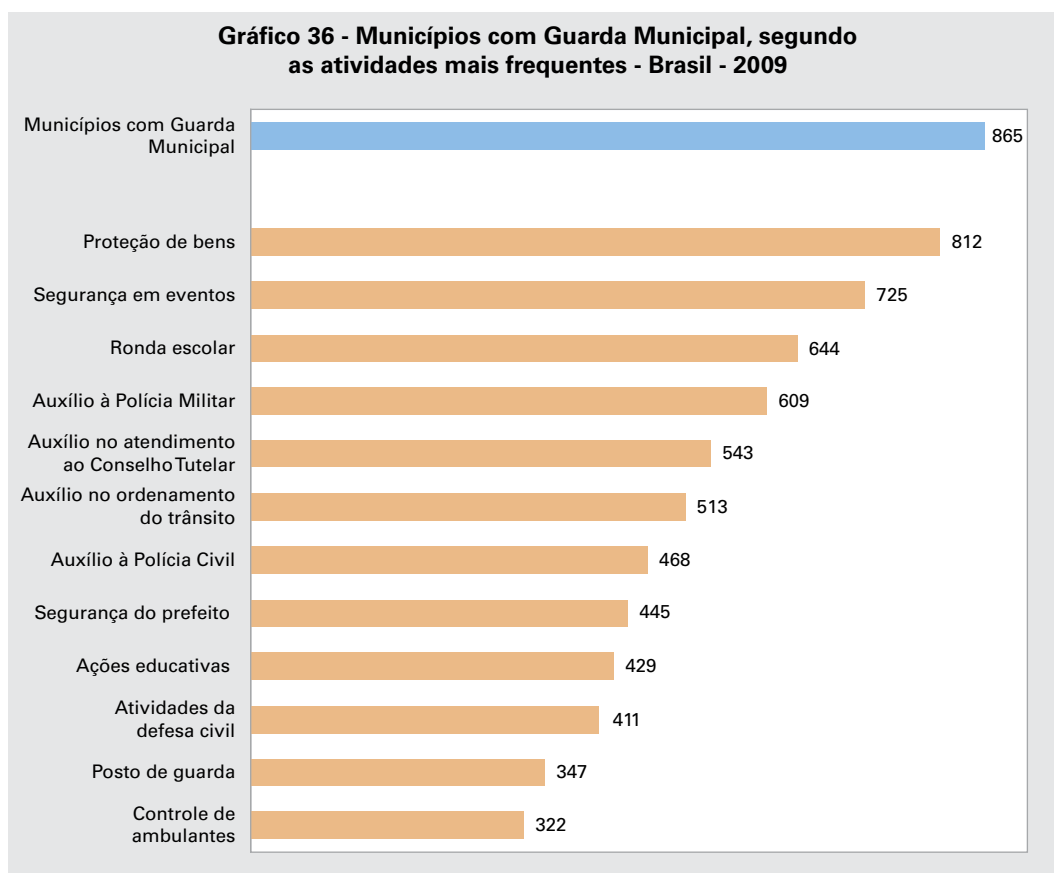


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Entre as atividades mais frequentes da Guarda Municipal pode-se citar em primeiro lugar a atividade originariamente atribuída a mesma, que é a proteção de bens, serviços e instalações do município, que ocorre em 812 dos 865 municípios com guarda. Em seguida, 725 prefeituras municipais informaram a atividade de segurança em eventos e comemorações; 644, ronda escolar; enquanto o auxílio às Polícias Militar e Civil faz parte da rotina da Guarda Municipal de 609 e 468 municípios, respectivamente.

O auxílio no atendimento do Conselho Tutelar mobiliza a Guarda Municipal de 5 543 municípios. No que concerne ao ordenamento do trânsito, sua atuação ocorre em 513 municípios, além de exercer outras atividades, como as apresentadas no Gráfico 36.



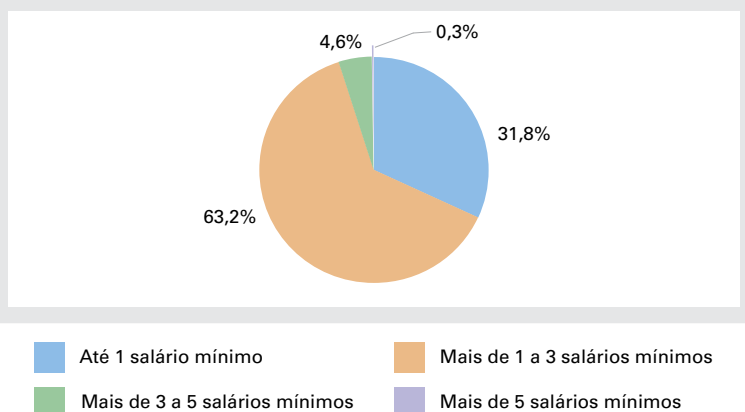
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

De acordo com as informações obtidas nas prefeituras municipais, para exercerem as atividades anteriormente citadas, 95,0% dos Guardas Municipais recebiam, em 2009, o salário inicial equivalente a até 3 salários mínimos, sendo que em 275 municípios foi informado que esse piso salarial era inferior a 1 salário mínimo, conforme Gráfico 37 .

É interessante destacar que os municípios com Guardas Municipais com salário inicial superior a 5 salários mínimos (0,3%) ficam no Estado de São Paulo, enquanto 78,5% dos municípios que apresentam Guardas Municipais com salário inferior ao mínimo instituído ficam na Região Nordeste.

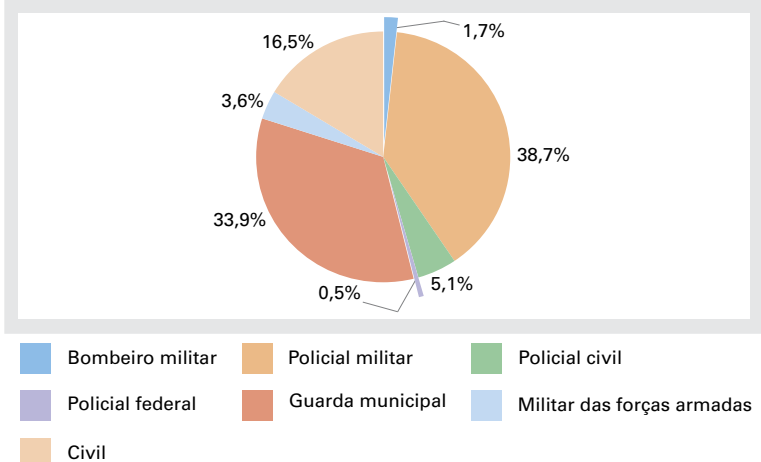
Muito embora as Guardas Municipais tenham em seu comando policiais militares, civil e federal contabilizando um total de 33 municípios (44,2%), o número de Guardas Municipais no posto de comando aumentou de 183, em 2006, para 255, em 2009. Cresceu também o número de civis no comando.

Gráfico 37 - Salário inicial das Guardas Municipais, segundo as classes do salário mínimo - Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

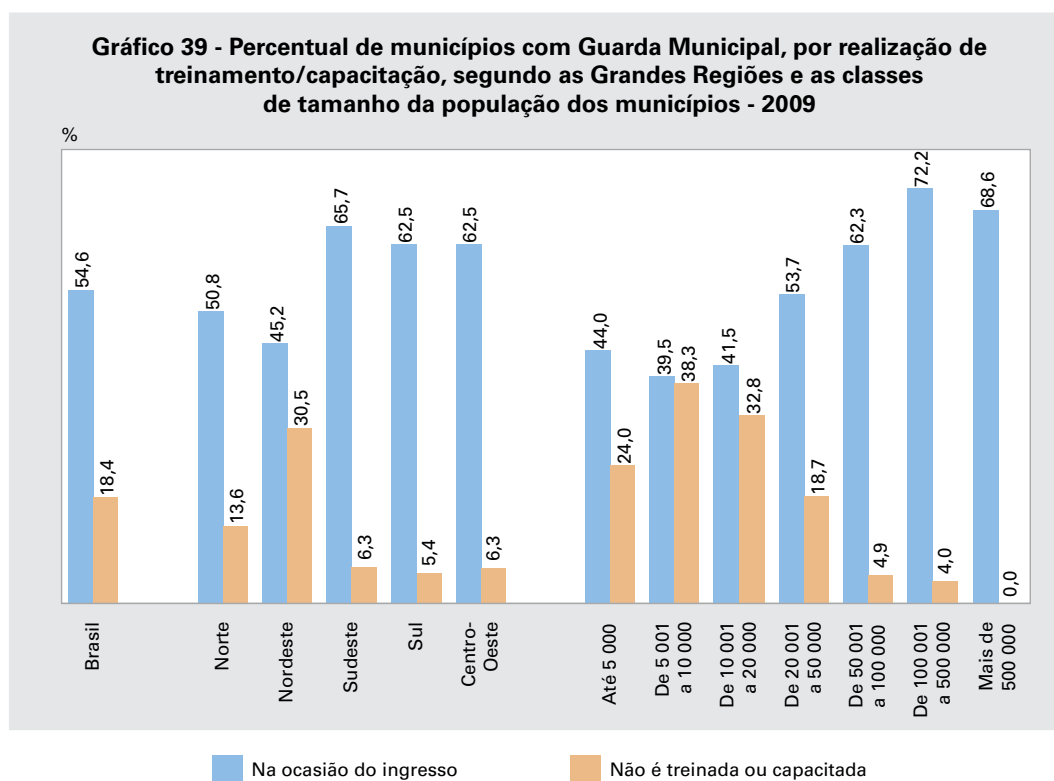
Gráfico 38 - Formação dos comandantes das Guardas Municipais - Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Quanto ao treinamento ou capacitação a que os guardas são submetidos para o exercício de suas funções, foi investigado o momento em que aconteceu: se foi na ocasião do ingresso, se o treinamento foi periódico ou eventual ou se ele nem chegou a acontecer. Sendo que 159 municípios informaram nunca ter feito qualquer tipo de treinamento ou capacitação, número esse superior ao encontrado em 2006, que era de 131 municípios.

Em 472 municípios, foi informado que o treinamento do efetivo da Guarda Municipal acontece na ocasião do ingresso na instituição e 166 informaram que o treinamento ocorre ocasionalmente. O total de municípios cujas Guardas recebem treinamento regular, periodicamente, é de 351.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

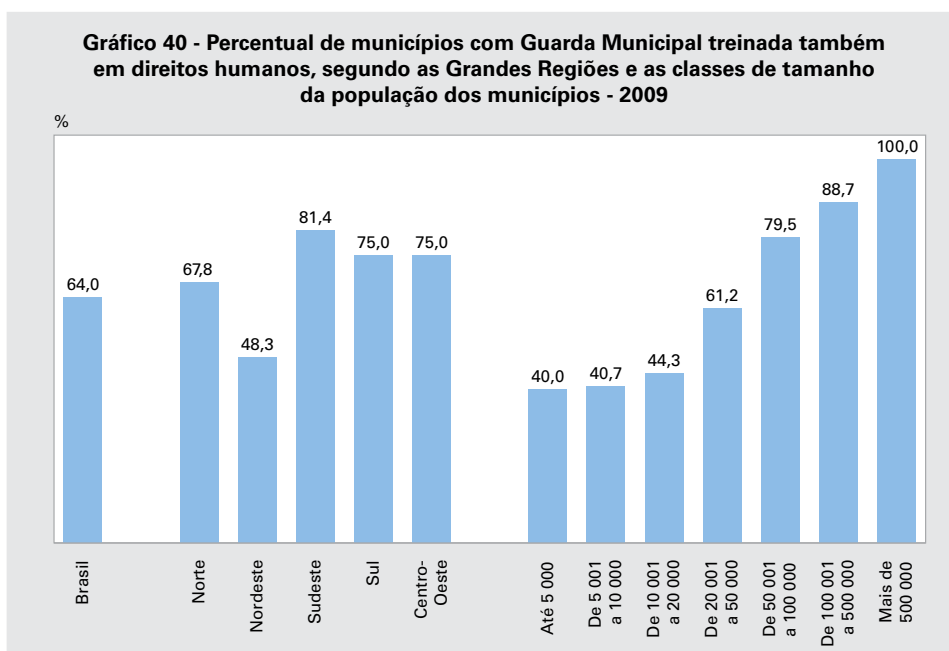
Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1^o de julho.

A MUNIC pesquisou ainda, se, no decorrer do treinamento ou capacitação, o efetivo da Guarda Municipal cursou disciplina de Direitos Humanos, pergunta a que 554 prefeituras municipais responderam afirmativamente, o que corresponde a 64,0% do total de Guardas Municipais existentes. Destaca-se, ainda, que em todos os municípios com população superior a 500 000 habitantes a disciplina foi ministrada.

A distribuição dos municípios que informaram o uso de arma de fogo pela Guarda Municipal segue o padrão já mencionado, relacionado ao tamanho da população residente no município. Quanto maior o número de habitantes, maior o uso de arma de fogo.

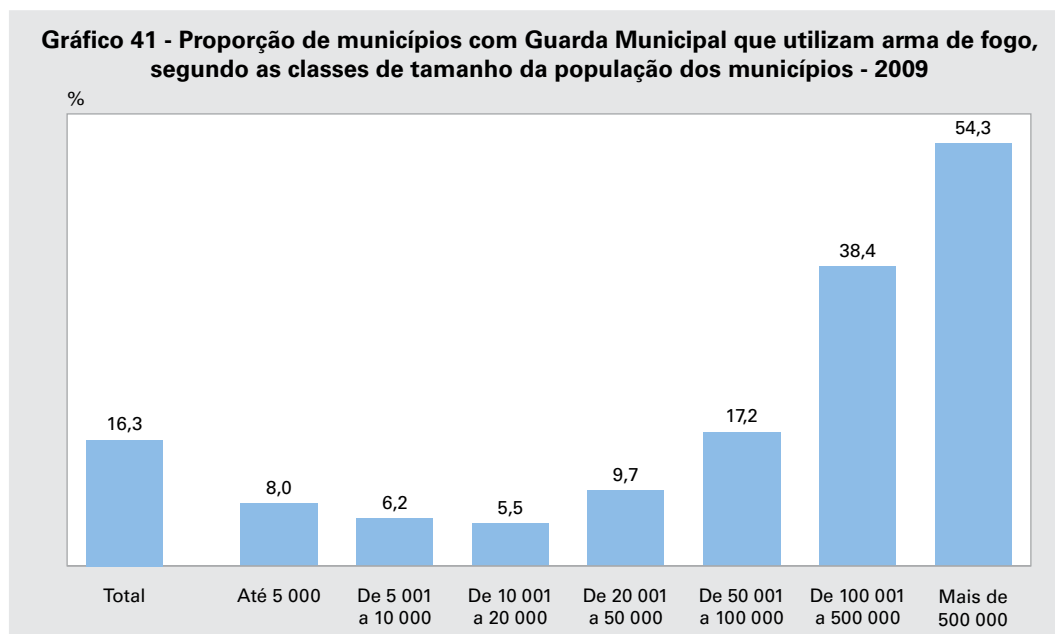
Na Região Norte apenas dois municípios, nos Estados do Amazonas e do Tocantins, informaram que a Guarda Municipal usava arma de fogo. Já a Sudeste é a que tem o maior número, 101 de seus 318 municípios com Guarda Municipal utilizam arma de fogo, o que representa 33,8%. Apenas no Estado de São Paulo foi informado um total de 93 municípios.

Diferentemente de 2006, quando em nove estados nenhuma Guarda Municipal usava arma de fogo, na pesquisa feita em 2009 esse número foi reduzido para seis: Roraima, Rondônia, Amazonas, Amapá, Ceará e Goiás.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1ª de julho.

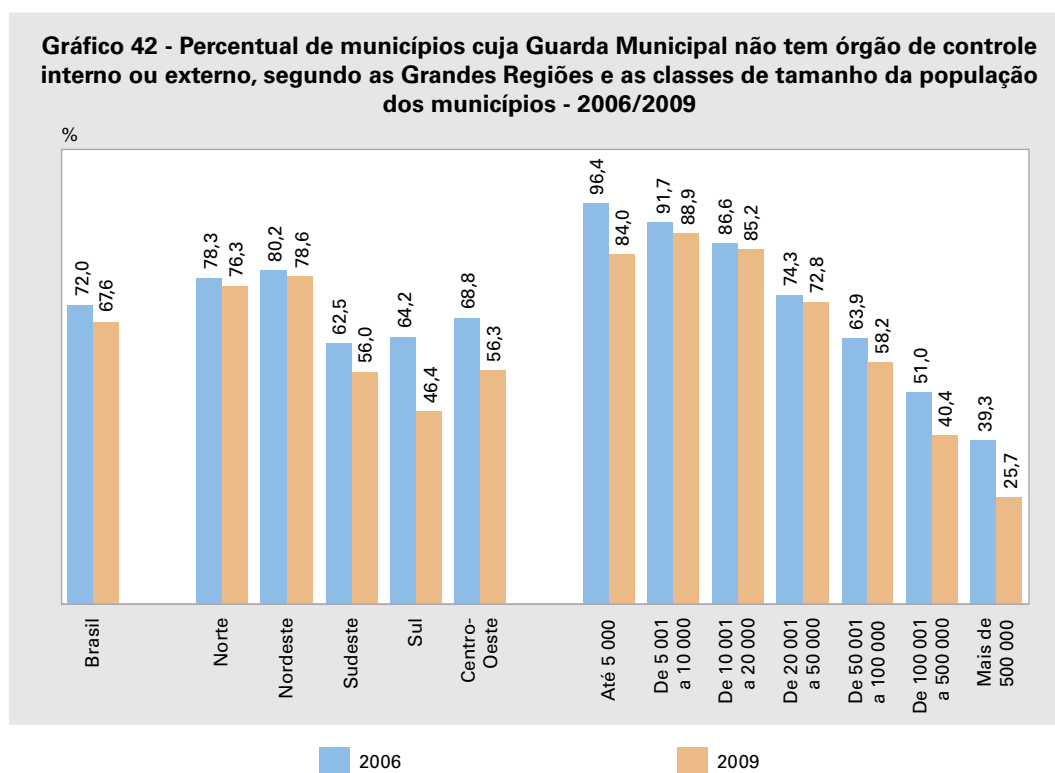


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1ª de julho.

Como em 2006, na MUNIC 2009 foi pesquisada junto aos municípios a existência de órgão interno ou corregedoria, cuja competência é corrigir os erros e abusos das autoridades, promovendo-lhes a responsabilidade funcional. De igual forma, a presença de órgão externo ou ouvidoria, cujo fim é tomar ciência, através de denúncias, dos erros e abusos das autoridades, foi igualmente pesquisada. De acordo com os dados coletados, houve o mesmo percentual de aumento no Brasil para a existência de órgãos de controles interno e externo nas Guardas Municipais: 4,4%.

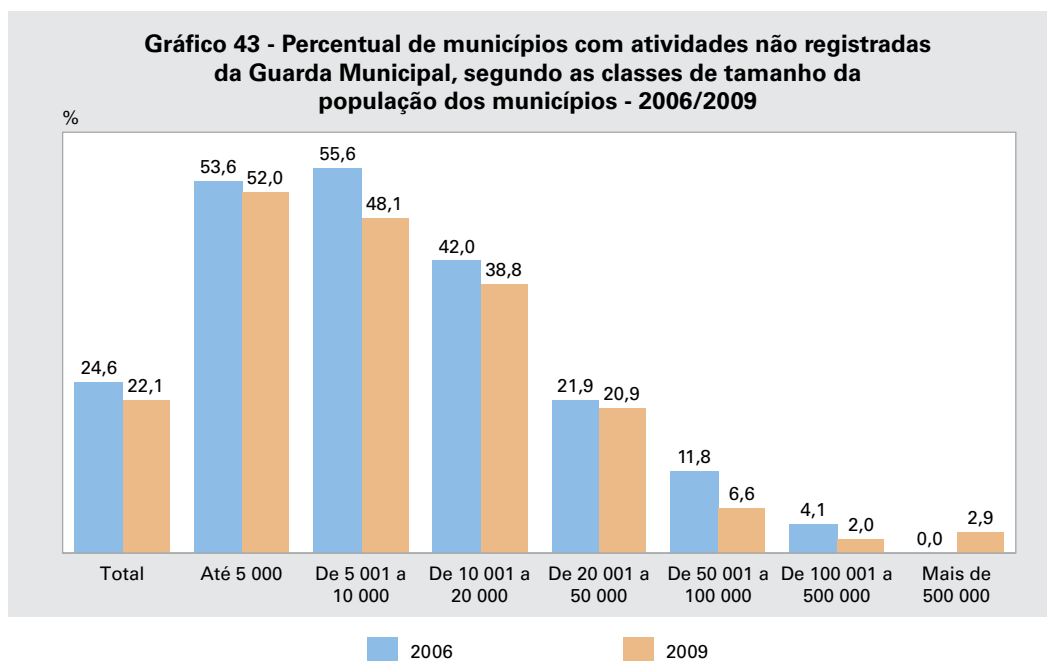
Como se observa no Gráfico 42, na maioria dos municípios com Guarda Municipal, ainda não existe esse mecanismo de controle social, principalmente naqueles de menor porte populacional.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

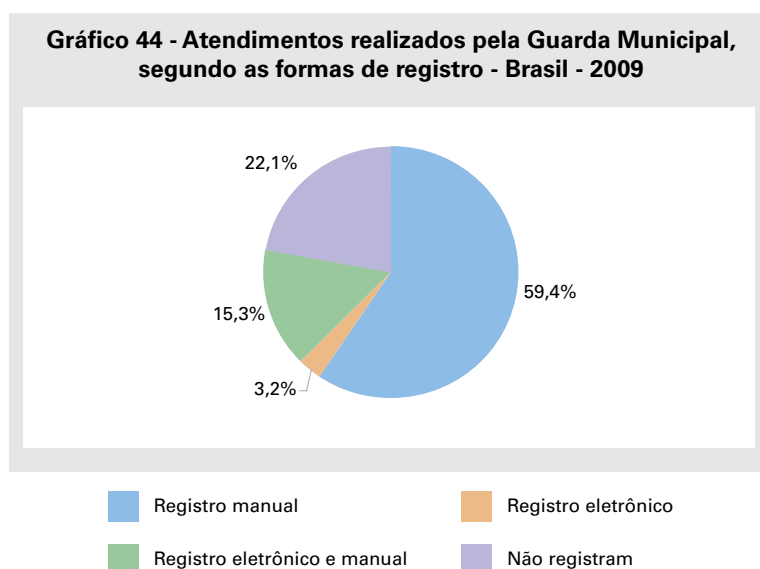
Quanto aos registros de atendimentos feitos pela Guarda Municipal, de acordo com os dados coletados, 77,9% efetuaram esse procedimento em 2009, tendo havido um aumento de 2,6% em relação a 2006.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Quanto à forma de fazer os registros, a maioria é feita manualmente, a próprio punho (59,4%), seguido dos registros manual e eletrônico (15,3%) e apenas eletrônico (3,2%). Quanto a esse último, em 2006 foram informados 2,2%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Gestão da política de gênero

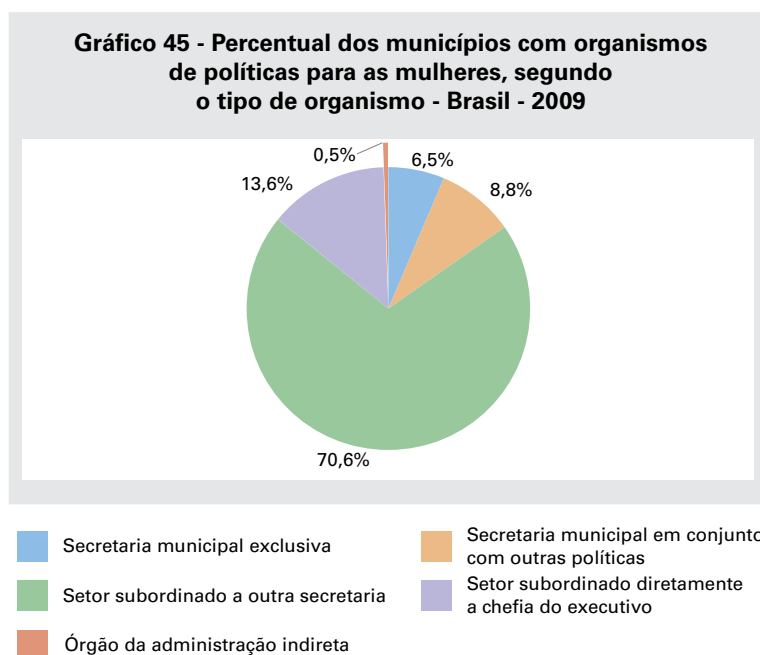
Com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento de políticas para mulheres de acordo com as diferentes realidades locais, otimizando recursos e esforços e tornando efetiva a ideia de um pacto federativo, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC levou a campo, de forma inédita, um bloco específico sobre a gestão da política de gênero nos municípios brasileiros. Sabe-se que as experiências de organismos executivos ou de serviços governamentais de atendimento às mulheres, além de serem insuficientes são bastante recentes e pouco ou nada documentadas. Assim, torna-se cada vez mais importante realizar este diagnóstico, que possibilitará não apenas conhecer a realidade dos municípios nesta área, mas, também, aprimorar e monitorar a política implementada pelo governo federal.

A institucionalização da questão de gênero nos governos municipais

O caráter transversal da temática de gênero supõe não apenas a incorporação de ações voltadas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres nas agendas dos ministérios e secretarias do poder público federal, mas exige, simultaneamente, a ampliação da rede de parcerias estabelecidas nos âmbitos estadual e municipal, instâncias de onde partem as demandas sociais e para onde efetivamente são direcionadas as políticas em prol das mulheres.

Neste sentido, a existência de estruturas responsáveis pelo tratamento das questões de gênero nos governos municipais constitui-se em um valioso instrumento para o processo de negociação e

articulação de políticas na esfera governamental. Segundo os dados da MUNIC, existiam no País, em 2009, 1 043 municípios com algum tipo de estrutura direcionado para a temática de gênero, o que representa 18,7% do total de municípios brasileiros. Em pouco mais de 70,0% destes municípios, a institucionalidade alcançada pela questão se deu no nível de um setor de políticas para mulheres e/ou gênero subordinado a alguma secretaria específica⁸, sendo ainda muito pequena a existência de secretarias municipais exclusivas para a temática.



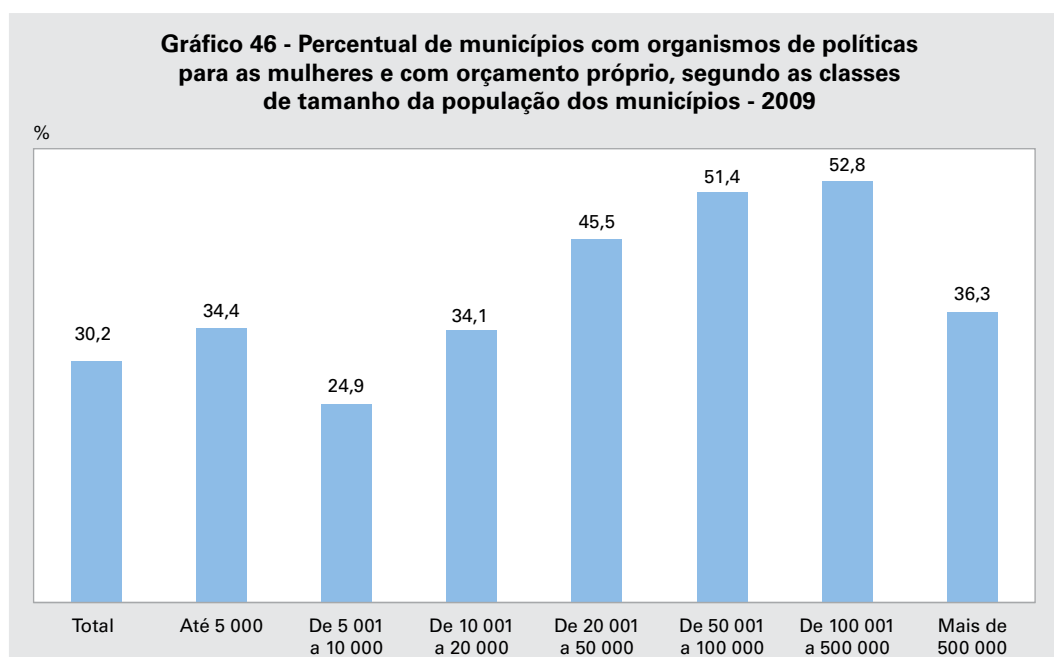
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Como já se poderia esperar, quanto maior o município, maior a chance de que exista um organismo de políticas para mulheres na organização do governo. Entre os municípios com até 5 000 habitantes, apenas 10,3% possuíam alguma estrutura para tratar da temática, sendo que 77,0% eram setores subordinados à outra secretaria, 14,7% setores subordinados ao gabinete do prefeito, 6,2% eram secretarias em conjunto com outras políticas, 1,6% eram secretarias exclusivas e não havia nenhum caso de órgãos da administração indireta. Entre os municípios mais populosos, não apenas a presença de organismos de políticas para mulheres é significativamente mais elevada (alcançando 90,0% entre aqueles com mais de 500 000 habitantes), como também a natureza destes mecanismos é bastante diferenciada, caminhando em direção a instâncias mais fortalecidas e com maiores recursos e possibilidades de ação. Dos municípios com mais de 100 000 habitantes, reduzidos 58,0% contavam com setores dentro de secretarias temáticas, 16,0% possuíam organismos diretamente vinculado ao gabinete do prefeito e 15,0% instituíram secretarias exclusivas.

⁸ Ainda que os dados da MUNIC não investiguem a secretaria vinculada, sabe-se que, em grande parte dos casos, os temas de gênero e/ou mulheres são tratados no âmbito das secretarias de assistência social.

Interessante observar que, em uma relação inversa com os indicadores de desenvolvimento humano e de pobreza, proporcionalmente a maior concentração de municípios dotados de institucionalidades para tratar da temática de gênero está na Região Nordeste e a menor no Sudeste. Entre os municípios nordestinos, 417, ou quase 1/5 do total, possuem estruturas de políticas para as mulheres, contra 262 municípios do Sudeste, o que equivale a inferiores 15,7%. O Piauí é o estado com maior número absoluto de municípios com algum tipo de estrutura na área (107), seguido de Minas Gerais (102) e São Paulo (93). No outro extremo encontram-se Roraima (nenhum organismo), Acre (3) e Amazonas e o Rio Grande do Norte (9). Apesar do reduzido número de organismos nos estados nortistas, o Amapá é o estado que apresenta a melhor cobertura, uma vez que 15 dos seus 16 municípios possuem tais organismos, o que corresponde a 94,0%.

É importante considerar que a existência de organismos de políticas para mulheres não assegura a existência de condições adequadas de desenvolvimento dos trabalhos, o que, por consequência, impacta na reduzida possibilidade de articulação com órgãos locais e de implementação direta de políticas e ações na área. Em geral, os mecanismos possuem escassez de recursos, seja financeiro, seja humano ou material. Exemplo dessa situação é a baixa proporção de municípios que destinam aos seus órgãos gestores da política de gênero um orçamento próprio: são cerca de 36,0% do total de municípios brasileiros, não havendo variação significativa entre as diferentes regiões. Há, no entanto, uma diferença expressiva quando se analisa o tamanho da população dos municípios, o que certamente está relacionado à maior organização e disponibilidade de estrutura dos mais populosos. Assim, enquanto entre os municípios com até 50 000 habitantes a existência de orçamentos específicos é realidade para no máximo 34,4%, entre aqueles com mais de 100 000 habitantes esta proporção alcança os 52,8%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1^o de julho.

De forma inédita, a MUNIC permitiu não apenas identificar a existência e localização dos órgãos municipais gestores da política de gênero, mas também conhecer, em um nível maior de detalhamento, a forma como atuam. Em relação ao público beneficiado, até pelo fato dos organismos de políticas para mulheres serem, na maioria das vezes, subordinados a uma outra secretaria, em 77,0% dos municípios eles atendem também a outros grupos específicos, especialmente idosos (86,1%), crianças e adolescentes (87,2%) e pessoas com deficiência (67,6%). Esta análise, que tende a confirmar a associação destes mecanismos com as secretarias de assistência social, é bastante similar para todas as regiões brasileiras, valendo destacar a atuação bem mais intensa para a população indígena no Norte e no Centro-Oeste e menos intensa para a população negra no Sul – o que está relacionado ao próprio perfil populacional das localidades – e o baixo desenvolvimento de ações para crianças e adolescentes no Centro-Oeste (apenas 16,1%, contra a média nacional de 87,0%).

Tabela 13 - Proporção de municípios com organismos de políticas para as mulheres e que executam ações para públicos específicos, por público, segundo as Grandes Regiões - 2009

Grandes Regiões	Proporção de municípios com organismos de políticas para as mulheres e que executam ações para públicos específicos, por público (%)						
	Idosos	População de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	Crianças e adolescentes	Negros	Pessoas com deficiência	Indígenas	Outros
Brasil	86,1	17,1	87,2	27,7	67,6	10,3	18,9
Norte	89,1	21,8	85,5	30,9	61,8	21,8	23,6
Nordeste	85,4	14,3	88,4	25,4	68,7	7,5	13,4
Sudeste	84,4	21,6	84,9	34,7	65,8	7,5	21,1
Sul	87,1	13,5	87,1	18,1	67,7	9,7	20,6
Centro-Oeste	90,3	22,6	16,1	38,7	72,6	25,8	32,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisas de Informações Básicas Municipais 2009.

Na comparação por classes de tamanho da população dos municípios, é interessante perceber que quando se trata de população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), negros e indígenas, quanto maior é o município mais intenso é o direcionamento de esforços e recursos para o desenvolvimento de ações. No caso da população negra, por exemplo, enquanto 7,4% dos municípios com classe de tamanho até 5000 habitantes desenvolviam ações com este foco, nos municípios de maior concentração populacional esta proporção alcançou 62,5%. Por outro lado, se cerca de 90,0% dos municípios com até 100 000 habitantes desenvolvem ações para educação, nos mais populosos este número é de apenas 54,2%. É possível que naqueles de maior porte populacional, que contam com maior estrutura, maior interação com o governo federal e, assim, maior reflexão sobre novas temáticas por ele lançadas na agenda, os mecanismos que atendem às mulheres se organizem em torno da temática “direitos humanos” e não em assistência social, abarcando temas emergentes no cenário das políticas públicas em uma mesma estrutura institucional.

Tabela 14 - Proporção de municípios com organismos de políticas para as mulheres e que executam ações para públicos específicos, por público, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios	Proporção de municípios com organismos de políticas para as mulheres e que executam ações para públicos específicos, por público (%)						
	Idosos	População de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	Crianças e adolescentes	Negros	Pessoas com deficiência	Indígenas	Outros
Total	86,1	17,1	87,2	27,7	67,6	10,3	18,9
Até 5.000	81,5	7,4	96,3	7,4	66,7	5,6	16,7
De 5.001 a 10.000	89,5	2,3	92,5	11,3	66,2	3,8	14,3
De 10.001 a 20.000	87,4	11,9	88,8	23,1	62,9	7,0	13,3
De 20.001 a 50.000	89,6	15,0	89,1	30,6	67,4	11,9	21,2
De 50.001 a 100.000	85,6	23,3	85,6	38,9	68,9	14,4	22,2
De 100.001 a 500.000	80,9	40,9	75,7	50,4	75,7	14,8	23,5
Mais de 500.000	79,2	54,2	54,2	62,5	66,7	37,5	33,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisas de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Já em relação às áreas cobertas pela atuação dos órgãos gestores de políticas para mulheres, os dados da MUNIC permitem ver que 36% dos municípios com mecanismos que atendem às mulheres desenvolvem ações de capacitação em gênero para outros órgãos do governo municipal e 76,5% se articulam com outras estruturas governamentais para que estes incorporem, em suas políticas, ações para a promoção da igualdade de gênero, o que contribui decisivamente para aprofundar a transversalização do tema. Outros 60,0%, por sua vez, executam diretamente ações nesta direção, assumindo para si a responsabilidade de implementação de políticas para as mulheres.

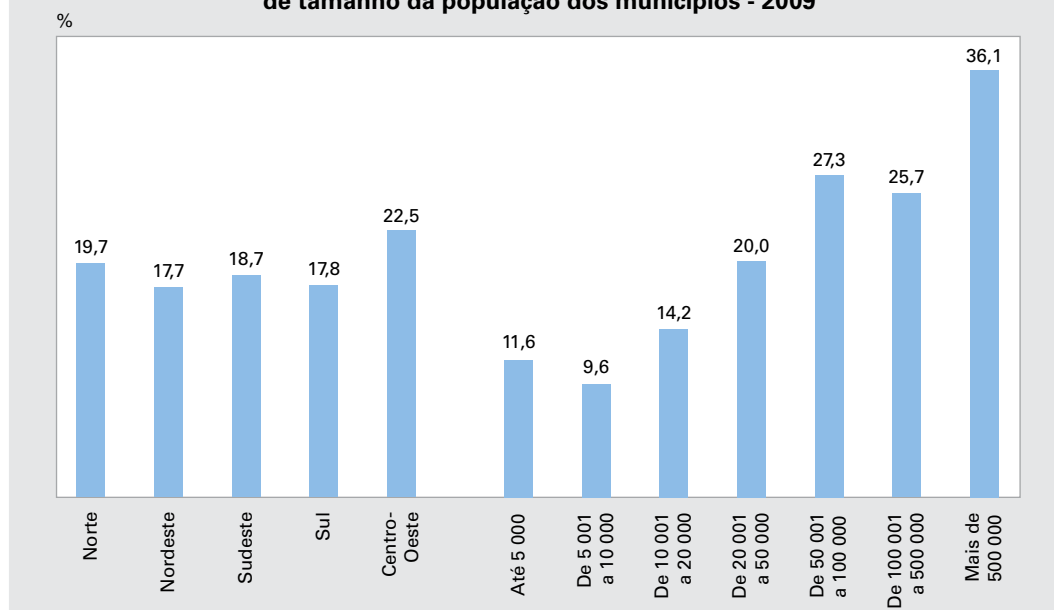
Quando atuam por meio da articulação intragovernamental, os mecanismos que atendem às mulheres tendem a privilegiar os setores da educação (62,6%) e saúde (64,4%), seguidos por violência, trabalho e cultura, todos em torno de 50,0%, e política (24,0%). Já a execução direta de ações é uma metodologia de trabalho bem menos adotada pelos organismos, o que, por um lado, é interessante, pois representa o foco na transversalização da perspectiva de gênero por todo o governo, mas, por outro, pode significar a falta de recursos que impede a implementação de algumas iniciativas setoriais. Nesse caso, em torno de 40,0% dos municípios executam diretamente ações nas áreas de educação, saúde, violência e trabalho, seguidos de cultura (30,0%) e política (20,0%).

De modo geral, quanto maior é o tamanho população do município, maior é a proporção de mecanismos que se articulam no âmbito dos governos para assegurar o desenvolvimento de ações em cada área temática. Vale ressaltar que a questão da violência, que tem sido tradicionalmente uma forte bandeira do movimento feminista e uma área privilegiada de atuação do governo federal, configura-se, especialmente, nas ações de articulação, em um dos últimos setores de interesse para os organismos de municípios com até 50 000 habitantes, talvez pela menor magnitude do fenômeno ou

de sua menor publicização, talvez porque seja uma política que demande investimentos superiores à capacidade instalada. Há um crescimento progressivo no desenvolvimento destas ações, conforme se caminha em direção aos municípios mais populosos que culmina, entre aqueles com mais de 500 000 habitantes, com o tema da violência, sendo o que mais mereceu investimentos entre os pesquisados. Importante destacar que se verifica o mesmo movimento nas ações desenvolvidas para a área de poder, que se torna cada vez mais significativas, conforme aumenta o tamanho da população dos municípios, o que, novamente, reforça a maior articulação destes com o governo federal e, conseqüentemente, sua maior aproximação com novas temáticas.

A articulação das ações desenvolvidas, no âmbito municipal com as diretrizes emanadas do governo federal, pode ser preliminarmente percebida por meio da existência de Planos Municipais de Políticas para as Mulheres. Isso porque desde 2004 os órgãos da administração pública federal trabalham segundo as orientações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, cuja municipalização e estadualização têm sido estimuladas, mas é ainda muito incipiente. Prova disso são os dados da MUNIC que apontam que apenas 193 municípios, ou 3,5% do total de municípios brasileiros e 18,5% do total daqueles que contam com mecanismos que atendem às mulheres, possuíam planos municipais de políticas para as mulheres. Destes, 74 são municípios do Nordeste, sendo a Região Norte a que menos formalizou suas ações, com apenas 14 municípios contando com planos. Os estados com maior número de municípios com planos são os do Rio Grande do Sul (26), Pernambuco (20), Minas Gerais e Maranhão (19). Na outra ponta, estão os Estados de Roraima, Amapá e Rio Grande do Norte (nenhum plano) e Acre e Amazonas (1). Mais uma vez se estabelece a relação de quanto maior o município, maior é a existência de planos próprios de políticas para as mulheres.

Gráfico 47 - Percentual dos municípios com organismos de políticas para as mulheres, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Interessante perceber que, mesmo sendo poucos os municípios com planos, destes, 41,5% foram instituídos por previsão legal. Se o Norte é a região que menos conta com planos municipais, é, por outro lado, aquela que, proporcionalmente, mais teve planos instituídos por previsão legal: 64,3%, contra 46,9% do Sudeste, 44,0% do Centro-Oeste, 36,5% do Nordeste e 34,2% do Sul.

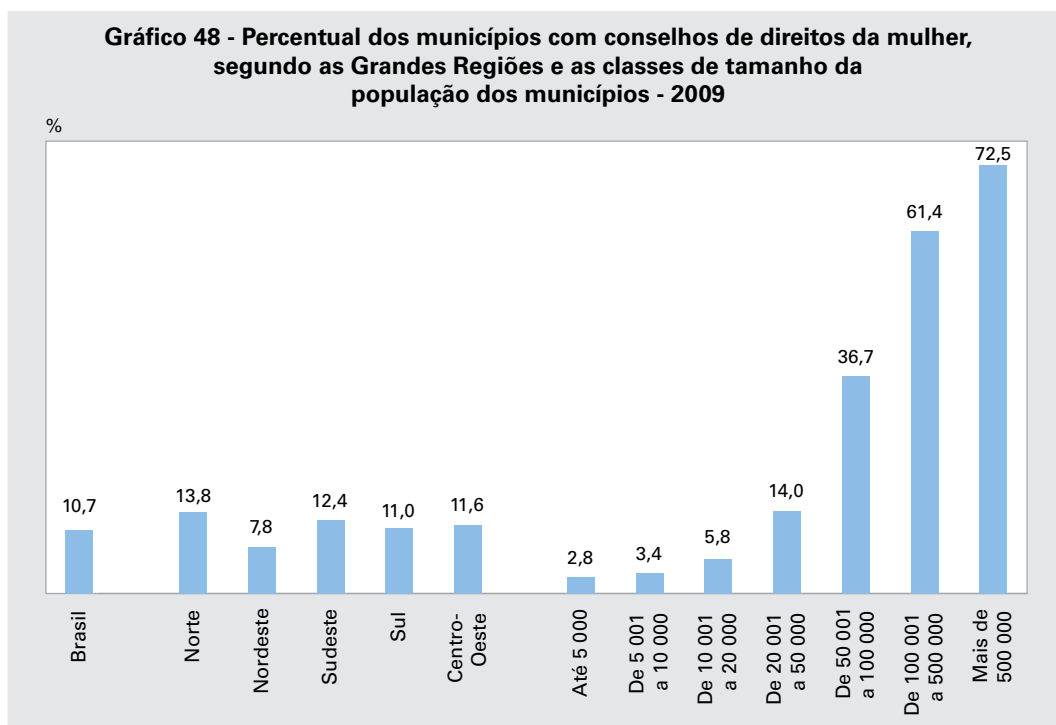
Por fim, a M^{UNIC} investigou se os municípios desenvolvem, independentemente da existência de organismos de políticas para as mulheres, algum tipo de ação direcionada à promoção da igualdade de gênero, por meio de cooperação, convênios e/ou articulações com diferentes organizações. Uma primeira constatação importante é a de que existem mais municípios desenvolvendo ações de gênero em parceria do que municípios com mecanismos próprios: são 1 799 contra 1 043 municípios com organismos. Isso significa, portanto, que não existe uma relação necessária entre a existência de institucionalidade e o desenvolvimento de ações para mulheres. Grande parte das ações executadas em parceria se dá por meio do apoio da própria administração pública municipal (64,0%), seguida dos governos federal e estadual (33,0% e 32,0%, respectivamente) e organizações não governamentais (29,0%). Pouquíssimos municípios (2,0%) desenvolvem atividades em conjunto com organizações religiosas, o que é interessante do ponto de vista da proteção da laicidade do Estado.

Não existem grandes diferenças regionais, mas a execução de parcerias é uma prática mais frequente entre os municípios de maior porte populacional, o que pode estar relacionado à maior capacidade de elaboração de projetos para atender às necessidades e exigências das organizações parceiras. Assim, enquanto menos de 30,0% dos municípios com até 50 000 habitantes realizava alguma ação em parceria, nos mais populosos essa proporção alcançava 95,0%, indicando que o trabalho por meio de convênios, cooperação e/ou articulações é a regra.

A participação social nos governos municipais

As informações prestadas pelos 5 565 municípios brasileiros sobre a existência de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher constituem-se em um dos principais indicadores para a avaliação do exercício do controle social sobre a implementação das políticas públicas para as mulheres, com vistas à promoção da igualdade de gênero no País. Em muitos municípios, assim como ocorreu no caso do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no nível federal, a fundação dos conselhos antecede a criação das estruturas institucionais, vinculadas à prefeitura, na área de políticas para as mulheres, o que ressalta sua relevância como instância de discussão e monitoramento de políticas e de ações voltadas para a garantia e a ampliação dos direitos das mulheres.

Segundo os dados da M^{UNIC}, o País conta, hoje, com conselhos em 594 municípios, o que representa 10,7% do total de municípios existentes. Do ponto de vista regional, são os municípios nortistas aqueles que, proporcionalmente, mais contam com Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher: 13,8%, do total dos 449 municípios da região. Em seguida estão os municípios do Sudeste (12,4%), do Centro-Oeste (11,6%), do Sul (11,0%) e, por fim, os do Nordeste (7,8%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Já na análise por Unidade da Federação, cabe ressaltar que não há uma relação direta entre o número de municípios do estado e o número de conselhos existentes, ou seja, nem sempre os estados com o maior número de municípios terão o maior número de conselhos⁹. Assim, as Unidades da Federação com maiores percentuais de municípios com conselhos são: Tocantins; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Amapá; Ceará; e Maranhão. Todas elas possuem estrutura na área de políticas para as mulheres vinculadas às respectivas prefeituras, sendo que o percentual destas em cada Unidade da Federação supera o percentual de conselhos em todos os estados, à exceção do Tocantins, onde existem 20,9% de municípios com conselhos declarados contra apenas 9,3% com organismos de políticas para mulheres¹⁰. De acordo com o levantamento, portanto, há uma tendência em encontrar mais organismos que conselhos nos municípios. Não foi possível identificar, no entanto, nenhum padrão na relação entre existência de organismos e existência de conselhos nos municípios de cada Unidade da Federação.

Interessante observar, ainda, que os percentuais de municípios que informaram possuir conselhos não são necessariamente equivalentes aos percentuais regionais. Esse é o caso dos Estados do Tocantins (20,9%), Amapá (18,7%), Maranhão (17,1%), Ceará (17,9%), Rio de Janeiro (27,2%), Rio Grande do Sul (15,5%), Mato Grosso (19,8%) e Mato Grosso do Sul (19,2%), em que a cobertura municipal por conselhos supera a média encontrada para as regiões.

⁹Essa relação é percebida apenas no caso do Estado do Rio Grande do Sul, Unidade da Federação com o maior número de municípios da Região Sul do País (496 municípios) e também com o maior percentual de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher naquela região (15,5%).

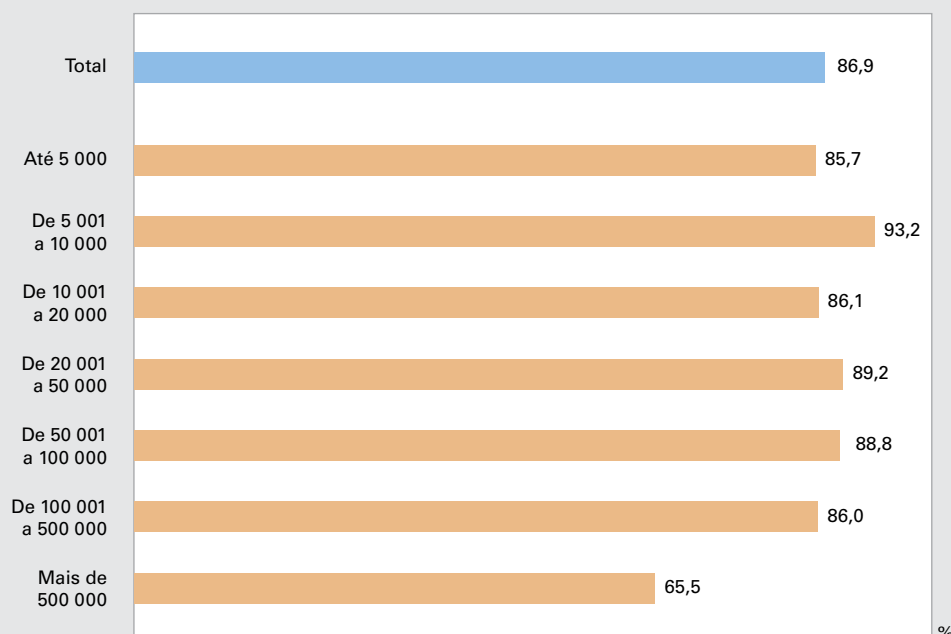
¹⁰Importante destacar que tanto no Pará quanto em Mato Grosso, há uma coincidência nos percentuais de organismos e conselhos, o que poderia ser indicativo de uma informação duplicada, caso em que organismos e conselhos seriam, em realidade, uma mesma instância.

A análise dos dados por classes de tamanho da população dos municípios revela que, assim como observado para os organismos de políticas para as mulheres, quanto maior o município, maior é a cobertura proporcional por Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. Assim, enquanto entre os 40 municípios mais populosos (com mais de 500 000 habitantes), 72,5% (29 municípios) possuem conselho, entre os menos populosos (com até 20 000 habitantes), essa proporção não passa de 4,0%.

É importante considerar, porém, que os municípios de menor porte populacional constituem a maioria. De fato, a categoria daqueles com até 20 000 habitantes corresponde a 70,5% do total de municípios brasileiros e destes, apenas 158 ou 12,0%, declararam possuir Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. Por outro lado, os municípios com população superior a 500 000 habitantes representam menos de 1,0% do total, apesar de terem uma cobertura por conselhos de 72,5%. Ou seja, essa alta cobertura não é capaz de influenciar a média nacional, uma vez que, em termos absolutos, as grandes metrópoles são pouco significativas no conjunto dos municípios do País.

Quanto à organização interna dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, destaque-se que, em 86,9% dos municípios que contam com este tipo de estrutura participativa, os conselhos estruturam-se a partir da representação paritária entre governo e sociedade civil. Essa realidade é similar em todas as regiões do País, alcançando 95,2% dos municípios com conselho no Norte, 90,7% no Nordeste, 85,0% no Sudeste, 83,9% no Sul e 81,5% no Centro-Oeste. Interessante que para os municípios com mais de 500 000 habitantes estes percentuais caem para cerca de 65,0%, contrastando com a média nacional e com a realidade verificada para todas as demais classes de tamanho populacional pesquisadas.

Gráfico 49 - Percentual dos municípios com conselhos de direitos da mulher com composição paritária, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2009

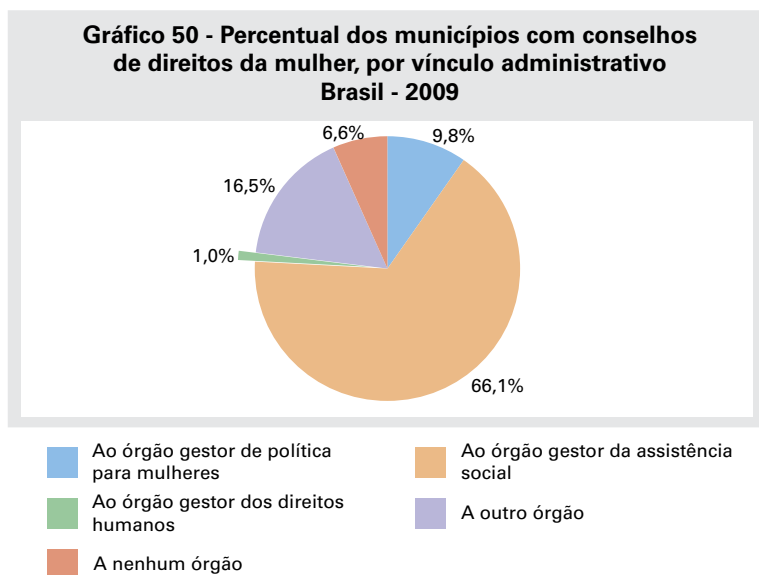


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1^o de julho.

Em todas as categorias de municípios – independentemente do tamanho da população e região – verifica-se a tendência de conselhos que assumem simultaneamente algumas características ou funções, tendo caráter deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador, prevalecendo aqueles de caráter deliberativo e, com menor incidência, a função normativa, em todos os casos. Segundo os dados da Munic, a maioria dos municípios consultados – 454 ou 76,4% dos que possuem conselhos – informa que estes são de caráter deliberativo, mas também de caráter consultivo (439 ou 73,9% do total), fiscalizador (366 ou 61,6%) e normativo (240 ou 40,4%).

Quanto ao vínculo administrativo, a distribuição dos dados revela que em 66,1% dos municípios (393), os Conselhos dos Direitos da Mulher estão subordinados ao órgão gestor da assistência social, em um reforço do que foi verificado para o vínculo dos organismos de políticas para as mulheres que, na maioria das vezes, estão também subordinados às secretarias de assistência. Em outros 9,8% (ou 58 municípios) os conselhos estão vinculados ao órgão gestor de políticas para as mulheres – o que não poderia ser diferente, até pelo fato de que, em geral, esses órgãos são apenas setores em outras secretarias, não podendo vincular nenhuma outra estrutura – e em apenas 1,0% (ou seis municípios) o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher subordina-se ao órgão gestor dos direitos humanos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Do ponto de vista do porte populacional dos municípios, constata-se que naqueles com até 10 000 habitantes não existe vínculo com organismos de políticas para as mulheres, o que é esperado, considerando que esses organismos ainda se encontram em processo de constituição nas diferentes regiões do País. Entre os municípios com população acima de 10 000 habitantes, porém, existem Conselhos vinculados a órgãos gestores de políticas para as mulheres, sendo que a proporção de conselhos com este tipo de vínculo varia de 7,6%, entre os municípios com população na classe de 10 001 a 20 000 habitantes, até 27,6% entre aqueles com mais de 500 000 habitantes.

A mesma tendência é verificada em todas as regiões do País, havendo maior participação dos municípios nos quais os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher subordinam-se ao órgão gestor de assistência social, em proporções que variam de 60,9% (207 municípios) na Região Sudeste, até 75,9%, ou 41 dos 54 municípios do Centro-Oeste que contam com esses conselhos. No que tange à vinculação com o órgão gestor de políticas para as mulheres, as Regiões Nordeste e Sudeste concentram o maior número de casos, correspondendo a 13,6% e 9,2%, respectivamente, dos municípios com conselhos. Nas demais regiões, essa participação é a seguinte: 8,1% na Região Norte; 8,4% na Região Sul e 7,4% na Região Centro-Oeste.

Finalmente, foram pesquisadas informações sobre a realização de reuniões dos Conselhos nos últimos 12 meses, o que constitui um indicativo do efetivo funcionamento destas instâncias. Como resultado, pouco mais de 2/3 dos municípios (69,2%) informaram que os conselhos realizaram reuniões nos últimos 12 meses, o que corresponde a 411 dos casos observados. Isto pode significar que, em aproximadamente 31,0% dos municípios, a atuação dos conselhos ainda não ocorre de forma regular.

Este fenômeno é verificado em todas as regiões – com pouca variação – e também nas diferentes categorias de municípios consideradas por porte populacional. Observa-se, porém, nos municípios mais populosos, a tendência a uma frequência mais alta de casos de reuniões realizadas: entre os municípios com mais de 500 000 habitantes, 86,2% informaram ter havido reuniões de conselhos nos últimos 12 meses, contra 45,7% dos municípios com até 5 000 habitantes e 52,3% dos municípios na classe de 5 001 a 10 000 habitantes.

A Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

O conceito de Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. O trabalho em rede busca dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres e do seu caráter multidimensional, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde; a educação; a segurança pública; a assistência social; a justiça; a cultura; entre outros.

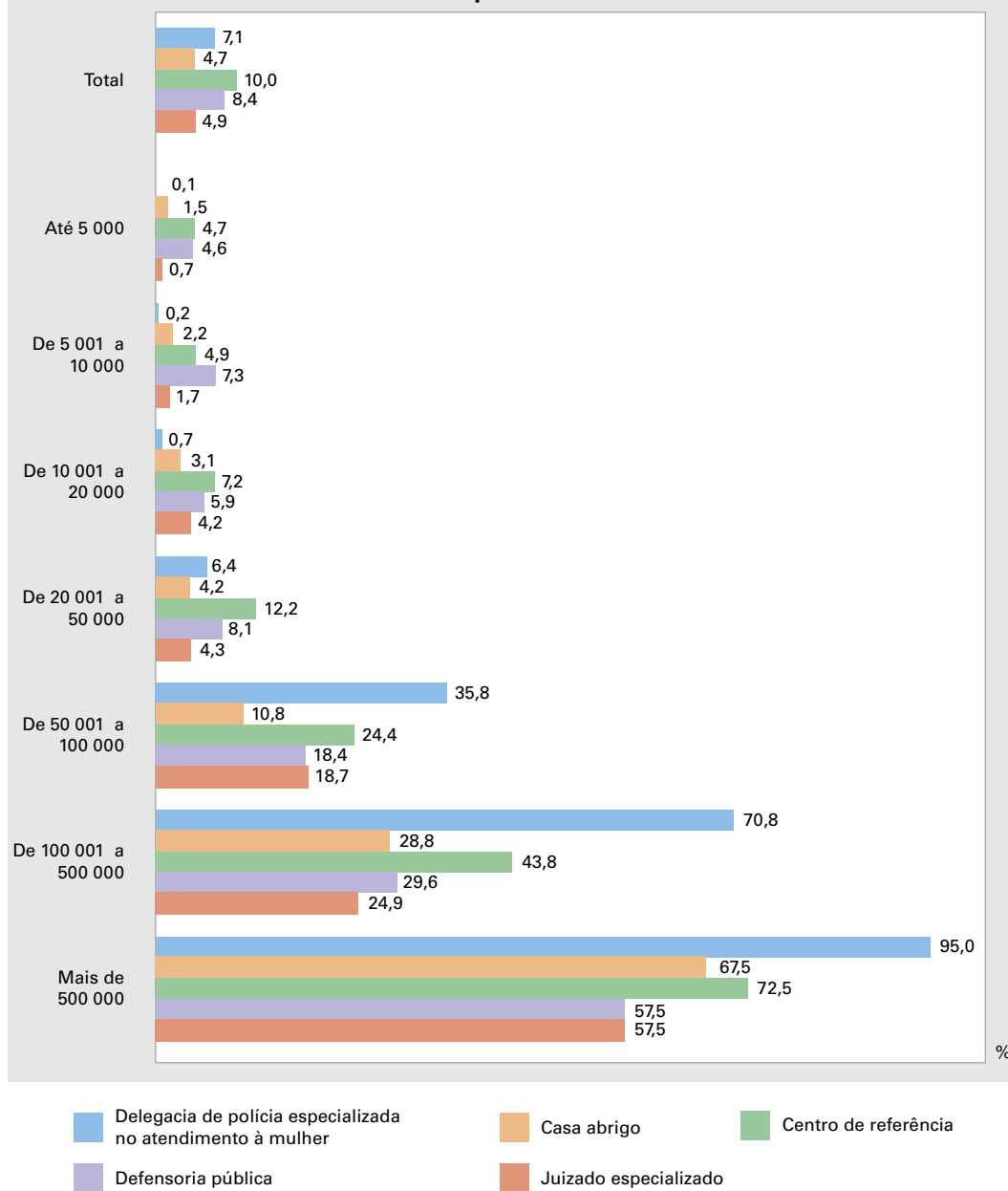
A realização da M_{UNIC}, em 2009, possibilitou, pela primeira vez, que uma parte significativa dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência fosse mapeada em todos os municípios brasileiros e que fossem coletadas algumas informações sobre o funcionamento do cotidiano dos serviços. Cabe enfatizar a importância dos dados produzidos no que diz respeito ao aumento de conhecimento sobre a distribuição dos equipamentos dessa rede, visto que: 1) potencializa as estratégias de sistematização dos dados sobre a ampliação de acesso; 2) permite o monitoramento da descentralização da política pública de enfrentamento à violência contra as mulheres implementada pelo governo federal; 3) subsidia o planejamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelo governo federal; 4) auxilia o acompanhamento dos serviços especializados da rede; e 5) subsidia a articulação entre os parceiros do governo federal sobre o financiamento dos serviços especializados.

De acordo com os dados levantados pela M_{UNIC}, existem, hoje, no País 262 municípios com casas abrigos, 559 com centros de referência de atendimento à mulher, 397 com Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 469 com núcleos especializados de atendimento à mulher das Defensorias Públicas, e 274 com Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. De maneira geral, os municípios com serviços especializados estão concentrados na Região Sudeste (35,1% dos que possuem casas abrigos e 32,2% dos que contam com centros de referência), o que, em certa medida, reproduz a distribuição de municípios pelo País, já que estes estão concentrados majoritariamente no Sudeste. As regiões com menores disponibilidades de serviços são a Norte e a Centro-Oeste, valendo destacar a subrepresentação dos municípios do Nordeste na distribuição regional de serviços: enquanto o Nordeste concentra 27,6% dos municípios do País, na distribuição daqueles que possuem casas abrigos, por exemplo, a região responde por apenas 16,0% do total. Já em relação à cobertura, ou seja, à proporção de municípios com serviços, não há grandes diferenças regionais, visto que as taxas são significativamente reduzidas para todas as regiões.

São os municípios de São Paulo (50) e Rio Grande do Sul (33) os que mais contam com casas abrigos e os da Paraíba (0), Roraima, Amapá e Rio Grande do Norte (1) os que menos dispõem destes serviços. No que diz respeito aos centros de referência, as maiores e menores presenças de serviços estão, respectivamente, nos municípios de São Paulo (89) e Minas Gerais (51); e Roraima e Amapá (1 serviço cada).

Proporcionalmente, são sempre os municípios de maior porte populacional os que mais contam com serviços disponíveis, sejam eles casas abrigos, centros de referência ou outras estruturas da segurança pública. No caso das casas abrigos, por exemplo, enquanto 6,2% dos municípios com até 10 000 habitantes contavam com este serviço, este percentual alcança 28,8% nos municípios com população na classe de 100 001 a 500 000 habitantes, e 67,5% naqueles com mais de 500 000 habitantes. Por classes de tamanho da população, os serviços tendem a se concentrar nos municípios com menos de 100 000 habitantes, que respondem por 76,5% do total de centros de referência e 64,1% das casas abrigos. Há, portanto, uma importante capilaridade do atendimento às mulheres em situação de violência.

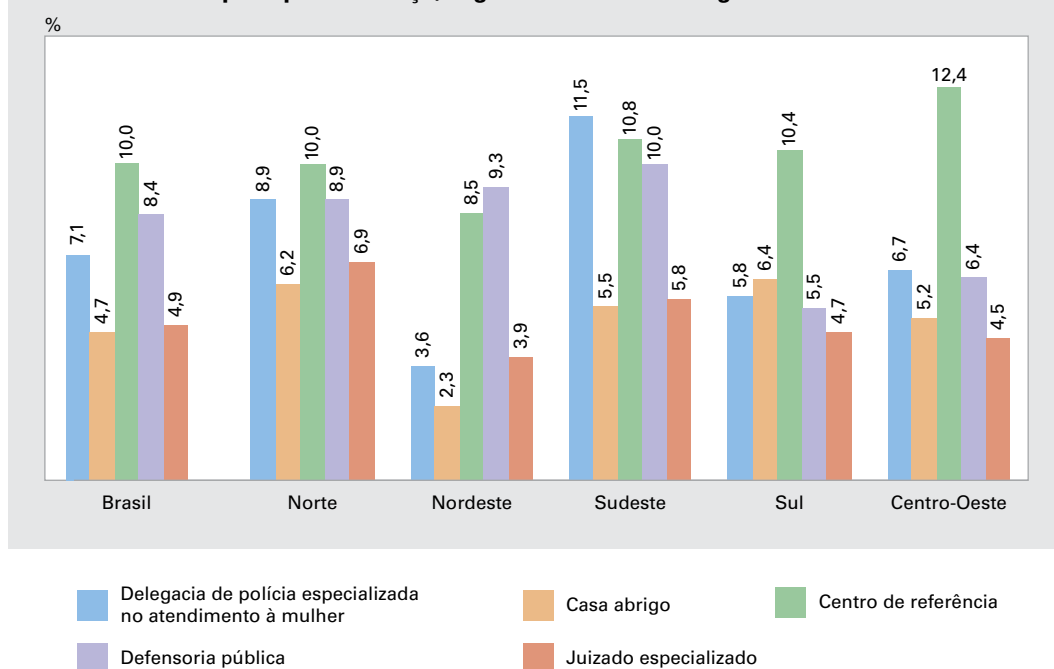
Gráfico 51 - Percentual de municípios com serviços de atendimento à mulher, por tipo de serviço, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Gráfico 52 - Percentual de municípios com serviços de atendimento à mulher, por tipo de serviço, segundo as Grandes Regiões - 2009



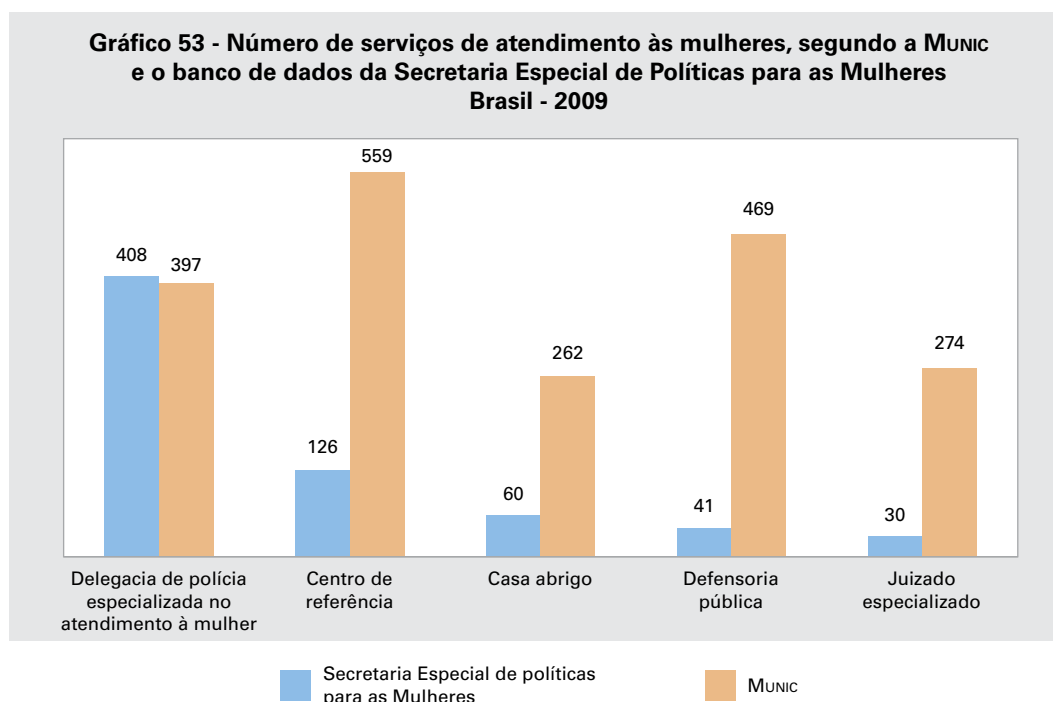
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Apesar de serem ainda poucos os serviços disponíveis, especialmente ao se considerar a magnitude do fenômeno, importante considerar que esta rede foi construída em um período muito curto de tempo, respondendo a uma política recentemente instalada e estando ainda em fase de expansão e consolidação. De fato, até 2003, as casas abrigos e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher constituíram as principais respostas dos governos (federal, estadual e municipal) à questão da violência contra as mulheres. A partir de então, as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram ampliadas e passaram a incluir ações de prevenção, de garantia de direitos e de responsabilização dos agressores (combate). No eixo da assistência, a rede de atendimento à mulher foi redimensionada, passando a compreender outros serviços que não somente os abrigos e as delegacias, tais como: centros de referência de atendimento à mulher, defensorias da mulher, promotorias da mulher ou núcleos de gênero nos Ministérios Públicos, juzizados especializados, Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), entre outros. Grande parte destes serviços foi pesquisada na MUNIC 2009 e seus resultados estão apresentados tanto no capítulo *Gestão da Política de Gênero* quanto no capítulo *Segurança Pública*.

Importante ressaltar que, no que se refere à manutenção dos dados sobre os serviços da rede de atendimento, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres possui um sistema que permite a inclusão de serviços recém-inaugurados, bem como possibilita a atualização sistemática de endereços, telefones, dentre outros dados.

Esse sistema, além de prover informações sobre os serviços constantes da rede de atendimento, mantém a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) capacitada para orientar as usuárias de acordo com as necessidades demandadas. A atualização do sistema é feita a partir dos dados encaminhados pelos organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, assim como por meio de estratégias de “busca ativa”. Os dados da MUNIC certamente em muito contribuirão para a atualização desse sistema e, conseqüentemente, para a ampliação dos serviços ofertados às mulheres em situação de violência.

Observam-se algumas diferenças quantitativas importantes entre os dados disponibilizados pela MUNIC e os divulgados pelo sistema da rede de atendimento mantido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Em princípio, é importante apontar algumas hipóteses que podem auxiliar na compreensão dessas divergências, bem como contribuir para o aprimoramento dos próximos levantamentos realizados quanto aos serviços da rede. Neste contexto, ressalta-se a necessidade de se observarem os conceitos técnico e político, bem como as diretrizes que fundamentam os serviços especializados da rede de atendimento, definidos nas normas técnicas produzidas pelo governo federal. Nessas normas, são explicitados os perfis de cada equipamento que tem como público-alvo específico as mulheres em situação de violência. Portanto, pode-se inferir que, tendo como base as diretrizes dos serviços especializados, alguns municípios referiram-se na MUNIC a serviços que atendem também a mulheres, mas não somente a esse público específico. O Gráfico 53 apresenta os totais de serviços coletados pela MUNIC e pelo sistema da rede de atendimento mantido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

A diferença de 343,0%, nos dados referentes ao quantitativo dos municípios com centros de referência observada a partir da MUNIC constitui um exemplo dessa hipótese. Como a definição de um equipamento reconhecido como centro de referência é compartilhada também pelos serviços da assistência social (Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social), é possível que estes tenham sido incorporados na MUNIC, a partir desta definição comum e não com base nas diretrizes dos serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência (Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência). Também vale destacar a existência dos Centros de Referência de Saúde da Mulher, que podem ter sido referidos pelos municípios na investigação da MUNIC¹¹.

Em relação às atividades desenvolvidas nos centros de referência, é importante ressaltar que estas estão de acordo com o que se espera de um serviço como este: em cerca de 78,0% dos municípios, os centros de referência realizam atendimento social acompanhado por assistente social, em 73,0% acompanhamento psicológico individual e em 58,0% atividades de conscientização sobre os direitos das mulheres ali atendidas. De modo geral, quanto maior o porte populacional dos municípios, maior é a proporção daqueles que desenvolvem qualquer uma das ações pesquisadas, o que, mais uma vez, aponta para a maior estrutura e disponibilidade de recursos (humano, financeiro e material) dos municípios de maior porte, que permitem a constituição de serviços com maior infraestrutura e qualidade de atendimento. Na comparação regional, há grande heterogeneidade entre as atividades desenvolvidas em cada localidade, o que evidencia, por um lado, o desconhecimento das normas e orientações emanadas pelo governo federal e, por outro, a necessidade de fortalecimento das ações para padronização dos atendimentos prestados.

Quanto à capacitação das equipes dos serviços, há algum tipo de atividade de capacitação em cerca de 77,0% dos municípios, sendo que 1/3 dos municípios desenvolve tais ações permanentemente e outros 28,0% as desenvolve periodicamente. Em contraposição aos indicadores de desenvolvimento humano, são os estados do Nordeste e Centro-Oeste os que informaram maiores proporções de capacitação das equipes dos centros de referência: 86,0% e 90,0%, respectivamente.

No que tange aos dados relativos às casas abrigos, que apresentam uma disparidade de 333,6% entre as informações do sistema de atendimento do governo federal e da base de dados da MUNIC, vale notar que 148 (56,4%) serviços informados são não sigilosos, o que corrobora a hipótese de que não se tratam de casas abrigos, tal

¹¹ Como outro exemplo desta hipótese, sinaliza-se o caso dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que, na base de dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, estão presentes em 30 municípios, enquanto no levantamento de dados efetuado pela MUNIC, observa-se o número de 274 municípios com esses juizados. Esta diferença de 813% pode ser compreendida a partir da coexistência dos juizados especializados – que lidam somente com as questões da Lei Maria da Penha – e das varas adaptadas – varas criminais que, além dos demais crimes, dão andamento aos processos de violências doméstica e familiar. Esta mesma leitura pode ser aplicada às informações da MUNIC referentes às defensorias (41, no banco de dados da Secretaria, e 469, pela MUNIC), que podem dizer respeito a serviços não especializados, mas que também possuem como público-alvo mulheres em situação de violência.

Os dados relativos ao quantitativo de municípios com Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher são mais homogêneos (408 municípios, segundo o banco de dados da Secretaria, e 397, pela MUNIC). Tal divergência pode se referir às várias estruturas de organização do atendimento policial especializado às mulheres, que incluem delegacias especializadas, núcleos de atendimento à violência contra as mulheres em delegacias comuns, postos, seções, entre outras.

como estas têm sido entendidas e normatizadas pelo governo federal, já que as normas técnicas preveem a obrigatoriedade do sigilo. Todavia, cabe ressaltar a relevância dos dados referentes aos serviços de abrigamento da MUNIC para a atualização da rede, na medida em que, desde a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) tem-se discutido a necessidade de mapeamento de novas modalidades de abrigamento, tais como: casas de passagem, casas de acolhimento provisórios, abrigos não sigilosos para crianças e mulheres, entre outros.

No que diz respeito à forma de funcionamento das casas abrigos, percebe-se que, em 57,0% dos municípios que contam com estes serviços, há atendimento social por assistente social, em 52,0%, há atendimento psicológico individual, em 47,7%, atendimento médico e, em 41,6%, atendimento jurídico. Poucos são os municípios que oferecem às mulheres atividades profissionalizantes dentro das casas abrigos (25,0%), atendimento psicológico em grupo (34,0%) e atividades culturais e educativas (37,0%).

Em magnitude bastante inferior à verificada para os centros de referência, apenas em 51,0% dos municípios com casas abrigos houve algum tipo de atividade de capacitação, sendo que em 21,0% dos municípios esse processo é permanente e em outros 16,0% é periódico (Tabelas de resultados 211 e 212). Os estados do sul do País são os que, proporcionalmente, mais se beneficiam de atividades de capacitação (57,0%), e os do Norte os que mais padecem destas ações (39,0%).

Meio ambiente

Desde sua edição de 2002, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC tem investigado, periodicamente, variáveis relativas à gestão ambiental no âmbito municipal. De 1999, quando se inicia a atual série da pesquisa, a 2002, apenas algumas poucas variáveis ambientais eram investigadas, como é o caso do Conselho de Meio Ambiente e Consórcios. O marco nessa trajetória foi a MUNIC 2002 que levou a campo um Suplemento sobre Meio Ambiente.

As pesquisas realizadas em 2004 e 2008 tiveram blocos específicos relativos ao meio ambiente. Nas demais, as informações ambientais estavam presentes em blocos que tratavam sobre outros temas. Na MUNIC 2005, há informações ambientais nos blocos sobre Legislação e Instrumentos de Planejamento Municipal (legislação ambiental) e Articulações Interinstitucionais (consórcios). O mesmo pode ser observado na MUNIC 2006, a partir dos blocos sobre Recursos de Gestão (mecanismo de restrição a indústrias poluidoras), Educação (educação ambiental) e Segurança e Defesa civil (políticas relacionadas à preservação do meio ambiente, existência de defesa civil e guarda municipal atuando em proteção ambiental).

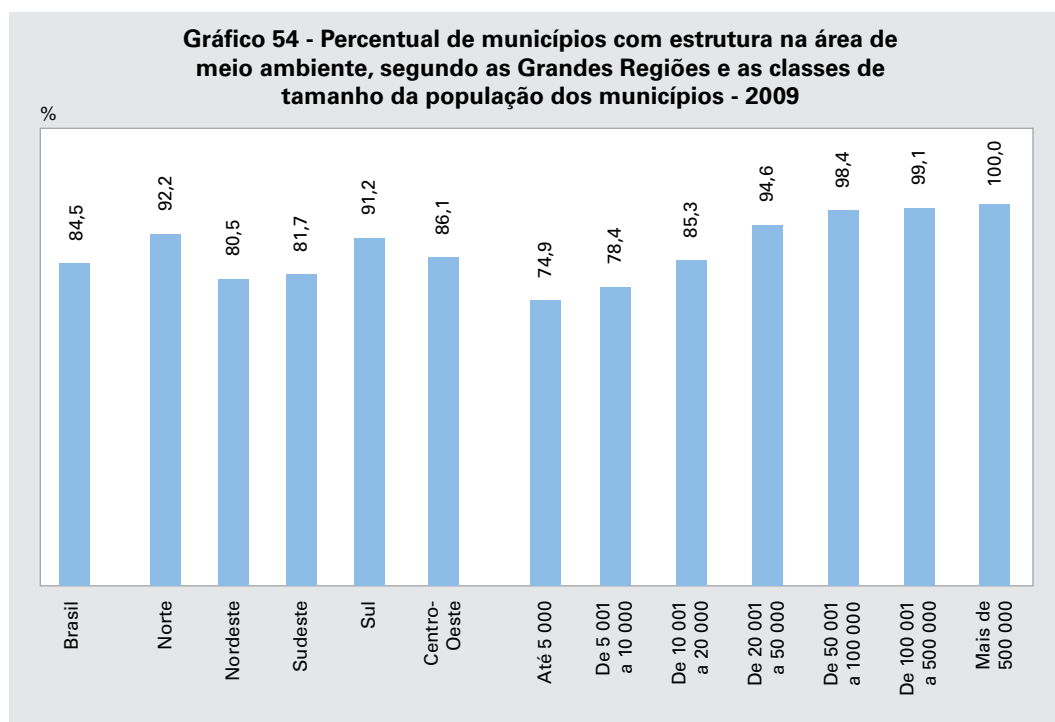
Em 2009, ao completar dez anos da MUNIC, retoma-se o bloco sobre meio ambiente. Nesse levantamento, é investigado, pela primeira vez, o perfil do gestor ambiental, além das informações sobre a estrutura ambiental da prefeitura e a existência de Conselho de Meio Ambiente, Fundo de Meio Ambiente, licenciamento ambiental, instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente, Agenda 21 local, legislação ambiental, Comitê de Bacia Hidrográfica e consórcio público, convênio de parceria com o setor privado, apoio do setor privado ou das comunidades.

Estrutura ambiental

É importante, para uma adequada gestão ambiental, no âmbito municipal, a existência de um órgão com atribuições específicas para lidar com essa área na estrutura da prefeitura. Em princípio, o ideal

seria a existência de uma secretaria exclusiva para meio ambiente. No entanto, nem sempre isso é adequado às condições da prefeitura, em especial nos municípios com poucos recursos que, por conta disso, tendem a ser pouco diversificados em termos de secretarias. Em 2009, 84,5% dos municípios brasileiros tinham algum órgão para tratar do tema meio ambiente e, nesse sentido, tinham uma estrutura ambiental. Em 2008, este percentual era de 77,8%, havendo, portanto, um avanço de cerca de 7 pontos percentuais. Esse aumento de participação de 2008 para 2009 foi generalizado, ocorrendo em todas as classes de tamanho da população dos municípios e em todas as Grandes Regiões.

O percentual de municípios com estrutura ambiental é crescente à medida que se avança nas classes de tamanho da população, dos menos populosos para os mais populosos. Assim, nos municípios com até 5 000 habitantes, 74,9% tinham estrutura ambiental. Em 2009, esse percentual se eleva continuamente nas classes seguintes até atingir 100,0% entre os municípios com mais de 500 000 habitantes (Gráfico 54); em 2008, essas participações foram de 66,9% e 97,3%, respectivamente. No recorte por Grandes Regiões, os percentuais mais elevados de municípios com estrutura ambiental são observados nas Regiões Norte (92,2%) e Sul (91,2%), e os menores na Nordeste (80,5%) e Sudeste (81,7%), ficando a Centro-Oeste (86,1%) perto da média nacional. Em 2008, essas participações eram: Norte (89,3%), Sul (86,4%), Nordeste (73,9%), Sudeste (70,6%) e Centro-Oeste (85,4%). O baixo percentual da Região Sudeste é explicado por Minas Gerais, estado com maior número de municípios do País – cerca de metade do total de municípios da Região Sudeste – e um dos estados com percentual relativamente baixo de municípios com estrutura ambiental (77,6%) ficando, inclusive, abaixo da média do Brasil.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Considerando apenas os municípios com estrutura ambiental, nota-se (Tabela 15) que predominam os que têm secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais (52,5%). Vem, em seguida, os que têm secretaria municipal exclusiva (23,9%) e setor subordinado à outra secretaria (16,0%). O grupo com os mais baixos percentuais é constituído pelos municípios com setor subordinado diretamente à chefia do executivo (6,8%) e pelos que têm órgão de administração indireta (0,8%). Em sua maioria, os diferentes tipos de estrutura seguem a mesma tendência em termos de classes de tamanho da população dos municípios, ou seja, aumenta de participação à medida que se avança de classes, dos menos populosos para os mais populosos. A incidência de secretaria exclusiva de meio ambiente segue esse padrão. Esse tipo de estrutura está presente em apenas 14,3% dos municípios com até 5 000 habitantes. Esse percentual se eleva até atingir 62,5% dos municípios com mais de 500 000 habitantes. O movimento inverso se verifica com a opção secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais, que passa de um percentual de 57,2% nos municípios com até 5 000 habitantes, diminuindo até 25,0% na classe dos municípios com mais de 500 000 habitantes. Esses resultados são, até certo ponto, esperados, dado que municípios de menor porte tendem a ter poucos recursos e, portanto, poucas secretarias. Os municípios de maior porte, no entanto, tendem a ter mais recursos e uma estrutura mais diversificada e especializada de secretarias. As opções órgão da administração indireta e setor subordinado diretamente à chefia do executivo também seguem um padrão. No primeiro caso, segue o padrão dominante: a participação aumenta ao se avançar das classes mais baixas para as mais altas e no segundo caso ocorre o inverso. A situação de setor subordinado diretamente à chefia do executivo é típica de uma estrutura de secretarias pouco diversificadas, que é mais comum em municípios menos populosos, com poucos recursos, o que leva a que sua participação seja nula (0%) nos municípios com mais de 500 000 habitantes. Apenas, a estrutura setor subordinado à outra secretaria não segue um padrão de incidência definido.

Tabela 15 - Distribuição percentual de municípios com estrutura ambiental, por tipo de estrutura, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Distribuição percentual de municípios com estrutura ambiental, por tipo de estrutura (%)					
	Total com estrutura na área ambiental	Secretaria Municipal exclusiva	Secretaria Municipal em conjunto com outras políticas setoriais	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta
Brasil	100,0	23,9	52,5	16,0	6,8	0,8
Até 5 000	100,0	14,3	57,2	16,9	11,6	0,0
De 5 001 a 10 000	100,0	18,6	54,8	17,7	8,8	0,1
De 10 001 a 20 000	100,0	21,9	53,5	18,4	6,0	0,3
De 20 001 a 50 000	100,0	29,3	51,8	14,7	3,6	0,6
De 50 001 a 100 000	100,0	35,7	46,3	10,9	3,9	3,2
De 100 001 a 500 000	100,0	50,2	34,6	6,9	2,2	6,1
Mais de 500 000	100,0	62,5	25,0	2,5	0,0	10,0
Grandes Regiões						
Norte	100,0	44,0	46,6	7,5	1,9	0,0
Nordeste	100,0	21,7	55,8	19,9	2,0	0,5
Sudeste	100,0	28,2	44,1	12,7	14,4	0,6
Sul	100,0	12,7	60,5	18,8	6,2	1,8
Centro-Oeste	100,0	26,4	53,6	14,0	5,2	0,7

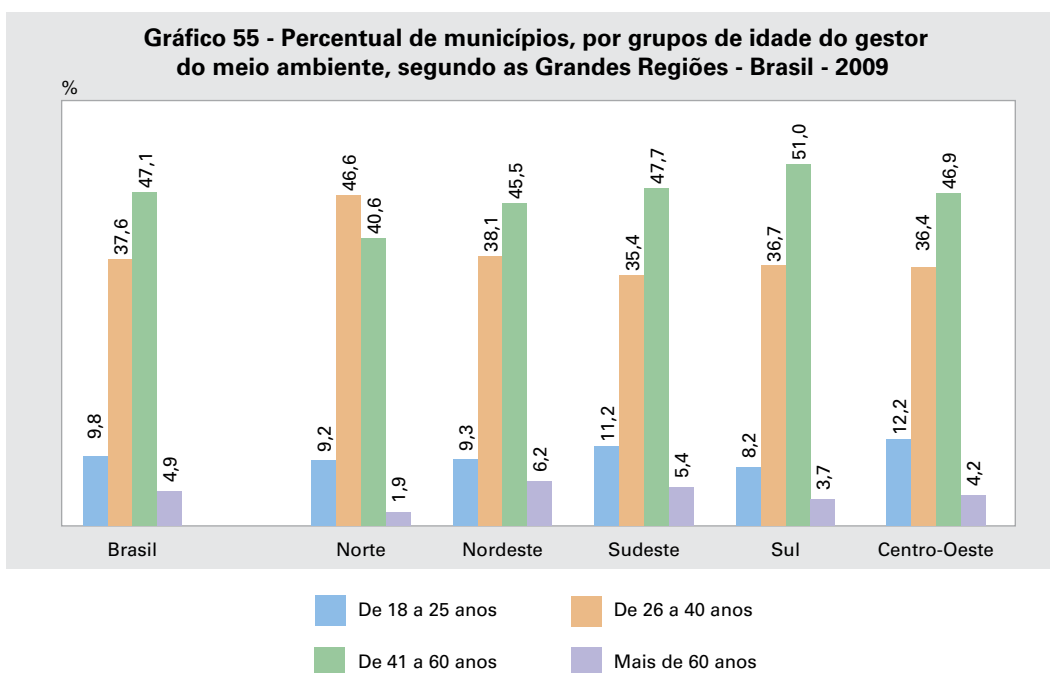
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Ainda considerando apenas os municípios com estrutura ambiental, no recorte por Grandes Regiões, a secretaria municipal em conjunto com outras políticas, que é opção de mais peso no nível nacional, predomina em termos absolutos nas Regiões Sul (60,5%), Nordeste (55,8%) e Centro-Oeste (53,6%) e em termos relativos no Norte (46,6%) e Sudeste (44,1%). A secretaria exclusiva tem seu mais elevado percentual nas Regiões Norte (44,0%), onde há, comparativamente, poucos municípios. Esse tipo de estrutura predomina em apenas cinco Unidades da Federação, sendo três da Região Norte (Pará 62,3%, Roraima 57,1% e Amazonas 53,4%) e duas da Região Sudeste (Rio de Janeiro 63,0% e Espírito Santo 53,2%). A opção setor subordinado à outra secretaria está mais presente na Nordeste (19,9%), setor subordinado diretamente à chefia do executivo na Sudeste (14,4%) e órgão da administração indireta na Sul (1,8%).

Perfil do gestor ambiental municipal

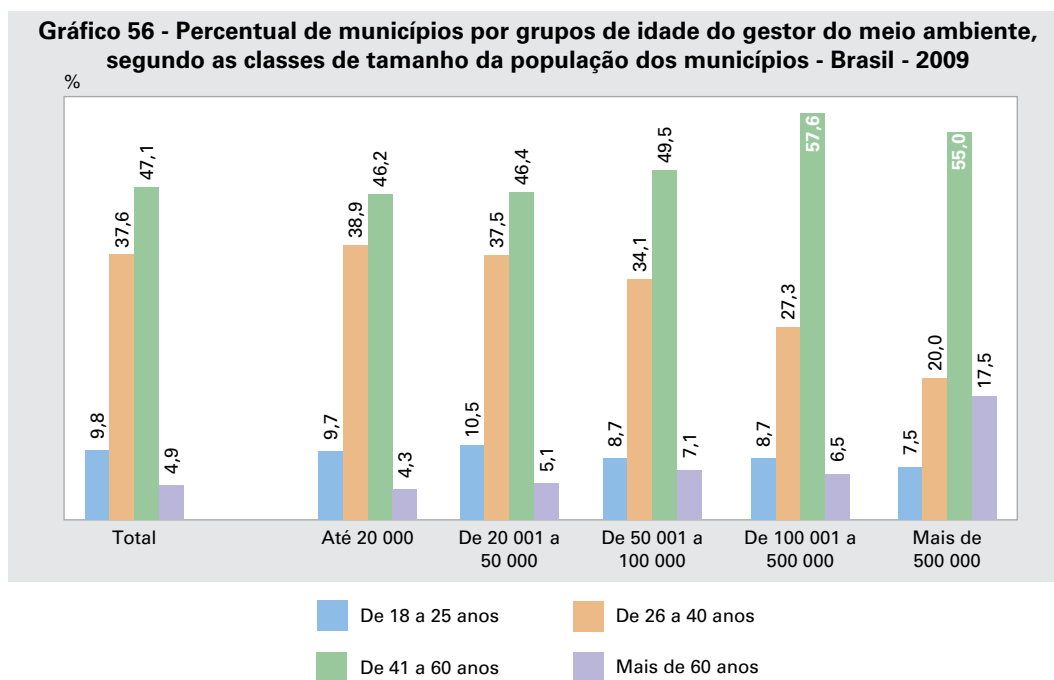
A MUNIC investigou, em 2009, algo que permitisse traçar, ainda que em linhas gerais, as características pessoais do gestor de meio ambiente no nível local. Para isto, foram incluídas no questionário variáveis básicas (escolaridade, sexo e idade), de forma a compor um perfil mínimo deste servidor.

O Gráfico 55 mostra que, no conjunto do País, em termos de faixa etária, a maior parte dos gestores de meio ambiente está na meia idade: 47,1% concentra-se na faixa de 41 a 60 anos e 37,6%, na faixa de 26 a 40 anos. Este é um padrão que se repete de forma aproximada em quase todas as regiões, também com cerca de 10,0% na faixa mais jovem (de 18 a 25 anos) e cerca de 5,0% entre os mais velhos (acima de 60 anos). A exceção ao padrão é a Região Norte, em que o percentual de gestores ambientais mais jovens, com idade de 26 a 40 anos (46,6%), é mais elevado do que o verificado na faixa de 41 a 60 anos (40,6%). Nessa região, o percentual de gestores mais idosos fica abaixo de 2,0% contra 4,9% da média nacional.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Ao desagregar os dados de idade por classes de tamanho da população dos municípios, verifica-se que há uma alteração do padrão nacional: ocorre uma tendência a reduzir-se o percentual de gestores das faixas mais jovens e aumentar esta participação nas faixas dos mais idosos, tanto maior for a população do município. O Gráfico 56 mostra que nos municípios com até 20 000 habitantes¹² é de 48,6% (somando-se os percentuais das duas classes mais baixas) a presença dos mais jovens (até 40 anos). Este percentual cai para 27,5% entre os municípios com população acima de 500 000 habitantes, onde a participação de gestores com mais de 60 anos é de 17,5%, bem mais elevada que a média do País.



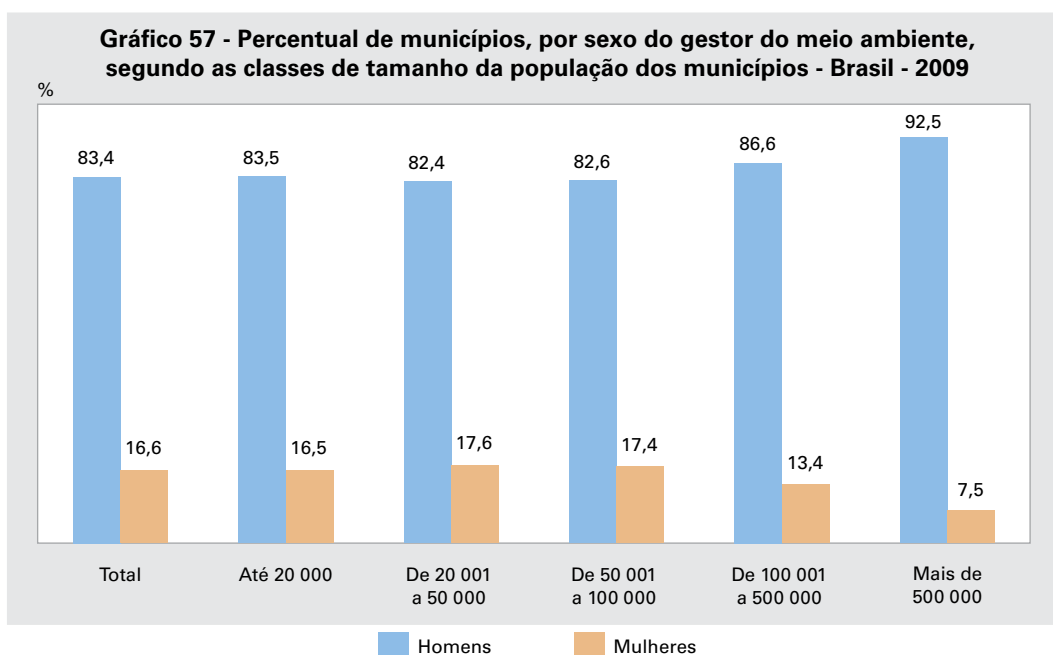
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

A desagregação das informações por sexo do gestor (Gráfico 57) mostra que a participação feminina ainda é pequena, comparativamente ao sexo oposto: 16,6% de mulheres responsáveis pela gestão ambiental municipal contra 83,4% de homens. O dado não deixa de surpreender, uma vez que a questão ambiental vem suscitando interesse dos mais diversos grupos sociais e é reconhecida como um tema típico da modernidade e da democratização da participação de todos os segmentos da sociedade civil.

O padrão não se altera significativamente quando os dados são desagregados por Grandes Regiões. No entanto, quando observados por classes de tamanho da população, pode-se constatar que é justamente nos municípios mais populosos que cai a proporção de mulheres na gestão ambiental. Nos municípios com até 20 000 habitantes, a proporção de mulheres é de 16,5%, a mesma da média do País e que se mantém nas classes subsequentes, iniciando uma tendência de queda a partir das classes de população acima de 100 000 habitantes. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, esta proporção é de 7,5%, bem mais baixa que a média obtida o Brasil.

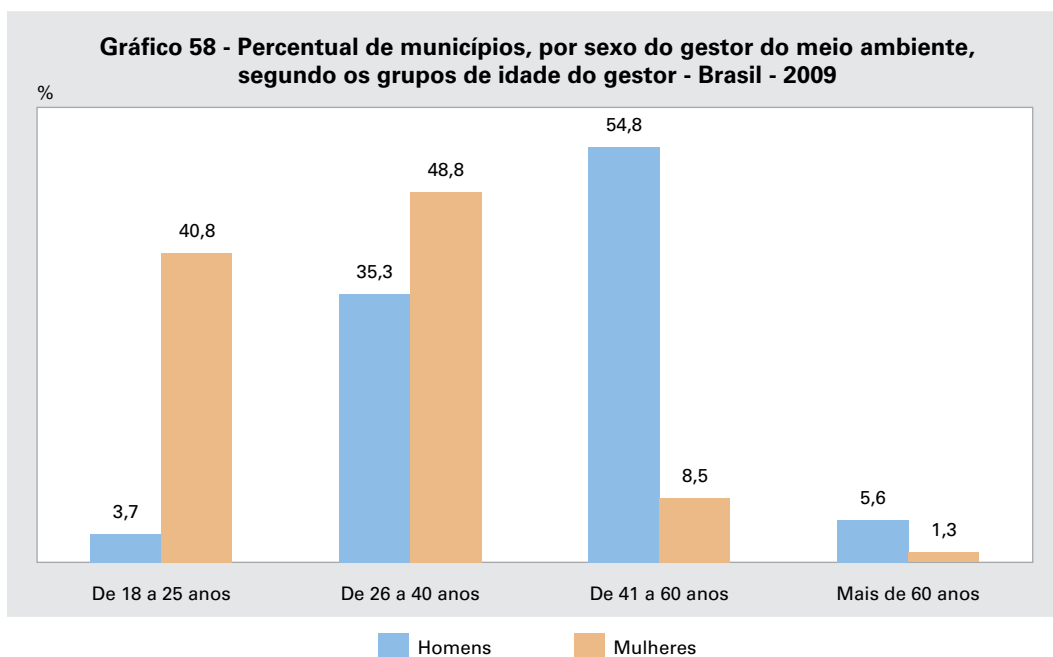
¹² Nesta análise, adotou-se somar três classes de tamanho da população do município (até 5 000, de 5 001 a 10 000 e de 10 001 a 20 000 habitantes) tendo em vista que os resultados analisados mostram um padrão muito semelhante entre si.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

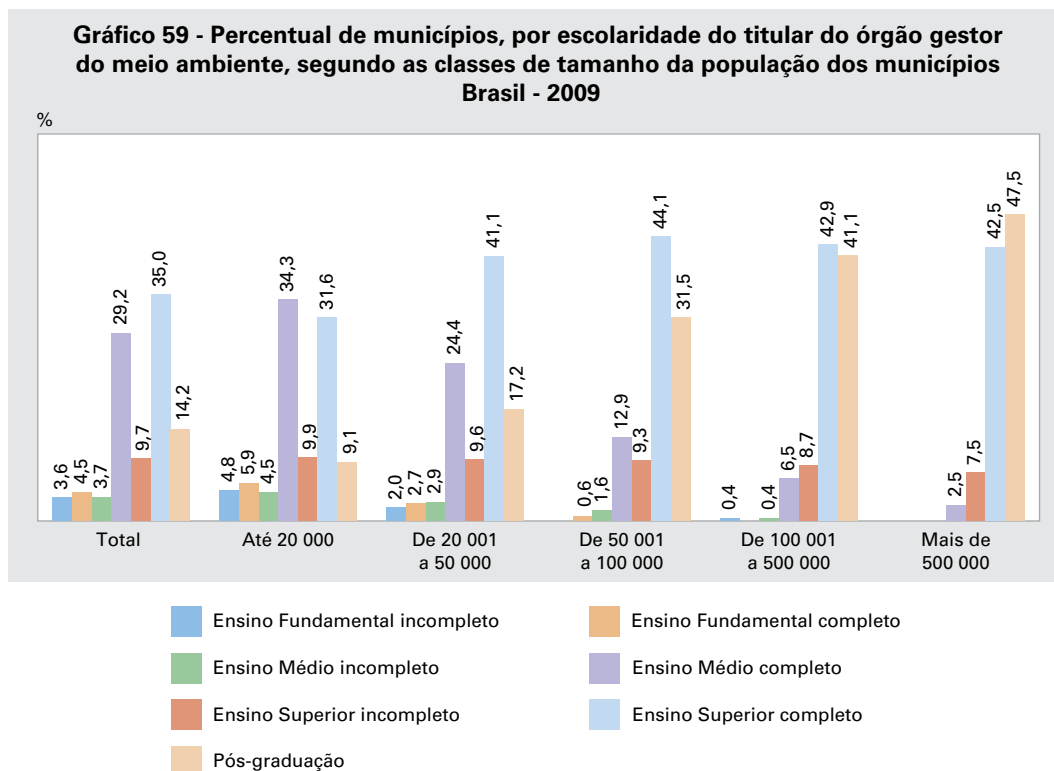
Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Por outro lado, quando as informações são observadas tendo em vista sexo e idade em conjunto (Gráfico 58), pode-se perceber que a participação das mulheres na gestão ambiental está concentrada em faixas mais jovens (quase 90,0%, ao somar as duas), enquanto os homens que ocupam o mesmo cargo se localizam preferencialmente nas faixas de 26 a 40 anos e de 41 a 60 anos, sendo, esta última, a que concentra mais da metade (54,0%) dos gestores de sexo masculino.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Finalmente, cabe um comentário sobre a escolaridade do titular do órgão que gerencia as questões ambientais do município. As informações obtidas pela MUNIC e que aparecem no Gráfico 59 mostram que estes servidores públicos têm escolaridade bastante elevada. No Brasil, 35,0% têm nível superior completo e 14,2% têm pós-graduação, perfazendo um total de quase 50,0% com grau universitário. Esta proporção, como seria esperado, tende a crescer nos municípios mais populosos. Nos que têm mais de 500 000 habitantes, ela atinge 90,0%.



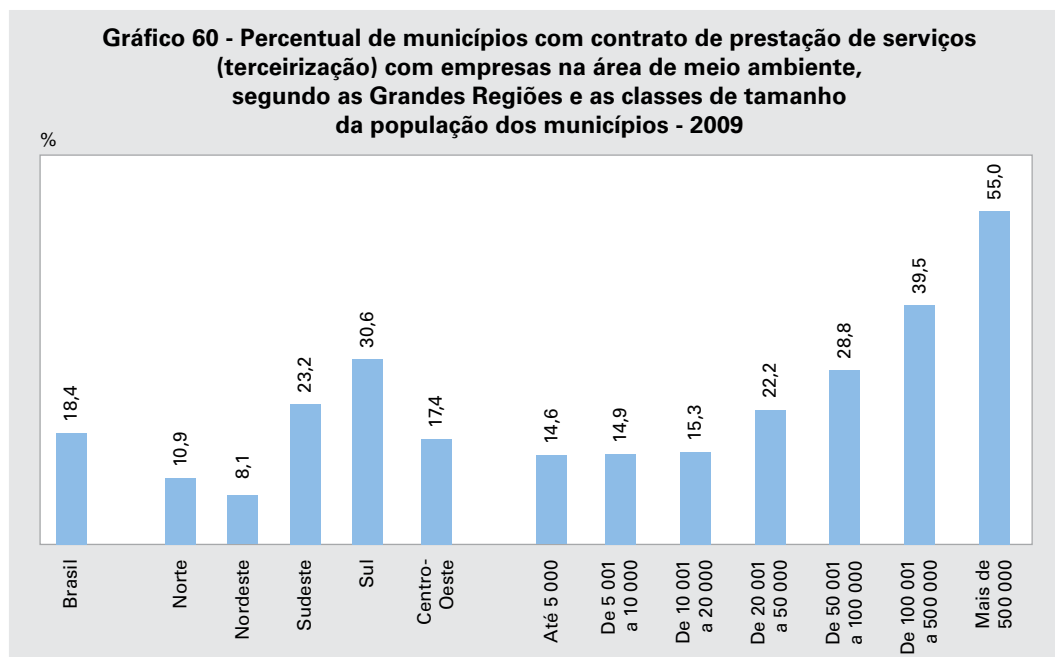
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1^o de julho.

Contrato de prestação de serviços

Muitas vezes a prefeitura não possui os recursos humanos e/ou os equipamentos necessários para enfrentar um determinado problema ambiental. Nesse caso, contratar serviços de terceiros pode ser uma solução. Em 2009, 18,4% dos municípios tiveram contrato de prestação de serviços com empresas na área de meio ambiente para exercício de funções, tais como: segurança; limpeza e manutenção de estação ecológica; reserva biológica; parque natural; monumento natural; refúgio de vida silvestre; área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico; floresta municipal; e reserva extrativista. A terceirização aumenta à medida que avança nas classes de tamanho da população dos municípios, isto é, dos menos populosos para os mais populosos. Assim, a terceirização está presente em 14,6% dos municípios com até 5 000 habitantes, elevando-se gradativamente esse percentual nas classes seguintes até atingir 55,0% nos municípios com mais de 500 000 habitantes. A terceirização está

mais presente nos municípios das Regiões Sul (30,6%) e Sudeste (23,2%). As Regiões Norte (10,9%) e Nordeste (8,1%) apresentam os menores percentuais, ficando a Centro-Oeste (17,4%) com resultado próximo da média nacional (Gráfico 60). No recorte por Unidade da Federação, os maiores percentuais são verificados nos Estados do Espírito Santo (37,2%) e Paraná (34,6%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Os Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente integram o Sistema Nacional e Estadual do Meio Ambiente e têm como objetivo manter o ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

Dotados de missão consultiva e/ou deliberativa e/ou normativa e/ou fiscalizadora e de assessoramento do poder executivo, no âmbito das questões ambientais, os Conselhos Municipais de Meio Ambiente estabelecem um novo formato de relação Estado e sociedade e, ao mesmo tempo, institucionalizam a participação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e possibilitam a entrada em vigor de uma nova cultura cívica. Sua instalação, estimulada a partir da Constituição Federal de 1988, busca fortalecer o debate em torno da autonomia municipal.

A criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente deve, necessariamente, envolver e mobilizar a população do município. Sua criação deve ser efetuada por meio de lei elaborada e aprovada pela Câmara de Vereadores, devendo conter os objetivos, as competências, as atribuições e a composição do conselho. Deve-se reunir com periodicidade regular, sendo importante que esses encontros sejam abertos à participação de membros da comunidade.

Os conselhos não têm a função de criar leis, pois essa é uma atribuição do legislativo municipal, ou seja, da Câmara de Vereadores, mas podem sugerir a criação de leis, bem como a adequação e regulamentação das já existentes, por meio de resoluções, quando isso signifique estabelecer limites mais rigorosos para a qualidade ambiental ou facilitar a ação do órgão executivo. Além disso, podem indicar ao órgão ambiental municipal a fiscalização de atividades poluidoras ainda que não exerçam diretamente esse tipo de ação.

Os resultados obtidos pela MUNIC dão conta de que, em 2009, 3 135 (56,3%) municípios brasileiros dispunham de Conselho Municipal de Meio Ambiente. Esta é a primeira vez que a existência desse conselho é identificada em metade dos municípios do País. Até 1987, haviam sido criados no País apenas 3,3% conselhos dessa natureza; em 1999, primeiro ano em que a informação foi investigada pela MUNIC, eles existiam em 1 177 (21,4%) municípios brasileiros¹³; desde então, o aumento ocorrido foi da ordem de 166,3% no número desses Conselhos. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o crescimento desses fóruns ocorreu de maneira tímida. O incremento mais significativo se dá a partir de 1997; desse ano até 2009, foram criados 2 665 novos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, o que representa 85,0% do total ora existente no País. Observa-se ainda que, a partir de 1997, esse crescimento tem ocorrido de maneira mais intensa nos anos imediatamente seguintes aos das eleições municipais (1997, 2001, 2005 e 2009)¹⁴, ou seja, no primeiro ano de governo dos prefeitos, o que pode indicar uma iniciativa pró-ativa dos recém-empossados.

Na Tabela 16, é apresentada a evolução dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente no País desde que a informação passou a ser levantada pela MUNIC. É, no entanto, ainda baixa a presença desses conselhos entre os municípios brasileiros, comparativamente a outros tipos de conselhos com maior incidência, como os de Assistência Social (99,3% dos municípios), Saúde (97,3%), Direitos da Criança e do Adolescente (91,4%) e Educação (79,1%), conforme informações obtidas pela MUNIC 2009.

Tabela 16 - Percentual de municípios com Conselho de Meio Ambiente, por Grandes Regiões -1999/2009

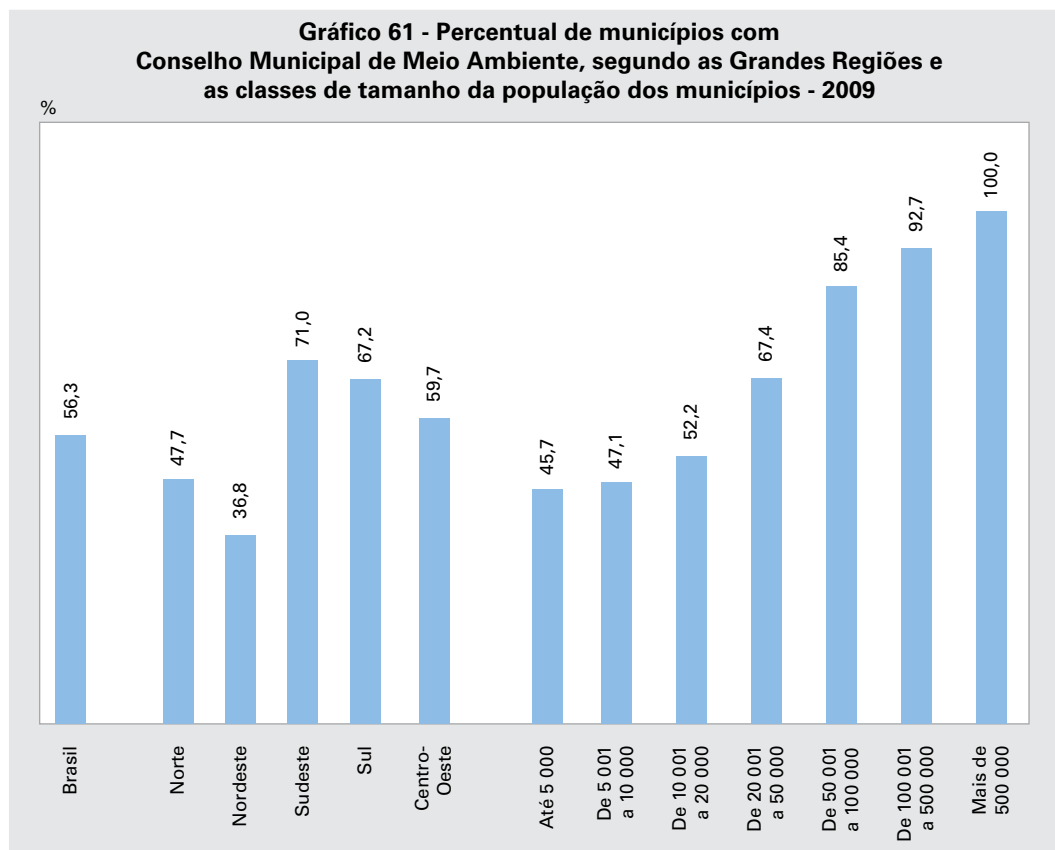
Ano	Percentual de municípios com Conselho de Meio Ambiente					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1999	21,4	11,4	9,0	32,5	29,1	19,1
2001	29,0	18,5	14,3	39,3	39,6	32,4
2002	34,1	21,6	19,7	43,5	44,2	41,7
2004	36,7	26,3	20,3	46,8	49,6	40,6
2008	47,6	38,5	29,9	58,7	61,1	50,6
2009	56,3	47,7	36,8	71,0	67,2	59,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2009.

¹³ Em 1999 havia 5 506 municípios no Brasil; em 2001, 5 560, número que perdurou até 2004. Entre 2005 e 2008, o número de municípios passou para 5 564. Em 2009, com a criação do Município de Nazário (PI), o número de municípios aumentou para 5 565.

¹⁴ Em 1997, foram criados 195 novos Conselhos Municipais de Meio Ambiente; em 2001, 365; em 2005, 270; e em 2009, 248.

Ainda que não se tenha condições, no âmbito da *MUNIC*, de fazer uma avaliação sobre o funcionamento e os possíveis êxitos e/ou fracassos, na área de meio ambiente, dessa forma de relacionamento Estado e sociedade, observa-se que eles são proporcionalmente mais frequentes entre os municípios mais populosos e nas regiões economicamente mais desenvolvidas do País (Gráfico 61).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

No entanto, há de se ressaltar o crescimento desses fóruns entre os municípios com até 20 000 habitantes. Em 1999, eles existiam em apenas 16,2% dos municípios brasileiros nessa classe de tamanho da população; em 2009, 48,4% deles informaram a existência desse fórum. Outra informação relevante é que, pela primeira vez, a *MUNIC* identificou a existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente em todos os municípios brasileiros com mais de 500 000 habitantes.

Com relação aos resultados segundo as Grandes Regiões, observa-se que as Regiões Sudeste (71,0% dos municípios dessa região) e Sul (67,2%) são as que apresentam os maiores percentuais de municípios com esse conselho. No caso da Região Sudeste, observa-se, de 2008 para 2009, um importante aumento na quantidade de municípios que informam a existência desse fórum, acréscimo esse influenciado, especialmente, pelo Estado de São Paulo, onde ocorreu a criação, em 2009, de 127 novos Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Já a Região Nordeste continua a ser a que apresenta o menor percentual de municípios com esse tipo de conselho (36,8%), bem abaixo do resultado obtido para o Brasil (56,3%).

A Tabela 17 mostra o percentual de municípios com Conselhos Municipais de Meio Ambiente nas Unidades da Federação¹⁵. Estados como Rio de Janeiro (91,3% dos municípios), Rio Grande do Sul (84,7%) e Ceará (81,0%) são os que apresentam as maiores participações relativas de municípios com a existência desse fórum. Na outra ponta, pode-se observar que os Estados do Maranhão (26,3%), Alagoas (25,5%), Paraíba (15,2%) e Piauí (9,4%) têm os menores percentuais de municípios com Conselhos Municipais de Meio Ambiente no País.

Tabela 17 - Percentual de municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente, segundo as Unidades da Federação - 2009

Unidade da Federação	Percentual de municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente (%)	Unidade da Federação	Percentual de municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente (%)
Brasil	56,3		
Rio de Janeiro	91,3	Espírito Santo	53,8
Rio Grande do Sul	84,7	Mato Grosso	51,8
Ceará	81,0	Paraná	47,4
São Paulo	74,6	Tocantins	46,0
Mato Grosso do Sul	67,9	Rio Grande do Norte	37,7
Minas Gerais	67,8	Amazonas	33,9
Santa Catarina	64,5	Pernambuco	32,9
Amapá	62,5	Rondônia	32,7
Goiás	61,4	Sergipe	30,7
Roraima	60,0	Maranhão	26,3
Acre	59,1	Alagoas	25,5
Pará	55,9	Paraíba	15,2
Bahia	54,7	Piauí	9,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Embora não haja nenhuma lei federal que regulamente a criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, nos municípios onde existem formalmente eles funcionam de maneira diferenciada, dependendo da abrangência das atribuições que lhes são destinadas, da representatividade de cada um dos grupos que os compõem, da frequência com que seus conselheiros realizam reuniões e do espaço de intervenção junto à gestão pública local. Para que o Conselho Municipal de Meio Ambiente cumpra com as suas atribuições de maneira satisfatória, precisa ser representativo. Portanto, espera-se que tenha uma composição paritária, ou seja, que considere, em igualdade numérica, representantes do poder público e da sociedade civil organizada. Essa composição pode ser bipartite – poder público (municipal, estadual e federal) e outros segmentos (empresarial, sindical, academia, entidades ambientalistas, etc.) – ou tripartite – poder público, setor produtivo (empresarial e sindical) e entidades social e ambientalista.

Os resultados da pesquisa mostram que, com relação às atribuições dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente¹⁶, predominam os de caráter deliberativo (80,9% dos conselhos) e/ou consultivo (77,8%). De acordo com o conceito utilizado na coleta das

¹⁵ O Distrito Federal, por suas características especiais, constituindo-se de apenas um município, não foi incluído nesta tabela, cabendo mencionar que esta Unidade da Federação informou ter Conselho de Meio Ambiente com caráter deliberativo. Com relação à representatividade, o conselho é paritário e realizou reunião no período de 12 meses que antecedeu à coleta da pesquisa.

¹⁶ A variável que levantou informações sobre o caráter desses conselhos admitia múltiplas respostas.

informações, o conselho com caráter deliberativo é aquele que efetivamente tem o poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou a administração de recursos; o de caráter consultivo é aquele em que seus integrantes têm o papel de apenas estudar e indicar ações ou políticas. O conselho com caráter fiscalizador (47,9%) é aquele que fiscaliza a implementação e o funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos. O conselho com atribuição normativa (40,2%) é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou a administração de recursos. Ressalte-se que essas atribuições estão restritas à área de competência dos respectivos conselhos.

Com relação aos conselheiros, é importante destacar que são pessoas que agem de forma voluntária em benefício da melhoria da qualidade de vida e, portanto, não recebem pagamento pelos serviços prestados.

Para conhecer o grau de democratização desse fórum, é necessário conhecer sua composição. O conselho paritário, como já dito anteriormente, é aquele composto por partes iguais de representantes do governo e da sociedade civil. Os resultados mostram que em sua maioria (87,6%) os Conselhos Municipais de Meio Ambiente são paritários.

Uma outra forma de qualificar os conselhos do ponto de vista estatístico e do analítico é verificar se esses fóruns têm se reunido. A intenção desse procedimento é escapar daquelas situações em que o conselho existe formalmente, mas não tem qualquer operacionalidade no cotidiano da administração municipal. Nesse sentido apuraram-se os municípios nos quais o conselho existente se reuniu no período de 12 meses anteriores à coleta da informação; os conselhos desse conjunto de municípios serão doravante denominados conselhos ativos. Em 2009, dos 3 135 municípios brasileiros que dispunham de Conselho Municipal de Meio Ambiente, 2 227 (71,0%) declararam que realizaram reunião no período considerado pela pesquisa.

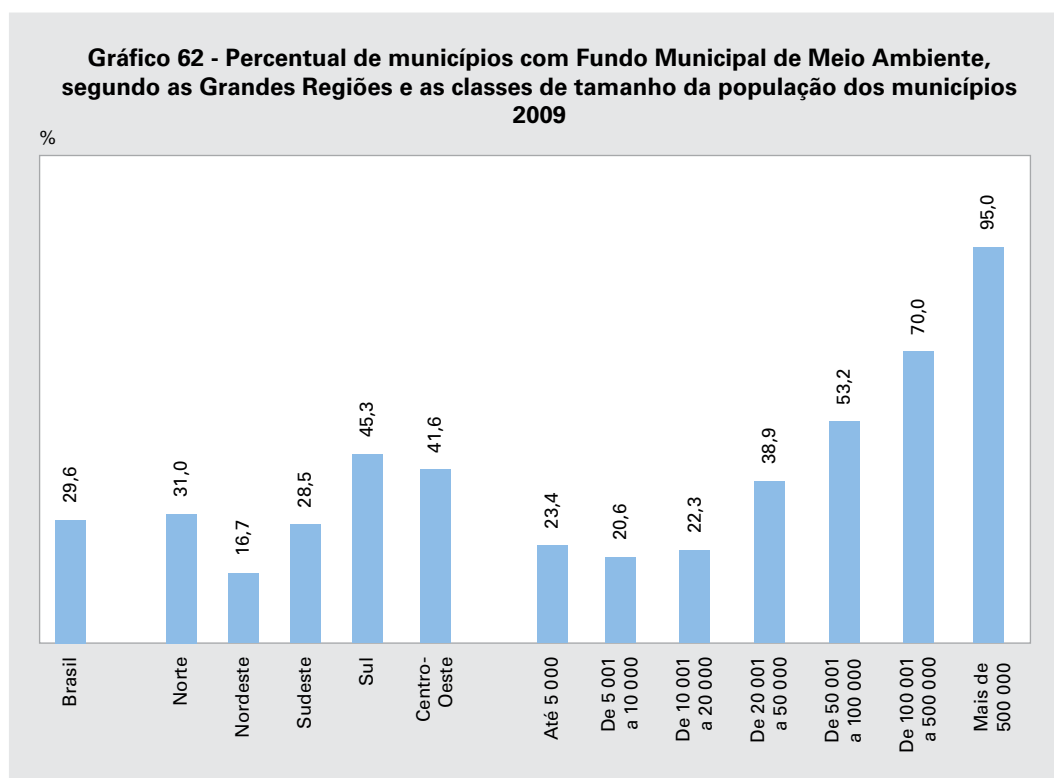
Os conselhos ativos são relativamente mais frequentes entre os municípios mais populosos, em especial entre aqueles com mais de 500 000 habitantes. Todos os 40 municípios do País que têm mais de 500 000 habitantes dispõem de Conselho Municipal de Meio Ambiente e, desses, 37 (92,5%) informaram que os referidos conselhos realizaram reunião no período especificado pela pesquisa. Já entre os municípios com até 10 000 habitantes, apenas 66,6% deles informaram ter o conselho se reunindo. Os resultados segundo as Grandes Regiões mostram que, no conjunto dos municípios que informaram a existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente, a Região Norte foi a que teve a maior participação relativa de municípios com conselhos ativos (74,3%), seguida das Regiões Sul (73,9%) e Sudeste (72,4%). As demais regiões tiveram percentuais muito próximos entre si: Centro-Oeste (67,3%) e Nordeste (65,6%). Dentre as Unidades da Federação, destacam-se o conjunto de municípios de Roraima (88,9% dentre os que têm esse conselho), Rio de Janeiro (84,6%) e Rio Grande do Sul (80,7%). Observa-se que no País 29,0% dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente não realizaram reunião no período estabelecido pela pesquisa.

Fundo de Meio Ambiente, licenciamento ambiental e instrumentos de cooperação

O governo municipal pode criar um fundo específico para a área ambiental. Sua criação deve ser autorizada por lei municipal e suas receitas vinculadas ao aperfeiçoamento de mecanismos de gestão ambiental. Multas aplicadas pelas

prefeituras por infrações ambientais devem ser revertidas para esse fundo. Um fundo bem estruturado, por exemplo, pode receber recursos extraorçamentários e gastá-los sem precisar se sujeitar às regras orçamentárias tradicionais, tal como a devolução no fim do exercício fiscal.

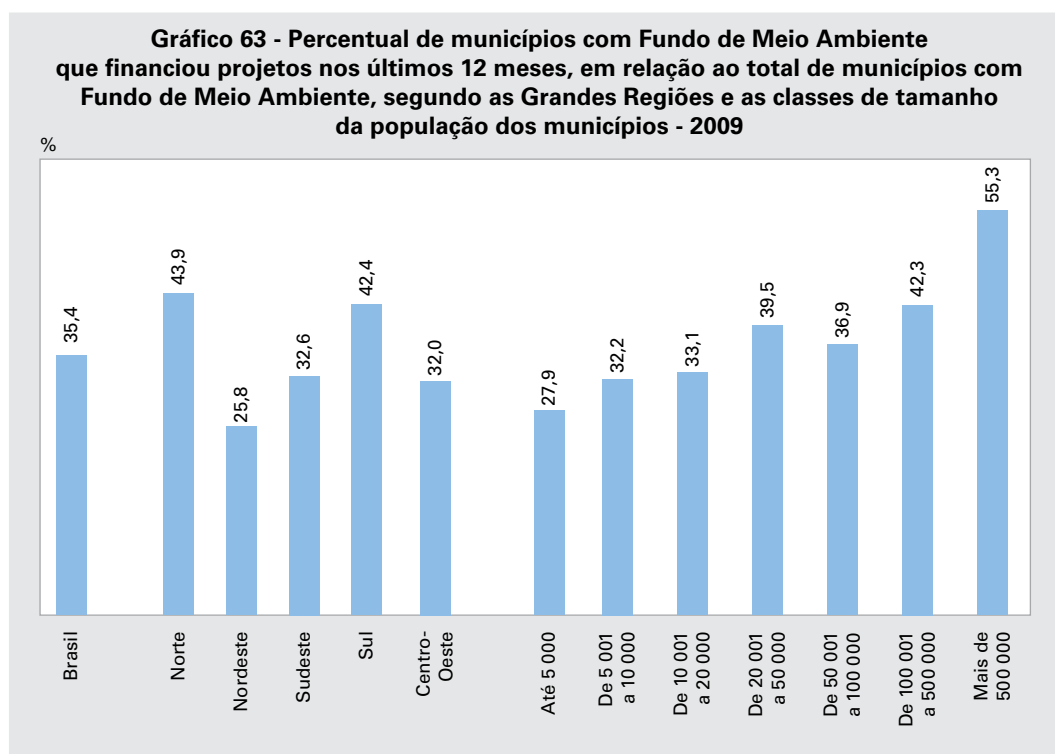
Em 2009, 1 645 (29,6%) municípios tinham Fundo de Meio Ambiente (Gráfico 62). Houve um aumento de 30,6% em relação a 2008, quando existiam 1 260 fundos (22,6% dos municípios brasileiros). Os fundos estão presentes na maioria dos municípios com mais de 50 000 habitantes, chegando a atingir a marca de 95,0% naqueles com mais de 500 000 habitantes. A presença dos fundos é maior nas Regiões Sul (45,3%), Centro-Oeste (41,6%) e Norte (31,0%), e menor nas Regiões Sudeste (28,5%) e Nordeste (16,7%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1^o de julho.

Dos municípios que têm Fundo de Meio Ambiente, 35,4% financiaram ações e projetos na área ambiental nos últimos 12 meses e, portanto, podem ser considerados ativos (Gráfico 63). Esse percentual é ligeiramente abaixo do pesquisado em 2008 (36,6%). Os Fundos ativos estão mais presentes nas Regiões Norte (43,9%) e Sul (42,4%), nos municípios com população de 100 001 a 500 000 habitantes (42,3%) e naqueles com mais de 500 000 habitantes (55,3%).



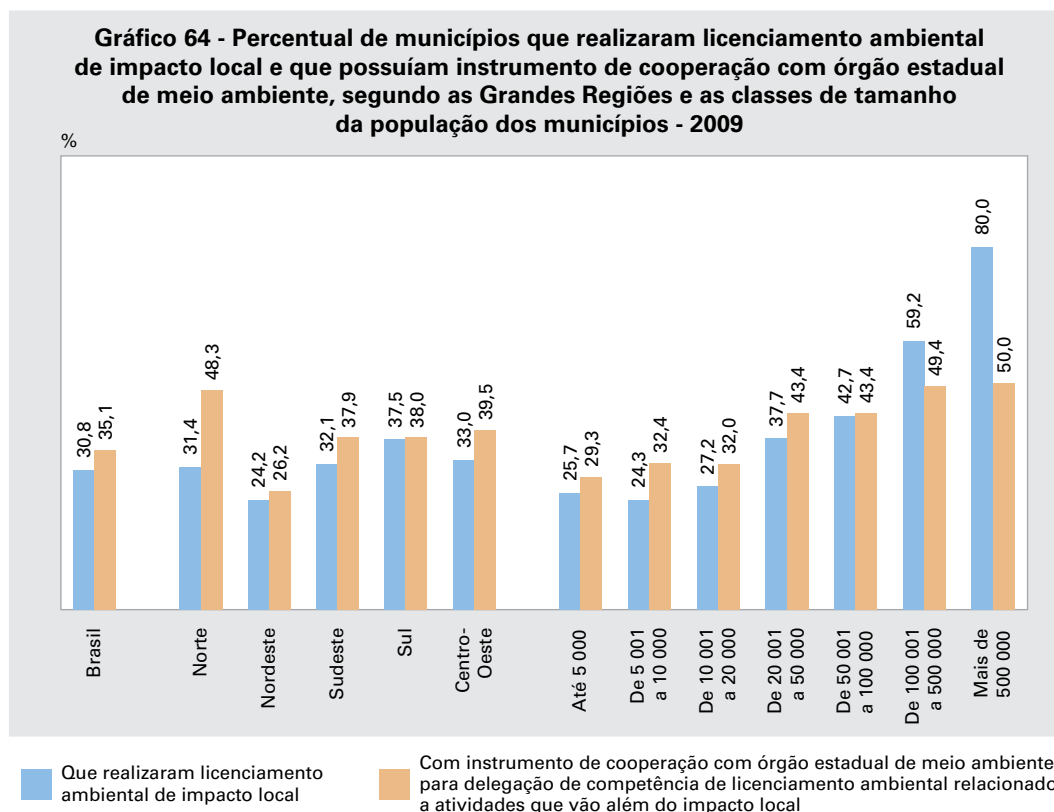
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1^o de julho.

A MUNIC pesquisou duas informações sobre licenciamento: se o município realiza licenciamento ambiental de caráter local e se possui instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente para delegação de competência de licenciamento ambiental relacionado a atividades que vão além do impacto ambiental local. A primeira se refere a uma prática – se realiza licenciamento – e a segunda se possui determinado instrumento de política ambiental – alguma forma de convênio com o órgão estadual na área de licenciamento. Nesse último caso, sabe-se apenas se o instrumento existe ou não. No caso do quesito sobre licenciamento local, sabe-se apenas que a prefeitura adota essa prática, mas não se tem conhecimento da eficiência ou eficácia desse instrumento de política ambiental (PERFIL..., 2008).

Dos municípios brasileiros, 30,8% realizam licenciamento de impacto local e 35,1% possuem instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente para delegação de competência de licenciamento ambiental relacionado a atividades que vão além do impacto local (Gráfico 64). Esses percentuais são superiores aos verificados em 2008, quando as taxas foram de 25,8% e 27,9%, respectivamente. O licenciamento tem presença crescente nos municípios a partir da classe de população de 5 001 a 10 000 habitantes, atingindo o percentual de 80,0% nos municípios com mais de 500 000 habitantes. No recorte regional, sua participação é maior nas Regiões Sul (37,5%) e Centro-Oeste (33,0%). No recorte por Unidade da Federação, destacam-se o Rio Grande do Sul (47,8%) e Rio de Janeiro (46,7%) com os maiores percentuais. A delegação de competência tende a ter participação crescente à medida que se avança

nas classes de tamanho da população dos municípios, isto é, dos menos populosos para os mais populosos, passando de uma presença de 29,3% nos municípios com até 5 000 habitantes para 50,0% naqueles com mais de 500 000 habitantes. A presença desse instrumento é maior nas Regiões Norte (48,3%) e Centro-Oeste (39,5%), destacando-se o Estado do Amapá, onde está presente em 93,8% das administrações locais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

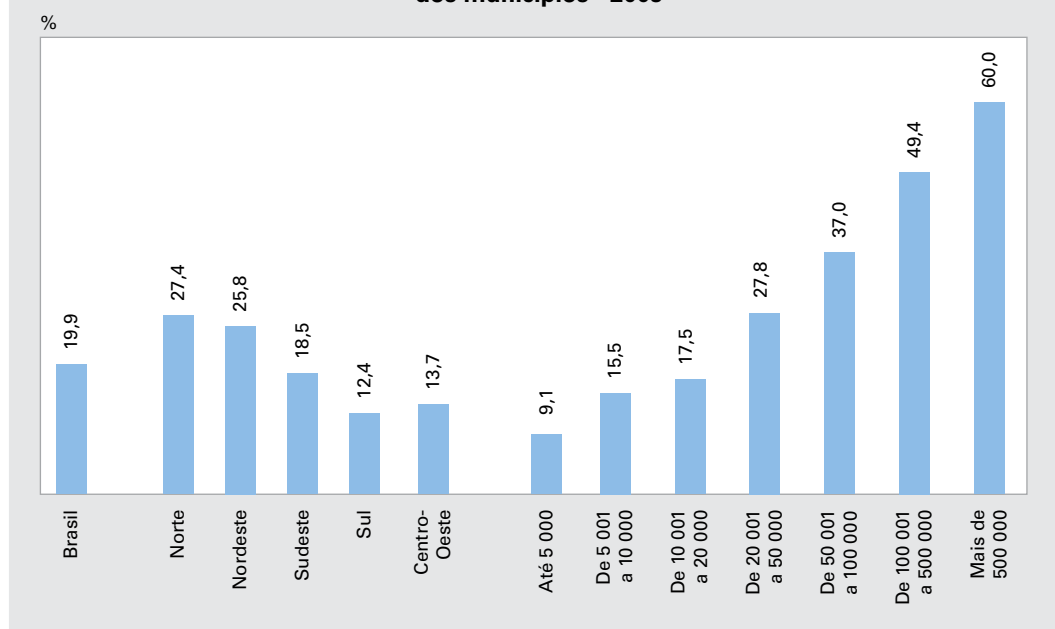
Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1^a de julho.

Agenda 21

A Agenda 21 local é um processo participativo e multissetorial de elaboração de um programa de ação estratégico dirigido ao desenvolvimento sustentável local, por meio de políticas públicas (PERFIL..., 2006b). Em 2009, 19,9% dos municípios haviam iniciado o processo de elaboração da Agenda 21 (Gráfico 65), percentual menor que o registrado em 2002 (29,7%). A Agenda 21 está presente sobretudo nos municípios de maior porte populacional – mais de 500 000 habitantes (60,0%) e de 100 001 a 500 000 habitantes (49,4%). Nos municípios de menor porte populacional, sua presença é pouco expressiva: por exemplo, dentre aqueles com até 5 000 habitantes apenas 9,1% iniciaram o processo de Agenda 21. Em termos de Grandes Regiões, a presença maior é na Região Norte (27,4%), seguido da Nordeste (25,8%) e Sudeste (18,5%). A incidência de municípios que iniciaram a Agenda 21 é menor nas Regiões Centro-Oeste (13,7%) e na Sul (12,4%).

Em relação a 2002, houve uma queda expressiva no percentual da Região Nordeste (de 63,8% para 25,8%), mas as demais regiões registraram aumento de participação de municípios com Agenda 21, com destaque para Região Norte que passa de 14,5%, em 2002, para 27,4%, em 2009. Essa mudança na Região Nordeste possivelmente se deve à descontinuidade do Programa Farol do Desenvolvimento do Banco do Nordeste, que incentivava a criação de Agenda 21 nos municípios da região. Dos municípios que iniciaram o processo de Agenda 21, 46,2% ainda estavam na fase inicial de sensibilização/mobilização e 55,6% criaram o Fórum da Agenda 21. Dos que têm fórum, em mais da metade (71,7%) seus membros se reuniram com frequência irregular ou não se reuniram.

Gráfico 65 - Percentual de municípios com processo de Agenda 21 iniciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009



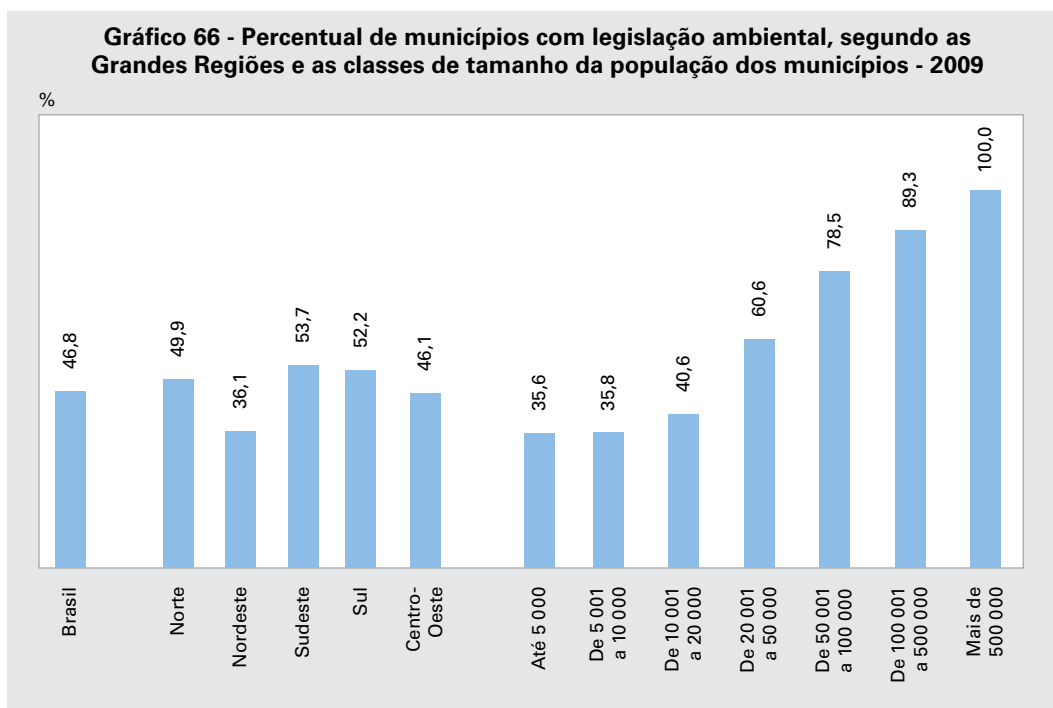
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1^o de julho.

Legislação ambiental

Os municípios têm competência para legislar sobre meio ambiente. Podem criar leis próprias, tanto para atender aos interesses locais quanto para complementar as legislações federal e estadual (MACHADO, 1999). Em 2009, 46,8% dos municípios brasileiros tinham algum tipo de legislação ambiental, percentual superior ao de 2002 (42,5%). A legislação ambiental está mais presente em mais da metade dos municípios das Regiões Sudeste (53,7%) e Sul (52,2%), e em cerca de metade dos municípios da Região Norte (49,9%). Menores percentuais foram registrados nas Regiões Centro-Oeste (46,1%) e Nordeste (36,1%) (Gráfico 66). No recorte por Unidade da Federação, as

maiores incidências ocorrem no Amapá (87,5%), Espírito Santo (71,8%) e Rio de Janeiro (71,7%), enquanto as menores em Alagoas (26,5%), Rio Grande do Norte (21,6%) e Piauí (18,3%). Em termos de distribuição dos municípios por faixas de tamanho da população, a incidência aumenta à medida que se avança nas classes, isto é, dos menos populosos para os mais populosos. Assim, nos municípios com menos de 5 000 habitantes, a presença de legislação ambiental é de 35,6% e naqueles com mais de 500 000 habitantes é de 100,0%. Nos municípios que têm legislação ambiental, o mais comum (37,4% do universo) é que essa se apresente sob forma de capítulo ou de artigo da Lei Orgânica Municipal.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1^o de julho.

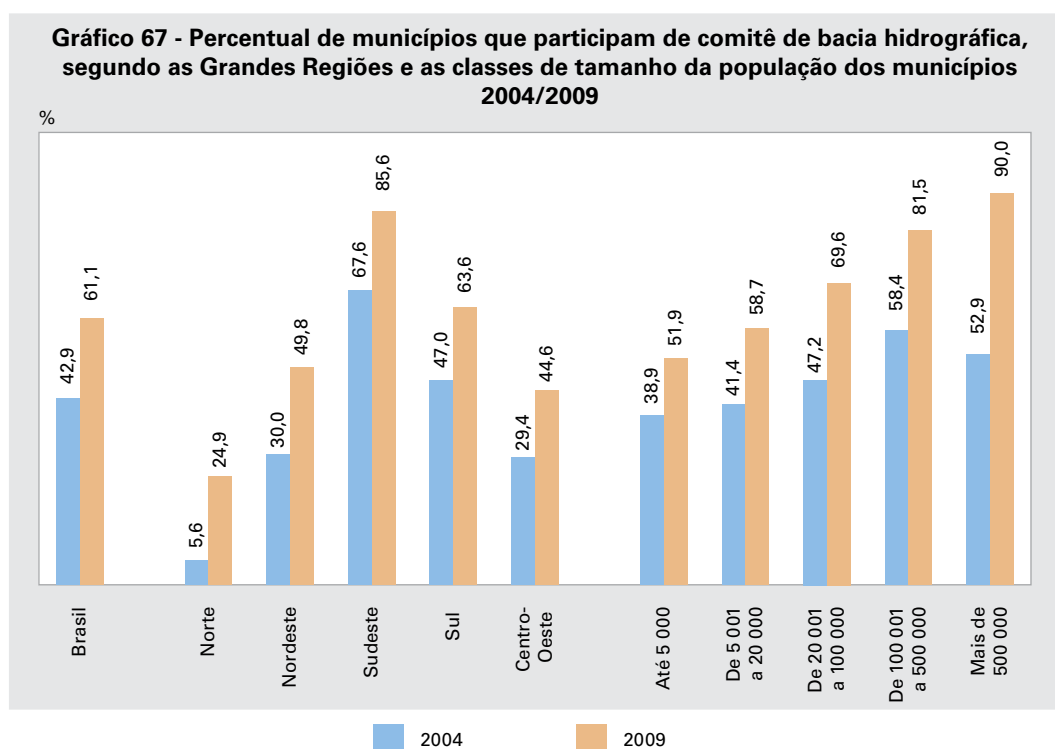
Comitê de Bacia Hidrográfica

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos colegiados compostos por representantes do poder público, da sociedade civil e dos usuários das águas, o que lhes garante um caráter participativo e descentralizado, sendo um papel importante no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Os municípios, abrangidos por uma ou mais bacias hidrográficas, podem participar de comitês de bacia. Em 2002, o Suplemento de Meio Ambiente da MUNIC levantou pela primeira vez um conjunto de informações sobre a gestão ambiental dos municípios brasileiros (PERFIL..., 2005). Naquele ano, 47,0% dos municípios participavam de Comitê de Bacia Hidrográfica, o que já demonstrava sua importância na mobilização, participação e organização dos municípios em torno do controle de uso, da preservação e da recuperação dos recursos hídricos.

O Gráfico 67 apresenta o percentual de municípios que participam de Comitê de Bacia Hidrográfica, segundo classes de tamanho da população e Grandes Regiões, nos anos de 2004 e 2009. A participação dos municípios brasileiros nesses comitês aumentou de 42,9%, em 2004, para 61,1%, em 2009. Esse aumento ocorre em todas as classes de tamanho da população dos municípios e em todas as Grandes Regiões.

Embora os municípios mais populosos, notadamente urbanos, continuem revelando maior engajamento neste tipo de articulação (82,0% na classe de 100 001 a 500 000 e 90,0% na classe de mais de 500 000 habitantes), os destaques ficam por conta dos municípios com até 5 000 habitantes e até 20 000 habitantes: mais da metade dos municípios de cada grupo participou de algum comitê em 2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2004/2009.

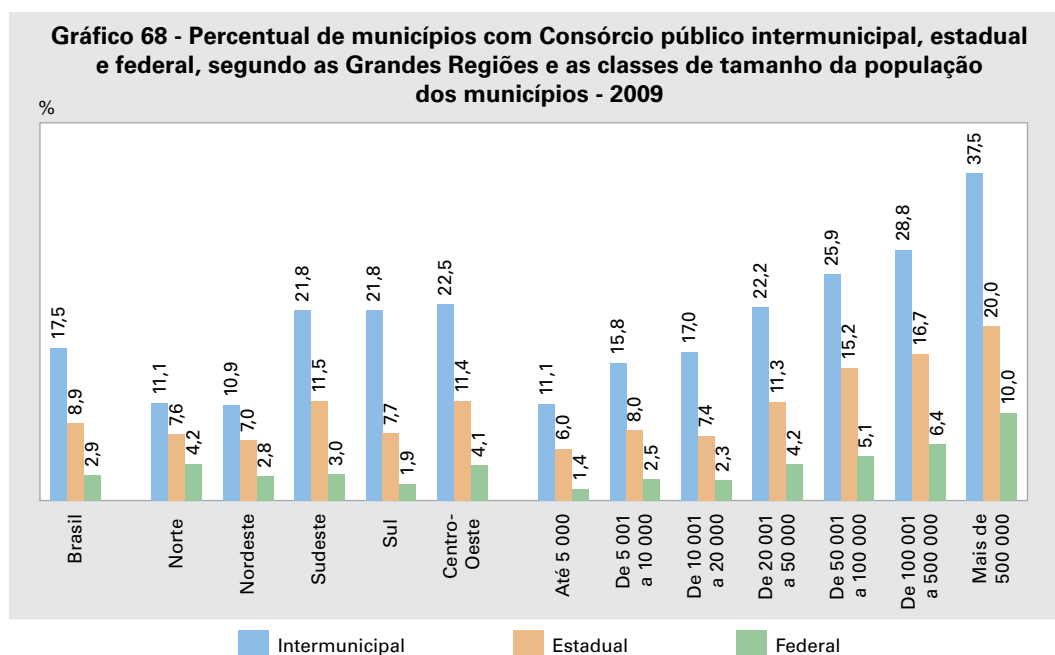
Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

A análise regional comporta-se, também, na direção da apontada por classes de tamanho da população dos municípios. A Região Sudeste, onde se concentram as maiores metrópoles do País, mantém-se na liderança, revelando uma participação relativa maior, ainda, de municípios (86,0%) participantes de algum comitê de bacia hidrográfica. Já as Regiões Norte e Nordeste, que englobam grande parte dos municípios menos populosos do País, apresentam, nos últimos cinco anos, aumentos expressivos na participação nesses comitês: de 6,0% para 25,0% e de 30,0% para 50,0%, respectivamente.

Consórcio público, convênio de parceria com setor privado e apoio do setor privado ou de comunidades

Os problemas ambientais são muitas vezes complexos e demandam, para seu equacionamento, recursos nem sempre disponíveis no orçamento de uma prefeitura. Para enfrentar esse problema, as prefeituras podem fazer consórcios, unindo esforços com outras administrações locais, governos estaduais ou governo federal. Esses consórcios públicos são uma associação entre dois ou mais municípios, ou entre esses, Estados e União visando à execução de projetos, obras e/ou serviços de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional. Existe também a possibilidade de realização de convênios de parceria com o setor privado ou apoio do setor privado ou de comunidades. Os convênios são acordos firmados entre o município e o setor privado que assumem e pactuam responsabilidades de projetos e/ou serviços. Os apoios são as ações que contribuem para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da prefeitura.

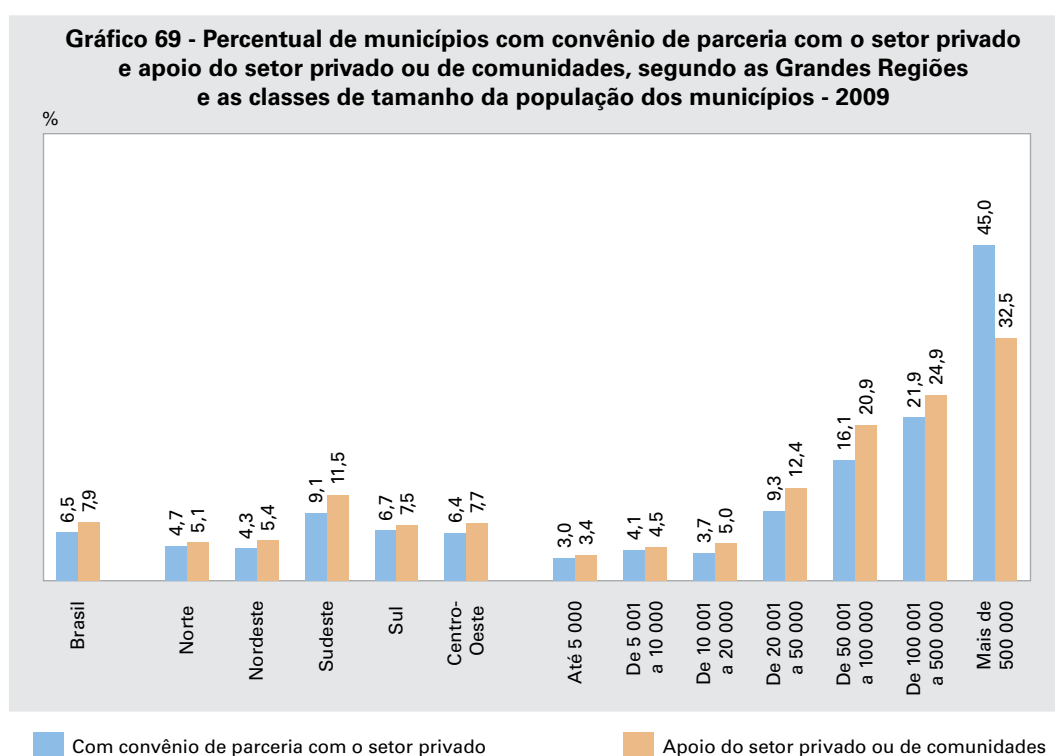
Em 2009, apenas 17,5% dos municípios participavam de consórcios públicos intermunicipais, 8,9% de estaduais e 2,9% de federais (Gráfico 68). Portanto, a maior parte dos municípios não participava de nenhum tipo de consórcio. Todos os tipos de consórcio tendem a aumentar sua presença à medida que se avança das menores para as maiores classes de tamanho da população dos municípios. Os maiores percentuais, portanto, ficam com os municípios com mais de 500 000 habitantes e são: 37,5% para consórcios intermunicipais, 20,0% para estaduais, e 10,0% para federais. No recorte por Grandes Regiões, os maiores percentuais para cada tipo de consórcio são: intermunicipais – 21,8%, na Região Sul; estaduais – 11,5%, na Região Sudeste; e federais – 4,2%, na Região Norte. No recorte por Unidade da Federação, o destaque é o Rio de Janeiro, onde 50,0% dos municípios participam de consórcios intermunicipais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1^o de julho.

Dos municípios brasileiros, apenas 6,5% tinham convênio de parceria com o setor privado e 7,9% apoio do setor privado ou de comunidades (Gráfico 69). Os dois tipos de parcerias tendem a aumentar sua presença à medida que se avança de classes de tamanho da população dos municípios, isto é, dos menos populosos para os mais populosos. Os maiores percentuais, portanto, ficam com os municípios com mais de 500 000 habitantes e são: 45,0% para convênios de parceria com o setor privado e 32,5% para apoio do setor privado ou de comunidades. É na Região Sudeste que ocorre a maior incidência, tanto de convênios (presentes em 9,1% dos municípios) quanto de apoios (11,5%). As Unidades da Federação que se destacam nesses dois quesitos são novamente os Estados do Rio de Janeiro, onde é maior a presença de convênios (15,2% dos municípios), e do Espírito Santo, onde é maior a incidência de apoios (17,9%).

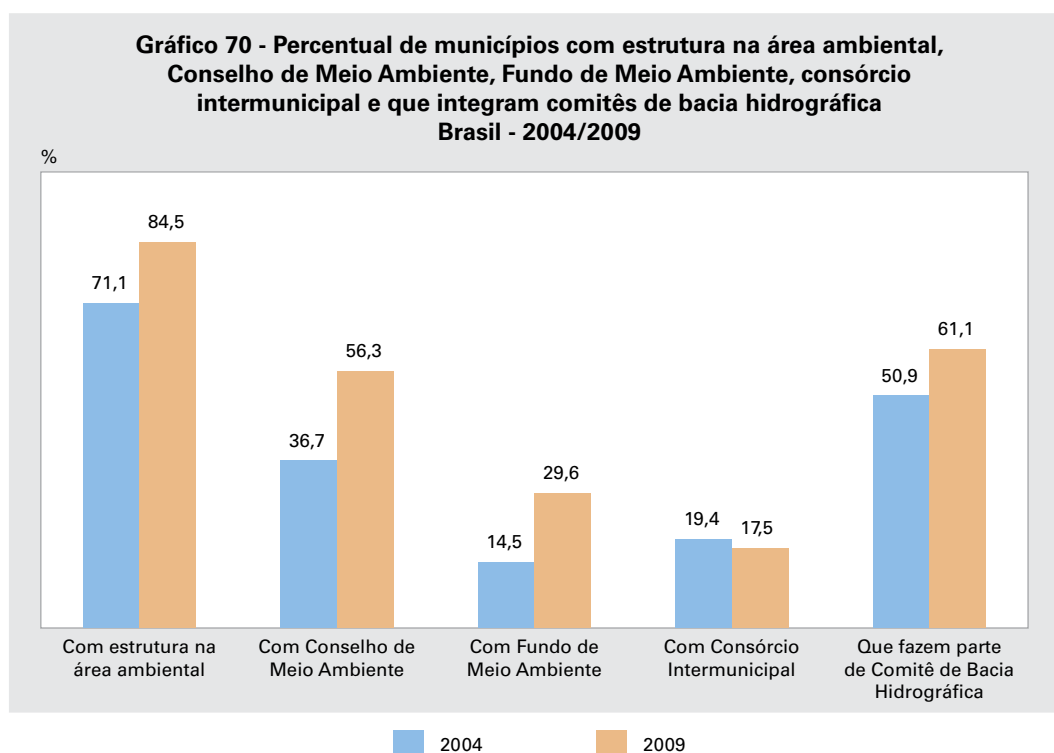


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1^o de julho.

Como conclusão do exposto acima podemos dizer que a maioria das variáveis representativas de gestão ambiental local, e comuns aos levantamentos efetuados pela MUNIC em 2004 e 2009, revela aumentos de incidência entre esses anos (Gráfico 70). Em 2004, 71,1% dos municípios tinham algum tipo de estrutura ambiental e, apesar dessa participação ser elevada em termos de variáveis analisadas neste bloco, houve um acréscimo deste percentual atingindo a marca de 84,5%, em 2009. Os maiores destaques ficam por conta da elevação do número relativo dos municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente que passa de 36,7%, em 2004, para 56,3%, em 2009, e do aumento da proporção dos municípios com Fundo de Meio Ambiente (de 14,5 % para 29,6%).

A pesquisa revela, ainda, que 30,8% dos municípios realizaram licenciamento ambiental de impacto local. O único registro que na comparação entre os dois anos resultou em queda foi a participação em consórcios intermunicipais, cuja presença caiu de 19,4%, em 2004, para 17,5%, em 2009. Uma possível explicação pode estar no fato de que como 2004 foi o último ano das administrações iniciadas em 2000, coincidiu, portanto, com o término do prazo de validade de muitos desses consórcios. Em 2009, provavelmente muitos deles ainda não haviam sido restabelecidos pelas novas administrações.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004/2009.

Como conclusão, pode-se dizer também que, sem dúvida, a maior ou menor capacidade estrutural em termos de gestão municipal sempre estará relacionada com o tamanho da população do município. Conselhos Municipais de Meio Ambiente (ativos ou não), participação em Comitês de Bacia Hidrográfica, existência de Fundos de Meio Ambiente, ou consolidação de uma Agenda 21 local são elementos que se encontram mais facilmente nos municípios com população mais numerosa. O fato não surpreende, uma vez que também é nestas municipalidades que os problemas (de toda ordem) são mais visíveis; tanto os sociais, econômicos, de condições de vida e, como não poderia deixar de ser, também os problemas ambientais. O maior orçamento permite a estes municípios enfrentar tais problemas com uma gestão e uma estrutura organizacional mais complexa da prefeitura.

Finalmente, a desagregação das variáveis investigadas por classes de tamanho da população dos municípios confirma a tendência observada diversas vezes ao longo dessa análise: estruturas mais diversificadas, no sentido de burocracias mais complexas, são cada vez maiores à medida que os municípios são mais populosos.

Direitos humanos

Desde a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas tem desenvolvido uma estratégia global para alcançar os objetivos enunciados na Carta. Os direitos humanos contemplam as relações entre os indivíduos e entre estes e o Estado Nacional. A Declaração de Viena, adotada pela Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, em 25 de junho de 1993, alerta para a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. A violação de qualquer direito é um impedimento à realização dos demais. A obrigação dos Estados e, portanto, dos Governos é garantir, proteger e promover os direitos humanos sem qualquer tipo de discriminação.

Com objetivo de reafirmar seu compromisso com preceitos dessa declaração, o Brasil assinou e ratificou diversas convenções e tratados internacionais, destacando-se os dois tratados internacionais que tornam vinculantes os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Assumiu, então, a obrigação jurídica de aplicar, no plano nacional, as normas de direitos humanos às quais aderiu no plano internacional.

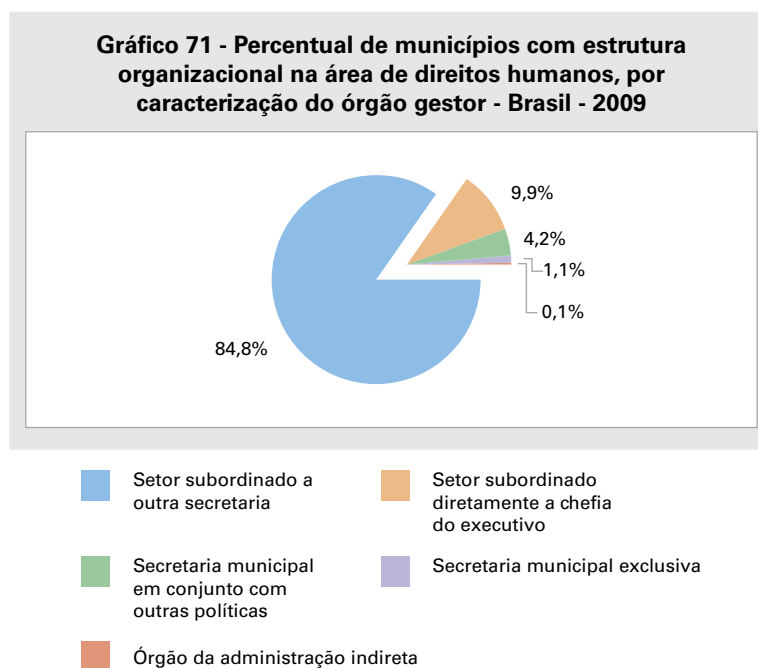
A fim de cumprir as obrigações assumidas, desenvolveu-se uma estrutura legal interna. As principais disposições dos tratados estão hoje presentes na Constituição Federal de 1988, notadamente no Art. 5º e 6º, onde são enumerados alguns direitos humanos básicos dos cidadãos brasileiros. O Estado brasileiro promulgou a Emenda Constitucional nº 45, em 30 de dezembro de 2004, e instituiu que tratados e convenções, quando devidamente aprovados pelo Congresso Nacional, têm equivalência às emendas constitucionais.

A realização dos direitos humanos depende da atuação dos governos federal, estadual e local. O objetivo dessa seção é depreender como os municípios organizam os órgãos gestores de direitos humanos e quais medidas administrativa e legislativa os governos locais vêm desenvolvendo para promover e garantir esses direitos. Destaca-se que as informações referentes a direitos humanos investigadas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC não se restringem a esta seção; esta pesquisa possui ao longo de todas as suas seções informações sobre a garantia de realização dos direitos humanos.

Estrutura e organização da gestão de direitos humanos

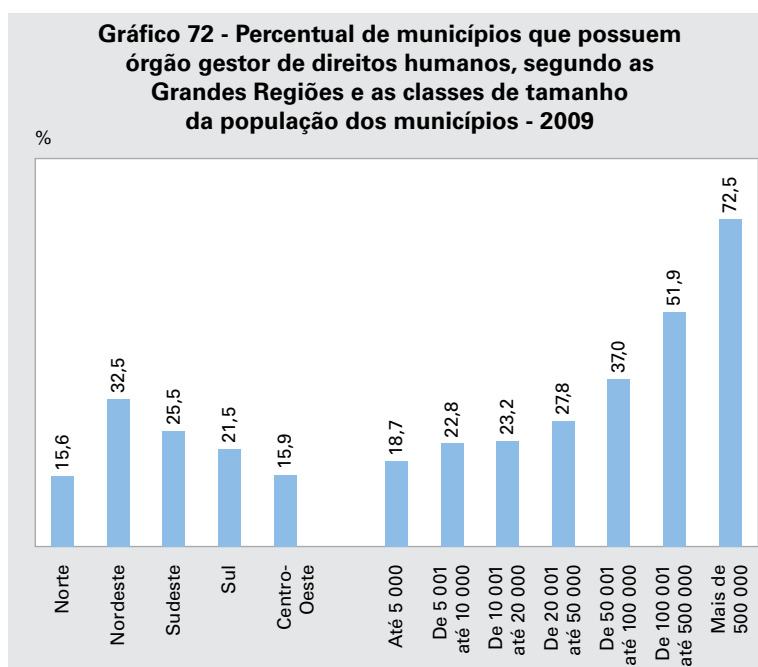
Órgãos gestores de direitos humanos são estruturas administrativas instituídas para coordenação ou execução de políticas orientadas à realização de direitos de toda a população. Nesta seção, analisa-se a estrutura e a organização da gestão de direitos humanos nos municípios, abordando a existência de órgão gestor, caracterização administrativa, institucionalização e orçamentos relativos à área.

Existem no Brasil 1 408 municípios com estrutura específica de gestão de direitos humanos, 25,3% do total, sendo que em 1 194 municípios, 84,8% do total, o órgão gestor é um setor subordinado a outra secretaria, geralmente de assistência social (Gráfico 71). Analisando apenas os municípios que possuem órgão gestor de direitos humanos, estes se organizam como secretaria municipal em 74 municípios, 5,3% dentre os que possuem órgãos gestores de direitos humanos, sendo que em 15 municípios a secretaria é exclusiva para direitos humanos e em 59 é uma secretaria compartilhada com outras políticas. Em 139 municípios, 9,9%, dentre os que possuem órgão gestor de direitos humanos, é um setor subordinado à chefia do executivo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Entre os estados, a proporção dos municípios que possuem estrutura específica de gestão de direitos humanos varia desde a ausência, no Acre e Amapá, à cobertura de 75,0% dos municípios, no Piauí. Essas disparidades repetem-se entre as Grandes Regiões e entre classes de tamanho da população dos municípios (Gráfico 72). Recortes por classes mostram que, independentemente da região, a existência de estrutura de gestão de direitos humanos é menor nos municípios menos populosos. Existe órgão gestor de direitos humanos em 848 municípios com até 20 000 habitantes, o que corresponde a 21,6% do total desses municípios. Essa proporção aumenta gradativamente à medida que se avança nas classes de tamanho da população, dos menos populosos para os mais populosos: 51,9% dos municípios com mais de 100 000 habitantes possuem órgão gestor, enquanto entre aqueles com mais de 500 000 habitantes esse percentual é de 72,5%.

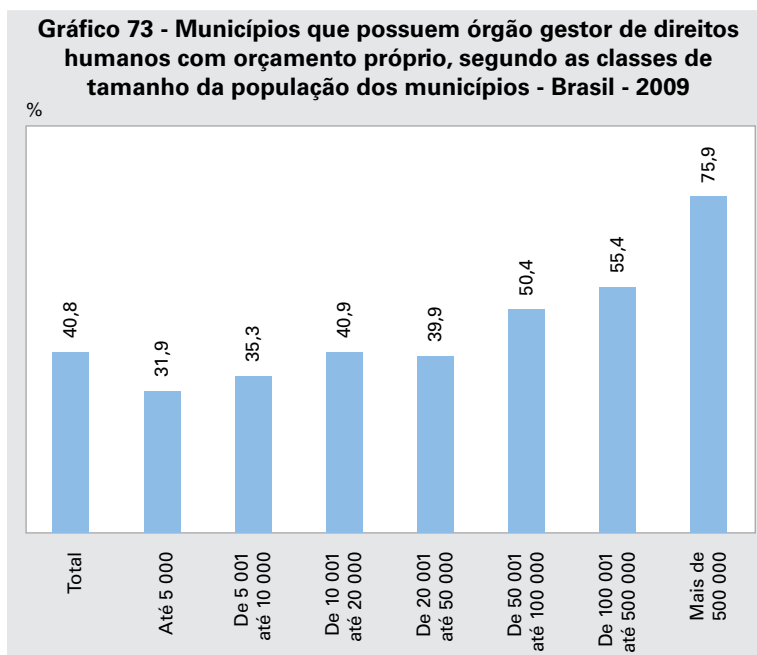


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Com relação às Grandes Regiões do País, Norte e Centro-Oeste são as que possuem, proporcionalmente, os menores números de órgãos gestores de direitos humanos: 15,6% e 15,9% do total de municípios de cada região, respectivamente. A Região Nordeste possui a maior quantidade em números absoluto e relativo, 583 órgãos, ou 32,5% dos municípios da região, enquanto as Regiões Sudeste e Sul apresentam percentuais de 25,5% e 21,5%, respectivamente.

A MUNIC 2009 pesquisou que tratamento a estrutura municipal dá a políticas de direitos humanos em seu orçamento. O Gráfico 73 mostra que o percentual de municípios que possuem órgão específico de direitos humanos com orçamento próprio aumenta à medida que se avança nas classes de tamanho da população



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Os municípios foram questionados quanto a menções a políticas de direitos humanos em seus instrumentos de gestão: 36,5% o fazem na Lei Orgânica Municipal; 12,9%, na Lei de Diretrizes Orçamentárias; e 16,2%, no Plano Plurianual de Investimentos. Cabe destacar que 2009 foi o primeiro ano dos novos mandatos, quando ainda estava em vigor o Plano Plurianual de Investimentos produzido pelo governo municipal antecessor.

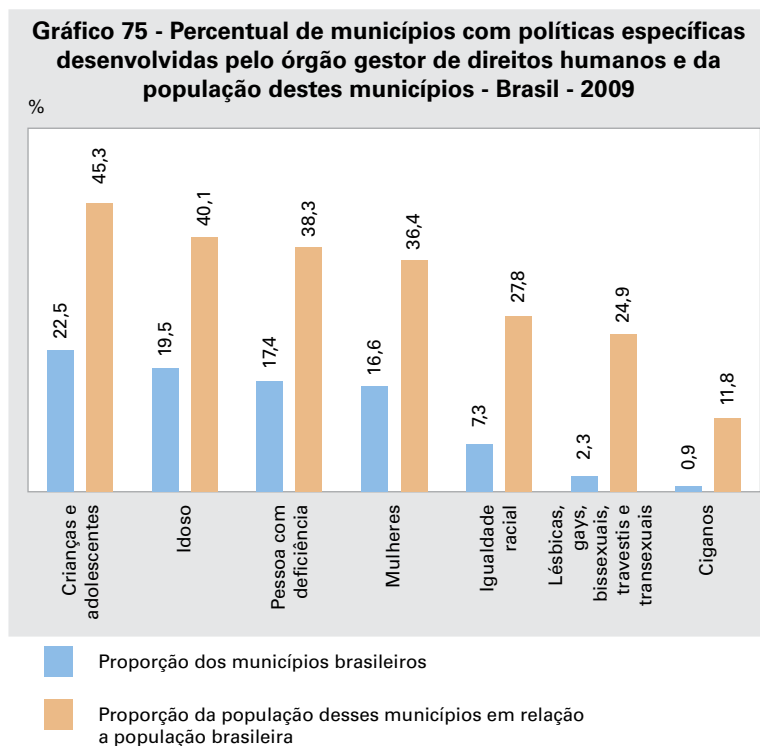


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Programas e ações sob responsabilidade do órgão gestor de direitos humanos

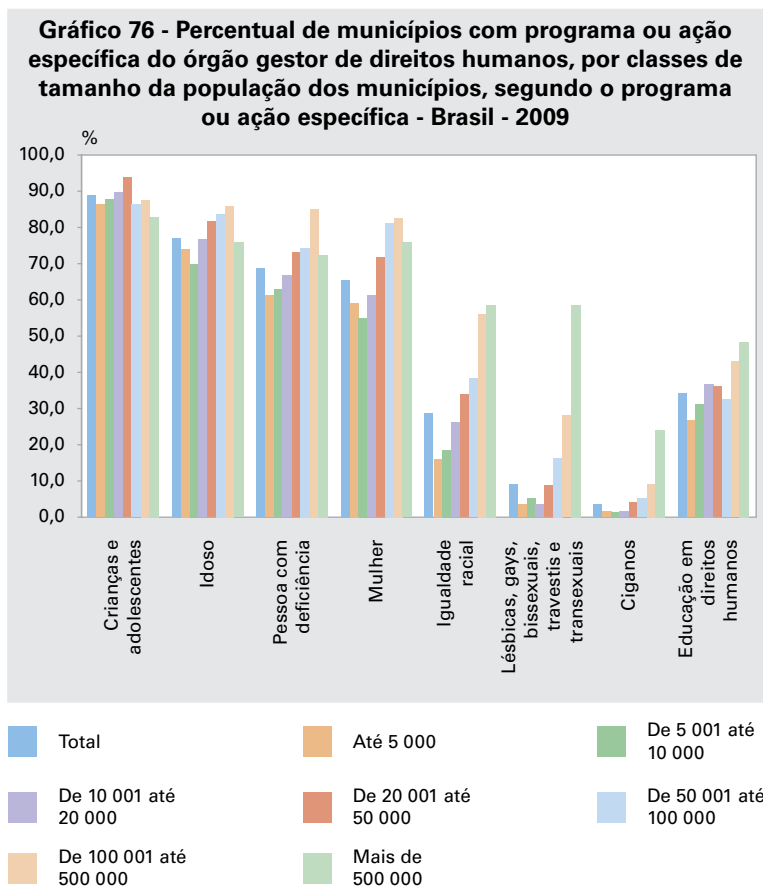
Esta seção tem como objetivo analisar quais as responsabilidades do órgão gestor de direitos humanos na execução dos respectivos programas e ações nos municípios. Os resultados da MUNIC 2009 apresentam grande variação entre as políticas sob responsabilidade desses órgãos em cada município pesquisado. Essa variação reflete tanto o histórico de mobilização dos movimentos como a demanda atual da população, sendo difícil uma separação entre esses dois efeitos dada sua natureza inter-relacionada.

A análise da proporção da população dos municípios com políticas específicas para a população em situação de vulnerabilidade sob responsabilidade de órgão gestor em relação à população total brasileira demonstra que a potencial cobertura dessas políticas é maior que a proporção dos municípios que as possuem. No caso de programas e ações para idosos, por exemplo, 1 087 municípios (19,5% do total) possuem essas atividades sob responsabilidade de órgão gestor de direitos humanos, enquanto sua população representa 45,3% da população brasileira. No que se refere a programas e ações para a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), o número de municípios é 130 (2,3% do total), ao passo que sua população representa 24,9% da população brasileira.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Analisando as atribuições do órgão gestor de direitos humanos segundo as classes de tamanho da população dos municípios, observa-se diferença marcante em todas as políticas destinadas a grupos específicos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.
 Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Acessibilidade da sede da prefeitura

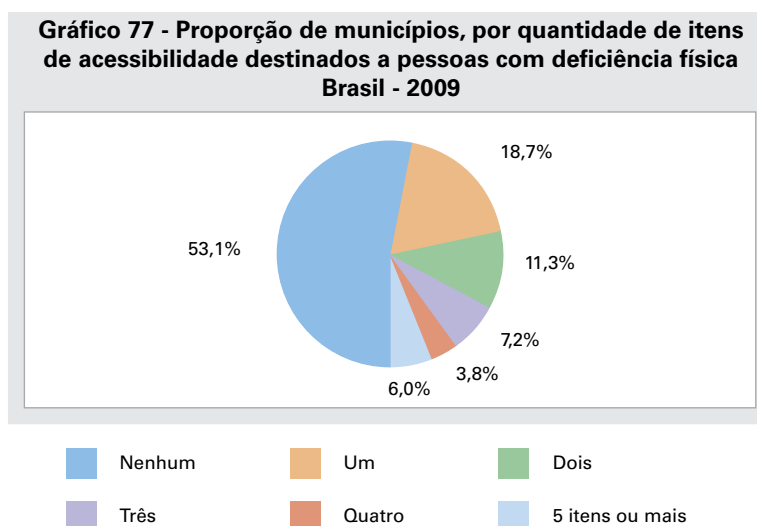
Como forma de garantir a igualdade de oportunidade, faz-se necessário o acesso de todos a espaços públicos e comunitários. Com esse intuito, legislação e normas técnicas sobre acessibilidade têm sido criadas ao longo dos anos, para promover a inclusão das pessoas com deficiência à sociedade, mas não somente. Embora comumente associada a pessoas com deficiência, acessibilidade se refere à possibilidade de utilização, com segurança e autonomia, de todos os serviços disponibilizados à população, sem distinção. A acessibilidade é imprescindível a idosos, gestantes, mulheres com criança de colo ou em carrinhos de bebê, ou mesmo àqueles com mobilidade reduzida temporariamente.

A Constituição Federal de 1988, estabeleceu como dever do Estado a obrigação de eliminar barreiras arquitetônicas, tendo sido regulamentada, nesta parte, pela Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Posteriormente, normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida foram introduzidos pela Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e pela Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Em decorrência destas, foi elaborado o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as questões de acessibilidade.

Em 13 de dezembro de 2006, foi adotada pela ONU, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e seu respectivo Protocolo Facultativo, com intuito de “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”, conforme preconizado no Art. 1º. Ineditamente, o Brasil ratificou este tratado¹⁷, com equivalência de emenda constitucional, comprometendo-se a adotar políticas, leis, medidas administrativas e elaborar estatísticas para conhecer a realidade e possibilitar o exercício dos direitos humanos pelas pessoas com deficiência.

A MUNIC 2009 traz informações sobre as condições de acessibilidade das sedes das prefeituras. Foram apresentados 16 itens sobre acessibilidade, a fim de conhecer os vários aspectos que compõem um ambiente acessível. A possibilidade de acesso à sede do poder público municipal é pré-requisito para a participação, em igualdade de condições, na administração pública.

Em 2 954 municípios, 53,1% do total, o prédio da sede da prefeitura não possuía nenhum dos 16 itens de acessibilidade incluídos na pesquisa (Gráfico 77). Entre os 2 611 municípios que responderam possuir algum item de acessibilidade na sede, 164 informaram possuir pessoal capacitado para o atendimento de pessoas com deficiência.

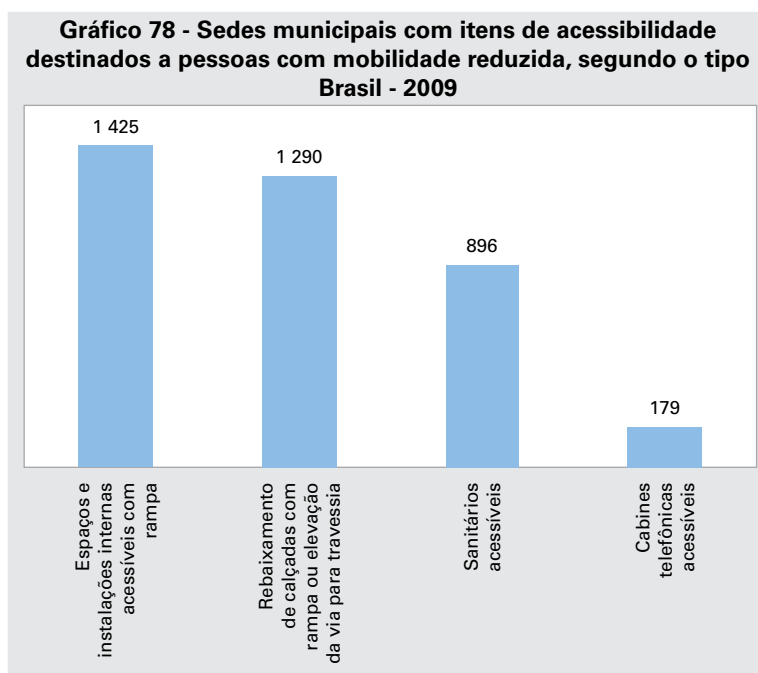


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

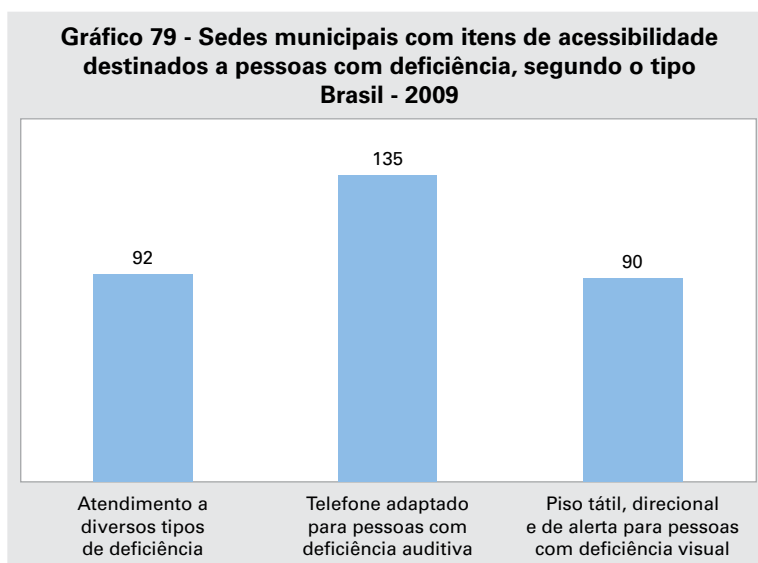
¹⁷ A ratificação do tratado se deu por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Os itens de acessibilidade que apareceram com maior frequência nas prefeituras são destinados a pessoas com mobilidade reduzida (Gráfico 78), sendo que 1 425 sedes municipais possuíam espaços e instalações internas acessíveis com rampa; 1 290, com rebaixamento de calçadas com rampa ou elevação da via para travessia; 896, com sanitários acessíveis; e 179 com cabines telefônicas acessíveis.

Em relação aos itens de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva ou visual, 92 sedes municipais possuíam serviços de atendimento para esse público, em 135 havia telefone adaptado para pessoas com deficiência auditiva, e 90 delas possuíam piso tátil, direcional e de alerta para pessoas com deficiência visual (Gráfico 79).

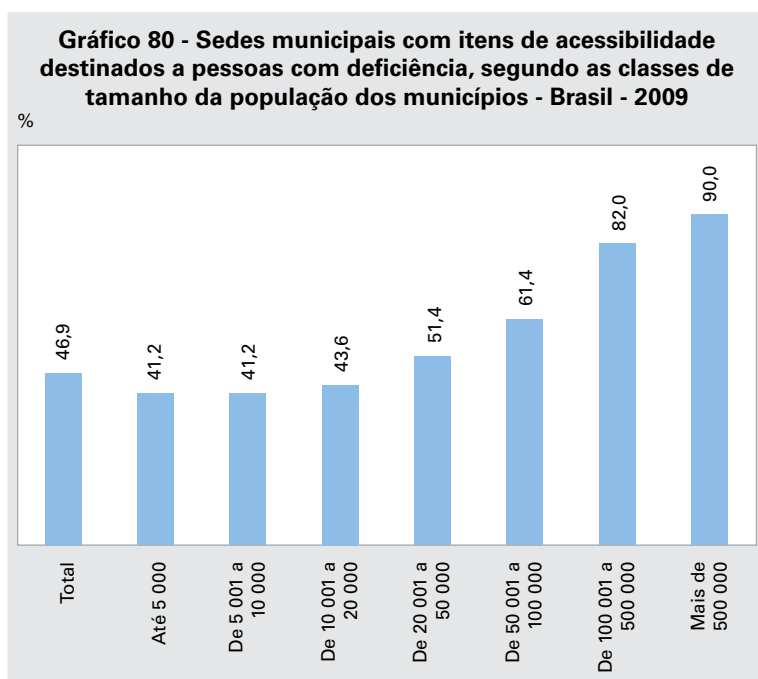


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Analisando a existência de pelo menos um item de acessibilidade por classes de tamanho da população dos municípios, observa-se que 90,0% daqueles com mais de 500 000 habitantes possuem algum item de acessibilidade na sede da prefeitura. Esse percentual cai de forma gradativa até atingir 41,2% nas duas classes de municípios menos populosos: com até 5 000 habitantes e com 5 001 a 10 000 habitantes, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

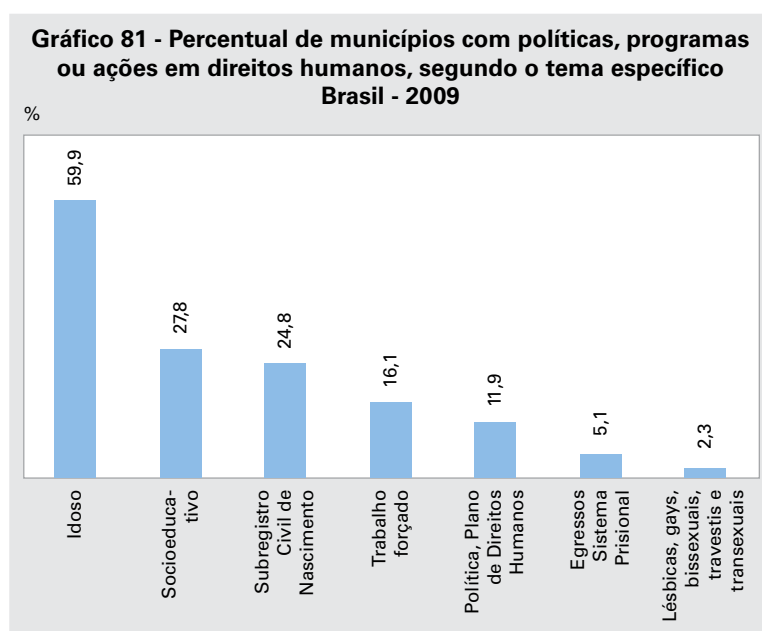
Os dados da pesquisa revelam que a presença de itens de acessibilidade ainda é pequena nas prefeituras do País. Entretanto, essa informação é de fundamental importância para criar estratégias para efetivação das políticas públicas de acessibilidade nos municípios brasileiros.

Políticas, programas ou ações em direitos humanos

A necessidade da atuação da administração pública municipal na promoção e garantia dos direitos humanos é reconhecida na Constituição Federal de 1988.

A MUNIC 2009 inquiriu sobre as ações empreendidas pelos municípios no sentido de garantir os direitos humanos elencados sob sua responsabilidade. Deve-se ressaltar que, em alguns casos, a responsabilidade da execução de medidas voltadas a garantir a realização de algum direito específico não é exclusiva do município.

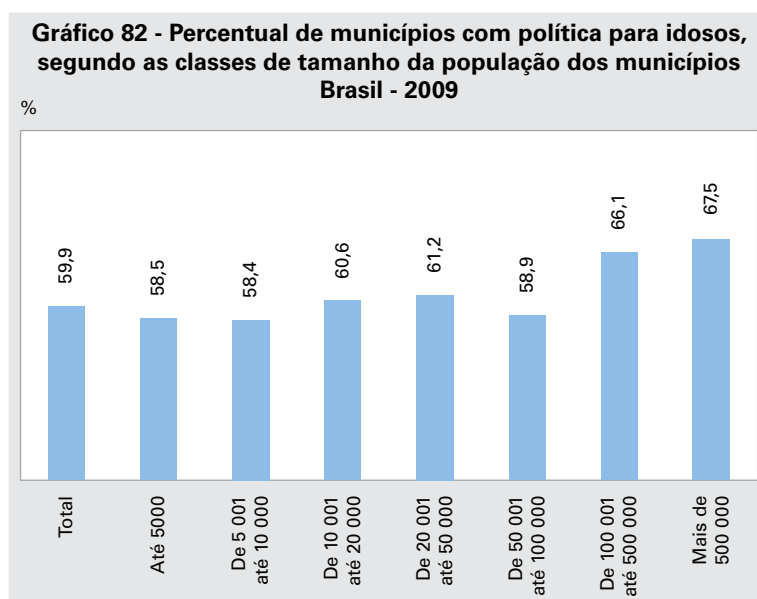
O Gráfico 81 apresenta a proporção dos municípios com políticas, programas ou ações em direitos humanos por temas específicos. Dentre os temas investigados, destacam-se, pela representatividade nos municípios: idoso (59,9%); sistema socioeducativo (27,8%); e combate ao sub-registro de nascimento (24,8%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Idosos

Com relação a políticas ou programas para idosos, estes estão presentes na maioria dos municípios brasileiros. A população de idosos é o grupo etário que mais cresce no Brasil atualmente e, com a aprovação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003) após sete anos de discussão no Congresso Nacional, a situação nos municípios reflete o quadro maior do País: cerca de 60,0% dos municípios possuem políticas e programas para os idosos, em todas as classes de tamanho da população, inclusive entre os menos populosos, com até 5 000 habitantes. Esse percentual não foi encontrado em outros temas, excetuando-se os relacionados a crianças e adolescentes, nem mesmo entre municípios populosos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

O aumento da expectativa de vida dos brasileiros é resultado de avanços em várias áreas. Segundo a Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa, em 2050 a população brasileira com 65 anos ou mais de idade será de aproximadamente 50 milhões de habitantes ou 20,0% da população total. Essa tendência de envelhecimento é verificada em grande parte do mundo e tem gerado um aumento importante da demanda por políticas públicas para o idoso.

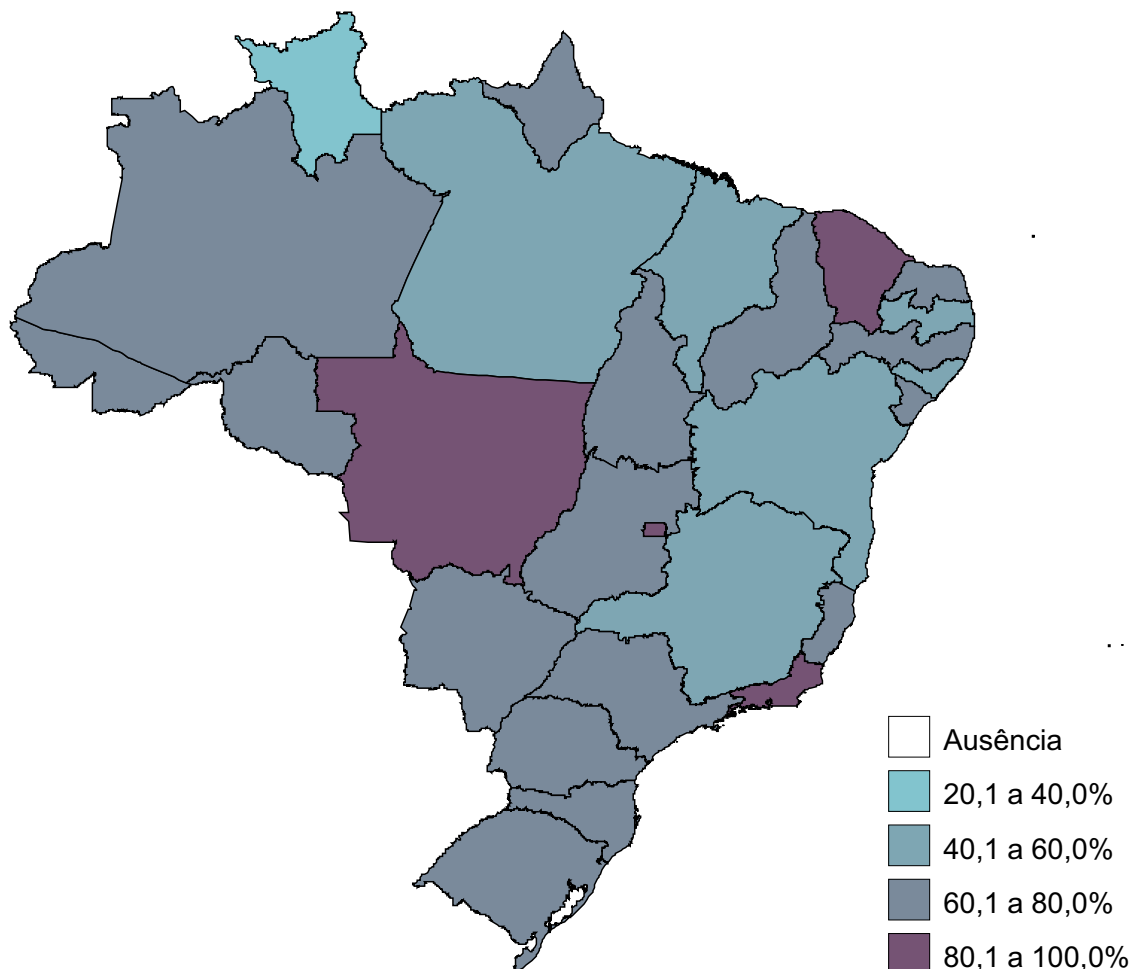
Tendo como referenciais a Conferência Internacional sobre os Direitos Humanos, realizada em Teerã em 1968, e a Primeira Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Viena em 1982, firmou-se no plano internacional a busca das seguranças econômica e social dos indivíduos idosos como meta para o desenvolvimento dos países. Considerando o crescimento rápido da população idosa, a Segunda Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Madri em 2002, apresentou um novo plano de ação para orientar a adoção de medidas normativas sobre o envelhecimento, pelos países-membros, no início do Século XXI, tendo como referencial a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993, A Constituição Federal, Art. 203, estabelece a responsabilidade do Estado com o idoso. O Estatuto do Idoso estende essa responsabilidade também à família e à sociedade. Mesmo antes dessa ampliação, a Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, influenciada tanto pelos debates internacionais como pelo próprio texto constitucional, reconhece o idoso como sujeito de direitos e que deve ser atendido de maneira diferenciada em cada uma das suas necessidades: física, social, econômica e política.

Com relação a políticas, programas e ações municipais, as destinadas à população idosa são a segunda mais frequente. De acordo com a MUNCIB, 3 333 municípios brasileiros (59,9% do total) informaram possuir algum tipo de ação destinada aos idosos e, desses, 1 087 têm políticas públicas orientadas a essa população vinculadas aos seus respectivos órgãos gestores de direitos humanos.

O cartograma 4 apresenta a distribuição de municípios com políticas, programas ou ações para idosos, por estado. Observa-se a existência de grandes diferenças entre estados de uma mesma região. Na Região Norte, por exemplo, quatro municípios de Roraima, 26,7% do total do estado, possuem política para idosos, enquanto 17 municípios acreanos, 77,3% do total desse estado, a informam. Variações semelhantes ocorrem, também, na Região Nordeste: 162 municípios do Ceará, 88,0% do total do estado, informam possuir tais políticas, enquanto, na Bahia, o mesmo ocorre em 189 municípios, 45,3% do total do estado.

Devido a esse fenômeno, os dados das Grandes Regiões apresentam pouca variação. No Centro-Oeste, região com maior proporção de municípios com programas e políticas, 70,9% dos municípios possuem políticas para a população idosa. Esse percentual é de 54,0% na Região Sul; 58,1%, na Região Nordeste; 63,3%, na Região Norte; e 65,6%, na Região Sul.

Cartograma 4 – Proporção de municípios com políticas, programas ou ações para o idoso - 2009



Promoção do registro civil de nascimentos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948, e a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em Assembléia Geral da ONU em 20 de novembro 1989, reconhecem a importância do direito ao reconhecimento da pessoa perante a lei e o registro de nascimento representa a oficialização da existência do indivíduo, de sua identificação e da sua relação com o Estado, condições fundamentais ao cidadão¹⁸. A posse da certidão de nascimento confere a garantia do direito à cidadania, sendo fundamental para o exercício dos demais direitos humanos.

Desde a instituição da Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, vários dispositivos legais foram criados e ações vêm sendo desenvolvidas, principalmente pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, pelo Ministério da Saúde, pelas Associações dos Registradores de Pessoas Naturais e pelas Corregedorias Estaduais de Justiça, com o objetivo de ampliar a cobertura da população registrada em cartórios, dentro dos prazos previstos pela Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Em 06 de dezembro de 2007, através do Decreto no 6.289, o governo federal lançou o Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica. O reforço das ações de novas parcerias com os Estados trouxe melhoria da cobertura do registro civil de nascimentos. Em 2008, a estimativa nacional de sub-registro de nascimentos alcançou pela primeira vez um patamar abaixo de 10,0%, atingindo 8,9% (ESTATÍSTICAS..., 2008).

Em 2009, com o objetivo de erradicar o sub-registro de nascimentos até o final de 2010, foi intensificada a articulação federativa dos estados da Amazônia Legal e do Nordeste, principais focos de sub-registro, com a assinatura dos Compromissos “Mais Nordeste” e “Mais Amazônia” pela Cidadania. Nesse ano, os estados dessas regiões apresentaram maior proporção de municípios com alguma política, programa ou ação de promoção do registro de nascimentos. Destaca-se que 34,1% dos municípios dos estados contemplados pelos referidos Compromissos declararam possuir alguma política para combate a esse tipo de sub-registro, enquanto nos demais estados essa proporção é de 17,8%.

¹⁸ Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 6º: Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

A Convenção sobre os Direitos da Criança foi incorporada à ordem jurídica brasileira pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Segundo a Convenção, Art. 7º: 1. A criança será registrada imediatamente após seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e a ser cuidada por eles; 2. Os Estados Partes zelarão pela aplicação desses direitos de acordo com sua legislação nacional e com as obrigações que tenham assumido em virtude dos instrumentos internacionais pertinentes, sobretudo se, de outro modo, a criança se tornaria apátrida.

Políticas para a criança e o adolescente

Em harmonia com preceitos da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 20 de novembro de 1959, e da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, a Constituição Federal do Brasil estabelece a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, reconhecendo a realização de seus direitos como prioritários:

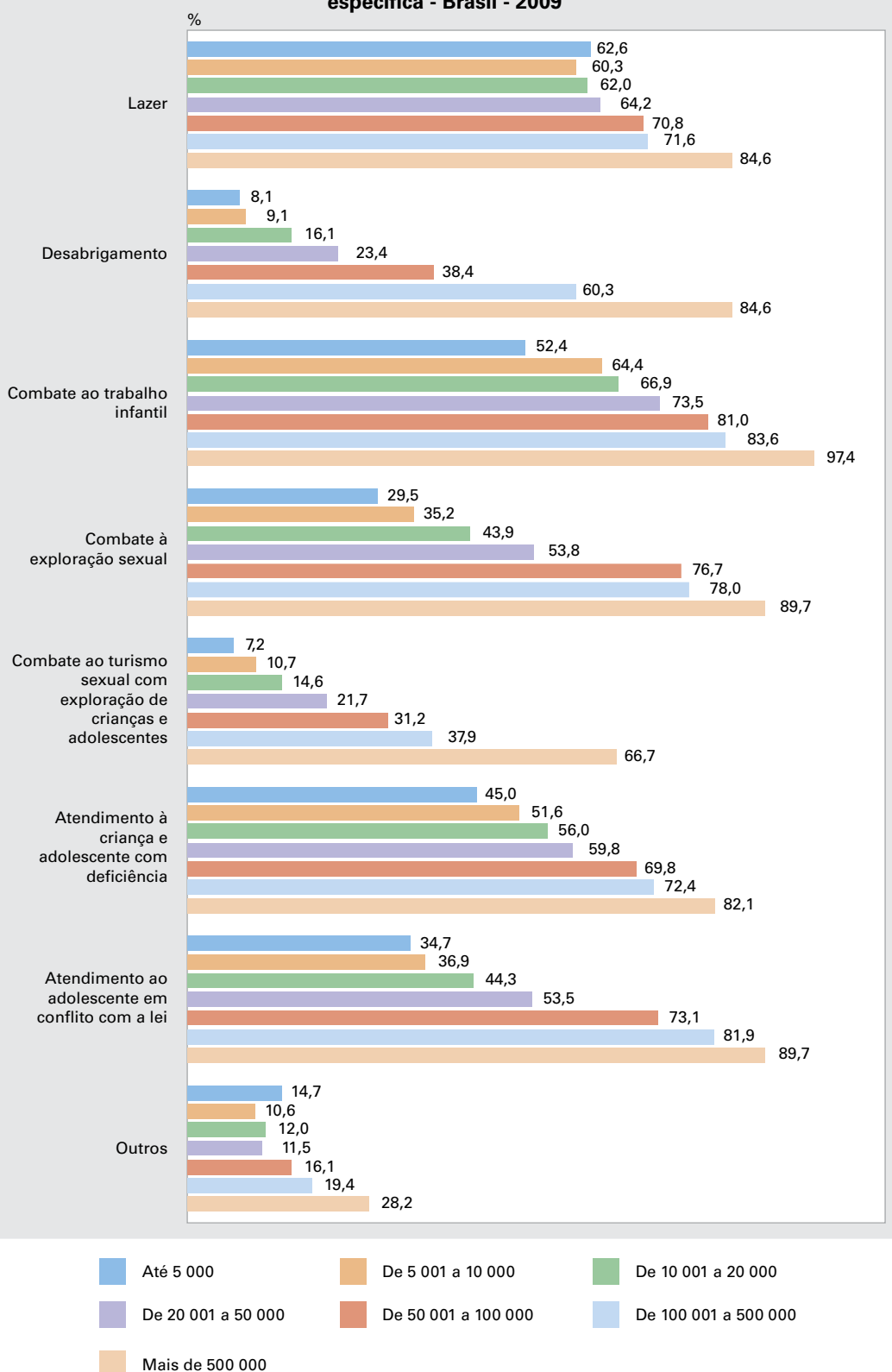
Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) foi instituído segundo essas mesmas diretrizes para zelar pelas políticas destinadas a crianças e adolescentes. Como forma de garantir esses preceitos, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, por meio da Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, instituiu o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse sistema constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo o Distrito Federal.

Os dados da MUNIC 2009 mostram que 4 910 municípios, 88,2% do total de municípios brasileiros, possuem políticas ou ações para crianças e adolescentes. O Gráfico 83 apresenta as políticas mais frequentes para esse segmento, por classes de tamanho da população dos municípios. Em termos absolutos, destacam-se: combate ao trabalho infantil, adotadas em 3 263 municípios; políticas de lazer, 3 111 municípios; atendimento à criança e ao adolescente com deficiência, 2 713 municípios; e combate à exploração sexual, 2 201 municípios.

As políticas para esse grupo populacional são adotadas em mais de 80,0% dos municípios com mais de 500 000 habitantes. A principal delas é o combate ao trabalho infantil, executado por quase todos os municípios dessa classe, vindo a seguir o atendimento ao adolescente em conflito com a lei, presente em 89,7% deles.

Gráfico 83 - Percentual de municípios com políticas para crianças e adolescentes, por classes de tamanho da população dos municípios, segundo o tipo de ação ou medida específica - Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Atendimento socioeducativo

O Estatuto da Criança e do Adolescente regula não apenas as medidas de proteção, como também prevê medidas socioeducativas como forma de a justiça responsabilizar adolescentes aos quais se atribua autoria de atos infracionais. Amparado na garantia de direitos humanos, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente instituiu, através da Resolução nº 119, de 13 de dezembro de 2006, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que contém diretrizes orientadas ao funcionamento dos programas com foco nesse tipo de atendimento.

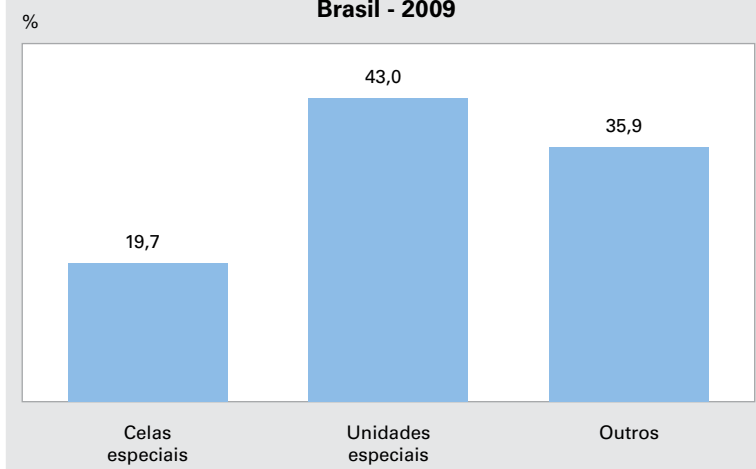
A política de atendimento socioeducativo se organiza por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais dispostas em todos os níveis de governo e onde estão definidas as competências e atribuições de cada ente federado. Tanto as medidas socioeducativas em meio aberto quanto o atendimento inicial ao adolescente em conflito com a lei devem ser realizados no limite geográfico do município, para que seja fortalecido o protagonismo da comunidade e da família do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Devem ainda ser obedecidos os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, como previsto naquele estatuto.

Na MUNIC 2009, foram coletadas informações sobre o acautelamento. Esse instrumento, estabelecido no Art. 174 do Estatuto da Criança e do Adolescente, tem como finalidade a internação provisória de adolescente ao qual se atribua ato infracionário para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública. Sendo instrumento excepcional, deve ser utilizado apenas quando não for possível libertar o adolescente prontamente devido à gravidade do ato infracional e sua repercussão social, e deve ter duração máxima de 45 dias.

Os dados da pesquisa mostram que 483 municípios, 8,7% do total, declararam possuir local de acautelamento. Desses, 43,0%, o realizam em unidades especiais e 19,7% em celas especiais. Na análise por classes de tamanho da população dos municípios, observa-se uma redução gradativa de declarações de outras formas de acautelamento à medida que se avança nas classes, dos menos populosos para os mais populosos. Destaca-se que a internação provisória deve ocorrer em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto do destinado ao abrigo, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, Arts. 123 e 175.

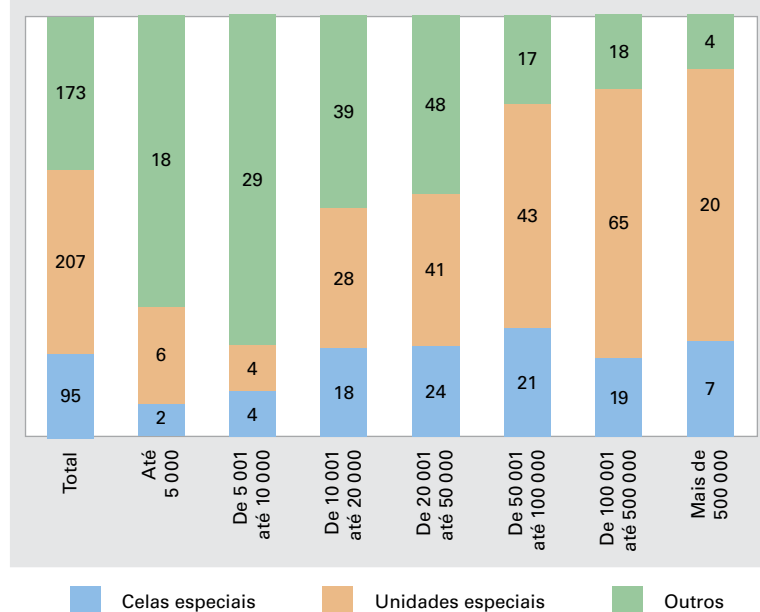
Quanto à execução de medidas socioeducativas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida), o Estatuto da Criança e do Adolescente possui como diretriz da política de atendimento à municipalização, atribuindo ao poder executivo municipal a responsabilidade pela articulação e gestão dos programas de execução dessas medidas. Recomenda ainda que o sistema socioeducativo de meio aberto se situe em um órgão de assistência social, que é mais articulado para atuar como meio de inserção na sociedade do adolescente em conflito com a lei. A municipalização ocorre em 47,0% dos municípios e o poder judiciário permanece como executor das medidas de meio aberto em cerca de 39,0% deles. Assim como o acautelamento, essa política está presente principalmente nos municípios mais populosos.

**Gráfico 84 - Percentual de municípios com local de acatamento de adolescente em conflito com a lei, segundo o tipo do local
Brasil - 2009**



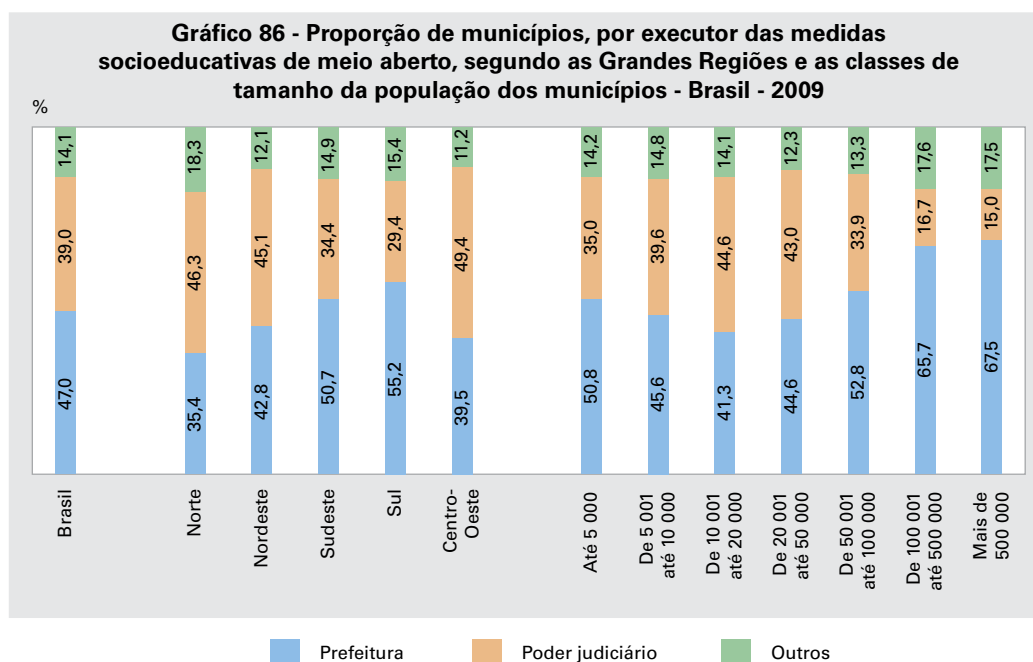
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Gráfico 85 - Locais de acatamento (internação provisória), por tipo de local, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Políticas e programas para a população LGBT

A Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 2º estabelece:

Art. 2º. Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

A população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) é uma das populações mais vulneráveis a violações de direitos humanos. O movimento LGBT tem como principais lutas o reconhecimento de seus direitos civis, sociais e políticos, dentre os quais se destacam: reconhecimento da união civil; conquista de direitos previdenciários; adoção por casais formados por pessoas do mesmo sexo; criminalização da homofobia; e, especialmente para transexuais e travestis, reconhecimento jurídico-administrativo da mudança de sexo ou de prenome no registro civil.

Com objetivo de garantir a igualdade de direitos e o exercício pleno da cidadania do segmento LGBT da população brasileira, foi lançado, em 2009, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, com base nas propostas apresentadas na Primeira Conferência Nacional GLBT, realizada em Brasília em 2008. O plano contém 50 diretrizes e ações de promoção e defesa dos direitos humanos da população LGBT. Ainda em 2009, o governo criou no âmbito da SDH/PR a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Foram identificados pela pesquisa 126 municípios, 2,3% do total, que possuem algum tipo de política para a população LGBT. Essas políticas são proporcionalmente predominantes em municípios mais populosos, de tal forma que os 9,5 milhões de habitantes dos municípios que possuem políticas para esse segmento representam 5,0% da população brasileira.

Cartograma 5 - Municípios com política, programas ou ações para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - 2009

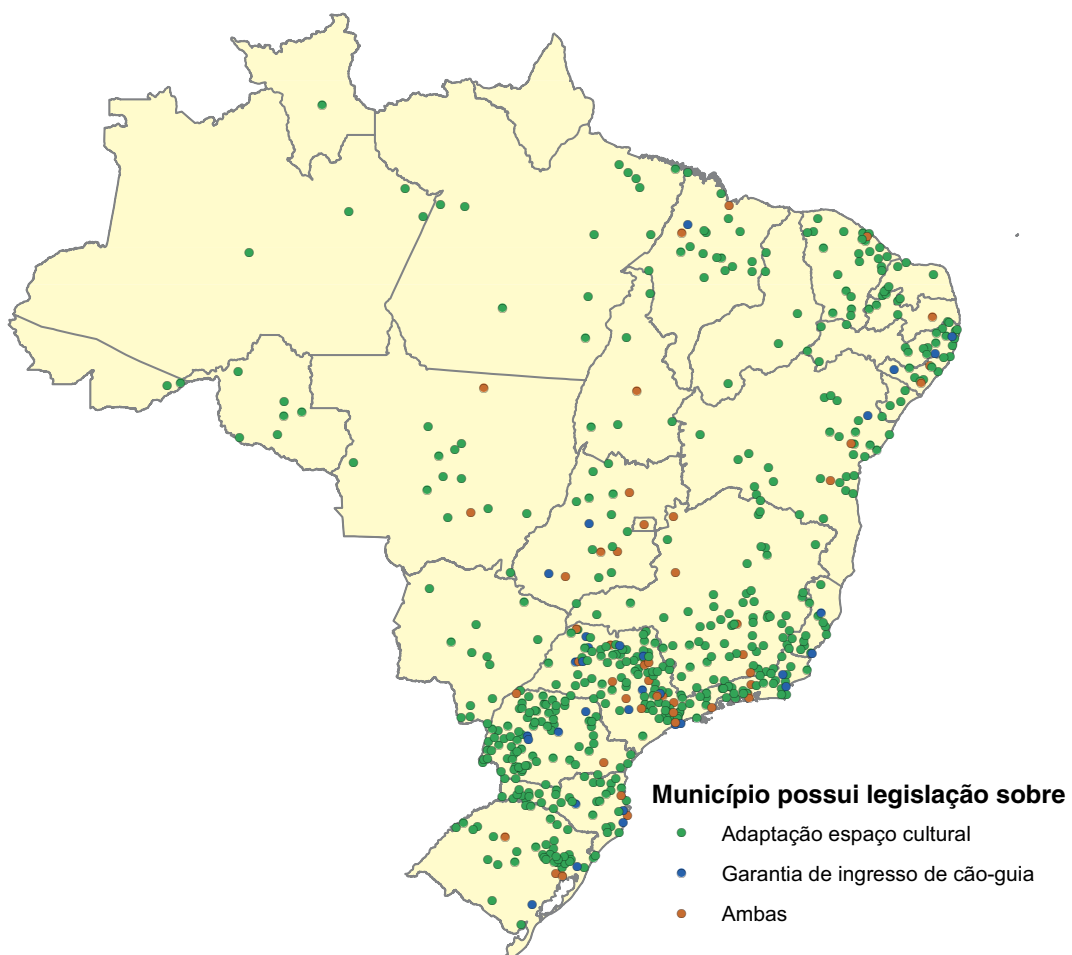


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Legislação municipal

Com relação a acessibilidade a MUNIC 2009 traz informações também sobre a existência de políticas de direitos humanos em legislação municipal. São apresentados dados sobre: adaptação de espaços cultural, artístico e desportivo para facilitar o ingresso, locomoção e acomodação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, presente em 10,0% dos municípios; criação de locais específicos para pessoas com deficiência que necessitem de cadeiras de rodas para sua locomoção, nos locais de espetáculos cultural, artístico e desportivo, presente em 5,0% dos municípios; e legislação assegurando o ingresso de cão-guia para pessoas com deficiência visual em espaços cultural, artístico e desportivo, presente em apenas 1,5% dos municípios.

Cartograma 6 - Municípios com legislação sobre adaptação de espaço cultural, artístico e desportivo para facilitar o ingresso, a locomoção e acomodação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e/ou que assegura o ingresso de cães-guia - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

No que se refere à legislação sobre a população LGBT o tema da discriminação com base na orientação sexual foi formalmente levantado pela primeira vez em um foro das Nações Unidas, durante a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Beijing em 1995, pela Delegação da Suécia. O debate sobre a não discriminação

com base na orientação sexual foi retomado de forma organizada durante o processo preparatório para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban em 2001.

Algumas constituições estaduais e legislações municipais chegam a tratar explicitamente desse tipo de discriminação. Atualmente, a proibição de discriminação por orientação sexual consta em três Constituições Estaduais (Mato Grosso, Sergipe e Pará), e há legislação específica nesse sentido em mais cinco estados (Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal.

No âmbito municipal, 92 municípios, 1,7% do total, sendo 24 em oito regiões metropolitanas, reconhecem direitos da população LGBT, de forma que os 39,7 milhões de habitantes desses municípios, que representam 20,8% da população brasileira, são cobertos por alguma legislação específica.

Cartograma 7 - Municípios com legislação que reconhece os direitos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - 2009



Conselhos municipais

Os conselhos têm papel no fortalecimento da participação democrática da população, possibilitando o controle social. Trata-se de realização de novo desenho institucional do Estado brasileiro. Para tanto, os conselhos devem ser espaços públicos prioritariamente paritários, possuindo representação dos principais grupos interessados. A criação de conselhos normalmente se dá por meio de lei de proposição do poder executivo e aprovação pelo poder legislativo.

A MUNIC 2009 levantou informações sobre a existência de conselhos municipais nos 5 565 municípios, o caráter desses conselhos, a paridade, a composição, a vinculação administrativa, bem como a frequência de suas reuniões. No bloco de direitos humanos, são apresentados dados de conselhos municipais de direitos humanos; da criança e do adolescente; da juventude; do idoso; das pessoas com deficiência; de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais; e de promoção da igualdade racial.

A pesquisa mostra a existência de Conselhos Municipais de Direitos Humanos em 79 municípios. Observa-se que em 44 desses, 55,7% do total, não existe órgão gestor responsável pela política de direitos humanos, sendo o conselho a única instituição de direitos humanos municipal.

Cartograma 8 - Municípios com Conselho Municipal de Direitos Humanos - 2009



Quanto a reuniões, 57 conselhos as realizaram nos 12 meses anteriores à pesquisa. Nesse período, dos 35 municípios com órgão gestor da política de direitos humanos, ocorreram reuniões em 28 conselhos (80,0%); dos 44 municípios em que essa é a única instituição de direitos humanos, ocorreram reuniões em 29 conselhos (65,9%).

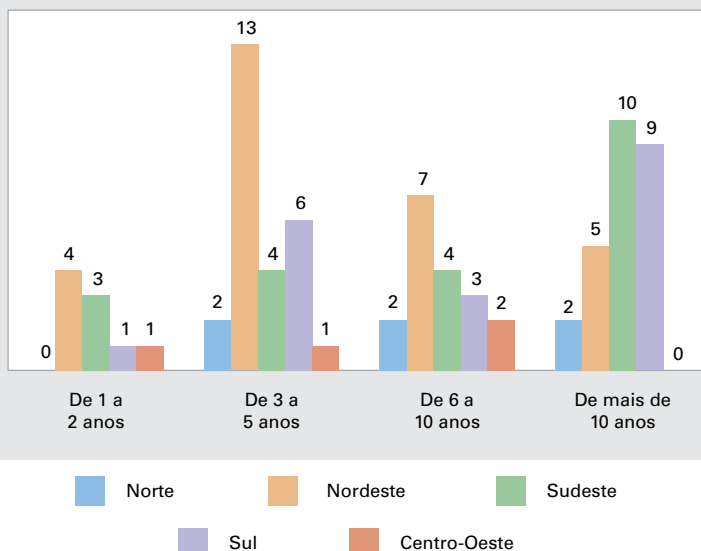
O Gráfico 87 mostra que as Regiões Sudeste e Sul possuem maior quantidade de conselhos com mais de dez anos de existência: 19 dos 26 conselhos. O Nordeste agrega os mais novos conselhos, 17 dos 35, com até cinco anos de existência. Quanto às características dos conselhos, 67 (84,8%) são paritários; 57 (72,1%) consultivos; 58 (73,4%) deliberativos; 57 (72,1%) fiscalizadores; e 36 (45,6%) normativos.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe não apenas à família, mas também à comunidade, à sociedade e ao poder público, o dever de priorizar a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Para auxiliar e conduzir esse processo, possibilitando a participação de todos os grupos responsabilizados, o estatuto instituiu os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares. Embora tratem do mesmo sujeito, é importante ressaltar que os dois Conselhos possuem atribuições diferentes: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é responsável pela elaboração e controle das políticas municipais de atenção à criança e ao adolescente, enquanto o Conselho Tutelar protege e defende o cumprimento desses direitos.

A MUNIC, desde sua primeira edição, em 1999, coleta informações sobre a cobertura desses fóruns e a evolução de sua proporção nos municípios está apresentada no Gráfico 88. Observa-se o aumento de ambos nesses dez anos. Em 1999, 55,0% dos municípios possuíam Conselhos Tutelares e 71,9%, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

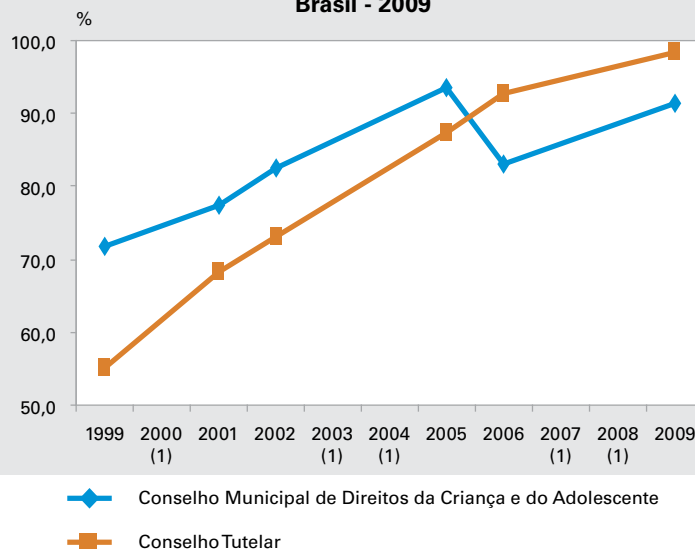
Ao final de dez anos, a cobertura de ambos ultrapassa 90,0%, mas a quantidade de municípios que possuem Conselhos Tutelares ultrapassou a dos que possuem Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente: 98,3% e 91,4%, respectivamente.

Gráfico 87 - Municípios que possuem Conselho de Direitos Humanos, por Grandes Regiões, segundo as classes de tempo de criação do conselho - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Gráfico 88 - Percentual de municípios, por ano de criação dos Conselhos Tutelar e de Direito da Criança e do Adolescente Brasil - 2009

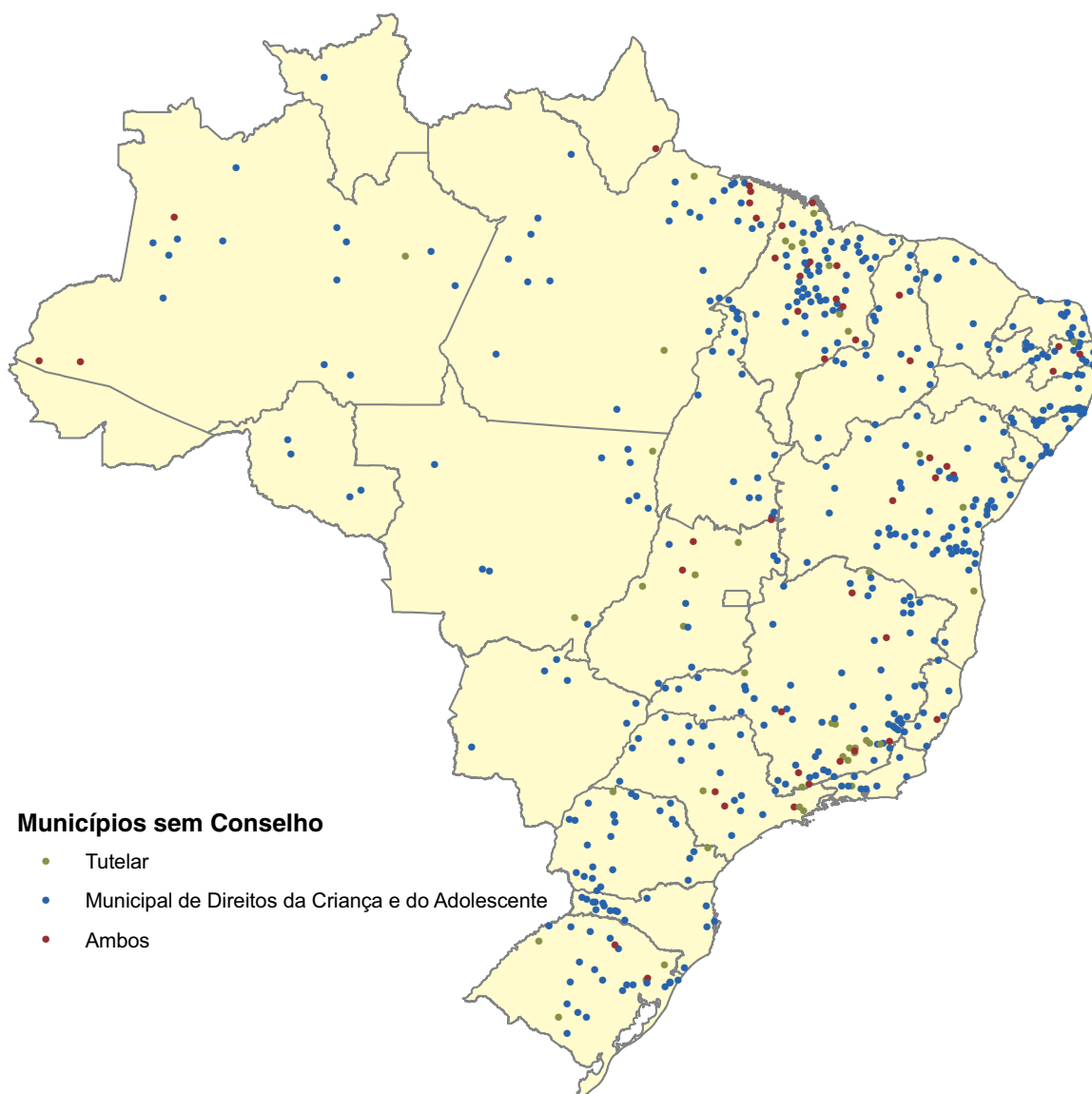


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Obtido por interpolação linear.

Em 2009, 5 039 municípios possuíam ambos os conselhos; 434 possuíam apenas Conselho Tutelar; 45 possuíam apenas Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e 47 municípios não possuíam nenhum desses conselhos.

Cartograma 9 - Municípios sem Conselho Tutelar e/ou Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - 2009



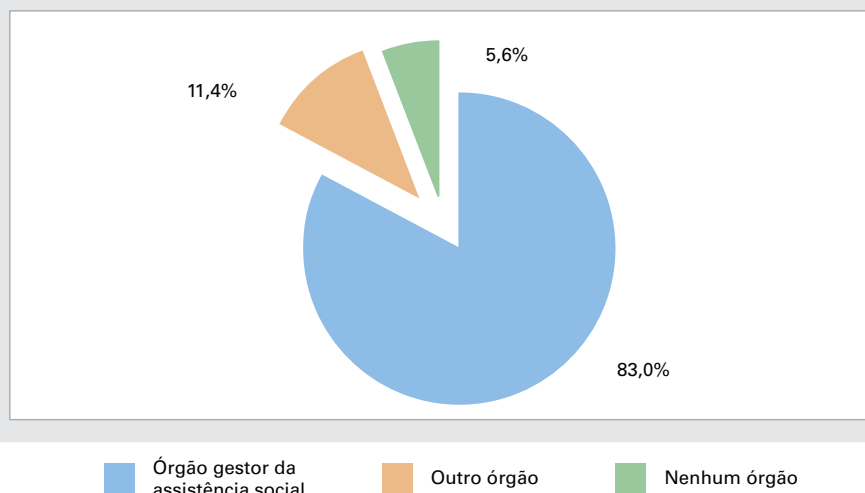
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, todos os municípios brasileiros devem ter pelo menos um Conselho Tutelar. A MUNIC 2009 mostra que 5 472 municípios, 98,3% do total, possuem Conselhos Tutelares, sendo que todos os municípios com mais de 50 000 habitantes possuem esse conselho.

Dos 92 municípios que não possuem Conselho Tutelar, 52,6% se concentram em três estados: Maranhão, 20 municípios; Minas Gerais, 21; e Bahia, oito. Esses estados apresentam aglomerações de alguns desses municípios ao norte no Maranhão, sudeste de Minas Gerais e região central na Bahia.

Em relação à vinculação administrativa dos Conselhos Tutelares, observa-se que a maioria se encontra vinculado ao órgão gestor de assistência social.

Gráfico 89 - Proporção de municípios com Conselho Tutelar, por órgão de vinculação do conselho - Brasil - 2009

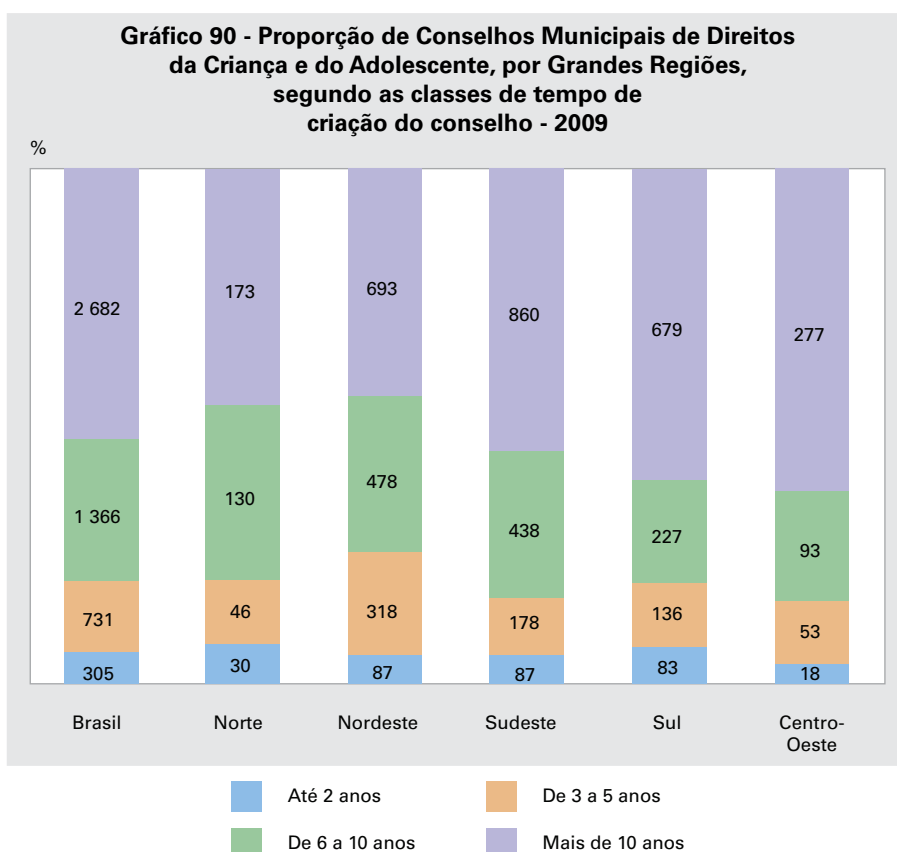


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por atribuições propor, deliberar e acompanhar a implementação de políticas públicas e planos dos municípios orientados à criança e ao adolescente, bem como fiscalizar a atuação de todas as entidades que realizam atividades relacionadas à área, e regulamentar e conduzir a escolha de conselheiros tutelares. Sua existência é prevista por lei, sendo condição necessária para o recebimento de recursos destinados a políticas e programas na área por parte do município.

A MUNIC 2009 mostra que 5 084 municípios, 91,4% do total, possuem Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dos 481 municípios que não possuíam conselhos, 46,3% se concentram em quatro estados: Maranhão, 64 municípios; Minas Gerais, 68; Bahia, 61; e Pará, 30. A inexistência desses conselhos é um fenômeno limitado a municípios pouco populosos: dos 373 municípios que não possuem conselho, 77,5% apresentam população até 20 000 habitantes.

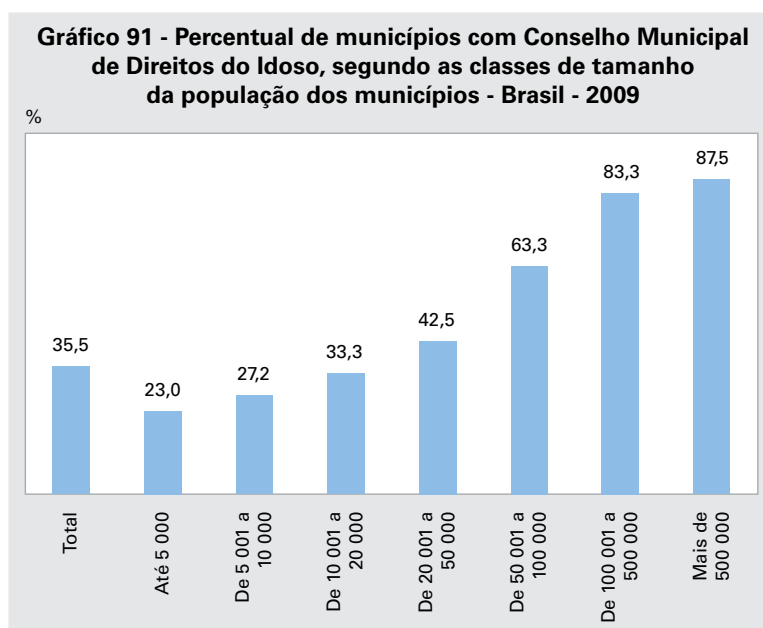
O Gráfico 90 mostra que a Região Centro-Oeste possui proporcionalmente os conselhos mais antigos: 62,8% têm mais de dez anos de existência. A Região Nordeste, por outro lado, apresenta os mais novos: 25,7% têm até cinco anos de existência. Do total de conselhos, 96,8% são paritários; 86,6% são deliberativos; 74,7% são fiscalizadores; 63,2% são consultivos; e 49,4% são normativos. Em relação à vinculação administrativa dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, observa-se que 86,5% estão vinculados ao órgão gestor de assistência social.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Os Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso têm por objetivos a participação na elaboração e na execução de políticas públicas municipais orientadas ao idoso; a fiscalização da política municipal de atendimento; o estímulo à sua participação nos organismos públicos; bem como o recebimento, a análise e o exame de propostas, denúncias e queixas relacionadas aos direitos desse grupo populacional.

Existem 1 974 municípios que possuem Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso, representando 35,5% do total. Analisando os recortes por classes de tamanho da população, observa-se que, proporcionalmente, existe concentração nos municípios mais populosos.

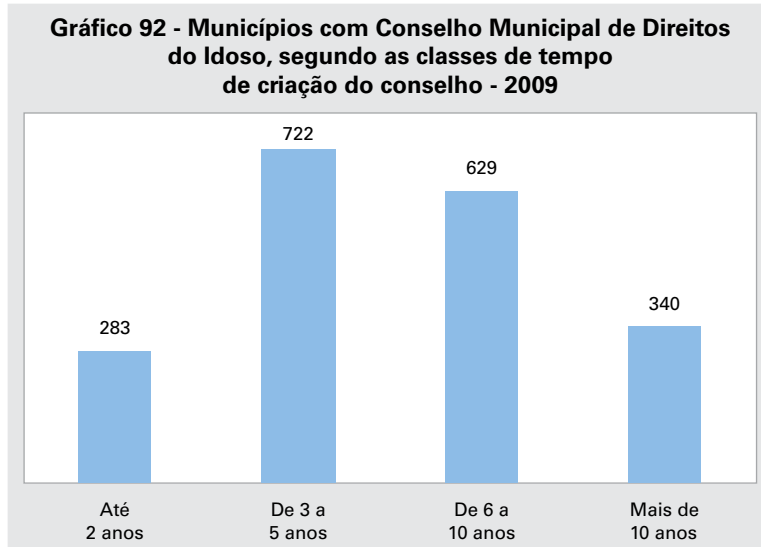


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Entre os conselhos existentes, a maioria (80,5%) realizou reunião nos 12 meses anteriores à pesquisa. Em relação à data de criação, 340 possuem mais de dez anos. Houve um aumento substancial no número desse tipo de conselho com a promulgação do Estatuto do Idoso, em 2003, sendo criados mais de 50,0% após esta data. Assim como ocorre com outros fóruns, a maioria dos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso, 89,9%, está vinculada ao órgão gestor de assistência social.

A Política Nacional do Idoso instituiu a obrigatoriedade de que os novos Conselhos Municipais e Distritais dos Direitos do Idoso sejam paritários e deliberativos. No entanto, a análise dos dados da MUNIC 2009 mostra que somente a partir de 2007 todos os novos conselhos passaram a atender a essa obrigatoriedade legal. Do total de conselhos, 96,7% são paritários; 68,9% são consultivos; 82,4% são deliberativos; 43,5% são normativos; e 65,3% são fiscalizadores.

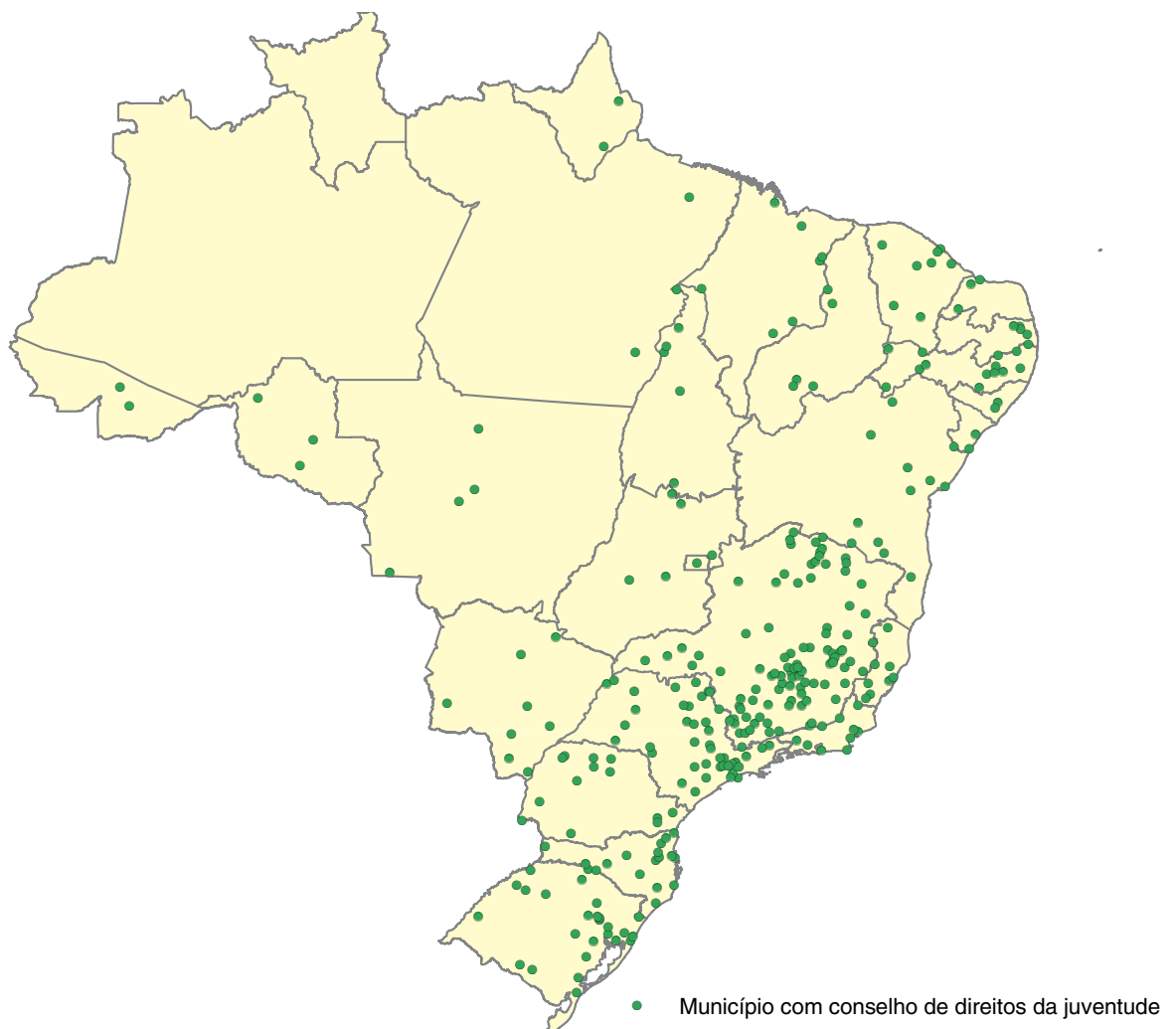


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Os Conselhos Municipais de Direitos da Juventude têm por objetivos a participação na elaboração e na execução de políticas públicas municipais orientadas à juventude; a fiscalização da política municipal de atendimento; o fomento do associativismo juvenil, prestando apoio e assistência; o estímulo à sua participação nos organismos públicos e movimentos sociais; bem como o recebimento, a análise e o exame de propostas, denúncias e queixas relacionadas aos direitos desse grupo populacional.

A criação de Conselhos Municipais de Direitos da Juventude é um fenômeno recente e ainda pouco difundido entre os municípios. Segundo a M_{UNIC} 2009, existem 303 desses conselhos, dos quais apenas 52 foram criados há mais de dez anos e 189 têm até cinco anos de existência. Com pouca variação entre as diferentes classes populacionais, em média, 71,0% dos conselhos se reuniram nos 12 meses anteriores à pesquisa. Segundo a M_{UNIC}, 89,4% dos conselhos são paritários; 71,9% são consultivos; 69,6% são deliberativos; 35,0% são normativos; e 60,7% são fiscalizadores (Tabelas de resultados 191 e 192).

Cartograma 10 - Municípios com Conselho Municipal de Direitos da Juventude - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Em âmbito federal, foi criado, por meio do Decreto nº 3.952, de 04 de outubro de 2001, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação com a atribuição de propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e de proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância. Entre as vertentes temáticas tratadas por este conselho federal, está o combate à discriminação com base na orientação sexual, principalmente após a criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, criado pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. No nível municipal, a MUNIC 2009 identificou quatro Conselhos Municipais de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Tabelas de resultados 197 e 198): dois instituídos na década de 1990 e dois posteriores à criação do conselho federal.

Cartograma 11 - Municípios com Conselho Municipal de Igualdade Racial - 2009



Cartograma 12 - Municípios com Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Os Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência (Tabelas de resultados 195 e 196) têm por objetivo principal propor, acompanhar e avaliar as políticas relativas aos direitos desse grupo populacional. Segundo a MUNIC 2009, o Brasil possui 490 municípios com Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência, 8,80% do total. Destaca-se que estes conselhos são criados por vontade política, não existindo obrigatoriedade legal para sua existência.

Em relação a recortes por classes de tamanho da população, observa-se maior proporção de conselhos entre os municípios mais populosos. Cerca de 79,0% informaram ter realizado pelo menos uma reunião nos 12 meses anteriores à pesquisa, sendo esse percentual maior entre os municípios mais populosos. Quase 45,0% dos conselhos têm de três a cinco anos de existência. Somando a estes os conselhos com até dois anos de existência, o percentual de novos conselhos alcança 61,00%, o que demonstra o avanço da participação cidadã no controle social, principalmente por ser o exercício da função de conselheiro, não remunerada e reconhecida como de relevante função social.

A pesquisa identificou que 94,5% dos conselhos são paritários; 72,2%, consultivos; 78,4%, deliberativos; 41,6%, normativos; e 65,3%, fiscalizadores. Pelas informações colhidas, 80,60% estão vinculados ao órgão gestor de assistência social.

Os Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial são órgãos de consulta, deliberação e fiscalização de políticas com esse foco. Eles têm por objetivo a proposição de políticas de promoção da igualdade racial, podendo, também, receber e encaminhar, às autoridades competentes, denúncias, queixas e representações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito ao direito de não discriminação por cor, raça ou origem.

Diferentemente dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial não são obrigatórios por lei. Dos 148 conselhos existentes, apenas 18 foram criados há mais de dez anos, enquanto 61 possuem de três a cinco anos de existência e 25, menos de dois anos. O percentual de municípios com Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial é reduzido nos municípios menos populosos, mas, nos conselhos existentes, observa-se que a maioria é de ativos. A exceção ocorre nos municípios com população acima de 100 000 habitantes, nos quais 59,7% dos conselhos existentes não se reuniram nos 12 meses anteriores à pesquisa (Tabelas de resultados 189 e 190).

Em relação à vinculação administrativa, nota-se um perfil bastante diferenciado: 43,2% dos conselhos são vinculados ao órgão gestor de assistência social; 41,2%, a outro órgão; e apenas 8,1%, a órgão gestor de direitos humanos.

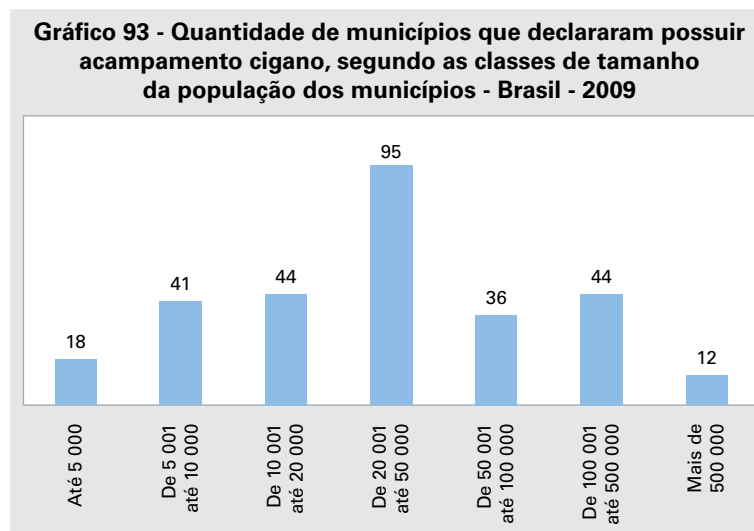
Mapeamento de acampamento cigano

Documentos do acervo do Arquivo Nacional registram a presença das comunidades ciganas desde o Brasil Colonial. Esses registros demonstram a visão oficial e socialmente construída sobre esses povos, como grupos suspeitos e ligados a transgressões, como roubos e agressões. Na realidade, diversos grupos ciganos preservam línguas, costumes e modos de vida ancestrais no Brasil, em grupos populacionais espalhados pelo País. Devido à incompreensão da cultura cigana, essa população sofre discriminação, embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos preconize o respeito à cultura e o direito de participar da vida comunitária, no Art. 27: “toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios”.

Com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas capazes de promover a inclusão sociocultural de suas comunidades, por meio de ações para integração, visibilidade e acessibilidade de suas atividades e produtos artístico-culturais específicos, foi criado, em 2006, no Ministério da Cultura, o Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas, integrado por representantes dos diversos povos ciganos e do poder público. O Grupo de Trabalho definiu um conjunto de ações integradas de promoção de direitos que envolvem a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, o Ministério da Cultura e o Ministério da Saúde.

Considerando que o desconhecimento das rotas de ciganos no Brasil, chamadas Romani Rotas, é um grande entrave à garantia de direito e à formulação e disponibilização de políticas públicas, a MUNIC buscou, pela primeira vez, informações nacionais sobre essa população por meio de dois quesitos: existência de acampamentos ciganos nos municípios brasileiros e existência de programas ou ações para ciganos no órgão gestor de direitos humanos.

Dos 290 municípios que reconhecem a existência de acampamento cigano em seu território, a classe de tamanho da população de 20 001 a 50 000 habitantes é a que apresenta a maior quantidade: 95 municípios, 32,8% do total dos que declararam a existência de acampamento (Gráfico 93). Dentre os 290 municípios, 184 não possuem órgão gestor da política de direitos humanos, e em apenas 22,7% dos casos o órgão gestor é responsável pela política para ciganos.

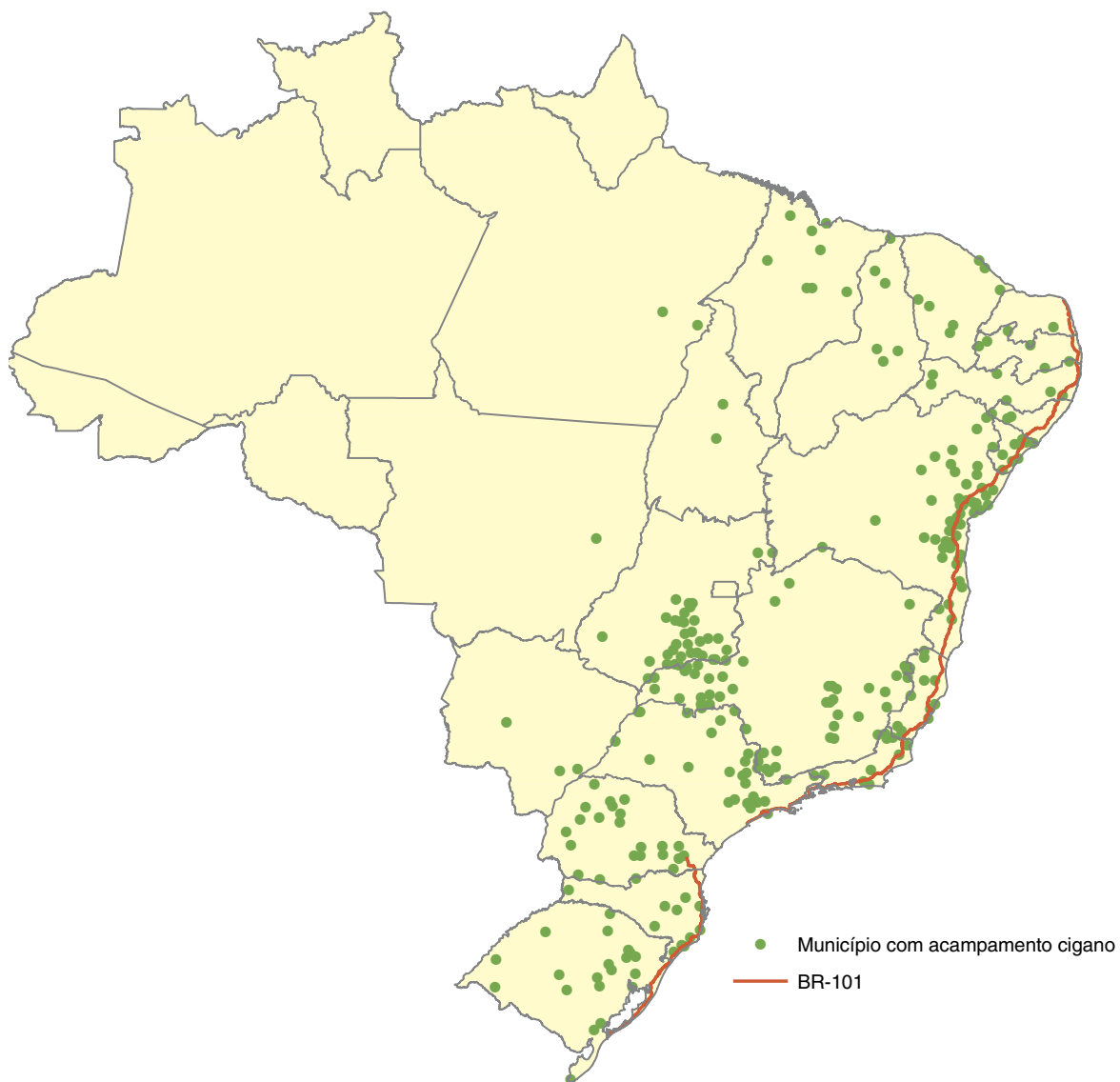


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Cabe destacar que as possíveis rotas ciganas devem ser objeto de um estudo mais denso, entretanto a MUNIC 2009 traz a primeira visão destas rotas no Brasil.

Cartograma 13 - Municípios com acampamento cigano - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Municípios, total, por sexo e grupos de idade do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total (1)	Sexo e grupos de idade do prefeito									
		Masculino					Feminino				
		Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos	Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos
Brasil	5 565	5 052	21	934	3 526	556	512	5	115	353	38
Até 5 000	1 257	1 151	4	254	782	109	106	1	36	65	4
De 5 001 a 10 000	1 294	1 178	6	232	830	107	116	1	28	79	7
De 10 001 a 20 000	1 370	1 240	6	227	863	138	130	1	27	93	9
De 20 001 a 50 000	1 055	950	5	153	670	120	105	1	13	79	12
De 50 001 a 100 000	316	286	-	44	195	45	30	1	7	19	3
De 100 001 a 500 000	233	213	-	21	162	30	20	-	2	16	2
Mais de 500 000	40	34	-	3	24	7	5	-	2	2	1
Norte	449	400	5	86	276	31	49	-	12	35	2
Até 5 000	87	71	2	20	44	5	16	-	4	11	1
De 5 001 a 10 000	89	81	1	17	57	4	8	-	1	7	-
De 10 001 a 20 000	107	96	1	23	64	8	11	-	3	7	1
De 20 001 a 50 000	113	103	1	17	79	6	10	-	2	8	-
De 50 001 a 100 000	32	30	-	7	18	5	2	-	1	1	-
De 100 001 a 500 000	18	16	-	1	13	2	2	-	1	1	-
Mais de 500 000	3	3	-	1	1	1	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	1 562	10	363	1 010	171	232	5	61	144	21
Até 5 000	225	190	1	58	111	19	35	1	17	15	2
De 5 001 a 10 000	392	347	4	93	220	29	45	1	13	27	3
De 10 001 a 20 000	580	506	3	113	333	54	74	1	19	48	6
De 20 001 a 50 000	432	375	2	78	249	44	57	1	8	39	9
De 50 001 a 100 000	110	96	-	16	65	14	14	1	2	10	1
De 100 001 a 500 000	44	39	-	5	24	10	5	-	-	5	-
Mais de 500 000	11	9	-	-	8	1	2	-	2	-	-
Sudeste	1 668	1 545	4	229	1 085	222	123	-	20	96	7
Até 5 000	381	361	-	61	249	50	20	-	5	15	-
De 5 001 a 10 000	408	381	-	66	263	52	27	-	6	19	2
De 10 001 a 20 000	351	319	2	44	225	45	32	-	3	28	1
De 20 001 a 50 000	294	271	2	34	193	42	23	-	2	19	2
De 50 001 a 100 000	98	89	-	11	56	21	9	-	3	6	-
De 100 001 a 500 000	118	109	-	11	89	9	9	-	1	7	1
Mais de 500 000	18	15	-	2	10	3	3	-	-	2	1
Sul	1 188	1 118	1	182	827	108	70	-	13	50	7
Até 5 000	421	397	1	90	276	30	24	-	6	17	1
De 5 001 a 10 000	291	268	-	34	216	18	23	-	5	16	2
De 10 001 a 20 000	229	222	-	32	164	26	7	-	1	5	1
De 20 001 a 50 000	144	134	-	17	96	21	10	-	1	8	1
De 50 001 a 100 000	57	54	-	6	43	5	3	-	-	2	1
De 100 001 a 500 000	43	40	-	3	30	7	3	-	-	2	1
Mais de 500 000	3	3	-	-	2	1	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	466	427	1	74	328	24	38	-	9	28	1
Até 5 000	143	132	-	25	102	5	11	-	4	7	-
De 5 001 a 10 000	114	101	1	22	74	4	13	-	3	10	-
De 10 001 a 20 000	103	97	-	15	77	5	6	-	1	5	-
De 20 001 a 50 000	72	67	-	7	53	7	5	-	-	5	-
De 50 001 a 100 000	19	17	-	4	13	-	2	-	1	-	1
De 100 001 a 500 000	10	9	-	1	6	2	1	-	-	1	-
Mais de 500 000	5	4	-	-	3	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os sem declaração de idade.

Tabela 2 - Municípios, total, por sexo e grupos de idade do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Sexo e grupos de idade do prefeito									
		Masculino					Feminino				
		Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos	Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos
Brasil	5 565	5 052	21	934	3 526	556	512	5	115	353	38
Norte	449	400	5	86	276	31	49	-	12	35	2
Rondônia	52	49	-	14	30	5	3	-	2	1	-
Acre	22	20	1	5	13	1	2	-	2	-	-
Amazonas	62	56	-	9	40	7	6	-	1	4	1
Roraima	15	15	-	6	7	-	-	-	-	-	-
Pará	143	128	1	20	97	10	15	-	4	11	-
Amapá	16	14	-	3	11	-	2	-	-	2	-
Tocantins	139	118	3	29	78	8	21	-	3	17	1
Nordeste	1 794	1 562	10	363	1 010	171	232	5	61	144	21
Maranhão	217	183	-	53	103	20	34	-	10	23	1
Piauí	224	206	1	59	126	20	18	1	4	11	2
Ceará	184	164	1	26	115	22	20	1	5	12	1
Rio Grande do Norte	167	139	2	32	98	7	28	-	8	19	1
Paraíba	223	188	2	48	109	29	35	1	14	12	8
Pernambuco	185	168	2	25	118	23	17	-	3	14	-
Alagoas	102	85	1	31	47	6	17	1	4	11	1
Sergipe	75	59	-	13	41	4	16	1	5	7	3
Bahia	417	370	1	76	253	40	47	-	8	35	4
Sudeste	1 668	1 545	4	229	1 085	222	123	-	20	96	7
Minas Gerais	853	796	2	126	551	116	57	-	10	45	2
Espírito Santo	78	70	-	7	55	7	8	-	-	8	-
Rio de Janeiro	92	86	1	9	59	17	6	-	1	4	1
São Paulo	645	593	1	87	420	82	52	-	9	39	4
Sul	1 188	1 118	1	182	827	108	70	-	13	50	7
Paraná	399	367	1	62	265	39	32	-	5	24	3
Santa Catarina	293	278	-	42	216	20	15	-	3	10	2
Rio Grande do Sul	496	473	-	78	346	49	23	-	5	16	2
Centro-Oeste	466	427	1	74	328	24	38	-	9	28	1
Mato Grosso do Sul	78	67	-	9	55	3	11	-	3	8	-
Mato Grosso	141	132	-	19	107	6	9	-	2	6	1
Goiás	246	228	1	46	166	15	18	-	4	14	-
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os sem declaração de idade.

Tabela 3 - Municípios, total, por nível de instrução do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Nível de instrução do prefeito						
		Funda- mental incompleto	Funda- mental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Pós- graduação
Brasil	5 565	349	346	170	1 563	495	2 091	550
Até 5 000	1 257	122	121	46	401	111	368	88
De 5 001 a 10 000	1 294	106	79	44	393	143	437	92
De 10 001 a 20 000	1 370	80	82	55	404	107	511	131
De 20 001 a 50 000	1 055	35	47	19	279	86	469	120
De 50 001 a 100 000	316	6	12	5	57	29	145	62
De 100 001 a 500 000	233	-	5	1	26	15	134	52
Mais de 500 000	40	-	-	-	3	4	27	5
Norte	449	34	44	17	150	50	129	25
Até 5 000	87	3	8	4	33	11	26	2
De 5 001 a 10 000	89	11	4	1	29	10	30	4
De 10 001 a 20 000	107	9	12	6	40	14	23	3
De 20 001 a 50 000	113	10	14	3	32	11	34	9
De 50 001 a 100 000	32	1	5	3	10	2	7	4
De 100 001 a 500 000	18	-	1	-	6	2	6	3
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	-	3	-
Nordeste	1 794	85	93	54	533	170	705	154
Até 5 000	225	18	24	10	69	22	69	13
De 5 001 a 10 000	392	19	20	11	128	51	143	20
De 10 001 a 20 000	580	34	30	24	174	45	220	53
De 20 001 a 50 000	432	11	15	9	136	35	190	36
De 50 001 a 100 000	110	3	2	-	21	13	51	20
De 100 001 a 500 000	44	-	2	-	3	2	26	11
Mais de 500 000	11	-	-	-	2	2	6	1
Sudeste	1 668	124	105	50	399	135	677	178
Até 5 000	381	45	37	16	119	31	113	20
De 5 001 a 10 000	408	51	32	18	110	37	134	26
De 10 001 a 20 000	351	16	22	11	94	31	140	37
De 20 001 a 50 000	294	11	8	3	54	21	153	44
De 50 001 a 100 000	98	1	4	1	14	6	51	21
De 100 001 a 500 000	118	-	2	1	7	7	74	27
Mais de 500 000	18	-	-	-	1	2	12	3
Sul	1 188	90	70	35	317	106	420	150
Até 5 000	421	46	36	10	123	40	124	42
De 5 001 a 10 000	291	23	16	13	84	31	89	35
De 10 001 a 20 000	229	17	10	9	62	13	89	29
De 20 001 a 50 000	144	3	7	2	31	11	68	22
De 50 001 a 100 000	57	1	1	1	9	7	24	14
De 100 001 a 500 000	43	-	-	-	8	4	23	8
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	-	3	-
Centro-Oeste	466	16	34	14	164	34	160	43
Até 5 000	143	10	16	6	57	7	36	11
De 5 001 a 10 000	114	2	7	1	42	14	41	7
De 10 001 a 20 000	103	4	8	5	34	4	39	9
De 20 001 a 50 000	72	-	3	2	26	8	24	9
De 50 001 a 100 000	19	-	-	-	3	1	12	3
De 100 001 a 500 000	10	-	-	-	2	-	5	3
Mais de 500 000	5	-	-	-	-	-	3	1

Tabela 4 - Municípios, total, por nível de instrução do prefeito, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Nível de instrução do prefeito						
		Funda- mental incompleto	Funda- mental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Pós- graduação
Brasil	5 565	349	346	170	1 563	495	2 091	550
Norte	449	34	44	17	150	50	129	25
Rondônia	52	9	4	3	18	3	12	3
Acre	22	2	-	1	9	2	3	5
Amazonas	62	3	11	3	19	9	16	1
Roraima	15	-	1	-	5	2	6	1
Pará	143	15	14	5	43	10	48	8
Amapá	16	-	-	-	9	3	3	1
Tocantins	139	5	14	5	47	21	41	6
Nordeste	1 794	85	93	54	533	170	705	154
Maranhão	217	5	15	4	68	22	83	20
Piauí	224	16	21	7	63	23	76	18
Ceará	184	9	6	6	53	17	72	21
Rio Grande do Norte	167	4	7	8	44	21	73	10
Paraíba	223	12	11	6	52	19	109	14
Pernambuco	185	8	11	8	50	19	67	22
Alagoas	102	6	-	1	31	10	48	6
Sergipe	75	2	4	4	22	9	30	4
Bahia	417	23	18	10	150	30	147	39
Sudeste	1 668	124	105	50	399	135	677	178
Minas Gerais	853	92	68	36	228	64	284	81
Espírito Santo	78	6	6	1	16	6	28	15
Rio de Janeiro	92	1	1	2	17	12	47	12
São Paulo	645	25	30	11	138	53	318	70
Sul	1 188	90	70	35	317	106	420	150
Paraná	399	18	22	11	118	23	140	67
Santa Catarina	293	21	23	9	76	27	98	39
Rio Grande do Sul	496	51	25	15	123	56	182	44
Centro-Oeste	466	16	34	14	164	34	160	43
Mato Grosso do Sul	78	2	7	1	17	6	33	12
Mato Grosso	141	11	9	7	57	9	40	8
Goiás	246	3	18	6	90	19	87	23
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 5 - Municípios, total e com prefeitos que estavam em exercício de mandato de prefeito em 2008 e partido atual dos prefeitos eleitos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2005-2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total (1)	Com prefeitos que estavam em exercício de mandato de prefeito em 2008	Partido atual do prefeito									
			PMDB	PSDB	DEM	PP	PTB	PR	PDT	PT	PPS	Outros
Brasil	5 565	2 333	1 181	776	498	548	411	381	343	560	135	723
Até 5 000	1 257	536	304	171	130	153	104	89	77	92	24	110
De 5 001 a 10 000	1 294	540	263	181	127	144	103	79	77	117	35	166
De 10 001 a 20 000	1 370	535	292	189	112	119	95	113	80	125	29	213
De 20 001 a 50 000	1 055	459	206	143	83	97	75	64	66	121	33	167
De 50 001 a 100 000	316	139	61	51	25	23	23	25	20	45	8	35
De 100 001 a 500 000	233	102	48	32	18	10	8	11	20	52	6	28
Mais de 500 000	40	22	7	9	3	2	3	-	3	8	-	4
Norte	449	168	118	43	41	22	28	57	18	66	10	45
Até 5 000	87	35	25	9	11	5	5	12	4	5	1	9
De 5 001 a 10 000	89	32	19	10	13	3	6	10	3	15	2	8
De 10 001 a 20 000	107	34	28	13	7	6	7	13	4	11	3	15
De 20 001 a 50 000	113	45	35	5	6	4	5	16	6	25	2	9
De 50 001 a 100 000	32	9	8	4	1	4	3	3	-	5	1	3
De 100 001 a 500 000	18	11	2	2	3	-	-	3	1	5	1	1
Mais de 500 000	3	2	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	749	328	198	154	116	185	130	114	133	20	412
Até 5 000	225	98	46	23	23	12	36	13	13	8	1	49
De 5 001 a 10 000	392	157	68	46	30	26	53	20	21	29	4	94
De 10 001 a 20 000	580	219	112	57	50	39	46	59	38	33	9	135
De 20 001 a 50 000	432	196	77	45	35	32	38	22	30	45	5	103
De 50 001 a 100 000	110	50	17	17	10	6	10	14	6	12	1	17
De 100 001 a 500 000	44	23	7	7	5	-	2	2	6	4	-	11
Mais de 500 000	11	6	1	3	1	1	-	-	-	2	-	3
Sudeste	1 668	760	246	372	184	96	129	104	89	190	64	192
Até 5 000	381	185	50	91	55	20	37	35	20	30	11	32
De 5 001 a 10 000	408	192	61	94	43	32	33	25	26	30	16	47
De 10 001 a 20 000	351	152	52	80	33	22	29	19	14	46	10	45
De 20 001 a 50 000	294	130	40	66	32	16	19	16	14	30	18	43
De 50 001 a 100 000	98	47	15	20	13	2	7	4	5	17	4	11
De 100 001 a 500 000	118	45	27	17	6	3	3	5	8	31	5	13
Mais de 500 000	18	9	1	4	2	1	1	-	2	6	-	1
Sul	1 188	493	382	94	79	243	56	22	108	130	27	46
Até 5 000	421	171	151	27	31	91	23	7	36	38	5	11
De 5 001 a 10 000	291	124	96	15	23	67	9	5	24	31	11	10
De 10 001 a 20 000	229	88	72	23	15	38	11	7	21	24	4	14
De 20 001 a 50 000	144	61	37	16	6	33	7	3	14	17	5	6
De 50 001 a 100 000	57	26	16	8	1	8	3	-	8	9	2	2
De 100 001 a 500 000	43	21	9	4	3	6	3	-	4	11	-	3
Mais de 500 000	3	2	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Centro-Oeste	466	163	107	69	40	71	13	68	14	41	14	28
Até 5 000	143	47	32	21	10	25	3	22	4	11	6	9
De 5 001 a 10 000	114	35	19	16	18	16	2	19	3	12	2	7
De 10 001 a 20 000	103	42	28	16	7	14	2	15	3	11	3	4
De 20 001 a 50 000	72	27	17	11	4	12	6	7	2	4	3	6
De 50 001 a 100 000	19	7	5	2	-	3	-	4	1	2	-	2
De 100 001 a 500 000	10	2	3	2	1	1	-	1	1	1	-	-
Mais de 500 000	5	3	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os sem declaração de partido.

Tabela 6 - Municípios, total e com prefeitos que estavam em exercício de mandato de prefeito em 2008 e partido atual dos prefeitos eleitos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2005-2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total (1)	Com prefeitos que estavam em exercício de mandato de prefeito em 2008	Partido atual do prefeito									
			PMDB	PSDB	DEM	PP	PTB	PR	PDT	PT	PPS	Outros
Brasil	5 565	2 333	1 181	776	498	548	411	381	343	560	135	723
Norte	449	168	118	43	41	22	28	57	18	66	10	45
Rondônia	52	16	12	2	4	2	4	7	1	4	2	14
Acre	22	10	4	1	-	2	-	1	-	12	-	2
Amazonas	62	17	22	4	4	5	3	8	-	6	2	8
Roraima	15	4	1	6	-	-	1	2	-	1	1	3
Pará	143	53	40	13	6	6	14	15	8	28	3	10
Amapá	16	9	3	2	1	1	-	1	4	3	-	1
Tocantins	139	59	36	15	26	6	6	23	5	12	2	7
Nordeste	1 794	749	328	198	154	116	185	130	114	133	20	412
Maranhão	217	93	14	25	20	10	11	10	58	8	5	56
Piauí	224	97	34	14	10	10	70	2	11	18	6	47
Ceará	184	86	32	54	2	8	6	9	2	15	2	54
Rio Grande do Norte	167	75	35	6	18	16	8	16	7	4	3	54
Paraíba	223	107	56	40	33	11	23	15	5	5	1	34
Pernambuco	185	79	12	17	20	3	29	29	8	8	1	57
Alagoas	102	42	19	13	1	21	19	2	3	1	1	22
Sergipe	75	25	13	2	5	1	6	6	11	7	1	23
Bahia	417	145	113	27	45	36	13	41	9	67	-	65
Sudeste	1 668	760	246	372	184	96	129	104	89	190	64	192
Minas Gerais	853	398	120	153	97	55	65	73	53	109	33	93
Espírito Santo	78	34	21	13	7	3	2	3	3	6	2	18
Rio de Janeiro	92	32	36	6	5	14	1	4	5	11	-	10
São Paulo	645	296	69	200	75	24	61	24	28	64	29	71
Sul	1 188	493	382	94	79	243	56	22	108	130	27	46
Paraná	399	190	132	40	22	41	22	20	40	32	18	31
Santa Catarina	293	105	109	35	44	56	3	2	2	36	5	1
Rio Grande do Sul	496	198	141	19	13	146	31	-	66	62	4	14
Centro-Oeste	466	163	107	69	40	71	13	68	14	41	14	28
Mato Grosso do Sul	78	40	28	10	4	1	3	8	9	11	2	2
Mato Grosso	141	40	20	7	22	22	2	31	4	17	10	6
Goiás	246	83	59	52	14	48	8	29	1	13	2	20
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

**Tabela 7 - Pessoal ocupado na administração direta,
por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da
população dos municípios - 2009**

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício					
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Estagiários (2)	Sem vínculo permanente
Brasil	5 398 236	3 355 848	570 070	446 541	114 975	909 199
Até 5 000	268 922	164 708	30 904	33 462	2 835	37 013
De 5 001 a 10 000	432 583	264 653	41 830	46 590	3 814	75 563
De 10 001 a 20 000	827 244	499 353	81 567	77 604	9 358	160 091
De 20 001 a 50 000	1 181 939	698 965	125 771	98 408	17 987	243 293
De 50 001 a 100 000	684 086	397 928	82 013	56 122	15 720	127 619
De 100 001 a 500 000	1 096 405	635 322	156 318	89 989	34 695	180 081
Mais de 500 000	907 057	694 919	51 667	44 366	30 566	85 539
Norte	476 109	288 441	23 238	41 791	1 226	122 293
Até 5 000	17 753	11 754	488	2 562	4	2 945
De 5 001 a 10 000	31 537	19 355	1 875	3 509	22	6 776
De 10 001 a 20 000	67 210	39 633	5 898	6 203	342	15 134
De 20 001 a 50 000	130 946	77 490	5 561	9 720	83	38 972
De 50 001 a 100 000	80 611	50 857	1 264	6 175	313	22 002
De 100 001 a 500 000	93 669	55 817	7 502	8 486	209	21 655
Mais de 500 000	54 383	33 535	650	5 136	253	14 809
Nordeste	1 790 355	1 064 741	121 648	161 305	20 618	421 895
Até 5 000	57 833	30 659	5 392	8 836	88	12 858
De 5 001 a 10 000	151 732	88 415	11 163	17 801	109	33 862
De 10 001 a 20 000	399 967	243 593	20 659	39 333	1 173	95 938
De 20 001 a 50 000	528 649	319 101	29 316	44 139	2 633	135 065
De 50 001 a 100 000	253 137	142 152	23 660	22 301	862	62 062
De 100 001 a 500 000	217 859	114 679	17 726	19 331	4 543	61 580
Mais de 500 000	181 178	126 142	13 732	9 564	11 210	20 530
Sudeste	1 940 910	1 170 914	334 932	136 669	49 074	246 737
Até 5 000	89 604	50 072	20 088	7 222	723	11 499
De 5 001 a 10 000	133 050	75 111	22 244	11 099	1 059	23 537
De 10 001 a 20 000	194 452	106 412	38 994	15 279	2 266	31 501
De 20 001 a 50 000	318 129	163 160	73 202	24 909	6 226	50 632
De 50 001 a 100 000	209 932	111 239	45 042	14 695	7 185	29 187
De 100 001 a 500 000	547 153	304 249	102 073	45 931	17 482	77 418
Mais de 500 000	448 590	360 671	33 289	17 534	14 133	22 963
Sul	730 030	502 718	77 547	54 988	41 335	53 442
Até 5 000	71 279	49 548	4 619	8 970	1 946	6 196
De 5 001 a 10 000	77 184	54 784	5 819	7 943	2 555	6 083
De 10 001 a 20 000	107 970	70 272	14 606	9 590	4 940	8 562
De 20 001 a 50 000	128 091	85 682	14 980	10 835	8 512	8 082
De 50 001 a 100 000	95 518	64 051	11 647	6 451	6 921	6 448
De 100 001 a 500 000	188 683	132 134	25 480	10 287	12 004	8 778
Mais de 500 000	61 305	46 247	396	912	4 457	9 293
Centro-Oeste	460 832	329 034	12 705	51 788	2 722	64 832
Até 5 000	32 453	22 675	317	5 872	74	3 515
De 5 001 a 10 000	39 080	26 988	729	6 238	69	5 305
De 10 001 a 20 000	57 645	39 443	1 410	7 199	637	8 956
De 20 001 a 50 000	76 124	53 532	2 712	8 805	533	10 542
De 50 001 a 100 000	44 888	29 629	400	6 500	439	7 920
De 100 001 a 500 000	49 041	28 443	3 537	5 954	457	10 650
Mais de 500 000	161 601	128 324	3 600	11 220	513	17 944

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

**Tabela 8 - Pessoal ocupado na administração direta,
por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e
as Unidades da Federação - 2009**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na administração direta, por vínculo empregatício					
	Total (1)	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Estagiários (2)	Sem vínculo permanente
Brasil	5 398 236	3 355 848	570 070	446 541	114 975	909 199
Norte	476 109	288 441	23 238	41 791	1 226	122 293
Rondônia	46 302	36 111	3 480	5 643	331	737
Acre	18 204	4 638	9 767	1 583	77	2 139
Amazonas	98 888	56 771	927	6 470	105	34 615
Roraima	16 033	6 241	1 327	2 321	69	6 075
Pará	224 097	135 882	4 786	16 389	505	67 415
Amapá	17 393	11 839	339	1 759	25	3 431
Tocantins	55 192	36 959	2 612	7 626	114	7 881
Nordeste	1 790 355	1 064 741	121 648	161 305	20 618	421 895
Maranhão	248 516	138 502	12 419	16 015	1 111	80 469
Piauí	98 082	51 065	14 792	11 125	408	20 692
Ceará	281 715	164 930	22 508	22 346	3 835	68 096
Rio Grande do Norte	112 104	73 720	4 860	13 304	2 114	18 106
Paraíba	143 768	93 993	4 642	16 636	677	27 820
Pernambuco	262 742	155 079	7 932	26 248	8 664	66 066
Alagoas	107 858	75 707	8 584	7 197	571	11 157
Sergipe	67 781	47 020	4 908	9 589	761	7 426
Bahia	467 789	264 725	41 003	38 845	2 477	122 063
Sudeste	1 940 910	1 170 914	334 932	136 669	49 074	246 737
Minas Gerais	597 638	377 598	34 912	34 406	11 865	136 273
Espírito Santo	120 962	66 983	13 808	11 708	3 495	24 968
Rio de Janeiro	357 599	238 384	24 749	36 520	5 636	52 310
São Paulo	864 711	487 949	261 463	54 035	28 078	33 186
Sul	730 030	502 718	77 547	54 988	41 335	53 442
Paraná	287 868	210 098	27 881	20 978	15 972	12 939
Santa Catarina	177 483	105 888	28 771	12 310	6 399	24 115
Rio Grande do Sul	264 679	186 732	20 895	21 700	18 964	16 388
Centro-Oeste	460 832	329 034	12 705	51 788	2 722	64 832
Mato Grosso do Sul	76 992	55 204	1 789	6 940	1 104	11 955
Mato Grosso	97 852	59 802	4 762	8 191	964	24 382
Goiás	185 865	130 687	4 897	29 413	654	20 214
Distrito Federal	100 123	83 341	1 257	7 244	-	8 281

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Tabela 9 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício							
	Número de municípios		Pessoal ocupado					
	Total	Com administração indireta	Total (1)	Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários (2)	Sem vínculo permanente
Brasil	5 565	961	288 157	93 766	140 064	18 286	11 006	25 439
Até 5 000	1 257	83	805	239	421	64	2	79
De 5 001 a 10 000	1 294	108	1 013	554	130	127	4	198
De 10 001 a 20 000	1 370	170	3 333	1 673	650	470	37	503
De 20 001 a 50 000	1 055	250	12 332	5 407	4 081	1 084	406	1 354
De 50 001 a 100 000	316	155	18 021	8 280	5 339	1 562	851	1 989
De 100 001 a 500 000	233	158	87 395	29 890	36 760	6 450	3 767	10 528
Mais de 500 000	40	37	165 258	47 723	92 683	8 529	5 939	10 788
Norte	449	58	6 499	2 333	1 546	905	448	1 267
Até 5 000	87	3	-	-	-	-	-	0
De 5 001 a 10 000	89	4	27	10	-	6	1	10
De 10 001 a 20 000	107	6	58	10	-	42	-	6
De 20 001 a 50 000	113	19	563	165	239	41	-	118
De 50 001 a 100 000	32	12	1 668	743	162	154	250	359
De 100 001 a 500 000	18	11	1 172	184	420	233	16	319
Mais de 500 000	3	3	3 011	1 221	725	429	181	455
Nordeste	1 794	222	44 752	19 947	12 872	4 210	1 431	6 696
Até 5 000	225	5	12	5	-	6	-	1
De 5 001 a 10 000	392	17	113	33	13	27	-	40
De 10 001 a 20 000	580	48	570	179	169	68	-	154
De 20 001 a 50 000	432	64	1 852	836	400	123	35	458
De 50 001 a 100 000	110	50	3 629	1 794	518	398	38	881
De 100 001 a 500 000	44	27	3 665	1 481	435	698	164	887
Mais de 500 000	11	11	34 911	15 619	11 337	2 890	1 194	4 275
Sudeste	1 668	412	171 853	43 318	102 946	7 549	5 937	12 103
Até 5 000	381	32	567	119	385	14	-	49
De 5 001 a 10 000	408	44	473	264	76	31	2	100
De 10 001 a 20 000	351	73	1 327	793	169	82	29	254
De 20 001 a 50 000	294	112	7 033	2 736	3 147	409	247	494
De 50 001 a 100 000	98	55	8 914	3 813	3 766	485	315	535
De 100 001 a 500 000	118	80	66 668	21 689	31 865	3 569	2 433	7 112
Mais de 500 000	18	16	86 871	13 904	63 538	2 959	2 911	3 559
Sul	1 188	185	35 886	16 591	11 510	2 104	3 029	2 652
Até 5 000	421	28	138	68	34	26	2	8
De 5 001 a 10 000	291	26	312	218	10	38	1	45
De 10 001 a 20 000	229	33	789	343	308	69	8	61
De 20 001 a 50 000	144	35	1 603	975	264	147	123	94
De 50 001 a 100 000	57	27	2 698	1 285	878	181	218	136
De 100 001 a 500 000	43	33	13 107	5 770	4 027	1 277	1 110	923
Mais de 500 000	3	3	17 239	7 932	5 989	366	1 567	1 385
Centro-Oeste	466	84	29 167	11 577	11 190	3 518	161	2 721
Até 5 000	143	15	88	47	2	18	-	21
De 5 001 a 10 000	114	17	88	29	31	25	-	3
De 10 001 a 20 000	103	10	589	348	4	209	-	28
De 20 001 a 50 000	72	20	1 281	695	31	364	1	190
De 50 001 a 100 000	19	11	1 112	645	15	344	30	78
De 100 001 a 500 000	10	7	2 783	766	13	673	44	1 287
Mais de 500 000	5	4	23 226	9 047	11 094	1 885	86	1 114

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Tabela 10 - Municípios, total e com administração indireta, e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios e pessoal ocupado na administração indireta, por vínculo empregatício							
	Número de municípios		Pessoal ocupado					
	Total	Com administração indireta	Total (1)	Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários (2)	Sem vínculo permanente
Brasil	5 565	961	288 157	93 766	140 064	18 286	11 006	25 439
Norte	449	58	6 499	2 333	1 546	905	448	1267
Rondônia	52	14	415	121	112	152	28	2
Acre	22	2	670	-	287	76	-	307
Amazonas	62	9	667	110	319	181	-	57
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-
Pará	143	20	3 002	1 292	524	325	221	640
Amapá	16	2	311	55	126	112	6	12
Tocantins	139	11	1 434	755	178	59	193	249
Nordeste	1 794	222	44 752	19 947	12 872	4 210	1 431	6696
Maranhão	217	24	2 881	1 150	252	95	2	1382
Piauí	224	7	9 156	5 605	1 924	1 451	121	55
Ceará	184	38	7 032	3 833	1 644	515	288	752
Rio Grande do Norte	167	11	1 729	169	1 325	113	54	68
Paraíba	223	33	3 107	1 283	18	258	32	1516
Pernambuco	185	30	6 836	1 308	3 911	318	142	1157
Alagoas	102	17	2 349	759	1 087	167	281	55
Sergipe	75	8	1 874	458	455	647	164	150
Bahia	417	54	9 788	5 382	2 256	646	347	1561
Sudeste	1 668	412	171 853	43 318	102 946	7 549	5 937	12103
Minas Gerais	853	177	32 653	14 973	11 306	1 240	1 263	3871
Espírito Santo	78	30	1 926	790	763	180	109	84
Rio de Janeiro	92	39	57 770	11 304	38 835	2 890	962	3779
São Paulo	645	166	79 504	16 251	52 042	3 239	3 603	4369
Sul	1 188	185	35 886	16 591	11 510	2 104	3 029	2652
Paraná	399	61	13 208	5 187	5 107	439	1 029	1446
Santa Catarina	293	84	6 913	3 815	1 178	976	546	398
Rio Grande do Sul	496	40	15 765	7 589	5 225	689	1 454	808
Centro-Oeste	466	84	29 167	11 577	11 190	3 518	161	2721
Mato Grosso do Sul	78	11	3 189	2 225	110	336	62	456
Mato Grosso	141	16	1 190	170	6	119	-	895
Goiás	246	56	13 750	4 916	5 888	1 733	99	1114
Distrito Federal	1	1	11 038	4 266	5 186	1 330	-	256

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Tabela 11 - Municípios, total, com realização de concurso, contratação de pessoal e registro da quantidade de pessoas com deficiência na administração direta, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total (1)	Concurso		Com contratação de pessoal nos últimos 24 meses	Registro de forma a identificar pessoas com deficiência
		Realização de concurso nos últimos 24 meses	Edital com reserva de vagas para pessoas com deficiência		
Brasil	5 565	2 968	2 505	5 259	2 247
Até 5 000	1 257	615	452	1 176	418
De 5 001 a 10 000	1 294	656	539	1 210	460
De 10 001 a 20 000	1 370	689	594	1 290	561
De 20 001 a 50 000	1 055	612	544	1 010	479
De 50 001 a 100 000	316	196	181	306	169
De 100 001 a 500 000	233	165	161	227	138
Mais de 500 000	40	35	34	40	22
Norte	449	187	159	413	167
Até 5 000	87	27	19	81	25
De 5 001 a 10 000	89	40	33	76	21
De 10 001 a 20 000	107	39	37	100	41
De 20 001 a 50 000	113	48	42	104	54
De 50 001 a 100 000	32	18	15	31	15
De 100 001 a 500 000	18	13	12	18	9
Mais de 500 000	3	2	1	3	2
Nordeste	1 794	722	599	1 656	590
Até 5 000	225	70	53	205	55
De 5 001 a 10 000	392	151	117	360	120
De 10 001 a 20 000	580	231	193	526	195
De 20 001 a 50 000	432	192	164	409	150
De 50 001 a 100 000	110	47	41	102	46
De 100 001 a 500 000	44	22	22	43	19
Mais de 500 000	11	9	9	11	5
Sudeste	1 668	981	863	1 620	794
Até 5 000	381	176	136	364	131
De 5 001 a 10 000	408	211	181	392	152
De 10 001 a 20 000	351	197	172	346	175
De 20 001 a 50 000	294	214	197	289	176
De 50 001 a 100 000	98	74	70	97	64
De 100 001 a 500 000	118	92	90	114	85
Mais de 500 000	18	17	17	18	11
Sul	1 188	804	660	1 133	512
Até 5 000	421	274	196	398	161
De 5 001 a 10 000	291	189	153	273	116
De 10 001 a 20 000	229	157	141	220	103
De 20 001 a 50 000	144	103	92	140	72
De 50 001 a 100 000	57	45	43	57	35
De 100 001 a 500 000	43	33	32	42	22
Mais de 500 000	3	3	3	3	3
Centro-Oeste	466	274	224	437	184
Até 5 000	143	68	48	128	46
De 5 001 a 10 000	114	65	55	109	51
De 10 001 a 20 000	103	65	51	98	47
De 20 001 a 50 000	72	55	49	68	27
De 50 001 a 100 000	19	12	12	19	9
De 100 001 a 500 000	10	5	5	10	3
Mais de 500 000	5	4	4	5	1

Tabela 12 - Municípios, total, com realização de concurso, contratação de pessoal e registro da quantidade de pessoas com deficiência na administração direta, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total (1)	Concurso		Com contratação de pessoal nos últimos 24 meses	Registro de forma a identificar pessoas com deficiência
		Realização de concurso nos últimos 24 meses	Edital com reserva de vagas para pessoas com deficiência		
Brasil	5 565	2 968	2 505	5 259	2 247
Norte	449	187	159	413	167
Rondônia	52	34	30	50	30
Acre	22	17	15	20	6
Amazonas	62	18	15	55	23
Roraima	15	7	5	14	4
Pará	143	61	55	135	67
Amapá	16	5	5	12	1
Tocantins	139	45	34	127	36
Nordeste	1 794	722	599	1 656	590
Maranhão	217	88	67	187	82
Piauí	224	97	68	205	64
Ceará	184	53	43	176	54
Rio Grande do Norte	167	64	51	147	45
Paraíba	223	100	92	213	58
Pernambuco	185	68	64	173	60
Alagoas	102	33	31	91	51
Sergipe	75	31	25	68	25
Bahia	417	188	158	396	151
Sudeste	1 668	981	863	1 620	794
Minas Gerais	853	377	338	825	348
Espírito Santo	78	53	48	77	34
Rio de Janeiro	92	46	45	88	55
São Paulo	645	505	432	630	357
Sul	1 188	804	660	1 133	512
Paraná	399	274	240	366	188
Santa Catarina	293	201	176	290	150
Rio Grande do Sul	496	329	244	477	174
Centro-Oeste	466	274	224	437	184
Mato Grosso do Sul	78	55	45	76	34
Mato Grosso	141	79	60	135	51
Goiás	246	139	118	225	99
Distrito Federal	1	1	1	1	-

Tabela 13 - Municípios, total, com unidades administrativas chefiadas por mulheres, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Com unidades administrativas chefiadas por mulheres (1)		Total	Com unidades administrativas chefiadas por mulheres (1)
Brasil	5 565	5 380	Sudeste	1 668	1 574
Até 5 000	1 257	1 190	Até 5 000	381	346
De 5 001 a 10 000	1 294	1 244	De 5 001 a 10 000	408	379
De 10 001 a 20 000	1 370	1 339	De 10 001 a 20 000	351	339
De 20 001 a 50 000	1 055	1 031	De 20 001 a 50 000	294	280
De 50 001 a 100 000	316	308	De 50 001 a 100 000	98	95
De 100 001 a 500 000	233	230	De 100 001 a 500 000	118	117
Mais de 500 000	40	38	Mais de 500 000	18	18
Norte	449	442	Sul	1 188	1 131
Até 5 000	87	86	Até 5 000	421	394
De 5 001 a 10 000	89	88	De 5 001 a 10 000	291	274
De 10 001 a 20 000	107	106	De 10 001 a 20 000	229	222
De 20 001 a 50 000	113	110	De 20 001 a 50 000	144	142
De 50 001 a 100 000	32	31	De 50 001 a 100 000	57	54
De 100 001 a 500 000	18	18	De 100 001 a 500 000	43	42
Mais de 500 000	3	3	Mais de 500 000	3	3
Nordeste	1 794	1 774	Centro-Oeste	466	459
Até 5 000	225	222	Até 5 000	143	142
De 5 001 a 10 000	392	391	De 5 001 a 10 000	114	112
De 10 001 a 20 000	580	571	De 10 001 a 20 000	103	101
De 20 001 a 50 000	432	429	De 20 001 a 50 000	72	70
De 50 001 a 100 000	110	109	De 50 001 a 100 000	19	19
De 100 001 a 500 000	44	43	De 100 001 a 500 000	10	10
Mais de 500 000	11	9	Mais de 500 000	5	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Unidades administrativas da administração direta municipal são as de primeiro escalão com status de secretarias.

Tabela 14 - Municípios, total, unidades administrativas total e chefiadas por mulheres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Com unidades administrativas chefiadas por mulheres (1)		Total	Com unidades administrativas chefiadas por mulheres (1)
Brasil	5 565	5380	Nordeste		
Norte	449	444	Sergipe	75	74
Rondônia	52	49	Bahia	417	413
Acre	22	22	Sudeste	1 668	1 577
Amazonas	62	62	Minas Gerais	853	808
Roraima	15	15	Espírito Santo	78	78
Pará	143	142	Rio de Janeiro	92	91
Amapá	16	16	São Paulo	645	600
Tocantins	139	138	Sul	1 188	1 132
Nordeste	1 794	1776	Paraná	399	388
Maranhão	217	215	Santa Catarina	293	263
Piauí	224	223	Rio Grande do Sul	496	481
Ceará	184	184	Centro-Oeste	466	460
Rio Grande do Norte	167	165	Mato Grosso do Sul	78	75
Paraíba	223	217	Mato Grosso	141	140
Pernambuco	185	184	Goiás	246	244
Alagoas	102	101	Distrito Federal	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Unidades administrativas da administração direta municipal são as de primeiro escalão com status de secretarias.

Tabela 15 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Política Urbana ou similar, por características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Política Urbana ou similar						
		Total	Paritário	Características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Caráter do conselho				
			Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador		
Brasil	5 565	981	839	776	683	297	425	701
Até 5 000	1 257	84	75	63	65	21	38	61
De 5 001 a 10 000	1 294	112	95	77	84	33	49	78
De 10 001 a 20 000	1 370	158	136	116	106	50	69	113
De 20 001 a 50 000	1 055	294	257	233	214	101	139	201
De 50 001 a 100 000	316	143	117	123	92	44	66	104
De 100 001 a 500 000	233	157	130	135	107	44	61	119
Mais de 500 000	40	33	29	29	15	4	3	25
Norte	449	64	52	51	47	23	28	43
Até 5 000	87	3	3	3	3	1	2	2
De 5 001 a 10 000	89	6	6	5	6	6	3	5
De 10 001 a 20 000	107	8	7	6	7	1	2	5
De 20 001 a 50 000	113	23	18	16	17	8	13	12
De 50 001 a 100 000	32	11	8	9	7	2	3	8
De 100 001 a 500 000	18	11	9	11	6	4	5	9
Mais de 500 000	3	2	1	1	1	1	-	2
Nordeste	1 794	189	172	141	146	75	104	112
Até 5 000	225	7	7	4	7	1	3	4
De 5 001 a 10 000	392	13	12	10	9	6	7	6
De 10 001 a 20 000	580	31	27	16	24	11	23	19
De 20 001 a 50 000	432	72	69	57	58	37	40	44
De 50 001 a 100 000	110	32	27	25	25	13	18	17
De 100 001 a 500 000	44	26	22	23	18	6	13	17
Mais de 500 000	11	8	8	6	5	1	-	5
Sudeste	1 668	300	253	247	199	80	110	206
Até 5 000	381	12	11	9	9	4	5	5
De 5 001 a 10 000	408	20	16	14	15	6	7	14
De 10 001 a 20 000	351	35	32	29	21	11	11	23
De 20 001 a 50 000	294	91	76	71	67	24	41	59
De 50 001 a 100 000	98	46	38	42	29	14	20	34
De 100 001 a 500 000	118	80	66	67	53	20	24	60
Mais de 500 000	18	16	14	15	5	1	2	11
Sul	1 188	348	292	275	232	90	142	279
Até 5 000	421	56	48	44	44	14	25	45
De 5 001 a 10 000	291	62	51	40	46	11	26	45
De 10 001 a 20 000	229	72	58	57	46	21	27	54
De 20 001 a 50 000	144	76	66	64	47	21	29	64
De 50 001 a 100 000	57	46	39	40	23	12	20	38
De 100 001 a 500 000	43	33	27	27	24	10	15	30
Mais de 500 000	3	3	3	3	2	1	-	3
Centro-Oeste	466	80	70	62	59	29	41	61
Até 5 000	143	6	6	3	2	1	3	5
De 5 001 a 10 000	114	11	10	8	8	4	6	8
De 10 001 a 20 000	103	12	12	8	8	6	6	12
De 20 001 a 50 000	72	32	28	25	25	11	16	22
De 50 001 a 100 000	19	8	5	7	8	3	5	7
De 100 001 a 500 000	10	7	6	7	6	4	4	3
Mais de 500 000	5	4	3	4	2	-	1	4

Tabela 16 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Política Urbana ou similar, por características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Política Urbana ou similar						
		Total	Paritário	Características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Caráter do conselho				
			Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador		
Brasil	5 565	981	839	776	683	297	425	701
Norte	449	64	52	51	47	23	28	43
Rondônia	52	5	3	5	3	2	3	3
Acre	22	4	3	4	4	3	1	3
Amazonas	62	6	4	5	3	3	4	5
Roraima	15	4	4	3	4	3	1	3
Pará	143	30	23	23	21	5	11	17
Amapá	16	2	2	2	2	-	-	2
Tocantins	139	13	13	9	10	7	8	10
Nordeste	1 794	189	172	141	146	75	104	112
Maranhão	217	33	30	24	26	12	17	28
Piauí	224	13	12	11	10	2	7	10
Ceará	184	28	25	22	23	14	18	20
Rio Grande do Norte	167	12	12	11	11	7	8	3
Paraíba	223	9	9	7	6	4	5	6
Pernambuco	185	28	24	19	21	8	12	17
Alagoas	102	8	7	6	6	3	5	2
Sergipe	75	10	9	8	9	4	6	6
Bahia	417	48	44	33	34	21	26	20
Sudeste	1 668	300	253	247	199	80	110	206
Minas Gerais	853	91	80	71	62	28	38	53
Espírito Santo	78	30	29	27	24	7	9	22
Rio de Janeiro	92	42	37	34	26	9	14	34
São Paulo	645	137	107	115	87	36	49	97
Sul	1 188	348	292	275	232	90	142	279
Paraná	399	104	90	77	72	29	48	74
Santa Catarina	293	93	73	75	72	20	31	75
Rio Grande do Sul	496	151	129	123	88	41	63	130
Centro-Oeste	466	80	70	62	59	29	41	61
Mato Grosso do Sul	78	21	17	15	16	4	5	19
Mato Grosso	141	30	29	20	24	12	16	24
Goiás	246	28	23	26	18	13	19	17
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 17 - Municípios, total e que integram áreas específicas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Integram áreas específicas			
		Aglomerado urbano	Área de especial interesse turístico	Área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional	Não integra nenhuma das áreas citadas
Brasil	5 565	882	1 762	1 019	3 054
Até 5 000	1 257	101	244	117	890
De 5 001 a 10 000	1 294	139	347	184	792
De 10 001 a 20 000	1 370	185	433	221	780
De 20 001 a 50 000	1 055	229	456	254	434
De 50 001 a 100 000	316	97	147	120	98
De 100 001 a 500 000	233	103	116	100	57
Mais de 500 000	40	28	19	23	3
Norte	449	73	154	111	226
Até 5 000	87	4	22	15	56
De 5 001 a 10 000	89	10	31	20	46
De 10 001 a 20 000	107	17	30	25	61
De 20 001 a 50 000	113	25	51	24	45
De 50 001 a 100 000	32	11	9	17	12
De 100 001 a 500 000	18	5	10	9	5
Mais de 500 000	3	1	1	1	1
Nordeste	1 794	257	486	268	1 099
Até 5 000	225	14	26	11	183
De 5 001 a 10 000	392	36	66	34	282
De 10 001 a 20 000	580	60	133	66	390
De 20 001 a 50 000	432	86	171	84	202
De 50 001 a 100 000	110	32	55	41	35
De 100 001 a 500 000	44	21	29	24	7
Mais de 500 000	11	8	6	8	-
Sudeste	1 668	281	634	369	802
Até 5 000	381	31	104	37	244
De 5 001 a 10 000	408	48	125	74	230
De 10 001 a 20 000	351	53	143	76	169
De 20 001 a 50 000	294	57	145	87	102
De 50 001 a 100 000	98	27	54	40	24
De 100 001 a 500 000	118	52	54	43	33
Mais de 500 000	18	13	9	12	-
Sul	1 188	186	317	159	706
Até 5 000	421	41	61	30	313
De 5 001 a 10 000	291	28	83	33	181
De 10 001 a 20 000	229	36	83	29	118
De 20 001 a 50 000	144	43	54	39	58
De 50 001 a 100 000	57	17	17	10	25
De 100 001 a 500 000	43	19	19	18	10
Mais de 500 000	3	2	-	-	1
Centro-Oeste	466	85	171	112	221
Até 5 000	143	11	31	24	94
De 5 001 a 10 000	114	17	42	23	53
De 10 001 a 20 000	103	19	44	25	42
De 20 001 a 50 000	72	18	35	20	27
De 50 001 a 100 000	19	10	12	12	2
De 100 001 a 500 000	10	6	4	6	2
Mais de 500 000	5	4	3	2	1

Tabela 18 - Municípios, total e que integram áreas específicas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Integram áreas específicas			
		Aglomeração urbana	Área de especial interesse turístico	Área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional	Não integra nenhuma das áreas citadas
Brasil	5 565	882	1 762	1 019	3 054
Norte	449	73	154	111	226
Rondônia	52	8	17	11	27
Acre	22	6	8	9	7
Amazonas	62	7	22	7	37
Roraima	15	4	12	-	1
Pará	143	34	44	41	68
Amapá	16	6	10	7	4
Tocantins	139	8	41	36	82
Nordeste	1 794	257	486	268	1 099
Maranhão	217	33	54	39	133
Piauí	224	10	33	19	176
Ceará	184	35	85	42	84
Rio Grande do Norte	167	12	44	17	115
Paraíba	223	27	29	8	173
Pernambuco	185	27	62	27	102
Alagoas	102	26	30	16	55
Sergipe	75	17	26	20	33
Bahia	417	70	123	80	228
Sudeste	1 668	281	634	369	802
Minas Gerais	853	114	326	185	416
Espírito Santo	78	22	50	32	20
Rio de Janeiro	92	39	54	44	16
São Paulo	645	106	204	108	350
Sul	1 188	186	317	159	706
Paraná	399	54	109	48	243
Santa Catarina	293	54	93	51	155
Rio Grande do Sul	496	78	115	60	308
Centro-Oeste	466	85	171	112	221
Mato Grosso do Sul	78	20	23	15	38
Mato Grosso	141	28	64	34	55
Goiás	246	36	83	62	128
Distrito Federal	1	1	1	1	-

Tabela 19 - Municípios, total, com legislação sobre área e/ou zona de interesse especial e tipos de área de interesse, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com legislação sobre área e/ou zona		Tipos de área de interesse						
		Especial de interesse social	De interesse especial	Am-biental	Histórico	Cultural	Paisa-gístico	Arquite-tônico	Arqueo-lógico	Outra
Brasil	5 565	1 489	1 804	1 548	742	785	515	461	176	238
Até 5 000	1 257	167	213	170	64	82	42	24	18	27
De 5 001 a 10 000	1 294	224	277	228	74	97	49	40	20	28
De 10 001 a 20 000	1 370	308	386	323	137	159	94	81	32	43
De 20 001 a 50 000	1 055	420	506	440	220	229	152	144	44	69
De 50 001 a 100 000	316	167	207	182	105	95	77	73	23	36
De 100 001 a 500 000	233	166	181	173	117	100	83	77	31	28
Mais de 500 000	40	37	34	32	25	23	18	22	8	7
Norte	449	116	147	133	34	47	34	17	7	22
Até 5 000	87	8	18	16	2	3	-	-	-	2
De 5 001 a 10 000	89	19	16	15	2	4	6	2	-	-
De 10 001 a 20 000	107	19	37	32	4	14	7	1	3	6
De 20 001 a 50 000	113	39	45	41	13	15	11	8	2	6
De 50 001 a 100 000	32	17	16	16	6	5	5	3	1	4
De 100 001 a 500 000	18	11	13	13	6	6	5	3	1	3
Mais de 500 000	3	3	2	-	1	-	-	-	-	1
Nordeste	1 794	403	426	357	177	186	137	111	60	54
Até 5 000	225	18	14	7	6	5	5	2	4	1
De 5 001 a 10 000	392	56	44	36	6	9	7	5	5	5
De 10 001 a 20 000	580	106	104	88	30	39	22	17	13	12
De 20 001 a 50 000	432	137	161	136	70	78	52	43	18	19
De 50 001 a 100 000	110	51	63	50	34	35	27	26	9	11
De 100 001 a 500 000	44	24	30	30	22	13	18	10	7	4
Mais de 500 000	11	11	10	10	9	7	6	8	4	2
Sudeste	1 668	492	721	606	364	377	202	206	75	73
Até 5 000	381	56	103	81	43	57	19	11	9	8
De 5 001 a 10 000	408	68	125	97	53	62	21	24	13	9
De 10 001 a 20 000	351	76	137	107	73	75	34	39	11	7
De 20 001 a 50 000	294	131	175	151	89	85	46	52	17	21
De 50 001 a 100 000	98	57	73	68	38	34	33	26	9	10
De 100 001 a 500 000	118	89	94	88	58	54	39	45	14	15
Mais de 500 000	18	15	14	14	10	10	10	9	2	3
Sul	1 188	336	354	309	129	129	105	110	22	64
Até 5 000	421	57	50	43	12	15	12	11	2	10
De 5 001 a 10 000	291	50	61	52	10	16	11	8	2	9
De 10 001 a 20 000	229	76	73	64	25	24	23	20	3	15
De 20 001 a 50 000	144	83	88	76	32	32	31	34	3	18
De 50 001 a 100 000	57	31	42	36	20	15	8	16	3	7
De 100 001 a 500 000	43	36	37	35	28	24	19	19	8	5
Mais de 500 000	3	3	3	3	2	3	1	2	1	-
Centro-Oeste	466	142	156	143	38	46	37	17	12	25
Até 5 000	143	28	28	23	1	2	6	-	3	6
De 5 001 a 10 000	114	31	31	28	3	6	4	1	-	5
De 10 001 a 20 000	103	31	35	32	5	7	8	4	2	3
De 20 001 a 50 000	72	30	37	36	16	19	12	7	4	5
De 50 001 a 100 000	19	11	13	12	7	6	4	2	1	4
De 100 001 a 500 000	10	6	7	7	3	3	2	-	1	1
Mais de 500 000	5	5	5	5	3	3	1	3	1	1

Tabela 20 - Municípios, total, com legislação sobre área e/ou zona de interesse especial e tipos de área de interesse, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com legislação sobre área e/ou zona		Tipos de área de interesse						
		Especial de interesse social	De interesse especial	Am-biental	Histórico	Cultural	Paisa-gístico	Arquite-tônico	Arqueo-lógico	Outra
Brasil	5 565	1 489	1 804	1 548	742	785	515	461	176	238
Norte	449	116	147	133	34	47	34	17	7	22
Rondônia	52	17	21	18	3	4	5	4	1	2
Acre	22	8	12	12	4	5	4	1	-	-
Amazonas	62	16	21	19	4	10	4	1	-	1
Roraima	15	3	6	5	1	1	1	1	-	3
Pará	143	51	54	51	16	20	15	5	5	13
Amapá	16	2	4	3	2	3	1	1	1	1
Tocantins	139	19	29	25	4	4	4	4	-	2
Nordeste	1 794	403	426	357	177	186	137	111	60	54
Maranhão	217	45	45	42	8	16	11	5	1	12
Piauí	224	28	21	16	9	7	6	4	2	1
Ceará	184	63	76	70	35	38	30	20	9	10
Rio Grande do Norte	167	20	25	22	10	13	10	4	6	3
Paraíba	223	24	28	15	16	12	9	14	11	-
Pernambuco	185	50	59	45	29	26	17	20	13	10
Alagoas	102	30	25	21	12	17	7	9	2	3
Sergipe	75	22	19	15	5	5	5	6	2	3
Bahia	417	121	128	111	53	52	42	29	14	12
Sudeste	1 668	492	721	606	364	377	202	206	75	73
Minas Gerais	853	209	386	303	219	237	93	93	37	20
Espírito Santo	78	38	41	37	19	24	14	14	4	10
Rio de Janeiro	92	58	59	59	27	27	18	22	5	8
São Paulo	645	187	235	207	99	89	77	77	29	35
Sul	1 188	336	354	309	129	129	105	110	22	64
Paraná	399	132	130	112	29	33	39	36	3	20
Santa Catarina	293	78	88	80	43	39	29	30	9	17
Rio Grande do Sul	496	126	136	117	57	57	37	44	10	27
Centro-Oeste	466	142	156	143	38	46	37	17	12	25
Mato Grosso do Sul	78	27	34	32	7	9	6	4	3	3
Mato Grosso	141	37	49	44	11	19	12	4	4	6
Goiás	246	77	72	66	19	17	19	8	5	16
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 21 - Municípios, total e instrumentos de planejamento urbano com legislação específica, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Instrumentos de planejamento urbano com legislação específica					
		Lei de Parcelamento do solo	Lei de Zoneamento ou equivalente	Solo criado	Contribuição de melhoria	Operação urbana consorciada	Estudo de impacto de vizinhança
Brasil	5 565	2 384	2 129	1 059	2 492	590	762
Até 5 000	1 257	389	337	140	540	56	64
De 5 001 a 10 000	1 294	420	346	159	527	76	98
De 10 001 a 20 000	1 370	532	456	235	587	108	135
De 20 001 a 50 000	1 055	574	540	279	507	184	217
De 50 001 a 100 000	316	240	226	129	189	88	131
De 100 001 a 500 000	233	192	187	94	121	64	96
Mais de 500 000	40	37	37	23	21	14	21
Norte	449	150	162	84	154	43	58
Até 5 000	87	14	11	6	12	2	1
De 5 001 a 10 000	89	21	21	10	27	4	9
De 10 001 a 20 000	107	32	36	15	38	8	12
De 20 001 a 50 000	113	46	57	28	46	16	15
De 50 001 a 100 000	32	22	20	13	20	8	13
De 100 001 a 500 000	18	13	15	11	11	5	7
Mais de 500 000	3	2	2	1	-	-	1
Nordeste	1 794	421	439	234	412	143	168
Até 5 000	225	12	15	10	27	4	5
De 5 001 a 10 000	392	39	49	18	60	13	15
De 10 001 a 20 000	580	103	114	58	130	31	31
De 20 001 a 50 000	432	156	154	85	131	50	61
De 50 001 a 100 000	110	68	65	42	43	29	33
De 100 001 a 500 000	44	32	31	15	16	11	18
Mais de 500 000	11	11	11	6	5	5	5
Sudeste	1 668	862	718	332	795	185	260
Até 5 000	381	107	91	31	128	10	11
De 5 001 a 10 000	408	149	110	58	167	25	31
De 10 001 a 20 000	351	183	121	58	185	28	35
De 20 001 a 50 000	294	216	197	88	176	57	79
De 50 001 a 100 000	98	89	83	47	68	29	46
De 100 001 a 500 000	118	100	98	39	59	28	47
Mais de 500 000	18	18	18	11	12	8	11
Sul	1 188	740	624	320	889	167	209
Até 5 000	421	234	196	82	327	36	42
De 5 001 a 10 000	291	166	127	65	215	26	32
De 10 001 a 20 000	229	150	129	77	169	33	40
De 20 001 a 50 000	144	106	93	57	102	38	47
De 50 001 a 100 000	57	45	43	15	45	16	28
De 100 001 a 500 000	43	37	34	22	29	17	18
Mais de 500 000	3	2	2	2	2	1	2
Centro-Oeste	466	211	186	89	242	52	67
Até 5 000	143	22	24	11	46	4	5
De 5 001 a 10 000	114	45	39	8	58	8	11
De 10 001 a 20 000	103	64	56	27	65	8	17
De 20 001 a 50 000	72	50	39	21	52	23	15
De 50 001 a 100 000	19	16	15	12	13	6	11
De 100 001 a 500 000	10	10	9	7	6	3	6
Mais de 500 000	5	4	4	3	2	-	2

Tabela 22 - Municípios, total e instrumentos de planejamento urbano com legislação específica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Instrumentos de planejamento urbano com legislação específica					
		Lei de Parcelamento do solo	Lei de Zoneamento ou equivalente	Solo criado	Contribuição de melhoria	Operação urbana consorciada	Estudo de impacto de vizinhança
Brasil	5 565	2 384	2 129	1 059	2 492	590	762
Norte	449	150	162	84	154	43	58
Rondônia	52	33	37	17	37	10	9
Acre	22	5	5	1	10	3	3
Amazonas	62	12	15	12	18	5	9
Roraima	15	5	6	2	4	-	3
Pará	143	60	65	36	56	17	24
Amapá	16	2	3	2	2	2	2
Tocantins	139	33	31	14	27	6	8
Nordeste	1 794	421	439	234	412	143	168
Maranhão	217	57	58	27	38	20	19
Piauí	224	30	35	14	36	7	17
Ceará	184	61	62	34	50	26	23
Rio Grande do Norte	167	26	25	13	31	10	7
Paraíba	223	16	26	6	25	9	9
Pernambuco	185	62	62	29	60	23	27
Alagoas	102	26	27	22	30	9	10
Sergipe	75	18	20	14	27	7	12
Bahia	417	125	124	75	115	32	44
Sudeste	1 668	862	718	332	795	185	260
Minas Gerais	853	357	265	135	366	76	91
Espírito Santo	78	53	46	21	40	12	17
Rio de Janeiro	92	77	78	45	45	10	36
São Paulo	645	375	329	131	344	87	116
Sul	1 188	740	624	320	889	167	209
Paraná	399	210	196	106	239	48	77
Santa Catarina	293	208	171	92	235	49	54
Rio Grande do Sul	496	322	257	122	415	70	78
Centro-Oeste	466	211	186	89	242	52	67
Mato Grosso do Sul	78	55	41	19	62	11	13
Mato Grosso	141	65	72	34	92	27	28
Goiás	246	90	72	35	88	14	26
Distrito Federal	1	1	1	1	-	-	-

Tabela 23 - Municípios, total e com código de obras e de posturas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com código de obras		Com código de posturas
		Total	Orientado pelas regras previstas nas normas técnicas de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	
Brasil	5 565	3 208	1 675	3 857
Até 5 000	1 257	494	230	671
De 5 001 a 10 000	1 294	619	270	830
De 10 001 a 20 000	1 370	782	368	966
De 20 001 a 50 000	1 055	772	453	874
De 50 001 a 100 000	316	291	189	277
De 100 001 a 500 000	233	210	141	207
Mais de 500 000	40	40	24	32
Norte	449	215	109	329
Até 5 000	87	16	6	43
De 5 001 a 10 000	89	31	12	59
De 10 001 a 20 000	107	50	24	75
De 20 001 a 50 000	113	74	42	100
De 50 001 a 100 000	32	28	17	32
De 100 001 a 500 000	18	13	8	17
Mais de 500 000	3	3	-	3
Nordeste	1 794	846	456	1 043
Até 5 000	225	59	27	85
De 5 001 a 10 000	392	118	46	178
De 10 001 a 20 000	580	249	125	325
De 20 001 a 50 000	432	268	151	316
De 50 001 a 100 000	110	100	69	89
De 100 001 a 500 000	44	41	31	41
Mais de 500 000	11	11	7	9
Sudeste	1 668	1 014	525	1 212
Até 5 000	381	123	48	190
De 5 001 a 10 000	408	206	92	279
De 10 001 a 20 000	351	228	99	284
De 20 001 a 50 000	294	244	144	261
De 50 001 a 100 000	98	91	61	86
De 100 001 a 500 000	118	104	70	98
Mais de 500 000	18	18	11	14
Sul	1 188	824	430	866
Até 5 000	421	243	126	241
De 5 001 a 10 000	291	188	87	213
De 10 001 a 20 000	229	174	78	185
De 20 001 a 50 000	144	119	81	129
De 50 001 a 100 000	57	55	29	54
De 100 001 a 500 000	43	42	27	41
Mais de 500 000	3	3	2	3
Centro-Oeste	466	309	155	407
Até 5 000	143	53	23	112
De 5 001 a 10 000	114	76	33	101
De 10 001 a 20 000	103	81	42	97
De 20 001 a 50 000	72	67	35	68
De 50 001 a 100 000	19	17	13	16
De 100 001 a 500 000	10	10	5	10
Mais de 500 000	5	5	4	3

Tabela 24 - Municípios, total e com código de obras e de posturas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Com código de obras		Com código de posturas
		Total	Orientado pelas regras previstas nas normas técnicas de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	
Brasil	5 565	3 208	1 675	3 857
Norte	449	215	109	329
Rondônia	52	33	17	39
Acre	22	11	7	14
Amazonas	62	32	22	48
Roraima	15	7	4	8
Pará	143	87	40	123
Amapá	16	3	3	14
Tocantins	139	42	16	83
Nordeste	1 794	846	456	1 043
Maranhão	217	80	40	137
Piauí	224	105	45	152
Ceará	184	115	63	138
Rio Grande do Norte	167	46	22	59
Paraíba	223	83	42	104
Pernambuco	185	104	73	89
Alagoas	102	51	28	51
Sergipe	75	32	17	23
Bahia	417	230	126	290
Sudeste	1 668	1 014	525	1 212
Minas Gerais	853	481	233	644
Espírito Santo	78	73	42	69
Rio de Janeiro	92	89	51	86
São Paulo	645	371	199	413
Sul	1 188	824	430	866
Paraná	399	262	169	293
Santa Catarina	293	203	98	220
Rio Grande do Sul	496	359	163	353
Centro-Oeste	466	309	155	407
Mato Grosso do Sul	78	69	36	69
Mato Grosso	141	103	49	120
Goiás	246	136	69	218
Distrito Federal	1	1	1	-

Tabela 25 - Municípios, total e Plano Diretor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com Plano Diretor			Elaborando o Plano Diretor
		Total	Orientado pelas regras previstas nas normas técnicas de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	Reverendo o Plano Diretor	
Brasil	5 565	2 318	1 653	827	1 203
Até 5 000	1 257	216	127	55	317
De 5 001 a 10 000	1 294	273	163	91	359
De 10 001 a 20 000	1 370	396	254	140	369
De 20 001 a 50 000	1 055	858	652	294	145
De 50 001 a 100 000	316	304	239	123	12
De 100 001 a 500 000	233	231	185	107	1
Mais de 500 000	40	40	33	17	-
Norte	449	211	147	64	86
Até 5 000	87	10	4	4	18
De 5 001 a 10 000	89	15	8	3	24
De 10 001 a 20 000	107	36	21	9	31
De 20 001 a 50 000	113	97	71	30	13
De 50 001 a 100 000	32	32	26	7	-
De 100 001 a 500 000	18	18	15	10	-
Mais de 500 000	3	3	2	1	-
Nordeste	1 794	627	469	203	397
Até 5 000	225	17	11	1	50
De 5 001 a 10 000	392	41	23	10	98
De 10 001 a 20 000	580	99	68	31	157
De 20 001 a 50 000	432	313	239	97	84
De 50 001 a 100 000	110	102	79	35	8
De 100 001 a 500 000	44	44	40	23	-
Mais de 500 000	11	11	9	6	-
Sudeste	1 668	680	502	217	296
Até 5 000	381	36	24	8	84
De 5 001 a 10 000	408	64	39	9	97
De 10 001 a 20 000	351	92	52	33	86
De 20 001 a 50 000	294	259	203	74	25
De 50 001 a 100 000	98	95	79	41	3
De 100 001 a 500 000	118	116	89	45	1
Mais de 500 000	18	18	16	7	-
Sul	1 188	649	428	294	319
Até 5 000	421	135	79	38	136
De 5 001 a 10 000	291	136	84	63	107
De 10 001 a 20 000	229	145	94	61	62
De 20 001 a 50 000	144	131	95	72	13
De 50 001 a 100 000	57	56	39	31	1
De 100 001 a 500 000	43	43	35	27	-
Mais de 500 000	3	3	2	2	-
Centro-Oeste	466	151	107	49	105
Até 5 000	143	18	9	4	29
De 5 001 a 10 000	114	17	9	6	33
De 10 001 a 20 000	103	24	19	6	33
De 20 001 a 50 000	72	58	44	21	10
De 50 001 a 100 000	19	19	16	9	-
De 100 001 a 500 000	10	10	6	2	-
Mais de 500 000	5	5	4	1	-

Tabela 26 - Municípios, total e Plano Diretor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com Plano Diretor			Elaborando o Plano Diretor
		Total	Orientado pelas regras previstas nas normas técnicas de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	Reverendo o Plano Diretor	
Brasil	5 565	2 318	1 653	827	1 203
Norte	449	211	147	64	86
Rondônia	52	21	16	5	11
Acre	22	6	4	1	10
Amazonas	62	30	21	11	14
Roraima	15	5	2	2	7
Pará	143	118	83	34	12
Amapá	16	3	3	2	2
Tocantins	139	28	18	9	30
Nordeste	1 794	627	469	203	397
Maranhão	217	90	68	31	50
Piauí	224	46	33	8	72
Ceará	184	88	67	39	30
Rio Grande do Norte	167	30	27	5	25
Paraíba	223	45	34	12	35
Pernambuco	185	97	82	35	37
Alagoas	102	39	32	14	25
Sergipe	75	27	19	10	25
Bahia	417	165	107	49	98
Sudeste	1 668	680	502	217	296
Minas Gerais	853	249	189	65	171
Espírito Santo	78	56	39	22	11
Rio de Janeiro	92	70	54	28	13
São Paulo	645	305	220	102	101
Sul	1 188	649	428	294	319
Paraná	399	245	195	93	145
Santa Catarina	293	177	119	103	68
Rio Grande do Sul	496	227	114	98	106
Centro-Oeste	466	151	107	49	105
Mato Grosso do Sul	78	29	24	7	19
Mato Grosso	141	41	22	18	36
Goiás	246	80	61	24	50
Distrito Federal	1	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 27 - Municípios, total e com Plano Diretor e instrumentos de planejamento urbano contemplados no plano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2005

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com Plano Diretor				
		Total	Instrumentos de planejamento urbano contemplados no plano			
			Parcelamento do solo	Zoneamento ou equivalente	Código de obras	Contribuição de melhoria
Brasil	5 565	2 318	1 729	1 776	1 271	1 087
Até 5 000	1 257	216	145	150	96	102
De 5 001 a 10 000	1 294	273	192	185	137	132
De 10 001 a 20 000	1 370	396	269	267	209	181
De 20 001 a 50 000	1 055	858	651	679	508	412
De 50 001 a 100 000	316	304	246	256	178	145
De 100 001 a 500 000	233	231	192	202	125	99
Mais de 500 000	40	40	34	37	18	16
Norte	449	211	140	147	128	104
Até 5 000	87	10	-	2	2	1
De 5 001 a 10 000	89	15	7	9	6	8
De 10 001 a 20 000	107	36	22	19	24	19
De 20 001 a 50 000	113	97	69	74	65	47
De 50 001 a 100 000	32	32	27	25	18	19
De 100 001 a 500 000	18	18	12	15	10	9
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	1
Nordeste	1 794	627	442	465	360	319
Até 5 000	225	17	6	7	6	10
De 5 001 a 10 000	392	41	21	24	20	22
De 10 001 a 20 000	580	99	55	58	50	42
De 20 001 a 50 000	432	313	232	238	188	170
De 50 001 a 100 000	110	102	79	86	62	51
De 100 001 a 500 000	44	44	40	41	29	18
Mais de 500 000	11	11	9	11	5	6
Sudeste	1 668	680	522	534	352	282
Até 5 000	381	36	22	22	16	14
De 5 001 a 10 000	408	64	44	43	36	25
De 10 001 a 20 000	351	92	55	56	37	35
De 20 001 a 50 000	294	259	209	214	148	111
De 50 001 a 100 000	98	95	79	82	55	42
De 100 001 a 500 000	118	116	97	101	53	47
Mais de 500 000	18	18	16	16	7	8
Sul	1 188	649	524	529	353	309
Até 5 000	421	135	108	108	65	69
De 5 001 a 10 000	291	136	110	101	65	68
De 10 001 a 20 000	229	145	119	116	83	70
De 20 001 a 50 000	144	131	104	115	80	58
De 50 001 a 100 000	57	56	45	48	33	22
De 100 001 a 500 000	43	43	36	39	26	22
Mais de 500 000	3	3	2	2	1	-
Centro-Oeste	466	151	101	101	78	73
Até 5 000	143	18	9	11	7	8
De 5 001 a 10 000	114	17	10	8	10	9
De 10 001 a 20 000	103	24	18	18	15	15
De 20 001 a 50 000	72	58	37	38	27	26
De 50 001 a 100 000	19	19	16	15	10	11
De 100 001 a 500 000	10	10	7	6	7	3
Mais de 500 000	5	5	4	5	2	1

Tabela 27 - Municípios, total e com Plano Diretor e instrumentos de planejamento urbano contemplados no plano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2005

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Com Plano Diretor					
	Instrumentos de planejamento urbano contemplados no plano					
	Operação urbana consorciada	Estudo de impacto de vizinhança	Código posturas	Zonas especiais de interesse social	Outras zonas especiais	Solo criado
Brasil	751	1 056	1 233	1 242	693	680
Até 5 000	48	77	110	79	35	49
De 5 001 a 10 000	53	78	132	101	48	62
De 10 001 a 20 000	101	147	205	163	86	92
De 20 001 a 50 000	262	386	496	481	250	231
De 50 001 a 100 000	123	177	178	202	119	106
De 100 001 a 500 000	133	160	99	179	126	108
Mais de 500 000	31	31	13	37	29	32
Norte	51	89	143	107	59	46
Até 5 000	-	2	2	1	-	-
De 5 001 a 10 000	2	2	8	5	1	3
De 10 001 a 20 000	3	12	25	11	5	6
De 20 001 a 50 000	22	45	73	53	28	20
De 50 001 a 100 000	15	18	22	23	14	9
De 100 001 a 500 000	8	8	10	12	9	6
Mais de 500 000	1	2	3	2	2	2
Nordeste	202	255	365	332	153	186
Até 5 000	3	3	11	4	2	6
De 5 001 a 10 000	8	11	22	15	7	10
De 10 001 a 20 000	24	26	48	36	14	19
De 20 001 a 50 000	97	122	189	172	68	92
De 50 001 a 100 000	37	56	64	59	27	31
De 100 001 a 500 000	23	27	27	35	26	18
Mais de 500 000	10	10	4	11	9	10
Sudeste	245	345	305	397	227	184
Até 5 000	7	11	19	17	7	3
De 5 001 a 10 000	11	17	30	17	9	6
De 10 001 a 20 000	27	33	31	34	13	13
De 20 001 a 50 000	80	119	134	148	79	54
De 50 001 a 100 000	38	62	50	70	42	37
De 100 001 a 500 000	69	90	37	94	64	58
Mais de 500 000	13	13	4	17	13	13
Sul	204	290	344	326	213	213
Até 5 000	34	57	69	53	24	36
De 5 001 a 10 000	31	45	63	56	29	41
De 10 001 a 20 000	39	62	86	68	46	46
De 20 001 a 50 000	45	64	76	78	59	46
De 50 001 a 100 000	27	32	31	36	28	21
De 100 001 a 500 000	26	29	19	33	25	21
Mais de 500 000	2	1	-	2	2	2
Centro-Oeste	49	77	76	80	41	51
Até 5 000	4	4	9	4	2	4
De 5 001 a 10 000	1	3	9	8	2	2
De 10 001 a 20 000	8	14	15	14	8	8
De 20 001 a 50 000	18	36	24	30	16	19
De 50 001 a 100 000	6	9	11	14	8	8
De 100 001 a 500 000	7	6	6	5	2	5
Mais de 500 000	5	5	2	5	3	5

Tabela 28 - Municípios, total e com Plano Diretor e instrumentos de planejamento urbano contemplados no plano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com Plano Diretor				
		Total	Instrumentos de planejamento urbano contemplados no plano			
			Parcelamento do solo	Zoneamento ou equivalente	Código de obras	Contribuição de melhoria
Brasil	5 565	2 318	1 729	1 776	1 271	1 087
Norte	449	211	140	147	128	104
Rondônia	52	21	13	14	16	16
Acre	22	6	4	6	5	2
Amazonas	62	30	24	24	22	18
Roraima	15	5	2	3	2	2
Pará	143	118	82	82	69	53
Amapá	16	3	3	3	3	2
Tocantins	139	28	12	15	11	11
Nordeste	1 794	627	442	465	360	319
Maranhão	217	90	52	54	41	42
Piauí	224	46	26	28	26	30
Ceará	184	88	71	70	58	36
Rio Grande do Norte	167	30	22	24	11	15
Paraíba	223	45	30	31	19	23
Pernambuco	185	97	74	76	63	52
Alagoas	102	39	27	32	20	24
Sergipe	75	27	20	21	12	13
Bahia	417	165	120	129	110	84
Sudeste	1 668	680	522	534	352	282
Minas Gerais	853	249	180	183	125	109
Espírito Santo	78	56	37	41	23	19
Rio de Janeiro	92	70	57	63	44	29
São Paulo	645	305	248	247	160	125
Sul	1 188	649	524	529	353	309
Paraná	399	245	201	195	171	145
Santa Catarina	293	177	156	155	96	70
Rio Grande do Sul	496	227	167	179	86	94
Centro-Oeste	466	151	101	101	78	73
Mato Grosso do Sul	78	29	18	15	9	10
Mato Grosso	141	41	25	26	22	22
Goiás	246	80	57	59	47	41
Distrito Federal	1	1	1	1	-	-

Tabela 28 - Municípios, total e com Plano Diretor e instrumentos de planejamento urbano contemplados no plano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Com Plano Diretor					
	Instrumentos de planejamento urbano contemplados no plano					
	Operação urbana consorciada	Estudo de impacto de vizinhança	Código posturas	Zonas especiais de interesse social	Outras zonas especiais	Solo criado
Brasil	751	1 056	1 233	1 242	693	680
Norte	51	89	143	107	59	46
Rondônia	5	5	17	14	5	3
Acre	3	4	5	5	4	3
Amazonas	9	21	27	18	9	8
Roraima	1	2	3	-	-	3
Pará	26	47	76	59	35	22
Amapá	3	3	3	3	3	3
Tocantins	4	7	12	8	3	4
Nordeste	202	255	365	332	153	186
Maranhão	22	26	47	36	12	21
Piauí	12	19	34	17	9	12
Ceará	22	39	60	58	22	24
Rio Grande do Norte	20	21	12	23	15	14
Paraíba	19	17	21	19	5	15
Pernambuco	41	45	55	62	31	27
Alagoas	14	16	20	23	13	16
Sergipe	8	14	10	17	8	8
Bahia	44	58	106	77	38	49
Sudeste	245	345	305	397	227	184
Minas Gerais	79	106	117	137	54	46
Espírito Santo	24	31	17	27	19	15
Rio de Janeiro	34	48	37	56	32	29
São Paulo	108	160	134	177	122	94
Sul	204	290	344	326	213	213
Paraná	82	126	163	128	66	97
Santa Catarina	62	83	100	94	69	58
Rio Grande do Sul	60	81	81	104	78	58
Centro-Oeste	49	77	76	80	41	51
Mato Grosso do Sul	9	17	9	13	7	11
Mato Grosso	11	16	21	19	8	10
Goiás	28	43	46	47	25	29
Distrito Federal	1	1	-	1	1	1

Tabela 29 - Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro de ISS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Cadastro imobiliário		Com cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro ISS	
		Total	Informatizado		Total	Informatizada	Total	Informatizado
Brasil	5 565	5 227	4 667	5 211	4 390	3 495	5 073	4 362
Até 5 000	1 257	1 167	1 014	1 178	916	705	1 067	878
De 5 001 a 10 000	1 294	1 192	1 046	1 198	959	734	1 149	959
De 10 001 a 20 000	1 370	1 267	1 116	1 255	1 053	814	1 266	1 074
De 20 001 a 50 000	1 055	1 015	921	993	906	747	1 009	896
De 50 001 a 100 000	316	314	303	314	290	256	312	295
De 100 001 a 500 000	233	232	227	233	226	204	230	221
Mais de 500 000	40	40	40	40	40	35	40	39
Norte	449	371	287	348	323	220	360	281
Até 5 000	87	64	42	61	56	32	45	29
De 5 001 a 10 000	89	70	51	63	56	32	72	57
De 10 001 a 20 000	107	85	67	83	74	52	91	69
De 20 001 a 50 000	113	100	78	89	89	65	100	79
De 50 001 a 100 000	32	31	28	31	28	19	31	27
De 100 001 a 500 000	18	18	18	18	17	17	18	17
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3	3
Nordeste	1 794	1 578	1 238	1 561	1 092	738	1 493	1 117
Até 5 000	225	182	108	182	80	40	136	75
De 5 001 a 10 000	392	321	230	329	194	108	297	195
De 10 001 a 20 000	580	506	393	492	350	223	497	368
De 20 001 a 50 000	432	405	349	394	322	241	402	332
De 50 001 a 100 000	110	109	105	109	92	82	107	98
De 100 001 a 500 000	44	44	42	44	43	36	43	39
Mais de 500 000	11	11	11	11	11	8	11	10
Sudeste	1 668	1 651	1 573	1 661	1 459	1 229	1 603	1 452
Até 5 000	381	374	347	379	299	230	349	294
De 5 001 a 10 000	408	402	378	405	334	275	382	334
De 10 001 a 20 000	351	347	334	349	316	271	347	320
De 20 001 a 50 000	294	294	285	294	283	248	292	277
De 50 001 a 100 000	98	98	95	98	94	85	98	96
De 100 001 a 500 000	118	118	116	118	115	103	117	113
Mais de 500 000	18	18	18	18	18	17	18	18
Sul	1 188	1 174	1 145	1 188	1 092	957	1 164	1 119
Até 5 000	421	412	398	421	361	312	404	379
De 5 001 a 10 000	291	288	280	291	272	233	287	276
De 10 001 a 20 000	229	228	226	229	217	187	228	222
De 20 001 a 50 000	144	144	141	144	141	131	143	140
De 50 001 a 100 000	57	57	56	57	57	52	57	57
De 100 001 a 500 000	43	42	41	43	41	39	42	42
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3	3
Centro-Oeste	466	453	424	453	424	351	453	393
Até 5 000	143	135	119	135	120	91	133	101
De 5 001 a 10 000	114	111	107	110	103	86	111	97
De 10 001 a 20 000	103	101	96	102	96	81	103	95
De 20 001 a 50 000	72	72	68	72	71	62	72	68
De 50 001 a 100 000	19	19	19	19	19	18	19	17
De 100 001 a 500 000	10	10	10	10	10	9	10	10
Mais de 500 000	5	5	5	5	5	4	5	5

Tabela 30 - Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro de ISS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Cadastro imobiliário		Com cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro ISS	
		Total	Informatizado		Total	Informatizada	Total	Informatizado
Brasil	5 565	5 227	4 667	5 211	4 390	3 495	5 073	4 362
Norte	449	371	287	348	323	220	360	281
Rondônia	52	51	51	52	52	51	52	50
Acre	22	21	18	20	18	10	21	19
Amazonas	62	40	28	48	42	24	50	32
Roraima	15	8	4	2	4	3	14	9
Pará	143	126	101	107	102	70	127	99
Amapá	16	12	7	11	9	7	14	10
Tocantins	139	113	78	108	96	55	82	62
Nordeste	1 794	1 578	1 238	1 561	1 092	738	1 493	1 117
Maranhão	217	135	61	98	92	38	173	83
Piauí	224	172	95	176	98	46	151	81
Ceará	184	180	163	180	145	109	172	146
Rio Grande do Norte	167	152	124	150	94	66	131	105
Paraíba	223	205	144	216	111	56	148	85
Pernambuco	185	180	160	182	125	87	164	132
Alagoas	102	87	71	91	64	47	98	79
Sergipe	75	72	62	72	53	38	70	60
Bahia	417	395	358	396	310	251	386	346
Sudeste	1 668	1 651	1 573	1 661	1 459	1 229	1 603	1 452
Minas Gerais	853	842	788	846	705	588	798	686
Espírito Santo	78	77	69	78	73	56	77	67
Rio de Janeiro	92	92	90	92	89	71	92	86
São Paulo	645	640	626	645	592	514	636	613
Sul	1 188	1 174	1 145	1 188	1 092	957	1 164	1 119
Paraná	399	394	383	399	368	318	387	367
Santa Catarina	293	290	289	293	281	261	291	286
Rio Grande do Sul	496	490	473	496	443	378	486	466
Centro-Oeste	466	453	424	453	424	351	453	393
Mato Grosso do Sul	78	77	73	78	72	58	77	70
Mato Grosso	141	139	137	138	132	123	141	134
Goiás	246	236	213	236	219	169	234	188
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 31 - Municípios, total e com existência de taxas instituídas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com existência de taxas instituídas						Não cobra nenhuma taxa
		Taxa de iluminação pública	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incêndio	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas	
Brasil	5 565	3 996	2 785	254	2 394	2 862	1 663	533
Até 5 000	1 257	770	626	15	507	572	345	161
De 5 001 a 10 000	1 294	880	620	11	541	594	378	162
De 10 001 a 20 000	1 370	1 015	642	42	589	686	378	134
De 20 001 a 50 000	1 055	851	514	77	452	601	331	62
De 50 001 a 100 000	316	263	189	57	164	212	117	9
De 100 001 a 500 000	233	187	163	47	121	165	97	5
Mais de 500 000	40	30	31	5	20	32	17	-
Norte	449	310	109	3	104	236	117	55
Até 5 000	87	40	4	-	1	56	27	13
De 5 001 a 10 000	89	51	16	-	15	47	23	16
De 10 001 a 20 000	107	77	30	1	31	56	22	14
De 20 001 a 50 000	113	93	30	2	27	47	29	11
De 50 001 a 100 000	32	28	16	-	16	20	7	1
De 100 001 a 500 000	18	18	11	-	12	7	7	-
Mais de 500 000	3	3	2	-	2	3	2	-
Nordeste	1 794	1 186	360	11	346	737	451	322
Até 5 000	225	103	35	1	28	71	43	77
De 5 001 a 10 000	392	207	48	1	45	124	95	104
De 10 001 a 20 000	580	388	98	1	96	222	115	100
De 20 001 a 50 000	432	341	111	1	108	213	128	38
De 50 001 a 100 000	110	96	41	5	44	68	47	3
De 100 001 a 500 000	44	42	21	1	19	29	16	-
Mais de 500 000	11	9	6	1	6	10	7	-
Sudeste	1 668	1 184	1 111	66	1 088	981	612	72
Até 5 000	381	232	231	2	245	187	133	25
De 5 001 a 10 000	408	291	256	1	278	204	154	18
De 10 001 a 20 000	351	263	250	1	247	207	135	12
De 20 001 a 50 000	294	234	205	19	194	206	103	8
De 50 001 a 100 000	98	67	68	20	57	70	31	5
De 100 001 a 500 000	118	84	84	20	58	93	51	4
Mais de 500 000	18	13	17	3	9	14	5	-
Sul	1 188	1 000	1 028	161	690	647	363	24
Até 5 000	421	326	329	12	204	188	113	16
De 5 001 a 10 000	291	255	262	9	170	159	79	5
De 10 001 a 20 000	229	203	212	37	166	138	81	1
De 20 001 a 50 000	144	125	128	52	85	91	50	1
De 50 001 a 100 000	57	54	53	26	37	40	21	-
De 100 001 a 500 000	43	36	41	24	28	29	19	1
Mais de 500 000	3	1	3	1	-	2	-	-
Centro-Oeste	466	316	177	13	166	261	120	60
Até 5 000	143	69	27	-	29	70	29	30
De 5 001 a 10 000	114	76	38	-	33	60	27	19
De 10 001 a 20 000	103	84	52	2	49	63	25	7
De 20 001 a 50 000	72	58	40	3	38	44	21	4
De 50 001 a 100 000	19	18	11	6	10	14	11	-
De 100 001 a 500 000	10	7	6	2	4	7	4	-
Mais de 500 000	5	4	3	-	3	3	3	-

Tabela 32 - Municípios, total e com existência de taxas instituídas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com existência de taxas instituídas						Não cobra nenhuma taxa taxa
		Taxa de iluminação pública	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incêndio	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas	
Brasil	5 565	3 996	2 785	254	2 394	2 862	1 663	533
Norte	449	310	109	3	104	236	117	55
Rondônia	52	45	32	2	28	39	12	-
Acre	22	22	14	-	12	22	5	-
Amazonas	62	31	15	-	12	11	3	21
Roraima	15	4	1	-	2	2	3	6
Pará	143	131	39	1	42	57	43	5
Amapá	16	2	-	-	2	16	11	-
Tocantins	139	75	8	-	6	89	40	23
Nordeste	1 794	1 186	360	11	346	737	451	322
Maranhão	217	200	7	-	7	28	33	14
Piauí	224	136	36	1	39	30	61	64
Ceará	184	157	6	1	5	147	76	6
Rio Grande do Norte	167	107	76	-	72	109	45	29
Paraíba	223	117	51	1	39	124	64	46
Pernambuco	185	144	101	6	105	41	53	23
Alagoas	102	86	32	1	28	12	20	13
Sergipe	75	40	14	1	9	51	18	8
Bahia	417	199	37	-	42	195	81	119
Sudeste	1 668	1 184	1 111	66	1 088	981	612	72
Minas Gerais	853	718	543	10	577	510	346	27
Espírito Santo	78	77	72	-	70	56	39	-
Rio de Janeiro	92	74	71	3	64	71	27	-
São Paulo	645	315	425	53	377	344	200	45
Sul	1 188	1 000	1 028	161	690	647	363	24
Paraná	399	377	365	72	304	227	138	4
Santa Catarina	293	265	266	55	165	185	75	2
Rio Grande do Sul	496	358	397	34	221	235	150	18
Centro-Oeste	466	316	177	13	166	261	120	60
Mato Grosso do Sul	78	66	46	2	42	52	22	1
Mato Grosso	141	140	84	5	71	108	17	-
Goiás	246	109	47	6	52	101	81	59
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-	-

Tabela 33 - Municípios, total e com mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos, por mecanismo de incentivo utilizado e tipo de empreendimento beneficiado nos últimos 24 meses, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com mecanismos de incentivo à implementação de empreendimentos								Não utilizou mecanismos de incentivo nos últimos 24 meses
		Total (1)	Mecanismo de incentivo utilizado e tipo de empreendimento beneficiado nos últimos 24 meses							
			Isenção parcial do IPTU	Isenção total do IPTU	Isenção do ISS	Isenção de taxas	Cessão de terrenos	Doação de terrenos	Outro	
Brasil	5 565	3 134	937	784	889	882	1 358	1 314	652	368
Até 5 000	1 257	618	135	94	119	140	268	212	155	97
De 5 001 a 10 000	1 294	608	144	112	128	133	246	241	131	76
De 10 001 a 20 000	1 370	706	196	161	185	200	297	308	118	99
De 20 001 a 50 000	1 055	710	215	199	224	212	331	367	126	70
De 50 001 a 100 000	316	257	114	95	101	96	131	116	61	15
De 100 001 a 500 000	233	198	106	103	109	83	75	63	49	10
Mais de 500 000	40	37	27	20	23	18	10	7	12	1
Norte	449	221	68	35	38	50	102	115	37	20
Até 5 000	87	35	5	1	5	3	14	12	5	7
De 5 001 a 10 000	89	35	7	3	7	5	12	23	6	4
De 10 001 a 20 000	107	50	12	11	8	14	21	23	7	6
De 20 001 a 50 000	113	66	27	6	9	18	39	43	12	3
De 50 001 a 100 000	32	22	8	8	6	4	10	12	5	-
De 100 001 a 500 000	18	10	6	4	2	3	6	2	2	-
Mais de 500 000	3	3	3	2	1	3	-	-	-	-
Nordeste	1 794	717	193	136	200	150	247	328	99	133
Até 5 000	225	51	10	5	10	9	15	21	8	13
De 5 001 a 10 000	392	108	21	16	21	17	30	44	14	21
De 10 001 a 20 000	580	197	47	27	48	36	54	85	20	48
De 20 001 a 50 000	432	232	58	45	66	46	95	122	31	37
De 50 001 a 100 000	110	79	31	21	26	23	28	39	14	10
De 100 001 a 500 000	44	41	21	18	23	16	23	15	9	3
Mais de 500 000	11	9	5	4	6	3	2	2	3	1
Sudeste	1 668	946	287	288	282	261	409	360	169	103
Até 5 000	381	156	31	33	31	31	61	58	26	29
De 5 001 a 10 000	408	167	41	36	33	36	67	62	31	23
De 10 001 a 20 000	351	205	53	50	51	54	101	75	29	23
De 20 001 a 50 000	294	218	55	75	63	61	96	96	37	20
De 50 001 a 100 000	98	85	38	35	35	29	48	39	17	3
De 100 001 a 500 000	118	98	56	50	56	41	30	28	24	5
Mais de 500 000	18	17	13	9	13	9	6	2	5	-
Sul	1 188	919	295	255	255	314	479	326	297	66
Até 5 000	421	295	71	51	59	84	153	87	103	26
De 5 001 a 10 000	291	219	55	45	47	53	107	66	69	22
De 10 001 a 20 000	229	180	62	61	51	70	98	77	51	11
De 20 001 a 50 000	144	129	55	49	53	57	72	64	39	5
De 50 001 a 100 000	57	54	31	24	24	31	34	18	19	-
De 100 001 a 500 000	43	39	19	24	20	18	14	13	14	2
Mais de 500 000	3	3	2	1	1	1	1	1	2	-
Centro-Oeste	466	331	94	70	114	107	121	185	50	46
Até 5 000	143	81	18	4	14	13	25	34	13	22
De 5 001 a 10 000	114	79	20	12	20	22	30	46	11	6
De 10 001 a 20 000	103	74	22	12	27	26	23	48	11	11
De 20 001 a 50 000	72	65	20	24	33	30	29	42	7	5
De 50 001 a 100 000	19	17	6	7	10	9	11	8	6	2
De 100 001 a 500 000	10	10	4	7	8	5	2	5	-	-
Mais de 500 000	5	5	4	4	2	2	1	2	2	-

Tabela 33 - Municípios, total e com mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos, por mecanismo de incentivo utilizado e tipo de empreendimento beneficiado nos últimos 24 meses, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Com mecanismos de incentivo à implementação de empreendimentos				
	Mecanismo de incentivo utilizado e tipo de empreendimento beneficiado nos últimos 24 meses				
	Industrial	Comercial e serviços	Turismo, esporte e lazer	Agropecuário	Outro
Brasil	1 797	1 268	396	474	470
Até 5 000	325	203	53	119	79
De 5 001 a 10 000	325	229	56	91	85
De 10 001 a 20 000	376	270	89	103	105
De 20 001 a 50 000	408	314	111	100	123
De 50 001 a 100 000	191	119	30	35	44
De 100 001 a 500 000	149	109	44	24	26
Mais de 500 000	23	24	13	2	8
Norte	78	105	47	26	60
Até 5 000	9	16	2	3	10
De 5 001 a 10 000	9	18	3	4	5
De 10 001 a 20 000	15	20	16	4	11
De 20 001 a 50 000	25	36	20	8	22
De 50 001 a 100 000	14	9	2	4	8
De 100 001 a 500 000	5	4	2	3	3
Mais de 500 000	1	2	2	-	1
Nordeste	231	266	119	99	145
Até 5 000	7	19	12	9	7
De 5 001 a 10 000	17	44	19	17	23
De 10 001 a 20 000	49	58	29	30	43
De 20 001 a 50 000	82	88	39	30	49
De 50 001 a 100 000	44	29	7	8	14
De 100 001 a 500 000	28	22	8	5	7
Mais de 500 000	4	6	5	-	2
Sudeste	601	398	106	107	121
Até 5 000	78	44	11	22	21
De 5 001 a 10 000	94	62	13	19	21
De 10 001 a 20 000	124	84	22	22	23
De 20 001 a 50 000	142	101	23	22	30
De 50 001 a 100 000	71	42	12	10	14
De 100 001 a 500 000	79	53	21	11	10
Mais de 500 000	13	12	4	1	2
Sul	690	364	96	212	103
Até 5 000	200	96	22	77	33
De 5 001 a 10 000	162	75	15	44	22
De 10 001 a 20 000	140	77	16	42	20
De 20 001 a 50 000	108	59	25	34	15
De 50 001 a 100 000	50	29	7	10	6
De 100 001 a 500 000	29	27	10	5	6
Mais de 500 000	1	1	1	-	1
Centro-Oeste	197	135	28	30	41
Até 5 000	31	28	6	8	8
De 5 001 a 10 000	43	30	6	7	14
De 10 001 a 20 000	48	31	6	5	8
De 20 001 a 50 000	51	30	4	6	7
De 50 001 a 100 000	12	10	2	3	2
De 100 001 a 500 000	8	3	3	-	-
Mais de 500 000	4	3	1	1	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os que não aplicaram nos últimos 24 meses.

Tabela 34 - Municípios, total e com mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos, por de mecanismo de incentivo utilizado e tipo de empreendimento beneficiado nos últimos 24 meses, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com mecanismos de incentivo à implementação de empreendimentos								
		Total (1)	Mecanismo de incentivo utilizado e tipo de empreendimento beneficiado nos últimos 24 meses							Não utili- zou meca- nismos de incentivo nos últi- mos 24 meses
			Isenção parcial do IPTU	Isenção total do IPTU	Isenção do ISS	Isenção de taxas	Cessão de terrenos	Doação de terrenos	Outro	
Brasil	5 565	3 134	937	784	889	882	1 358	1 314	652	368
Norte	449	221	68	35	38	50	102	115	37	20
Rondônia	52	25	5	6	4	6	12	13	5	5
Acre	22	10	3	3	3	3	6	7	1	-
Amazonas	62	36	17	7	4	7	13	21	2	-
Roraima	15	3	-	-	1	2	2	2	3	-
Pará	143	77	31	14	16	23	39	39	14	6
Amapá	16	6	1	1	1	2	6	1	1	-
Tocantins	139	64	11	4	9	7	24	32	11	9
Nordeste	1 794	717	193	136	200	150	247	328	99	133
Maranhão	217	91	21	19	21	16	26	41	12	14
Piauí	224	55	6	12	12	15	20	25	8	13
Ceará	184	103	27	23	36	25	36	56	16	14
Rio Grande do Norte	167	78	23	10	26	13	31	35	10	14
Paraíba	223	53	12	12	15	9	19	18	4	11
Pernambuco	185	83	26	14	24	19	24	27	7	23
Alagoas	102	41	16	6	7	7	10	22	6	6
Sergipe	75	32	16	7	8	2	13	13	4	7
Bahia	417	181	46	33	51	44	68	91	32	31
Sudeste	1 668	946	287	288	282	261	409	360	169	103
Minas Gerais	853	395	100	68	83	72	191	167	44	60
Espírito Santo	78	41	15	7	11	7	11	15	10	4
Rio de Janeiro	92	76	31	31	34	30	28	11	11	8
São Paulo	645	434	141	182	154	152	179	167	104	31
Sul	1 188	919	295	255	255	314	479	326	297	66
Paraná	399	313	105	99	78	110	190	118	83	12
Santa Catarina	293	237	74	73	95	97	136	87	60	21
Rio Grande do Sul	496	369	116	83	82	107	153	121	154	33
Centro-Oeste	466	331	94	70	114	107	121	185	50	46
Mato Grosso do Sul	78	63	20	23	37	29	28	51	15	2
Mato Grosso	141	105	35	22	31	37	39	45	10	12
Goiás	246	162	38	24	46	41	54	89	25	32
Distrito Federal	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-

Tabela 34 - Municípios, total e com mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos, por tipos de mecanismo de incentivo utilizado e tipo de empreendimento beneficiado nos últimos 24 meses, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Com mecanismos de incentivo à implementação de empreendimentos				
	Mecanismo de incentivo utilizado e tipo de empreendimento beneficiado nos últimos 24 meses				
	Industrial	Comercial e serviços	Turismo, esporte e lazer	Agrário	Outro
Brasil	1 797	1 268	396	474	470
Norte	78	105	47	26	60
Rondônia	12	8	2	2	5
Acre	5	3	1	2	3
Amazonas	8	21	19	3	8
Roraima	1	3	1	1	1
Pará	32	33	16	11	26
Amapá	1	3	2	1	3
Tocantins	19	34	6	6	14
Nordeste	231	266	119	99	145
Maranhão	12	38	13	22	30
Piauí	8	25	10	8	9
Ceará	49	30	19	16	20
Rio Grande do Norte	22	36	21	6	9
Paraíba	18	17	12	4	6
Pernambuco	28	26	9	8	13
Alagoas	11	18	5	6	9
Sergipe	9	5	6	1	15
Bahia	74	71	24	28	34
Sudeste	601	398	106	107	121
Minas Gerais	226	164	47	61	31
Espírito Santo	19	16	9	3	9
Rio de Janeiro	47	38	13	10	13
São Paulo	309	180	37	33	68
Sul	690	364	96	212	103
Paraná	257	136	37	50	32
Santa Catarina	175	86	26	47	29
Rio Grande do Sul	258	142	33	115	42
Centro-Oeste	197	135	28	30	41
Mato Grosso do Sul	54	34	7	4	3
Mato Grosso	60	51	8	9	10
Goiás	82	50	13	17	28
Distrito Federal	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os que não aplicaram nos últimos 24 meses.

Tabela 35 - Municípios, total e com mecanismos de restrição à implantação de empreendimentos, por mecanismo de restrição utilizado e tipo de empreendimento onde foi aplicado nos últimos 24 meses, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com mecanismos de restrição à implementação de empreendimentos									
		Total (1)	Mecanismo de restrição utilizados nos últimos 24 meses			Não utilizou mecanismos de restrição nos últimos 24 meses	Tipo de empreendimento onde foi aplicado nos últimos 24 meses				
			Legislação	Tributação	Outro		Indústria poluidora	Indústria extrativa	Comercial e serviços	Turismo, esporte e lazer	Outro
Brasil	5 565	1 310	839	162	112	351	546	210	273	67	181
Até 5 000	1 257	152	82	17	9	58	47	15	25	4	20
De 5 001 a 10 000	1 294	206	107	24	16	73	67	24	35	6	26
De 10 001 a 20 000	1 370	304	174	52	29	93	100	44	69	19	38
De 20 001 a 50 000	1 055	350	230	40	38	88	149	70	65	22	49
De 50 001 a 100 000	316	145	112	14	9	25	78	26	29	6	19
De 100 001 a 500 000	233	126	110	10	8	12	86	27	37	8	23
Mais de 500 000	40	27	24	5	3	2	19	4	13	2	6
Norte	449	85	46	27	11	22	25	16	26	7	16
Até 5 000	87	6	3	1	-	3	-	-	3	1	-
De 5 001 a 10 000	89	11	2	5	1	5	2	1	-	-	4
De 10 001 a 20 000	107	21	8	6	1	8	4	4	6	2	1
De 20 001 a 50 000	113	29	17	10	7	5	8	5	9	3	8
De 50 001 a 100 000	32	13	11	3	1	1	8	6	5	-	1
De 100 001 a 500 000	18	3	3	-	-	-	1	-	1	-	2
Mais de 500 000	3	2	2	2	1	-	2	-	2	1	-
Nordeste	1 794	308	155	58	34	110	73	47	65	30	37
Até 5 000	225	11	6	3	-	3	3	2	3	1	1
De 5 001 a 10 000	392	20	8	6	2	5	2	4	5	2	3
De 10 001 a 20 000	580	93	35	18	9	42	11	7	21	10	13
De 20 001 a 50 000	432	113	57	21	17	44	26	19	21	9	12
De 50 001 a 100 000	110	37	22	4	4	10	10	7	6	4	6
De 100 001 a 500 000	44	26	20	4	2	5	16	7	6	3	2
Mais de 500 000	11	8	7	2	-	1	5	1	3	1	-
Sudeste	1 668	445	315	30	30	100	224	76	81	13	63
Até 5 000	381	46	24	5	2	19	14	5	4	-	8
De 5 001 a 10 000	408	74	42	6	6	25	26	10	15	3	7
De 10 001 a 20 000	351	81	51	9	8	21	32	16	16	1	6
De 20 001 a 50 000	294	118	89	4	5	23	65	25	19	6	16
De 50 001 a 100 000	98	51	43	3	2	6	36	7	6	-	8
De 100 001 a 500 000	118	64	55	3	5	6	42	11	15	3	15
Mais de 500 000	18	11	11	-	2	-	9	2	6	-	3
Sul	1 188	363	267	37	32	75	193	59	82	12	53
Até 5 000	421	72	44	7	6	23	30	5	12	2	10
De 5 001 a 10 000	291	74	46	5	6	22	33	7	11	1	10
De 10 001 a 20 000	229	88	66	17	10	17	43	17	22	3	17
De 20 001 a 50 000	144	64	50	2	7	9	41	15	12	2	9
De 50 001 a 100 000	57	34	31	3	2	3	22	6	10	2	2
De 100 001 a 500 000	43	29	29	3	1	-	24	9	14	2	4
Mais de 500 000	3	2	1	-	-	1	-	-	1	-	1
Centro-Oeste	466	109	56	10	5	44	31	12	19	5	12
Até 5 000	143	17	5	1	1	10	-	3	3	-	1
De 5 001 a 10 000	114	27	9	2	1	16	4	2	4	-	2
De 10 001 a 20 000	103	21	14	2	1	5	10	-	4	3	1
De 20 001 a 50 000	72	26	17	3	2	7	9	6	4	2	4
De 50 001 a 100 000	19	10	5	1	-	5	2	-	2	-	2
De 100 001 a 500 000	10	4	3	-	-	1	3	-	1	-	-
Mais de 500 000	5	4	3	1	-	-	3	1	1	-	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os que não aplicaram nos últimos 24 meses.

Tabela 36 - Municípios, total e com mecanismos de restrição à implantação de empreendimentos, por mecanismo de restrição utilizado e tipo de empreendimento onde foi aplicado nos últimos 24 meses, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Com mecanismos de restrição à implementação de empreendimentos									
		Total (1)	Mecanismo de restrição utilizados nos últimos 24 meses			Não utilizou mecanis- mos de restrição nos últimos 24 meses	Tipo de empreendimento onde foi aplicado nos últimos 24 meses				
			Legis- lação	Tribu- tação	Outro		Indústria poluidora	Indústria extrativa	Comer- cial e serviços	Turismo, esporte e lazer	Outro
Brasil	5 565	1 310	839	162	112	351	546	210	273	67	181
Norte	449	85	46	27	11	22	25	16	26	7	16
Rondônia	52	11	6	1	-	4	3	1	2	-	2
Acre	22	6	1	-	1	4	1	-	1	-	-
Amazonas	62	12	6	4	2	3	5	3	5	2	1
Roraima	15	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Pará	143	42	27	17	6	7	13	11	13	4	9
Amapá	16	2	2	1	-	-	-	-	1	-	1
Tocantins	139	11	4	4	2	3	3	1	4	1	3
Nordeste	1 794	308	155	58	34	110	73	47	65	30	37
Maranhão	217	40	20	13	4	9	9	5	14	3	7
Piauí	224	16	8	2	1	7	3	1	3	-	2
Ceará	184	35	19	5	5	10	10	5	6	5	5
Rio Grande do Norte	167	17	9	2	1	7	2	1	4	1	2
Paraíba	223	22	11	5	2	7	6	5	6	5	-
Pernambuco	185	52	24	5	3	25	9	3	8	7	5
Alagoas	102	22	12	5	3	6	4	3	3	3	4
Sergipe	75	6	3	-	1	3	1	2	-	-	-
Bahia	417	98	49	21	14	36	29	22	21	6	12
Sudeste	1 668	445	315	30	30	100	224	76	81	13	63
Minas Gerais	853	189	118	16	6	63	82	35	33	4	9
Espírito Santo	78	23	19	2	1	1	15	9	5	-	2
Rio de Janeiro	92	37	31	2	2	6	21	8	10	2	10
São Paulo	645	196	147	10	21	30	106	24	33	7	42
Sul	1 188	363	267	37	32	75	193	59	82	12	53
Paraná	399	154	120	22	13	25	86	27	40	5	23
Santa Catarina	293	99	66	10	8	29	48	20	23	2	14
Rio Grande do Sul	496	110	81	5	11	21	59	12	19	5	16
Centro-Oeste	466	109	56	10	5	44	31	12	19	5	12
Mato Grosso do Sul	78	22	13	2	-	8	8	1	5	1	2
Mato Grosso	141	25	14	3	-	10	7	1	6	2	2
Goiás	246	61	29	4	5	26	16	10	7	2	8
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os que não aplicaram nos últimos 24 meses.

Tabela 37 - Municípios, total e com distrito industrial, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Com distrito industrial		Total	Com distrito industrial
Brasil	5 565	1 414	Sudeste	1 668	613
Até 5 000	1 257	158	Até 5 000	381	70
De 5 001 a 10 000	1 294	214	De 5 001 a 10 000	408	83
De 10 001 a 20 000	1 370	293	De 10 001 a 20 000	351	129
De 20 001 a 50 000	1 055	366	De 20 001 a 50 000	294	166
De 50 001 a 100 000	316	189	De 50 001 a 100 000	98	74
De 100 001 a 500 000	233	165	De 100 001 a 500 000	118	80
Mais de 500 000	40	29	Mais de 500 000	18	11
Norte	449	48	Sul	1 188	441
Até 5 000	87	1	Até 5 000	421	82
De 5 001 a 10 000	89	5	De 5 001 a 10 000	291	96
De 10 001 a 20 000	107	7	De 10 001 a 20 000	229	105
De 20 001 a 50 000	113	11	De 20 001 a 50 000	144	82
De 50 001 a 100 000	32	10	De 50 001 a 100 000	57	41
De 100 001 a 500 000	18	11	De 100 001 a 500 000	43	32
Mais de 500 000	3	3	Mais de 500 000	3	3
Nordeste	1 794	176	Centro-Oeste	466	136
Até 5 000	225	-	Até 5 000	143	5
De 5 001 a 10 000	392	4	De 5 001 a 10 000	114	26
De 10 001 a 20 000	580	15	De 10 001 a 20 000	103	37
De 20 001 a 50 000	432	63	De 20 001 a 50 000	72	44
De 50 001 a 100 000	110	52	De 50 001 a 100 000	19	12
De 100 001 a 500 000	44	34	De 100 001 a 500 000	10	8
Mais de 500 000	11	8	Mais de 500 000	5	4

Tabela 38 - Municípios, total e distrito industrial, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Com distrito industrial		Total	Com distrito industrial
Brasil	5 565	1 414	Nordeste		
Norte	449	48	Sergipe	75	14
Rondônia	52	10	Bahia	417	46
Acre	22	6	Sudeste	1 668	613
Amazonas	62	1	Minas Gerais	853	173
Roraima	15	3	Espírito Santo	78	19
Pará	143	15	Rio de Janeiro	92	40
Amapá	16	2	São Paulo	645	381
Tocantins	139	11	Sul	1 188	441
Nordeste	1 794	176	Paraná	399	134
Maranhão	217	14	Santa Catarina	293	117
Piauí	224	4	Rio Grande do Sul	496	190
Ceará	184	25	Centro-Oeste	466	136
Rio Grande do Norte	167	11	Mato Grosso do Sul	78	29
Paraíba	223	13	Mato Grosso	141	40
Pernambuco	185	33	Goiás	246	66
Alagoas	102	16	Distrito Federal	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 39 - Municípios, total, com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de desenvolvimento urbano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de desenvol- vimento urbano
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	847	531	391	296	231
Até 5 000	1 257	157	87	61	32	17
De 5 001 a 10 000	1 294	159	89	70	45	27
De 10 001 a 20 000	1 370	183	122	90	51	37
De 20 001 a 50 000	1 055	211	122	86	61	67
De 50 001 a 100 000	316	68	55	30	38	39
De 100 001 a 500 000	233	61	48	44	51	33
Mais de 500 000	40	8	8	10	18	11
Norte	449	67	44	24	17	21
Até 5 000	87	10	4	2	1	2
De 5 001 a 10 000	89	8	11	8	3	5
De 10 001 a 20 000	107	14	11	6	3	2
De 20 001 a 50 000	113	27	15	5	4	9
De 50 001 a 100 000	32	8	2	-	2	2
De 100 001 a 500 000	18	-	1	3	2	-
Mais de 500 000	3	-	-	-	2	1
Nordeste	1 794	162	138	133	51	50
Até 5 000	225	9	13	10	4	1
De 5 001 a 10 000	392	25	13	17	3	5
De 10 001 a 20 000	580	44	42	40	10	7
De 20 001 a 50 000	432	56	38	42	10	14
De 50 001 a 100 000	110	16	18	10	9	10
De 100 001 a 500 000	44	9	12	11	12	8
Mais de 500 000	11	3	2	3	3	5
Sudeste	1 668	333	166	111	123	83
Até 5 000	381	59	21	15	10	3
De 5 001 a 10 000	408	59	34	24	22	6
De 10 001 a 20 000	351	70	30	20	18	15
De 20 001 a 50 000	294	81	36	20	22	23
De 50 001 a 100 000	98	28	17	7	17	17
De 100 001 a 500 000	118	33	25	20	25	16
Mais de 500 000	18	3	3	5	9	3
Sul	1 188	198	102	71	81	60
Até 5 000	421	65	28	23	15	9
De 5 001 a 10 000	291	39	21	12	15	7
De 10 001 a 20 000	229	37	23	14	16	12
De 20 001 a 50 000	144	26	14	10	13	14
De 50 001 a 100 000	57	12	9	7	8	9
De 100 001 a 500 000	43	18	6	5	12	8
Mais de 500 000	3	1	1	-	2	1
Centro-Oeste	466	87	81	52	24	17
Até 5 000	143	14	21	11	2	2
De 5 001 a 10 000	114	28	10	9	2	4
De 10 001 a 20 000	103	18	16	10	4	1
De 20 001 a 50 000	72	21	19	9	12	7
De 50 001 a 100 000	19	4	9	6	2	1
De 100 001 a 500 000	10	1	4	5	2	1
Mais de 500 000	5	1	2	2	-	1

Tabela 40 - Municípios, total, com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de desenvolvimento urbano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de desenvol- vimento urbano
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	847	531	391	296	231
Norte	449	67	44	24	17	21
Rondônia	52	6	1	2	2	-
Acre	22	5	-	-	1	-
Amazonas	62	10	16	4	3	1
Roraima	15	-	6	6	-	1
Pará	143	31	10	5	8	11
Amapá	16	2	-	-	1	1
Tocantins	139	13	11	7	2	7
Nordeste	1 794	162	138	133	51	50
Maranhão	217	22	23	20	4	5
Piauí	224	19	6	4	4	4
Ceará	184	27	10	7	8	7
Rio Grande do Norte	167	5	5	5	1	2
Paraíba	223	14	9	9	3	5
Pernambuco	185	36	18	19	9	7
Alagoas	102	5	5	9	5	1
Sergipe	75	-	12	13	3	3
Bahia	417	34	50	47	14	16
Sudeste	1 668	333	166	111	123	83
Minas Gerais	853	129	47	38	50	38
Espírito Santo	78	21	20	8	6	3
Rio de Janeiro	92	18	10	11	17	12
São Paulo	645	165	89	54	50	30
Sul	1 188	198	102	71	81	60
Paraná	399	65	52	30	25	17
Santa Catarina	293	57	18	12	19	16
Rio Grande do Sul	496	76	32	29	37	27
Centro-Oeste	466	87	81	52	24	17
Mato Grosso do Sul	78	15	19	14	6	5
Mato Grosso	141	47	20	6	5	7
Goiás	246	25	42	32	13	5
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-

Tabela 41 - Municípios, total e com programas ou ações de geração de trabalho e renda e política de apoio ao primeiro emprego de jovens e adolescentes, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com programa ou ações de geração de trabalho e renda									Com política de apoio ao primeiro emprego de jovens e adolescentes
		Total	Público alvo								
			Adolescente	Jovens	Indígena	Pessoas com deficiência	Idosos	População de baixa renda	População residente	Outros	
Brasil	5 565	3 307	1 703	2 206	87	440	675	2 389	961	234	1 652
Até 5 000	1 257	578	239	329	5	47	97	388	176	45	204
De 5 001 a 10 000	1 294	662	313	419	13	53	123	473	179	36	270
De 10 001 a 20 000	1 370	798	412	536	24	93	167	589	201	63	355
De 20 001 a 50 000	1 055	758	424	524	23	96	163	558	223	47	434
De 50 001 a 100 000	316	264	150	194	9	64	62	184	82	19	190
De 100 001 a 500 000	233	210	140	170	9	69	52	166	79	20	167
Mais de 500 000	40	37	25	34	4	18	11	31	21	4	32
Norte	449	287	160	216	29	40	77	189	42	24	133
Até 5 000	87	54	26	37	-	3	6	29	5	4	16
De 5 001 a 10 000	89	49	26	41	3	4	12	29	3	4	24
De 10 001 a 20 000	107	64	38	49	12	8	24	48	9	5	28
De 20 001 a 50 000	113	76	43	52	9	12	20	52	14	6	35
De 50 001 a 100 000	32	26	12	21	3	8	9	16	7	3	16
De 100 001 a 500 000	18	15	12	13	2	3	5	13	3	2	11
Mais de 500 000	3	3	3	3	-	2	1	2	1	-	3
Nordeste	1 794	1 131	627	843	21	135	251	839	259	73	503
Até 5 000	225	104	53	70	-	11	24	75	27	5	26
De 5 001 a 10 000	392	217	106	155	3	16	40	168	46	7	73
De 10 001 a 20 000	580	355	200	269	6	41	72	256	63	33	146
De 20 001 a 50 000	432	309	183	233	6	31	75	229	86	20	151
De 50 001 a 100 000	110	91	49	72	3	20	23	63	20	4	62
De 100 001 a 500 000	44	44	31	36	3	11	14	37	13	4	35
Mais de 500 000	11	11	5	8	-	5	3	11	4	-	10
Sudeste	1 668	963	508	599	9	130	186	732	292	68	464
Até 5 000	381	167	79	96	1	9	29	126	43	12	37
De 5 001 a 10 000	408	189	96	108	-	13	39	141	47	11	61
De 10 001 a 20 000	351	195	89	108	3	18	39	159	55	14	81
De 20 001 a 50 000	294	211	115	129	2	29	37	158	59	14	129
De 50 001 a 100 000	98	81	51	60	2	20	19	56	34	6	62
De 100 001 a 500 000	118	105	66	83	1	35	20	81	44	9	82
Mais de 500 000	18	15	12	15	-	6	3	11	10	2	12
Sul	1 188	659	281	389	17	97	94	441	278	59	381
Até 5 000	421	191	61	98	3	18	21	115	79	21	85
De 5 001 a 10 000	291	142	58	78	5	12	18	96	60	11	71
De 10 001 a 20 000	229	119	53	70	2	19	18	78	54	8	70
De 20 001 a 50 000	144	114	53	75	1	17	18	82	47	7	82
De 50 001 a 100 000	57	50	26	31	1	11	8	36	18	6	39
De 100 001 a 500 000	43	40	28	34	3	18	10	31	18	5	32
Mais de 500 000	3	3	2	3	2	2	1	3	2	1	2
Centro-Oeste	466	267	127	159	11	38	67	188	90	10	171
Até 5 000	143	62	20	28	1	6	17	43	22	3	40
De 5 001 a 10 000	114	65	27	37	2	8	14	39	23	3	41
De 10 001 a 20 000	103	65	32	40	1	7	14	48	20	3	30
De 20 001 a 50 000	72	48	30	35	5	7	13	37	17	-	37
De 50 001 a 100 000	19	16	12	10	-	5	3	13	3	-	11
De 100 001 a 500 000	10	6	3	4	-	2	3	4	1	-	7
Mais de 500 000	5	5	3	5	2	3	3	4	4	1	5

Tabela 42 - Municípios, total e com programas ou ações de geração de trabalho e renda e política de apoio ao primeiro emprego de jovens e adolescentes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										Com política de apoio ao primeiro emprego de jovens e adolescentes
	Total	Com programa ou ações de geração de trabalho e renda									
		Total	Público alvo								
			Adolescente	Jovens	Indígena	Pessoas com deficiência	Idosos	População de baixa renda	População residente	Outros	
Brasil	5 565	3 307	1 703	2 206	87	440	675	2 389	961	234	1 652
Norte	449	287	160	216	29	40	77	189	42	24	133
Rondônia	52	31	17	18	-	2	4	18	1	4	11
Acre	22	17	11	12	3	2	6	17	3	2	12
Amazonas	62	38	24	26	14	10	15	24	8	2	18
Roraima	15	7	6	7	3	-	3	6	-	-	6
Pará	143	86	49	66	6	20	32	61	22	7	41
Amapá	16	8	2	7	1	1	2	2	1	-	3
Tocantins	139	100	51	80	2	5	15	61	7	9	42
Nordeste	1 794	1 131	627	843	21	135	251	839	259	73	503
Maranhão	217	113	54	79	2	15	20	81	20	12	29
Piauí	224	128	70	95	-	20	32	113	19	2	35
Ceará	184	132	76	105	7	18	32	90	28	10	91
Rio Grande do Norte	167	89	52	71	-	8	25	51	27	4	53
Paraíba	223	145	87	106	1	14	33	106	26	4	43
Pernambuco	185	147	84	117	3	19	37	102	44	13	94
Alagoas	102	74	45	53	2	10	15	54	21	9	40
Sergipe	75	53	30	36	2	3	11	35	13	6	20
Bahia	417	250	129	181	4	28	46	207	61	13	98
Sudeste	1 668	963	508	599	9	130	186	732	292	68	464
Minas Gerais	853	372	205	246	5	44	73	266	105	15	178
Espírito Santo	78	59	27	34	2	5	12	43	20	5	24
Rio de Janeiro	92	73	39	54	2	16	15	52	28	7	39
São Paulo	645	459	237	265	-	65	86	371	139	41	223
Sul	1 188	659	281	389	17	97	94	441	278	59	381
Paraná	399	252	116	158	8	39	37	175	114	17	147
Santa Catarina	293	134	68	84	2	25	25	97	60	13	83
Rio Grande do Sul	496	273	97	147	7	33	32	169	104	29	151
Centro-Oeste	466	267	127	159	11	38	67	188	90	10	171
Mato Grosso do Sul	78	54	29	36	6	6	14	36	21	1	29
Mato Grosso	141	75	35	41	2	13	13	64	27	2	32
Goiás	246	137	62	81	2	18	39	87	41	7	109
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1

Tabela 43 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de emprego e/ou trabalho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de emprego e/ou trabalho
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	159	341	257	408	280
Até 5 000	1 257	19	32	30	40	26
De 5 001 a 10 000	1 294	33	49	33	57	29
De 10 001 a 20 000	1 370	37	74	59	63	38
De 20 001 a 50 000	1 055	34	85	51	106	81
De 50 001 a 100 000	316	15	50	29	62	44
De 100 001 a 500 000	233	18	45	40	63	50
Mais de 500 000	40	3	6	15	17	12
Norte	449	10	33	16	15	21
Até 5 000	87	1	2	1	2	1
De 5 001 a 10 000	89	1	4	3	2	2
De 10 001 a 20 000	107	3	10	8	2	2
De 20 001 a 50 000	113	4	11	2	3	12
De 50 001 a 100 000	32	1	4	1	3	3
De 100 001 a 500 000	18	-	2	1	1	-
Mais de 500 000	3	-	-	-	2	1
Nordeste	1 794	33	101	95	92	53
Até 5 000	225	1	9	11	2	2
De 5 001 a 10 000	392	8	15	15	8	4
De 10 001 a 20 000	580	12	24	23	15	7
De 20 001 a 50 000	432	4	26	25	32	17
De 50 001 a 100 000	110	5	15	5	13	9
De 100 001 a 500 000	44	3	11	12	16	11
Mais de 500 000	11	-	1	4	6	3
Sudeste	1 668	60	106	72	133	107
Até 5 000	381	7	5	5	4	5
De 5 001 a 10 000	408	12	12	7	18	8
De 10 001 a 20 000	351	10	15	12	20	16
De 20 001 a 50 000	294	12	26	13	28	26
De 50 001 a 100 000	98	7	18	10	25	21
De 100 001 a 500 000	118	10	27	19	31	25
Mais de 500 000	18	2	3	6	7	6
Sul	1 188	45	56	38	138	75
Até 5 000	421	9	10	8	29	12
De 5 001 a 10 000	291	10	8	2	23	9
De 10 001 a 20 000	229	10	14	9	22	10
De 20 001 a 50 000	144	9	11	5	32	19
De 50 001 a 100 000	57	2	9	7	17	10
De 100 001 a 500 000	43	5	4	6	14	14
Mais de 500 000	3	-	-	1	1	1
Centro-Oeste	466	11	45	36	30	24
Até 5 000	143	1	6	5	3	6
De 5 001 a 10 000	114	2	10	6	6	6
De 10 001 a 20 000	103	2	11	7	4	3
De 20 001 a 50 000	72	5	11	6	11	7
De 50 001 a 100 000	19	-	4	6	4	1
De 100 001 a 500 000	10	-	1	2	1	-
Mais de 500 000	5	1	2	4	1	1

Tabela 44 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de emprego e/ou trabalho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de emprego e/ou trabalho
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	159	341	257	408	280
Norte	449	10	33	16	15	21
Rondônia	52	2	-	1	4	3
Acre	22	-	-	-	-	1
Amazonas	62	3	9	7	1	2
Roraima	15	-	6	4	-	-
Pará	143	3	13	3	6	11
Amapá	16	-	2	-	1	1
Tocantins	139	2	3	1	3	3
Nordeste	1 794	33	101	95	92	53
Maranhão	217	4	12	9	6	5
Piauí	224	4	3	5	4	3
Ceará	184	5	12	10	16	12
Rio Grande do Norte	167	1	15	15	4	4
Paraíba	223	1	3	5	6	3
Pernambuco	185	9	11	16	16	11
Alagoas	102	1	2	9	5	1
Sergipe	75	1	5	9	3	3
Bahia	417	7	38	17	32	11
Sudeste	1 668	60	106	72	133	107
Minas Gerais	853	20	25	21	40	38
Espírito Santo	78	7	8	9	2	3
Rio de Janeiro	92	2	6	8	22	13
São Paulo	645	31	67	34	69	53
Sul	1 188	45	56	38	138	75
Paraná	399	22	28	13	46	29
Santa Catarina	293	8	8	4	23	17
Rio Grande do Sul	496	15	20	21	69	29
Centro-Oeste	466	11	45	36	30	24
Mato Grosso do Sul	78	3	9	7	9	4
Mato Grosso	141	5	11	4	2	5
Goiás	246	3	25	25	19	15
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-

Tabela 45 - Municípios, total e com existência de serviços de atendimento ao público a distância, com indicação de alguns meios de comunicação utilizados para o contato com o público, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com existência de serviços de atendimento ao público a distância							
		Total	Alguns meios de comunicação utilizados para o contato com o público						
			Correio	Fax	Jornais	Internet	Telefone	Telefone exclusivo	Outros
Brasil	5 565	5 244	3 815	4 156	1 751	4 293	4 672	742	311
Até 5 000	1 257	1 168	897	945	381	948	1 032	120	42
De 5 001 a 10 000	1 294	1 208	883	991	345	970	1 084	103	51
De 10 001 a 20 000	1 370	1 287	947	1 023	388	1 040	1 141	159	81
De 20 001 a 50 000	1 055	1 006	714	789	360	809	912	166	67
De 50 001 a 100 000	316	303	206	223	140	273	262	73	27
De 100 001 a 500 000	233	232	144	161	117	215	208	96	29
Mais de 500 000	40	40	24	24	20	38	33	25	14
Norte	449	349	193	227	63	246	298	37	24
Até 5 000	87	59	28	39	3	38	51	3	3
De 5 001 a 10 000	89	66	32	47	6	50	61	5	3
De 10 001 a 20 000	107	85	47	56	15	56	71	8	9
De 20 001 a 50 000	113	91	56	53	22	59	75	14	5
De 50 001 a 100 000	32	27	19	18	8	25	22	5	2
De 100 001 a 500 000	18	18	8	11	7	15	15	-	1
Mais de 500 000	3	3	3	3	2	3	3	2	1
Nordeste	1 794	1 660	1 118	1 252	327	1 262	1 447	166	97
Até 5 000	225	194	132	132	24	138	162	5	6
De 5 001 a 10 000	392	353	233	267	43	255	311	16	13
De 10 001 a 20 000	580	541	380	413	103	415	466	51	33
De 20 001 a 50 000	432	414	282	324	104	311	375	47	28
De 50 001 a 100 000	110	103	59	76	31	91	84	20	9
De 100 001 a 500 000	44	44	25	33	18	41	40	20	6
Mais de 500 000	11	11	7	7	4	11	9	7	2
Sudeste	1 668	1 623	1 261	1 351	626	1 377	1 468	290	89
Até 5 000	381	369	300	321	108	309	322	38	12
De 5 001 a 10 000	408	396	308	342	128	316	358	45	17
De 10 001 a 20 000	351	339	267	286	127	287	312	55	13
De 20 001 a 50 000	294	287	225	240	129	252	272	60	16
De 50 001 a 100 000	98	97	74	73	60	87	88	27	9
De 100 001 a 500 000	118	117	78	81	64	110	102	54	14
Mais de 500 000	18	18	9	8	10	16	14	11	8
Sul	1 188	1 160	919	965	592	1 022	1 060	174	69
Até 5 000	421	409	337	346	217	355	376	49	17
De 5 001 a 10 000	291	283	231	242	139	249	256	28	10
De 10 001 a 20 000	229	222	171	183	105	194	203	31	18
De 20 001 a 50 000	144	143	105	116	73	127	128	31	11
De 50 001 a 100 000	57	57	42	44	30	53	52	14	3
De 100 001 a 500 000	43	43	30	31	25	41	42	19	8
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3	2	2
Centro-Oeste	466	452	324	361	143	386	399	75	32
Até 5 000	143	137	100	107	29	108	121	25	4
De 5 001 a 10 000	114	110	79	93	29	100	98	9	8
De 10 001 a 20 000	103	100	82	85	38	88	89	14	8
De 20 001 a 50 000	72	71	46	56	32	60	62	14	7
De 50 001 a 100 000	19	19	12	12	11	17	16	7	4
De 100 001 a 500 000	10	10	3	5	3	8	9	3	-
Mais de 500 000	5	5	2	3	1	5	4	3	1

Tabela 46 - Municípios, total e com existência de serviços de atendimento ao público a distância, com indicação de alguns meios de comunicação utilizados para o contato com o público, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com existência de serviços de atendimento ao público a distância								
		Total	Alguns meios de comunicação utilizados para o contato com o público							Outros
			Correio	Fax	Jornais	Internet	Telefone	Telefone exclusivo		
Brasil	5 565	5 244	3 815	4 156	1 751	4 293	4 672	742	311	
Norte	449	349	193	227	63	246	298	37	24	
Rondônia	52	41	22	24	12	31	35	6	1	
Acre	22	20	6	13	2	18	19	-	1	
Amazonas	62	56	37	36	9	38	48	9	3	
Roraima	15	13	3	7	1	7	11	2	1	
Pará	143	115	74	75	35	82	90	15	14	
Amapá	16	15	10	13	-	14	15	1	1	
Tocantins	139	89	41	59	4	56	80	4	3	
Nordeste	1 794	1 660	1 118	1 252	327	1 262	1 447	166	97	
Maranhão	217	198	149	141	21	144	167	27	10	
Piauí	224	173	103	107	14	111	146	8	8	
Ceará	184	182	135	148	56	154	157	30	19	
Rio Grande do Norte	167	145	85	119	25	105	128	6	2	
Paraíba	223	218	159	161	35	161	187	8	4	
Pernambuco	185	183	129	149	26	139	170	22	10	
Alagoas	102	98	67	84	18	69	80	24	9	
Sergipe	75	73	48	53	16	51	66	8	7	
Bahia	417	390	243	290	116	328	346	33	28	
Sudeste	1 668	1 623	1 261	1 351	626	1 377	1 468	290	89	
Minas Gerais	853	830	669	719	243	670	758	116	26	
Espírito Santo	78	70	50	57	30	61	68	13	6	
Rio de Janeiro	92	88	63	61	49	76	76	23	7	
São Paulo	645	635	479	514	304	570	566	138	50	
Sul	1 188	1 160	919	965	592	1 022	1 060	174	69	
Paraná	399	386	304	329	204	331	350	51	28	
Santa Catarina	293	287	233	244	133	266	264	38	20	
Rio Grande do Sul	496	487	382	392	255	425	446	85	21	
Centro-Oeste	466	452	324	361	143	386	399	75	32	
Mato Grosso do Sul	78	72	52	57	36	65	69	4	9	
Mato Grosso	141	137	99	107	45	117	115	23	7	
Goiás	246	242	173	197	62	203	215	47	16	
Distrito Federal	1	1	-	-	-	1	-	1	-	

Tabela 47 - Municípios, total e com existência de computadores, ligados em rede, com Internet e forma de acesso, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com existência de computadores				
		Total	Ligados em rede	Com acesso à Internet e forma de acesso		
				Total	Discada	Banda larga
Brasil	5 565	5 561	4 970	5 532	219	5 313
Até 5 000	1 257	1 256	1 120	1 248	58	1 190
De 5 001 a 10 000	1 294	1 293	1 136	1 283	51	1 232
De 10 001 a 20 000	1 370	1 369	1 213	1 361	68	1 293
De 20 001 a 50 000	1 055	1 055	953	1 052	34	1 018
De 50 001 a 100 000	316	315	285	315	3	312
De 100 001 a 500 000	233	233	223	233	5	228
Mais de 500 000	40	40	40	40	-	40
Norte	449	449	366	440	43	397
Até 5 000	87	87	69	83	8	75
De 5 001 a 10 000	89	89	70	85	8	77
De 10 001 a 20 000	107	107	83	106	13	93
De 20 001 a 50 000	113	113	97	113	12	101
De 50 001 a 100 000	32	32	28	32	-	32
De 100 001 a 500 000	18	18	16	18	2	16
Mais de 500 000	3	3	3	3	-	3
Nordeste	1 794	1 790	1 421	1 770	101	1 669
Até 5 000	225	224	153	220	15	205
De 5 001 a 10 000	392	391	291	385	27	358
De 10 001 a 20 000	580	579	476	572	38	534
De 20 001 a 50 000	432	432	362	429	18	411
De 50 001 a 100 000	110	109	89	109	2	107
De 100 001 a 500 000	44	44	39	44	1	43
Mais de 500 000	11	11	11	11	-	11
Sudeste	1 668	1 668	1 586	1 668	42	1 626
Até 5 000	381	381	356	381	15	366
De 5 001 a 10 000	408	408	384	408	11	397
De 10 001 a 20 000	351	351	332	351	11	340
De 20 001 a 50 000	294	294	286	294	3	291
De 50 001 a 100 000	98	98	95	98	-	98
De 100 001 a 500 000	118	118	115	118	2	116
Mais de 500 000	18	18	18	18	-	18
Sul	1 188	1 188	1 155	1 188	19	1 169
Até 5 000	421	421	409	421	10	411
De 5 001 a 10 000	291	291	281	291	2	289
De 10 001 a 20 000	229	229	224	229	5	224
De 20 001 a 50 000	144	144	140	144	1	143
De 50 001 a 100 000	57	57	55	57	1	56
De 100 001 a 500 000	43	43	43	43	-	43
Mais de 500 000	3	3	3	3	-	3
Centro-Oeste	466	466	442	466	14	452
Até 5 000	143	143	133	143	10	133
De 5 001 a 10 000	114	114	110	114	3	111
De 10 001 a 20 000	103	103	98	103	1	102
De 20 001 a 50 000	72	72	68	72	-	72
De 50 001 a 100 000	19	19	18	19	-	19
De 100 001 a 500 000	10	10	10	10	-	10
Mais de 500 000	5	5	5	5	-	5

Tabela 48 - Municípios, total e com existência de computadores, ligados em rede, com Internet e forma de acesso, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com existência de computadores				
		Total	Ligados em rede	Com Internet e forma de acesso		
				Total	Discada	Banda larga
Brasil	5 565	5 561	4 970	5 532	219	5 313
Norte	449	449	366	440	43	397
Rondônia	52	52	51	52	1	51
Acre	22	22	17	22	9	13
Amazonas	62	62	38	59	6	53
Roraima	15	15	14	15	-	15
Pará	143	143	115	141	15	126
Amapá	16	16	12	14	3	11
Tocantins	139	139	119	137	9	128
Nordeste	1 794	1 790	1 421	1 770	101	1 669
Maranhão	217	216	142	209	24	185
Piauí	224	223	155	215	18	197
Ceará	184	184	158	184	20	164
Rio Grande do Norte	167	167	140	167	5	162
Paraíba	223	223	151	221	7	214
Pernambuco	185	185	161	183	3	180
Alagoas	102	102	76	102	4	98
Sergipe	75	75	71	75	3	72
Bahia	417	415	367	414	17	397
Sudeste	1 668	1 668	1 586	1 668	42	1 626
Minas Gerais	853	853	798	853	27	826
Espírito Santo	78	78	75	78	4	74
Rio de Janeiro	92	92	87	92	1	91
São Paulo	645	645	626	645	10	635
Sul	1 188	1 188	1 155	1 188	19	1 169
Paraná	399	399	385	399	6	393
Santa Catarina	293	293	287	293	5	288
Rio Grande do Sul	496	496	483	496	8	488
Centro-Oeste	466	466	442	466	14	452
Mato Grosso do Sul	78	78	75	78	-	78
Mato Grosso	141	141	137	141	8	133
Goiás	246	246	229	246	6	240
Distrito Federal	1	1	1	1	-	1

Tabela 49 - Municípios, total e com página na Internet da prefeitura, por situação, classificação e serviços disponibilizados da página, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com página na Internet da prefeitura								
		Total (1)	Situação		Classificação			Página na Internet acessível a pessoas com deficiência		
			Ativa	Em manutenção ou reestruturação	Informativa	Interativa	Transacional	Auditiva	Visual	Audiovisual
Brasil	5 565	3 339	2 841	498	1 497	1 060	780	349	61	36
Até 5 000	1 257	648	536	112	387	190	70	64	13	3
De 5 001 a 10 000	1 294	634	537	97	335	181	117	63	6	4
De 10 001 a 20 000	1 370	773	647	126	368	251	154	66	11	6
De 20 001 a 50 000	1 055	738	625	113	294	260	184	86	9	8
De 50 001 a 100 000	316	282	247	35	79	97	106	32	8	6
De 100 001 a 500 000	233	224	210	14	33	74	117	31	10	5
Mais de 500 000	40	40	39	1	1	7	32	7	4	4
Norte	449	175	136	39	118	42	15	10	5	1
Até 5 000	87	20	9	11	16	3	1	2	-	-
De 5 001 a 10 000	89	24	23	1	20	4	-	2	-	-
De 10 001 a 20 000	107	37	26	11	27	9	1	-	1	-
De 20 001 a 50 000	113	51	41	10	35	14	2	2	1	1
De 50 001 a 100 000	32	24	19	5	13	7	4	2	2	-
De 100 001 a 500 000	18	16	15	1	7	3	6	1	1	-
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	2	1	1	-	-
Nordeste	1 794	798	662	136	398	210	190	54	6	10
Até 5 000	225	72	58	14	51	10	11	2	1	1
De 5 001 a 10 000	392	110	91	19	60	20	30	3	-	-
De 10 001 a 20 000	580	229	190	39	135	55	39	11	-	1
De 20 001 a 50 000	432	246	202	44	110	76	60	22	2	3
De 50 001 a 100 000	110	89	73	16	36	34	19	10	-	3
De 100 001 a 500 000	44	41	37	4	6	13	22	3	1	1
Mais de 500 000	11	11	11	-	-	2	9	3	2	1
Sudeste	1 668	1 122	959	163	451	415	256	134	28	15
Até 5 000	381	202	166	36	118	75	9	21	8	2
De 5 001 a 10 000	408	205	173	32	106	69	30	24	1	1
De 10 001 a 20 000	351	243	201	42	111	89	43	22	5	2
De 20 001 a 50 000	294	244	210	34	85	105	54	34	3	3
De 50 001 a 100 000	98	95	86	9	18	31	46	10	4	3
De 100 001 a 500 000	118	115	106	9	12	43	60	20	6	3
Mais de 500 000	18	18	17	1	1	3	14	3	1	1
Sul	1 188	953	836	117	381	314	256	137	18	7
Até 5 000	421	301	259	42	163	94	43	39	4	-
De 5 001 a 10 000	291	226	192	34	110	72	43	30	4	2
De 10 001 a 20 000	229	186	163	23	64	67	55	31	3	2
De 20 001 a 50 000	144	137	122	15	33	48	56	22	3	1
De 50 001 a 100 000	57	57	54	3	7	21	29	9	2	-
De 100 001 a 500 000	43	43	43	-	4	12	27	6	2	1
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	-	3	-	-	1
Centro-Oeste	466	291	248	43	149	79	63	14	4	3
Até 5 000	143	53	44	9	39	8	6	-	-	-
De 5 001 a 10 000	114	69	58	11	39	16	14	4	1	1
De 10 001 a 20 000	103	78	67	11	31	31	16	2	2	1
De 20 001 a 50 000	72	60	50	10	31	17	12	6	-	-
De 50 001 a 100 000	19	17	15	2	5	4	8	1	-	-
De 100 001 a 500 000	10	9	9	-	4	3	2	1	-	-
Mais de 500 000	5	5	5	-	-	-	5	-	1	1

Tabela 50 - Municípios, total e com página na Internet da prefeitura, por situação, classificação e serviços disponibilizados da página, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com página na Internet da prefeitura								
		Total (1)	Situação		Classificação			Página na Internet acessível a pessoas com deficiência		
			Ativa	Em manuten- ção ou reestru- turação	Informa- tiva	Interativa	Transa- cional	Auditiva	Visual	Audiovi- sual
Brasil	5 565	3 339	2 841	498	1 497	1 060	780	349	61	36
Norte	449	323	136	39	118	42	15	10	5	1
Rondônia	52	41	26	5	20	6	5	1	1	-
Acre	22	15	11	3	13	-	1	-	-	-
Amazonas	62	46	15	5	12	6	2	1	-	-
Roraima	15	11	5	-	3	2	-	-	1	-
Pará	143	104	54	12	40	21	5	5	2	1
Amapá	16	10	3	2	3	2	-	-	1	-
Tocantins	139	96	22	12	27	5	2	3	-	-
Nordeste	1 794	1 346	662	136	398	210	190	54	6	10
Maranhão	217	155	40	10	25	14	11	3	-	1
Piauí	224	197	34	1	24	6	5	5	1	2
Ceará	184	137	99	18	49	49	19	11	-	-
Rio Grande do Norte	167	112	55	19	39	5	30	2	-	1
Paraíba	223	170	84	13	61	32	4	1	1	1
Pernambuco	185	129	72	17	40	27	22	4	-	5
Alagoas	102	77	31	4	15	7	13	5	-	-
Sergipe	75	47	33	11	19	14	11	3	2	-
Bahia	417	322	214	43	126	56	75	20	2	-
Sudeste	1 668	1 284	959	163	451	415	256	134	28	15
Minas Gerais	853	620	340	86	208	129	89	51	9	6
Espírito Santo	78	55	53	5	21	23	14	12	4	-
Rio de Janeiro	92	66	65	21	27	35	24	11	1	1
São Paulo	645	543	501	51	195	228	129	60	14	8
Sul	1 188	948	836	117	381	314	256	137	18	7
Paraná	399	291	237	49	109	109	66	36	9	1
Santa Catarina	293	253	249	23	112	73	87	42	5	2
Rio Grande do Sul	496	404	350	45	160	132	103	59	4	4
Centro-Oeste	466	352	248	43	149	79	63	14	4	3
Mato Grosso do Sul	78	63	58	6	30	22	12	2	3	1
Mato Grosso	141	110	91	17	49	37	22	5	1	-
Goiás	246	178	98	20	70	20	28	7	-	1
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	1	-	-	1

Tabela 51- Municípios, total, com página na Internet da prefeitura em elaboração e sem página na Internet, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Com a página na Internet em elaboração	Sem página na Internet
Brasil	5 565	814	1 412
Até 5 000	1 257	195	414
De 5 001 a 10 000	1 294	210	450
De 10 001 a 20 000	1 370	223	374
De 20 001 a 50 000	1 055	158	159
De 50 001 a 100 000	316	21	13
De 100 001 a 500 000	233	7	2
Mais de 500 000	40	-	-
Norte	449	87	187
Até 5 000	87	17	50
De 5 001 a 10 000	89	19	46
De 10 001 a 20 000	107	18	52
De 20 001 a 50 000	113	26	36
De 50 001 a 100 000	32	5	3
De 100 001 a 500 000	18	2	-
Mais de 500 000	3	-	-
Nordeste	1 794	312	684
Até 5 000	225	30	123
De 5 001 a 10 000	392	64	218
De 10 001 a 20 000	580	115	236
De 20 001 a 50 000	432	88	98
De 50 001 a 100 000	110	13	8
De 100 001 a 500 000	44	2	1
Mais de 500 000	11	-	-
Sudeste	1 668	221	325
Até 5 000	381	53	126
De 5 001 a 10 000	408	82	121
De 10 001 a 20 000	351	49	59
De 20 001 a 50 000	294	31	19
De 50 001 a 100 000	98	3	-
De 100 001 a 500 000	118	3	-
Mais de 500 000	18	-	-
Sul	1 188	123	112
Até 5 000	421	62	58
De 5 001 a 10 000	291	29	36
De 10 001 a 20 000	229	27	16
De 20 001 a 50 000	144	5	2
De 50 001 a 100 000	57	-	-
De 100 001 a 500 000	43	-	-
Mais de 500 000	3	-	-
Centro-Oeste	466	71	104
Até 5 000	143	33	57
De 5 001 a 10 000	114	16	29
De 10 001 a 20 000	103	14	11
De 20 001 a 50 000	72	8	4
De 50 001 a 100 000	19	-	2
De 100 001 a 500 000	10	-	1
Mais de 500 000	5	-	-

Tabela 52 - Municípios, total, com página na Internet da prefeitura em elaboração e sem página na Internet, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Com a página na Internet em elaboração	Sem página na Internet
Brasil	5 565	814	1 412
Norte	449	87	187
Rondônia	52	6	15
Acre	22	4	4
Amazonas	62	11	31
Roraima	15	4	6
Pará	143	27	50
Amapá	16	4	7
Tocantins	139	31	74
Nordeste	1 794	312	684
Maranhão	217	52	115
Piauí	224	26	163
Ceará	184	29	38
Rio Grande do Norte	167	36	57
Paraíba	223	40	86
Pernambuco	185	39	57
Alagoas	102	21	46
Sergipe	75	17	14
Bahia	417	52	108
Sudeste	1 668	221	325
Minas Gerais	853	147	280
Espírito Santo	78	18	2
Rio de Janeiro	92	5	1
São Paulo	645	51	42
Sul	1 188	123	112
Paraná	399	59	54
Santa Catarina	293	17	4
Rio Grande do Sul	496	47	54
Centro-Oeste	466	71	104
Mato Grosso do Sul	78	9	5
Mato Grosso	141	14	19
Goiás	246	48	80
Distrito Federal	1	-	-

Tabela 53 - Municípios, total e que garantem o acesso ao público dos serviços disponibilizados na página na Internet, por meio utilizado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Que garantem o acesso ao público dos serviços disponibilizados na página na Internet			
		Total	Meio utilizado		
		Quiosque ou balcão informatizado em locais de grande circulação de público	Instalações públicas governamentais	Outros	
Brasil	5 565	1 829	217	1 324	536
Até 5 000	1 257	361	25	264	107
De 5 001 a 10 000	1 294	318	27	217	111
De 10 001 a 20 000	1 370	392	38	282	110
De 20 001 a 50 000	1 055	428	51	315	116
De 50 001 a 100 000	316	154	30	112	40
De 100 001 a 500 000	233	143	32	111	37
Mais de 500 000	40	33	14	23	15
Norte	449	71	5	42	29
Até 5 000	87	10	1	5	4
De 5 001 a 10 000	89	7	-	5	2
De 10 001 a 20 000	107	12	1	5	6
De 20 001 a 50 000	113	19	-	11	10
De 50 001 a 100 000	32	10	1	7	4
De 100 001 a 500 000	18	11	2	7	2
Mais de 500 000	3	2	-	2	1
Nordeste	1 794	437	64	308	120
Até 5 000	225	29	2	24	4
De 5 001 a 10 000	392	49	4	30	19
De 10 001 a 20 000	580	130	18	90	34
De 20 001 a 50 000	432	147	20	104	41
De 50 001 a 100 000	110	56	12	40	15
De 100 001 a 500 000	44	18	6	14	5
Mais de 500 000	11	8	2	6	2
Sudeste	1 668	638	76	473	167
Até 5 000	381	116	8	77	37
De 5 001 a 10 000	408	100	7	69	33
De 10 001 a 20 000	351	125	7	101	27
De 20 001 a 50 000	294	147	21	110	32
De 50 001 a 100 000	98	50	6	39	10
De 100 001 a 500 000	118	84	19	67	20
Mais de 500 000	18	16	8	10	8
Sul	1 188	564	50	415	192
Até 5 000	421	188	13	144	58
De 5 001 a 10 000	291	138	14	96	49
De 10 001 a 20 000	229	94	7	66	36
De 20 001 a 50 000	144	88	5	68	29
De 50 001 a 100 000	57	29	5	20	10
De 100 001 a 500 000	43	24	4	19	8
Mais de 500 000	3	3	2	2	2
Centro-Oeste	466	119	22	86	28
Até 5 000	143	18	1	14	4
De 5 001 a 10 000	114	24	2	17	8
De 10 001 a 20 000	103	31	5	20	7
De 20 001 a 50 000	72	27	5	22	4
De 50 001 a 100 000	19	9	6	6	1
De 100 001 a 500 000	10	6	1	4	2
Mais de 500 000	5	4	2	3	2

Tabela 54 - Municípios, total e que garantem o acesso ao público dos serviços disponibilizados na página na Internet, por meio utilizado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Que garantem o acesso ao público dos serviços disponibilizados na página na Internet			
		Total	Meio utilizado		
		Quiosque ou balcão informatizado em locais de grande circulação de público	Instalações públicas governamentais	Outros	
Brasil	5 565	1 829	217	1 324	536
Norte	449	71	5	42	29
Rondônia	52	6	-	3	4
Acre	22	11	-	10	2
Amazonas	62	7	-	6	1
Roraima	15	4	-	-	4
Pará	143	24	2	12	12
Amapá	16	3	-	2	1
Tocantins	139	16	3	9	5
Nordeste	1 794	437	64	308	120
Maranhão	217	27	3	14	14
Piauí	224	16	-	12	4
Ceará	184	79	20	49	24
Rio Grande do Norte	167	33	-	25	11
Paraíba	223	36	-	34	3
Pernambuco	185	57	11	49	6
Alagoas	102	21	3	12	8
Sergipe	75	21	2	8	15
Bahia	417	147	25	105	35
Sudeste	1 668	638	76	473	167
Minas Gerais	853	193	12	160	34
Espírito Santo	78	23	2	15	9
Rio de Janeiro	92	51	15	33	15
São Paulo	645	371	47	265	109
Sul	1 188	564	50	415	192
Paraná	399	157	17	109	59
Santa Catarina	293	168	12	132	56
Rio Grande do Sul	496	239	21	174	77
Centro-Oeste	466	119	22	86	28
Mato Grosso do Sul	78	21	6	14	6
Mato Grosso	141	44	4	32	10
Goiás	246	53	11	39	12
Distrito Federal	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 55 - Municípios, total e com política ou plano de inclusão digital, com indicação dos projetos e ações implementados por esta política, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com política ou plano de inclusão digital				
		Total	Projetos ou ações implementados por esta política			
			Municípios com criação de Telecentros por iniciativa da prefeitura	Computadores com acesso à Internet disponibilizados para uso do público	Computadores na rede municipal de ensino com acesso à Internet para alunos e professores	Outros
Brasil	5 565	4 877	4 043	2 127	3 451	353
Até 5 000	1 257	1 069	906	520	664	62
De 5 001 a 10 000	1 294	1 115	941	432	743	75
De 10 001 a 20 000	1 370	1 197	1 003	498	850	82
De 20 001 a 50 000	1 055	955	769	424	732	79
De 50 001 a 100 000	316	286	230	115	239	25
De 100 001 a 500 000	233	217	162	112	187	23
Mais de 500 000	40	38	32	26	36	7
Norte	449	369	295	133	211	43
Até 5 000	87	80	74	32	28	3
De 5 001 a 10 000	89	72	60	23	37	7
De 10 001 a 20 000	107	84	64	31	53	10
De 20 001 a 50 000	113	89	63	34	62	15
De 50 001 a 100 000	32	25	20	8	17	3
De 100 001 a 500 000	18	16	12	3	11	4
Mais de 500 000	3	3	2	2	3	1
Nordeste	1 794	1 540	1 293	615	1 073	88
Até 5 000	225	177	153	72	99	2
De 5 001 a 10 000	392	329	279	115	213	18
De 10 001 a 20 000	580	495	420	200	337	30
De 20 001 a 50 000	432	389	323	163	295	27
De 50 001 a 100 000	110	99	77	38	83	7
De 100 001 a 500 000	44	40	32	19	35	2
Mais de 500 000	11	11	9	8	11	2
Sudeste	1 668	1 508	1 281	681	1 025	127
Até 5 000	381	329	275	153	191	27
De 5 001 a 10 000	408	350	308	136	216	26
De 10 001 a 20 000	351	324	284	142	218	26
De 20 001 a 50 000	294	282	233	137	211	25
De 50 001 a 100 000	98	92	80	39	77	9
De 100 001 a 500 000	118	114	87	64	97	11
Mais de 500 000	18	17	14	10	15	3
Sul	1 188	1 040	831	524	831	67
Até 5 000	421	360	297	215	268	20
De 5 001 a 10 000	291	258	207	120	206	19
De 10 001 a 20 000	229	197	160	83	162	10
De 20 001 a 50 000	144	133	101	61	110	9
De 50 001 a 100 000	57	51	38	20	46	3
De 100 001 a 500 000	43	38	25	22	36	5
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	1
Centro-Oeste	466	420	343	174	311	28
Até 5 000	143	123	107	48	78	10
De 5 001 a 10 000	114	106	87	38	71	5
De 10 001 a 20 000	103	97	75	42	80	6
De 20 001 a 50 000	72	62	49	29	54	3
De 50 001 a 100 000	19	19	15	10	16	3
De 100 001 a 500 000	10	9	6	4	8	1
Mais de 500 000	5	4	4	3	4	-

Tabela 56 - Municípios, total e com política ou plano de inclusão digital, com indicação dos projetos e ações implementados por esta política, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com política ou plano de inclusão digital				
		Total	Projetos ou ações implementados por esta política			
			Municípios com criação de Telecentros por iniciativa da prefeitura	Computadores com acesso à Internet disponibilizados para uso do público	Computadores na rede municipal de ensino com acesso à Internet para alunos e professores	Outros
Brasil	5 565	4 877	4 043	2 127	3 451	353
Norte	449	369	295	133	211	43
Rondônia	52	41	28	12	25	5
Acre	22	20	17	9	18	-
Amazonas	62	49	40	17	21	6
Roraima	15	9	8	4	3	1
Pará	143	107	72	38	81	23
Amapá	16	16	13	3	12	2
Tocantins	139	127	117	50	51	6
Nordeste	1 794	1 540	1 293	615	1 073	88
Maranhão	217	164	122	48	96	15
Piauí	224	163	131	52	111	6
Ceará	184	168	138	88	139	11
Rio Grande do Norte	167	154	136	75	107	1
Paraíba	223	191	170	74	113	1
Pernambuco	185	157	129	57	118	10
Alagoas	102	82	67	24	56	5
Sergipe	75	68	53	23	43	2
Bahia	417	393	347	174	290	37
Sudeste	1 668	1 508	1 281	681	1 025	127
Minas Gerais	853	743	672	259	432	29
Espírito Santo	78	72	51	29	58	4
Rio de Janeiro	92	84	64	40	61	14
São Paulo	645	609	494	353	474	80
Sul	1 188	1 040	831	524	831	67
Paraná	399	332	279	152	253	24
Santa Catarina	293	272	191	144	240	21
Rio Grande do Sul	496	436	361	228	338	22
Centro-Oeste	466	420	343	174	311	28
Mato Grosso do Sul	78	67	52	30	57	5
Mato Grosso	141	131	95	64	106	5
Goiás	246	221	195	79	147	18
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-

Tabela 57 - Municípios, total e com estrutura na área de educação, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de educação, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	5 565	5 565	2 397	2 945	13	208	2	-
Até 5 000	1 257	1 257	360	809	4	84	-	-
De 5 001 a 10 000	1 294	1 294	441	795	3	55	-	-
De 10 001 a 20 000	1 370	1 370	586	734	4	46	-	-
De 20 001 a 50 000	1 055	1 054	567	466	1	21	-	-
De 50 001 a 100 000	316	316	223	92	-	1	-	-
De 100 001 a 500 000	233	234	185	44	1	1	2	-
Mais de 500 000	40	40	35	5	-	-	-	-
Norte	449	449	242	204	2	1	-	-
Até 5 000	87	87	20	66	1	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	89	38	49	1	1	-	-
De 10 001 a 20 000	107	107	60	47	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	113	113	76	37	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	32	32	29	3	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	18	18	16	2	-	-	-	-
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	1 794	792	993	7	2	-	-
Até 5 000	225	225	49	174	2	-	-	-
De 5 001 a 10 000	392	392	128	263	1	-	-	-
De 10 001 a 20 000	580	580	265	312	3	-	-	-
De 20 001 a 50 000	432	432	235	195	-	2	-	-
De 50 001 a 100 000	110	110	71	39	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	44	44	36	7	1	-	-	-
Mais de 500 000	11	11	8	3	-	-	-	-
Sudeste	1 668	1 668	854	672	-	140	2	-
Até 5 000	381	381	169	152	-	60	-	-
De 5 001 a 10 000	408	407	171	200	-	37	-	-
De 10 001 a 20 000	351	351	165	157	-	29	-	-
De 20 001 a 50 000	294	295	168	113	-	13	-	-
De 50 001 a 100 000	98	98	73	24	-	1	-	-
De 100 001 a 500 000	118	118	92	24	-	-	2	-
Mais de 500 000	18	18	16	2	-	-	-	-
Sul	1 188	1 188	349	776	3	60	-	-
Até 5 000	421	421	75	321	1	24	-	-
De 5 001 a 10 000	291	291	69	208	-	14	-	-
De 10 001 a 20 000	229	229	64	147	1	17	-	-
De 20 001 a 50 000	144	144	64	75	1	4	-	-
De 50 001 a 100 000	57	57	40	17	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	43	43	34	8	-	1	-	-
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	466	466	160	300	1	5	-	-
Até 5 000	143	143	47	96	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	114	114	35	75	1	3	-	-
De 10 001 a 20 000	103	103	32	71	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	72	72	24	46	-	2	-	-
De 50 001 a 100 000	19	19	10	9	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	10	10	7	3	-	-	-	-
Mais de 500 000	5	5	5	-	-	-	-	-

Tabela 58 - Municípios, total e com estrutura na área de educação, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de educação, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado à outra secretaria	Setor subordinado diretamente à chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	5 565	5 565	2 397	2 945	13	208	2	-
Norte	449	449	242	204	2	1	-	-
Rondônia	52	52	21	31	-	-	-	-
Acre	22	22	14	8	-	-	-	-
Amazonas	62	62	38	24	-	-	-	-
Roraima	15	15	7	8	-	-	-	-
Pará	143	143	111	31	-	1	-	-
Amapá	16	16	8	8	-	-	-	-
Tocantins	139	139	43	94	2	-	-	-
Nordeste	1 794	1 794	792	993	7	2	-	-
Maranhão	217	217	146	69	-	2	-	-
Piauí	224	224	77	147	-	-	-	-
Ceará	184	184	136	48	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	167	167	37	128	2	-	-	-
Paraíba	223	223	56	164	3	-	-	-
Pernambuco	185	185	91	93	1	-	-	-
Alagoas	102	102	47	55	-	-	-	-
Sergipe	75	75	37	38	-	-	-	-
Bahia	417	417	165	251	1	-	-	-
Sudeste	1 668	1 667	854	672	-	140	2	-
Minas Gerais	853	853	413	395	-	45	-	-
Espírito Santo	78	78	51	27	-	-	-	-
Rio de Janeiro	92	92	53	37	-	-	2	-
São Paulo	645	644	337	213	-	95	-	-
Sul	1 188	1 188	349	776	3	60	-	-
Paraná	399	399	155	184	2	58	-	-
Santa Catarina	293	293	86	205	-	2	-	-
Rio Grande do Sul	496	496	108	387	1	-	-	-
Centro-Oeste	466	465	160	300	1	5	-	-
Mato Grosso do Sul	78	78	25	51	-	2	-	-
Mato Grosso	141	141	44	96	-	1	-	-
Goiás	246	245	90	153	1	2	-	-
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-	-

Tabela 59 - Municípios, total e por forma de organização do sistema municipal de ensino, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Forma de organização do sistema municipal de ensino		
		Sistema municipal de ensino próprio	Vinculado ao sistema estadual	Outra
Brasil	5 565	2 898	2 609	58
Até 5 000	1 257	613	636	8
De 5 001 a 10 000	1 294	595	686	13
De 10 001 a 20 000	1 370	693	654	23
De 20 001 a 50 000	1 055	572	472	11
De 50 001 a 100 000	316	203	110	3
De 100 001 a 500 000	233	183	50	-
Mais de 500 000	40	39	1	-
Norte	449	210	228	11
Até 5 000	87	15	72	-
De 5 001 a 10 000	89	36	50	3
De 10 001 a 20 000	107	61	40	6
De 20 001 a 50 000	113	59	53	1
De 50 001 a 100 000	32	23	8	1
De 100 001 a 500 000	18	13	5	-
Mais de 500 000	3	3	-	-
Nordeste	1 794	975	797	22
Até 5 000	225	110	114	1
De 5 001 a 10 000	392	189	198	5
De 10 001 a 20 000	580	307	265	8
De 20 001 a 50 000	432	250	176	6
De 50 001 a 100 000	110	73	35	2
De 100 001 a 500 000	44	35	9	-
Mais de 500 000	11	11	-	-
Sudeste	1 668	814	840	14
Até 5 000	381	184	194	3
De 5 001 a 10 000	408	175	231	2
De 10 001 a 20 000	351	154	191	6
De 20 001 a 50 000	294	139	152	3
De 50 001 a 100 000	98	53	45	-
De 100 001 a 500 000	118	92	26	-
Mais de 500 000	18	17	1	-
Sul	1 188	662	516	10
Até 5 000	421	235	182	4
De 5 001 a 10 000	291	145	143	3
De 10 001 a 20 000	229	122	105	2
De 20 001 a 50 000	144	84	59	1
De 50 001 a 100 000	57	38	19	-
De 100 001 a 500 000	43	35	8	-
Mais de 500 000	3	3	-	-
Centro-Oeste	466	237	228	1
Até 5 000	143	69	74	-
De 5 001 a 10 000	114	50	64	-
De 10 001 a 20 000	103	49	53	1
De 20 001 a 50 000	72	40	32	-
De 50 001 a 100 000	19	16	3	-
De 100 001 a 500 000	10	8	2	-
Mais de 500 000	5	5	-	-

Tabela 60 - Municípios, total e por forma de organização do sistema municipal de ensino, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Forma de organização do sistema municipal de ensino		
		Sistema municipal de ensino próprio	Vinculado ao sistema estadual	Outra
Brasil	5 565	2 898	2 609	58
Norte	449	210	228	11
Rondônia	52	42	10	-
Acre	22	13	9	-
Amazonas	62	45	15	2
Roraima	15	8	6	1
Pará	143	66	70	7
Amapá	16	15	1	-
Tocantins	139	21	117	1
Nordeste	1 794	975	797	22
Maranhão	217	165	49	3
Piauí	224	134	90	-
Ceará	184	103	79	2
Rio Grande do Norte	167	15	151	1
Paraíba	223	109	111	3
Pernambuco	185	63	118	4
Alagoas	102	51	50	1
Sergipe	75	68	6	1
Bahia	417	267	143	7
Sudeste	1 668	814	840	14
Minas Gerais	853	314	539	2
Espírito Santo	78	31	47	-
Rio de Janeiro	92	85	5	-
São Paulo	645	384	249	12
Sul	1 188	662	516	10
Paraná	399	95	300	4
Santa Catarina	293	241	51	1
Rio Grande do Sul	496	326	165	5
Centro-Oeste	466	237	228	1
Mato Grosso do Sul	78	35	43	-
Mato Grosso	141	64	77	1
Goiás	246	137	108	-
Distrito Federal	1	1	-	-

Tabela 61 - Municípios, total e por tipo de instrumento legal que contempla a política municipal de educação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Tipo de instrumento legal que contempla a política municipal de educação					
		Lei orgânica municipal	Lei do orçamento anual	Lei de diretrizes orça- mentárias	Plano plurianual de investimentos	Portaria do órgão gestor da educação	Nenhum dos instrumentos citados
Brasil	5 565	5 393	5 162	4 994	4 859	1 960	13
Até 5 000	1 257	1 221	1 190	1 152	1 124	396	2
De 5 001 a 10 000	1 294	1 252	1 193	1 172	1 129	398	4
De 10 001 a 20 000	1 370	1 320	1 243	1 181	1 138	477	4
De 20 001 a 50 000	1 055	1 023	972	946	915	420	2
De 50 001 a 100 000	316	307	300	284	289	141	1
De 100 001 a 500 000	233	230	224	220	225	105	-
Mais de 500 000	40	40	40	39	39	23	-
Norte	449	431	377	373	358	153	5
Até 5 000	87	84	79	72	72	25	1
De 5 001 a 10 000	89	87	74	77	69	25	-
De 10 001 a 20 000	107	102	82	84	82	47	3
De 20 001 a 50 000	113	107	92	93	86	35	1
De 50 001 a 100 000	32	30	30	28	28	12	-
De 100 001 a 500 000	18	18	17	16	18	8	-
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	1	-
Nordeste	1 794	1 725	1 618	1 515	1 485	649	5
Até 5 000	225	223	207	198	191	69	-
De 5 001 a 10 000	392	369	359	340	328	117	4
De 10 001 a 20 000	580	557	505	466	455	190	1
De 20 001 a 50 000	432	416	392	373	361	182	-
De 50 001 a 100 000	110	106	101	88	97	59	-
De 100 001 a 500 000	44	43	43	39	43	26	-
Mais de 500 000	11	11	11	11	10	6	-
Sudeste	1 668	1 629	1 591	1 537	1 488	592	1
Até 5 000	381	368	366	354	336	120	1
De 5 001 a 10 000	408	402	380	367	361	124	-
De 10 001 a 20 000	351	338	340	318	301	125	-
De 20 001 a 50 000	294	289	281	273	264	117	-
De 50 001 a 100 000	98	97	94	95	95	42	-
De 100 001 a 500 000	118	117	112	113	113	50	-
Mais de 500 000	18	18	18	17	18	14	-
Sul	1 188	1 151	1 133	1 153	1 136	349	1
Até 5 000	421	407	402	406	404	120	-
De 5 001 a 10 000	291	281	274	281	273	79	-
De 10 001 a 20 000	229	222	217	225	220	71	-
De 20 001 a 50 000	144	140	138	140	140	46	1
De 50 001 a 100 000	57	56	57	56	55	18	-
De 100 001 a 500 000	43	42	42	42	41	15	-
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	-	-
Centro-Oeste	466	457	443	416	392	217	1
Até 5 000	143	139	136	122	121	62	-
De 5 001 a 10 000	114	113	106	107	98	53	-
De 10 001 a 20 000	103	101	99	88	80	44	-
De 20 001 a 50 000	72	71	69	67	64	40	-
De 50 001 a 100 000	19	18	18	17	14	10	1
De 100 001 a 500 000	10	10	10	10	10	6	-
Mais de 500 000	5	5	5	5	5	2	-

Tabela 62 - Municípios, total e por tipo de instrumento legal que contempla a política municipal de educação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Tipo de instrumento legal que contempla a política municipal de educação					
		Lei orgânica municipal	Lei do orçamento anual	Lei de diretrizes orçamentárias	Plano plurianual de investimentos	Portaria do órgão gestor da educação	Nenhum dos instrumentos citados
Brasil	5 565	5 393	5 162	4 994	4 859	1 960	13
Norte	449	431	377	373	358	153	5
Rondônia	52	50	52	52	52	20	-
Acre	22	22	22	22	21	14	-
Amazonas	62	60	44	40	31	21	1
Roraima	15	15	8	8	12	2	-
Pará	143	133	113	121	121	51	2
Amapá	16	16	16	16	14	2	-
Tocantins	139	135	122	114	107	43	2
Nordeste	1 794	1 725	1 618	1 515	1 485	649	5
Maranhão	217	201	177	158	153	58	3
Piauí	224	222	215	206	192	77	-
Ceará	184	183	178	155	160	92	-
Rio Grande do Norte	167	165	152	147	146	62	-
Paraíba	223	214	204	202	196	65	-
Pernambuco	185	176	165	148	143	66	1
Alagoas	102	98	89	87	86	42	-
Sergipe	75	73	72	59	47	22	-
Bahia	417	393	366	353	362	165	1
Sudeste	1 668	1 629	1 591	1 537	1 488	592	1
Minas Gerais	853	837	817	772	735	288	-
Espírito Santo	78	76	75	65	68	28	-
Rio de Janeiro	92	92	88	80	83	52	-
São Paulo	645	624	611	620	602	224	1
Sul	1 188	1 151	1 133	1 153	1 136	349	1
Paraná	399	382	374	379	374	126	1
Santa Catarina	293	288	287	291	287	89	-
Rio Grande do Sul	496	481	472	483	475	134	-
Centro-Oeste	466	457	443	416	392	217	1
Mato Grosso do Sul	78	77	73	72	61	37	-
Mato Grosso	141	137	135	128	133	52	-
Goiás	246	242	234	215	197	127	1
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-

Tabela 63 - Municípios, total e objeto regulamentado por instrumento legal, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Objeto regulamentado por instrumento legal							
		Projetos, programas e ações da educação municipal	Concessão de incenti- vos fiscais para entidades educacionais	Conselho de controle e acompa- nhamento social do FUNDEB	Conselhos escolares	Conselho de alimentação escolar	Conselho do transporte escolar	Sistema municipal de ensino	Outro
Brasil	5 565	4 301	560	5 267	4 290	5 466	2 201	2 599	469
Até 5 000	1 257	876	80	1 170	906	1 239	513	503	89
De 5 001 a 10 000	1 294	967	92	1 220	957	1 267	539	541	87
De 10 001 a 20 000	1 370	1 073	118	1 293	1 069	1 340	551	625	110
De 20 001 a 50 000	1 055	866	165	1 010	853	1 037	405	529	107
De 50 001 a 100 000	316	272	33	307	268	311	112	187	36
De 100 001 a 500 000	233	209	60	228	198	233	73	175	37
Mais de 500 000	40	38	12	39	39	39	8	39	3
Norte	449	321	38	413	335	437	173	184	40
Até 5 000	87	55	4	77	59	84	36	16	8
De 5 001 a 10 000	89	57	9	81	64	87	35	37	5
De 10 001 a 20 000	107	78	6	101	81	104	47	56	12
De 20 001 a 50 000	113	86	15	103	86	109	39	43	11
De 50 001 a 100 000	32	24	3	31	29	32	9	20	3
De 100 001 a 500 000	18	18	1	17	13	18	6	9	1
Mais de 500 000	3	3	-	3	3	3	1	3	-
Nordeste	1 794	1 395	156	1 709	1 488	1 743	615	877	104
Até 5 000	225	152	9	210	192	217	71	94	3
De 5 001 a 10 000	392	287	27	371	311	379	124	171	16
De 10 001 a 20 000	580	458	42	546	472	561	215	265	37
De 20 001 a 50 000	432	348	52	419	362	425	147	232	34
De 50 001 a 100 000	110	100	12	108	101	106	44	69	10
De 100 001 a 500 000	44	39	11	44	39	44	13	35	4
Mais de 500 000	11	11	3	11	11	11	1	11	-
Sudeste	1 668	1 304	164	1 580	1 337	1 649	673	721	159
Até 5 000	381	258	20	353	279	380	161	127	26
De 5 001 a 10 000	408	309	19	383	308	401	181	156	25
De 10 001 a 20 000	351	279	25	330	285	346	151	142	31
De 20 001 a 50 000	294	254	51	285	255	289	117	143	38
De 50 001 a 100 000	98	82	10	96	84	98	33	47	14
De 100 001 a 500 000	118	106	32	116	108	118	27	89	23
Mais de 500 000	18	16	7	17	18	17	3	17	2
Sul	1 188	913	154	1 125	725	1 176	446	603	136
Até 5 000	421	301	38	396	248	417	162	203	47
De 5 001 a 10 000	291	226	27	277	179	287	125	133	30
De 10 001 a 20 000	229	180	39	216	142	227	75	120	24
De 20 001 a 50 000	144	116	30	137	89	142	51	73	20
De 50 001 a 100 000	57	50	5	54	36	57	12	37	7
De 100 001 a 500 000	43	37	14	42	28	43	20	34	8
Mais de 500 000	3	3	1	3	3	3	1	3	-
Centro-Oeste	466	368	48	440	405	461	294	214	30
Até 5 000	143	110	9	134	128	141	83	63	5
De 5 001 a 10 000	114	88	10	108	95	113	74	44	11
De 10 001 a 20 000	103	78	6	100	89	102	63	42	6
De 20 001 a 50 000	72	62	17	66	61	72	51	38	4
De 50 001 a 100 000	19	16	3	18	18	18	14	14	2
De 100 001 a 500 000	10	9	2	9	10	10	7	8	1
Mais de 500 000	5	5	1	5	4	5	2	5	1

Tabela 64 - Municípios, total e objeto regulamentado por instrumento legal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Objeto regulamentado por instrumento legal							
		Projetos, programas e ações da educação municipal	Concessão de incentivos fiscais para entidades educacionais	Conselho de controle e acompanhamento social do FUNDEF	Conselhos escolares	Conselho de alimentação escolar	Conselho do transporte escolar	Sistema municipal de ensino	Outro
Brasil	5 565	4 301	560	5 267	4 290	5 466	2 201	2 599	469
Norte	449	321	38	413	335	437	173	184	40
Rondônia	52	45	9	49	34	51	23	35	12
Acre	22	22	2	21	22	22	11	11	-
Amazonas	62	43	7	55	36	61	24	40	5
Roraima	15	6	1	13	6	14	5	7	2
Pará	143	105	8	135	127	140	49	45	9
Amapá	16	16	-	15	7	15	4	15	-
Tocantins	139	84	11	125	103	134	57	31	12
Nordeste	1 794	1 395	156	1 709	1 488	1 743	615	877	104
Maranhão	217	147	17	207	164	205	81	130	14
Piauí	224	173	16	214	210	216	73	105	7
Ceará	184	162	22	176	167	180	55	94	22
Rio Grande do Norte	167	139	15	164	147	166	67	64	7
Paraíba	223	148	8	204	195	217	61	99	3
Pernambuco	185	146	25	181	160	180	63	59	9
Alagoas	102	88	10	100	75	101	46	42	5
Sergipe	75	62	3	72	63	73	33	44	7
Bahia	417	330	40	391	307	405	136	240	30
Sudeste	1 668	1 304	164	1 580	1 337	1 649	673	721	159
Minas Gerais	853	645	59	795	619	838	395	263	43
Espírito Santo	78	66	8	76	74	78	19	27	19
Rio de Janeiro	92	81	11	91	74	92	35	85	18
São Paulo	645	512	86	618	570	641	224	346	79
Sul	1 188	913	154	1 125	725	1 176	446	603	136
Paraná	399	307	40	381	275	393	146	85	36
Santa Catarina	293	240	30	279	191	293	147	238	34
Rio Grande do Sul	496	366	84	465	259	490	153	280	66
Centro-Oeste	466	368	48	440	405	461	294	214	30
Mato Grosso do Sul	78	56	13	76	50	76	37	33	6
Mato Grosso	141	113	19	135	132	141	118	50	5
Goiás	246	198	15	228	222	243	138	130	19
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	-

Tabela 65 - Municípios, total, com Plano Municipal de Educação e com capacitação de professores, por área temática, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com Plano Municipal de Educação	Plano Municipal de Educação incorpora ao currículo educação em direitos humanos	Com capacitação de professores					Com existência da escola na rede municipal apta a receber pessoas com deficiência
				Total	Em direitos humanos	Na temática de gênero	Na temática de raça e etnia	Em orientação sexual	
Brasil	5 565	3 138	1 632	3 436	2 056	2 109	1 953	1 996	2 936
Até 5 000	1 257	693	355	658	435	398	278	353	474
De 5 001 a 10 000	1 294	718	364	707	425	433	353	388	562
De 10 001 a 20 000	1 370	779	402	836	471	505	466	473	676
De 20 001 a 50 000	1 055	591	315	731	434	459	464	438	694
De 50 001 a 100 000	316	205	109	257	142	148	179	171	268
De 100 001 a 500 000	233	132	76	207	121	133	177	138	223
Mais de 500 000	40	20	11	40	28	33	36	35	39
Norte	449	171	87	245	158	136	127	146	182
Até 5 000	87	29	15	41	28	22	18	26	14
De 5 001 a 10 000	89	23	14	44	29	21	21	25	27
De 10 001 a 20 000	107	43	24	56	38	31	25	29	38
De 20 001 a 50 000	113	48	22	63	37	34	34	33	60
De 50 001 a 100 000	32	19	9	25	16	17	15	19	24
De 100 001 a 500 000	18	8	3	13	8	9	12	11	16
Mais de 500 000	3	1	-	3	2	2	2	3	3
Nordeste	1 794	904	491	1 170	666	664	682	746	783
Até 5 000	225	121	52	114	66	66	37	63	51
De 5 001 a 10 000	392	175	102	232	142	119	111	140	123
De 10 001 a 20 000	580	280	141	365	195	198	209	235	222
De 20 001 a 50 000	432	218	130	315	180	196	207	211	247
De 50 001 a 100 000	110	76	40	93	51	51	69	65	85
De 100 001 a 500 000	44	29	22	40	22	25	38	22	44
Mais de 500 000	11	5	4	11	10	9	11	10	11
Sudeste	1 668	1 212	565	945	531	591	523	481	958
Até 5 000	381	284	141	161	106	93	61	75	149
De 5 001 a 10 000	408	318	139	192	110	125	88	91	191
De 10 001 a 20 000	351	259	118	190	95	123	99	85	191
De 20 001 a 50 000	294	211	96	199	114	126	117	95	207
De 50 001 a 100 000	98	64	28	78	40	46	56	51	88
De 100 001 a 500 000	118	68	38	107	56	63	87	69	114
Mais de 500 000	18	8	5	18	10	15	15	15	18
Sul	1 188	610	344	817	537	555	468	474	726
Até 5 000	421	195	109	273	190	177	133	156	192
De 5 001 a 10 000	291	147	82	183	116	133	99	100	162
De 10 001 a 20 000	229	137	77	164	104	117	97	91	156
De 20 001 a 50 000	144	76	44	108	71	71	73	67	119
De 50 001 a 100 000	57	33	23	46	23	23	27	26	54
De 100 001 a 500 000	43	21	9	40	31	31	36	31	41
Mais de 500 000	3	1	-	3	2	3	3	3	2
Centro-Oeste	466	241	145	259	164	163	153	149	287
Até 5 000	143	64	38	69	45	40	29	33	68
De 5 001 a 10 000	114	55	27	56	28	35	34	32	59
De 10 001 a 20 000	103	60	42	61	39	36	36	33	69
De 20 001 a 50 000	72	38	23	46	32	32	33	32	61
De 50 001 a 100 000	19	13	9	15	12	11	12	10	17
De 100 001 a 500 000	10	6	4	7	4	5	4	5	8
Mais de 500 000	5	5	2	5	4	4	5	4	5

Tabela 66 - Municípios, total, com Plano Municipal de Educação, com capacitação de professores, por área temática e existência de escola na rede municipal apta a receber pessoas com deficiência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com Plano Municipal de Educação	Plano Municipal de Educação incorpora ao currículo educação em direitos humanos	Com capacitação de professores					Com existência da escola na rede municipal apta a receber pessoas com deficiência
				Total	Em direitos humanos	Na temática de gênero	Na temática de raça e etnia	Em orientação sexual	
Brasil	5 565	3 138	1 632	3 436	2 056	2 109	1 953	1 996	2 936
Norte	449	171	87	245	158	136	127	146	182
Rondônia	52	20	11	23	15	12	13	17	24
Acre	22	13	8	18	11	9	13	16	17
Amazonas	62	20	12	37	27	21	22	23	19
Roraima	15	5	3	5	4	-	1	4	8
Pará	143	65	31	85	51	49	46	43	74
Amapá	16	4	-	6	4	5	2	3	8
Tocantins	139	44	22	71	46	40	30	40	32
Nordeste	1 794	904	491	1 170	666	664	682	746	783
Maranhão	217	106	62	156	89	105	85	93	94
Piauí	224	125	68	133	89	77	42	74	54
Ceará	184	161	96	157	83	95	118	125	107
Rio Grande do Norte	167	119	46	104	51	43	45	70	62
Paraíba	223	74	33	117	55	55	56	72	85
Pernambuco	185	106	76	163	123	115	123	119	126
Alagoas	102	31	19	71	34	43	43	48	54
Sergipe	75	21	14	40	27	16	14	21	38
Bahia	417	161	77	229	115	115	156	124	163
Sudeste	1 668	1 212	565	945	531	591	523	481	958
Minas Gerais	853	770	359	421	250	242	218	242	394
Espírito Santo	78	41	18	57	22	25	48	21	53
Rio de Janeiro	92	40	26	68	37	41	55	40	76
São Paulo	645	361	162	399	222	283	202	178	435
Sul	1 188	610	344	817	537	555	468	474	726
Paraná	399	171	100	282	176	193	170	162	279
Santa Catarina	293	184	99	199	134	145	118	121	169
Rio Grande do Sul	496	255	145	336	227	217	180	191	278
Centro-Oeste	466	241	145	259	164	163	153	149	287
Mato Grosso do Sul	78	38	31	59	35	43	41	33	61
Mato Grosso	141	77	38	92	49	65	55	48	72
Goiás	246	125	76	107	79	54	56	67	153
Distrito Federal	1	1	-	1	1	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 67 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Educação, por algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Educação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com Conselho Municipal de Educação							Com Fundo Municipal de Educação
		Total	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses		
			Paritário	Caráter do conselho					
		Com-sultivo		Deliberativo	Normativo	Fiscalizador			
Brasil	5 565	4 403	3 939	3 608	3 619	2 846	3 340	3 973	2 682
Até 5 000	1 257	987	866	764	790	568	738	890	544
De 5 001 a 10 000	1 294	948	852	767	773	578	717	838	612
De 10 001 a 20 000	1 370	1 060	960	848	858	682	820	929	675
De 20 001 a 50 000	1 055	870	796	741	723	587	659	796	552
De 50 001 a 100 000	316	283	254	248	247	211	216	270	168
De 100 001 a 500 000	233	215	184	203	191	181	162	211	108
Mais de 500 000	40	40	27	37	37	39	28	39	23
Norte	449	262	230	201	208	168	209	227	241
Até 5 000	87	58	51	46	46	28	48	52	43
De 5 001 a 10 000	89	48	42	34	41	30	39	43	48
De 10 001 a 20 000	107	58	55	38	42	36	50	48	53
De 20 001 a 50 000	113	63	55	51	47	42	43	52	68
De 50 001 a 100 000	32	18	16	16	16	16	13	15	17
De 100 001 a 500 000	18	14	10	13	13	13	13	14	10
Mais de 500 000	3	3	1	3	3	3	3	3	2
Nordeste	1 794	1 359	1 287	1 100	1 158	945	1 123	1 208	1 003
Até 5 000	225	157	152	118	136	98	125	139	101
De 5 001 a 10 000	392	257	243	207	217	168	205	223	211
De 10 001 a 20 000	580	436	408	341	366	298	365	377	315
De 20 001 a 50 000	432	356	340	301	301	258	298	320	254
De 50 001 a 100 000	110	103	97	86	91	77	86	99	81
De 100 001 a 500 000	44	39	37	36	37	35	35	39	31
Mais de 500 000	11	11	10	11	10	11	9	11	10
Sudeste	1 668	1 455	1 278	1 209	1 187	898	998	1 309	767
Até 5 000	381	303	270	232	242	180	217	267	172
De 5 001 a 10 000	408	340	298	276	274	186	239	297	192
De 10 001 a 20 000	351	312	273	261	244	189	215	274	169
De 20 001 a 50 000	294	273	247	234	229	169	186	254	139
De 50 001 a 100 000	98	93	82	82	81	63	56	88	38
De 100 001 a 500 000	118	116	97	109	100	94	75	112	50
Mais de 500 000	18	18	11	15	17	17	10	17	7
Sul	1 188	973	838	816	785	633	739	915	373
Até 5 000	421	355	294	285	286	211	258	333	134
De 5 001 a 10 000	291	225	198	186	178	150	176	210	87
De 10 001 a 20 000	229	180	160	151	146	115	133	165	77
De 20 001 a 50 000	144	123	107	109	98	85	95	117	48
De 50 001 a 100 000	57	51	45	47	42	39	44	51	17
De 100 001 a 500 000	43	36	32	35	32	30	30	36	10
Mais de 500 000	3	3	2	3	3	3	3	3	-
Centro-Oeste	466	354	306	282	281	202	271	314	298
Até 5 000	143	114	99	83	80	51	90	99	94
De 5 001 a 10 000	114	78	71	64	63	44	58	65	74
De 10 001 a 20 000	103	74	64	57	60	44	57	65	61
De 20 001 a 50 000	72	55	47	46	48	33	37	53	43
De 50 001 a 100 000	19	18	14	17	17	16	17	17	15
De 100 001 a 500 000	10	10	8	10	9	9	9	10	7
Mais de 500 000	5	5	3	5	4	5	3	5	4

Tabela 68 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Educação, por algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Educação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com Conselho Municipal de Educação							Com Fundo Municipal de Educação
		Total	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses		
			Paritário	Caráter do conselho					
				Com- sultivo	Delibe- rativo	Normativo	Fiscali- zador		
Brasil	5 565	4 403	3 939	3 608	3 619	2 846	3 340	3 973	2 682
Norte	449	262	230	201	208	168	209	227	241
Rondônia	52	24	23	19	21	20	15	22	24
Acre	22	7	7	5	5	5	6	5	6
Amazonas	62	47	43	31	32	28	31	39	33
Roraima	15	4	3	3	3	4	3	4	5
Pará	143	64	52	46	51	40	54	52	92
Amapá	16	7	6	7	5	7	5	7	4
Tocantins	139	109	96	90	91	64	95	98	77
Nordeste	1 794	1 359	1 287	1 100	1 158	945	1 123	1 208	1 003
Maranhão	217	137	131	95	118	100	109	120	125
Piauí	224	103	99	80	89	61	87	94	130
Ceará	184	144	134	123	117	77	117	127	163
Rio Grande do Norte	167	160	153	128	141	102	122	142	79
Paraíba	223	187	178	157	159	142	156	168	88
Pernambuco	185	167	160	122	139	104	128	150	92
Alagoas	102	42	41	35	32	23	34	36	57
Sergipe	75	58	49	41	46	46	49	50	43
Bahia	417	361	342	319	317	290	321	321	226
Sudeste	1 668	1 455	1 278	1 209	1 187	898	998	1 309	767
Minas Gerais	853	656	573	547	521	358	485	556	415
Espírito Santo	78	77	73	64	64	48	61	68	50
Rio de Janeiro	92	92	82	81	82	80	77	88	39
São Paulo	645	630	550	517	520	412	375	597	263
Sul	1 188	973	838	816	785	633	739	915	373
Paraná	399	206	185	162	154	100	142	175	116
Santa Catarina	293	289	264	238	256	226	228	282	82
Rio Grande do Sul	496	478	389	416	375	307	369	458	175
Centro-Oeste	466	354	306	282	281	202	271	314	298
Mato Grosso do Sul	78	33	28	24	30	26	17	29	51
Mato Grosso	141	100	96	80	70	51	80	85	72
Goiás	246	220	182	177	180	124	173	199	174
Distrito Federal	1	1	-	1	1	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 69 - Municípios, total e principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação na atual gestão (1)						
		Investi- mento em organização adminis- trativa	Autonomia financeira da escola	Participação da comunidade na gestão da escola	Campanha e/ou progra- ma para matricular crianças na escola	Diminuição da evasão escolar	Regula- mentação e valorização da carreira do magistério	Capacitação de professores
Brasil	5 565	1 405	789	2 374	2 444	3 043	2 778	4 577
Até 5 000	1 257	295	110	590	549	690	584	1 022
De 5 001 a 10 000	1 294	332	140	562	629	738	624	1 052
De 10 001 a 20 000	1 370	357	214	547	639	790	704	1 122
De 20 001 a 50 000	1 055	277	185	420	423	564	560	887
De 50 001 a 100 000	316	83	56	124	108	149	167	274
De 100 001 a 500 000	233	49	67	101	82	95	120	190
Mais de 500 000	40	12	17	30	14	17	19	30
Norte	449	137	70	183	192	258	186	373
Até 5 000	87	19	5	42	38	62	34	76
De 5 001 a 10 000	89	24	11	44	38	56	39	72
De 10 001 a 20 000	107	32	18	34	50	68	43	92
De 20 001 a 50 000	113	43	27	47	46	51	41	90
De 50 001 a 100 000	32	12	4	9	12	12	18	25
De 100 001 a 500 000	18	5	4	5	7	7	10	16
Mais de 500 000	3	2	1	2	1	2	1	2
Nordeste	1 794	442	393	738	937	1 116	909	1 500
Até 5 000	225	41	42	104	134	151	106	186
De 5 001 a 10 000	392	86	78	153	230	261	197	329
De 10 001 a 20 000	580	158	137	225	306	367	281	486
De 20 001 a 50 000	432	117	104	187	195	252	239	358
De 50 001 a 100 000	110	29	21	44	46	59	56	93
De 100 001 a 500 000	44	7	6	16	23	23	24	39
Mais de 500 000	11	4	5	9	3	3	6	9
Sudeste	1 668	422	138	752	769	881	762	1 284
Até 5 000	381	92	22	186	190	220	157	272
De 5 001 a 10 000	408	114	20	188	213	224	168	308
De 10 001 a 20 000	351	87	21	156	167	189	170	260
De 20 001 a 50 000	294	71	25	112	122	158	147	252
De 50 001 a 100 000	98	25	11	41	33	40	54	90
De 100 001 a 500 000	118	28	33	55	37	43	59	89
Mais de 500 000	18	5	6	14	7	7	7	13
Sul	1 188	292	118	475	402	553	647	1 041
Até 5 000	421	108	23	174	142	180	212	372
De 5 001 a 10 000	291	76	21	121	107	138	161	253
De 10 001 a 20 000	229	58	27	91	85	115	143	200
De 20 001 a 50 000	144	25	15	47	43	68	83	125
De 50 001 a 100 000	57	15	12	22	14	33	27	51
De 100 001 a 500 000	43	9	18	17	11	17	20	38
Mais de 500 000	3	1	2	3	-	2	1	2
Centro-Oeste	466	112	70	226	144	235	274	379
Até 5 000	143	35	18	84	45	77	75	116
De 5 001 a 10 000	114	32	10	56	41	59	59	90
De 10 001 a 20 000	103	22	11	41	31	51	67	84
De 20 001 a 50 000	72	21	14	27	17	35	50	62
De 50 001 a 100 000	19	2	8	8	3	5	12	15
De 100 001 a 500 000	10	-	6	8	4	5	7	8
Mais de 500 000	5	-	3	2	3	3	4	4

Tabela 69 - Municípios, total e principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação na atual gestão (1)								
	Contra- tação de profes- sores	Melhorias ou imple- mentação de pro- gramas de assis- tência escolar	Melhoria do trans- porte escolar	Ampliação do atendi- mento aos alunos com necessi- dades educativas especiais	Desenvol- vimento de pro- jetos para a educação de jovens e adultos	Desenvol- vimento de pro- jetos para a educação no campo, indígena e ambiental	Instituição de cursos de educação profissional	Desenvolvi- mento de pro- jetos volta- dos para pro- moção de uma educação não racista, não sexista e não homofóbica	Outras
Brasil	1 759	1 799	2 700	1 333	1 095	558	149	245	118
Até 5 000	398	526	699	223	220	104	24	56	31
De 5 001 a 10 000	423	471	675	233	227	115	29	46	24
De 10 001 a 20 000	470	375	666	292	260	125	35	62	27
De 20 001 a 50 000	296	254	487	313	248	133	40	44	18
De 50 001 a 100 000	98	92	111	130	73	45	13	19	5
De 100 001 a 500 000	62	71	59	124	60	34	8	14	11
Mais de 500 000	12	10	3	18	7	2	-	4	2
Norte	179	91	232	87	79	64	10	13	9
Até 5 000	45	23	54	9	9	6	-	1	-
De 5 001 a 10 000	33	19	52	13	12	8	1	4	4
De 10 001 a 20 000	48	24	55	18	21	16	3	2	2
De 20 001 a 50 000	39	15	52	27	25	23	4	3	3
De 50 001 a 100 000	10	5	17	10	8	3	1	1	-
De 100 001 a 500 000	3	5	2	9	4	7	1	2	-
Mais de 500 000	1	-	-	1	-	1	-	-	-
Nordeste	523	467	695	329	405	184	42	60	32
Até 5 000	61	95	83	18	50	18	5	5	2
De 5 001 a 10 000	123	110	158	50	83	33	8	9	4
De 10 001 a 20 000	195	130	230	89	122	57	11	24	13
De 20 001 a 50 000	103	85	174	106	109	48	13	15	9
De 50 001 a 100 000	30	35	34	38	27	21	3	4	1
De 100 001 a 500 000	7	11	15	21	13	7	2	2	2
Mais de 500 000	4	1	1	7	1	-	-	1	1
Sudeste	571	669	802	421	333	136	62	87	35
Até 5 000	134	181	199	61	64	20	9	19	9
De 5 001 a 10 000	143	184	213	69	70	36	15	18	9
De 10 001 a 20 000	126	130	181	83	71	26	13	21	6
De 20 001 a 50 000	91	96	143	89	65	34	15	16	1
De 50 001 a 100 000	35	32	34	44	25	7	5	6	2
De 100 001 a 500 000	38	40	30	67	32	12	5	6	7
Mais de 500 000	4	6	2	8	6	1	-	1	1
Sul	348	442	685	375	209	99	26	57	34
Até 5 000	119	185	271	109	73	45	7	18	14
De 5 001 a 10 000	86	120	179	78	43	20	3	12	6
De 10 001 a 20 000	65	64	125	71	34	12	5	13	6
De 20 001 a 50 000	44	43	82	63	41	10	7	7	4
De 50 001 a 100 000	19	15	17	29	8	8	4	4	2
De 100 001 a 500 000	13	15	11	24	10	4	-	2	2
Mais de 500 000	2	-	-	1	-	-	-	1	-
Centro-Oeste	138	130	286	121	69	75	9	28	8
Até 5 000	39	42	92	26	24	15	3	13	6
De 5 001 a 10 000	38	38	73	23	19	18	2	3	1
De 10 001 a 20 000	36	27	75	31	12	14	3	2	-
De 20 001 a 50 000	19	15	36	28	8	18	1	3	1
De 50 001 a 100 000	4	5	9	9	5	6	-	4	-
De 100 001 a 500 000	1	-	1	3	1	4	-	2	-
Mais de 500 000	1	3	-	1	-	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Foram consideradas como principais, em cada município, até cinco medidas ou ações.

Tabela 70 - Municípios, total e principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação na atual gestão (1)						
		Investimento em organização administrativa	Autonomia financeira da escola	Participação da comunidade na gestão da escola	Campanha e/ou programa para matricular crianças na escola	Diminuição da evasão escolar	Regulamentação e valorização da carreira do magistério	Capacitação de professores
Brasil	5 565	1 405	789	2 374	2 444	3 043	2 778	4 577
Norte	449	137	70	183	192	258	186	373
Rondônia	52	17	10	16	21	25	31	41
Acre	22	5	6	11	8	17	9	19
Amazonas	62	15	6	25	27	33	20	54
Roraima	15	5	4	8	4	8	7	12
Pará	143	56	28	47	64	72	63	112
Amapá	16	6	2	6	9	6	9	14
Tocantins	139	33	14	70	59	97	47	121
Nordeste	1 794	442	393	738	937	1 116	909	1 500
Maranhão	217	75	64	82	115	134	101	179
Piauí	224	57	42	99	152	148	97	198
Ceará	184	40	36	84	91	133	113	153
Rio Grande do Norte	167	38	37	63	78	101	100	145
Paraíba	223	40	41	89	124	150	102	186
Pernambuco	185	37	21	82	73	112	99	161
Alagoas	102	20	38	31	52	58	54	82
Sergipe	75	19	16	30	39	43	45	52
Bahia	417	116	98	178	213	237	198	344
Sudeste	1 668	422	138	752	769	881	762	1 284
Minas Gerais	853	217	57	385	442	459	332	645
Espírito Santo	78	17	11	36	21	30	41	62
Rio de Janeiro	92	19	22	49	38	42	36	68
São Paulo	645	169	48	282	268	350	353	509
Sul	1 188	292	118	475	402	553	647	1 041
Paraná	399	83	29	155	149	194	254	358
Santa Catarina	293	62	26	116	114	129	160	254
Rio Grande do Sul	496	147	63	204	139	230	233	429
Centro-Oeste	466	112	70	226	144	235	274	379
Mato Grosso do Sul	78	23	11	32	29	38	41	68
Mato Grosso	141	35	27	64	39	63	91	117
Goiás	246	54	31	129	75	133	141	194
Distrito Federal	1	-	1	1	1	1	1	-

Tabela 70 - Municípios, total e principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação na atual gestão (1)								
	Contração de professores	Melhorias ou implementação de programas de assistência escolar	Melhoria do transporte escolar	Ampliação do atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais	Desenvolvimento de projetos para a educação de jovens e adultos	Desenvolvimento de projetos para a educação no campo, indígena e ambiental	Instituição de cursos de educação profissional	Desenvolvimento de projetos voltados para promoção de uma educação não racista, não sexista e não homofóbica	Outras
Brasil	1 759	1 799	2 700	1 333	1 095	558	149	245	118
Norte	179	91	232	87	79	64	10	13	9
Rondônia	20	7	31	10	8	5	-	3	5
Acre	5	6	6	8	4	4	1	-	-
Amazonas	29	15	29	13	7	17	4	3	1
Roraima	3	6	7	5	1	2	-	-	1
Pará	55	19	71	26	37	21	3	3	2
Amapá	4	6	3	6	5	3	-	1	-
Tocantins	63	32	85	19	17	12	2	3	-
Nordeste	523	467	695	329	405	184	42	60	32
Maranhão	81	39	63	42	36	21	4	5	6
Piauí	70	63	80	29	48	4	3	4	2
Ceará	37	29	74	42	35	19	5	9	4
Rio Grande do Norte	39	69	49	31	28	28	4	4	1
Paraíba	57	85	105	40	55	20	3	9	-
Pernambuco	71	59	69	46	44	20	5	5	4
Alagoas	34	22	45	25	24	7	2	5	3
Sergipe	22	15	31	7	24	7	1	1	3
Bahia	112	86	179	67	111	58	15	18	9
Sudeste	571	669	802	421	333	136	62	87	35
Minas Gerais	286	360	487	163	179	54	31	39	12
Espírito Santo	37	18	29	38	10	15	-	7	-
Rio de Janeiro	30	34	33	37	18	13	2	7	4
São Paulo	218	257	253	183	126	54	29	34	19
Sul	348	442	685	375	209	99	26	57	34
Paraná	108	136	232	111	92	16	6	9	8
Santa Catarina	114	117	167	87	45	20	8	18	12
Rio Grande do Sul	126	189	286	177	72	63	12	30	14
Centro-Oeste	138	130	286	121	69	75	9	28	8
Mato Grosso do Sul	28	18	50	18	8	15	-	4	2
Mato Grosso	42	42	84	31	19	31	2	5	1
Goiás	68	70	152	72	42	29	7	19	5
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Foram consideradas como principais, em cada município, até cinco medidas ou ações.

Tabela 71 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de educação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de educação
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	398	1 213	1 024	802	556
Até 5 000	1 257	72	202	161	67	52
De 5 001 a 10 000	1 294	72	229	202	127	84
De 10 001 a 20 000	1 370	102	320	256	162	102
De 20 001 a 50 000	1 055	92	282	229	205	145
De 50 001 a 100 000	316	26	86	85	94	67
De 100 001 a 500 000	233	25	82	77	124	85
Mais de 500 000	40	9	12	14	23	21
Norte	449	35	107	83	34	34
Até 5 000	87	2	12	7	-	4
De 5 001 a 10 000	89	4	18	16	4	5
De 10 001 a 20 000	107	13	35	24	5	6
De 20 001 a 50 000	113	10	30	22	12	9
De 50 001 a 100 000	32	1	6	6	7	5
De 100 001 a 500 000	18	3	5	6	5	2
Mais de 500 000	3	2	1	2	1	3
Nordeste	1 794	92	380	329	178	126
Até 5 000	225	6	33	25	3	2
De 5 001 a 10 000	392	11	52	54	13	18
De 10 001 a 20 000	580	26	120	101	46	25
De 20 001 a 50 000	432	31	119	98	60	44
De 50 001 a 100 000	110	7	37	34	31	15
De 100 001 a 500 000	44	8	14	14	21	15
Mais de 500 000	11	3	5	3	4	7
Sudeste	1 668	125	380	295	318	216
Até 5 000	381	14	64	46	25	17
De 5 001 a 10 000	408	23	79	65	50	32
De 10 001 a 20 000	351	30	86	60	58	38
De 20 001 a 50 000	294	31	77	59	70	53
De 50 001 a 100 000	98	11	20	20	34	26
De 100 001 a 500 000	118	12	49	40	67	44
Mais de 500 000	18	4	5	5	14	6
Sul	1 188	120	214	197	209	133
Até 5 000	421	47	63	55	35	21
De 5 001 a 10 000	291	23	47	38	44	23
De 10 001 a 20 000	229	29	45	43	40	26
De 20 001 a 50 000	144	14	33	32	46	25
De 50 001 a 100 000	57	5	14	14	18	16
De 100 001 a 500 000	43	2	11	13	25	20
Mais de 500 000	3	-	1	2	1	2
Centro-Oeste	466	26	132	120	63	47
Até 5 000	143	3	30	28	4	8
De 5 001 a 10 000	114	11	33	29	16	6
De 10 001 a 20 000	103	4	34	28	13	7
De 20 001 a 50 000	72	6	23	18	17	14
De 50 001 a 100 000	19	2	9	11	4	5
De 100 001 a 500 000	10	-	3	4	6	4
Mais de 500 000	5	-	-	2	3	3

Tabela 72 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de educação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de educação
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	398	1 213	1 024	802	556
Norte	449	35	107	83	34	34
Rondônia	52	2	17	13	6	1
Acre	22	3	-	-	5	7
Amazonas	62	6	25	20	3	2
Roraima	15	-	9	8	1	-
Pará	143	21	31	22	15	15
Amapá	16	-	1	1	-	1
Tocantins	139	3	24	19	4	8
Nordeste	1 794	92	380	329	178	126
Maranhão	217	18	52	51	12	13
Piauí	224	9	24	17	8	4
Ceará	184	6	38	34	17	17
Rio Grande do Norte	167	1	24	25	6	-
Paraíba	223	2	25	27	14	15
Pernambuco	185	15	45	41	40	18
Alagoas	102	3	17	16	10	8
Sergipe	75	1	16	11	11	7
Bahia	417	37	139	107	60	44
Sudeste	1 668	125	380	295	318	216
Minas Gerais	853	62	144	121	117	82
Espírito Santo	78	8	31	21	14	13
Rio de Janeiro	92	12	28	25	34	20
São Paulo	645	43	177	128	153	101
Sul	1 188	120	214	197	209	133
Paraná	399	33	76	60	47	32
Santa Catarina	293	26	39	37	40	36
Rio Grande do Sul	496	61	99	100	122	65
Centro-Oeste	466	26	132	120	63	47
Mato Grosso do Sul	78	7	28	26	17	10
Mato Grosso	141	12	43	27	21	16
Goiás	246	7	61	67	25	20
Distrito Federal	1	-	-	-	-	1

Tabela 73 - Municípios, total e com estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor						
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	Não possui estrutura específica
Brasil	5 565	5 382	521	3 948	511	297	105	183
Até 5 000	1 257	1 170	41	919	107	103	-	88
De 5 001 a 10 000	1 294	1 239	74	961	125	79	-	54
De 10 001 a 20 000	1 370	1 339	130	990	150	64	5	31
De 20 001 a 50 000	1 055	1 047	139	752	100	36	20	8
De 50 001 a 100 000	316	314	50	213	17	7	27	2
De 100 001 a 500 000	233	233	73	102	12	7	39	-
Mais de 500 000	40	40	14	11	-	1	14	-
Norte	449	431	62	283	61	14	11	18
Até 5 000	87	82	3	72	7	-	-	5
De 5 001 a 10 000	89	80	5	59	12	4	-	9
De 10 001 a 20 000	107	105	16	60	25	4	-	2
De 20 001 a 50 000	113	111	26	65	14	4	2	2
De 50 001 a 100 000	32	32	8	20	2	-	2	-
De 100 001 a 500 000	18	18	4	6	1	2	5	-
Mais de 500 000	3	3	-	1	-	-	2	-
Nordeste	1 794	1 757	179	1 396	139	22	21	37
Até 5 000	225	217	11	192	10	4	-	8
De 5 001 a 10 000	392	379	33	310	33	3	-	13
De 10 001 a 20 000	580	567	53	454	54	6	-	13
De 20 001 a 50 000	432	429	56	328	36	8	1	3
De 50 001 a 100 000	110	110	16	84	5	-	5	-
De 100 001 a 500 000	44	44	8	26	1	1	8	-
Mais de 500 000	11	11	2	2	-	-	7	-
Sudeste	1 668	1 586	205	1 075	101	177	28	82
Até 5 000	381	332	16	222	21	73	-	49
De 5 001 a 10 000	408	391	28	286	29	48	-	17
De 10 001 a 20 000	351	339	43	239	23	32	2	12
De 20 001 a 50 000	294	292	44	205	20	18	5	2
De 50 001 a 100 000	98	96	19	62	5	3	7	2
De 100 001 a 500 000	118	118	47	55	3	2	11	-
Mais de 500 000	18	18	8	6	-	1	3	-
Sul	1 188	1 177	49	863	162	68	35	11
Até 5 000	421	414	7	334	49	24	-	7
De 5 001 a 10 000	291	287	5	222	41	19	-	4
De 10 001 a 20 000	229	229	13	158	40	16	2	-
De 20 001 a 50 000	144	144	7	101	24	4	8	-
De 50 001 a 100 000	57	57	3	36	3	4	11	-
De 100 001 a 500 000	43	43	13	11	5	1	13	-
Mais de 500 000	3	3	1	1	-	-	1	-
Centro-Oeste	466	431	26	331	48	16	10	35
Até 5 000	143	125	4	99	20	2	-	18
De 5 001 a 10 000	114	102	3	84	10	5	-	12
De 10 001 a 20 000	103	99	5	79	8	6	1	4
De 20 001 a 50 000	72	71	6	53	6	2	4	1
De 50 001 a 100 000	19	19	4	11	2	-	2	-
De 100 001 a 500 000	10	10	1	4	2	1	2	-
Mais de 500 000	5	5	3	1	-	-	1	-

Tabela 74 - Municípios, total e com estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor						
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado à outra secretaria	Setor subordinado diretamente à chefia do executivo	Órgão da administração indireta	Não possui estrutura específica
Brasil	5 565	5 382	521	3 948	511	297	105	183
Norte	449	431	62	283	61	14	11	18
Rondônia	52	51	1	40	5	1	4	1
Acre	22	22	1	11	2	6	2	-
Amazonas	62	58	15	34	8	-	1	4
Roraima	15	15	-	9	4	2	-	-
Pará	143	142	34	70	31	4	3	1
Amapá	16	16	-	14	1	1	-	-
Tocantins	139	127	11	105	10	22	1	12
Nordeste	1 794	1 757	179	1 396	139	4	21	37
Maranhão	217	210	57	111	35	8	3	7
Piauí	224	216	19	179	9	-	1	8
Ceará	184	184	26	146	8	-	4	-
Rio Grande do Norte	167	165	8	145	8	1	4	2
Paraíba	223	218	7	194	14	3	2	5
Pernambuco	185	185	6	165	9	-	2	-
Alagoas	102	96	18	69	8	-	1	6
Sergipe	75	73	12	54	6	-	1	2
Bahia	417	410	26	333	42	6	3	7
Sudeste	1 668	1 586	205	1 075	101	177	28	82
Minas Gerais	853	814	51	612	75	65	11	39
Espírito Santo	78	78	9	68	1	-	-	-
Rio de Janeiro	92	92	18	58	5	1	10	-
São Paulo	645	602	127	337	20	111	7	43
Sul	1 188	1 177	49	863	162	68	35	11
Paraná	399	392	32	196	99	57	8	7
Santa Catarina	293	292	2	226	34	6	24	1
Rio Grande do Sul	496	493	15	441	29	5	3	3
Centro-Oeste	466	431	26	331	48	16	10	35
Mato Grosso do Sul	78	77	2	58	6	3	8	1
Mato Grosso	141	134	11	102	14	7	-	7
Goiás	246	219	12	171	28	6	2	27
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-	-

Tabela 75 - Municípios, total e com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, por natureza do bem tombado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural		
		Total (1)	Natureza do bem tombado (2)	
			Patrimônio material	Patrimônio imaterial
Brasil	5 565	1 618	1 559	401
Até 5 000	1 257	244	238	55
De 5 001 a 10 000	1 294	304	292	67
De 10 001 a 20 000	1 370	330	315	78
De 20 001 a 50 000	1 055	382	365	90
De 50 001 a 100 000	316	159	155	49
De 100 001 a 500 000	233	168	163	48
Mais de 500 000	40	31	31	14
Norte	449	71	65	29
Até 5 000	87	3	3	-
De 5 001 a 10 000	89	10	8	3
De 10 001 a 20 000	107	13	12	6
De 20 001 a 50 000	113	24	21	9
De 50 001 a 100 000	32	6	6	3
De 100 001 a 500 000	18	13	13	8
Mais de 500 000	3	2	2	-
Nordeste	1 794	256	239	85
Até 5 000	225	16	16	3
De 5 001 a 10 000	392	23	21	7
De 10 001 a 20 000	580	62	55	20
De 20 001 a 50 000	432	80	76	22
De 50 001 a 100 000	110	40	38	14
De 100 001 a 500 000	44	26	24	13
Mais de 500 000	11	9	9	6
Sudeste	1 668	942	920	222
Até 5 000	381	170	168	42
De 5 001 a 10 000	408	226	220	51
De 10 001 a 20 000	351	186	181	39
De 20 001 a 50 000	294	180	174	40
De 50 001 a 100 000	98	74	73	25
De 100 001 a 500 000	118	91	89	19
Mais de 500 000	18	15	15	6
Sul	1 188	259	248	43
Até 5 000	421	44	41	7
De 5 001 a 10 000	291	34	32	5
De 10 001 a 20 000	229	50	49	8
De 20 001 a 50 000	144	68	65	11
De 50 001 a 100 000	57	29	28	6
De 100 001 a 500 000	43	32	31	6
Mais de 500 000	3	2	2	-
Centro-Oeste	466	90	87	22
Até 5 000	143	11	10	3
De 5 001 a 10 000	114	11	11	1
De 10 001 a 20 000	103	19	18	5
De 20 001 a 50 000	72	30	29	8
De 50 001 a 100 000	19	10	10	1
De 100 001 a 500 000	10	6	6	2
Mais de 500 000	5	3	3	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) A mesma legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural pode tratar dos patrimônios material e imaterial. (2) O mesmo município pode ter mais de um tipo de bem tombado.

Tabela 76 - Municípios, total e com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, por natureza do bem tombado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural		
		Total (1)	Natureza do bem tombado (2)	
		Patrimônio material	Patrimônio imaterial	
Brasil	5 565	1 618	1 559	401
Norte	449	65	65	29
Rondônia	52	11	11	5
Acre	22	1	1	3
Amazonas	62	12	12	4
Roraima	15	3	3	2
Pará	143	25	25	12
Amapá	16	3	3	1
Tocantins	139	10	10	2
Nordeste	1 794	239	239	85
Maranhão	217	21	21	14
Piauí	224	15	15	5
Ceará	184	39	39	7
Rio Grande do Norte	167	21	21	3
Paraíba	223	24	24	7
Pernambuco	185	38	38	14
Alagoas	102	10	10	6
Sergipe	75	9	9	4
Bahia	417	62	62	25
Sudeste	1 668	920	920	222
Minas Gerais	853	676	676	147
Espírito Santo	78	30	30	12
Rio de Janeiro	92	51	51	15
São Paulo	645	163	163	48
Sul	1 188	248	248	43
Paraná	399	47	47	15
Santa Catarina	293	75	75	12
Rio Grande do Sul	496	126	126	16
Centro-Oeste	466	87	87	22
Mato Grosso do Sul	78	17	17	6
Mato Grosso	141	27	27	7
Goiás	246	42	42	8
Distrito Federal	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) A mesma legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural pode tratar dos patrimônios material e imaterial. (2) O mesmo município pode ter mais de um tipo de bem tombado.

Tabela 77 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Cultura, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Cultura						
		Total	Paritário	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Caráter do conselho				
			Consultivo	Delibe- rativo	Normativo	Fiscalizador		
Brasil	5 565	1 372	1 159	1 061	1 008	575	753	1 016
Até 5 000	1 257	212	179	160	165	98	117	178
De 5 001 a 10 000	1 294	251	214	185	186	105	137	196
De 10 001 a 20 000	1 370	298	261	222	226	125	172	213
De 20 001 a 50 000	1 055	305	258	234	228	124	164	217
De 50 001 a 100 000	316	130	110	108	92	53	77	82
De 100 001 a 500 000	233	143	111	119	92	59	70	104
Mais de 500 000	40	33	26	33	19	11	16	26
Norte	449	37	31	28	29	18	20	21
Até 5 000	87	4	4	3	3	4	3	3
De 5 001 a 10 000	89	2	2	2	2	1	1	1
De 10 001 a 20 000	107	10	9	6	8	3	3	4
De 20 001 a 50 000	113	7	4	6	6	5	4	3
De 50 001 a 100 000	32	5	4	3	4	2	3	4
De 100 001 a 500 000	18	7	6	6	4	2	4	4
Mais de 500 000	3	2	2	2	2	1	2	2
Nordeste	1 794	193	177	154	152	94	128	116
Até 5 000	225	7	5	5	5	5	3	7
De 5 001 a 10 000	392	17	16	12	13	10	12	8
De 10 001 a 20 000	580	41	38	31	33	19	28	25
De 20 001 a 50 000	432	63	57	48	47	31	45	39
De 50 001 a 100 000	110	33	32	28	28	12	20	17
De 100 001 a 500 000	44	23	21	21	18	13	14	15
Mais de 500 000	11	9	8	9	8	4	6	5
Sudeste	1 668	742	627	567	539	305	381	587
Até 5 000	381	136	119	101	107	60	75	119
De 5 001 a 10 000	408	169	141	120	126	71	89	136
De 10 001 a 20 000	351	156	134	122	117	71	94	128
De 20 001 a 50 000	294	142	123	106	104	53	64	106
De 50 001 a 100 000	98	48	41	41	31	21	26	30
De 100 001 a 500 000	118	76	57	62	48	27	28	56
Mais de 500 000	18	15	12	15	6	2	5	12
Sul	1 188	215	159	168	139	88	124	148
Até 5 000	421	34	24	27	24	17	16	25
De 5 001 a 10 000	291	25	21	20	13	10	13	19
De 10 001 a 20 000	229	44	37	30	30	15	24	24
De 20 001 a 50 000	144	45	33	37	32	16	32	29
De 50 001 a 100 000	57	35	24	28	24	17	21	25
De 100 001 a 500 000	43	29	20	23	15	12	17	23
Mais de 500 000	3	3	-	3	1	1	1	3
Centro-Oeste	466	185	165	144	149	70	100	144
Até 5 000	143	31	27	24	26	12	20	24
De 5 001 a 10 000	114	38	34	31	32	13	22	32
De 10 001 a 20 000	103	47	43	33	38	17	23	32
De 20 001 a 50 000	72	48	41	37	39	19	19	40
De 50 001 a 100 000	19	9	9	8	5	1	7	6
De 100 001 a 500 000	10	8	7	7	7	5	7	6
Mais de 500 000	5	4	4	4	2	3	2	4

Tabela 78 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Cultura, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Cultura						
		Total	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses	
			Paritário	Caráter do conselho				
Consultivo	Deliberativo	Normativo		Fiscalizador				
Brasil	5 565	1 372	1 159	1 061	1 008	575	753	1 016
Norte	449	37	31	28	29	18	20	21
Rondônia	52	4	3	2	3	2	-	4
Acre	22	2	1	2	2	1	1	2
Amazonas	62	3	3	2	3	1	3	2
Roraima	15	1	1	1	-	1	-	-
Pará	143	11	9	8	9	4	6	4
Amapá	16	3	2	2	3	2	3	1
Tocantins	139	13	12	11	9	7	7	8
Nordeste	1 794	193	177	154	152	94	128	116
Maranhão	217	15	14	11	12	5	5	9
Piauí	224	5	4	4	4	3	1	3
Ceará	184	68	65	52	55	30	48	43
Rio Grande do Norte	167	11	10	10	10	9	6	7
Paraíba	223	17	15	14	17	9	12	9
Pernambuco	185	17	16	13	11	8	11	10
Alagoas	102	3	3	3	1	1	1	1
Sergipe	75	9	7	7	7	6	7	3
Bahia	417	48	43	40	35	23	37	31
Sudeste	1 668	742	627	567	539	305	381	587
Minas Gerais	853	492	422	358	378	206	272	429
Espírito Santo	78	29	25	24	23	16	15	20
Rio de Janeiro	92	40	36	35	26	17	18	29
São Paulo	645	181	144	150	112	66	76	109
Sul	1 188	215	159	168	139	88	124	148
Paraná	399	39	27	23	26	18	21	25
Santa Catarina	293	58	46	46	39	20	30	39
Rio Grande do Sul	496	118	86	99	74	50	73	84
Centro-Oeste	466	185	165	144	149	70	100	144
Mato Grosso do Sul	78	43	40	33	31	12	22	33
Mato Grosso	141	110	99	84	95	42	60	91
Goiás	246	31	25	26	22	15	18	19
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	1

Tabela 79 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de cultura, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de cultura
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	336	568	323	374	563
Até 5 000	1 257	43	61	32	35	43
De 5 001 a 10 000	1 294	65	115	53	36	75
De 10 001 a 20 000	1 370	91	128	55	56	102
De 20 001 a 50 000	1 055	85	148	84	96	160
De 50 001 a 100 000	316	31	58	47	56	89
De 100 001 a 500 000	233	19	49	40	76	77
Mais de 500 000	40	2	9	12	19	17
Norte	449	35	35	19	30	49
Até 5 000	87	-	1	1	-	2
De 5 001 a 10 000	89	4	7	3	4	6
De 10 001 a 20 000	107	13	8	3	6	13
De 20 001 a 50 000	113	13	13	6	7	15
De 50 001 a 100 000	32	4	3	2	5	9
De 100 001 a 500 000	18	1	3	3	6	4
Mais de 500 000	3	-	-	1	2	-
Nordeste	1 794	76	178	97	64	114
Até 5 000	225	2	6	5	1	3
De 5 001 a 10 000	392	8	32	12	5	12
De 10 001 a 20 000	580	24	50	26	14	21
De 20 001 a 50 000	432	33	58	29	26	43
De 50 001 a 100 000	110	7	19	14	9	17
De 100 001 a 500 000	44	1	12	7	6	13
Mais de 500 000	11	1	1	4	3	5
Sudeste	1 668	122	211	105	163	223
Até 5 000	381	11	20	7	13	14
De 5 001 a 10 000	408	29	42	16	15	29
De 10 001 a 20 000	351	32	42	14	21	37
De 20 001 a 50 000	294	24	51	30	34	57
De 50 001 a 100 000	98	15	23	14	27	40
De 100 001 a 500 000	118	11	26	19	42	36
Mais de 500 000	18	-	7	5	11	10
Sul	1 188	82	96	72	90	134
Até 5 000	421	24	24	15	17	16
De 5 001 a 10 000	291	18	20	12	10	20
De 10 001 a 20 000	229	18	22	10	12	28
De 20 001 a 50 000	144	11	12	12	18	30
De 50 001 a 100 000	57	5	11	13	11	18
De 100 001 a 500 000	43	6	7	10	21	20
Mais de 500 000	3	-	-	-	1	2
Centro-Oeste	466	21	48	30	27	43
Até 5 000	143	6	10	4	4	8
De 5 001 a 10 000	114	6	14	10	2	8
De 10 001 a 20 000	103	4	6	2	3	3
De 20 001 a 50 000	72	4	14	7	11	15
De 50 001 a 100 000	19	-	2	4	4	5
De 100 001 a 500 000	10	-	1	1	1	4
Mais de 500 000	5	1	1	2	2	-

Tabela 80 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de cultura, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	336	568	323	374	563
Norte	449	35	35	19	30	49
Rondônia	52	1	-	3	1	6
Acre	22	2	-	-	3	5
Amazonas	62	8	15	4	4	5
Roraima	15	1	4	3	2	2
Pará	143	21	10	5	16	22
Amapá	16	-	1	-	1	1
Tocantins	139	2	5	4	3	8
Nordeste	1 794	76	178	97	64	114
Maranhão	217	25	35	8	3	6
Piauí	224	1	4	2	1	5
Ceará	184	10	14	10	12	25
Rio Grande do Norte	167	1	6	6	5	4
Paraíba	223	4	7	7	3	8
Pernambuco	185	9	25	12	15	23
Alagoas	102	1	10	12	6	7
Sergipe	75	-	10	11	1	2
Bahia	417	25	67	29	18	34
Sudeste	1 668	122	211	105	163	223
Minas Gerais	853	54	63	29	61	94
Espírito Santo	78	12	13	3	10	13
Rio de Janeiro	92	7	11	9	16	20
São Paulo	645	49	124	64	76	96
Sul	1 188	82	96	72	90	134
Paraná	399	31	35	17	14	36
Santa Catarina	293	10	26	17	23	33
Rio Grande do Sul	496	41	35	38	53	65
Centro-Oeste	466	21	48	30	27	43
Mato Grosso do Sul	78	4	12	7	8	9
Mato Grosso	141	12	25	11	7	11
Goiás	246	5	11	12	12	23
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-

Tabela 81 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de turismo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	450	289	200	215	300
Até 5 000	1 257	83	41	28	25	25
De 5 001 a 10 000	1 294	99	47	33	25	48
De 10 001 a 20 000	1 370	103	63	41	42	63
De 20 001 a 50 000	1 055	95	70	47	51	83
De 50 001 a 100 000	316	39	39	23	33	47
De 100 001 a 500 000	233	27	25	20	32	24
Mais de 500 000	40	4	4	8	7	10
Norte	449	17	15	13	13	23
Até 5 000	87	-	-	-	-	2
De 5 001 a 10 000	89	3	3	4	2	1
De 10 001 a 20 000	107	5	2	3	3	5
De 20 001 a 50 000	113	6	7	4	1	8
De 50 001 a 100 000	32	2	2	-	5	6
De 100 001 a 500 000	18	1	1	1	1	1
Mais de 500 000	3	-	-	1	1	-
Nordeste	1 794	45	66	46	42	55
Até 5 000	225	2	3	3	-	1
De 5 001 a 10 000	392	4	8	5	4	6
De 10 001 a 20 000	580	17	17	15	14	9
De 20 001 a 50 000	432	14	17	10	11	19
De 50 001 a 100 000	110	4	14	7	7	12
De 100 001 a 500 000	44	4	7	4	4	3
Mais de 500 000	11	-	-	2	2	5
Sudeste	1 668	245	124	79	94	129
Até 5 000	381	35	14	8	7	7
De 5 001 a 10 000	408	54	19	11	12	27
De 10 001 a 20 000	351	54	23	13	15	25
De 20 001 a 50 000	294	55	36	23	23	33
De 50 001 a 100 000	98	25	16	10	13	21
De 100 001 a 500 000	118	19	13	10	21	13
Mais de 500 000	18	3	3	4	3	3
Sul	1 188	123	54	39	54	69
Até 5 000	421	42	17	13	17	11
De 5 001 a 10 000	291	30	9	7	6	8
De 10 001 a 20 000	229	24	15	7	8	22
De 20 001 a 50 000	144	16	4	4	11	16
De 50 001 a 100 000	57	8	5	4	6	5
De 100 001 a 500 000	43	3	4	4	6	6
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	1
Centro-Oeste	466	20	30	23	12	24
Até 5 000	143	4	7	4	1	4
De 5 001 a 10 000	114	8	8	6	1	6
De 10 001 a 20 000	103	3	6	3	2	2
De 20 001 a 50 000	72	4	6	6	5	7
De 50 001 a 100 000	19	-	2	2	2	3
De 100 001 a 500 000	10	-	-	1	-	1
Mais de 500 000	5	1	1	1	1	1

Tabela 82 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de turismo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	450	289	200	215	300
Norte	449	17	15	13	13	23
Rondônia	52	-	-	-	1	2
Acre	22	2	-	-	2	3
Amazonas	62	2	5	3	3	2
Roraima	15	-	-	3	1	1
Pará	143	12	6	4	4	10
Amapá	16	-	-	-	-	-
Tocantins	139	1	4	3	2	5
Nordeste	1 794	45	66	46	42	55
Maranhão	217	12	5	3	1	2
Piauí	224	1	2	-	1	3
Ceará	184	4	7	6	8	13
Rio Grande do Norte	167	1	4	4	3	4
Paraíba	223	5	4	6	4	5
Pernambuco	185	5	10	5	9	10
Alagoas	102	-	4	3	6	2
Sergipe	75	1	7	6	1	2
Bahia	417	16	23	13	9	14
Sudeste	1 668	245	124	79	94	129
Minas Gerais	853	139	33	21	39	62
Espírito Santo	78	17	12	8	9	11
Rio de Janeiro	92	10	6	5	14	11
São Paulo	645	79	73	45	32	45
Sul	1 188	123	54	39	54	69
Paraná	399	17	12	10	8	12
Santa Catarina	293	22	17	7	14	18
Rio Grande do Sul	496	84	25	22	32	39
Centro-Oeste	466	20	30	23	12	24
Mato Grosso do Sul	78	6	8	5	2	6
Mato Grosso	141	8	11	7	3	5
Goiás	246	6	11	11	7	13
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-

Tabela 83 - Municípios, total e com existência de equipamentos culturais no município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2005

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Existência de equipamentos culturais							Estádio ou ginásio polieportivo	Provedor de Internet
		Biblioteca pública	Museu	Teatro ou sala de espe- táculo	Centro cultural	Cinema	Videolo- cadora			
Brasil	5 565	5 187	1 299	1 172	1 646	508	3 871	4 824	3 095	
Até 5 000	1 257	1 131	150	59	181	7	495	1 037	367	
De 5 001 a 10 000	1 294	1 172	160	119	245	12	821	1 078	572	
De 10 001 a 20 000	1 370	1 284	259	216	389	46	1 063	1 158	838	
De 20 001 a 50 000	1 055	1 022	339	352	432	133	935	969	822	
De 50 001 a 100 000	316	307	182	195	186	119	295	311	272	
De 100 001 a 500 000	233	231	173	194	175	152	223	231	192	
Mais de 500 000	40	40	36	37	38	39	40	40	32	
Norte	449	384	48	50	116	23	246	343	207	
Até 5 000	87	70	1	-	6	-	17	50	8	
De 5 001 a 10 000	89	75	3	3	19	-	39	70	16	
De 10 001 a 20 000	107	85	8	9	33	1	64	80	62	
De 20 001 a 50 000	113	103	16	16	32	3	83	92	78	
De 50 001 a 100 000	32	30	7	8	12	9	24	31	25	
De 100 001 a 500 000	18	18	11	12	11	8	16	17	16	
Mais de 500 000	3	3	2	2	3	2	3	3	2	
Nordeste	1 794	1 607	265	299	411	80	1 262	1 347	1 039	
Até 5 000	225	182	15	7	20	2	89	135	50	
De 5 001 a 10 000	392	329	19	18	44	3	216	247	164	
De 10 001 a 20 000	580	527	64	65	122	10	415	424	343	
De 20 001 a 50 000	432	412	85	104	132	23	381	380	334	
De 50 001 a 100 000	110	104	46	60	53	14	106	106	100	
De 100 001 a 500 000	44	42	26	34	30	17	44	44	39	
Mais de 500 000	11	11	10	11	10	11	11	11	9	
Sudeste	1 668	1 631	469	505	610	270	1 208	1 573	985	
Até 5 000	381	363	27	24	61	3	155	344	127	
De 5 001 a 10 000	408	394	53	61	86	6	272	371	196	
De 10 001 a 20 000	351	346	78	78	128	24	290	336	225	
De 20 001 a 50 000	294	294	127	145	152	74	268	288	244	
De 50 001 a 100 000	98	98	74	75	69	62	92	98	87	
De 100 001 a 500 000	118	118	94	105	97	83	113	118	93	
Mais de 500 000	18	18	16	17	17	18	18	18	13	
Sul	1 188	1 125	444	255	401	102	803	1 116	577	
Até 5 000	421	390	104	25	80	2	164	378	123	
De 5 001 a 10 000	291	268	76	32	75	3	204	278	133	
De 10 001 a 20 000	229	224	95	55	86	8	201	217	135	
De 20 001 a 50 000	144	141	84	64	83	24	135	140	106	
De 50 001 a 100 000	57	56	44	39	41	25	55	57	42	
De 100 001 a 500 000	43	43	38	37	33	37	41	43	35	
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
Centro-Oeste	466	440	73	63	108	33	353	445	287	
Até 5 000	143	126	3	3	14	-	70	130	59	
De 5 001 a 10 000	114	106	9	5	21	-	90	112	63	
De 10 001 a 20 000	103	102	14	9	20	3	93	101	73	
De 20 001 a 50 000	72	72	27	23	33	9	68	69	60	
De 50 001 a 100 000	19	19	11	13	11	9	18	19	18	
De 100 001 a 500 000	10	10	4	6	4	7	9	9	9	
Mais de 500 000	5	5	5	4	5	5	5	5	5	

Tabela 83 - Municípios, total e com existência de equipamentos culturais no município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Existência de equipamentos culturais								
	Unidade de ensino superior	<i>Shopping centers</i>	Lojas de discos, Cds, fitas e DVDs	Livrarias	Estações de rádio AM	Estações de rádio FM	Rádio comun- itária AM ou FM	Gera- dora de TV	Clube ou asso- ciação recreativa
Brasil	2 132	352	2 501	1 557	1 186	1 949	2 927	605	3 415
Até 5 000	138	2	251	100	21	99	345	21	548
De 5 001 a 10 000	300	5	424	155	64	228	661	45	677
De 10 001 a 20 000	523	15	614	348	226	481	784	104	821
De 20 001 a 50 000	651	70	695	475	434	645	701	156	828
De 50 001 a 100 000	270	78	271	243	231	270	222	115	288
De 100 001 a 500 000	210	143	207	197	175	193	178	136	214
Mais de 500 000	40	39	39	39	35	33	36	28	39
Norte	239	11	145	91	65	150	204	87	216
Até 5 000	46	-	5	2	2	4	15	-	6
De 5 001 a 10 000	46	-	14	2	1	16	41	3	26
De 10 001 a 20 000	44	-	32	22	6	31	44	12	64
De 20 001 a 50 000	61	1	53	30	25	60	69	35	74
De 50 001 a 100 000	21	1	21	16	15	20	20	20	27
De 100 001 a 500 000	18	7	17	16	14	17	12	15	16
Mais de 500 000	3	2	3	3	2	2	3	2	3
Nordeste	657	61	821	378	273	521	1 024	138	953
Até 5 000	14	-	53	5	1	12	75	2	70
De 5 001 a 10 000	64	-	125	20	5	41	202	12	157
De 10 001 a 20 000	195	-	232	90	43	124	323	37	260
De 20 001 a 50 000	239	14	264	139	109	200	289	39	315
De 50 001 a 100 000	93	15	96	75	72	95	85	21	101
De 100 001 a 500 000	41	21	41	38	32	39	39	18	40
Mais de 500 000	11	11	10	11	11	10	11	9	10
Sudeste	641	169	768	448	390	725	937	227	1 062
Até 5 000	28	1	66	9	5	45	115	11	134
De 5 001 a 10 000	91	2	121	23	12	91	222	21	212
De 10 001 a 20 000	126	8	162	69	53	177	225	29	251
De 20 001 a 50 000	189	29	217	152	141	218	202	44	250
De 50 001 a 100 000	89	37	85	86	79	88	68	44	90
De 100 001 a 500 000	100	74	99	92	86	93	89	68	107
Mais de 500 000	18	18	18	17	14	13	16	10	18
Sul	364	86	535	498	351	369	513	82	917
Até 5 000	28	1	97	77	9	23	100	4	299
De 5 001 a 10 000	54	3	112	91	41	51	130	5	222
De 10 001 a 20 000	91	6	127	129	100	95	122	10	172
De 20 001 a 50 000	98	18	105	107	111	111	91	11	124
De 50 001 a 100 000	49	19	50	50	51	51	37	20	54
De 100 001 a 500 000	41	36	41	41	36	35	30	29	43
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Centro-Oeste	231	25	232	142	107	184	249	71	267
Até 5 000	22	-	30	7	4	15	40	4	39
De 5 001 a 10 000	45	-	52	19	5	29	66	4	60
De 10 001 a 20 000	67	1	61	38	24	54	70	16	74
De 20 001 a 50 000	64	8	56	47	48	56	50	27	65
De 50 001 a 100 000	18	6	19	16	14	16	12	10	16
De 100 001 a 500 000	10	5	9	10	7	9	8	6	8
Mais de 500 000	5	5	5	5	5	5	3	4	5

Tabela 84 - Municípios, total e com existência de equipamentos culturais no município, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Existência de equipamentos culturais								
	Unidade de ensino superior	<i>Shopping centers</i>	Lojas de discos, Cds, fitas e DVDs	Livrarias	Estações de rádio AM	Estações de rádio FM	Rádio comun- itária AM ou FM	Gera- dora de TV	Clube ou asso- ciação recreativa
Brasil	2 132	352	2 501	1 557	1 186	1 949	2 927	605	3 415
Norte	239	11	145	91	65	150	204	87	216
Rondônia	32	2	22	24	14	26	31	11	27
Acre	20	-	12	4	6	9	13	5	18
Amazonas	29	2	24	15	10	27	28	26	38
Roraima	12	1	2	4	2	2	6	-	8
Pará	52	4	57	30	22	58	76	39	89
Amapá	9	1	3	4	3	8	13	2	10
Tocantins	85	1	25	10	8	20	37	4	26
Nordeste	657	61	821	378	273	521	1 024	138	953
Maranhão	51	2	87	52	37	93	131	63	106
Piauí	57	1	81	17	28	51	142	6	90
Ceará	105	11	98	55	54	98	141	7	105
Rio Grande do Norte	55	7	63	28	19	26	81	6	88
Paraíba	38	9	119	23	23	29	119	6	106
Pernambuco	72	9	136	62	31	68	122	12	129
Alagoas	29	2	37	23	12	17	60	8	45
Sergipe	24	1	19	19	11	16	28	4	48
Bahia	226	19	181	99	58	123	200	26	236
Sudeste	641	169	768	448	390	725	937	227	1 062
Minas Gerais	330	46	385	175	153	347	477	98	503
Espírito Santo	36	10	43	20	16	43	40	22	53
Rio de Janeiro	46	28	49	40	42	63	69	16	70
São Paulo	229	85	291	213	179	272	351	91	436
Sul	364	86	535	498	351	369	513	82	917
Paraná	129	30	157	162	121	115	166	30	280
Santa Catarina	91	23	147	124	84	98	119	20	234
Rio Grande do Sul	144	33	231	212	146	156	228	32	403
Centro-Oeste	231	25	232	142	106	184	249	71	267
Mato Grosso do Sul	54	8	40	37	28	35	55	9	55
Mato Grosso	91	6	79	45	35	69	74	46	82
Goiás	85	10	112	59	43	79	120	15	129
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	1	1

Tabela 85 - Municípios, total e com as principais atividades artesanais desenvolvidas no município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com as principais atividades artesanais desenvolvidas no município								
		Bordado	Barro	Couro	Conchas	Culinária típica	Fios e fibras	Fibras vegetais	Frutas e sementes	Madeira
Brasil	5 565	4 081	1 142	596	173	1 419	563	811	496	1 900
Até 5 000	1 257	923	131	75	14	289	129	166	82	345
De 5 001 a 10 000	1 294	973	234	131	34	304	121	196	107	404
De 10 001 a 20 000	1 370	1 027	296	162	54	354	142	194	117	461
De 20 001 a 50 000	1 055	766	297	159	39	311	98	177	126	438
De 50 001 a 100 000	316	219	103	37	17	92	43	50	31	132
De 100 001 a 500 000	233	149	71	26	14	60	24	23	27	105
Mais de 500 000	40	24	10	6	1	9	6	5	6	15
Norte	449	249	93	23	23	76	30	104	121	190
Até 5 000	87	46	9	3	-	4	7	22	11	19
De 5 001 a 10 000	89	57	12	5	2	8	9	19	19	28
De 10 001 a 20 000	107	65	26	5	3	19	3	21	33	48
De 20 001 a 50 000	113	52	32	6	1	30	7	33	39	65
De 50 001 a 100 000	32	19	8	3	2	10	2	4	9	19
De 100 001 a 500 000	18	9	6	1	1	4	2	4	8	11
Mais de 500 000	3	1	-	-	-	1	-	1	2	-
Nordeste	1 794	1 282	581	301	71	440	143	315	134	491
Até 5 000	225	160	54	28	3	34	13	38	10	50
De 5 001 a 10 000	392	272	114	62	11	76	32	84	20	75
De 10 001 a 20 000	580	419	177	100	25	134	56	93	44	157
De 20 001 a 50 000	432	328	165	80	20	138	29	74	43	150
De 50 001 a 100 000	110	74	50	20	7	42	9	20	10	37
De 100 001 a 500 000	44	24	17	7	4	12	2	4	6	18
Mais de 500 000	11	5	4	4	1	4	2	2	1	4
Sudeste	1 668	1 291	283	140	45	439	167	210	124	600
Até 5 000	381	289	37	17	2	88	34	40	23	106
De 5 001 a 10 000	408	320	66	39	8	116	33	53	35	150
De 10 001 a 20 000	351	283	47	31	13	101	39	46	20	125
De 20 001 a 50 000	294	226	64	34	9	80	32	43	26	129
De 50 001 a 100 000	98	74	30	6	6	21	15	15	8	41
De 100 001 a 500 000	118	85	37	12	7	30	11	11	9	44
Mais de 500 000	18	14	2	1	-	3	3	2	3	5
Sul	1 188	915	82	88	43	382	190	126	60	452
Até 5 000	421	324	14	22	6	144	64	46	24	131
De 5 001 a 10 000	291	230	18	16	12	89	43	31	13	109
De 10 001 a 20 000	229	183	21	14	12	75	34	26	9	95
De 20 001 a 50 000	144	110	14	24	9	45	26	16	9	62
De 50 001 a 100 000	57	42	7	5	2	16	14	4	3	28
De 100 001 a 500 000	43	24	7	6	2	13	8	3	2	26
Mais de 500 000	3	2	1	1	-	-	1	-	-	1
Centro-Oeste	466	344	103	44	5	82	33	56	57	167
Até 5 000	143	104	17	5	3	19	11	20	14	39
De 5 001 a 10 000	114	94	24	9	1	15	4	9	20	42
De 10 001 a 20 000	103	77	25	12	1	25	10	8	11	36
De 20 001 a 50 000	72	50	22	15	-	18	4	11	9	32
De 50 001 a 100 000	19	10	8	3	-	3	3	7	1	7
De 100 001 a 500 000	10	7	4	-	-	1	1	1	2	6
Mais de 500 000	5	2	3	-	-	1	-	-	-	5

Tabela 85 - Municípios, total e com as principais atividades artesanais desenvolvidas no município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Com as principais atividades artesanais desenvolvidas no município								
	Material reciclável	Metal	Pedras	Pedras preciosas	Tecelagem	Tapeçaria	Renda	Vidro	Outros
Brasil	954	84	178	46	370	679	374	105	437
Até 5 000	208	11	33	11	81	189	88	28	98
De 5 001 a 10 000	200	15	38	9	95	164	86	22	108
De 10 001 a 20 000	223	12	61	9	86	151	104	31	112
De 20 001 a 50 000	179	17	30	9	65	118	63	14	77
De 50 001 a 100 000	62	14	7	4	25	28	17	5	23
De 100 001 a 500 000	69	12	7	4	13	27	13	4	18
Mais de 500 000	13	3	2	-	5	2	3	1	1
Norte	65	5	12	1	14	55	11	10	37
Até 5 000	4	1	1	-	2	18	2	2	10
De 5 001 a 10 000	13	1	5	-	7	14	1	1	5
De 10 001 a 20 000	17	1	3	-	2	11	4	5	11
De 20 001 a 50 000	20	1	3	-	1	8	2	-	9
De 50 001 a 100 000	7	-	-	-	1	3	2	1	2
De 100 001 a 500 000	3	1	-	1	1	1	-	1	-
Mais de 500 000	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	250	18	67	17	78	127	193	27	158
Até 5 000	35	4	12	1	8	21	25	3	16
De 5 001 a 10 000	55	2	9	5	13	28	42	6	44
De 10 001 a 20 000	75	5	30	4	24	38	68	11	57
De 20 001 a 50 000	56	5	12	4	25	28	38	6	28
De 50 001 a 100 000	13	2	3	2	6	4	11	1	9
De 100 001 a 500 000	14	-	1	1	2	7	7	-	3
Mais de 500 000	2	-	-	-	-	1	2	-	1
Sudeste	295	42	60	9	156	235	90	24	105
Até 5 000	63	3	10	4	37	55	28	4	25
De 5 001 a 10 000	57	7	15	1	41	52	25	6	23
De 10 001 a 20 000	60	2	17	-	38	56	15	4	17
De 20 001 a 50 000	53	8	8	1	22	45	14	6	23
De 50 001 a 100 000	19	11	2	1	11	13	2	1	5
De 100 001 a 500 000	34	8	6	2	5	13	5	2	12
Mais de 500 000	9	3	2	-	2	1	1	1	-
Sul	260	16	17	15	82	151	63	35	102
Até 5 000	85	2	5	5	24	51	27	17	33
De 5 001 a 10 000	53	5	3	3	22	44	16	5	27
De 10 001 a 20 000	52	3	4	3	17	27	10	8	21
De 20 001 a 50 000	37	3	4	3	11	21	7	2	12
De 50 001 a 100 000	18	1	1	1	3	4	2	2	6
De 100 001 a 500 000	15	2	-	-	5	4	1	1	3
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	84	3	22	4	40	111	17	9	35
Até 5 000	21	1	5	1	10	44	6	2	14
De 5 001 a 10 000	22	-	6	-	12	26	2	4	9
De 10 001 a 20 000	19	1	7	2	5	19	7	3	6
De 20 001 a 50 000	13	-	3	1	6	16	2	-	5
De 50 001 a 100 000	5	-	1	-	4	4	-	-	1
De 100 001 a 500 000	3	1	-	-	-	2	-	-	-
Mais de 500 000	1	-	-	-	3	-	-	-	-

Tabela 86 - Municípios, total e com as principais atividades artesanais desenvolvidas no município, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades Federação	Municípios									
	Total	Com as principais atividades artesanais desenvolvidas no município								
		Bordado	Barro	Couro	Conchas	Culinária típica	Fios e fibras	Fibras vegetais	Frutas e sementes	Madeira
Brasil	5 565	4 081	1 142	596	173	1 419	563	811	496	1 900
Norte	449	249	93	23	9	76	30	104	121	190
Rondônia	52	35	9	2	2	9	1	2	9	24
Acre	22	10	-	-	-	2	3	8	14	11
Amazonas	62	27	13	-	-	14	6	16	34	42
Roraima	15	10	2	1	1	4	-	3	5	7
Pará	143	79	49	14	5	38	10	26	30	71
Amapá	16	4	3	-	-	-	-	12	11	8
Tocantins	139	84	17	6	1	9	10	37	18	27
Nordeste	1 794	1 282	581	301	71	440	143	315	134	491
Maranhão	217	145	43	25	11	53	20	37	13	75
Piauí	224	150	77	34	5	42	13	49	10	40
Ceará	184	146	63	38	3	49	15	34	16	49
Rio Grande do Norte	167	121	50	15	9	31	14	40	12	40
Paraíba	223	168	81	39	6	34	31	34	15	46
Pernambuco	185	107	67	30	6	54	11	26	13	68
Alagoas	102	74	32	17	8	29	10	11	7	32
Sergipe	75	66	14	14	4	27	7	5	5	15
Bahia	417	305	154	89	19	121	22	79	43	126
Sudeste	1 668	1 291	283	140	45	439	167	210	124	600
Minas Gerais	853	684	153	75	10	249	87	119	66	326
Espírito Santo	78	69	12	7	7	37	6	13	12	24
Rio de Janeiro	92	77	16	7	6	24	17	22	10	28
São Paulo	645	461	102	51	22	129	57	56	36	222
Sul	1 188	915	82	88	43	382	190	126	60	452
Paraná	399	309	35	25	11	84	51	51	23	145
Santa Catarina	293	225	20	11	16	128	51	35	11	116
Rio Grande do Sul	496	381	27	52	16	170	88	40	26	191
Centro-Oeste	466	344	103	44	5	82	33	56	57	167
Mato Grosso do Sul	78	53	24	17	1	18	7	15	5	29
Mato Grosso	141	102	32	11	1	25	10	8	33	67
Goiás	246	189	46	16	3	39	16	33	19	70
Distrito Federal	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1

Tabela 86 - Municípios, total e com as principais atividades artesanais desenvolvidas no município, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades Federação	Municípios								
	Com as principais atividades artesanais desenvolvidas no município								
	Material reciclável	Metal	Pedras	Pedras preciosas	Tecelagem	Tapeçaria	Renda	Vidro	Outros
Brasil	954	84	178	46	370	679	374	105	437
Norte	65	5	12	1	14	55	11	10	37
Rondônia	6	-	2	-	2	7	-	3	7
Acre	6	-	1	-	1	3	-	-	2
Amazonas	13	-	-	-	3	3	-	-	3
Roraima	2	-	1	-	1	-	-	-	1
Pará	27	2	4	1	2	12	7	3	12
Amapá	3	-	-	-	-	-	1	-	3
Tocantins	8	3	4	-	5	30	3	4	9
Nordeste	250	18	67	17	78	127	193	27	158
Maranhão	26	1	1	-	5	19	13	3	16
Piauí	13	2	9	2	12	12	14	-	19
Ceará	16	2	8	2	11	12	31	1	26
Rio Grande do Norte	43	3	8	3	8	22	22	5	7
Paraíba	22	1	11	4	13	16	35	6	11
Pernambuco	46	3	7	-	7	16	15	3	22
Alagoas	17	2	1	-	3	7	14	4	11
Sergipe	11	1	-	-	3	3	19	-	6
Bahia	56	3	22	6	16	20	30	5	40
Sudeste	295	42	60	9	156	235	90	24	105
Minas Gerais	118	15	40	8	108	127	55	10	36
Espírito Santo	10	-	1	-	4	8	4	3	7
Rio de Janeiro	19	2	4	-	6	12	3	1	10
São Paulo	148	25	15	1	38	88	28	10	52
Sul	260	16	17	15	82	151	63	35	102
Paraná	96	6	4	1	14	59	12	12	33
Santa Catarina	55	3	2	1	28	37	23	13	31
Rio Grande do Sul	109	7	11	13	40	55	28	10	38
Centro-Oeste	84	3	22	4	40	111	17	9	35
Mato Grosso do Sul	19	1	1	-	10	8	2	1	9
Mato Grosso	31	1	4	2	3	16	4	3	5
Goiás	34	1	17	2	26	87	11	5	21
Distrito Federal	-	-	-	-	1	-	-	-	-

Tabela 87 - Municípios, total e com existência de grupos artísticos, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com existência de grupos artísticos, por tipo							
		Teatro	Manifes- tação tra- dicional popular	Cineclubes	Dança	Musical	Orquestra	Banda	Coral
Brasil	5 565	1 835	3 067	257	3 000	2 397	749	3 358	2 550
Até 5 000	1 257	140	442	8	465	282	39	468	387
De 5 001 a 10 000	1 294	241	632	11	542	414	73	622	431
De 10 001 a 20 000	1 370	412	771	29	715	587	122	881	592
De 20 001 a 50 000	1 055	544	742	55	754	638	228	840	637
De 50 001 a 100 000	316	250	260	40	272	236	116	290	255
De 100 001 a 500 000	233	208	182	83	212	203	137	218	209
Mais de 500 000	40	40	38	31	40	37	34	39	39
Norte	449	111	221	10	212	159	38	224	147
Até 5 000	87	3	24	-	11	10	-	15	10
De 5 001 a 10 000	89	13	36	-	29	27	3	28	18
De 10 001 a 20 000	107	18	50	-	47	30	10	63	29
De 20 001 a 50 000	113	41	68	2	83	57	8	70	50
De 50 001 a 100 000	32	20	24	1	23	18	7	29	24
De 100 001 a 500 000	18	13	16	5	16	14	8	16	13
Mais de 500 000	3	3	3	2	3	3	2	3	3
Nordeste	1 794	641	1 195	72	998	798	305	1 177	699
Até 5 000	225	35	104	3	83	49	10	92	46
De 5 001 a 10 000	392	77	220	3	166	131	28	197	103
De 10 001 a 20 000	580	181	377	15	299	240	70	376	205
De 20 001 a 50 000	432	213	348	21	305	253	118	361	216
De 50 001 a 100 000	110	85	100	10	94	75	46	98	81
De 100 001 a 500 000	44	39	35	10	40	40	22	42	37
Mais de 500 000	11	11	11	10	11	10	11	11	11
Sudeste	1 668	620	953	119	866	774	247	1 061	857
Até 5 000	381	44	152	5	120	100	8	156	107
De 5 001 a 10 000	408	78	226	7	158	119	26	201	139
De 10 001 a 20 000	351	113	199	10	170	156	24	236	185
De 20 001 a 50 000	294	174	193	22	208	198	60	247	217
De 50 001 a 100 000	98	84	79	16	86	82	39	95	84
De 100 001 a 500 000	118	109	87	45	106	102	76	108	107
Mais de 500 000	18	18	17	14	18	17	14	18	18
Sul	1 188	341	456	45	737	518	129	658	693
Até 5 000	421	50	102	-	228	108	20	174	205
De 5 001 a 10 000	291	56	98	1	147	111	14	138	140
De 10 001 a 20 000	229	74	96	3	153	120	16	142	134
De 20 001 a 50 000	144	75	82	9	111	93	29	107	113
De 50 001 a 100 000	57	44	40	9	53	45	20	52	55
De 100 001 a 500 000	43	39	35	21	42	38	27	42	43
Mais de 500 000	3	3	3	2	3	3	3	3	3
Centro-Oeste	466	122	242	11	187	148	30	238	154
Até 5 000	143	8	60	-	23	15	1	31	19
De 5 001 a 10 000	114	17	52	-	42	26	2	58	31
De 10 001 a 20 000	103	26	49	1	46	41	2	64	39
De 20 001 a 50 000	72	41	51	1	47	37	13	55	41
De 50 001 a 100 000	19	17	17	4	16	16	4	16	11
De 100 001 a 500 000	10	8	9	2	8	9	4	10	9
Mais de 500 000	5	5	4	3	5	4	4	4	4

Tabela 87 - Municípios, total e com existência de grupos artísticos, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Com existência de grupos artísticos, por tipo								
	Associação literária	Capoeira	Circo	Escola de samba	Bloco carnava- lesco	Desenho e pintura	Artes plásticas	Artesanato	Outros
Brasil	542	2 778	152	642	2 082	1 959	1 313	3 736	334
Até 5 000	7	249	5	15	214	211	59	606	47
De 5 001 a 10 000	19	488	4	52	360	302	133	758	45
De 10 001 a 20 000	51	741	14	109	540	475	270	954	72
De 20 001 a 50 000	151	774	24	188	563	554	440	877	75
De 50 001 a 100 000	122	279	20	111	207	196	186	284	38
De 100 001 a 500 000	159	208	56	133	161	183	188	218	43
Mais de 500 000	33	39	29	34	37	38	37	39	14
Norte	35	209	4	32	209	116	73	261	25
Até 5 000	-	16	-	-	20	2	-	16	3
De 5 001 a 10 000	2	28	-	-	31	14	6	43	3
De 10 001 a 20 000	1	53	-	2	45	23	12	66	4
De 20 001 a 50 000	14	68	-	12	70	50	30	88	9
De 50 001 a 100 000	6	24	2	6	25	11	11	28	4
De 100 001 a 500 000	10	17	-	9	15	14	11	17	1
Mais de 500 000	2	3	2	3	3	2	3	3	1
Nordeste	149	1 077	39	101	802	601	376	1 159	115
Até 5 000	1	63	-	-	57	23	6	84	5
De 5 001 a 10 000	2	181	1	3	126	62	21	202	11
De 10 001 a 20 000	18	347	3	16	248	183	87	369	33
De 20 001 a 50 000	42	338	14	36	246	222	157	350	31
De 50 001 a 100 000	43	99	4	22	77	64	57	100	16
De 100 001 a 500 000	33	38	10	16	37	36	38	43	14
Mais de 500 000	10	11	7	8	11	11	10	11	5
Sudeste	218	919	71	379	673	656	502	1 207	103
Até 5 000	3	104	4	12	79	81	27	209	20
De 5 001 a 10 000	8	173	3	41	126	107	60	266	16
De 10 001 a 20 000	21	211	5	74	157	123	87	264	18
De 20 001 a 50 000	53	221	7	97	145	167	152	253	17
De 50 001 a 100 000	43	90	9	60	72	71	67	90	9
De 100 001 a 500 000	76	102	30	78	77	90	93	107	16
Mais de 500 000	14	18	13	17	17	17	16	18	7
Sul	108	349	29	116	277	433	262	825	73
Até 5 000	3	34	1	3	45	83	19	238	14
De 5 001 a 10 000	7	58	-	8	53	87	37	187	13
De 10 001 a 20 000	9	75	5	16	55	110	57	179	13
De 20 001 a 50 000	30	91	3	38	68	79	70	127	14
De 50 001 a 100 000	22	47	3	20	25	35	38	50	7
De 100 001 a 500 000	34	41	14	28	28	36	38	41	11
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3	3	1
Centro-Oeste	32	224	9	14	121	153	100	284	18
Até 5 000	-	32	-	-	13	22	7	59	5
De 5 001 a 10 000	-	48	-	-	24	32	9	60	2
De 10 001 a 20 000	2	55	1	1	35	36	27	76	4
De 20 001 a 50 000	12	56	-	5	34	36	31	59	4
De 50 001 a 100 000	8	19	2	3	8	15	13	16	2
De 100 001 a 500 000	6	10	2	2	4	7	8	10	1
Mais de 500 000	4	4	4	3	3	5	5	4	-

Tabela 88 - Municípios, total e com existência de grupos artísticos, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com existência de grupos artísticos, por tipo							
		Teatro	Manifes- tação tra- dicional popular	Cineclube	Dança	Musical	Orquestra	Banda	Coral
Brasil	5 565	1 835	3 067	257	3 000	2 397	749	3 358	2 550
Norte	449	111	221	10	212	159	38	224	147
Rondônia	52	14	16	3	12	11	5	19	15
Acre	22	16	12	1	16	13	1	14	11
Amazonas	62	8	39	3	41	31	4	44	19
Roraima	15	6	9	-	6	6	4	6	4
Pará	143	48	86	1	102	64	20	93	68
Amapá	16	7	15	1	10	12	-	7	6
Tocantins	139	12	44	1	25	22	4	41	24
Nordeste	1 794	641	1 195	72	998	798	305	1 177	699
Maranhão	217	32	135	7	110	52	14	104	74
Piauí	224	39	122	1	74	59	8	86	54
Ceará	184	104	135	20	135	111	28	170	105
Rio Grande do Norte	167	52	125	3	93	81	22	91	64
Paraíba	223	64	98	6	135	89	37	148	61
Pernambuco	185	100	146	13	135	104	86	153	94
Alagoas	102	29	63	2	51	31	31	71	42
Sergipe	75	20	46	2	33	44	15	49	25
Bahia	417	201	325	18	232	227	64	305	180
Sudeste	1 668	620	953	119	866	774	247	1 061	857
Minas Gerais	853	271	554	20	383	362	64	535	394
Espírito Santo	78	30	52	10	39	41	11	58	49
Rio de Janeiro	92	64	66	24	70	55	24	80	59
São Paulo	645	255	281	65	374	316	148	388	355
Sul	1 188	341	456	45	737	518	129	658	693
Paraná	399	121	115	9	195	142	39	181	179
Santa Catarina	293	69	119	10	199	135	32	153	199
Rio Grande do Sul	496	151	222	26	343	241	58	324	315
Centro-Oeste	466	122	242	11	187	148	30	238	154
Mato Grosso do Sul	78	23	39	3	34	45	8	50	33
Mato Grosso	141	42	62	4	69	39	6	65	35
Goiás	246	56	141	4	83	64	16	123	86
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-	-	-

Tabela 88 - Municípios, total e com existência de grupos artísticos, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Com existência de grupos artísticos, por tipo								
	Associação literária	Capoeira	Circo	Escola de samba	Bloco carnava- lesco	Desenho e pintura	Artes plásticas	Artesanato	Outros
Brasil	542	2 778	152	642	2 082	1 959	1 313	3 736	334
Norte	35	209	4	32	209	116	73	261	25
Rondônia	5	21	-	2	12	11	10	23	2
Acre	3	16	-	1	10	7	5	14	1
Amazonas	3	33	1	6	39	24	16	43	2
Roraima	1	7	-	1	6	4	3	9	1
Pará	16	86	3	16	87	56	33	114	13
Amapá	2	10	-	3	14	1	1	12	1
Tocantins	5	36	-	3	41	13	5	46	5
Nordeste	149	1 077	39	101	802	601	376	1 159	115
Maranhão	17	105	3	32	150	56	23	110	16
Piauí	13	90	2	6	76	36	13	99	1
Ceará	35	135	13	10	89	91	67	157	24
Rio Grande do Norte	5	92	1	5	80	30	21	103	5
Paraíba	11	103	2	11	68	52	28	121	3
Pernambuco	25	122	5	23	127	95	71	141	14
Alagoas	5	64	2	4	64	30	19	72	9
Sergipe	4	42	1	4	26	28	17	54	7
Bahia	34	324	10	6	122	183	117	302	36
Sudeste	218	919	71	379	673	656	502	1 207	103
Minas Gerais	84	421	14	155	330	262	166	599	35
Espírito Santo	9	47	5	12	26	28	19	68	3
Rio de Janeiro	35	76	12	46	78	56	50	80	14
São Paulo	90	375	40	166	239	310	267	460	51
Sul	108	349	29	116	277	433	262	825	73
Paraná	28	146	13	16	56	163	93	257	20
Santa Catarina	28	80	6	19	49	109	73	214	17
Rio Grande do Sul	52	123	10	81	172	161	96	354	36
Centro-Oeste	32	224	9	14	121	153	100	284	18
Mato Grosso do Sul	4	34	3	7	22	31	25	59	3
Mato Grosso	5	74	1	3	50	51	31	94	5
Goiás	23	116	5	4	49	70	43	131	10
Distrito Federal	-	-	-	-	-	1	1	-	-

Tabela 89 - Municípios, total e com estrutura na área de esporte, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura na área do esporte, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da admi- nistração indireta	
Brasil	5 565	5 236	966	3 017	805	399	49	329
Até 5 000	1 257	1 125	140	666	189	130	-	132
De 5 001 a 10 000	1 294	1 197	191	687	202	117	-	97
De 10 001 a 20 000	1 370	1 299	220	769	225	81	4	71
De 20 001 a 50 000	1 055	1 031	221	594	149	57	10	24
De 50 001 a 100 000	316	312	73	189	25	9	16	4
De 100 001 a 500 000	233	232	99	102	13	4	14	1
Mais de 500 000	40	40	22	10	2	1	5	-
Norte	449	421	74	228	95	19	5	28
Até 5 000	87	83	14	49	19	1	-	4
De 5 001 a 10 000	89	78	13	43	17	5	-	11
De 10 001 a 20 000	107	102	15	57	24	6	-	5
De 20 001 a 50 000	113	109	22	51	30	4	2	4
De 50 001 a 100 000	32	29	5	20	3	-	1	3
De 100 001 a 500 000	18	17	4	7	2	3	1	1
Mais de 500 000	3	3	1	1	-	-	1	-
Nordeste	1 794	1 678	196	1 156	274	49	3	116
Até 5 000	225	195	22	130	30	13	-	30
De 5 001 a 10 000	392	355	39	234	65	17	-	37
De 10 001 a 20 000	580	543	65	372	100	6	-	37
De 20 001 a 50 000	432	421	53	290	66	12	-	11
De 50 001 a 100 000	110	109	13	87	8	1	-	1
De 100 001 a 500 000	44	44	2	36	5	-	1	-
Mais de 500 000	11	11	2	7	-	-	2	-
Sudeste	1 668	1 542	443	745	143	204	7	126
Até 5 000	381	317	46	163	37	71	-	64
De 5 001 a 10 000	408	373	76	193	43	61	-	35
De 10 001 a 20 000	351	331	88	168	33	41	1	20
De 20 001 a 50 000	294	287	105	136	22	24	-	7
De 50 001 a 100 000	98	98	42	44	4	6	2	-
De 100 001 a 500 000	118	118	72	40	3	-	3	-
Mais de 500 000	18	18	14	1	1	1	1	-
Sul	1 188	1 155	133	654	240	101	27	33
Até 5 000	421	397	18	259	82	38	-	24
De 5 001 a 10 000	291	284	33	158	68	25	-	7
De 10 001 a 20 000	229	227	27	121	55	22	2	2
De 20 001 a 50 000	144	144	30	71	25	13	5	-
De 50 001 a 100 000	57	57	7	30	7	2	11	-
De 100 001 a 500 000	43	43	16	15	3	1	8	-
Mais de 500 000	3	3	2	-	-	-	1	-
Centro-Oeste	466	440	120	234	53	26	7	26
Até 5 000	143	133	40	65	21	7	-	10
De 5 001 a 10 000	114	107	30	59	9	9	-	7
De 10 001 a 20 000	103	96	25	51	13	6	1	7
De 20 001 a 50 000	72	70	11	46	6	4	3	2
De 50 001 a 100 000	19	19	6	8	3	-	2	-
De 100 001 a 500 000	10	10	5	4	-	-	1	-
Mais de 500 000	5	5	3	1	1	-	-	-

Tabela 90 - Municípios, total e com estrutura na área de esporte, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de cultura, por caracterização do órgão gestor						
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	Não possui estrutura específica
Brasil	5 565	5 236	966	3 017	805	399	49	329
Norte	449	421	74	228	95	19	5	28
Rondônia	52	48	2	38	6	1	1	4
Acre	22	20	2	11	1	4	2	2
Amazonas	62	60	22	23	14	1	-	2
Roraima	15	15	1	7	5	2	-	-
Pará	143	134	21	60	45	6	2	9
Amapá	16	15	-	11	3	1	-	1
Tocantins	139	129	26	78	21	4	-	10
Nordeste	1 794	1 678	196	1 156	274	49	3	116
Maranhão	217	196	35	106	47	8	-	21
Piauí	224	197	35	119	19	24	-	27
Ceará	184	181	18	147	13	2	1	3
Rio Grande do Norte	167	161	20	126	14	1	-	6
Paraíba	223	198	20	134	42	2	-	25
Pernambuco	185	184	8	148	26	1	1	1
Alagoas	102	92	17	60	13	2	-	10
Sergipe	75	72	17	46	6	2	1	3
Bahia	417	397	26	270	94	7	-	20
Sudeste	1 668	1 542	443	745	143	204	7	126
Minas Gerais	853	774	140	459	106	66	3	79
Espírito Santo	78	76	24	46	5	1	-	2
Rio de Janeiro	92	91	47	30	10	2	2	1
São Paulo	645	601	232	210	22	135	2	44
Sul	1 188	1 155	133	654	240	101	27	33
Paraná	399	396	87	153	84	67	5	3
Santa Catarina	293	292	24	201	31	14	22	1
Rio Grande do Sul	496	467	22	300	125	20	-	29
Centro-Oeste	466	440	120	234	53	26	7	26
Mato Grosso do Sul	78	75	4	52	8	4	7	3
Mato Grosso	141	136	39	65	22	10	-	5
Goiás	246	228	76	117	23	12	-	18
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-	-

Tabela 91 - Municípios, total, com a política de esporte contemplada na lei orgânica, com outros instrumentos legais que tratam da política e objetos regulamentados por instrumentos legais, segundo Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com política de esporte contemplada na lei orgânica	Com outros instrumentos legais que tratam da política	Objetos regulamentados por instrumentos legais							
				Sistema Municipal de Esporte	Conselho Municipal de Esporte	Concessão de incentivos e isenções fiscais para o esporte	Fundo Municipal de Esporte	Bolsa atleta	Subvenção concedida para o esporte	Projetos esportivos	Outros
Brasil	5 565	4 631	2 261	376	623	181	241	156	617	1 474	346
Até 5 000	1 257	1 032	402	52	152	10	20	4	75	197	57
De 5 001 a 10 000	1 294	1 061	404	52	106	22	18	17	77	245	70
De 10 001 a 20 000	1 370	1 109	502	87	115	30	43	17	113	343	73
De 20 001 a 50 000	1 055	904	517	97	96	36	55	38	161	359	84
De 50 001 a 100 000	316	277	218	30	60	32	32	24	90	158	32
De 100 001 a 500 000	233	210	184	47	75	39	59	45	85	144	24
Mais de 500 000	40	38	34	11	19	12	14	11	16	28	6
Norte	449	383	145	15	18	12	18	5	16	91	39
Até 5 000	87	68	18	1	2	-	3	-	-	9	7
De 5 001 a 10 000	89	78	19	2	1	2	3	-	-	12	8
De 10 001 a 20 000	107	91	31	1	4	4	4	-	3	19	10
De 20 001 a 50 000	113	97	44	6	6	3	6	3	2	28	8
De 50 001 a 100 000	32	30	20	2	2	1	1	-	5	15	5
De 100 001 a 500 000	18	16	10	2	1	1	1	1	3	5	1
Mais de 500 000	3	3	3	1	2	1	-	1	3	3	-
Nordeste	1 794	1 452	488	78	46	43	43	41	107	331	94
Até 5 000	225	186	24	5	-	-	1	-	-	16	5
De 5 001 a 10 000	392	304	64	14	4	4	-	6	7	42	12
De 10 001 a 20 000	580	451	140	18	10	10	12	9	25	91	23
De 20 001 a 50 000	432	365	162	29	14	12	20	16	41	108	35
De 50 001 a 100 000	110	96	66	5	7	11	5	6	20	47	12
De 100 001 a 500 000	44	41	27	7	9	4	5	3	12	23	6
Mais de 500 000	11	9	5	-	2	2	-	1	2	4	1
Sudeste	1 668	1 391	749	137	178	63	103	60	280	534	90
Até 5 000	381	305	99	17	17	2	5	1	29	60	14
De 5 001 a 10 000	408	341	141	16	25	6	5	5	44	95	18
De 10 001 a 20 000	351	283	150	28	31	7	8	3	38	112	11
De 20 001 a 50 000	294	254	165	31	33	12	15	7	67	118	20
De 50 001 a 100 000	98	86	74	14	21	10	18	8	39	52	8
De 100 001 a 500 000	118	104	102	26	41	21	42	30	53	82	16
Mais de 500 000	18	18	18	5	10	5	10	6	10	15	3
Sul	1 188	1 021	695	93	339	45	52	29	179	384	97
Até 5 000	421	351	219	18	127	7	6	2	43	88	22
De 5 001 a 10 000	291	248	148	13	73	6	7	4	22	69	26
De 10 001 a 20 000	229	202	143	25	59	7	14	1	40	94	26
De 20 001 a 50 000	144	124	103	19	32	6	8	6	38	70	16
De 50 001 a 100 000	57	52	44	7	25	7	7	5	23	33	5
De 100 001 a 500 000	43	41	35	9	20	10	9	10	13	27	1
Mais de 500 000	3	3	3	2	3	2	1	1	-	3	1
Centro-Oeste	466	384	184	53	42	18	25	21	35	134	26
Até 5 000	143	122	42	11	6	1	5	1	3	24	9
De 5 001 a 10 000	114	90	32	7	3	4	3	2	4	27	6
De 10 001 a 20 000	103	82	38	15	11	2	5	4	7	27	3
De 20 001 a 50 000	72	64	43	12	11	3	6	6	13	35	5
De 50 001 a 100 000	19	13	14	2	5	3	1	5	3	11	2
De 100 001 a 500 000	10	8	10	3	4	3	2	1	4	7	-
Mais de 500 000	5	5	5	3	2	2	3	2	1	3	1

Tabela 92 - Municípios, total, com a política de esporte contemplada na lei orgânica, com outros instrumentos legais que tratam da política e objetos regulamentados por instrumentos legais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Com política de esporte contemplada na lei orgânica	Com outros instrumentos legais que tratam da política	Objetos regulamentados por instrumentos legais							
				Sistema Municipal de Esporte	Conselho Municipal de Esporte	Concessão de incentivos e isenções fiscais para o esporte	Fundo Municipal de Esporte	Bolsa atleta	Subvenção concedida para o esporte	Projetos esportivos	Outros
Brasil	5 565	4 631	2 261	376	623	181	241	156	617	1 474	346
Norte	449	383	145	15	18	12	18	5	16	91	39
Rondônia	52	44	22	3	4	-	3	1	1	9	5
Acre	22	20	12	1	-	3	1	-	1	11	4
Amazonas	62	55	15	4	3	1	2	2	4	12	3
Roraima	15	14	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Pará	143	119	66	5	6	6	8	2	9	41	16
Amapá	16	15	3	-	2	-	-	-	-	2	-
Tocantins	139	116	26	2	3	2	4	-	1	15	11
Nordeste	1 794	1 452	488	78	46	43	43	41	107	331	94
Maranhão	217	164	65	14	1	7	4	4	6	44	22
Piauí	224	187	43	8	3	4	3	1	8	26	4
Ceará	184	150	94	14	16	9	11	25	34	63	18
Rio Grande do Norte	167	140	33	10	5	2	1	-	6	24	2
Paraíba	223	186	28	4	3	1	3	-	4	20	2
Pernambuco	185	150	54	6	3	8	3	3	13	39	9
Alagoas	102	77	24	3	1	2	4	2	2	19	6
Sergipe	75	49	20	2	2	1	-	-	8	11	4
Bahia	417	349	127	17	12	9	14	6	26	85	27
Sudeste	1 668	1 391	749	137	178	63	103	60	280	534	90
Minas Gerais	853	712	326	55	68	29	27	5	132	226	27
Espírito Santo	78	62	42	7	6	1	-	3	12	37	2
Rio de Janeiro	92	84	63	12	10	8	8	6	34	55	8
São Paulo	645	533	318	63	94	25	68	46	102	216	53
Sul	1 188	1 021	695	93	339	45	52	29	179	384	97
Paraná	399	347	167	40	35	10	5	16	40	120	21
Santa Catarina	293	253	179	25	61	13	17	10	59	114	46
Rio Grande do Sul	496	421	349	28	243	22	30	3	80	150	30
Centro-Oeste	466	384	184	53	42	18	25	21	35	134	26
Mato Grosso do Sul	78	68	33	11	9	5	6	4	11	24	5
Mato Grosso	141	103	63	19	22	4	7	7	5	46	3
Goiás	246	212	87	23	10	9	11	9	19	64	18
Distrito Federal	1	1	1	-	1	-	1	1	-	-	-

Tabela 93 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Esporte, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com Conselho Municipal de Esporte							
		Total	Paritário	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses	
				Caráter do conselho					
			Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador			
Brasil	5 565	623	495	462	421	271	331	417	
Até 5 000	1 257	152	120	110	105	77	84	117	
De 5 001 a 10 000	1 294	106	90	78	68	45	58	75	
De 10 001 a 20 000	1 370	115	96	83	84	47	61	75	
De 20 001 a 50 000	1 055	96	76	71	61	41	50	63	
De 50 001 a 100 000	316	60	39	48	42	23	30	36	
De 100 001 a 500 000	233	75	59	57	49	28	38	42	
Mais de 500 000	40	19	15	15	12	10	10	9	
Norte	449	18	15	13	12	10	9	14	
Até 5 000	87	2	2	1	-	2	1	1	
De 5 001 a 10 000	89	1	1	1	1	1	1	1	
De 10 001 a 20 000	107	4	4	2	4	1	1	3	
De 20 001 a 50 000	113	6	4	4	5	4	3	5	
De 50 001 a 100 000	32	2	1	2	1	2	-	1	
De 100 001 a 500 000	18	1	1	1	1	-	1	1	
Mais de 500 000	3	2	2	2	-	-	2	2	
Nordeste	1 794	46	38	34	31	21	25	28	
Até 5 000	225	-	-	-	-	-	-	-	
De 5 001 a 10 000	392	4	4	3	3	2	3	2	
De 10 001 a 20 000	580	10	9	7	9	1	3	7	
De 20 001 a 50 000	432	14	13	11	6	7	8	11	
De 50 001 a 100 000	110	7	3	6	5	5	4	4	
De 100 001 a 500 000	44	9	8	6	6	5	6	4	
Mais de 500 000	11	2	1	1	2	1	1	-	
Sudeste	1 668	178	146	141	113	59	74	96	
Até 5 000	381	17	15	13	12	9	7	10	
De 5 001 a 10 000	408	25	21	21	17	6	9	15	
De 10 001 a 20 000	351	31	27	23	19	11	13	13	
De 20 001 a 50 000	294	33	27	27	19	11	14	18	
De 50 001 a 100 000	98	21	17	19	13	3	10	14	
De 100 001 a 500 000	118	41	32	30	27	13	16	22	
Mais de 500 000	18	10	7	8	6	6	5	4	
Sul	1 188	339	261	246	238	156	200	257	
Até 5 000	421	127	97	94	90	64	71	103	
De 5 001 a 10 000	291	73	61	50	44	33	42	57	
De 10 001 a 20 000	229	59	46	43	45	28	39	44	
De 20 001 a 50 000	144	32	23	23	24	15	20	22	
De 50 001 a 100 000	57	25	15	17	20	9	14	15	
De 100 001 a 500 000	43	20	16	17	13	6	13	14	
Mais de 500 000	3	3	3	2	2	1	1	2	
Centro-Oeste	466	42	35	28	27	25	23	22	
Até 5 000	143	6	6	2	3	2	5	3	
De 5 001 a 10 000	114	3	3	3	3	3	3	-	
De 10 001 a 20 000	103	11	10	8	7	6	5	8	
De 20 001 a 50 000	72	11	9	6	7	4	5	7	
De 50 001 a 100 000	19	5	3	4	3	4	2	2	
De 100 001 a 500 000	10	4	2	3	2	4	2	1	
Mais de 500 000	5	2	2	2	2	2	1	1	

Tabela 94 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Esporte, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Esporte						
		Total	Paritário	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Caráter do conselho				
			Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador		
Brasil	5 565	623	495	462	421	271	331	417
Norte	449	18	15	13	12	10	9	14
Rondônia	52	4	3	3	4	3	2	4
Acre	22	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	3	3	1	1	1	2	2
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-
Pará	143	6	5	5	5	2	2	4
Amapá	16	2	1	2	-	2	1	1
Tocantins	139	3	3	2	1	2	2	3
Nordeste	1 794	46	38	34	31	21	25	28
Maranhão	217	1	1	-	1	-	-	1
Piauí	224	3	2	2	3	1	-	1
Ceará	184	16	14	13	10	9	10	12
Rio Grande do Norte	167	5	5	5	4	3	4	4
Paraíba	223	3	3	2	1	1	2	1
Pernambuco	185	3	1	2	2	1	1	1
Alagoas	102	1	1	-	1	-	-	-
Sergipe	75	2	1	1	2	1	1	1
Bahia	417	12	10	9	7	5	7	7
Sudeste	1 668	178	146	141	113	59	74	96
Minas Gerais	853	68	56	54	42	19	31	35
Espírito Santo	78	6	4	5	5	2	1	1
Rio de Janeiro	92	10	8	7	6	4	5	4
São Paulo	645	94	78	75	60	34	37	56
Sul	1 188	339	261	246	238	156	200	257
Paraná	399	35	31	28	24	12	13	23
Santa Catarina	293	61	49	48	49	26	31	44
Rio Grande do Sul	496	243	181	170	165	118	156	190
Centro-Oeste	466	42	35	28	27	25	23	22
Mato Grosso do Sul	78	9	8	7	5	6	5	5
Mato Grosso	141	22	20	16	11	10	11	13
Goiás	246	10	6	4	10	8	6	4
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 95 - Municípios, total e com ações, projetos e/ou programas executados pela prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área do esporte, com conhecimento de existência de ligas esportivas regulares e calendário de eventos esportivos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com ações, projetos e/ou programas executados pela prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte					Com conhecimento de existência de ligas esportivas regulares	Com calendário de eventos esportivos
		Total	No esporte educacional	No esporte de rendimento	No esporte e lazer	No esporte para pessoa com deficiência		
Brasil	5 565	4 978	3 840	1 002	4 472	572	3 214	3 668
Até 5 000	1 257	1 070	769	101	938	42	506	607
De 5 001 a 10 000	1 294	1 130	814	153	992	67	593	750
De 10 001 a 20 000	1 370	1 204	932	202	1 082	89	794	930
De 20 001 a 50 000	1 055	999	826	244	912	137	779	851
De 50 001 a 100 000	316	308	271	127	289	88	283	279
De 100 001 a 500 000	233	227	194	140	219	119	219	214
Mais de 500 000	40	40	34	35	40	30	40	37
Norte	449	382	301	68	344	23	273	308
Até 5 000	87	69	52	4	62	1	23	44
De 5 001 a 10 000	89	73	52	10	70	2	43	56
De 10 001 a 20 000	107	88	66	15	75	4	70	71
De 20 001 a 50 000	113	103	89	21	92	4	91	90
De 50 001 a 100 000	32	30	25	10	27	5	27	27
De 100 001 a 500 000	18	16	14	6	15	6	16	17
Mais de 500 000	3	3	3	2	3	1	3	3
Nordeste	1 794	1 554	1 187	242	1 374	105	990	1 105
Até 5 000	225	172	121	12	143	1	58	102
De 5 001 a 10 000	392	329	223	34	282	5	150	183
De 10 001 a 20 000	580	488	375	54	431	15	301	354
De 20 001 a 50 000	432	404	327	76	365	42	324	323
De 50 001 a 100 000	110	107	95	32	101	21	103	95
De 100 001 a 500 000	44	43	38	23	41	12	43	39
Mais de 500 000	11	11	8	11	11	9	11	9
Sudeste	1 668	1 481	1 085	327	1 344	213	985	1 067
Até 5 000	381	311	203	32	276	13	161	134
De 5 001 a 10 000	408	349	234	34	307	21	186	227
De 10 001 a 20 000	351	310	228	56	280	21	205	237
De 20 001 a 50 000	294	283	229	71	267	43	216	252
De 50 001 a 100 000	98	95	83	42	86	35	88	86
De 100 001 a 500 000	118	115	93	77	110	65	111	113
Mais de 500 000	18	18	15	15	18	15	18	18
Sul	1 188	1 119	899	270	1 004	185	700	877
Até 5 000	421	386	294	38	338	19	200	250
De 5 001 a 10 000	291	272	221	59	237	33	152	210
De 10 001 a 20 000	229	219	176	54	205	39	159	193
De 20 001 a 50 000	144	139	116	51	122	36	98	126
De 50 001 a 100 000	57	57	50	34	56	23	47	56
De 100 001 a 500 000	43	43	39	31	43	32	41	39
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3	3
Centro-Oeste	466	442	368	95	406	46	266	311
Até 5 000	143	132	99	15	119	8	64	77
De 5 001 a 10 000	114	107	84	16	96	6	62	74
De 10 001 a 20 000	103	99	87	23	91	10	59	75
De 20 001 a 50 000	72	70	65	25	66	12	50	60
De 50 001 a 100 000	19	19	18	9	19	4	18	15
De 100 001 a 500 000	10	10	10	3	10	4	8	6
Mais de 500 000	5	5	5	4	5	2	5	4

Tabela 96 - Municípios, total e com ações, projetos e/ou programas executados pela prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área do esporte, com conhecimento de existência de ligas esportivas regulares e calendário de eventos esportivos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com ações, projetos e/ou programas executados pela prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte					Com conhecimento de existência de ligas esportivas regulares	Com calendário de eventos esportivos
		Total	No esporte educacional	No esporte de rendimento	No esporte e lazer	No esporte para pessoa com deficiência		
Brasil	5 565	4 978	3 840	1 002	4 472	572	3 214	3 668
Norte	449	382	301	68	344	23	273	308
Rondônia	52	41	31	7	35	7	33	36
Acre	22	21	19	6	21	2	15	16
Amazonas	62	57	48	14	48	1	48	43
Roraima	15	11	8	1	11	1	10	8
Pará	143	124	93	17	111	7	112	114
Amapá	16	12	5	-	11	-	16	13
Tocantins	139	116	97	23	107	5	39	78
Nordeste	1 794	1 554	1 187	242	1 374	105	990	1 105
Maranhão	217	184	119	17	166	9	142	129
Piauí	224	192	126	19	174	4	92	117
Ceará	184	176	155	52	157	21	122	149
Rio Grande do Norte	167	152	115	9	141	7	64	103
Paraíba	223	175	126	35	129	11	78	113
Pernambuco	185	162	146	37	149	28	125	144
Alagoas	102	89	63	12	72	6	50	49
Sergipe	75	60	43	8	54	3	38	32
Bahia	417	364	294	53	332	16	279	269
Sudeste	1 668	1 481	1 085	327	1 344	213	985	1 067
Minas Gerais	853	736	537	112	647	69	460	462
Espírito Santo	78	77	64	18	74	11	53	65
Rio de Janeiro	92	86	72	34	80	29	78	82
São Paulo	645	582	412	163	543	104	394	458
Sul	1 188	1 119	899	270	1 004	185	700	877
Paraná	399	376	303	93	345	67	255	286
Santa Catarina	293	280	244	113	261	67	178	243
Rio Grande do Sul	496	463	352	64	398	51	267	348
Centro-Oeste	466	442	368	95	406	46	266	311
Mato Grosso do Sul	78	74	68	32	68	12	37	59
Mato Grosso	141	135	112	33	128	19	80	107
Goiás	246	232	187	29	209	14	148	144
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 97 - Municípios, total e com estrutura na área de habitação, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de habitação, por caracterização do órgão gestor						
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da adminis- tração indireta	Não possui estrutura específica
Brasil	5 565	3 723	226	604	2 393	463	37	1 841
Até 5 000	1 257	717	25	103	450	138	1	540
De 5 001 a 10 000	1 294	806	33	104	534	135	-	488
De 10 001 a 20 000	1 370	882	35	131	617	98	1	488
De 20 001 a 50 000	1 055	798	35	143	551	65	4	257
De 50 001 a 100 000	316	264	27	54	161	17	5	52
De 100 001 a 500 000	233	218	56	59	74	10	19	15
Mais de 500 000	40	38	15	10	6	-	7	1
Norte	449	245	24	42	159	19	1	204
Até 5 000	87	65	4	9	46	6	-	22
De 5 001 a 10 000	89	49	6	6	33	4	-	40
De 10 001 a 20 000	107	49	5	6	33	5	-	58
De 20 001 a 50 000	113	47	2	9	33	3	-	66
De 50 001 a 100 000	32	19	2	5	12	-	-	13
De 100 001 a 500 000	18	13	3	7	1	1	1	5
Mais de 500 000	3	3	2	-	1	-	-	-
Nordeste	1 794	1 298	48	184	973	89	4	496
Até 5 000	225	141	5	14	103	19	-	84
De 5 001 a 10 000	392	276	9	38	202	27	-	116
De 10 001 a 20 000	580	405	8	56	320	21	-	175
De 20 001 a 50 000	432	336	11	50	257	18	-	96
De 50 001 a 100 000	110	89	7	13	64	3	2	21
De 100 001 a 500 000	44	40	5	8	26	1	-	4
Mais de 500 000	11	11	3	5	1	-	2	-
Sudeste	1 668	1 059	82	130	602	224	21	609
Até 5 000	381	177	8	12	87	70	-	204
De 5 001 a 10 000	408	236	10	13	146	67	-	172
De 10 001 a 20 000	351	208	9	26	128	44	1	143
De 20 001 a 50 000	294	222	10	27	154	27	4	72
De 50 001 a 100 000	98	86	8	20	46	10	2	12
De 100 001 a 500 000	118	112	29	27	38	6	12	6
Mais de 500 000	18	18	8	5	3	-	2	-
Sul	1 188	827	51	187	484	96	9	361
Até 5 000	421	260	4	53	171	32	-	161
De 5 001 a 10 000	291	177	8	33	110	26	-	114
De 10 001 a 20 000	229	157	7	34	92	24	-	72
De 20 001 a 50 000	144	133	5	40	78	10	-	11
De 50 001 a 100 000	57	54	8	13	28	4	1	3
De 100 001 a 500 000	43	43	19	14	5	-	5	-
Mais de 500 000	3	3	-	-	-	-	3	-
Centro-Oeste	466	294	21	61	175	35	2	171
Até 5 000	143	74	4	15	43	11	1	69
De 5 001 a 10 000	114	68	-	14	43	11	-	46
De 10 001 a 20 000	103	63	6	9	44	4	-	40
De 20 001 a 50 000	72	60	7	17	29	7	-	12
De 50 001 a 100 000	19	16	2	3	11	-	-	3
De 100 001 a 500 000	10	10	-	3	4	2	-	-
Mais de 500 000	5	3	2	-	1	-	1	1

Tabela 98 - Municípios, total e com estrutura na área de habitação, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de habitação, por caracterização do órgão gestor						
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	Não possui estrutura específica
Brasil	5 565	3 723	226	604	2 393	463	37	1 841
Norte	449	245	24	42	159	19	1	204
Rondônia	52	17	2	1	12	2	-	35
Acre	22	7	-	1	6	-	-	15
Amazonas	62	26	3	7	12	4	-	36
Roraima	15	6	-	2	4	-	-	9
Pará	143	75	11	12	45	6	1	68
Amapá	16	3	-	1	2	-	-	13
Tocantins	139	111	8	18	78	7	-	28
Nordeste	1 794	1 298	48	184	973	89	4	496
Maranhão	217	142	10	21	90	21	-	75
Piauí	224	157	7	25	86	38	1	67
Ceará	184	138	3	15	115	3	2	46
Rio Grande do Norte	167	123	4	46	72	1	-	44
Paraíba	223	156	3	11	136	6	-	67
Pernambuco	185	158	5	20	129	3	1	27
Alagoas	102	67	4	15	45	3	-	35
Sergipe	75	59	1	4	53	1	-	16
Bahia	417	298	11	27	247	13	-	119
Sudeste	1 668	1 059	82	130	602	224	21	609
Minas Gerais	853	523	11	46	366	95	5	330
Espírito Santo	78	62	4	16	38	4	-	16
Rio de Janeiro	92	81	11	25	39	3	3	11
São Paulo	645	393	56	43	159	122	13	252
Sul	1 188	827	51	187	484	96	9	361
Paraná	399	229	15	33	107	68	6	170
Santa Catarina	293	231	13	42	161	14	1	62
Rio Grande do Sul	496	367	23	112	216	14	2	129
Centro-Oeste	466	294	21	61	175	35	2	171
Mato Grosso do Sul	78	56	3	18	31	4	-	22
Mato Grosso	141	84	7	3	71	2	1	57
Goiás	246	154	11	40	73	29	1	92
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 99 - Municípios, total, com Plano Municipal de Habitação e que está elaborando o plano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Com Plano Municipal de Habitação	Elaborando o Plano Municipal de Habitação
Brasil	5 565	1 046	1 691
Até 5 000	1 257	193	257
De 5 001 a 10 000	1 294	191	355
De 10 001 a 20 000	1 370	235	395
De 20 001 a 50 000	1 055	252	408
De 50 001 a 100 000	316	94	128
De 100 001 a 500 000	233	71	122
Mais de 500 000	40	10	26
Norte	449	82	128
Até 5 000	87	19	16
De 5 001 a 10 000	89	13	19
De 10 001 a 20 000	107	19	34
De 20 001 a 50 000	113	19	37
De 50 001 a 100 000	32	9	12
De 100 001 a 500 000	18	3	8
Mais de 500 000	3	-	2
Nordeste	1 794	361	521
Até 5 000	225	35	38
De 5 001 a 10 000	392	57	101
De 10 001 a 20 000	580	103	160
De 20 001 a 50 000	432	117	156
De 50 001 a 100 000	110	31	36
De 100 001 a 500 000	44	13	24
Mais de 500 000	11	5	6
Sudeste	1 668	256	447
Até 5 000	381	39	61
De 5 001 a 10 000	408	46	83
De 10 001 a 20 000	351	50	77
De 20 001 a 50 000	294	53	111
De 50 001 a 100 000	98	26	42
De 100 001 a 500 000	118	39	60
Mais de 500 000	18	3	13
Sul	1 188	242	448
Até 5 000	421	79	106
De 5 001 a 10 000	291	48	112
De 10 001 a 20 000	229	42	97
De 20 001 a 50 000	144	41	73
De 50 001 a 100 000	57	19	32
De 100 001 a 500 000	43	11	27
Mais de 500 000	3	2	1
Centro-Oeste	466	105	147
Até 5 000	143	21	36
De 5 001 a 10 000	114	27	40
De 10 001 a 20 000	103	21	27
De 20 001 a 50 000	72	22	31
De 50 001 a 100 000	19	9	6
De 100 001 a 500 000	10	5	3
Mais de 500 000	5	-	4

Tabela 100 - Municípios, total, com Plano Municipal de Habitação e que está elaborando o plano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Com Plano Municipal de Habitação	Elaborando o Plano Municipal de Habitação
Brasil	5 565	1 046	1 691
Norte	449	82	128
Rondônia	52	10	14
Acre	22	8	10
Amazonas	62	9	19
Roraima	15	2	4
Pará	143	19	47
Amapá	16	1	5
Tocantins	139	33	29
Nordeste	1 794	361	521
Maranhão	217	44	59
Piauí	224	44	38
Ceará	184	36	75
Rio Grande do Norte	167	30	44
Paraíba	223	42	52
Pernambuco	185	42	82
Alagoas	102	24	31
Sergipe	75	17	19
Bahia	417	82	121
Sudeste	1 668	256	447
Minas Gerais	853	133	209
Espírito Santo	78	23	24
Rio de Janeiro	92	23	43
São Paulo	645	77	171
Sul	1 188	242	448
Paraná	399	64	149
Santa Catarina	293	59	139
Rio Grande do Sul	496	119	160
Centro-Oeste	466	105	147
Mato Grosso do Sul	78	16	32
Mato Grosso	141	36	31
Goiás	246	53	84
Distrito Federal	1	-	-

Tabela 101 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Habitação, algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Habitação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com Conselho Municipal de Habitação							Com Fundo Municipal de Habitação	Fundo reú- ne todos os recursos orçamentá- rios e de outras fon- tes destina- dos aos pro gramas há- bitacionais
		Total	Paritário	Características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses		
				Caráter do conselho						
			Com- sultivo	Delibe- rativo	Normativo	Fisca- lizador				
Brasil	5 565	2 373	2 079	1 410	1 974	943	1 277	1 521	2 384	1 496
Até 5 000	1 257	477	410	270	403	190	271	320	451	277
De 5 001 a 10 000	1 294	481	423	261	400	194	237	293	450	272
De 10 001 a 20 000	1 370	504	448	291	412	204	278	314	500	315
De 20 001 a 50 000	1 055	514	454	326	420	198	281	326	535	344
De 50 001 a 100 000	316	194	171	117	167	79	105	143	216	145
De 100 001 a 500 000	233	173	147	127	147	67	89	107	195	123
Mais de 500 000	40	30	26	18	25	11	16	18	37	20
Norte	449	137	111	94	115	60	84	81	147	94
Até 5 000	87	37	30	28	31	19	29	26	32	18
De 5 001 a 10 000	89	28	25	18	22	13	18	13	22	13
De 10 001 a 20 000	107	24	23	18	17	9	15	18	23	17
De 20 001 a 50 000	113	23	16	11	22	6	9	11	36	24
De 50 001 a 100 000	32	13	9	10	13	9	7	10	18	9
De 100 001 a 500 000	18	10	7	9	8	3	5	3	13	11
Mais de 500 000	3	2	1	-	2	1	1	-	3	2
Nordeste	1 794	517	467	314	446	211	321	324	579	378
Até 5 000	225	39	33	19	32	16	25	23	47	30
De 5 001 a 10 000	392	91	85	54	79	36	61	58	99	65
De 10 001 a 20 000	580	135	123	73	117	57	77	87	149	99
De 20 001 a 50 000	432	164	149	104	144	63	103	102	176	115
De 50 001 a 100 000	110	52	44	35	45	24	33	35	62	39
De 100 001 a 500 000	44	27	25	21	22	13	16	14	35	24
Mais de 500 000	11	9	8	8	7	2	6	5	11	6
Sudeste	1 668	718	643	449	595	320	349	426	707	396
Até 5 000	381	108	98	68	94	50	58	63	97	52
De 5 001 a 10 000	408	142	122	86	117	66	58	78	126	63
De 10 001 a 20 000	351	143	128	80	116	67	70	80	139	80
De 20 001 a 50 000	294	156	143	103	122	66	78	91	161	90
De 50 001 a 100 000	98	64	60	36	56	25	30	43	69	47
De 100 001 a 500 000	118	92	79	68	79	39	48	60	99	57
Mais de 500 000	18	13	13	8	11	7	7	11	16	7
Sul	1 188	768	652	416	623	278	386	528	718	465
Até 5 000	421	242	202	127	203	89	126	173	228	146
De 5 001 a 10 000	291	175	150	79	146	64	75	110	157	101
De 10 001 a 20 000	229	143	120	85	114	53	80	87	128	73
De 20 001 a 50 000	144	116	101	75	85	45	61	85	109	76
De 50 001 a 100 000	57	53	46	25	42	17	25	45	53	41
De 100 001 a 500 000	43	37	31	24	32	10	18	28	40	26
Mais de 500 000	3	2	2	1	1	-	1	-	3	2
Centro-Oeste	466	233	206	137	195	74	137	162	233	163
Até 5 000	143	51	47	28	43	16	33	35	47	31
De 5 001 a 10 000	114	45	41	24	36	15	25	34	46	30
De 10 001 a 20 000	103	59	54	35	48	18	36	42	61	46
De 20 001 a 50 000	72	55	45	33	47	18	30	37	53	39
De 50 001 a 100 000	19	12	12	11	11	4	10	10	14	9
De 100 001 a 500 000	10	7	5	5	6	2	2	2	8	5
Mais de 500 000	5	4	2	1	4	1	1	2	4	3

Tabela 102 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Habitação, algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Habitação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com Conselho Municipal de Habitação							Com Fundo Municipal de Habitação	Fundo reú- ne todos os recursos orçamentá- rios e de outras fon- tes destina- dos aos pro- gramas há- bitacionais
		Total	Características do conselho					Realizou reunião nos últimos 12 meses		
			Paritário	Caráter do conselho						
				Com- sultivo	Delibe- rativo	Normativo	Fisca- lizador			
Brasil	5 565	2 373	2 079	1 410	1 974	943	1 277	1 521	2 384	1 496
Norte	449	137	111	94	115	60	84	81	147	94
Rondônia	52	14	11	7	11	9	9	9	16	11
Acre	22	13	13	11	13	9	8	4	11	9
Amazonas	62	7	7	5	7	3	2	3	13	9
Roraima	15	3	3	3	2	1	1	3	3	3
Pará	143	30	19	17	24	6	13	17	48	29
Amapá	16	3	3	3	3	2	2	-	4	3
Tocantins	139	67	55	48	55	30	49	45	52	30
Nordeste	1 794	517	467	314	446	211	321	324	579	378
Maranhão	217	53	46	34	46	28	35	36	57	35
Piauí	224	85	80	42	74	30	59	62	77	48
Ceará	184	90	84	59	81	36	50	64	104	73
Rio Grande do Norte	167	58	52	43	54	32	42	41	65	42
Paraíba	223	48	42	27	40	22	31	28	48	30
Pernambuco	185	49	40	23	42	14	19	28	64	47
Alagoas	102	10	9	6	8	3	4	5	23	15
Sergipe	75	22	19	16	18	7	15	11	22	9
Bahia	417	102	95	64	83	39	66	49	119	79
Sudeste	1 668	718	643	449	595	320	349	426	707	396
Minas Gerais	853	425	380	269	354	204	210	260	393	218
Espírito Santo	78	31	29	17	27	14	14	22	35	22
Rio de Janeiro	92	58	52	41	42	23	30	30	67	39
São Paulo	645	204	182	122	172	79	95	114	212	117
Sul	1 188	768	652	416	623	278	386	528	718	465
Paraná	399	161	127	82	127	65	86	82	153	90
Santa Catarina	293	215	195	135	189	100	115	138	222	157
Rio Grande do Sul	496	392	330	199	307	113	185	308	343	218
Centro-Oeste	466	233	206	137	195	74	137	162	233	163
Mato Grosso do Sul	78	44	40	22	37	12	21	31	54	41
Mato Grosso	141	93	80	51	79	26	61	78	72	53
Goiás	246	96	86	64	79	36	55	53	107	69
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 103 - Municípios, total e com existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais									
		Total	Informa-tizado	Com a natureza do bene-fício habi-tacional pre-tendido	Com a identificação de						Existência de critério de prefe-rência das pessoas identifica-das
					Idosos	Mulhe-res che-fes de família	Renda per capita da família	Pes-soas de raça/etnia negra ou indígena	Pes-soas com deficiên-cia	Número de depen-dentes por família	
Brasil	5 565	4 498	2 519	3 258	2 390	2 297	3 403	631	2 103	2 693	3 079
Até 5 000	1 257	972	437	697	463	435	707	114	384	526	621
De 5 001 a 10 000	1 294	1 001	475	696	487	474	741	103	423	572	682
De 10 001 a 20 000	1 370	1 088	615	783	540	546	805	163	459	623	733
De 20 001 a 50 000	1 055	885	569	655	507	483	689	157	453	569	605
De 50 001 a 100 000	316	295	209	230	201	193	246	54	192	213	227
De 100 001 a 500 000	233	220	178	168	159	136	182	36	161	157	177
Mais de 500 000	40	37	36	29	33	30	33	4	31	33	34
Norte	449	344	192	239	195	186	275	56	157	195	240
Até 5 000	87	70	28	49	42	38	65	11	27	46	51
De 5 001 a 10 000	89	75	40	46	39	40	58	10	33	38	56
De 10 001 a 20 000	107	81	46	60	39	39	57	11	28	37	52
De 20 001 a 50 000	113	75	49	53	51	46	59	17	44	45	53
De 50 001 a 100 000	32	26	17	18	15	14	21	3	14	16	17
De 100 001 a 500 000	18	15	10	11	7	7	13	4	9	11	9
Mais de 500 000	3	2	2	2	2	2	2	-	2	2	2
Nordeste	1 794	1 496	847	1 100	743	784	1 140	202	629	862	1 043
Até 5 000	225	186	93	132	79	89	128	9	63	92	125
De 5 001 a 10 000	392	315	160	221	135	151	226	28	111	163	211
De 10 001 a 20 000	580	470	252	338	204	227	359	68	165	253	321
De 20 001 a 50 000	432	370	228	283	207	203	293	70	184	238	257
De 50 001 a 100 000	110	102	69	83	71	70	86	21	64	73	82
De 100 001 a 500 000	44	43	36	36	38	34	38	5	34	34	37
Mais de 500 000	11	10	9	7	9	10	10	1	8	9	10
Sudeste	1 668	1 224	746	837	608	574	861	151	572	703	763
Até 5 000	381	247	123	173	113	104	159	27	99	121	146
De 5 001 a 10 000	408	266	130	177	119	114	187	21	108	149	170
De 10 001 a 20 000	351	250	160	165	109	111	162	38	104	140	141
De 20 001 a 50 000	294	241	163	162	113	109	170	31	105	138	137
De 50 001 a 100 000	98	91	64	67	59	56	77	11	60	63	65
De 100 001 a 500 000	118	111	88	79	80	66	91	20	81	77	89
Mais de 500 000	18	18	18	14	15	14	15	3	15	15	15
Sul	1 188	1 001	517	731	543	454	751	147	479	650	677
Até 5 000	421	344	149	244	152	135	249	44	130	196	207
De 5 001 a 10 000	291	239	95	166	125	97	177	30	113	157	159
De 10 001 a 20 000	229	188	95	139	115	94	145	33	98	127	135
De 20 001 a 50 000	144	128	91	101	81	71	102	22	67	94	95
De 50 001 a 100 000	57	57	45	44	40	35	44	12	38	44	45
De 100 001 a 500 000	43	42	39	35	27	21	32	6	31	29	33
Mais de 500 000	3	3	3	2	3	1	2	-	2	3	3
Centro-Oeste	466	433	217	351	301	299	376	75	266	283	356
Até 5 000	143	125	44	99	77	69	106	23	65	71	92
De 5 001 a 10 000	114	106	50	86	69	72	93	14	58	65	86
De 10 001 a 20 000	103	99	62	81	73	75	82	13	64	66	84
De 20 001 a 50 000	72	71	38	56	55	54	65	17	53	54	63
De 50 001 a 100 000	19	19	14	18	16	18	18	7	16	17	18
De 100 001 a 500 000	10	9	5	7	7	8	8	1	6	6	9
Mais de 500 000	5	4	4	4	4	3	4	-	4	4	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 104 - Municípios, total e com existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Com existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais										
	Total	Total	Informa- tizado	Com a natureza do bene- fício habi- tacional pre- tendido	Com a identificação de						Existência de critério de prefer- ência das pessoas identifica- das
					Idosos	Mulhe- res che- fes de família	Renda <i>per</i> <i>capita</i> da família	Pes- soas de raça/etnia negra ou indígena	Pes- soas com deficiên- cia	Número de depen- dentes por família	
Brasil	5 565	4 498	2 519	3 258	2 390	2 297	3 403	631	2 103	2 693	3 079
Norte	449	344	192	239	195	186	275	56	157	195	240
Rondônia	52	42	26	22	13	14	31	2	13	16	26
Acre	22	19	13	14	15	16	16	3	14	14	17
Amazonas	62	43	22	35	27	24	31	10	22	23	27
Roraima	15	14	9	13	5	7	12	2	2	4	11
Pará	143	90	52	66	50	47	68	16	40	54	59
Amapá	16	9	2	4	1	1	-	-	-	-	-
Tocantins	139	127	68	85	84	77	117	23	66	84	100
Nordeste	1 794	1 496	847	1 100	743	784	1 140	202	629	862	1 043
Maranhão	217	158	69	114	59	55	109	29	43	62	87
Piauí	224	185	78	124	67	89	124	14	51	75	122
Ceará	184	165	80	125	101	96	134	31	96	108	122
Rio Grande do Norte	167	162	135	130	106	102	133	24	96	110	129
Paraíba	223	184	87	134	80	84	132	12	69	109	122
Pernambuco	185	156	89	114	85	85	129	14	63	98	119
Alagoas	102	84	56	60	36	44	61	10	27	41	57
Sergipe	75	63	47	35	21	21	48	8	19	26	25
Bahia	417	339	206	264	188	208	270	60	165	233	260
Sudeste	1 668	1 224	746	837	608	574	861	151	572	703	763
Minas Gerais	853	636	405	452	285	279	444	85	253	352	409
Espírito Santo	78	74	32	54	50	46	62	7	48	58	51
Rio de Janeiro	92	88	53	60	52	45	69	16	51	58	67
São Paulo	645	426	256	271	221	204	286	43	220	235	236
Sul	1 188	1 001	517	731	543	454	751	147	479	650	677
Paraná	399	312	154	211	170	143	231	41	139	203	213
Santa Catarina	293	272	157	206	159	130	213	44	148	192	191
Rio Grande do Sul	496	417	206	314	214	181	307	62	192	255	273
Centro-Oeste	466	433	217	351	301	299	376	75	266	283	356
Mato Grosso do Sul	78	77	41	61	66	64	69	19	64	64	68
Mato Grosso	141	134	79	107	100	101	118	21	92	87	114
Goiás	246	222	97	183	135	134	189	35	110	132	174
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 105 - Municípios, total, com legislação específica e com plano e/ou programa de regularização fundiária, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Com legislação específica que dispõe sobre regularização fundiária	Com plano e/ou programa específico de regularização fundiária
Brasil	5 565	1 047	778
Até 5 000	1 257	105	57
De 5 001 a 10 000	1 294	142	101
De 10 001 a 20 000	1 370	208	143
De 20 001 a 50 000	1 055	294	224
De 50 001 a 100 000	316	134	101
De 100 001 a 500 000	233	132	124
Mais de 500 000	40	32	28
Norte	449	113	90
Até 5 000	87	7	5
De 5 001 a 10 000	89	14	12
De 10 001 a 20 000	107	25	20
De 20 001 a 50 000	113	39	34
De 50 001 a 100 000	32	16	9
De 100 001 a 500 000	18	10	8
Mais de 500 000	3	2	2
Nordeste	1 794	267	195
Até 5 000	225	13	8
De 5 001 a 10 000	392	30	17
De 10 001 a 20 000	580	58	39
De 20 001 a 50 000	432	96	70
De 50 001 a 100 000	110	38	30
De 100 001 a 500 000	44	23	24
Mais de 500 000	11	9	7
Sudeste	1 668	309	250
Até 5 000	381	26	16
De 5 001 a 10 000	408	33	28
De 10 001 a 20 000	351	50	36
De 20 001 a 50 000	294	77	60
De 50 001 a 100 000	98	42	34
De 100 001 a 500 000	118	67	63
Mais de 500 000	18	14	13
Sul	1 188	247	156
Até 5 000	421	43	17
De 5 001 a 10 000	291	48	25
De 10 001 a 20 000	229	47	30
De 20 001 a 50 000	144	51	37
De 50 001 a 100 000	57	28	21
De 100 001 a 500 000	43	27	23
Mais de 500 000	3	3	3
Centro-Oeste	466	111	87
Até 5 000	143	16	11
De 5 001 a 10 000	114	17	19
De 10 001 a 20 000	103	28	18
De 20 001 a 50 000	72	31	23
De 50 001 a 100 000	19	10	7
De 100 001 a 500 000	10	5	6
Mais de 500 000	5	4	3

Tabela 106 - Municípios, total, com legislação específica e com plano e/ou programa de regularização fundiária, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Com legislação específica que dispõe sobre regularização fundiária	Com plano e/ou programa específico de regularização fundiária
Brasil	5 565	1 047	778
Norte	449	113	90
Rondônia	52	24	18
Acre	22	3	6
Amazonas	62	19	18
Roraima	15	3	2
Pará	143	46	32
Amapá	16	1	1
Tocantins	139	17	13
Nordeste	1 794	267	195
Maranhão	217	37	27
Piauí	224	28	9
Ceará	184	37	18
Rio Grande do Norte	167	10	10
Paraíba	223	25	15
Pernambuco	185	38	36
Alagoas	102	16	16
Sergipe	75	17	10
Bahia	417	59	54
Sudeste	1 668	309	250
Minas Gerais	853	124	96
Espírito Santo	78	29	17
Rio de Janeiro	92	39	29
São Paulo	645	117	108
Sul	1 188	247	156
Paraná	399	91	60
Santa Catarina	293	57	34
Rio Grande do Sul	496	99	62
Centro-Oeste	466	111	87
Mato Grosso do Sul	78	23	17
Mato Grosso	141	32	21
Goiás	246	56	49
Distrito Federal	1	-	-

Tabela 107 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de habitação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado na área de habitação	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de habitação
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	170	889	934	255	168
Até 5 000	1 257	26	160	127	36	10
De 5 001 a 10 000	1 294	33	179	165	28	17
De 10 001 a 20 000	1 370	38	209	220	44	26
De 20 001 a 50 000	1 055	49	185	209	61	36
De 50 001 a 100 000	316	8	73	103	31	30
De 100 001 a 500 000	233	13	69	89	40	32
Mais de 500 000	40	3	14	21	15	17
Norte	449	26	39	55	14	16
Até 5 000	87	2	10	5	-	-
De 5 001 a 10 000	89	3	8	10	1	1
De 10 001 a 20 000	107	8	10	16	2	5
De 20 001 a 50 000	113	10	7	12	6	2
De 50 001 a 100 000	32	2	2	7	4	5
De 100 001 a 500 000	18	1	2	5	-	2
Mais de 500 000	3	-	-	-	1	1
Nordeste	1 794	40	245	348	61	41
Até 5 000	225	1	21	23	7	2
De 5 001 a 10 000	392	5	42	58	8	4
De 10 001 a 20 000	580	12	81	113	13	6
De 20 001 a 50 000	432	18	65	104	17	14
De 50 001 a 100 000	110	3	18	31	5	7
De 100 001 a 500 000	44	1	15	15	8	2
Mais de 500 000	11	-	3	4	3	6
Sudeste	1 668	59	280	200	82	53
Até 5 000	381	8	34	18	9	-
De 5 001 a 10 000	408	14	54	28	12	8
De 10 001 a 20 000	351	10	52	28	9	7
De 20 001 a 50 000	294	12	65	38	16	6
De 50 001 a 100 000	98	3	25	30	10	8
De 100 001 a 500 000	118	9	40	46	19	17
Mais de 500 000	18	3	10	12	7	7
Sul	1 188	34	182	204	71	48
Até 5 000	421	12	57	53	19	8
De 5 001 a 10 000	291	6	37	36	4	4
De 10 001 a 20 000	229	7	40	40	13	6
De 20 001 a 50 000	144	7	21	32	12	9
De 50 001 a 100 000	57	-	19	25	10	9
De 100 001 a 500 000	43	2	8	17	11	10
Mais de 500 000	3	-	-	1	2	2
Centro-Oeste	466	11	143	127	27	10
Até 5 000	143	3	38	28	1	-
De 5 001 a 10 000	114	5	38	33	3	-
De 10 001 a 20 000	103	1	26	23	7	2
De 20 001 a 50 000	72	2	27	23	10	5
De 50 001 a 100 000	19	-	9	10	2	1
De 100 001 a 500 000	10	-	4	6	2	1
Mais de 500 000	5	-	1	4	2	1

Tabela 108 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de habitação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado na área de habitação	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de habitação
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	170	889	934	255	168
Norte	449	26	39	55	14	16
Rondônia	52	2	1	5	-	1
Acre	22	4	1	-	-	-
Amazonas	62	4	6	16	3	1
Roraima	15	-	3	8	-	-
Pará	143	12	10	15	11	11
Amapá	16	-	-	1	-	-
Tocantins	139	4	18	10	-	3
Nordeste	1 794	40	245	348	61	41
Maranhão	217	7	28	46	3	4
Piauí	224	1	7	15	8	-
Ceará	184	5	12	21	6	4
Rio Grande do Norte	167	-	23	19	5	4
Paraíba	223	4	20	33	4	3
Pernambuco	185	9	41	72	3	5
Alagoas	102	1	19	24	4	2
Sergipe	75	1	18	18	12	5
Bahia	417	12	77	100	16	14
Sudeste	1 668	59	280	200	82	53
Minas Gerais	853	22	90	75	32	18
Espírito Santo	78	2	18	17	5	5
Rio de Janeiro	92	4	23	26	6	5
São Paulo	645	31	149	82	39	25
Sul	1 188	34	182	204	71	48
Paraná	399	15	74	62	20	11
Santa Catarina	293	5	36	38	11	10
Rio Grande do Sul	496	14	72	104	40	27
Centro-Oeste	466	11	143	127	27	10
Mato Grosso do Sul	78	2	33	29	10	4
Mato Grosso	141	7	41	21	2	1
Goiás	246	2	69	77	15	5
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-

Tabela 109 - Municípios, total e com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor						
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da admi- nistração indireta	Não possui estrutura específica
Brasil	5 565	4 200	776	1 077	1 779	507	61	1 365
Até 5 000	1 257	846	158	241	290	157	-	411
De 5 001 a 10 000	1 294	923	153	279	358	133	-	371
De 10 001 a 20 000	1 370	1 039	216	244	468	111	-	331
De 20 001 a 50 000	1 055	849	150	189	437	71	2	206
De 50 001 a 100 000	316	277	37	61	142	25	12	39
De 100 001 a 500 000	233	226	47	59	81	10	29	7
Mais de 500 000	40	40	15	4	3	-	18	-
Norte	449	342	88	101	125	19	9	107
Até 5 000	87	79	29	25	23	2	-	8
De 5 001 a 10 000	89	67	12	26	25	4	-	22
De 10 001 a 20 000	107	73	14	22	31	6	-	34
De 20 001 a 50 000	113	82	21	20	34	6	1	31
De 50 001 a 100 000	32	22	9	6	4	-	3	10
De 100 001 a 500 000	18	16	3	2	7	1	3	2
Mais de 500 000	3	3	-	-	1	-	2	-
Nordeste	1 794	1 429	267	260	752	127	23	365
Até 5 000	225	157	29	25	71	32	-	68
De 5 001 a 10 000	392	295	48	63	147	37	-	97
De 10 001 a 20 000	580	463	117	85	237	24	-	117
De 20 001 a 50 000	432	363	53	63	222	24	1	69
De 50 001 a 100 000	110	96	10	12	57	9	8	14
De 100 001 a 500 000	44	44	7	9	18	1	9	-
Mais de 500 000	11	11	3	3	-	-	5	-
Sudeste	1 668	1 264	253	301	441	251	18	404
Até 5 000	381	241	43	57	62	79	-	140
De 5 001 a 10 000	408	292	53	74	97	68	-	116
De 10 001 a 20 000	351	272	57	62	98	55	-	79
De 20 001 a 50 000	294	237	57	50	98	32	-	57
De 50 001 a 100 000	98	87	9	23	41	13	1	11
De 100 001 a 500 000	118	117	25	34	44	4	10	1
Mais de 500 000	18	18	9	1	1	-	7	-
Sul	1 188	807	53	306	357	83	8	381
Até 5 000	421	252	8	101	107	36	-	169
De 5 001 a 10 000	291	185	14	80	72	19	-	106
De 10 001 a 20 000	229	158	8	55	77	18	-	71
De 20 001 a 50 000	144	114	11	41	57	5	-	30
De 50 001 a 100 000	57	56	4	16	34	2	-	1
De 100 001 a 500 000	43	39	7	13	10	3	6	4
Mais de 500 000	3	3	1	-	-	-	2	-
Centro-Oeste	466	358	115	109	104	27	3	108
Até 5 000	143	117	49	33	27	8	-	26
De 5 001 a 10 000	114	84	26	36	17	5	-	30
De 10 001 a 20 000	103	73	20	20	25	8	-	30
De 20 001 a 50 000	72	53	8	15	26	4	-	19
De 50 001 a 100 000	19	16	5	4	6	1	-	3
De 100 001 a 500 000	10	10	5	1	2	1	1	-
Mais de 500 000	5	5	2	-	1	-	2	-

Tabela 110 - Municípios, total e com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de transporte, por caracterização do órgão gestor						
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	Não possui estrutura específica
Brasil	5 565	4 200	776	1 077	1 779	507	61	1 365
Norte	449	342	88	101	125	19	9	107
Rondônia	52	18	5	5	5	2	1	34
Acre	22	19	-	8	10	-	1	3
Amazonas	62	45	10	19	12	2	2	17
Roraima	15	7	-	1	5	1	-	8
Pará	143	111	30	25	49	5	2	32
Amapá	16	11	1	-	8	-	2	5
Tocantins	139	131	42	43	36	9	1	8
Nordeste	1 794	1 429	267	260	752	127	23	365
Maranhão	217	173	20	28	106	19	-	44
Piauí	224	148	15	23	56	52	2	76
Ceará	184	150	15	19	106	7	3	34
Rio Grande do Norte	167	131	31	53	43	4	-	36
Paraíba	223	176	26	19	115	13	3	47
Pernambuco	185	152	36	16	89	7	4	33
Alagoas	102	78	28	15	27	5	3	24
Sergipe	75	68	19	24	18	2	5	7
Bahia	417	353	77	63	192	18	3	64
Sudeste	1 668	1 264	253	301	441	251	18	404
Minas Gerais	853	676	122	200	252	99	3	177
Espírito Santo	78	70	13	21	35	1	-	8
Rio de Janeiro	92	88	36	16	29	3	4	4
São Paulo	645	430	82	64	125	148	11	215
Sul	1 188	807	53	306	357	83	8	381
Paraná	399	266	25	63	105	68	5	133
Santa Catarina	293	224	11	113	86	11	3	69
Rio Grande do Sul	496	317	17	130	166	4	-	179
Centro-Oeste	466	358	115	109	104	27	3	108
Mato Grosso do Sul	78	49	4	17	23	5	-	29
Mato Grosso	141	80	13	23	38	6	-	61
Goiás	246	228	97	69	43	16	3	18
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-	-

Tabela 111 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com Conselho Municipal de Transporte							
		Total	Algumas características do conselho						Realizou reunião nos últimos 12 meses
			Paritário	Caráter do conselho					
Consultivo	Deliberativo	Normativo		Fiscalizador					
Brasil	5 565	328	252	242	178	82	151	238	
Até 5 000	1 257	24	19	14	18	5	10	18	
De 5 001 a 10 000	1 294	25	17	16	13	9	15	15	
De 10 001 a 20 000	1 370	34	32	20	16	6	19	23	
De 20 001 a 50 000	1 055	56	44	42	28	15	31	41	
De 50 001 a 100 000	316	73	52	58	42	19	32	51	
De 100 001 a 500 000	233	91	67	75	48	23	38	68	
Mais de 500 000	40	25	21	17	13	5	6	22	
Norte	449	20	14	17	13	9	12	16	
Até 5 000	87	-	-	-	-	-	-	-	
De 5 001 a 10 000	89	1	-	-	1	-	1	-	
De 10 001 a 20 000	107	1	1	1	-	-	1	1	
De 20 001 a 50 000	113	3	2	2	1	2	1	1	
De 50 001 a 100 000	32	4	3	3	4	3	3	3	
De 100 001 a 500 000	18	9	6	9	6	4	6	9	
Mais de 500 000	3	2	2	2	1	-	-	2	
Nordeste	1 794	48	42	35	34	18	27	27	
Até 5 000	225	-	-	-	-	-	-	-	
De 5 001 a 10 000	392	4	4	3	4	2	3	1	
De 10 001 a 20 000	580	3	3	3	3	2	3	-	
De 20 001 a 50 000	432	5	5	5	4	5	4	2	
De 50 001 a 100 000	110	10	7	6	5	2	6	6	
De 100 001 a 500 000	44	17	15	13	11	5	9	10	
Mais de 500 000	11	9	8	5	7	2	2	8	
Sudeste	1 668	110	87	80	52	21	41	82	
Até 5 000	381	5	5	3	4	1	-	5	
De 5 001 a 10 000	408	3	3	2	1	1	2	2	
De 10 001 a 20 000	351	12	12	6	5	2	6	10	
De 20 001 a 50 000	294	15	13	11	6	2	10	12	
De 50 001 a 100 000	98	27	20	22	16	6	10	19	
De 100 001 a 500 000	118	38	26	29	18	7	10	25	
Mais de 500 000	18	10	8	7	2	2	3	9	
Sul	1 188	132	97	100	71	30	61	99	
Até 5 000	421	17	13	11	14	4	8	11	
De 5 001 a 10 000	291	16	9	10	6	5	8	11	
De 10 001 a 20 000	229	15	13	8	8	2	7	9	
De 20 001 a 50 000	144	28	21	22	14	6	14	24	
De 50 001 a 100 000	57	29	20	25	16	7	11	20	
De 100 001 a 500 000	43	25	19	23	12	6	12	23	
Mais de 500 000	3	2	2	1	1	-	1	1	
Centro-Oeste	466	18	12	10	8	4	10	14	
Até 5 000	143	2	1	-	-	-	2	2	
De 5 001 a 10 000	114	1	1	1	1	2	1	1	
De 10 001 a 20 000	103	3	3	2	-	-	2	3	
De 20 001 a 50 000	72	5	3	2	3	-	2	2	
De 50 001 a 100 000	19	3	2	2	1	1	2	3	
De 100 001 a 500 000	10	2	1	1	1	1	1	1	
Mais de 500 000	5	2	1	2	2	1	-	2	

Tabela 112 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Transporte, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com Conselho Municipal de Transporte							
		Total	Algumas características do conselho						Realizou reunião nos últimos 12 meses
			Paritário	Caráter do conselho					
	Consultivo	Deliberativo		Normativo	Fiscalizador				
Brasil	5 565	328	252	242	178	82	151	238	
Norte	449	20	14	17	13	9	12	16	
Rondônia	52	5	3	4	4	3	2	4	
Acre	22	2	2	2	1	1	1	2	
Amazonas	62	2	2	2	1	-	-	1	
Roraima	15	1	1	1	-	-	-	1	
Pará	143	5	4	5	3	2	4	5	
Amapá	16	3	1	2	3	2	3	2	
Tocantins	139	2	1	1	1	1	2	1	
Nordeste	1 794	48	42	35	34	18	27	27	
Maranhão	217	3	2	3	3	2	3	-	
Piauí	224	5	5	4	4	2	2	3	
Ceará	184	5	3	3	3	1	3	3	
Rio Grande do Norte	167	5	5	3	3	2	3	3	
Paraíba	223	6	5	5	4	3	3	4	
Pernambuco	185	9	8	6	7	3	5	3	
Alagoas	102	2	2	-	2	1	1	2	
Sergipe	75	2	2	1	2	1	1	2	
Bahia	417	11	10	10	6	3	6	7	
Sudeste	1 668	110	87	80	52	21	41	82	
Minas Gerais	853	52	43	36	25	11	21	43	
Espírito Santo	78	9	8	6	7	3	4	6	
Rio de Janeiro	92	7	4	4	4	1	1	6	
São Paulo	645	42	32	34	16	6	15	27	
Sul	1 188	132	97	100	71	30	61	99	
Paraná	399	22	17	14	16	3	10	11	
Santa Catarina	293	34	28	25	20	10	16	24	
Rio Grande do Sul	496	76	52	61	35	17	35	64	
Centro-Oeste	466	18	12	10	8	4	10	14	
Mato Grosso do Sul	78	4	2	2	3	2	1	3	
Mato Grosso	141	11	8	7	3	1	8	9	
Goiás	246	2	1	-	1	1	1	1	
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	-	1	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 113 - Municípios, total e com os serviços de transportes existentes município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com os serviços de transportes existentes no município					
		Barco	Metrô	Mototáxi	Táxi	Trem	Van
Brasil	5 565	631	15	3 000	4 499	167	3 714
Até 5 000	1 257	52	-	381	870	7	577
De 5 001 a 10 000	1 294	106	-	648	983	11	799
De 10 001 a 20 000	1 370	179	-	843	1 112	23	1 022
De 20 001 a 50 000	1 055	189	1	758	955	28	860
De 50 001 a 100 000	316	54	1	223	307	26	246
De 100 001 a 500 000	233	40	4	126	232	53	178
Mais de 500 000	40	11	9	21	40	19	32
Norte	449	231	-	361	311	9	285
Até 5 000	87	24	-	52	32	2	60
De 5 001 a 10 000	89	37	-	74	58	2	58
De 10 001 a 20 000	107	61	-	91	76	1	61
De 20 001 a 50 000	113	79	-	97	93	1	67
De 50 001 a 100 000	32	18	-	32	31	1	22
De 100 001 a 500 000	18	10	-	13	18	2	14
Mais de 500 000	3	2	-	2	3	-	3
Nordeste	1 794	233	6	1 572	1 205	49	1 604
Até 5 000	225	7	-	183	107	-	191
De 5 001 a 10 000	392	42	-	331	199	5	335
De 10 001 a 20 000	580	80	-	495	379	5	521
De 20 001 a 50 000	432	70	-	411	361	10	407
De 50 001 a 100 000	110	18	1	106	105	12	102
De 100 001 a 500 000	44	10	2	40	43	10	40
Mais de 500 000	11	6	3	6	11	7	8
Sudeste	1 668	86	4	523	1 550	90	1 030
Até 5 000	381	8	-	46	307	2	164
De 5 001 a 10 000	408	13	-	114	377	4	222
De 10 001 a 20 000	351	19	-	124	342	14	243
De 20 001 a 50 000	294	22	-	139	291	12	233
De 50 001 a 100 000	98	8	-	44	97	9	71
De 100 001 a 500 000	118	13	-	48	118	38	82
Mais de 500 000	18	3	4	8	18	11	15
Sul	1 188	59	4	211	1 063	15	595
Até 5 000	421	10	-	31	347	3	130
De 5 001 a 10 000	291	9	-	49	257	-	136
De 10 001 a 20 000	229	14	-	47	219	2	146
De 20 001 a 50 000	144	12	-	45	139	4	110
De 50 001 a 100 000	57	7	1	23	55	3	37
De 100 001 a 500 000	43	7	2	15	43	3	33
Mais de 500 000	3	-	1	1	3	-	3
Centro-Oeste	466	22	1	333	370	4	200
Até 5 000	143	3	-	69	77	-	32
De 5 001 a 10 000	114	5	-	80	92	-	48
De 10 001 a 20 000	103	5	-	86	96	1	51
De 20 001 a 50 000	72	6	-	66	71	1	43
De 50 001 a 100 000	19	3	-	18	19	1	14
De 100 001 a 500 000	10	-	-	10	10	-	9
Mais de 500 000	5	-	1	4	5	1	3

Tabela 114 - Municípios, total e com os serviços de transportes existentes município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com os serviços de transportes existentes no município					
		Barco	Metrô	Mototáxi	Táxi	Trem	Van
Brasil	5 565	631	15	3 000	4 499	167	3 714
Norte	449	231	-	361	311	9	285
Rondônia	52	5	-	47	52	-	10
Acre	22	20	-	18	17	-	18
Amazonas	62	60	-	57	35	-	15
Roraima	15	3	-	7	14	-	14
Pará	143	86	-	123	113	3	103
Amapá	16	14	-	9	8	5	8
Tocantins	139	43	-	100	72	1	117
Nordeste	1 794	233	6	1 572	1 205	49	1 604
Maranhão	217	79	-	193	139	11	199
Piauí	224	22	1	182	74	-	214
Ceará	184	17	1	182	122	7	175
Rio Grande do Norte	167	8	-	162	152	10	156
Paraíba	223	9	-	200	144	6	168
Pernambuco	185	13	4	180	122	3	166
Alagoas	102	20	-	85	84	3	94
Sergipe	75	15	-	75	75	-	74
Bahia	417	50	-	313	293	29	358
Sudeste	1 668	86	4	523	1 550	90	1 030
Minas Gerais	853	41	2	312	825	28	564
Espírito Santo	78	4	-	13	78	7	54
Rio de Janeiro	92	13	1	16	92	14	60
São Paulo	645	28	1	182	555	41	352
Sul	1 188	59	4	211	1 063	15	595
Paraná	399	18	-	90	341	2	253
Santa Catarina	293	16	-	69	258	4	92
Rio Grande do Sul	496	25	4	52	464	9	250
Centro-Oeste	466	22	1	333	370	4	200
Mato Grosso do Sul	78	6	-	64	75	4	56
Mato Grosso	141	12	-	88	109	-	81
Goiás	246	4	-	181	185	-	62
Distrito Federal	1	-	1	-	1	-	1

Tabela 115 - Municípios, total, com transporte coletivo por ônibus intramunicipal, algumas características deste transporte e com transporte por ônibus intermunicipal, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com transporte coletivo por ônibus				
		Intramunicipal			Intermunicipal	
		Total	Concessão, permissão ou autorização leva em consideração os critérios e as normas de acessibilidade	Com passageiros com isenção total ou parcial da tarifa do ônibus	Total	Atendendo ao deslocamento entre bairros, distritos, localidades dentro do município
Brasil	5 565	2 018	589	1 596	4 743	2 706
Até 5 000	1 257	186	40	117	1 027	509
De 5 001 a 10 000	1 294	279	41	177	1 068	553
De 10 001 a 20 000	1 370	474	91	346	1 169	656
De 20 001 a 50 000	1 055	567	133	463	913	571
De 50 001 a 100 000	316	251	94	233	298	207
De 100 001 a 500 000	233	221	155	220	229	181
Mais de 500 000	40	40	35	40	40	29
Norte	449	124	28	98	312	135
Até 5 000	87	6	-	2	65	16
De 5 001 a 10 000	89	7	1	3	68	20
De 10 001 a 20 000	107	20	5	15	68	35
De 20 001 a 50 000	113	53	8	42	67	37
De 50 001 a 100 000	32	22	6	20	26	18
De 100 001 a 500 000	18	13	6	13	15	8
Mais de 500 000	3	3	2	3	3	1
Nordeste	1 794	375	75	240	1 385	650
Até 5 000	225	15	3	5	130	60
De 5 001 a 10 000	392	31	4	16	274	126
De 10 001 a 20 000	580	102	8	58	459	199
De 20 001 a 50 000	432	116	21	65	365	171
De 50 001 a 100 000	110	62	13	48	102	58
De 100 001 a 500 000	44	38	17	37	44	30
Mais de 500 000	11	11	9	11	11	6
Sudeste	1 668	837	278	690	1 587	989
Até 5 000	381	60	17	36	347	160
De 5 001 a 10 000	408	109	8	67	380	202
De 10 001 a 20 000	351	192	39	140	345	219
De 20 001 a 50 000	294	245	59	217	284	219
De 50 001 a 100 000	98	95	44	94	96	71
De 100 001 a 500 000	118	118	95	118	118	102
Mais de 500 000	18	18	16	18	17	16
Sul	1 188	574	174	485	1 097	801
Até 5 000	421	98	18	71	388	254
De 5 001 a 10 000	291	120	27	85	263	181
De 10 001 a 20 000	229	134	31	115	209	167
De 20 001 a 50 000	144	123	39	115	134	116
De 50 001 a 100 000	57	54	24	54	57	47
De 100 001 a 500 000	43	42	32	42	43	34
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	2
Centro-Oeste	466	108	34	83	362	131
Até 5 000	143	7	2	3	97	19
De 5 001 a 10 000	114	12	1	6	83	24
De 10 001 a 20 000	103	26	8	18	88	36
De 20 001 a 50 000	72	30	6	24	63	28
De 50 001 a 100 000	19	18	7	17	17	13
De 100 001 a 500 000	10	10	5	10	9	7
Mais de 500 000	5	5	5	5	5	4

Tabela 116 - Municípios, total, com transporte coletivo por ônibus intramunicipal, algumas características deste transporte e com transporte por ônibus intermunicipal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com transporte coletivo por ônibus				
		Intramunicipal			Intermunicipal	
		Total	Concessão, permissão ou autorização leva em consideração os critérios e as normas de acessibilidade	Com passageiros com isenção total ou parcial da tarifa do ônibus	Total	Atendendo ao deslocamento entre bairros, distritos, localidades dentro do município
Brasil	5 565	2 018	589	1 596	4 743	2 706
Norte	449	124	28	98	312	135
Rondônia	52	18	5	11	37	17
Acre	22	3	3	3	18	2
Amazonas	62	10	2	7	14	4
Roraima	15	3	1	2	15	11
Pará	143	74	13	64	100	64
Amapá	16	4	-	3	14	5
Tocantins	139	12	4	8	114	32
Nordeste	1 794	375	75	240	1 385	650
Maranhão	217	36	5	20	164	47
Piauí	224	38	5	17	190	149
Ceará	184	54	9	31	171	83
Rio Grande do Norte	167	5	1	4	95	15
Paraíba	223	21	5	11	153	63
Pernambuco	185	64	22	51	163	48
Alagoas	102	26	5	18	67	22
Sergipe	75	19	2	12	75	72
Bahia	417	112	21	76	307	151
Sudeste	1 668	837	278	690	1 587	989
Minas Gerais	853	378	94	252	822	513
Espírito Santo	78	52	17	43	76	65
Rio de Janeiro	92	80	32	79	92	70
São Paulo	645	327	135	316	597	341
Sul	1 188	574	174	485	1 097	801
Paraná	399	176	59	148	338	188
Santa Catarina	293	129	34	115	288	236
Rio Grande do Sul	496	269	81	222	471	377
Centro-Oeste	466	108	34	83	362	131
Mato Grosso do Sul	78	29	10	20	75	41
Mato Grosso	141	32	11	21	104	25
Goiás	246	46	12	41	182	64
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1

Tabela 117 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de transporte, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de transporte
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	207	264	130	242	65
Até 5 000	1 257	28	43	19	16	5
De 5 001 a 10 000	1 294	43	55	33	31	9
De 10 001 a 20 000	1 370	48	69	36	52	12
De 20 001 a 50 000	1 055	43	54	27	71	15
De 50 001 a 100 000	316	18	17	8	31	9
De 100 001 a 500 000	233	20	18	3	24	10
Mais de 500 000	40	7	8	4	17	5
Norte	449	21	13	11	18	7
Até 5 000	87	2	1	-	-	1
De 5 001 a 10 000	89	4	-	-	4	2
De 10 001 a 20 000	107	5	4	6	3	2
De 20 001 a 50 000	113	5	7	4	3	1
De 50 001 a 100 000	32	3	1	1	5	1
De 100 001 a 500 000	18	2	-	-	1	-
Mais de 500 000	3	-	-	-	2	-
Nordeste	1 794	25	57	40	36	13
Até 5 000	225	-	4	4	1	-
De 5 001 a 10 000	392	4	9	10	4	2
De 10 001 a 20 000	580	4	16	10	9	1
De 20 001 a 50 000	432	8	18	12	14	4
De 50 001 a 100 000	110	4	4	2	2	1
De 100 001 a 500 000	44	3	5	1	3	3
Mais de 500 000	11	2	1	1	3	2
Sudeste	1 668	95	78	35	84	21
Até 5 000	381	14	9	6	1	1
De 5 001 a 10 000	408	22	16	9	8	1
De 10 001 a 20 000	351	21	20	9	15	3
De 20 001 a 50 000	294	20	13	7	28	5
De 50 001 a 100 000	98	5	3	-	12	4
De 100 001 a 500 000	118	9	11	2	11	4
Mais de 500 000	18	4	6	2	9	3
Sul	1 188	33	64	33	82	17
Até 5 000	421	3	14	8	14	2
De 5 001 a 10 000	291	5	19	12	12	3
De 10 001 a 20 000	229	9	18	9	16	5
De 20 001 a 50 000	144	6	6	1	22	3
De 50 001 a 100 000	57	5	5	3	8	1
De 100 001 a 500 000	43	5	2	-	9	3
Mais de 500 000	3	-	-	-	1	-
Centro-Oeste	466	33	52	11	22	7
Até 5 000	143	9	15	1	-	1
De 5 001 a 10 000	114	8	11	2	3	1
De 10 001 a 20 000	103	9	11	2	9	1
De 20 001 a 50 000	72	4	10	3	4	2
De 50 001 a 100 000	19	1	4	2	4	2
De 100 001 a 500 000	10	1	-	-	-	-
Mais de 500 000	5	1	1	1	2	-

Tabela 118 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de transporte, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de transporte
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	207	264	130	242	65
Norte	449	21	13	11	18	7
Rondônia	52	3	1	3	3	1
Acre	22	3	-	-	1	2
Amazonas	62	-	4	3	2	1
Roraima	15	1	-	-	1	-
Pará	143	10	7	5	9	1
Amapá	16	1	-	-	-	-
Tocantins	139	3	1	-	2	2
Nordeste	1 794	25	57	40	36	13
Maranhão	217	7	7	9	3	3
Piauí	224	-	3	-	1	-
Ceará	184	1	9	4	7	1
Rio Grande do Norte	167	-	1	1	-	2
Paraíba	223	1	6	4	2	-
Pernambuco	185	7	7	10	6	1
Alagoas	102	1	1	1	5	1
Sergipe	75	2	4	1	1	-
Bahia	417	6	19	10	11	5
Sudeste	1 668	95	78	35	84	21
Minas Gerais	853	51	35	20	26	6
Espírito Santo	78	3	6	2	4	2
Rio de Janeiro	92	6	6	2	9	4
São Paulo	645	35	31	11	45	9
Sul	1 188	33	64	33	82	17
Paraná	399	18	34	14	30	6
Santa Catarina	293	5	14	9	24	5
Rio Grande do Sul	496	10	16	10	28	6
Centro-Oeste	466	33	52	11	22	7
Mato Grosso do Sul	78	2	10	5	7	3
Mato Grosso	141	22	20	3	4	2
Goiás	246	9	22	3	10	2
Distrito Federal	1	-	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 119 - Municípios, total e com estrutura na área de saúde, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							Não possui estrutura específica
	Total	Com estrutura na área de saúde, por caracterização do órgão gestor						
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	5 565	5 565	4 593	736	13	211	12	-
Até 5 000	1 257	1 257	852	310	6	87	2	-
De 5 001 a 10 000	1 294	1 294	1 032	195	5	62	-	-
De 10 001 a 20 000	1 370	1 370	1 195	131	1	41	2	-
De 20 001 a 50 000	1 055	1 055	957	80	-	18	-	-
De 50 001 a 100 000	316	316	298	13	-	2	3	-
De 100 001 a 500 000	233	233	222	6	1	1	3	-
Mais de 500 000	40	40	37	1	-	-	2	-
Norte	449	449	388	59	2	-	-	-
Até 5 000	87	87	58	28	1	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	89	80	8	1	-	-	-
De 10 001 a 20 000	107	107	94	13	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	113	113	105	8	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	32	32	30	2	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	18	18	18	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	1 794	1 692	96	4	1	1	-
Até 5 000	225	225	203	21	1	-	-	-
De 5 001 a 10 000	392	392	360	31	1	-	-	-
De 10 001 a 20 000	580	580	557	22	1	-	-	-
De 20 001 a 50 000	432	432	412	19	-	1	-	-
De 50 001 a 100 000	110	110	108	2	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	44	44	42	1	1	-	-	-
Mais de 500 000	11	11	10	-	-	-	1	-
Sudeste	1 668	1 668	1 342	164	-	156	6	-
Até 5 000	381	381	260	53	-	67	1	-
De 5 001 a 10 000	408	408	314	49	-	45	-	-
De 10 001 a 20 000	351	351	281	41	-	28	1	-
De 20 001 a 50 000	294	294	267	14	-	13	-	-
De 50 001 a 100 000	98	98	92	3	-	2	2	-
De 100 001 a 500 000	118	118	111	3	-	1	3	-
Mais de 500 000	18	18	17	1	-	-	-	-
Sul	1 188	1 188	750	378	6	49	5	-
Até 5 000	421	421	208	189	4	19	1	-
De 5 001 a 10 000	291	291	175	100	2	14	-	-
De 10 001 a 20 000	229	229	164	52	-	12	1	-
De 20 001 a 50 000	144	144	109	31	-	4	-	-
De 50 001 a 100 000	57	57	51	4	-	-	2	-
De 100 001 a 500 000	43	43	41	2	-	-	-	-
Mais de 500 000	3	3	2	-	-	-	1	-
Centro-Oeste	466	466	421	39	1	5	-	-
Até 5 000	143	143	123	19	-	1	-	-
De 5 001 a 10 000	114	114	103	7	1	3	-	-
De 10 001 a 20 000	103	103	99	3	-	1	-	-
De 20 001 a 50 000	72	72	64	8	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	19	19	17	2	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	10	10	10	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	5	5	5	-	-	-	-	-

Tabela 120 - Municípios, total e com estrutura na área de saúde, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de saúde, por caracterização do órgão gestor						
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	Não possui estrutura específica
Brasil	5 565	5 565	4 593	736	13	211	12	-
Norte	449	449	388	59	2	-	-	-
Rondônia	52	52	51	1	-	-	-	-
Acre	22	22	17	5	-	-	-	-
Amazonas	62	62	61	-	1	-	-	-
Roraima	15	15	15	-	-	-	-	-
Pará	143	143	130	13	-	-	-	-
Amapá	16	16	16	-	-	-	-	-
Tocantins	139	139	98	40	1	-	-	-
Nordeste	1 794	1 794	1 692	96	4	1	1	-
Maranhão	217	217	199	17	-	1	-	-
Piauí	224	224	188	35	-	-	1	-
Ceará	184	184	182	2	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	167	167	154	11	2	-	-	-
Paraíba	223	223	208	13	2	-	-	-
Pernambuco	185	185	175	10	-	-	-	-
Alagoas	102	102	98	4	-	-	-	-
Sergipe	75	75	74	1	-	-	-	-
Bahia	417	417	414	3	-	-	-	-
Sudeste	1 668	1 668	1 342	164	-	156	6	-
Minas Gerais	853	853	684	125	-	43	1	-
Espírito Santo	78	78	73	5	-	-	-	-
Rio de Janeiro	92	92	85	5	-	-	2	-
São Paulo	645	645	500	29	-	113	3	-
Sul	1 188	1 188	750	378	6	49	5	-
Paraná	399	399	324	21	4	47	3	-
Santa Catarina	293	293	167	124	-	1	1	-
Rio Grande do Sul	496	496	259	233	2	1	1	-
Centro-Oeste	466	466	421	39	1	5	-	-
Mato Grosso do Sul	78	78	70	7	-	1	-	-
Mato Grosso	141	141	129	9	-	3	-	-
Goiás	246	246	221	23	1	1	-	-
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 121 - Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde (1)						Pós-graduação
	Ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		
	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
Brasil	55	62	142	1 092	528	2 193	1 493
Até 5 000	25	31	57	414	141	444	145
De 5 001 a 10 000	20	17	35	327	161	513	221
De 10 001 a 20 000	9	9	33	244	138	573	364
De 20 001 a 50 000	1	4	15	94	72	466	403
De 50 001 a 100 000	-	1	1	9	12	122	171
De 100 001 a 500 000	-	-	1	4	4	66	158
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	9	31
Norte	5	6	14	111	45	179	89
Até 5 000	1	3	3	28	6	42	4
De 5 001 a 10 000	3	1	1	30	11	30	13
De 10 001 a 20 000	1	2	8	32	15	30	19
De 20 001 a 50 000	-	-	1	17	13	51	31
De 50 001 a 100 000	-	-	-	3	-	16	13
De 100 001 a 500 000	-	-	1	1	-	10	6
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	3
Nordeste	3	10	32	276	157	802	514
Até 5 000	-	1	5	60	30	99	30
De 5 001 a 10 000	1	3	6	84	49	183	66
De 10 001 a 20 000	2	4	15	101	51	261	146
De 20 001 a 50 000	-	1	6	29	23	207	166
De 50 001 a 100 000	-	1	-	2	4	41	62
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	-	10	34
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	1	10
Sudeste	11	16	36	299	141	692	473
Até 5 000	3	7	12	122	42	155	40
De 5 001 a 10 000	6	9	13	100	46	176	58
De 10 001 a 20 000	2	-	4	51	31	161	102
De 20 001 a 50 000	-	-	6	23	18	127	120
De 50 001 a 100 000	-	-	1	1	2	37	57
De 100 001 a 500 000	-	-	-	2	2	31	83
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	5	13
Sul	35	28	50	282	136	353	304
Até 5 000	20	19	31	140	47	104	60
De 5 001 a 10 000	10	4	12	78	39	87	61
De 10 001 a 20 000	4	3	5	45	29	75	68
De 20 001 a 50 000	1	2	2	18	13	58	50
De 50 001 a 100 000	-	-	-	1	6	17	33
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	2	11	30
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	1	2
Centro-Oeste	1	2	10	124	49	167	113
Até 5 000	1	1	6	64	16	44	11
De 5 001 a 10 000	-	-	3	35	16	37	23
De 10 001 a 20 000	-	-	1	15	12	46	29
De 20 001 a 50 000	-	1	-	7	5	23	36
De 50 001 a 100 000	-	-	-	2	-	11	6
De 100 001 a 500 000	-	-	-	1	-	4	5
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	2	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Exclui-se os sem declaração de escolaridade.

**Tabela 122 - Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde,
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde (1)						Pós- graduação
	Ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		
	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
Brasil	55	62	142	1 092	528	2 193	1 493
Norte	5	6	14	111	45	179	89
Rondônia	1	2	1	16	10	12	10
Acre	-	-	-	4	5	7	6
Amazonas	-	-	5	11	4	26	16
Roraima	1	-	-	5	2	6	1
Pará	2	1	5	29	12	58	36
Amapá	-	-	-	5	1	7	3
Tocantins	1	3	3	41	11	63	17
Nordeste	3	10	32	276	157	802	514
Maranhão	-	-	6	32	13	108	58
Piauí	1	1	6	39	21	116	40
Ceará	-	-	1	10	11	68	94
Rio Grande do Norte	-	-	3	44	10	74	36
Paraíba	1	3	4	36	30	99	50
Pernambuco	1	1	3	22	11	66	81
Alagoas	-	1	-	7	10	64	20
Sergipe	-	1	1	8	8	35	22
Bahia	-	3	8	78	43	172	113
Sudeste	11	16	36	299	141	692	473
Minas Gerais	9	12	19	208	88	348	169
Espírito Santo	-	-	5	6	6	31	30
Rio de Janeiro	-	-	1	3	4	32	52
São Paulo	2	4	11	82	43	281	222
Sul	35	28	50	282	136	353	304
Paraná	7	1	12	95	45	114	125
Santa Catarina	8	10	14	66	27	83	85
Rio Grande do Sul	20	17	24	121	64	156	94
Centro-Oeste	1	2	10	124	49	167	113
Mato Grosso do Sul	-	-	1	13	9	28	27
Mato Grosso	1	1	4	37	22	43	33
Goiás	-	1	5	74	18	95	53
Distrito Federal	-	-	-	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Excluído os sem declaração de escolaridade.

Tabela 123 - Formação de nível superior do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Formação de nível superior do titular do órgão gestor da saúde									
	Adminis-trador	Econo-mista	Psi-cólogo	Médico	Enfer-meiro	Peda-gogo	Assis-tente social	Advo-gado	Nutri-cionista	Outras
Brasil	383	48	103	529	793	271	103	125	27	1 304
Até 5 000	60	11	18	18	132	93	18	18	1	220
De 5 001 a 10 000	76	2	21	45	169	64	19	34	7	297
De 10 001 a 20 000	95	7	31	94	233	75	22	23	10	347
De 20 001 a 50 000	105	13	23	136	200	32	27	28	4	301
De 50 001 a 100 000	29	8	5	96	37	2	10	10	4	92
De 100 001 a 500 000	17	3	5	112	21	5	5	10	1	45
Mais de 500 000	1	4	-	28	1	-	2	2	-	2
Norte	31	1	5	36	57	41	2	6	1	88
Até 5 000	4	-	1	1	11	21	1	1	-	6
De 5 001 a 10 000	7	-	-	4	9	4	-	1	1	17
De 10 001 a 20 000	4	1	2	4	9	9	-	-	-	20
De 20 001 a 50 000	8	-	1	12	21	7	1	1	-	31
De 50 001 a 100 000	6	-	-	7	6	-	-	-	-	10
De 100 001 a 500 000	2	-	1	5	1	-	-	3	-	4
Mais de 500 000	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-
Nordeste	101	18	32	172	346	96	37	26	17	471
Até 5 000	4	2	6	4	37	17	6	1	-	52
De 5 001 a 10 000	15	-	8	18	64	26	5	9	4	100
De 10 001 a 20 000	38	2	7	37	115	35	12	5	8	148
De 20 001 a 50 000	32	11	10	62	107	15	8	6	2	120
De 50 001 a 100 000	6	1	1	29	15	1	3	4	3	40
De 100 001 a 500 000	5	1	-	15	7	2	2	1	-	11
Mais de 500 000	1	1	-	7	1	-	1	-	-	-
Sudeste	121	13	40	240	216	57	29	48	4	397
Até 5 000	16	2	6	11	49	16	8	7	-	80
De 5 001 a 10 000	23	1	6	15	51	20	7	10	2	99
De 10 001 a 20 000	27	2	13	37	64	15	3	9	1	92
De 20 001 a 50 000	39	2	8	51	41	4	7	15	1	79
De 50 001 a 100 000	10	2	3	43	5	-	3	3	-	25
De 100 001 a 500 000	6	1	4	71	6	2	-	3	-	21
Mais de 500 000	-	3	-	12	-	-	1	1	-	1
Sul	97	13	23	53	131	52	29	36	4	219
Até 5 000	30	7	4	1	29	25	2	8	1	57
De 5 001 a 10 000	25	-	7	3	34	9	6	11	-	53
De 10 001 a 20 000	20	2	7	10	32	11	5	8	1	47
De 20 001 a 50 000	14	-	4	6	21	5	9	5	1	43
De 50 001 a 100 000	5	4	1	13	8	1	4	2	1	11
De 100 001 a 500 000	3	-	-	17	7	1	3	2	-	8
Mais de 500 000	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	33	7	3	28	43	25	6	9	1	129
Até 5 000	6	2	1	1	6	14	1	1	-	25
De 5 001 a 10 000	6	-	-	5	11	5	1	3	-	28
De 10 001 a 20 000	6	4	2	6	13	5	2	1	-	40
De 20 001 a 50 000	12	-	-	5	10	1	2	1	-	28
De 50 001 a 100 000	2	3	-	4	3	-	-	1	-	6
De 100 001 a 500 000	1	-	-	4	-	-	-	1	1	1
Mais de 500 000	-	-	-	3	-	-	-	1	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Exclusive os sem declaração de escolaridade.

Tabela 124 - Formação de nível superior do titular do órgão gestor da saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Formação de nível superior do titular do órgão gestor da saúde									
	Adminis- trador	Econo- mista	Psi- cólogo	Médico	Enfer- meiro	Peda- gogo	Assis- tente social	Advo- gado	Nutri- cionista	Outras
Brasil	383	48	103	529	793	271	103	125	27	1 304
Norte	31	1	5	36	57	41	2	6	1	88
Rondônia	7	-	-	-	2	1	-	1	-	11
Acre	-	-	-	-	4	-	-	1	-	8
Amazonas	4	1	-	10	13	4	-	-	-	10
Roraima	-	-	-	1	-	1	-	-	-	5
Pará	11	-	4	18	21	5	1	2	-	32
Amapá	-	-	-	2	3	-	1	-	-	4
Tocantins	9	-	1	5	14	30	-	2	1	18
Nordeste	101	18	32	172	346	96	37	26	17	471
Maranhão	11	1	1	20	56	8	3	4	1	61
Piauí	8	4	3	18	36	13	5	3	2	64
Ceará	8	5	-	15	52	19	4	1	1	57
Rio Grande do Norte	5	3	4	9	29	11	6	-	-	43
Paraíba	11	1	12	9	37	15	2	4	6	52
Pernambuco	10	1	3	37	26	6	1	3	1	59
Alagoas	2	2	6	27	7	3	4	4	1	28
Sergipe	4	-	1	6	8	8	5	-	1	24
Bahia	42	1	2	31	95	13	7	7	4	83
Sudeste	121	13	40	240	216	57	29	48	4	397
Minas Gerais	56	9	21	62	111	31	13	21	2	191
Espírito Santo	11	-	1	9	9	5	3	4	-	19
Rio de Janeiro	1	-	3	52	3	1	1	3	1	19
São Paulo	53	4	15	117	93	20	12	20	1	168
Sul	97	13	23	53	131	52	29	36	4	219
Paraná	33	4	11	24	49	15	7	8	1	87
Santa Catarina	26	2	7	12	37	15	11	10	-	48
Rio Grande do Sul	38	7	5	17	45	22	11	18	3	84
Centro-Oeste	33	3	3	28	43	25	6	9	1	129
Mato Grosso do Sul	4	-	-	5	8	3	4	1	-	30
Mato Grosso	11	3	2	4	15	9	1	2	1	29
Goiás	18	-	1	19	20	13	1	6	-	69
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Excluído os sem declaração de escolaridade.

Tabela 125 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Saúde, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Saúde						
		Total	Paritário	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Consultivo	Delibe- rativo	Normativo	Fiscalizador	
Brasil	5 565	5 417	5 222	3 118	4 739	2 309	4 076	5 323
Até 5 000	1 257	1 233	1 183	703	1 039	496	903	1 218
De 5 001 a 10 000	1 294	1 259	1 207	710	1 069	526	949	1 245
De 10 001 a 20 000	1 370	1 322	1 284	752	1 170	573	996	1 303
De 20 001 a 50 000	1 055	1 025	985	605	924	450	774	1 013
De 50 001 a 100 000	316	309	299	198	285	158	252	307
De 100 001 a 500 000	233	229	225	127	215	90	170	227
Mais de 500 000	40	40	39	23	37	16	32	40
Norte	449	430	412	247	361	192	353	423
Até 5 000	87	85	81	45	73	31	63	85
De 5 001 a 10 000	89	84	78	49	70	40	70	82
De 10 001 a 20 000	107	101	99	55	81	46	85	99
De 20 001 a 50 000	113	110	105	63	91	50	93	108
De 50 001 a 100 000	32	29	28	21	27	18	24	29
De 100 001 a 500 000	18	18	18	11	17	5	15	17
Mais de 500 000	3	3	3	3	2	2	3	3
Nordeste	1 794	1 720	1 680	1 074	1 552	850	1 362	1 703
Até 5 000	225	218	215	139	191	102	172	216
De 5 001 a 10 000	392	381	373	235	333	175	298	380
De 10 001 a 20 000	580	549	539	337	502	265	431	539
De 20 001 a 50 000	432	413	398	264	372	217	327	410
De 50 001 a 100 000	110	107	104	75	103	69	94	106
De 100 001 a 500 000	44	41	40	20	40	18	32	41
Mais de 500 000	11	11	11	4	11	4	8	11
Sudeste	1 668	1 635	1 569	902	1 423	614	1 170	1 610
Até 5 000	381	375	356	211	317	144	275	368
De 5 001 a 10 000	408	398	381	215	330	146	285	389
De 10 001 a 20 000	351	343	329	191	300	142	248	340
De 20 001 a 50 000	294	287	276	156	266	95	192	282
De 50 001 a 100 000	98	97	94	58	84	38	75	97
De 100 001 a 500 000	118	117	116	62	109	42	80	116
Mais de 500 000	18	18	17	9	17	7	15	18
Sul	1 188	1 178	1 126	632	1 010	449	826	1 168
Até 5 000	421	418	400	228	354	152	282	415
De 5 001 a 10 000	291	286	272	151	237	117	203	285
De 10 001 a 20 000	229	228	220	115	198	81	152	225
De 20 001 a 50 000	144	143	136	77	127	57	109	141
De 50 001 a 100 000	57	57	54	31	52	23	43	56
De 100 001 a 500 000	43	43	41	27	40	18	35	43
Mais de 500 000	3	3	3	3	2	1	2	3
Centro-Oeste	466	454	435	263	393	204	365	449
Até 5 000	143	137	131	80	104	67	111	134
De 5 001 a 10 000	114	110	103	60	99	48	93	109
De 10 001 a 20 000	103	101	97	54	89	39	80	100
De 20 001 a 50 000	72	72	70	45	68	31	53	72
De 50 001 a 100 000	19	19	19	13	19	10	16	19
De 100 001 a 500 000	10	10	10	7	9	7	8	10
Mais de 500 000	5	5	5	4	5	2	4	5

Tabela 126 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Saúde, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Saúde						
		Total	Paritário	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Caráter do conselho				
			Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador		
Brasil	5 565	5 417	5 222	3 118	4 739	2 309	4 076	5 323
Norte	449	430	412	247	361	192	353	423
Rondônia	52	46	43	23	40	23	38	46
Acre	22	21	21	16	21	14	16	21
Amazonas	62	60	58	27	44	27	45	58
Roraima	15	15	15	7	11	5	13	14
Pará	143	137	132	82	113	54	120	134
Amapá	16	15	15	14	15	14	15	15
Tocantins	139	136	128	78	117	55	106	135
Nordeste	1 794	1 720	1 680	1 074	1 552	850	1 362	1 703
Maranhão	217	196	189	99	162	83	155	190
Piauí	224	219	216	131	195	84	173	219
Ceará	184	175	169	108	166	95	135	175
Rio Grande do Norte	167	166	163	117	155	87	144	165
Paraíba	223	221	217	154	196	126	174	220
Pernambuco	185	182	180	102	166	80	133	176
Alagoas	102	91	90	45	78	33	62	90
Sergipe	75	71	68	38	59	32	52	69
Bahia	417	399	388	280	375	230	334	399
Sudeste	1 668	1 635	1 569	902	1 423	614	1 170	1 610
Minas Gerais	853	833	799	453	721	309	576	814
Espírito Santo	78	76	76	34	72	23	55	74
Rio de Janeiro	92	90	85	50	81	30	71	90
São Paulo	645	636	609	365	549	252	468	632
Sul	1 188	1 178	1 126	632	1 010	449	826	1 168
Paraná	399	392	382	209	318	157	276	390
Santa Catarina	293	292	277	151	270	113	184	286
Rio Grande do Sul	496	494	467	272	422	179	366	492
Centro-Oeste	466	454	435	263	393	204	365	449
Mato Grosso do Sul	78	78	75	29	77	20	55	77
Mato Grosso	141	137	135	71	114	53	101	135
Goiás	246	238	224	162	201	131	208	236
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 127 - Municípios, total, com Fundo Municipal de Saúde, por gestor do fundo e com Plano Municipal de Saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							Com Plano Municipal de Saúde
	Total	Com Fundo Municipal de Saúde					O Fundo Municipal de Saúde é autônomo	
		Total	Gestor do fundo					
			Gabinete do prefeito	Secretaria municipal de saúde	Outra secretaria	Outra estrutura administrativa		
Brasil	5 565	5 204	1 279	3 382	219	195	65	4 322
Até 5 000	1 257	1 132	339	681	38	50	8	892
De 5 001 a 10 000	1 294	1 195	362	710	39	58	11	951
De 10 001 a 20 000	1 370	1 285	338	807	63	45	16	1 058
De 20 001 a 50 000	1 055	1 014	194	712	50	29	15	880
De 50 001 a 100 000	316	311	31	252	11	6	10	289
De 100 001 a 500 000	233	227	15	182	16	7	5	212
Mais de 500 000	40	40	-	38	2	-	-	40
Norte	449	405	128	216	39	9	9	324
Até 5 000	87	75	27	34	11	3	-	63
De 5 001 a 10 000	89	77	34	34	6	1	-	57
De 10 001 a 20 000	107	96	33	46	11	3	2	73
De 20 001 a 50 000	113	106	28	64	8	2	3	84
De 50 001 a 100 000	32	30	3	22	2	-	3	28
De 100 001 a 500 000	18	18	3	13	1	-	1	16
Mais de 500 000	3	3	-	3	-	-	-	3
Nordeste	1 794	1 688	464	1 077	74	42	20	1 414
Até 5 000	225	197	78	106	6	5	1	152
De 5 001 a 10 000	392	367	132	203	13	13	4	288
De 10 001 a 20 000	580	542	162	326	31	14	5	462
De 20 001 a 50 000	432	417	81	300	19	8	5	361
De 50 001 a 100 000	110	110	9	93	3	1	4	98
De 100 001 a 500 000	44	44	2	38	2	1	1	42
Mais de 500 000	11	11	-	11	-	-	-	11
Sudeste	1 668	1 549	463	893	63	89	17	1 301
Até 5 000	381	342	156	146	10	23	2	275
De 5 001 a 10 000	408	366	141	179	9	27	3	293
De 10 001 a 20 000	351	331	97	196	12	15	7	269
De 20 001 a 50 000	294	282	55	192	14	13	2	247
De 50 001 a 100 000	98	96	9	75	4	5	2	92
De 100 001 a 500 000	118	114	5	89	12	6	1	107
Mais de 500 000	18	18	-	16	2	-	-	18
Sul	1 188	1 119	162	852	33	40	15	933
Até 5 000	421	384	61	284	10	16	4	308
De 5 001 a 10 000	291	278	41	212	7	12	3	232
De 10 001 a 20 000	229	218	31	168	8	8	1	176
De 20 001 a 50 000	144	139	21	102	6	4	4	121
De 50 001 a 100 000	57	56	5	49	1	-	1	53
De 100 001 a 500 000	43	41	3	34	1	-	2	40
Mais de 500 000	3	3	-	3	-	-	-	3
Centro-Oeste	466	443	62	344	10	15	4	350
Até 5 000	143	134	17	111	1	3	1	94
De 5 001 a 10 000	114	107	14	82	4	5	1	81
De 10 001 a 20 000	103	98	15	71	1	5	1	78
De 20 001 a 50 000	72	70	9	54	3	2	1	67
De 50 001 a 100 000	19	19	5	13	1	-	-	18
De 100 001 a 500 000	10	10	2	8	-	-	-	7
Mais de 500 000	5	5	-	5	-	-	-	5

Tabela 128 - Municípios, total, com Fundo Municipal de Saúde, por gestor do fundo e com Plano Municipal de Saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							Com Plano Municipal de Saúde
	Total	Com Fundo Municipal de Saúde					O Fundo Municipal de Saúde é autônomo	
		Total	Gestor do fundo					
			Gabinete do prefeito	Secretaria municipal de saúde	Outra secretaria	Outra estrutura administrativa		
Brasil	5 565	5 204	1 279	3 382	219	195	65	4 322
Norte	449	405	128	216	39	9	9	324
Rondônia	52	45	5	34	3	1	2	24
Acre	22	20	9	9	-	1	1	20
Amazonas	62	52	27	12	8	2	2	45
Roraima	15	14	1	8	3	-	-	11
Pará	143	137	30	96	5	1	4	106
Amapá	16	14	4	9	1	-	-	6
Tocantins	139	123	52	48	19	4	-	112
Nordeste	1 794	1 688	464	1 077	74	42	20	1 414
Maranhão	217	199	40	130	16	7	2	173
Piauí	224	217	40	168	3	3	2	165
Ceará	184	181	15	153	6	6	1	168
Rio Grande do Norte	167	149	48	82	11	5	2	117
Paraíba	223	199	112	71	8	6	2	165
Pernambuco	185	184	33	137	5	1	6	165
Alagoas	102	96	11	79	2	4	-	74
Sergipe	75	69	38	24	7	-	-	43
Bahia	417	394	127	233	16	10	5	344
Sudeste	1 668	1 549	463	893	63	89	17	1 301
Minas Gerais	853	776	242	453	28	33	10	566
Espírito Santo	78	77	12	55	6	3	1	73
Rio de Janeiro	92	89	-	82	2	3	2	79
São Paulo	645	607	209	303	27	50	4	583
Sul	1 188	1 119	162	852	33	40	15	933
Paraná	399	392	54	295	7	21	7	323
Santa Catarina	293	287	41	227	3	10	5	235
Rio Grande do Sul	496	440	67	330	23	9	3	375
Centro-Oeste	466	443	62	344	10	15	4	350
Mato Grosso do Sul	78	76	10	59	-	5	1	70
Mato Grosso	141	126	36	73	7	5	-	95
Goiás	246	240	16	211	3	5	3	184
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 129 - Municípios, total, com alguns estabelecimentos de saúde e programa agente comunitário da família, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com alguns estabelecimentos de saúde					Com programa agente comunitário da família	Nenhum estabeleci- mento de saúde e sem programa agente co- munitário de saúde
		Materni- dade	Materni- dade com posto de registro civil	Unidade de emergência	Laboratório de análises clínicas	Farmácia popular		
Brasil	5 565	2 321	396	3 202	4 029	2 280	5 109	93
Até 5 000	1 257	113	13	341	469	392	1 120	66
De 5 001 a 10 000	1 294	311	33	581	861	440	1 181	20
De 10 001 a 20 000	1 370	661	79	882	1 157	521	1 269	5
De 20 001 a 50 000	1 055	742	109	856	978	483	989	1
De 50 001 a 100 000	316	263	62	284	305	220	300	-
De 100 001 a 500 000	233	196	77	220	221	193	214	-
Mais de 500 000	40	35	23	38	38	31	36	1
Norte	449	126	33	279	342	133	429	7
Até 5 000	87	2	-	29	28	17	77	6
De 5 001 a 10 000	89	10	2	53	71	22	86	1
De 10 001 a 20 000	107	27	3	64	87	19	102	-
De 20 001 a 50 000	113	48	8	88	103	34	112	-
De 50 001 a 100 000	32	22	7	25	32	22	32	-
De 100 001 a 500 000	18	15	10	17	18	17	17	-
Mais de 500 000	3	2	3	3	3	2	3	-
Nordeste	1 794	923	151	1 003	1 305	674	1 738	12
Até 5 000	225	45	2	41	83	82	214	8
De 5 001 a 10 000	392	129	11	123	202	108	383	2
De 10 001 a 20 000	580	304	35	345	459	194	561	-
De 20 001 a 50 000	432	310	56	345	404	162	424	1
De 50 001 a 100 000	110	87	24	99	105	81	105	-
De 100 001 a 500 000	44	39	16	41	42	39	42	-
Mais de 500 000	11	9	7	9	10	8	9	1
Sudeste	1 668	658	108	995	1 179	803	1 400	54
Até 5 000	381	11	1	79	126	131	310	36
De 5 001 a 10 000	408	58	5	192	264	166	340	15
De 10 001 a 20 000	351	158	18	254	303	164	291	3
De 20 001 a 50 000	294	227	28	246	266	174	246	-
De 50 001 a 100 000	98	90	14	93	94	62	92	-
De 100 001 a 500 000	118	97	34	113	109	92	105	-
Mais de 500 000	18	17	8	18	17	14	16	-
Sul	1 188	420	85	640	802	475	1 093	18
Até 5 000	421	34	7	135	138	118	380	16
De 5 001 a 10 000	291	76	14	154	222	99	264	-
De 10 001 a 20 000	229	111	19	143	208	96	216	-
De 20 001 a 50 000	144	112	14	116	134	82	138	2
De 50 001 a 100 000	57	48	12	49	55	42	52	-
De 100 001 a 500 000	43	37	17	40	42	36	40	-
Mais de 500 000	3	2	2	3	3	2	3	-
Centro-Oeste	466	194	19	285	401	195	449	2
Até 5 000	143	21	3	57	94	44	139	-
De 5 001 a 10 000	114	38	1	59	102	45	108	2
De 10 001 a 20 000	103	61	4	76	100	48	99	-
De 20 001 a 50 000	72	45	3	61	71	31	69	-
De 50 001 a 100 000	19	16	5	18	19	13	19	-
De 100 001 a 500 000	10	8	-	9	10	9	10	-
Mais de 500 000	5	5	3	5	5	5	5	-

Tabela 130 - Municípios, total, com alguns estabelecimentos de saúde e programa agente comunitário da família, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com alguns estabelecimentos de saúde					Com programa agente comunitário da família	Nenhum estabeleci- mento de saúde e sem programa agente co- munitário de saúde
		Materni- dade	Materni- dade com posto de registro civil	Unidade de emergência	Laboratório de análises clínicas	Farmácia popular		
Brasil	5 565	2 321	396	3 202	4 029	2 280	5 109	93
Norte	449	126	33	279	342	133	429	7
Rondônia	52	18	4	43	52	12	50	-
Acre	22	6	1	13	13	3	19	1
Amazonas	62	13	3	42	52	16	59	-
Roraima	15	3	1	10	13	3	15	-
Pará	143	65	19	97	128	50	141	-
Amapá	16	2	2	11	13	3	16	-
Tocantins	139	19	3	63	71	46	129	6
Nordeste	1 794	923	151	1 003	1 305	674	1 738	12
Maranhão	217	96	29	139	180	75	206	1
Piauí	224	80	8	41	77	56	218	4
Ceará	184	135	49	136	157	70	179	-
Rio Grande do Norte	167	107	15	81	144	65	160	1
Paraíba	223	56	6	68	143	96	214	5
Pernambuco	185	161	12	157	165	91	181	-
Alagoas	102	56	4	48	58	44	98	-
Sergipe	75	24	4	38	51	28	73	-
Bahia	417	208	24	295	330	149	409	1
Sudeste	1 668	658	108	995	1 179	803	1 400	54
Minas Gerais	853	286	38	433	658	447	755	14
Espírito Santo	78	39	3	57	64	33	76	1
Rio de Janeiro	92	66	15	87	84	54	86	-
São Paulo	645	267	52	418	373	269	483	39
Sul	1 188	420	85	640	802	475	1 093	18
Paraná	399	173	29	238	299	182	380	4
Santa Catarina	293	94	21	145	193	116	275	3
Rio Grande do Sul	496	153	35	257	310	177	438	11
Centro-Oeste	466	194	19	285	401	195	449	2
Mato Grosso do Sul	78	49	5	54	72	36	74	1
Mato Grosso	141	55	2	92	129	46	136	1
Goiás	246	89	11	138	199	112	238	-
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 131 - Municípios, total, com programa de saúde da família e algumas características das equipes do programa, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com programa de saúde da família e algumas características das equipes do programa					
		Total	Número de equipes do programa de saúde da família			Número de profissionais nas equipes	
			Total	Médicos	Odontólogos	Enfermeiros	
Brasil	5 565	5 290	31 759	33 522	22 099	33 883	
Até 5 000	1 257	1 190	1 635	1 726	1 521	1 702	
De 5 001 a 10 000	1 294	1 217	2 944	3 084	2 594	3 187	
De 10 001 a 20 000	1 370	1 314	5 684	5 755	4 439	6 061	
De 20 001 a 50 000	1 055	1 005	6 944	7 330	5 317	7 495	
De 50 001 a 100 000	316	304	3 722	3 911	2 561	3 954	
De 100 001 a 500 000	233	222	5 440	6 119	3 309	5 984	
Mais de 500 000	40	38	5 390	5 597	2 358	5 500	
Norte	449	439	2 498	2 599	1 602	2 725	
Até 5 000	87	86	117	113	110	115	
De 5 001 a 10 000	89	86	205	232	172	245	
De 10 001 a 20 000	107	106	499	396	286	458	
De 20 001 a 50 000	113	108	569	616	419	699	
De 50 001 a 100 000	32	32	310	383	215	379	
De 100 001 a 500 000	18	18	444	430	271	477	
Mais de 500 000	3	3	354	429	129	352	
Nordeste	1 794	1 785	12 691	12 420	9 873	13 232	
Até 5 000	225	225	341	355	340	366	
De 5 001 a 10 000	392	391	1 057	1 075	963	1 115	
De 10 001 a 20 000	580	577	2 803	2 830	2 263	2 988	
De 20 001 a 50 000	432	427	3 601	3 578	2 773	3 774	
De 50 001 a 100 000	110	110	1 670	1 587	1 247	1 761	
De 100 001 a 500 000	44	44	1 630	1 518	1 102	1 634	
Mais de 500 000	11	11	1 589	1 477	1 185	1 594	
Sudeste	1 668	1 500	9 945	10 984	5 519	10 631	
Até 5 000	381	345	458	492	407	482	
De 5 001 a 10 000	408	360	830	862	684	915	
De 10 001 a 20 000	351	311	1 175	1 221	871	1 320	
De 20 001 a 50 000	294	268	1 608	1 746	1 119	1 748	
De 50 001 a 100 000	98	91	1 001	1 079	524	1 052	
De 100 001 a 500 000	118	109	2 163	2 630	1 180	2 354	
Mais de 500 000	18	16	2 710	2 954	734	2 760	
Sul	1 188	1 102	4 389	4 997	3 311	4 840	
Até 5 000	421	391	523	568	487	544	
De 5 001 a 10 000	291	267	590	643	531	619	
De 10 001 a 20 000	229	218	816	905	654	875	
De 20 001 a 50 000	144	130	665	828	544	739	
De 50 001 a 100 000	57	52	483	618	378	513	
De 100 001 a 500 000	43	41	965	1 084	544	1 192	
Mais de 500 000	3	3	347	351	173	358	
Centro-Oeste	466	464	2 236	2 522	1 794	2 455	
Até 5 000	143	143	196	198	177	195	
De 5 001 a 10 000	114	113	262	272	244	293	
De 10 001 a 20 000	103	102	391	403	365	420	
De 20 001 a 50 000	72	72	501	562	462	535	
De 50 001 a 100 000	19	19	258	244	197	249	
De 100 001 a 500 000	10	10	238	457	212	327	
Mais de 500 000	5	5	390	386	137	436	

Tabela 132 - Municípios, total, com programa de saúde da família e algumas características das equipes do programa, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com programa de saúde da família e algumas características das equipes do programa					
		Total	Número de equipes do programa de saúde da família			Número de profissionais nas equipes	
			Total	Médicos	Odontólogos	Enfermeiros	
Brasil	5 565	5 290	31 759	33 522	22 099	33 883	
Norte	449	439	2 498	2 599	1 602	2 725	
Rondônia	52	52	232	307	146	287	
Acre	22	21	137	138	99	157	
Amazonas	62	59	508	595	357	548	
Roraima	15	15	95	98	50	101	
Pará	143	138	990	941	520	1 082	
Amapá	16	16	134	134	103	133	
Tocantins	139	138	402	386	327	417	
Nordeste	1 794	1 785	12 691	12 420	9 873	13 232	
Maranhão	217	214	1 727	1 731	1 171	1 844	
Piauí	224	223	1 095	1 094	937	1 129	
Ceará	184	184	1 876	1 705	1 411	2 056	
Rio Grande do Norte	167	167	902	870	871	907	
Paraíba	223	223	1 235	1 245	1 136	1 260	
Pernambuco	185	185	1 873	1 811	1 399	1 855	
Alagoas	102	102	744	735	567	759	
Sergipe	75	75	570	597	366	579	
Bahia	417	412	2 669	2 632	2 015	2 843	
Sudeste	1 668	1 500	9 945	10 984	5 519	10 631	
Minas Gerais	853	843	4 332	4 653	2 550	4 555	
Espírito Santo	78	76	587	564	415	625	
Rio de Janeiro	92	88	1 418	1 803	784	1 621	
São Paulo	645	493	3 608	3 964	1 770	3 830	
Sul	1 188	1 102	4 389	4 997	3 311	4 840	
Paraná	399	387	1 741	1 935	1 346	1 857	
Santa Catarina	293	292	1 392	1 568	1 049	1 623	
Rio Grande do Sul	496	423	1 256	1 494	916	1 360	
Centro-Oeste	466	464	2 236	2 522	1 794	2 455	
Mato Grosso do Sul	78	78	419	454	436	433	
Mato Grosso	141	140	590	831	464	709	
Goiás	246	245	1 141	1 151	880	1 181	
Distrito Federal	1	1	86	86	14	132	

Tabela 133 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de saúde, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de saúde
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	2 323	867	623	1 312	339
Até 5 000	1 257	641	170	114	204	34
De 5 001 a 10 000	1 294	600	181	128	239	45
De 10 001 a 20 000	1 370	531	227	151	265	63
De 20 001 a 50 000	1 055	355	179	136	309	87
De 50 001 a 100 000	316	116	63	53	140	49
De 100 001 a 500 000	233	73	42	37	130	49
Mais de 500 000	40	7	5	4	25	12
Norte	449	59	87	68	32	29
Até 5 000	87	7	13	10	4	5
De 5 001 a 10 000	89	10	14	11	1	4
De 10 001 a 20 000	107	12	23	20	5	5
De 20 001 a 50 000	113	18	26	17	11	7
De 50 001 a 100 000	32	6	4	2	3	4
De 100 001 a 500 000	18	6	5	6	7	4
Mais de 500 000	3	-	2	2	1	-
Nordeste	1 794	262	276	228	296	77
Até 5 000	225	47	36	25	15	4
De 5 001 a 10 000	392	54	45	44	39	7
De 10 001 a 20 000	580	79	90	68	67	16
De 20 001 a 50 000	432	63	72	66	94	24
De 50 001 a 100 000	110	14	22	18	47	14
De 100 001 a 500 000	44	5	11	6	26	7
Mais de 500 000	11	-	-	1	8	5
Sudeste	1 668	1 007	209	152	447	113
Até 5 000	381	244	41	29	49	3
De 5 001 a 10 000	408	269	46	31	80	12
De 10 001 a 20 000	351	239	51	31	87	24
De 20 001 a 50 000	294	157	38	29	108	33
De 50 001 a 100 000	98	51	15	15	45	15
De 100 001 a 500 000	118	40	16	17	67	23
Mais de 500 000	18	7	2	-	11	3
Sul	1 188	837	183	97	425	87
Até 5 000	421	298	53	32	113	14
De 5 001 a 10 000	291	224	44	23	100	18
De 10 001 a 20 000	229	169	40	20	81	12
De 20 001 a 50 000	144	89	23	8	69	16
De 50 001 a 100 000	57	37	15	10	35	12
De 100 001 a 500 000	43	20	8	4	26	14
Mais de 500 000	3	-	-	-	1	1
Centro-Oeste	466	158	112	78	112	33
Até 5 000	143	45	27	18	23	8
De 5 001 a 10 000	114	43	32	19	19	4
De 10 001 a 20 000	103	32	23	12	25	6
De 20 001 a 50 000	72	28	20	16	27	7
De 50 001 a 100 000	19	8	7	8	10	4
De 100 001 a 500 000	10	2	2	4	4	1
Mais de 500 000	5	-	1	1	4	3

Tabela 134 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de saúde, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades na área de saúde
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	2 323	867	623	1 312	339
Norte	449	59	87	68	32	29
Rondônia	52	5	11	15	4	4
Acre	22	2	-	-	-	3
Amazonas	62	7	21	10	2	1
Roraima	15	-	4	7	2	-
Pará	143	34	25	19	18	14
Amapá	16	3	1	1	-	1
Tocantins	139	8	25	16	6	6
Nordeste	1 794	262	276	228	296	77
Maranhão	217	22	35	39	18	3
Piauí	224	12	17	12	21	3
Ceará	184	16	23	10	54	15
Rio Grande do Norte	167	32	27	23	29	3
Paraíba	223	72	13	12	18	7
Pernambuco	185	32	29	24	32	12
Alagoas	102	7	14	15	12	1
Sergipe	75	7	19	22	10	2
Bahia	417	62	99	71	102	31
Sudeste	1 668	1 007	209	152	447	113
Minas Gerais	853	657	79	47	192	53
Espírito Santo	78	58	7	7	33	8
Rio de Janeiro	92	62	7	8	35	8
São Paulo	645	230	116	90	187	44
Sul	1 188	837	183	97	425	87
Paraná	399	342	106	40	131	29
Santa Catarina	293	214	24	15	96	19
Rio Grande do Sul	496	281	53	42	198	39
Centro-Oeste	466	158	112	78	112	33
Mato Grosso do Sul	78	9	28	23	24	6
Mato Grosso	141	113	22	3	39	4
Goiás	246	36	62	52	48	22
Distrito Federal	1	-	-	-	1	1

Tabela 135 - Municípios, total e com estrutura na área de segurança, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							Não possui estrutura específica
	Total	Com estrutura na área de segurança, por caracterização do órgão gestor					Órgão da administração indireta	
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo		
Brasil	5 565	1 230	166	102	377	581	4	4 334
Até 5 000	1 257	133	1	4	31	97	-	1 124
De 5 001 a 10 000	1 294	212	7	1	52	152	-	1 082
De 10 001 a 20 000	1 370	228	16	7	78	127	-	1 142
De 20 001 a 50 000	1 055	303	38	19	129	117	-	752
De 50 001 a 100 000	316	151	21	34	48	48	-	165
De 100 001 a 500 000	233	168	67	32	35	31	3	64
Mais de 500 000	40	35	16	5	4	9	1	5
Norte	449	50	7	4	9	30	-	399
Até 5 000	87	3	-	-	2	1	-	84
De 5 001 a 10 000	89	7	1	-	4	2	-	82
De 10 001 a 20 000	107	11	-	4	1	9	-	96
De 20 001 a 50 000	113	10	2	-	1	7	-	103
De 50 001 a 100 000	32	10	1	2	1	6	-	22
De 100 001 a 500 000	18	6	2	-	-	4	-	12
Mais de 500 000	3	3	1	1	-	1	-	-
Nordeste	1 794	512	28	16	218	249	1	1 282
Até 5 000	225	59	-	1	13	45	-	166
De 5 001 a 10 000	392	102	-	-	29	73	-	290
De 10 001 a 20 000	580	119	5	2	54	58	-	461
De 20 001 a 50 000	432	140	7	5	80	48	-	292
De 50 001 a 100 000	110	54	7	5	23	19	-	56
De 100 001 a 500 000	44	28	5	3	16	3	1	16
Mais de 500 000	11	10	4	-	3	3	-	1
Sudeste	1 668	464	99	53	109	203	-	1 204
Até 5 000	381	40	-	2	10	28	-	341
De 5 001 a 10 000	408	66	3	1	11	51	-	342
De 10 001 a 20 000	351	64	6	3	17	38	-	287
De 20 001 a 50 000	294	120	23	9	38	50	-	174
De 50 001 a 100 000	98	60	12	17	16	15	-	38
De 100 001 a 500 000	118	98	46	19	17	16	-	20
Mais de 500 000	18	16	9	2	-	5	-	2
Sul	1 188	169	27	26	32	82	2	1 018
Até 5 000	421	25	1	1	5	18	-	396
De 5 001 a 10 000	291	30	2	-	7	21	-	261
De 10 001 a 20 000	229	28	4	1	3	20	-	201
De 20 001 a 50 000	144	30	5	5	10	10	-	114
De 50 001 a 100 000	57	22	1	9	5	7	-	35
De 100 001 a 500 000	43	32	13	9	2	6	2	10
Mais de 500 000	3	2	1	1	-	-	-	1
Centro-Oeste	466	35	5	3	9	17	1	431
Até 5 000	143	6	-	-	1	5	-	137
De 5 001 a 10 000	114	7	1	-	1	5	-	107
De 10 001 a 20 000	103	6	1	-	3	2	-	97
De 20 001 a 50 000	72	3	1	-	-	2	-	69
De 50 001 a 100 000	19	5	-	1	3	1	-	14
De 100 001 a 500 000	10	4	1	1	-	2	-	6
Mais de 500 000	5	4	1	1	1	-	1	1

Tabela 136 - Municípios, total e com estrutura na área de segurança, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							Não possui estrutura específica
	Total	Com estrutura na área de segurança, por caracterização do órgão gestor					Órgão da adminis- tração indireta	
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subor- dinado a outra secretaria	Setor subor- dinado diretamente a chefia do executivo		
Brasil	5 565	1 230	166	102	377	581	4	4 334
Norte	449	50	7	4	9	30	-	399
Rondônia	52	4	-	1	-	3	-	48
Acre	22	-	-	-	-	-	-	22
Amazonas	62	19	3	1	1	14	-	43
Roraima	15	1	1	-	-	-	-	14
Pará	143	16	3	2	3	8	-	127
Amapá	16	1	-	-	-	1	-	15
Tocantins	139	9	-	-	5	4	-	130
Nordeste	1 794	512	28	16	218	249	1	1 282
Maranhão	217	39	3	1	19	16	-	178
Piauí	224	135	1	-	5	129	-	89
Ceará	184	46	3	7	17	19	-	138
Rio Grande do Norte	167	12	2	2	4	4	-	155
Paraíba	223	26	4	-	10	12	-	197
Pernambuco	185	67	6	4	47	9	1	118
Alagoas	102	24	4	-	14	6	-	78
Sergipe	75	14	1	1	8	4	-	61
Bahia	417	149	4	1	94	50	-	268
Sudeste	1 668	464	99	53	109	203	-	1 204
Minas Gerais	853	154	14	9	41	90	-	699
Espírito Santo	78	22	5	3	10	4	-	56
Rio de Janeiro	92	63	19	9	21	14	-	29
São Paulo	645	225	61	32	37	95	-	420
Sul	1 188	169	27	26	32	82	2	1 018
Paraná	399	90	16	4	13	56	1	309
Santa Catarina	293	23	5	5	4	8	1	270
Rio Grande do Sul	496	56	6	17	15	18	-	439
Centro-Oeste	466	35	5	3	9	17	1	431
Mato Grosso do Sul	78	5	1	1	3	-	-	73
Mato Grosso	141	14	3	2	1	8	-	127
Goiás	246	15	-	-	5	9	1	231
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-	-

Tabela 137 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Segurança, algumas características do conselho, com Fundo e Plano Municipal de Segurança, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com Conselho Municipal de Segurança							Com Fundo Municipal de Segurança	Com Plano Municipal de Segurança
		Total	Paritário	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses		
				Caráter do conselho						
			Con-sultivo	Delibe-rativo	Norma-tivo	Fisca-lizador				
Brasil	5 565	579	448	400	368	190	299	418	246	329
Até 5 000	1 257	60	51	38	40	26	37	46	24	23
De 5 001 a 10 000	1 294	93	72	61	55	38	53	61	37	20
De 10 001 a 20 000	1 370	110	85	78	71	31	56	78	46	35
De 20 001 a 50 000	1 055	133	105	86	98	55	73	100	58	94
De 50 001 a 100 000	316	76	58	55	51	21	41	57	41	55
De 100 001 a 500 000	233	85	60	68	39	16	32	64	30	81
Mais de 500 000	40	22	17	14	14	3	7	12	10	21
Norte	449	21	18	17	14	7	8	13	15	13
Até 5 000	87	-	-	-	-	-	-	-	2	1
De 5 001 a 10 000	89	2	2	2	2	1	1	1	2	-
De 10 001 a 20 000	107	3	3	1	2	-	1	2	4	1
De 20 001 a 50 000	113	5	5	3	3	1	2	3	4	6
De 50 001 a 100 000	32	6	4	6	4	3	1	4	3	3
De 100 001 a 500 000	18	3	2	3	3	2	3	2	-	1
Mais de 500 000	3	2	2	2	-	-	-	1	-	1
Nordeste	1 794	67	55	46	50	27	40	44	36	76
Até 5 000	225	-	-	-	-	-	-	-	1	-
De 5 001 a 10 000	392	1	1	1	1	1	1	1	3	2
De 10 001 a 20 000	580	14	13	10	9	4	9	8	5	8
De 20 001 a 50 000	432	24	18	16	19	14	17	18	15	31
De 50 001 a 100 000	110	15	10	10	12	3	7	10	7	15
De 100 001 a 500 000	44	10	10	6	6	4	5	7	3	13
Mais de 500 000	11	3	3	3	3	1	1	-	2	7
Sudeste	1 668	256	192	176	160	76	113	198	89	149
Até 5 000	381	26	20	15	16	11	14	21	5	8
De 5 001 a 10 000	408	36	27	28	21	12	19	24	9	4
De 10 001 a 20 000	351	47	33	33	29	12	23	36	14	13
De 20 001 a 50 000	294	60	47	38	45	23	25	46	17	35
De 50 001 a 100 000	98	29	24	19	19	9	16	24	20	24
De 100 001 a 500 000	118	44	30	35	21	7	12	37	17	54
Mais de 500 000	18	14	11	8	9	2	4	10	7	11
Sul	1 188	157	116	109	93	47	94	110	62	58
Até 5 000	421	18	15	12	12	8	11	13	5	4
De 5 001 a 10 000	291	38	28	22	23	17	22	25	13	10
De 10 001 a 20 000	229	28	21	19	17	6	15	19	12	6
De 20 001 a 50 000	144	29	22	21	21	10	21	21	15	16
De 50 001 a 100 000	57	21	16	17	12	4	14	17	8	9
De 100 001 a 500 000	43	22	14	18	7	2	10	14	9	12
Mais de 500 000	3	1	-	-	1	-	1	1	-	1
Centro-Oeste	466	78	67	52	51	33	44	53	44	33
Até 5 000	143	16	16	11	12	7	12	12	11	10
De 5 001 a 10 000	114	16	14	8	8	7	10	10	10	4
De 10 001 a 20 000	103	18	15	15	14	9	8	13	11	7
De 20 001 a 50 000	72	15	13	8	10	7	8	12	7	6
De 50 001 a 100 000	19	5	4	3	4	2	3	2	3	4
De 100 001 a 500 000	10	6	4	6	2	1	2	4	1	1
Mais de 500 000	5	2	1	1	1	-	1	-	1	1

Tabela 138 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Segurança, algumas características do conselho, com Fundo e Plano Municipal de Segurança, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com Conselho Municipal de Segurança							Com Fundo Municipal de Segurança	Com Plano Municipal de Segurança
		Total	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses			
			Paritário	Caráter do conselho						
			Con-sultivo	Delibe-rativo	Norma-tivo	Fisca-lizador				
Brasil	5 565	579	448	400	368	190	299	418	246	329
Norte	449	21	18	17	14	7	8	13	15	13
Rondônia	52	9	9	6	7	3	4	6	6	1
Acre	22	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	-	-	-	-	-	-	-	4	7
Roraima	15	1	-	1	1	1	1	-	-	-
Pará	143	8	7	7	5	2	3	6	1	4
Amapá	16	1	-	1	-	1	-	-	-	-
Tocantins	139	1	1	1	1	-	-	1	4	1
Nordeste	1 794	67	55	46	50	27	40	44	36	76
Maranhão	217	3	2	3	3	1	1	2	5	10
Piauí	224	3	3	1	2	2	1	2	3	3
Ceará	184	6	5	5	4	1	2	4	4	11
Rio Grande do Norte	167	2	2	2	2	2	2	-	2	1
Paraíba	223	5	4	5	4	3	2	2	-	1
Pernambuco	185	14	11	9	10	4	5	10	1	17
Alagoas	102	8	6	6	8	4	7	5	5	10
Sergipe	75	5	4	3	4	1	3	2	4	5
Bahia	417	21	18	12	13	9	17	17	12	18
Sudeste	1 668	256	192	176	160	76	113	198	89	149
Minas Gerais	853	128	101	90	84	45	62	95	40	42
Espírito Santo	78	38	25	28	24	10	19	29	12	9
Rio de Janeiro	92	13	9	8	7	4	5	12	7	18
São Paulo	645	77	57	50	45	17	27	62	30	80
Sul	1 188	157	116	109	93	47	94	110	62	58
Paraná	399	82	57	52	48	24	50	54	25	28
Santa Catarina	293	20	15	17	15	10	16	11	10	9
Rio Grande do Sul	496	55	44	40	30	13	28	45	27	21
Centro-Oeste	466	78	67	52	51	33	44	53	44	33
Mato Grosso do Sul	78	4	3	4	-	1	1	4	-	3
Mato Grosso	141	40	33	23	28	17	20	27	18	7
Goiás	246	33	30	25	23	15	23	22	26	23
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 139 - Municípios, total e com unidades de Segurança Pública, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com unidades de Segurança Pública, por tipo						
		Delegacia de Polícia Civil	Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento à Mulher	Delegacia de proteção ao Idoso	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)	Delegacia da Criança e ao Adolescente (DCA)	Delegacia da Criança e ao Adolescente (especialidades não separadas)	Delegacia de proteção ao Meio Ambiente
Brasil	5 565	4 660	397	34	119	87	52	72
Até 5 000	1 257	794	1	-	3	1	-	-
De 5 001 a 10 000	1 294	1 027	3	-	8	3	2	7
De 10 001 a 20 000	1 370	1 247	10	3	5	12	4	6
De 20 001 a 50 000	1 055	1 007	67	2	13	8	11	13
De 50 001 a 100 000	316	314	113	5	24	15	10	9
De 100 001 a 500 000	233	231	165	12	41	26	17	14
Mais de 500 000	40	40	38	12	25	22	8	23
Norte	449	384	40	3	14	12	9	7
Até 5 000	87	57	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	68	1	-	-	1	-	1
De 10 001 a 20 000	107	99	3	1	1	1	-	1
De 20 001 a 50 000	113	108	8	1	3	3	5	-
De 50 001 a 100 000	32	32	13	1	5	2	1	-
De 100 001 a 500 000	18	17	13	-	4	4	2	3
Mais de 500 000	3	3	2	-	1	1	1	2
Nordeste	1 794	1 581	65	8	30	23	12	16
Até 5 000	225	183	-	-	1	-	-	-
De 5 001 a 10 000	392	332	-	-	2	-	-	-
De 10 001 a 20 000	580	505	3	2	2	7	2	1
De 20 001 a 50 000	432	397	5	-	4	1	2	4
De 50 001 a 100 000	110	109	17	-	4	-	1	-
De 100 001 a 500 000	44	44	29	-	7	6	2	2
Mais de 500 000	11	11	11	6	10	9	5	9
Sudeste	1 668	1 371	192	16	36	21	15	30
Até 5 000	381	233	-	-	1	-	-	-
De 5 001 a 10 000	408	293	1	-	3	-	2	1
De 10 001 a 20 000	351	324	2	-	1	3	2	3
De 20 001 a 50 000	294	287	33	1	6	4	3	6
De 50 001 a 100 000	98	98	51	1	3	4	3	6
De 100 001 a 500 000	118	118	87	9	15	4	3	7
Mais de 500 000	18	18	18	5	7	6	2	7
Sul	1 188	954	69	5	23	21	7	8
Até 5 000	421	247	1	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	291	246	-	-	1	1	-	4
De 10 001 a 20 000	229	217	1	-	-	1	-	-
De 20 001 a 50 000	144	143	13	-	-	-	-	1
De 50 001 a 100 000	57	56	23	1	8	6	-	1
De 100 001 a 500 000	43	42	29	3	12	10	7	1
Mais de 500 000	3	3	2	1	2	3	-	1
Centro-Oeste	466	370	31	2	16	10	9	11
Até 5 000	143	74	-	-	1	1	-	-
De 5 001 a 10 000	114	88	1	-	2	1	-	1
De 10 001 a 20 000	103	102	1	-	1	-	-	1
De 20 001 a 50 000	72	72	8	-	-	-	1	2
De 50 001 a 100 000	19	19	9	2	4	3	5	2
De 100 001 a 500 000	10	10	7	-	3	2	3	1
Mais de 500 000	5	5	5	-	5	3	-	4

Tabela 139 - Municípios, total e com unidades de Segurança Pública, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com unidades de Segurança Pública, por tipo							
	Presídio exclusivamente feminino	Presídio com carceragem exclusiva feminina	Instituto Médico Legal	Instituição especializada no atendimento ao idoso vítima de violência	Centros integrados de atenção e prevenção a violência contra o idoso	Centro de reintegração social da associação e proteção e assistência ao condenado	Centro de atendimento especializado para população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transsexuais (LGBT)	Conselho comunitário de segurança
Brasil	65	191	271	114	68	94	24	931
Até 5 000	2	4	-	2	1	1	-	132
De 5 001 a 10 000	5	9	2	3	4	3	1	120
De 10 001 a 20 000	6	19	5	16	16	9	2	187
De 20 001 a 50 000	8	46	38	23	15	14	2	233
De 50 001 a 100 000	9	37	73	24	10	28	2	115
De 100 001 a 500 000	14	58	118	32	15	27	7	122
Mais de 500 000	21	18	35	14	7	12	10	22
Norte	5	20	22	6	4	7	-	18
Até 5 000	1	1	-	-	-	-	-	1
De 5 001 a 10 000	-	-	1	1	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	1	-	1	1	3	-	-	2
De 20 001 a 50 000	-	6	4	1	-	1	-	3
De 50 001 a 100 000	-	4	4	2	-	3	-	8
De 100 001 a 500 000	1	8	10	1	1	2	-	3
Mais de 500 000	2	1	2	-	-	1	-	1
Nordeste	11	32	39	44	30	13	11	75
Até 5 000	-	-	-	1	-	1	-	-
De 5 001 a 10 000	-	1	-	-	-	-	-	3
De 10 001 a 20 000	1	2	1	5	10	2	2	9
De 20 001 a 50 000	-	3	1	12	9	-	1	28
De 50 001 a 100 000	2	6	9	7	1	2	-	16
De 100 001 a 500 000	-	13	18	12	6	5	3	14
Mais de 500 000	8	7	10	7	4	3	5	5
Sudeste	34	75	109	40	15	59	8	413
Até 5 000	1	3	-	1	-	-	-	55
De 5 001 a 10 000	5	6	-	1	-	1	1	40
De 10 001 a 20 000	3	7	1	5	2	5	-	79
De 20 001 a 50 000	6	19	7	7	3	9	-	103
De 50 001 a 100 000	2	13	27	9	6	20	1	54
De 100 001 a 500 000	10	21	58	13	3	17	3	69
Mais de 500 000	7	6	16	4	1	7	3	13
Sul	6	32	63	13	8	7	3	317
Até 5 000	-	-	-	-	1	-	-	51
De 5 001 a 10 000	-	1	-	1	1	1	-	56
De 10 001 a 20 000	-	4	-	4	1	-	-	73
De 20 001 a 50 000	1	5	14	1	1	1	-	74
De 50 001 a 100 000	2	8	20	1	-	2	1	33
De 100 001 a 500 000	2	13	26	5	4	3	1	30
Mais de 500 000	1	1	3	1	-	-	1	-
Centro-Oeste	9	32	38	11	11	8	2	108
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	25
De 5 001 a 10 000	-	1	1	-	3	1	-	21
De 10 001 a 20 000	1	6	2	1	-	2	-	24
De 20 001 a 50 000	1	13	12	2	2	3	1	25
De 50 001 a 100 000	3	6	13	5	3	1	-	4
De 100 001 a 500 000	1	3	6	1	1	-	-	6
Mais de 500 000	3	3	4	2	2	1	1	3

Tabela 140 - Municípios, total e com unidades de Segurança Pública, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com unidades de Segurança Pública, por tipo						
		Delegacia de Polícia Civil	Delegacia de Polícia Especiali- zada no Atendi- mento à Mulher	Delegacia de proteção ao Idoso	Delegacia de Proteção à Criança e ao Ado- lescente (DPCA)	Delegacia da Criança e ao Ado- lescente (DCA)	Delegacia da Criança e ao Ado- lescente (especiali- dades não separadas)	Delegacia de proteção ao Meio Ambiente
Brasil	5 565	4 660	397	34	119	87	52	72
Norte	449	384	40	3	14	12	9	7
Rondônia	52	35	8	1	4	2	1	1
Acre	22	22	2	-	1	-	1	-
Amazonas	62	56	5	1	3	2	1	2
Roraima	15	10	1	-	1	1	-	-
Pará	143	132	10	-	1	2	2	2
Amapá	16	13	3	-	3	3	-	-
Tocantins	139	116	11	1	1	2	4	2
Nordeste	1 794	1 581	65	8	30	23	12	16
Maranhão	217	179	13	-	5	3	-	-
Piauí	224	222	5	1	1	2	1	1
Ceará	184	103	7	-	2	1	1	2
Rio Grande do Norte	167	107	5	1	3	2	3	1
Paraíba	223	210	7	2	2	1	2	1
Pernambuco	185	185	8	2	2	2	1	2
Alagoas	102	94	2	-	2	2	1	2
Sergipe	75	75	5	1	3	5	1	1
Bahia	417	406	13	1	10	5	2	6
Sudeste	1 668	1 371	192	16	36	21	15	30
Minas Gerais	853	578	49	6	19	7	8	16
Espírito Santo	78	72	9	-	2	-	1	1
Rio de Janeiro	92	79	14	1	2	1	-	1
São Paulo	645	642	120	9	13	13	6	12
Sul	1 188	954	69	5	23	21	7	8
Paraná	399	341	16	-	5	7	2	3
Santa Catarina	293	289	22	2	8	7	4	2
Rio Grande do Sul	496	324	31	3	10	7	1	3
Centro-Oeste	466	370	31	2	16	10	9	11
Mato Grosso do Sul	78	74	13	-	3	1	2	2
Mato Grosso	141	123	9	1	7	5	2	3
Goiás	246	172	8	1	5	3	5	5
Distrito Federal	1	1	1	-	1	1	-	1

Tabela 140 - Municípios, total e com unidades de Segurança Pública, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com unidades de Segurança Pública, por tipo							
	Presídio exclusivamente feminino	Presídio com carceragem exclusiva feminina	Instituto Médico Legal	Instituição especializada no atendimento ao idoso vítima de violência	Centros integrados de atenção e prevenção a violência contra o idoso	Centro de reintegração social da associação e proteção e assistência ao condenado	Centro de atendimento especializado para população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transvestis (LGBT)	Conselho comunitário de segurança
Brasil	65	191	271	114	68	94	24	931
Norte	5	20	22	6	4	7	-	18
Rondônia	1	6	4	-	1	3	-	2
Acre	-	2	1	-	-	-	-	-
Amazonas	1	3	1	2	1	-	-	2
Roraima	-	-	1	-	-	1	-	-
Pará	1	5	7	3	1	3	-	11
Amapá	-	1	1	-	-	-	-	1
Tocantins	2	3	7	1	1	-	-	2
Nordeste	11	32	39	44	30	13	11	75
Maranhão	1	3	5	3	4	2	-	2
Piauí	2	1	1	2	2	1	1	2
Ceará	1	6	6	7	6	3	1	22
Rio Grande do Norte	1	1	2	3	1	1	-	-
Paraíba	1	6	4	5	2	2	1	3
Pernambuco	2	3	3	7	7	2	3	8
Alagoas	1	-	2	2	-	-	-	4
Sergipe	1	1	1	3	2	1	1	4
Bahia	1	11	15	12	6	1	4	30
Sudeste	34	75	109	40	15	59	8	413
Minas Gerais	5	35	30	13	5	35	3	149
Espírito Santo	1	4	4	3	2	3	2	17
Rio de Janeiro	3	4	15	9	1	2	-	36
São Paulo	25	32	60	15	7	19	3	211
Sul	6	32	63	13	8	7	3	317
Paraná	1	6	21	4	3	4	-	153
Santa Catarina	2	10	22	4	2	2	1	66
Rio Grande do Sul	3	16	20	5	3	1	2	98
Centro-Oeste	9	32	38	11	11	8	2	108
Mato Grosso do Sul	6	4	14	2	3	2	-	10
Mato Grosso	1	5	9	2	1	1	2	18
Goiás	1	22	14	6	6	4	-	80
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	-

Tabela 141 - Municípios, total e com acesso oficial a registros produzidos pelo Estado de criminalidade violenta e com unidade do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com acesso oficial a registros produzi- dos pelo Estado de criminalidade violenta	Com unidade do Corpo de Bombeiros	Com unidade da Defesa Civil	
				Coordenadoria municipal	Outro tipo de unidade
Brasil	5 565	746	793	2 568	730
Até 5 000	1 257	64	17	498	160
De 5 001 a 10 000	1 294	107	31	520	154
De 10 001 a 20 000	1 370	157	101	583	175
De 20 001 a 50 000	1 055	210	221	562	139
De 50 001 a 100 000	316	91	187	199	47
De 100 001 a 500 000	233	92	196	176	46
Mais de 500 000	40	25	40	30	9
Norte	449	63	53	154	27
Até 5 000	87	3	-	19	-
De 5 001 a 10 000	89	7	2	23	2
De 10 001 a 20 000	107	11	4	38	10
De 20 001 a 50 000	113	27	9	48	8
De 50 001 a 100 000	32	5	18	11	3
De 100 001 a 500 000	18	8	17	13	4
Mais de 500 000	3	2	3	2	-
Nordeste	1 794	219	92	664	238
Até 5 000	225	10	2	68	35
De 5 001 a 10 000	392	27	3	124	57
De 10 001 a 20 000	580	58	5	193	62
De 20 001 a 50 000	432	74	9	179	58
De 50 001 a 100 000	110	27	31	62	16
De 100 001 a 500 000	44	17	31	29	8
Mais de 500 000	11	6	11	9	2
Sudeste	1 668	279	249	899	221
Até 5 000	381	22	-	151	50
De 5 001 a 10 000	408	39	2	189	43
De 10 001 a 20 000	351	50	9	181	41
De 20 001 a 50 000	294	69	52	202	39
De 50 001 a 100 000	98	34	68	69	20
De 100 001 a 500 000	118	51	100	94	23
Mais de 500 000	18	14	18	13	5
Sul	1 188	133	330	750	189
Até 5 000	421	23	15	244	69
De 5 001 a 10 000	291	27	24	166	41
De 10 001 a 20 000	229	26	75	147	48
De 20 001 a 50 000	144	25	118	110	18
De 50 001 a 100 000	57	18	54	45	6
De 100 001 a 500 000	43	13	41	36	6
Mais de 500 000	3	1	3	2	1
Centro-Oeste	466	52	69	101	55
Até 5 000	143	6	-	16	6
De 5 001 a 10 000	114	7	-	18	11
De 10 001 a 20 000	103	12	8	24	14
De 20 001 a 50 000	72	15	33	23	16
De 50 001 a 100 000	19	7	16	12	2
De 100 001 a 500 000	10	3	7	4	5
Mais de 500 000	5	2	5	4	1

Tabela 142 - Municípios, total e com acesso oficial a registros produzidos pelo Estado de criminalidade violenta e com unidade do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com acesso oficial a registros de crimi- nalidade violenta produzidos pelo Estado	Com unidade do Corpo de Bombeiros	Com unidade da Defesa Civil	
				Coordenadoria municipal	Outro tipo de unidade
Brasil	5 565	746	793	2 568	730
Norte	449	63	53	154	27
Rondônia	52	8	10	7	9
Acre	22	4	4	11	-
Amazonas	62	13	7	52	3
Roraima	15	-	2	1	2
Pará	143	28	20	42	12
Amapá	16	2	4	3	-
Tocantins	139	8	6	38	1
Nordeste	1 794	219	92	664	238
Maranhão	217	14	10	57	10
Piauí	224	6	4	90	70
Ceará	184	15	15	139	15
Rio Grande do Norte	167	7	4	47	23
Paraíba	223	13	9	89	11
Pernambuco	185	48	16	81	25
Alagoas	102	9	7	44	12
Sergipe	75	8	4	31	3
Bahia	417	99	23	86	69
Sudeste	1 668	279	249	899	221
Minas Gerais	853	136	51	486	39
Espírito Santo	78	17	11	60	11
Rio de Janeiro	92	29	50	66	21
São Paulo	645	97	137	287	150
Sul	1 188	133	330	750	189
Paraná	399	57	89	240	47
Santa Catarina	293	28	121	188	73
Rio Grande do Sul	496	48	120	322	69
Centro-Oeste	466	52	69	101	55
Mato Grosso do Sul	78	4	22	38	13
Mato Grosso	141	11	19	39	22
Goiás	246	36	27	23	20
Distrito Federal	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 143 - Municípios, total, com existência de Guarda Municipal e efetivo da guarda, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com existência de Guarda Municipal			
		Total	Efetivo		
			Total (1)	Homens	Mulheres
Brasil	5 565	865	86 199	73 624	11 525
Até 5 000	1 257	25	213	194	19
De 5 001 a 10 000	1 294	81	1 208	1 140	68
De 10 001 a 20 000	1 370	183	4 078	3 796	282
De 20 001 a 50 000	1 055	268	12 396	11 189	1 207
De 50 001 a 100 000	316	122	9 544	8 336	1 208
De 100 001 a 500 000	233	151	25 375	21 827	3 378
Mais de 500 000	40	35	33 385	27 142	5 363
Norte	449	59	5 700	4 623	1 077
Até 5 000	87	2	19	15	4
De 5 001 a 10 000	89	4	67	63	4
De 10 001 a 20 000	107	16	317	276	41
De 20 001 a 50 000	113	22	1 330	1 151	179
De 50 001 a 100 000	32	5	353	285	68
De 100 001 a 500 000	18	7	1 702	1 545	157
Mais de 500 000	3	3	1 912	1 288	624
Nordeste	1 794	416	26 192	22 789	2 353
Até 5 000	225	9	81	78	3
De 5 001 a 10 000	392	56	870	831	39
De 10 001 a 20 000	580	117	2 442	2 306	136
De 20 001 a 50 000	432	141	6 321	5 864	457
De 50 001 a 100 000	110	54	4 700	4 218	482
De 100 001 a 500 000	44	29	4 259	3 787	302
Mais de 500 000	11	10	7 519	5 705	934
Sudeste	1 668	318	44 173	37 204	6 969
Até 5 000	381	10	98	86	12
De 5 001 a 10 000	408	20	265	242	23
De 10 001 a 20 000	351	45	1 184	1 081	103
De 20 001 a 50 000	294	91	4 376	3 857	519
De 50 001 a 100 000	98	48	3 582	3 047	535
De 100 001 a 500 000	118	88	15 844	13 508	2 336
Mais de 500 000	18	16	18 824	15 383	3 441
Sul	1 188	56	6 404	5 596	808
Até 5 000	421	4	15	15	0
De 5 001 a 10 000	291	1	6	4	2
De 10 001 a 20 000	229	2	21	19	2
De 20 001 a 50 000	144	11	310	267	43
De 50 001 a 100 000	57	11	373	301	72
De 100 001 a 500 000	43	25	3 327	2 814	513
Mais de 500 000	3	2	2 352	2 176	176
Centro-Oeste	466	16	3 730	3 412	318
Até 5 000	143	-	0	0	0
De 5 001 a 10 000	114	-	0	0	0
De 10 001 a 20 000	103	3	114	114	0
De 20 001 a 50 000	72	3	59	50	9
De 50 001 a 100 000	19	4	536	485	51
De 100 001 a 500 000	10	2	243	173	70
Mais de 500 000	5	4	2 778	2 590	188

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os sem declaração de sexo.

Tabela 144 - Municípios, total, com existência de Guarda Municipal e efetivo da guarda, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com existência de Guarda Municipal			
		Total	Efetivo		
			Total (1)	Homens	Mulheres
Brasil	5 565	865	86 199	73 624	11 525
Norte	449	59	5 700	4 623	1 077
Rondônia	52	1	59	32	27
Acre	22	-	-	-	-
Amazonas	62	35	2 208	1 673	535
Roraima	15	1	231	221	10
Pará	143	15	2 156	1 826	330
Amapá	16	3	738	602	136
Tocantins	139	4	308	269	39
Nordeste	1 794	416	26 192	22 789	2 353
Maranhão	217	55	2 267	1 932	335
Piauí	224	13	199	178	21
Ceará	184	55	4 211	3 630	581
Rio Grande do Norte	167	15	1 033	884	149
Paraíba	223	24	1 452	1 352	100
Pernambuco	185	42	4 746	4 394	352
Alagoas	102	36	2 423	1 413	130
Sergipe	75	16	953	850	103
Bahia	417	160	8 908	8 156	582
Sudeste	1 668	318	44 173	37 204	6 969
Minas Gerais	853	54	4 300	3 850	450
Espírito Santo	78	8	1 118	1 006	112
Rio de Janeiro	92	68	13 953	11 928	2 025
São Paulo	645	188	24 802	20 420	4 382
Sul	1 188	56	6 404	5 596	808
Paraná	399	24	3 553	3 180	373
Santa Catarina	293	9	549	418	131
Rio Grande do Sul	496	23	2 302	1 998	304
Centro-Oeste	466	16	3 730	3 412	318
Mato Grosso do Sul	78	6	832	749	83
Mato Grosso	141	5	189	149	40
Goiás	246	5	2 709	2 514	195
Distrito Federal	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os sem declaração de sexo.

Tabela 145 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por realização de treinamento ou capacitação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com existência de Guarda Municipal					No treinamento ou capacitação existe disciplina e/ou matéria de direitos humanos
		Total	Realização de treinamento ou capacitação (1)				
			Na ocasião do ingresso	Periodicamente	Ocasionalmente	Não é treinada ou capacitada	
Brasil	5 565	865	472	351	166	159	554
Até 5 000	1 257	25	11	5	4	6	10
De 5 001 a 10 000	1 294	81	32	16	15	31	33
De 10 001 a 20 000	1 370	183	76	39	35	60	81
De 20 001 a 50 000	1 055	268	144	102	56	50	164
De 50 001 a 100 000	316	122	76	59	27	6	97
De 100 001 a 500 000	233	151	109	101	25	6	134
Mais de 500 000	40	35	24	29	4	-	35
Norte	449	59	30	29	10	8	40
Até 5 000	87	2	2	1	-	-	2
De 5 001 a 10 000	89	4	3	2	-	1	2
De 10 001 a 20 000	107	16	5	2	3	6	7
De 20 001 a 50 000	113	22	9	11	7	1	18
De 50 001 a 100 000	32	5	3	4	-	-	2
De 100 001 a 500 000	18	7	7	6	-	-	6
Mais de 500 000	3	3	1	3	-	-	3
Nordeste	1 794	416	188	103	69	127	201
Até 5 000	225	9	5	1	-	3	2
De 5 001 a 10 000	392	56	18	7	8	27	18
De 10 001 a 20 000	580	117	48	24	15	43	45
De 20 001 a 50 000	432	141	63	35	23	45	64
De 50 001 a 100 000	110	54	32	18	11	5	40
De 100 001 a 500 000	44	29	16	12	9	4	22
Mais de 500 000	11	10	6	6	3	-	10
Sudeste	1 668	318	209	177	71	20	259
Até 5 000	381	10	3	1	3	3	5
De 5 001 a 10 000	408	20	10	7	7	3	12
De 10 001 a 20 000	351	45	23	13	14	9	27
De 20 001 a 50 000	294	91	63	50	23	4	73
De 50 001 a 100 000	98	48	31	28	10	1	43
De 100 001 a 500 000	118	88	67	63	13	-	83
Mais de 500 000	18	16	12	15	1	-	16
Sul	1 188	56	35	32	13	3	42
Até 5 000	421	4	1	2	1	-	1
De 5 001 a 10 000	291	1	1	-	-	-	1
De 10 001 a 20 000	229	2	-	-	1	1	1
De 20 001 a 50 000	144	11	8	4	3	-	7
De 50 001 a 100 000	57	11	7	6	5	-	9
De 100 001 a 500 000	43	25	17	18	3	2	21
Mais de 500 000	3	2	1	2	-	-	2
Centro-Oeste	466	16	10	10	3	1	12
Até 5 000	143	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	114	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	103	3	-	-	2	1	1
De 20 001 a 50 000	72	3	1	2	-	-	2
De 50 001 a 100 000	19	4	3	3	1	-	3
De 100 001 a 500 000	10	2	2	2	-	-	2
Mais de 500 000	5	4	4	3	-	-	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Pode ter realizado mais de um treinamento ou capacitação.

Tabela 146 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por realização de treinamento ou capacitação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com existência de Guarda Municipal					No treinamento ou capacitação existe disciplina e/ou matéria de direitos humanos
		Total	Realização de treinamento ou capacitação (1)				
			Na ocasião do ingresso	Periodi- camente	Ocasio- nalmente	Não é treinada ou capacitada	
Brasil	5 565	865	472	351	166	159	554
Norte	449	59	30	29	10	8	40
Rondônia	52	1	1	1	-	-	1
Acre	22	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	35	10	13	8	7	18
Roraima	15	1	1	1	-	-	1
Pará	143	15	11	8	2	1	13
Amapá	16	3	3	2	-	-	3
Tocantins	139	4	4	4	-	-	4
Nordeste	1 794	416	188	103	69	127	201
Maranhão	217	55	35	14	8	8	34
Piauí	224	13	9	2	-	4	7
Ceará	184	55	40	15	10	7	36
Rio Grande do Norte	167	15	9	2	1	5	6
Paraíba	223	24	6	3	5	11	9
Pernambuco	185	42	15	15	9	12	26
Alagoas	102	36	20	19	8	3	19
Sergipe	75	16	7	2	4	6	6
Bahia	417	160	47	31	24	71	58
Sudeste	1 668	318	209	177	71	20	259
Minas Gerais	853	54	40	28	11	1	45
Espírito Santo	78	8	6	3	1	1	6
Rio de Janeiro	92	68	35	30	15	11	47
São Paulo	645	188	128	116	44	7	161
Sul	1 188	56	35	32	13	3	42
Paraná	399	24	16	13	6	1	20
Santa Catarina	293	9	6	5	1	2	7
Rio Grande do Sul	496	23	13	14	6	-	15
Centro-Oeste	466	16	10	10	3	1	12
Mato Grosso do Sul	78	6	3	3	2	1	3
Mato Grosso	141	5	4	3	-	-	4
Goiás	246	5	3	4	1	-	5
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Pode ter realizado mais de um treinamento ou capacitação.

Tabela 147 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por formação do comandante, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com existência de Guarda Municipal								
		Total (1)	Formação do comandante							
			Bombeiro militar	Policial militar	Policial civil	Policial federal	Guarda municipal	Militar das forças armadas	Civil	Outros
Brasil	5 565	865	13	291	38	4	255	27	124	113
Até 5 000	1 257	25	-	5	1	-	11	-	4	4
De 5 001 a 10 000	1 294	81	-	18	2	-	26	1	15	19
De 10 001 a 20 000	1 370	183	3	46	6	2	56	2	26	42
De 20 001 a 50 000	1 055	268	6	106	12	-	70	6	40	28
De 50 001 a 100 000	316	122	2	46	5	-	34	6	17	12
De 100 001 a 500 000	233	151	1	58	12	1	47	9	17	6
Mais de 500 000	40	35	1	12	-	1	11	3	5	2
Norte	449	59	2	23	2	1	16	3	7	5
Até 5 000	87	2	-	-	-	-	2	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	4	-	1	-	-	2	-	-	1
De 10 001 a 20 000	107	16	1	3	-	-	8	-	2	2
De 20 001 a 50 000	113	22	1	10	1	-	4	1	4	1
De 50 001 a 100 000	32	5	-	3	-	-	-	1	-	1
De 100 001 a 500 000	18	7	-	5	1	1	-	-	-	-
Mais de 500 000	3	3	-	1	-	-	-	1	1	-
Nordeste	1 794	416	1	145	14	3	102	8	69	74
Até 5 000	225	9	-	4	1	-	4	-	-	-
De 5 001 a 10 000	392	56	-	13	1	-	17	-	11	14
De 10 001 a 20 000	580	117	-	32	4	2	30	1	19	29
De 20 001 a 50 000	432	141	1	53	5	-	33	3	24	22
De 50 001 a 100 000	110	54	-	26	1	-	10	1	9	7
De 100 001 a 500 000	44	29	-	13	2	-	6	2	5	1
Mais de 500 000	11	10	-	4	-	1	2	1	1	1
Sudeste	1 668	318	7	114	21	-	104	12	38	22
Até 5 000	381	10	-	1	-	-	3	-	4	2
De 5 001 a 10 000	408	20	-	4	1	-	7	1	3	4
De 10 001 a 20 000	351	45	2	11	2	-	16	1	5	8
De 20 001 a 50 000	294	91	3	41	6	-	27	1	11	2
De 50 001 a 100 000	98	48	1	14	4	-	17	3	6	3
De 100 001 a 500 000	118	88	1	37	8	-	27	6	7	2
Mais de 500 000	18	16	-	6	-	-	7	-	2	1
Sul	1 188	56	2	7	1	-	27	2	9	8
Até 5 000	421	4	-	-	-	-	2	-	-	2
De 5 001 a 10 000	291	1	-	-	-	-	-	-	1	-
De 10 001 a 20 000	229	2	-	-	-	-	1	-	-	1
De 20 001 a 50 000	144	11	1	2	-	-	5	-	1	2
De 50 001 a 100 000	57	11	1	2	-	-	5	1	2	-
De 100 001 a 500 000	43	25	-	3	1	-	12	1	5	3
Mais de 500 000	3	2	-	-	-	-	2	-	-	-
Centro-Oeste	466	16	1	2	-	-	6	2	1	4
Até 5 000	143	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	114	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	103	3	-	-	-	-	1	-	-	2
De 20 001 a 50 000	72	3	-	-	-	-	1	1	-	1
De 50 001 a 100 000	19	4	-	1	-	-	2	-	-	1
De 100 001 a 500 000	10	2	-	-	-	-	2	-	-	-
Mais de 500 000	5	4	1	1	-	-	-	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os sem declaração da formação do comandante.

Tabela 148 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por formação do comandante, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com existência de Guarda Municipal								
		Total (1)	Formação do comandante							
			Bombeiro militar	Policial militar	Policial civil	Policial federal	Guarda municipal	Militar das forças armadas	Civil	Outros
Brasil	5 565	865	13	291	38	4	255	27	124	113
Norte	449	59	2	23	2	1	16	3	7	5
Rondônia	52	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Acre	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	35	2	9	1	-	13	2	5	3
Roraima	15	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Pará	143	15	-	7	1	1	1	1	2	2
Amapá	16	3	-	2	-	-	1	-	-	-
Tocantins	139	4	-	3	-	-	1	-	-	-
Nordeste	1 794	416	1	145	14	3	102	8	69	74
Maranhão	217	55	-	29	2	1	9	-	4	10
Piauí	224	13	-	5	-	-	3	1	4	-
Ceará	184	55	-	21	1	-	12	4	8	9
Rio Grande do Norte	167	15	-	4	-	-	3	-	3	5
Paraíba	223	24	-	6	1	-	4	1	9	3
Pernambuco	185	42	-	10	4	-	15	1	3	9
Alagoas	102	36	-	16	2	-	-	1	7	10
Sergipe	75	16	-	6	-	1	5	-	-	4
Bahia	417	160	1	48	4	1	51	-	31	24
Sudeste	1 668	318	7	114	21	-	104	12	38	22
Minas Gerais	853	54	1	16	2	-	19	1	11	4
Espírito Santo	78	8	-	4	-	-	2	-	1	1
Rio de Janeiro	92	68	6	29	4	-	18	3	4	4
São Paulo	645	188	-	65	15	-	65	8	22	13
Sul	1 188	56	2	7	1	-	27	2	9	8
Paraná	399	24	-	3	-	-	13	-	4	4
Santa Catarina	293	9	-	-	-	-	5	1	2	1
Rio Grande do Sul	496	23	2	4	1	-	9	1	3	3
Centro-Oeste	466	16	1	2	-	-	6	2	1	4
Mato Grosso do Sul	78	6	-	-	-	-	3	1	-	2
Mato Grosso	141	5	-	-	-	-	3	-	1	1
Goiás	246	5	1	2	-	-	-	1	-	1
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os sem declaração da formação do comandante.

Tabela 149 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por tipo de arma utilizada, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com existência de Guarda Municipal				
		Total (1)	Tipo de arma utilizada			
			Apenas arma de fogo	Apenas armas não letais	Armas de fogo e não letais	Nenhum tipo de arma
Brasil	5 565	865	58	338	83	385
Até 5 000	1 257	25	2	9	-	14
De 5 001 a 10 000	1 294	81	-	35	5	41
De 10 001 a 20 000	1 370	183	5	70	5	103
De 20 001 a 50 000	1 055	268	13	121	13	121
De 50 001 a 100 000	316	122	8	47	13	54
De 100 001 a 500 000	233	151	27	49	31	43
Mais de 500 000	40	35	3	7	16	9
Norte	449	59	1	32	1	25
Até 5 000	87	2	-	-	-	2
De 5 001 a 10 000	89	4	-	2	-	2
De 10 001 a 20 000	107	16	-	6	-	10
De 20 001 a 50 000	113	22	-	15	-	7
De 50 001 a 100 000	32	5	-	2	-	3
De 100 001 a 500 000	18	7	1	6	-	-
Mais de 500 000	3	3	-	1	1	1
Nordeste	1 794	416	8	182	12	214
Até 5 000	225	9	1	3	-	5
De 5 001 a 10 000	392	56	-	26	3	27
De 10 001 a 20 000	580	117	4	46	1	66
De 20 001 a 50 000	432	141	1	66	-	74
De 50 001 a 100 000	110	54	-	25	1	28
De 100 001 a 500 000	44	29	1	14	1	13
Mais de 500 000	11	10	1	2	6	1
Sudeste	1 668	318	42	103	59	114
Até 5 000	381	10	1	5	-	4
De 5 001 a 10 000	408	20	-	7	2	11
De 10 001 a 20 000	351	45	1	17	4	23
De 20 001 a 50 000	294	91	11	32	13	35
De 50 001 a 100 000	98	48	7	14	11	16
De 100 001 a 500 000	118	88	20	25	22	21
Mais de 500 000	18	16	2	3	7	4
Sul	1 188	56	6	15	10	24
Até 5 000	421	4	-	1	-	3
De 5 001 a 10 000	291	1	-	-	-	1
De 10 001 a 20 000	229	2	-	-	-	2
De 20 001 a 50 000	144	11	1	6	-	4
De 50 001 a 100 000	57	11	1	4	1	5
De 100 001 a 500 000	43	25	4	4	7	9
Mais de 500 000	3	2	-	-	2	-
Centro-Oeste	466	16	1	6	1	8
Até 5 000	143	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	114	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	103	3	-	1	-	2
De 20 001 a 50 000	72	3	-	2	-	1
De 50 001 a 100 000	19	4	-	2	-	2
De 100 001 a 500 000	10	2	1	-	1	-
Mais de 500 000	5	4	-	1	-	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os sem declaração do tipo de arma utilizada.

Tabela 150 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por tipo de arma utilizada , segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com existência de Guarda Municipal				
		Total (1)	Tipo de arma utilizada			
			Apenas arma de fogo	Apenas armas não letais	Armas de fogo e não letais	Nenhum tipo de arma
Brasil	5 565	865	58	338	83	385
Norte	449	59	1	32	1	25
Rondônia	52	1	-	1	-	-
Acre	22	-	-	-	-	-
Amazonas	62	35	-	18	-	17
Roraima	15	1	-	1	-	-
Pará	143	15	-	8	1	6
Amapá	16	3	-	1	-	2
Tocantins	139	4	1	3	-	-
Nordeste	1 794	416	8	182	12	214
Maranhão	217	55	4	19	3	29
Piauí	224	13	-	7	1	5
Ceará	184	55	-	31	-	24
Rio Grande do Norte	167	15	1	8	1	5
Paraíba	223	24	-	14	1	9
Pernambuco	185	42	-	21	2	19
Alagoas	102	36	-	19	1	16
Sergipe	75	16	2	4	-	10
Bahia	417	160	1	59	3	97
Sudeste	1 668	318	42	103	59	114
Minas Gerais	853	54	-	32	4	18
Espírito Santo	78	8	1	3	1	3
Rio de Janeiro	92	68	-	23	2	43
São Paulo	645	188	41	45	52	50
Sul	1 188	56	6	15	10	24
Paraná	399	24	3	5	4	11
Santa Catarina	293	9	-	3	1	5
Rio Grande do Sul	496	23	3	7	5	8
Centro-Oeste	466	16	1	6	1	8
Mato Grosso do Sul	78	6	1	2	-	3
Mato Grosso	141	5	-	1	1	3
Goiás	246	5	-	3	-	2
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os sem declaração do tipo de arma utilizada.

Tabela 151 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por faixa de salário inicial do guarda, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com existência de Guarda Municipal				
		Total (1)	Faixa de salário inicial do guarda			
			Até 1 salário mínimo	Mais de 1 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Brasil	5 565	865	275	546	40	3
Até 5 000	1 257	25	7	18	-	-
De 5 001 a 10 000	1 294	81	45	36	-	-
De 10 001 a 20 000	1 370	183	82	101	-	-
De 20 001 a 50 000	1 055	268	91	164	11	2
De 50 001 a 100 000	316	122	27	89	6	-
De 100 001 a 500 000	233	151	19	112	18	1
Mais de 500 000	40	35	4	26	5	-
Norte	449	59	23	34	2	-
Até 5 000	87	2	1	1	-	-
De 5 001 a 10 000	89	4	1	3	-	-
De 10 001 a 20 000	107	16	9	7	-	-
De 20 001 a 50 000	113	22	9	12	1	-
De 50 001 a 100 000	32	5	2	2	1	-
De 100 001 a 500 000	18	7	1	6	-	-
Mais de 500 000	3	3	-	3	-	-
Nordeste	1 794	416	216	197	3	-
Até 5 000	225	9	6	3	-	-
De 5 001 a 10 000	392	56	37	19	-	-
De 10 001 a 20 000	580	117	68	49	-	-
De 20 001 a 50 000	432	141	74	67	-	-
De 50 001 a 100 000	110	54	23	31	-	-
De 100 001 a 500 000	44	29	6	22	1	-
Mais de 500 000	11	10	2	6	2	-
Sudeste	1 668	318	33	251	31	3
Até 5 000	381	10	-	10	-	-
De 5 001 a 10 000	408	20	7	13	-	-
De 10 001 a 20 000	351	45	5	40	-	-
De 20 001 a 50 000	294	91	7	73	9	2
De 50 001 a 100 000	98	48	2	41	5	-
De 100 001 a 500 000	118	88	12	61	14	1
Mais de 500 000	18	16	-	13	3	-
Sul	1 188	56	1	50	4	-
Até 5 000	421	4	-	4	-	-
De 5 001 a 10 000	291	1	-	1	-	-
De 10 001 a 20 000	229	2	-	2	-	-
De 20 001 a 50 000	144	11	1	9	1	-
De 50 001 a 100 000	57	11	-	11	-	-
De 100 001 a 500 000	43	25	-	21	6	-
Mais de 500 000	3	2	-	2	-	-
Centro-Oeste	466	16	2	14	-	-
Até 5 000	143	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	114	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	103	3	-	3	-	-
De 20 001 a 50 000	72	3	-	3	-	-
De 50 001 a 100 000	19	4	-	4	-	-
De 100 001 a 500 000	10	2	-	2	-	-
Mais de 500 000	5	4	2	2	-	-

Tabela 152 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por faixa de salário inicial do guarda, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com existência de Guarda Municipal				
		Total (1)	Faixa de salário inicial do guarda			
			Até 1 salário mínimo	Mais de 1 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Brasil	5 565	865	275	546	40	3
Norte	449	59	23	34	2	-
Rondônia	52	1	-	-	1	-
Acre	22	-	-	-	-	-
Amazonas	62	35	18	16	1	-
Roraima	15	1	-	1	-	-
Pará	143	15	4	11	-	-
Amapá	16	3	-	3	-	-
Tocantins	139	4	1	3	-	-
Nordeste	1 794	416	216	197	3	-
Maranhão	217	55	27	28	-	-
Piauí	224	13	8	5	-	-
Ceará	184	55	24	31	-	-
Rio Grande do Norte	167	15	7	7	1	-
Paraíba	223	24	17	7	-	-
Pernambuco	185	42	18	22	2	-
Alagoas	102	36	23	13	-	-
Sergipe	75	16	10	6	-	-
Bahia	417	160	82	78	-	-
Sudeste	1 668	318	33	251	31	3
Minas Gerais	853	54	7	47	-	-
Espírito Santo	78	8	1	6	1	-
Rio de Janeiro	92	68	20	48	-	-
São Paulo	645	188	5	150	30	3
Sul	1 188	56	1	50	4	-
Paraná	399	24	1	20	2	-
Santa Catarina	293	9	-	8	1	-
Rio Grande do Sul	496	23	-	22	1	-
Centro-Oeste	466	16	2	14	-	-
Mato Grosso do Sul	78	6	1	5	-	-
Mato Grosso	141	5	-	5	-	-
Goiás	246	5	1	4	-	-
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-

Tabela 153 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por órgão de controle, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com existência de Guarda Municipal			
		Total	Órgão de controle (1)		
			Interno	Externo	Interno e externo
Brasil	5 565	865	117	43	120
Até 5 000	1 257	25	2	2	-
De 5 001 a 10 000	1 294	81	8	1	-
De 10 001 a 20 000	1 370	183	20	2	5
De 20 001 a 50 000	1 055	268	35	14	24
De 50 001 a 100 000	316	122	24	10	17
De 100 001 a 500 000	233	151	24	13	53
Mais de 500 000	40	35	4	1	21
Norte	449	59	9	2	3
Até 5 000	87	2	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	4	1	-	-
De 10 001 a 20 000	107	16	2	-	-
De 20 001 a 50 000	113	22	3	2	1
De 50 001 a 100 000	32	5	-	-	-
De 100 001 a 500 000	18	7	2	-	1
Mais de 500 000	3	3	1	-	1
Nordeste	1 794	416	54	12	23
Até 5 000	225	9	1	2	-
De 5 001 a 10 000	392	56	5	1	-
De 10 001 a 20 000	580	117	8	1	4
De 20 001 a 50 000	432	141	21	4	14
De 50 001 a 100 000	110	54	12	3	10
De 100 001 a 500 000	44	29	6	1	36
Mais de 500 000	11	10	1	-	8
Sudeste	1 668	318	44	24	72
Até 5 000	381	10	-	-	-
De 5 001 a 10 000	408	20	2	-	-
De 10 001 a 20 000	351	45	9	1	4
De 20 001 a 50 000	294	91	9	7	14
De 50 001 a 100 000	98	48	10	5	10
De 100 001 a 500 000	118	88	12	10	36
Mais de 500 000	18	16	2	1	8
Sul	1 188	56	6	5	19
Até 5 000	421	4	1	-	-
De 5 001 a 10 000	291	1	-	-	-
De 10 001 a 20 000	229	2	-	-	-
De 20 001 a 50 000	144	11	2	1	2
De 50 001 a 100 000	57	11	-	2	4
De 100 001 a 500 000	43	25	3	2	11
Mais de 500 000	3	2	-	-	2
Centro-Oeste	466	16	4	-	3
Até 5 000	143	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	114	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	103	3	1	-	-
De 20 001 a 50 000	72	3	-	-	-
De 50 001 a 100 000	19	4	2	-	-
De 100 001 a 500 000	10	2	1	-	1
Mais de 500 000	5	4	-	-	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Pode existir mais de um órgão de controle.

Tabela 154 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por órgão de controle, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com existência de Guarda Municipal			
		Total	Órgão de controle (1)		
			Interno	Externo	Interno e externo
Brasil	5 565	865	117	43	120
Norte	449	59	9	2	3
Rondônia	52	1	-	-	-
Acre	22	-	-	-	-
Amazonas	62	35	4	2	-
Roraima	15	1	1	-	-
Pará	143	15	2	-	1
Amapá	16	3	1	-	-
Tocantins	139	4	1	-	2
Nordeste	1 794	416	54	12	23
Maranhão	217	55	10	1	3
Piauí	224	13	-	-	1
Ceará	184	55	8	2	3
Rio Grande do Norte	167	15	1	-	2
Paraíba	223	24	4	-	-
Pernambuco	185	42	5	4	6
Alagoas	102	36	2	1	2
Sergipe	75	16	4	-	1
Bahia	417	160	20	4	5
Sudeste	1 668	318	44	24	72
Minas Gerais	853	54	11	3	4
Espírito Santo	78	8	1	-	4
Rio de Janeiro	92	68	6	4	7
São Paulo	645	188	26	17	57
Sul	1 188	56	6	5	19
Paraná	399	24	3	2	8
Santa Catarina	293	9	1	2	2
Rio Grande do Sul	496	23	2	1	9
Centro-Oeste	466	16	4	-	3
Mato Grosso do Sul	78	6	1	-	1
Mato Grosso	141	5	2	-	-
Goiás	246	5	1	-	2
Distrito Federal	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Pode existir mais de um órgão de controle.

Tabela 155 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por forma de registro dos atendimentos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com existência de Guarda Municipal				
		Total	Forma de registro dos atendimentos			
			Apenas em livros/formulários impressos (registro manual)	Em banco de dados (registro eletrônico)	Ambos	Não registram
Brasil	5 565	865	513	28	132	191
Até 5 000	1 257	25	11	-	1	13
De 5 001 a 10 000	1 294	81	37	2	3	39
De 10 001 a 20 000	1 370	183	105	2	5	71
De 20 001 a 50 000	1 055	268	174	4	34	56
De 50 001 a 100 000	316	122	81	6	27	8
De 100 001 a 500 000	233	151	88	11	48	3
Mais de 500 000	40	35	17	3	14	1
Norte	449	59	36	-	8	15
Até 5 000	87	2	-	-	1	1
De 5 001 a 10 000	89	4	2	-	-	2
De 10 001 a 20 000	107	16	7	-	-	9
De 20 001 a 50 000	113	22	18	-	1	3
De 50 001 a 100 000	32	5	4	-	1	-
De 100 001 a 500 000	18	7	4	-	3	-
Mais de 500 000	3	3	1	-	2	-
Nordeste	1 794	416	232	10	25	149
Até 5 000	225	9	1	-	-	8
De 5 001 a 10 000	392	56	21	2	1	32
De 10 001 a 20 000	580	117	59	1	3	54
De 20 001 a 50 000	432	141	87	1	7	46
De 50 001 a 100 000	110	54	36	4	6	8
De 100 001 a 500 000	44	29	21	1	6	1
Mais de 500 000	11	10	7	1	2	-
Sudeste	1 668	318	206	11	81	20
Até 5 000	381	10	8	-	-	2
De 5 001 a 10 000	408	20	14	-	1	5
De 10 001 a 20 000	351	45	35	1	2	7
De 20 001 a 50 000	294	91	60	3	24	4
De 50 001 a 100 000	98	48	32	1	15	-
De 100 001 a 500 000	118	88	51	5	30	2
Mais de 500 000	18	16	6	1	9	-
Sul	1 188	56	31	7	13	4
Até 5 000	421	4	2	-	-	2
De 5 001 a 10 000	291	1	-	-	1	-
De 10 001 a 20 000	229	2	1	-	-	1
De 20 001 a 50 000	144	11	8	-	2	1
De 50 001 a 100 000	57	11	8	1	2	-
De 100 001 a 500 000	43	25	12	5	7	-
Mais de 500 000	3	2	-	1	1	-
Centro-Oeste	466	16	8	-	5	3
Até 5 000	143	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	114	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	103	3	3	-	-	-
De 20 001 a 50 000	72	3	1	-	-	2
De 50 001 a 100 000	19	4	1	-	3	-
De 100 001 a 500 000	10	2	-	-	2	-
Mais de 500 000	5	4	3	-	-	1

Tabela 156 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por forma de registro dos atendimentos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com existência de Guarda Municipal				
		Total	Forma de registro dos atendimentos			
			Apenas em livros/formulários impressos (registro manual)	Em banco de dados (registro eletrônico)	Ambos	Não registram
Brasil	5 565	865	513	28	132	191
Norte	449	59	36	-	8	15
Rondônia	52	1	-	-	1	-
Acre	22	-	-	-	-	-
Amazonas	62	35	22	-	-	13
Roraima	15	1	1	-	-	-
Pará	143	15	8	-	5	2
Amapá	16	3	2	-	1	-
Tocantins	139	4	3	-	1	-
Nordeste	1 794	416	232	10	25	149
Maranhão	217	55	36	1	5	13
Piauí	224	13	8	-	-	5
Ceará	184	55	33	2	10	10
Rio Grande do Norte	167	15	8	-	-	7
Paraíba	223	24	12	-	-	12
Pernambuco	185	42	23	-	7	12
Alagoas	102	36	22	2	-	12
Sergipe	75	16	8	-	1	7
Bahia	417	160	82	5	2	71
Sudeste	1 668	318	206	11	81	20
Minas Gerais	853	54	39	1	10	4
Espírito Santo	78	8	5	-	2	1
Rio de Janeiro	92	68	56	-	6	6
São Paulo	645	188	106	10	63	9
Sul	1 188	56	31	7	13	4
Paraná	399	24	13	3	6	1
Santa Catarina	293	9	3	2	3	1
Rio Grande do Sul	496	23	15	2	4	2
Centro-Oeste	466	16	8	-	5	3
Mato Grosso do Sul	78	6	4	-	2	-
Mato Grosso	141	5	-	-	2	3
Goiás	246	5	4	-	1	-
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-

Tabela 157 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por tipo de atividade exercida, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Com existência de Guarda Municipal										
		Total	Tipo de atividade exercida									
			Seguran- ça e/ou proteção do pre- feito e/ou outras autori- dades	Ronda escolar	Proteção de bens, serviços e insta- ções do municí- pio	Posto de guarda	Patrulha- mento ostensivo a pé, moto- rizado ou montado	Ativida- des da defesa civil	Atendi- mento de ocor- rências policiais	Prote- ção am- biental	Auxílio no ordena- mento do trânsito	Controle e fiscali- zação de comér- cio de ambu- lantes
Brasil	5 565	865	445	644	812	347	557	411	296	288	513	322
Até 5 000	1 257	25	11	14	23	6	11	7	8	5	10	6
De 5 001 a 10 000	1 294	81	25	49	77	23	43	25	14	14	30	22
De 10 001 a 20 000	1 370	183	82	125	164	58	95	52	44	32	81	52
De 20 001 a 50 000	1 055	268	131	192	250	107	178	127	100	89	166	100
De 50 001 a 100 000	316	122	65	97	117	54	90	81	43	48	96	57
De 100 001 a 500 000	233	151	103	134	146	74	113	98	73	74	106	69
Mais de 500 000	40	35	28	33	35	25	27	21	14	26	24	16
Norte	449	59	38	36	49	23	30	26	21	17	31	12
Até 5 000	87	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1
De 5 001 a 10 000	89	4	2	2	3	2	2	1	-	2	2	1
De 10 001 a 20 000	107	16	8	11	11	6	6	6	7	2	6	1
De 20 001 a 50 000	113	22	15	13	18	7	12	10	8	6	11	3
De 50 001 a 100 000	32	5	3	2	5	2	3	3	2	1	5	1
De 100 001 a 500 000	18	7	6	5	7	2	4	4	2	3	4	4
Mais de 500 000	3	3	3	2	3	3	2	1	1	2	2	1
Nordeste	1 794	416	184	264	387	141	222	134	91	91	203	138
Até 5 000	225	9	4	4	8	1	2	-	3	-	3	-
De 5 001 a 10 000	392	56	13	32	55	12	27	16	7	7	18	15
De 10 001 a 20 000	580	117	48	74	106	33	57	19	20	18	46	33
De 20 001 a 50 000	432	141	60	87	130	49	80	42	33	36	75	48
De 50 001 a 100 000	110	54	31	37	51	23	31	31	14	13	37	28
De 100 001 a 500 000	44	29	21	21	27	15	16	17	9	7	17	8
Mais de 500 000	11	10	7	9	10	8	9	9	5	10	7	6
Sudeste	1 668	318	184	282	308	157	253	205	164	151	228	149
Até 5 000	381	10	5	6	9	2	6	4	3	2	4	3
De 5 001 a 10 000	408	20	10	15	19	9	14	8	7	5	10	6
De 10 001 a 20 000	351	45	25	36	42	17	30	26	16	10	26	16
De 20 001 a 50 000	294	91	48	81	89	45	76	66	54	43	70	46
De 50 001 a 100 000	98	48	25	45	47	25	43	37	26	28	42	21
De 100 001 a 500 000	118	88	58	83	86	48	72	57	51	54	65	50
Mais de 500 000	18	16	13	16	16	11	12	7	7	9	11	7
Sul	1 188	56	33	49	53	20	41	39	18	20	40	18
Até 5 000	421	4	1	3	4	2	2	2	1	2	2	2
De 5 001 a 10 000	291	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	229	2	1	2	2	1	1	1	1	1	2	1
De 20 001 a 50 000	144	11	8	9	11	5	7	8	5	3	7	2
De 50 001 a 100 000	57	11	5	10	10	3	10	8	1	3	9	6
De 100 001 a 500 000	43	25	16	23	24	8	19	18	9	9	18	6
Mais de 500 000	3	2	2	2	2	1	2	2	1	2	2	1
Centro-Oeste	466	16	6	13	15	6	11	7	2	9	11	5
Até 5 000	143	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	103	3	-	2	3	1	1	-	-	1	1	1
De 20 001 a 50 000	72	3	-	2	2	1	3	1	-	1	3	1
De 50 001 a 100 000	19	4	1	3	4	1	3	2	-	3	3	1
De 100 001 a 500 000	10	2	2	2	2	1	2	2	2	1	2	1
Mais de 500 000	5	4	3	4	4	2	2	2	-	3	2	1

Tabela 157 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por tipo de atividade exercida, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Com existência de Guarda Municipal											
	Tipo de atividade exercida											
	Auxílio à Polícia Militar	Ações educa- tivas junto à popu- lação	Auxílio à Polícia Civil	Patru- lhamen- to de vias públicas	Auxílio ao público	Auxílio no atendi- mento ao Con- selho Tutelar	Segu- rança em even- tos/co- me- mora- ções	Atendi- mentos sociais (partos, assis- tência social, dentre outros)	Servi- ços ad- minis- trativos	Assis- tência ao Ju- diciário	Progra- mas so- ciais de preven- ção ao crime e violên- cia	Outras
Brasil	609	429	468	562	651	543	725	260	283	265	281	69
Até 5 000	15	4	14	11	11	10	16	4	4	3	3	-
De 5 001 a 10 000	44	23	27	49	48	42	58	9	13	8	10	7
De 10 001 a 20 000	120	61	86	107	114	92	146	37	38	34	33	7
De 20 001 a 50 000	188	119	148	176	204	173	227	72	78	95	69	21
De 50 001 a 100 000	92	86	80	91	107	84	106	50	54	58	56	15
De 100 001 a 500 000	122	107	94	105	135	115	141	69	74	59	85	16
Mais de 500 000	28	29	19	23	32	27	31	19	22	8	25	3
Norte	41	22	32	24	36	38	52	10	22	15	17	4
Até 5 000	1	1	1	1	1	1	2	-	1	1	-	-
De 5 001 a 10 000	2	2	1	1	2	2	3	-	1	2	1	1
De 10 001 a 20 000	13	3	10	6	7	11	12	3	3	4	3	-
De 20 001 a 50 000	16	7	10	9	15	14	20	2	8	3	3	-
De 50 001 a 100 000	3	3	4	3	4	4	5	1	3	2	3	1
De 100 001 a 500 000	4	4	4	3	5	4	7	3	3	2	5	1
Mais de 500 000	2	2	2	1	2	2	3	1	3	1	2	1
Nordeste	256	153	191	243	274	203	320	68	98	93	99	19
Até 5 000	5	-	4	3	2	3	5	-	2	1	-	-
De 5 001 a 10 000	29	14	16	33	30	24	39	6	7	4	8	2
De 10 001 a 20 000	72	30	49	67	69	53	90	14	19	18	17	1
De 20 001 a 50 000	86	48	69	84	96	71	110	17	30	42	30	8
De 50 001 a 100 000	38	35	33	31	43	29	42	14	19	22	24	5
De 100 001 a 500 000	18	17	14	16	24	15	25	10	14	6	12	3
Mais de 500 000	8	9	6	9	10	8	9	7	7	-	8	-
Sudeste	260	208	207	246	282	246	292	157	142	142	138	41
Até 5 000	7	2	7	6	6	4	7	3	1	1	2	-
De 5 001 a 10 000	13	7	10	15	16	15	16	3	5	2	1	3
De 10 001 a 20 000	32	26	25	32	36	26	41	19	15	11	12	5
De 20 001 a 50 000	77	56	60	73	82	77	84	49	35	46	35	13
De 50 001 a 100 000	40	37	36	43	45	40	46	30	28	32	22	8
De 100 001 a 500 000	77	67	61	66	82	72	84	45	47	44	54	12
Mais de 500 000	14	13	8	11	15	12	14	8	11	6	12	-
Sul	39	35	30	39	46	46	48	21	18	10	21	4
Até 5 000	2	1	2	1	2	2	2	1	-	-	1	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
De 10 001 a 20 000	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
De 20 001 a 50 000	6	5	8	7	8	9	10	4	4	3	1	-
De 50 001 a 100 000	8	8	5	11	11	9	10	4	2	-	4	1
De 100 001 a 500 000	21	18	13	18	22	22	23	10	10	5	12	-
Mais de 500 000	1	2	1	1	2	2	2	1	1	1	2	1
Centro-Oeste	13	11	8	10	13	10	13	4	3	5	6	1
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	2	1	1	1	1	1	2	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	3	3	1	3	3	2	3	-	1	1	-	-
De 50 001 a 100 000	3	3	2	3	4	2	3	1	2	2	3	-
De 100 001 a 500 000	2	1	2	2	2	2	2	1	-	2	2	-
Mais de 500 000	3	3	2	1	3	3	3	2	-	-	1	1

Tabela 158 - Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por tipo de atividade exercida, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Com existência de Guarda Municipal											
	Tipo de atividade exercida											
	Auxílio à Polícia Militar	Ações educativas junto à população	Auxílio à Polícia Civil	Patrolhamento de vias públicas	Auxílio ao público	Auxílio no atendimento ao Conselho Tutelar	Segurança em eventos/comemorações	Atendimentos sociais (partos, assistência social, dentre outros)	Serviços administrativos	Assistência ao Judiciário	Programas sociais de prevenção ao crime e violência	Outras
Brasil	609	429	468	562	651	543	725	260	283	265	281	69
Norte	41	22	32	24	36	38	52	10	22	15	17	4
Rondônia	1	1	1	1	1	1	1	-	1	1	1	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	25	8	17	12	17	20	30	5	11	9	8	1
Roraima	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pará	8	5	10	7	10	10	13	3	4	1	4	2
Amapá	3	3	1	2	3	3	3	-	3	2	1	-
Tocantins	3	4	2	1	4	3	4	1	2	1	2	-
Nordeste	256	153	191	243	274	203	320	68	98	93	99	19
Maranhão	36	22	26	31	29	26	37	4	11	10	13	3
Piauí	7	6	3	5	9	5	7	3	2	2	4	1
Ceará	39	34	27	37	41	26	46	13	15	19	20	5
Rio Grande do Norte	9	4	7	8	9	6	11	1	5	4	5	1
Paraíba	14	6	12	14	12	14	19	4	7	3	5	-
Pernambuco	24	23	18	24	30	25	33	11	17	8	14	1
Alagoas	26	15	19	29	28	24	33	10	8	10	9	2
Sergipe	10	2	6	7	14	5	12	1	4	1	1	2
Bahia	91	41	73	88	102	72	122	21	29	36	28	4
Sudeste	260	208	207	246	282	246	292	157	142	142	138	41
Minas Gerais	43	39	27	37	48	35	47	18	20	13	24	3
Espírito Santo	6	6	4	5	6	5	7	4	2	3	5	1
Rio de Janeiro	50	49	31	47	63	50	63	26	30	33	24	5
São Paulo	161	114	145	157	165	156	175	109	90	93	85	32
Sul	39	35	30	39	46	46	48	21	18	10	21	4
Paraná	18	16	18	19	21	22	22	14	12	8	10	2
Santa Catarina	5	7	3	7	7	6	6	3	2	1	4	1
Rio Grande do Sul	16	12	9	13	18	18	20	4	4	1	7	1
Centro-Oeste	13	11	8	10	13	10	13	4	3	5	6	1
Mato Grosso do Sul	3	3	2	3	4	4	4	2	1	2	2	-
Mato Grosso	5	4	2	4	5	2	4	-	2	2	2	1
Goiás	5	4	4	3	4	4	5	2	-	1	2	-
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 159 - Municípios, total, sede de comarca, com defensoria pública na comarca e núcleo especializado na defensoria, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Sede de comarca								
		Total	Com defensoria pública na comarca	Núcleo especializado na defensoria pública, por tipo						Não há defensoria pública, mas o município presta esse serviço
				Criança e adolescente	Idoso	Conflito agrário	Mulher	Conflito indígena	Meio ambiente	
Brasil	5 565	2 640	2 290	796	420	162	469	74	334	892
Até 5 000	1 257	43	308	104	50	14	58	10	39	110
De 5 001 a 10 000	1 294	269	417	156	88	36	95	14	68	207
De 10 001 a 20 000	1 370	810	557	164	82	38	81	12	55	303
De 20 001 a 50 000	1 055	949	584	176	94	36	85	17	71	210
De 50 001 a 100 000	316	308	222	86	41	15	58	7	38	34
De 100 001 a 500 000	233	222	164	86	44	15	69	11	45	27
Mais de 500 000	40	39	38	24	21	8	23	3	18	1
Norte	449	260	262	68	34	27	40	14	27	34
Até 5 000	87	7	26	6	-	1	-	-	-	3
De 5 001 a 10 000	89	33	43	9	3	1	3	1	2	7
De 10 001 a 20 000	107	70	63	17	10	8	10	5	6	10
De 20 001 a 50 000	113	97	79	19	12	9	13	3	11	13
De 50 001 a 100 000	32	32	30	8	4	3	6	2	3	1
De 100 001 a 500 000	18	18	18	6	3	3	6	1	2	-
Mais de 500 000	3	3	3	3	2	2	2	2	3	-
Nordeste	1 794	983	808	283	160	54	167	15	91	422
Até 5 000	225	16	77	25	18	1	17	3	7	22
De 5 001 a 10 000	392	85	137	53	32	15	32	4	15	83
De 10 001 a 20 000	580	324	231	74	35	13	36	1	21	173
De 20 001 a 50 000	432	396	232	70	38	13	34	5	22	125
De 50 001 a 100 000	110	108	82	34	17	6	23	1	11	15
De 100 001 a 500 000	44	43	38	21	14	4	19	-	11	4
Mais de 500 000	11	11	11	6	6	2	6	1	4	-
Sudeste	1 668	716	722	296	149	52	167	26	148	254
Até 5 000	381	2	107	48	20	6	26	3	21	40
De 5 001 a 10 000	408	51	146	63	29	13	36	5	30	78
De 10 001 a 20 000	351	191	144	42	20	11	17	3	17	71
De 20 001 a 50 000	294	252	158	60	32	7	26	5	29	47
De 50 001 a 100 000	98	92	67	27	12	4	17	2	14	5
De 100 001 a 500 000	118	110	82	44	25	7	33	8	29	13
Mais de 500 000	18	18	18	12	11	4	12	-	8	-
Sul	1 188	429	330	103	53	18	65	13	49	106
Até 5 000	421	3	76	22	11	4	13	4	10	25
De 5 001 a 10 000	291	55	60	22	17	3	17	1	16	19
De 10 001 a 20 000	229	135	65	19	11	4	12	2	7	32
De 20 001 a 50 000	144	135	72	16	8	5	7	3	7	17
De 50 001 a 100 000	57	57	33	10	4	1	6	1	6	6
De 100 001 a 500 000	43	41	22	13	2	1	9	2	3	7
Mais de 500 000	3	3	2	1	-	-	1	-	-	-
Centro-Oeste	466	252	168	46	24	11	30	6	19	76
Até 5 000	143	15	22	3	1	2	2	-	1	20
De 5 001 a 10 000	114	45	31	9	7	4	7	3	5	20
De 10 001 a 20 000	103	90	54	12	6	2	6	1	4	17
De 20 001 a 50 000	72	69	43	11	4	2	5	1	2	8
De 50 001 a 100 000	19	19	10	7	4	1	6	1	4	7
De 100 001 a 500 000	10	10	4	2	-	-	2	-	-	3
Mais de 500 000	5	4	4	2	2	-	2	-	3	1

Tabela 160 - Municípios, total, sede de comarca, com defensoria pública na comarca e núcleo especializado na defensoria, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Sede de comarca								
		Total	Com defensoria pública na comarca	Núcleo especializado na defensoria pública, por tipo						Não há defensoria pública, mas o município presta esse serviço
				Criança e adolescente	Idoso	Conflito agrário	Mulher	Conflito indígena	Meio ambiente	
Brasil	5 565	2 640	2 290	796	420	162	469	74	334	892
Norte	449	260	262	68	34	27	40	14	27	34
Rondônia	52	22	27	5	3	1	3	-	2	1
Acre	22	14	17	1	3	-	3	1	-	-
Amazonas	62	57	28	18	11	9	12	6	9	8
Roraima	15	7	7	-	-	-	-	-	-	1
Pará	143	104	101	32	14	14	17	7	15	19
Amapá	16	12	16	-	-	-	1	-	-	-
Tocantins	139	44	66	12	3	3	4	-	1	5
Nordeste	1 794	983	808	283	160	54	167	15	91	422
Maranhão	217	97	61	27	13	7	13	-	12	66
Piauí	224	94	100	26	24	6	20	1	5	18
Ceará	184	141	73	16	11	2	11	-	6	77
Rio Grande do Norte	167	66	42	19	13	3	14	1	6	31
Paraíba	223	76	152	50	32	9	30	7	16	9
Pernambuco	185	143	119	35	21	7	25	-	12	50
Alagoas	102	54	57	29	6	5	11	4	6	28
Sergipe	75	37	45	18	10	4	10	1	4	20
Bahia	417	275	159	63	30	11	33	1	24	123
Sudeste	1 668	716	722	296	149	52	167	26	148	254
Minas Gerais	853	294	399	121	61	24	66	14	47	181
Espírito Santo	78	68	47	21	6	6	8	3	8	23
Rio de Janeiro	92	83	82	31	24	11	24	7	18	3
São Paulo	645	271	194	123	58	11	69	2	75	47
Sul	1 188	429	330	103	53	18	65	13	49	106
Paraná	399	155	99	56	33	11	38	6	26	67
Santa Catarina	293	111	2	1	1	1	1	1	1	20
Rio Grande do Sul	496	163	229	46	19	6	26	6	22	19
Centro-Oeste	466	252	168	46	24	11	30	6	19	76
Mato Grosso do Sul	78	54	59	10	4	5	5	4	5	3
Mato Grosso	141	78	88	27	11	2	15	1	6	11
Goiás	246	120	20	9	8	4	9	1	7	62
Distrito Federal	1	-	1	-	1	-	1	-	1	-

Tabela 161 - Municípios, total, com serviço de assistência jurídica e com juizado especial, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com serviço de assistência jurídica	Com juizado especial, por tipo		
			Especializado no atendimento à criança e ao adolescente	Especializado no atendimento ao idoso	Especializado no atendimento à violência doméstica e familiar contra a mulher
Brasil	5 565	2 741	821	196	274
Até 5 000	1 257	448	23	8	9
De 5 001 a 10 000	1 294	596	64	18	22
De 10 001 a 20 000	1 370	733	155	52	58
De 20 001 a 50 000	1 055	624	231	38	45
De 50 001 a 100 000	316	192	163	36	59
De 100 001 a 500 000	233	119	151	29	58
Mais de 500 000	40	29	34	15	23
Norte	449	189	68	22	31
Até 5 000	87	27	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	30	4	1	2
De 10 001 a 20 000	107	43	15	7	8
De 20 001 a 50 000	113	58	21	7	9
De 50 001 a 100 000	32	20	16	3	5
De 100 001 a 500 000	18	8	9	2	4
Mais de 500 000	3	3	3	2	3
Nordeste	1 794	1 254	199	53	70
Até 5 000	225	108	6	2	2
De 5 001 a 10 000	392	239	16	6	7
De 10 001 a 20 000	580	424	46	16	16
De 20 001 a 50 000	432	351	59	12	13
De 50 001 a 100 000	110	92	41	8	15
De 100 001 a 500 000	44	32	21	5	12
Mais de 500 000	11	8	10	4	5
Sudeste	1 668	705	336	73	96
Até 5 000	381	138	9	4	4
De 5 001 a 10 000	408	182	21	3	4
De 10 001 a 20 000	351	148	51	16	17
De 20 001 a 50 000	294	131	95	15	16
De 50 001 a 100 000	98	41	60	11	20
De 100 001 a 500 000	118	52	86	17	25
Mais de 500 000	18	13	14	7	10
Sul	1 188	391	151	35	56
Até 5 000	421	117	5	1	1
De 5 001 a 10 000	291	94	15	8	9
De 10 001 a 20 000	229	78	26	9	11
De 20 001 a 50 000	144	55	35	2	5
De 50 001 a 100 000	57	24	37	9	13
De 100 001 a 500 000	43	21	30	5	15
Mais de 500 000	3	2	3	1	2
Centro-Oeste	466	202	67	13	21
Até 5 000	143	58	3	1	2
De 5 001 a 10 000	114	51	8	-	-
De 10 001 a 20 000	103	40	17	4	6
De 20 001 a 50 000	72	29	21	2	2
De 50 001 a 100 000	19	15	9	5	6
De 100 001 a 500 000	10	6	5	-	2
Mais de 500 000	5	3	4	1	3

Tabela 162 - Municípios, total, com serviço de assistência jurídica e com juizado especial, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com serviço de assistência jurídica	Com juizado especial, por tipo		
			Especializado no atendimento à criança e ao adolescente	Especializado no atendimento ao idoso	Especializado no atendimento à violência doméstica e familiar contra a mulher
Brasil	5 565	2 741	821	196	274
Norte	449	189	68	22	31
Rondônia	52	12	12	1	3
Acre	22	8	2	2	2
Amazonas	62	34	12	3	4
Roraima	15	9	3	2	2
Pará	143	78	31	12	19
Amapá	16	3	1	-	-
Tocantins	139	45	7	2	1
Nordeste	1 794	1 254	199	53	70
Maranhão	217	140	23	7	11
Piauí	224	109	15	6	9
Ceará	184	155	21	2	6
Rio Grande do Norte	167	119	11	5	7
Paraíba	223	103	20	11	10
Pernambuco	185	156	20	7	6
Alagoas	102	76	18	1	3
Sergipe	75	68	11	4	4
Bahia	417	328	60	10	14
Sudeste	1 668	705	336	73	96
Minas Gerais	853	427	106	27	26
Espírito Santo	78	56	25	2	8
Rio de Janeiro	92	44	37	21	21
São Paulo	645	178	168	23	41
Sul	1 188	391	151	35	56
Paraná	399	201	51	11	15
Santa Catarina	293	90	37	12	21
Rio Grande do Sul	496	100	63	12	20
Centro-Oeste	466	202	67	13	21
Mato Grosso do Sul	78	10	15	2	1
Mato Grosso	141	46	23	3	7
Goiás	246	145	28	8	13
Distrito Federal	1	1	1	-	-

Tabela 163 - Municípios, total e com estrutura na área de direitos humanos, por caracterização do órgão gestor e com órgão responsável pela política de direitos humanos com orçamento próprio, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com estrutura na área de direitos humanos, por caracterização do órgão gestor					Órgão da adminis- tração indireta	Não possui estrutura específica	Órgão responsável pela política de direitos humanos com orçamento próprio
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em con- junto com outras políticas	Setor subordi- nado a outra secretaria	Setor subordi- nado dire- tamente a chefia do executivo			
Brasil	5 565	1 408	15	59	1 194	139	1	4 157	574
Até 5 000	1 257	235	-	5	199	31	-	1 022	75
De 5 001 a 10 000	1 294	295	1	6	252	36	-	999	104
De 10 001 a 20 000	1 370	318	2	7	284	25	-	1 052	130
De 20 001 a 50 000	1 055	293	2	12	254	25	-	762	117
De 50 001 a 100 000	316	117	1	9	95	12	-	199	59
De 100 001 a 500 000	233	121	6	14	93	7	1	112	67
Mais de 500 000	40	29	3	6	17	3	-	11	22
Norte	449	70	1	5	62	2	-	379	28
Até 5 000	87	13	-	1	12	-	-	74	3
De 5 001 a 10 000	89	11	-	-	10	1	-	78	3
De 10 001 a 20 000	107	12	1	1	10	-	-	95	6
De 20 001 a 50 000	113	16	-	-	15	1	-	97	6
De 50 001 a 100 000	32	8	-	1	7	-	-	24	4
De 100 001 a 500 000	18	7	-	1	6	-	-	11	3
Mais de 500 000	3	3	-	1	2	-	-	-	3
Nordeste	1 794	583	2	21	541	19	-	1 211	247
Até 5 000	225	84	-	2	80	2	-	141	24
De 5 001 a 10 000	392	129	-	5	121	3	-	263	49
De 10 001 a 20 000	580	165	-	3	157	5	-	415	72
De 20 001 a 50 000	432	129	-	3	120	6	-	303	54
De 50 001 a 100 000	110	44	-	3	39	2	-	66	23
De 100 001 a 500 000	44	23	-	3	20	-	-	21	18
Mais de 500 000	11	9	2	2	4	1	-	2	7
Sudeste	1 668	426	11	14	325	76	-	1 242	185
Até 5 000	381	57	-	1	39	17	-	324	23
De 5 001 a 10 000	408	87	1	-	64	22	-	321	35
De 10 001 a 20 000	351	76	1	2	61	12	-	275	27
De 20 001 a 50 000	294	92	2	5	72	13	-	202	38
De 50 001 a 100 000	98	38	1	2	28	7	-	60	21
De 100 001 a 500 000	118	62	5	2	51	4	-	56	30
Mais de 500 000	18	14	1	2	10	1	-	4	11
Sul	1 188	255	1	18	202	33	1	933	95
Até 5 000	421	66	-	1	56	9	-	355	22
De 5 001 a 10 000	291	51	-	1	43	7	-	240	15
De 10 001 a 20 000	229	50	-	1	42	7	-	179	20
De 20 001 a 50 000	144	38	-	3	30	5	-	106	12
De 50 001 a 100 000	57	21	-	3	16	2	-	36	10
De 100 001 a 500 000	43	28	1	8	15	3	1	15	15
Mais de 500 000	3	1	-	1	-	-	-	2	1
Centro-Oeste	466	74	-	1	64	9	-	392	19
Até 5 000	143	15	-	-	12	3	-	128	3
De 5 001 a 10 000	114	17	-	-	14	3	-	97	2
De 10 001 a 20 000	103	15	-	-	14	1	-	88	5
De 20 001 a 50 000	72	18	-	1	17	-	-	54	7
De 50 001 a 100 000	19	6	-	-	5	1	-	13	1
De 100 001 a 500 000	10	1	-	-	1	-	-	9	1
Mais de 500 000	5	2	-	-	1	1	-	3	-

Tabela 164 - Municípios, total e com estrutura na área de direitos humanos por caracterização do órgão gestor e com órgão responsável pela política de direitos humanos com orçamento próprio, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com estrutura na área de direitos humanos, por caracterização do órgão gestor					Órgão da adminis- tração indireta	Não possui estrutura específica	Órgão responsável pela política de direitos humanos com orçamento próprio
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em con- junto com outras políticas	Setor subordi- nado a outra secretaria	Setor subordi- nado dire- tamente a chefia do executivo			
Brasil	5 565	1 408	15	59	1 194	139	1	4 157	574
Norte	449	70	1	5	62	2	-	379	28
Rondônia	52	14	-	-	14	-	-	38	6
Acre	22	-	-	-	-	-	-	22	-
Amazonas	62	12	-	3	9	-	-	50	6
Roraima	15	3	-	-	3	-	-	12	2
Pará	143	22	-	-	20	2	-	121	10
Amapá	16	-	-	-	-	-	-	16	-
Tocantins	139	19	1	2	16	-	-	120	4
Nordeste	1 794	583	2	21	541	19	-	1 211	247
Maranhão	217	63	-	3	58	2	-	154	20
Piauí	224	168	-	6	158	4	-	56	75
Ceará	184	53	1	4	47	1	-	131	17
Rio Grande do Norte	167	29	-	-	29	-	-	138	5
Paraíba	223	24	-	1	21	2	-	199	7
Pernambuco	185	91	1	5	82	3	-	94	43
Alagoas	102	19	-	-	19	-	-	83	14
Sergipe	75	24	-	2	21	1	-	51	13
Bahia	417	112	-	-	106	6	-	305	53
Sudeste	1 668	426	11	14	325	76	-	1 242	185
Minas Gerais	853	203	-	5	168	30	-	650	87
Espírito Santo	78	34	2	3	29	-	-	44	15
Rio de Janeiro	92	52	4	5	42	1	-	40	35
São Paulo	645	137	5	1	86	45	-	508	48
Sul	1 188	255	1	18	202	33	1	933	95
Paraná	399	108	1	3	81	23	-	291	40
Santa Catarina	293	68	-	4	60	3	1	225	24
Rio Grande do Sul	496	79	-	11	61	7	-	417	31
Centro-Oeste	466	74	-	1	64	9	-	392	19
Mato Grosso do Sul	78	11	-	-	10	1	-	67	4
Mato Grosso	141	36	-	-	34	2	-	105	10
Goiás	246	26	-	1	19	6	-	220	5
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 165 - Municípios, total e com órgão gestor de direitos humanos, por grupos específicos a que se destinam os programas e ações, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com órgão gestor de direitos humanos									
		Total	Grupos específicos a que se destinam os programas e ações								
			Ciganos	Crianças e adolescentes	Educação em direitos humanos	Mulheres	Idosos	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	Pessoas com deficiência	Promoção de igualdade racial	Outros
Brasil	5 565	1 408	49	1 253	482	923	1 087	130	967	405	263
Até 5 000	1 257	235	4	203	63	139	174	8	144	38	38
De 5 001 a 10 000	1 294	295	4	259	92	162	206	15	186	55	48
De 10 001 a 20 000	1 370	318	5	285	117	195	244	11	212	83	43
De 20 001 a 50 000	1 055	293	12	275	106	210	239	26	214	99	54
De 50 001 a 100 000	316	117	6	101	38	95	98	19	87	45	31
De 100 001 a 500 000	233	121	11	106	52	100	104	34	103	68	35
Mais de 500 000	40	29	7	24	14	22	22	17	21	17	14
Norte	449	70	2	65	28	57	60	10	48	28	14
Até 5 000	87	13	-	12	3	10	12	1	7	4	2
De 5 001 a 10 000	89	11	-	10	5	10	10	1	8	7	1
De 10 001 a 20 000	107	12	1	9	3	10	8	1	8	4	1
De 20 001 a 50 000	113	16	-	16	8	11	13	-	9	2	4
De 50 001 a 100 000	32	8	-	8	3	7	8	1	6	5	2
De 100 001 a 500 000	18	7	1	7	4	6	6	4	7	4	3
Mais de 500 000	3	3	-	3	2	3	3	2	3	2	1
Nordeste	1 794	583	15	536	220	389	455	44	409	161	96
Até 5 000	225	84	-	77	21	53	58	3	51	9	13
De 5 001 a 10 000	392	129	-	113	40	67	86	2	87	16	30
De 10 001 a 20 000	580	165	2	154	68	108	129	3	109	49	22
De 20 001 a 50 000	432	129	4	124	59	99	115	14	98	50	14
De 50 001 a 100 000	110	44	4	38	19	39	38	11	36	19	12
De 100 001 a 500 000	44	23	2	22	8	18	21	6	20	13	3
Mais de 500 000	11	9	3	8	5	5	8	5	8	5	2
Sudeste	1 668	426	12	358	130	255	312	43	271	131	87
Até 5 000	381	57	1	44	13	28	41	1	30	10	6
De 5 001 a 10 000	408	87	1	77	28	44	62	6	48	20	10
De 10 001 a 20 000	351	76	1	64	28	35	54	5	47	19	8
De 20 001 a 50 000	294	92	4	83	24	58	65	6	62	26	24
De 50 001 a 100 000	98	38	-	31	10	26	29	1	25	15	10
De 100 001 a 500 000	118	62	3	49	23	53	52	17	51	34	19
Mais de 500 000	18	14	2	10	4	11	9	7	8	7	10
Sul	1 188	255	13	231	79	173	203	22	188	60	49
Até 5 000	421	66	3	59	21	43	53	3	47	12	14
De 5 001 a 10 000	291	51	2	45	15	31	38	4	35	8	6
De 10 001 a 20 000	229	50	-	45	14	33	40	1	38	8	8
De 20 001 a 50 000	144	38	2	35	8	25	30	2	29	11	8
De 50 001 a 100 000	57	21	2	19	4	18	18	5	15	4	4
De 100 001 a 500 000	43	28	4	27	16	22	24	6	24	16	9
Mais de 500 000	3	1	-	1	1	1	-	1	-	1	-
Centro-Oeste	466	74	7	63	25	49	57	11	51	25	17
Até 5 000	143	15	-	11	5	5	10	-	9	3	3
De 5 001 a 10 000	114	17	1	14	4	10	10	2	8	4	1
De 10 001 a 20 000	103	15	1	13	4	9	13	1	10	3	4
De 20 001 a 50 000	72	18	2	17	7	17	16	4	16	10	4
De 50 001 a 100 000	19	6	-	5	2	5	5	1	5	2	3
De 100 001 a 500 000	10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Mais de 500 000	5	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1

Tabela 166 - Municípios, total e com órgão gestor de direitos humanos, por grupos específicos a que se destinam os programas e ações, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Com órgão gestor de direitos humanos									
		Total	Grupos específicos a que se destinam os programas e ações								
			Ciganos	Crianças e adolescentes	Educação em direitos humanos	Mulheres	Idosos	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	Pessoas com deficiência	Promoção de igualdade racial	Outros
Brasil	5 565	1 408	49	1 253	482	923	1 087	130	967	405	263
Norte	449	70	2	65	28	57	60	10	48	28	14
Rondônia	52	14	-	11	3	10	11	1	7	8	2
Acre	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	12	-	11	7	11	10	3	10	5	1
Roraima	15	3	-	3	2	2	2	-	2	2	2
Pará	143	22	1	21	7	17	19	3	15	6	4
Amapá	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	139	19	1	19	9	17	18	3	14	7	5
Nordeste	1 794	583	15	536	220	389	455	44	409	161	96
Maranhão	217	63	3	57	21	46	43	3	39	28	10
Piauí	224	168	2	153	58	101	129	2	118	19	35
Ceará	184	53	1	51	15	36	47	8	33	14	14
Rio Grande do Norte	167	29	-	26	7	20	21	2	18	6	2
Paraíba	223	24	1	22	8	20	18	2	16	6	2
Pernambuco	185	91	2	88	48	72	77	13	74	35	10
Alagoas	102	19	-	18	9	13	16	2	16	7	5
Sergipe	75	24	2	21	7	15	18	5	15	4	6
Bahia	417	112	4	100	47	66	86	7	80	42	12
Sudeste	1 668	426	12	358	130	255	312	43	271	131	87
Minas Gerais	853	203	4	179	67	114	145	9	125	50	23
Espírito Santo	78	34	2	29	14	24	28	10	25	20	5
Rio de Janeiro	92	52	2	45	15	39	43	11	37	24	16
São Paulo	645	137	4	105	34	78	96	13	84	37	43
Sul	1 188	255	13	231	79	173	203	22	188	60	49
Paraná	399	108	6	94	28	66	79	10	73	24	22
Santa Catarina	293	68	4	65	16	49	57	3	54	14	10
Rio Grande do Sul	496	79	3	72	35	58	67	9	61	22	17
Centro-Oeste	466	74	7	63	25	49	57	11	51	25	17
Mato Grosso do Sul	78	11	1	9	6	8	9	3	8	4	5
Mato Grosso	141	36	1	31	10	25	29	5	25	8	4
Goiás	246	26	4	22	8	15	18	2	17	12	8
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 167 - Municípios, total, com prédio da sede da prefeitura municipal com item de acessibilidade para deficientes, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com prédio da sede da prefeitura municipal com item de acessibilidade para deficientes							
		Total	Por tipo						
			Espaços e instalações internas acessíveis com rampas	Equipamento eletrônico de deslocamento vertical	Sanitário acessível	Piso tátil direcional e de alerta	Elevadores com botoneiras internas em braile e sonorização	Telefone público adaptado para pessoas surdas ou com deficiência auditiva	Mobiliário de recepção e atendimento adaptado à altura e condição física de pessoas em cadeira de rodas
Brasil	5 565	2 611	1 425	77	896	90	33	135	415
Até 5 000	1 257	518	272	2	198	11	-	27	66
De 5 001 a 10 000	1 294	533	296	3	170	12	1	16	79
De 10 001 a 20 000	1 370	597	339	9	165	20	2	31	90
De 20 001 a 50 000	1 055	542	293	12	169	15	4	27	76
De 50 001 a 100 000	316	194	86	16	77	11	4	11	38
De 100 001 a 500 000	233	191	121	26	94	17	13	14	55
Mais de 500 000	40	36	18	9	23	4	9	9	11
Norte	449	153	87	1	41	4	-	4	19
Até 5 000	87	22	11	-	6	2	-	-	3
De 5 001 a 10 000	89	29	19	-	3	-	-	3	3
De 10 001 a 20 000	107	35	13	-	8	-	-	-	4
De 20 001 a 50 000	113	42	27	-	14	-	-	-	3
De 50 001 a 100 000	32	10	6	-	4	-	-	-	3
De 100 001 a 500 000	18	12	9	-	5	1	-	1	2
Mais de 500 000	3	3	2	1	1	1	-	-	1
Nordeste	1 794	637	361	6	208	17	1	20	101
Até 5 000	225	59	24	-	24	-	-	3	5
De 5 001 a 10 000	392	123	73	-	35	1	-	-	13
De 10 001 a 20 000	580	192	121	2	49	8	-	8	33
De 20 001 a 50 000	432	170	90	2	56	4	-	3	24
De 50 001 a 100 000	110	51	26	-	24	2	-	3	12
De 100 001 a 500 000	44	33	24	1	16	2	1	1	14
Mais de 500 000	11	9	3	1	4	-	-	2	-
Sudeste	1 668	879	448	35	304	41	16	84	156
Até 5 000	381	165	75	1	52	2	-	18	20
De 5 001 a 10 000	408	173	88	2	61	4	1	12	27
De 10 001 a 20 000	351	174	86	2	45	7	-	15	33
De 20 001 a 50 000	294	182	100	4	55	7	2	17	28
De 50 001 a 100 000	98	67	30	5	29	8	1	6	13
De 100 001 a 500 000	118	102	60	16	50	11	7	10	30
Mais de 500 000	18	16	9	5	12	2	5	6	5
Sul	1 188	659	336	27	246	22	11	18	106
Até 5 000	421	200	114	1	96	6	-	4	31
De 5 001 a 10 000	291	144	74	1	49	7	-	-	27
De 10 001 a 20 000	229	127	65	2	40	3	-	5	14
De 20 001 a 50 000	144	100	44	5	26	2	2	5	16
De 50 001 a 100 000	57	50	15	8	15	1	3	2	9
De 100 001 a 500 000	43	35	22	9	17	3	5	1	7
Mais de 500 000	3	3	2	1	3	-	1	1	2
Centro-Oeste	466	283	193	8	97	6	5	9	33
Até 5 000	143	72	48	-	20	1	-	2	7
De 5 001 a 10 000	114	64	42	-	22	-	-	1	9
De 10 001 a 20 000	103	69	54	3	23	2	2	3	6
De 20 001 a 50 000	72	48	32	1	18	2	-	2	5
De 50 001 a 100 000	19	16	9	3	5	-	-	-	1
De 100 001 a 500 000	10	9	6	-	6	-	-	1	2
Mais de 500 000	5	5	2	1	3	1	3	-	3

Tabela 167 - Municípios, total, com prédio da sede da prefeitura municipal com item de acessibilidade para deficientes, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Com prédio da sede da prefeitura municipal com item de acessibilidade para deficientes								
	Por item de acessibilidade								
	Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva e cegas	Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, intelectual e múltipla	Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida	Reserva de no mínimo 2% do total de vagas para veículos que transportem pessoas com deficiência	Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário	Admissão da entrada e permanência de cão guia	Rebaixamento de calçadas ou elevação da via para travessia de pedestre em nível	Cabines telefônicas acessíveis	Nenhum item de acessibilidade
Brasil	92	164	444	366	337	455	1 290	179	2 954
Até 5 000	14	26	50	37	48	60	246	30	739
De 5 001 a 10 000	9	20	60	48	44	89	210	22	761
De 10 001 a 20 000	14	36	66	53	51	109	270	45	773
De 20 001 a 50 000	20	33	101	80	91	89	293	34	513
De 50 001 a 100 000	11	12	64	53	41	46	120	20	122
De 100 001 a 500 000	18	28	84	79	52	49	127	20	42
Mais de 500 000	6	9	19	16	10	13	24	8	4
Norte	4	9	13	10	18	12	56	7	296
Até 5 000	-	-	2	-	1	1	7	2	65
De 5 001 a 10 000	-	1	2	1	2	2	9	3	60
De 10 001 a 20 000	1	2	1	-	5	5	15	-	72
De 20 001 a 50 000	1	1	4	5	8	2	14	1	71
De 50 001 a 100 000	2	2	1	1	1	1	5	-	22
De 100 001 a 500 000	-	1	2	3	1	1	5	1	6
Mais de 500 000	-	2	1	-	-	-	1	-	-
Nordeste	26	62	59	54	75	90	221	20	1 157
Até 5 000	-	4	2	1	5	3	17	-	166
De 5 001 a 10 000	3	8	5	2	8	16	35	2	269
De 10 001 a 20 000	6	20	15	16	18	30	56	8	388
De 20 001 a 50 000	8	18	16	11	23	23	63	4	262
De 50 001 a 100 000	5	4	7	9	7	9	24	4	59
De 100 001 a 500 000	3	6	12	11	12	6	20	2	11
Mais de 500 000	1	2	2	4	2	3	6	-	2
Sudeste	26	40	206	179	147	165	513	95	789
Até 5 000	3	6	14	13	20	17	99	13	216
De 5 001 a 10 000	3	6	25	21	23	30	78	11	235
De 10 001 a 20 000	3	5	26	24	23	31	96	25	177
De 20 001 a 50 000	2	6	48	43	33	34	116	18	112
De 50 001 a 100 000	2	1	34	25	19	20	46	12	31
De 100 001 a 500 000	10	13	50	47	24	27	69	12	16
Mais de 500 000	3	3	9	6	5	6	9	4	2
Sul	24	33	126	90	66	121	368	35	529
Até 5 000	8	10	26	18	16	22	96	6	221
De 5 001 a 10 000	3	2	24	19	7	31	70	3	147
De 10 001 a 20 000	3	7	19	10	3	32	71	11	102
De 20 001 a 50 000	4	4	19	11	16	17	68	7	44
De 50 001 a 100 000	1	3	18	15	11	9	35	3	7
De 100 001 a 500 000	5	7	18	15	12	8	25	4	8
Mais de 500 000	-	-	2	2	1	2	3	1	-
Centro-Oeste	12	20	40	33	31	67	132	22	183
Até 5 000	3	6	6	5	6	17	27	9	71
De 5 001 a 10 000	-	3	4	5	4	10	18	3	50
De 10 001 a 20 000	1	2	5	3	2	11	32	1	34
De 20 001 a 50 000	5	4	14	10	11	13	32	4	24
De 50 001 a 100 000	1	2	4	3	3	7	10	1	3
De 100 001 a 500 000	-	1	2	3	3	7	8	1	1
Mais de 500 000	2	2	5	4	2	2	5	3	-

Tabela 168 - Municípios, total, com prédio da sede da prefeitura municipal com item de acessibilidade para deficientes, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com prédio da sede da prefeitura municipal com item de acessibilidade para deficientes							
		Total	Por tipo						
			Espaços e instalações internas acessíveis com rampas	Equipamento eletrônico de deslocamento vertical	Sanitário acessível	Piso tátil direcional e de alerta	Elevadores com botoneiras internas em braile e sonorização	Telefone público adaptado para pessoas surdas ou com deficiência auditiva	Mobiliário de recepção e atendimento adaptado à altura e condição física de pessoas em cadeira de rodas
Brasil	5 565	2 611	1 425	77	896	90	33	135	415
Norte	449	153	87	1	41	4	-	4	19
Rondônia	52	32	24	-	6	-	-	1	7
Acre	22	9	1	-	1	-	-	-	-
Amazonas	62	25	14	-	9	-	-	1	1
Roraima	15	3	1	-	-	-	-	-	-
Pará	143	40	22	1	15	2	-	1	5
Amapá	16	2	2	-	-	-	-	-	-
Tocantins	139	42	23	-	10	2	-	1	6
Nordeste	1 794	637	361	6	208	17	1	20	101
Maranhão	217	90	58	1	34	3	-	1	15
Piauí	224	58	34	-	17	-	-	1	3
Ceará	184	78	46	1	26	2	-	6	19
Rio Grande do Norte	167	44	21	1	13	-	-	-	6
Paraíba	223	72	41	-	25	2	-	1	5
Pernambuco	185	85	45	-	24	2	1	4	18
Alagoas	102	45	25	1	12	1	-	3	8
Sergipe	75	40	24	-	14	1	-	4	5
Bahia	417	125	67	2	43	6	-	-	22
Sudeste	1 668	879	448	35	304	41	16	84	156
Minas Gerais	853	357	173	14	120	10	4	7	55
Espírito Santo	78	36	19	-	14	4	-	-	5
Rio de Janeiro	92	54	27	3	19	5	1	2	13
São Paulo	645	432	229	18	151	22	11	75	83
Sul	1 188	659	336	27	246	22	11	18	106
Paraná	399	262	155	12	102	7	5	5	48
Santa Catarina	293	148	60	7	59	9	5	7	19
Rio Grande do Sul	496	249	121	8	85	6	1	6	39
Centro-Oeste	466	283	193	8	97	6	5	9	33
Mato Grosso do Sul	78	47	30	4	19	1	3	1	6
Mato Grosso	141	74	50	-	26	3	-	3	9
Goiás	246	161	113	3	51	1	1	5	17
Distrito Federal	1	1	-	1	1	1	1	-	1

Tabela 168 - Municípios, total, com prédio da sede da prefeitura municipal com item de acessibilidade para deficientes, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Com prédio da sede da prefeitura municipal com item de acessibilidade para deficientes								
	Por item de acessibilidade								
	Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva e cegas	Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, intelectual e múltipla	Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida	Reserva de no mínimo 2% do total de vagas para veículos que transportem pessoas com deficiência	Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário	Admissão da entrada e permanência de cão guia	Rebaixamento de calçadas com rampa ou elevação da via para travessia de pedestre em nível	Cabines telefônicas acessíveis	Nenhum item de acessibilidade
Brasil	92	164	444	366	337	455	1 290	179	2 954
Norte	4	9	13	10	18	12	56	7	296
Rondônia	3	2	3	1	2	3	10	-	20
Acre	-	-	-	1	1	-	8	1	13
Amazonas	1	4	2	1	3	-	6	1	37
Roraima	-	-	-	-	1	2	-	-	12
Pará	-	1	5	4	7	2	14	1	103
Amapá	-	-	1	-	-	1	1	-	14
Tocantins	-	2	2	3	4	4	17	4	97
Nordeste	26	62	59	54	75	90	221	20	1 157
Maranhão	2	10	10	6	8	16	25	3	127
Piauí	-	4	1	5	3	-	21	-	166
Ceará	5	12	13	8	13	16	33	3	106
Rio Grande do Norte	1	2	1	2	5	4	17	-	123
Paraíba	3	6	6	6	9	5	22	2	151
Pernambuco	8	13	6	8	15	18	27	4	100
Alagoas	-	2	3	3	6	7	19	3	57
Sergipe	3	3	5	4	3	3	15	3	35
Bahia	4	10	14	12	13	21	42	2	292
Sudeste	26	40	206	179	147	165	513	95	789
Minas Gerais	8	12	54	43	48	51	176	25	496
Espírito Santo	1	2	7	7	6	5	12	1	42
Rio de Janeiro	4	5	18	15	13	14	28	2	38
São Paulo	13	21	127	114	80	95	297	67	213
Sul	24	33	126	90	66	121	368	35	529
Paraná	5	8	54	36	25	54	161	11	137
Santa Catarina	8	11	32	36	19	25	56	12	145
Rio Grande do Sul	11	14	40	18	22	42	151	12	247
Centro-Oeste	12	20	40	33	31	67	132	22	183
Mato Grosso do Sul	2	1	6	4	3	7	33	1	31
Mato Grosso	-	4	12	8	9	14	35	3	67
Goiás	9	14	21	20	18	45	63	17	85
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 169 - Municípios, total e com a política de direitos humanos sendo tratada na Lei orgânica e/ou no Plano plurianual e/ou na lei de diretrizes orçamentárias, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com a política de direitos humanos sendo tratada na		
		Lei orgânica	Plano plurianual	Lei de diretrizes orçamentárias
Brasil	5 565	2 032	903	716
Até 5 000	1 257	434	147	132
De 5 001 a 10 000	1 294	461	172	134
De 10 001 a 20 000	1 370	484	201	16.1
De 20 001 a 50 000	1 055	402	210	154
De 50 001 a 100 000	316	128	75	56
De 100 001 a 500 000	233	100	77	65
Mais de 500 000	40	23	21	14
Norte	449	202	85	65
Até 5 000	87	38	13	11
De 5 001 a 10 000	89	40	13	12
De 10 001 a 20 000	107	42	19	17
De 20 001 a 50 000	113	56	19	11
De 50 001 a 100 000	32	14	11	6
De 100 001 a 500 000	18	10	8	6
Mais de 500 000	3	2	2	2
Nordeste	1 794	795	366	304
Até 5 000	225	107	38	36
De 5 001 a 10 000	392	176	66	56
De 10 001 a 20 000	580	246	103	90
De 20 001 a 50 000	432	191	104	75
De 50 001 a 100 000	110	49	30	23
De 100 001 a 500 000	44	21	19	19
Mais de 500 000	11	5	6	5
Sudeste	1 668	525	206	157
Até 5 000	381	113	27	22
De 5 001 a 10 000	408	130	40	30
De 10 001 a 20 000	351	100	38	26
De 20 001 a 50 000	294	88	50	35
De 50 001 a 100 000	98	39	15	14
De 100 001 a 500 000	118	44	29	26
Mais de 500 000	18	11	7	4
Sul	1 188	343	164	122
Até 5 000	421	130	42	38
De 5 001 a 10 000	291	76	36	23
De 10 001 a 20 000	229	58	26	21
De 20 001 a 50 000	144	40	23	17
De 50 001 a 100 000	57	17	15	9
De 100 001 a 500 000	43	20	20	13
Mais de 500 000	3	2	2	1
Centro-Oeste	466	167	82	68
Até 5 000	143	46	27	25
De 5 001 a 10 000	114	39	17	13
De 10 001 a 20 000	103	38	15	7
De 20 001 a 50 000	72	27	14	16
De 50 001 a 100 000	19	9	4	4
De 100 001 a 500 000	10	5	1	1
Mais de 500 000	5	3	4	2

Tabela 170 - Municípios, total e com a política de direitos humanos sendo tratada na Lei orgânica e/ou no Plano plurianual e/ou na lei de diretrizes orçamentárias, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Com a política de direitos humanos sendo tratada na		
		Lei orgânica	Plano plurianual	Lei de diretrizes orçamentárias
Brasil	5 565	2 032	903	716
Norte	449	202	85	65
Rondônia	52	21	8	8
Acre	22	11	5	4
Amazonas	62	32	14	5
Roraima	15	6	3	3
Pará	143	56	24	19
Amapá	16	13	8	8
Tocantins	139	63	23	18
Nordeste	1 794	795	366	304
Maranhão	217	83	43	28
Piauí	224	130	47	51
Ceará	184	68	44	31
Rio Grande do Norte	167	87	31	30
Paraíba	223	85	25	26
Pernambuco	185	88	49	44
Alagoas	102	42	14	14
Sergipe	75	28	9	10
Bahia	417	184	104	70
Sudeste	1 668	525	206	157
Minas Gerais	853	301	116	87
Espírito Santo	78	25	18	17
Rio de Janeiro	92	32	24	17
São Paulo	645	167	48	36
Sul	1 188	343	164	122
Paraná	399	98	50	42
Santa Catarina	293	118	48	39
Rio Grande do Sul	496	127	66	41
Centro-Oeste	466	167	82	68
Mato Grosso do Sul	78	21	14	7
Mato Grosso	141	45	25	19
Goiás	246	100	43	42
Distrito Federal	1	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 171 - Municípios, total e com estrutura organizacional para recebimento de denúncias de violação dos direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura organizacional para recebimento de denúncias de violação dos direitos humanos						
		Total	Instrumento utilizado					
			Telefone	Telefone gratuito	Balcão de atendimento	Página na internet	Correio	E-mail
Brasil	5 565	1 450	1 034	172	742	127	142	286
Até 5 000	1 257	212	149	5	109	12	19	36
De 5 001 a 10 000	1 294	228	157	9	123	5	16	29
De 10 001 a 20 000	1 370	317	218	13	150	19	25	50
De 20 001 a 50 000	1 055	343	250	42	169	27	35	65
De 50 001 a 100 000	316	163	116	30	84	22	15	40
De 100 001 a 500 000	233	152	115	58	88	29	21	49
Mais de 500 000	40	35	29	15	19	13	11	17
Norte	449	84	50	11	48	1	3	11
Até 5 000	87	7	5	-	1	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	12	6	-	8	-	-	2
De 10 001 a 20 000	107	21	10	1	12	-	-	2
De 20 001 a 50 000	113	26	14	1	15	-	1	3
De 50 001 a 100 000	32	9	7	3	5	-	1	2
De 100 001 a 500 000	18	6	5	5	5	-	1	2
Mais de 500 000	3	3	3	1	2	1	-	-
Nordeste	1 794	515	335	48	285	28	41	79
Até 5 000	225	40	23	-	21	2	2	5
De 5 001 a 10 000	392	68	41	4	46	-	4	9
De 10 001 a 20 000	580	156	98	7	83	3	12	17
De 20 001 a 50 000	432	141	97	10	71	9	12	19
De 50 001 a 100 000	110	66	44	9	36	6	3	11
De 100 001 a 500 000	44	33	26	14	23	5	4	13
Mais de 500 000	11	11	6	4	5	3	4	5
Sudeste	1 668	423	327	69	202	55	56	106
Até 5 000	381	60	43	2	35	4	7	11
De 5 001 a 10 000	408	70	55	3	28	2	8	8
De 10 001 a 20 000	351	59	49	2	21	8	7	15
De 20 001 a 50 000	294	97	77	18	47	10	14	26
De 50 001 a 100 000	98	45	33	12	22	10	6	15
De 100 001 a 500 000	118	78	57	25	42	18	10	24
Mais de 500 000	18	14	13	7	7	3	4	7
Sul	1 188	334	241	31	171	29	35	72
Até 5 000	421	89	62	3	47	6	10	15
De 5 001 a 10 000	291	61	39	2	34	2	4	8
De 10 001 a 20 000	229	63	47	1	29	4	4	11
De 20 001 a 50 000	144	54	43	6	25	5	7	15
De 50 001 a 100 000	57	32	23	4	17	5	3	11
De 100 001 a 500 000	43	33	25	14	18	5	6	10
Mais de 500 000	3	2	2	1	1	2	1	2
Centro-Oeste	466	94	81	13	36	14	7	18
Até 5 000	143	16	16	-	5	-	-	5
De 5 001 a 10 000	114	17	16	-	7	1	-	2
De 10 001 a 20 000	103	18	14	2	5	4	2	5
De 20 001 a 50 000	72	25	19	7	11	3	1	2
De 50 001 a 100 000	19	11	9	2	4	1	2	1
De 100 001 a 500 000	10	2	2	-	-	1	-	-
Mais de 500 000	5	5	5	2	4	4	2	3

Tabela 171 - Municípios, total e com estrutura organizacional para recebimento de denúncias de violação dos direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Com estrutura organizacional para recebimento de denúncias de violação dos direitos humanos						
	Com acompanha- mento das denúncias	Órgão responsável por fazer o registro e acompanhamento das denúncias					
		Ouvidoria pública	Serviço de assistência social	Serviço de assistência jurídica	Serviço de defesa do cidadão	Conselhos, comitês, comissões de cidadania ou similar	Outros
Brasil	1 324	164	876	46	20	168	50
Até 5 000	190	4	152	5	1	24	4
De 5 001 a 10 000	203	4	145	10	1	35	8
De 10 001 a 20 000	280	21	197	8	4	40	10
De 20 001 a 50 000	315	42	205	11	3	38	16
De 50 001 a 100 000	156	36	90	5	2	16	7
De 100 001 a 500 000	146	48	73	4	5	12	4
Mais de 500 000	34	9	14	3	4	3	1
Norte	71	6	48	4	2	10	1
Até 5 000	4	-	4	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	10	-	6	2	-	2	-
De 10 001 a 20 000	17	-	13	-	-	4	-
De 20 001 a 50 000	22	2	14	1	1	3	1
De 50 001 a 100 000	9	1	6	-	1	1	-
De 100 001 a 500 000	6	3	3	-	-	-	-
Mais de 500 000	3	-	2	1	-	-	-
Nordeste	474	53	279	22	7	93	20
Até 5 000	37	1	24	1	-	11	-
De 5 001 a 10 000	64	2	38	2	1	18	3
De 10 001 a 20 000	139	10	88	7	2	27	5
De 20 001 a 50 000	129	15	76	8	1	20	9
De 50 001 a 100 000	62	11	36	2	-	11	2
De 100 001 a 500 000	32	10	15	1	1	4	1
Mais de 500 000	11	4	2	1	2	2	-
Sudeste	395	67	264	8	5	37	14
Até 5 000	56	1	48	-	1	4	2
De 5 001 a 10 000	60	1	46	3	-	8	2
De 10 001 a 20 000	55	6	43	-	-	4	2
De 20 001 a 50 000	90	18	58	-	1	10	3
De 50 001 a 100 000	45	12	23	2	1	3	4
De 100 001 a 500 000	76	25	39	3	1	7	1
Mais de 500 000	13	4	7	-	1	1	-
Sul	302	29	229	8	5	22	9
Até 5 000	82	1	70	3	-	7	1
De 5 001 a 10 000	53	1	42	2	-	6	2
De 10 001 a 20 000	54	4	43	1	1	4	1
De 20 001 a 50 000	50	5	38	1	-	4	3
De 50 001 a 100 000	30	8	20	1	-	1	-
De 100 001 a 500 000	31	10	15	-	3	-	2
Mais de 500 000	2	-	1	-	1	-	-
Centro-Oeste	82	9	56	4	1	6	6
Até 5 000	11	1	6	1	-	2	1
De 5 001 a 10 000	16	-	13	1	-	1	1
De 10 001 a 20 000	15	1	10	-	1	1	2
De 20 001 a 50 000	23	2	19	1	-	1	-
De 50 001 a 100 000	10	4	5	-	-	-	1
De 100 001 a 500 000	2	-	1	-	-	1	-
Mais de 500 000	5	1	2	1	-	-	1

Tabela 172 - Municípios, total, com estrutura organizacional para recebimento de denúncias de violação dos direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Com estrutura organizacional para recebimento de denúncias de violação dos direitos humanos						
	Com acompanha- mento das denúncias	Órgão responsável por fazer o registro e acompanhamento das denúncias					
		Ouvidoria pública	Serviço de assistência social	Serviço de assistência jurídica	Serviço de defesa do cidadão	Conselhos, comitês, comissões de cidadania ou similar	Outros
Brasil	1 324	164	876	46	20	168	55
Norte	71	6	48	4	2	10	1
Rondônia	16	-	13	1	-	2	-
Acre	7	-	3	-	-	4	-
Amazonas	13	1	11	-	1	-	-
Roraima	2	-	2	-	-	-	-
Pará	24	4	13	3	1	2	1
Amapá	1	-	1	-	-	-	-
Tocantins	8	1	5	-	-	2	-
Nordeste	474	53	279	22	7	93	20
Maranhão	57	3	36	5	1	10	2
Piauí	48	-	22	2	1	23	-
Ceará	69	15	38	3	-	12	1
Rio Grande do Norte	26	2	16	1	2	5	-
Paraíba	28	5	20	1	-	2	-
Pernambuco	91	8	64	2	1	13	3
Alagoas	19	2	7	1	-	7	2
Sergipe	19	6	10	-	-	1	2
Bahia	117	12	66	7	2	20	10
Sudeste	395	67	264	8	5	37	14
Minas Gerais	156	15	121	4	2	12	2
Espírito Santo	29	6	16	2	-	5	-
Rio de Janeiro	50	12	30	1	-	4	3
São Paulo	160	34	97	1	3	16	9
Sul	302	29	229	8	5	22	9
Paraná	100	16	66	4	1	9	4
Santa Catarina	101	8	81	2	2	7	1
Rio Grande do Sul	101	5	82	2	2	6	4
Centro-Oeste	82	9	56	4	1	6	6
Mato Grosso do Sul	14	-	12	-	-	1	1
Mato Grosso	34	5	22	4	1	2	-
Goiás	33	4	22	-	-	3	4
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	1

Tabela 173 - Municípios, total e com acampamento cigano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Com acampamento cigano		Total	Com acampamento cigano
Brasil	5 565	290	Sudeste	1 668	96
Até 5 000	1 257	18	Até 5 000	381	4
De 5 001 a 10 000	1 294	41	De 5 001 a 10 000	408	17
De 10 001 a 20 000	1 370	44	De 10 001 a 20 000	351	17
De 20 001 a 50 000	1 055	95	De 20 001 a 50 000	294	23
De 50 001 a 100 000	316	36	De 50 001 a 100 000	98	8
De 100 001 a 500 000	233	44	De 100 001 a 500 000	118	21
Mais de 500 000	40	12	Mais de 500 000	18	6
Norte	449	4	Sul	1 188	54
Até 5 000	87	1	Até 5 000	421	2
De 5 001 a 10 000	89	-	De 5 001 a 10 000	291	6
De 10 001 a 20 000	107	-	De 10 001 a 20 000	229	5
De 20 001 a 50 000	113	1	De 20 001 a 50 000	144	16
De 50 001 a 100 000	32	-	De 50 001 a 100 000	57	11
De 100 001 a 500 000	18	2	De 100 001 a 500 000	43	12
Mais de 500 000	3	-	Mais de 500 000	3	2
Nordeste	1 794	97	Centro-Oeste	466	39
Até 5 000	225	4	Até 5 000	143	7
De 5 001 a 10 000	392	8	De 5 001 a 10 000	114	10
De 10 001 a 20 000	580	17	De 10 001 a 20 000	103	5
De 20 001 a 50 000	432	43	De 20 001 a 50 000	72	12
De 50 001 a 100 000	110	14	De 50 001 a 100 000	19	3
De 100 001 a 500 000	44	8	De 100 001 a 500 000	10	1
Mais de 500 000	11	3	Mais de 500 000	5	1

Tabela 174 - Municípios, total e com acampamento cigano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Com acampamento cigano		Total	Com acampamento cigano
Brasil	5 565	290	Nordeste		
Norte	449	4	Sergipe	75	9
Rondônia	52	-	Bahia	417	51
Acre	22	-	Sudeste	1 668	96
Amazonas	62	-	Minas Gerais	853	49
Roraima	15	-	Espírito Santo	78	12
Pará	143	2	Rio de Janeiro	92	10
Amapá	16	-	São Paulo	645	25
Tocantins	139	2	Sul	1 188	54
Nordeste	1 794	97	Paraná	399	22
Maranhão	217	8	Santa Catarina	293	12
Piauí	224	6	Rio Grande do Sul	496	20
Ceará	184	7	Centro-Oeste	466	39
Rio Grande do Norte	167	2	Mato Grosso do Sul	78	3
Paraíba	223	4	Mato Grosso	141	1
Pernambuco	185	7	Goiás	246	35
Alagoas	102	3	Distrito Federal	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 175 - Municípios, total e com legislação municipal que dispõe sobre alguns temas de direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com legislação municipal que dispõe sobre alguns temas de direitos humanos		
		Adaptação de espaços culturais, artísticos e des- portivos para facilitar o in- gresso, locomoção e aco- modação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	Concessão de meia- entrada para maiores de 65 anos nos espetáculos culturais, artísticos e eventos desportivos pro- movidados ou subsidiados pela administração direta e/ou indireta municipal	Criação de locais específicos para pessoas com deficiência que neces- sitem de cadeiras de rodas para sua locomoção, nos locais de espetáculos cul- turais, artísticos e despor- tivos no município
Brasil	5 565	567	365	279
Até 5 000	1 257	67	16	27
De 5 001 a 10 000	1 294	71	35	33
De 10 001 a 20 000	1 370	100	60	52
De 20 001 a 50 000	1 055	147	91	64
De 50 001 a 100 000	316	74	59	35
De 100 001 a 500 000	233	85	81	55
Mais de 500 000	40	23	23	13
Norte	449	31	27	20
Até 5 000	87	-	1	1
De 5 001 a 10 000	89	-	1	1
De 10 001 a 20 000	107	7	4	5
De 20 001 a 50 000	113	11	5	4
De 50 001 a 100 000	32	7	9	4
De 100 001 a 500 000	18	4	5	5
Mais de 500 000	3	2	2	-
Nordeste	1 794	125	78	55
Até 5 000	225	6	3	2
De 5 001 a 10 000	392	9	7	3
De 10 001 a 20 000	580	26	11	10
De 20 001 a 50 000	432	43	23	19
De 50 001 a 100 000	110	20	14	5
De 100 001 a 500 000	44	16	14	13
Mais de 500 000	11	5	6	3
Sudeste	1 668	212	157	107
Até 5 000	381	22	2	10
De 5 001 a 10 000	408	30	13	10
De 10 001 a 20 000	351	27	30	15
De 20 001 a 50 000	294	46	38	24
De 50 001 a 100 000	98	27	22	15
De 100 001 a 500 000	118	48	42	25
Mais de 500 000	18	12	10	8
Sul	1 188	155	75	75
Até 5 000	421	36	10	11
De 5 001 a 10 000	291	27	11	15
De 10 001 a 20 000	229	30	8	16
De 20 001 a 50 000	144	31	15	13
De 50 001 a 100 000	57	14	11	8
De 100 001 a 500 000	43	16	19	12
Mais de 500 000	3	1	1	-
Centro-Oeste	466	44	28	22
Até 5 000	143	3	-	3
De 5 001 a 10 000	114	5	3	4
De 10 001 a 20 000	103	10	7	6
De 20 001 a 50 000	72	16	10	4
De 50 001 a 100 000	19	6	3	3
De 100 001 a 500 000	10	1	1	-
Mais de 500 000	5	3	4	2

Tabela 175 - Municípios, total e com legislação municipal que dispõe sobre alguns temas de direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Com legislação municipal que dispõe sobre alguns temas de direitos humanos				
	Assegura o ingresso de cães-guia para pes- soas com deficiência visual em espaços culturais, artísticos e desportivos	Concessão de meia- entrada para pessoas com deficiência nos espe- táculos culturais, artís- ticos e eventos despor- tivos promovidos ou subsidiados pela admi- nistração direta e/ou indireta municipal	Reconhece direitos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	Outras legislações relacionadas à direitos humanos	
Brasil	80	210	92	361	
Até 5 000	9	12	8	38	
De 5 001 a 10 000	7	22	5	46	
De 10 001 a 20 000	13	31	8	73	
De 20 001 a 50 000	13	57	13	88	
De 50 001 a 100 000	8	34	22	47	
De 100 001 a 500 000	20	44	24	54	
Mais de 500 000	10	10	12	15	
Norte	1	17	8	24	
Até 5 000	-	-	-	1	
De 5 001 a 10 000	-	1	-	4	
De 10 001 a 20 000	-	2	1	5	
De 20 001 a 50 000	-	5	1	7	
De 50 001 a 100 000	-	2	4	3	
De 100 001 a 500 000	1	6	2	3	
Mais de 500 000	-	1	-	1	
Nordeste	13	48	35	69	
Até 5 000	-	2	3	4	
De 5 001 a 10 000	-	6	1	7	
De 10 001 a 20 000	4	8	5	20	
De 20 001 a 50 000	4	15	6	20	
De 50 001 a 100 000	1	8	9	8	
De 100 001 a 500 000	3	8	8	8	
Mais de 500 000	1	1	3	2	
Sudeste	41	91	30	143	
Até 5 000	5	4	3	9	
De 5 001 a 10 000	5	8	1	14	
De 10 001 a 20 000	5	14	2	26	
De 20 001 a 50 000	4	24	2	33	
De 50 001 a 100 000	4	13	7	22	
De 100 001 a 500 000	11	24	9	31	
Mais de 500 000	7	4	6	8	
Sul	16	35	11	95	
Até 5 000	3	6	1	24	
De 5 001 a 10 000	2	4	2	13	
De 10 001 a 20 000	2	2	-	17	
De 20 001 a 50 000	2	11	2	18	
De 50 001 a 100 000	2	7	1	11	
De 100 001 a 500 000	4	5	5	11	
Mais de 500 000	1	-	-	1	
Centro-Oeste	9	19	8	30	
Até 5 000	1	-	1	-	
De 5 001 a 10 000	-	3	1	8	
De 10 001 a 20 000	2	5	-	5	
De 20 001 a 50 000	3	2	2	10	
De 50 001 a 100 000	1	4	1	3	
De 100 001 a 500 000	1	1	-	1	
Mais de 500 000	1	4	3	3	

Tabela 176 - Municípios, total e com legislação municipal que dispõe sobre alguns temas de direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Com legislação municipal que dispõe sobre alguns temas de direitos humanos		
		Adaptação de espaços culturais, artísticos e desportivos para facilitar o ingresso, locomoção e acomodação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	Concessão de meia-entrada para maiores de 65 anos nos espetáculos culturais, artísticos e eventos desportivos promovidos ou subsidiados pela administração direta e/ou indireta municipal	Criação de locais específicos para pessoas com deficiência que necessitem de cadeiras de rodas para sua locomoção, nos locais de espetáculos culturais, artísticos e desportivos no município
Brasil	5 565	567	365	279
Norte	449	31	27	20
Rondônia	52	6	5	6
Acre	22	2	-	-
Amazonas	62	4	5	2
Roraima	15	1	-	-
Pará	143	12	11	7
Amapá	16	-	-	-
Tocantins	139	6	6	5
Nordeste	1 794	125	78	55
Maranhão	217	19	13	8
Piauí	224	5	3	3
Ceará	184	25	13	9
Rio Grande do Norte	167	10	7	4
Paraíba	223	4	8	3
Pernambuco	185	19	12	7
Alagoas	102	9	4	2
Sergipe	75	4	2	5
Bahia	417	30	16	14
Sudeste	1 668	212	157	107
Minas Gerais	853	67	44	27
Espírito Santo	78	12	6	6
Rio de Janeiro	92	27	22	10
São Paulo	645	106	85	64
Sul	1 188	155	75	75
Paraná	399	78	31	43
Santa Catarina	293	34	25	13
Rio Grande do Sul	496	43	19	19
Centro-Oeste	466	44	28	22
Mato Grosso do Sul	78	13	7	4
Mato Grosso	141	14	11	8
Goiás	246	16	9	9
Distrito Federal	1	1	1	1

Tabela 176 - Municípios, total e com legislação municipal que dispõe sobre alguns temas de direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Com legislação municipal que dispõe sobre alguns temas de direitos humanos			
	Assegura o ingresso de cães-guia para pessoas com deficiência visual em espaços culturais, artísticos e desportivos	Concessão de meia-entrada para pessoas com deficiência nos espetáculos culturais, artísticos e eventos desportivos promovidos ou subsidiados pela administração direta e/ou indireta municipal	Reconhece direitos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	Outras legislações relacionadas à direitos humanos
Brasil	80	210	92	361
Norte	1	17	8	24
Rondônia	-	2	2	3
Acre	-	-	-	-
Amazonas	-	2	-	3
Roraima	-	-	-	-
Pará	-	9	5	12
Amapá	-	-	-	-
Tocantins	1	4	1	6
Nordeste	13	48	35	69
Maranhão	3	6	2	5
Piauí	-	2	3	3
Ceará	1	7	11	15
Rio Grande do Norte	-	8	1	5
Paraíba	1	3	1	1
Pernambuco	2	4	7	7
Alagoas	3	2	4	2
Sergipe	-	3	2	9
Bahia	3	13	4	22
Sudeste	41	91	30	143
Minas Gerais	5	22	8	40
Espírito Santo	2	5	3	16
Rio de Janeiro	5	13	6	23
São Paulo	29	51	13	64
Sul	16	35	11	95
Paraná	6	16	7	31
Santa Catarina	5	13	1	24
Rio Grande do Sul	5	6	3	40
Centro-Oeste	9	19	8	30
Mato Grosso do Sul	-	5	2	5
Mato Grosso	2	6	3	11
Goiás	6	7	2	13
Distrito Federal	1	1	1	1

Tabela 177 - Municípios, total e com políticas, programas, planos ou ações relacionadas à direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com políticas, programas, planos ou ações relacionadas à direitos humanos								
		Política, plano ou pro- grama de direitos humanos	Política ou ações de com- bate ao uso de trabalho forçado	Política, programa ou ações para o combate ao subre- gistro civil de nasci- mento	Política, programa ou ações para a popula- ção em situação de rua	Política, programa ou ações para lés- bicas, gays, bis- sexuais, travestis e tran- sexuais	Política, programa ou ações de rein- serção de egressos do siste- ma prisio- nal	Política ou programa para o idoso	Plano Municipal de Aten- dimento Socioe- ducativo	Outras políticas, progra- mas, pla- nos ou ações
Brasil	5 565	660	897	1 379	751	125	282	3 333	1 548	1 102
Até 5 000	1 257	89	122	187	43	4	14	674	250	165
De 5 001 a 10 000	1 294	108	174	259	63	2	21	695	281	209
De 10 001 a 20 000	1 370	142	236	355	125	11	49	783	360	253
De 20 001 a 50 000	1 055	167	218	352	198	22	76	694	368	256
De 50 001 a 100 000	316	67	78	118	135	29	57	247	137	95
De 100 001 a 500 000	233	70	58	89	152	41	49	202	127	104
Mais de 500 000	40	17	11	19	37	16	16	38	25	20
Norte	449	51	97	162	59	11	15	284	127	70
Até 5 000	87	2	16	28	2	-	-	51	22	7
De 5 001 a 10 000	89	6	17	27	8	-	1	54	19	15
De 10 001 a 20 000	107	17	27	40	10	5	4	74	34	12
De 20 001 a 50 000	113	12	25	45	17	1	6	67	32	19
De 50 001 a 100 000	32	7	7	13	11	2	1	22	10	8
De 100 001 a 500 000	18	5	3	7	8	2	2	13	7	8
Mais de 500 000	3	2	2	2	3	1	1	3	3	1
Nordeste	1 794	287	444	591	225	47	53	1 043	542	330
Até 5 000	225	29	39	52	9	2	-	107	63	31
De 5 001 a 10 000	392	47	91	94	20	1	4	219	93	63
De 10 001 a 20 000	580	78	129	190	51	5	8	306	152	94
De 20 001 a 50 000	432	85	123	174	72	13	19	279	141	89
De 50 001 a 100 000	110	24	42	55	34	13	14	81	55	29
De 100 001 a 500 000	44	19	20	23	29	11	8	40	32	21
Mais de 500 000	11	5	-	3	10	2	-	11	6	3
Sudeste	1 668	160	157	311	245	38	109	903	404	326
Até 5 000	381	20	17	35	8	-	3	161	55	48
De 5 001 a 10 000	408	24	32	65	14	1	5	179	72	46
De 10 001 a 20 000	351	25	30	60	26	-	17	181	72	62
De 20 001 a 50 000	294	33	32	70	51	4	24	182	100	77
De 50 001 a 100 000	98	21	16	28	47	4	22	81	37	33
De 100 001 a 500 000	118	32	24	44	83	21	27	103	59	51
Mais de 500 000	18	5	6	9	16	8	11	16	9	9
Sul	1 188	102	123	171	158	17	74	773	330	290
Até 5 000	421	28	37	41	17	1	9	261	83	67
De 5 001 a 10 000	291	19	18	38	14	-	8	165	66	71
De 10 001 a 20 000	229	13	28	32	26	1	12	151	67	66
De 20 001 a 50 000	144	22	21	34	36	-	16	106	62	45
De 50 001 a 100 000	57	8	11	15	34	7	17	49	26	19
De 100 001 a 500 000	43	10	8	10	28	6	11	38	24	20
Mais de 500 000	3	2	-	1	3	2	1	3	2	2
Centro-Oeste	466	60	76	144	64	12	31	330	145	86
Até 5 000	143	10	13	31	7	1	2	94	27	12
De 5 001 a 10 000	114	12	16	35	7	-	3	78	31	14
De 10 001 a 20 000	103	9	22	33	12	-	8	71	35	19
De 20 001 a 50 000	72	15	17	29	20	4	11	60	33	26
De 50 001 a 100 000	19	7	2	7	9	3	3	14	9	6
De 100 001 a 500 000	10	4	3	5	4	1	1	8	5	4
Mais de 500 000	5	3	3	4	5	3	3	5	5	5

Tabela 178 - Municípios, total e com políticas, programas, planos ou ações relacionadas à direitos humanos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com políticas, programas, planos ou ações relacionadas à direitos humanos								
		Política, plano ou programa de direitos humanos	Política ou ações de combate ao uso de trabalho forçado	Política, programa ou ações para o combate ao subregistro civil de nascimento	Política, programa ou ações para a população em situação de rua	Política, programa ou ações para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais	Política, programa ou ações de reinserção de egressos do sistema prisional	Política ou programa para o idoso	Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	Outras políticas, programas, planos ou ações
Brasil	5 565	660	897	1 379	751	125	282	3 333	1 548	1 102
Norte	449	51	97	162	59	11	15	284	127	70
Rondônia	52	13	17	15	8	4	4	36	17	9
Acre	22	3	13	3	3	-	2	17	10	5
Amazonas	62	10	16	39	12	4	1	40	24	9
Roraima	15	3	4	2	1	-	-	4	4	1
Pará	143	10	17	44	23	1	5	85	32	22
Amapá	16	3	-	5	2	1	1	11	3	6
Tocantins	139	9	30	54	10	1	2	91	37	18
Nordeste	1 794	287	444	591	225	47	53	1 043	542	330
Maranhão	217	23	52	69	20	6	8	108	75	41
Piauí	224	48	62	70	20	2	1	136	69	42
Ceará	184	20	44	98	27	6	8	161	67	51
Rio Grande do Norte	167	20	28	27	10	3	1	106	40	24
Paraíba	223	15	59	69	19	5	6	104	45	20
Pernambuco	185	58	71	94	64	10	12	140	84	42
Alagoas	102	11	21	30	8	1	2	48	21	10
Sergipe	75	15	18	23	12	5	1	51	25	20
Bahia	417	77	89	111	45	9	14	189	116	80
Sudeste	1 668	160	157	311	245	38	109	903	404	326
Minas Gerais	853	73	65	150	75	5	50	369	147	126
Espírito Santo	78	12	17	23	14	5	5	55	22	18
Rio de Janeiro	92	21	16	29	36	11	8	76	30	40
São Paulo	645	54	59	109	120	17	46	403	205	142
Sul	1 188	102	123	171	158	17	74	773	330	290
Paraná	399	38	50	74	60	4	31	256	139	96
Santa Catarina	293	21	39	38	34	2	12	213	77	77
Rio Grande do Sul	496	43	34	59	64	11	31	304	114	117
Centro-Oeste	466	60	76	144	64	12	31	330	145	86
Mato Grosso do Sul	78	8	18	24	16	7	6	59	27	18
Mato Grosso	141	15	27	61	21	3	8	113	41	20
Goiás	246	36	30	58	26	1	16	157	76	47
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 179 - Municípios, total e com política para as crianças e adolescentes, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com política para crianças e adolescentes									
		Total	A política inclui programas, ações ou medidas de								
			Retirada de crianças e adolescentes em situação de rua	Lazer	Desabrigo	Combate ao trabalho infantil	Combate à exploração sexual	Combate ao turismo sexual com exploração de crianças e adolescentes	Atendimento à criança e adolescente com deficiência	Atendimento ao adolescente em conflito com a lei	Outros
Brasil	5 565	4 910	2 102	3 111	898	3 263	2 201	791	2 711	2 275	634
Até 5 000	1 257	1 052	296	658	85	551	310	76	472	365	155
De 5 001 a 10 000	1 294	1 098	376	662	100	707	386	117	566	405	116
De 10 001 a 20 000	1 370	1 204	511	747	194	806	528	176	674	534	145
De 20 001 a 50 000	1 055	980	508	629	229	720	527	213	586	524	113
De 50 001 a 100 000	316	305	202	216	117	247	234	95	213	223	49
De 100 001 a 500 000	233	232	178	166	140	194	181	88	168	190	45
Mais de 500 000	40	39	38	33	33	38	35	26	32	35	11
Norte	449	413	162	228	43	361	239	86	193	168	47
Até 5 000	87	82	16	36	-	67	28	10	21	14	8
De 5 001 a 10 000	89	80	23	44	3	75	40	13	39	27	6
De 10 001 a 20 000	107	99	37	57	7	87	64	22	49	49	10
De 20 001 a 50 000	113	103	51	59	13	87	64	22	48	45	12
De 50 001 a 100 000	32	29	19	17	9	27	25	8	19	20	5
De 100 001 a 500 000	18	17	13	12	8	15	15	8	14	11	5
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	1
Nordeste	1 794	1 606	576	986	94	1 308	750	271	812	607	159
Até 5 000	225	206	37	131	4	180	70	14	83	39	17
De 5 001 a 10 000	392	343	92	183	4	275	118	34	151	95	29
De 10 001 a 20 000	580	497	157	308	13	378	211	56	252	181	54
De 20 001 a 50 000	432	397	180	246	23	322	212	93	221	173	35
De 50 001 a 100 000	110	108	62	74	12	99	89	36	66	72	14
De 100 001 a 500 000	44	44	37	36	27	43	39	28	31	38	9
Mais de 500 000	11	11	11	8	11	11	11	10	8	9	1
Sudeste	1 668	1 425	669	963	343	685	526	199	783	711	211
Até 5 000	381	289	99	204	17	75	56	17	112	111	44
De 5 001 a 10 000	408	330	114	217	28	136	91	30	157	118	46
De 10 001 a 20 000	351	303	141	190	67	138	103	41	170	137	39
De 20 001 a 50 000	294	276	147	185	93	166	119	42	175	159	38
De 50 001 a 100 000	98	92	63	70	54	61	62	25	69	71	15
De 100 001 a 500 000	118	118	88	83	71	92	80	34	87	99	22
Mais de 500 000	18	17	17	14	13	17	15	10	13	16	7
Sul	1 188	1 069	516	651	347	599	476	127	703	594	186
Até 5 000	421	364	111	217	60	149	126	18	209	156	76
De 5 001 a 10 000	291	249	112	143	55	152	92	24	167	127	31
De 10 001 a 20 000	229	215	124	127	91	133	92	27	149	125	35
De 20 001 a 50 000	144	138	88	91	75	86	81	30	99	101	21
De 50 001 a 100 000	57	57	43	41	34	42	43	14	45	45	13
De 100 001 a 500 000	43	43	35	29	30	35	40	13	31	37	9
Mais de 500 000	3	3	3	3	2	2	2	1	3	3	1
Centro-Oeste	466	397	179	283	71	310	210	108	220	196	31
Até 5 000	143	111	31	70	4	80	30	17	47	45	10
De 5 001 a 10 000	114	96	33	75	10	69	45	16	52	38	4
De 10 001 a 20 000	103	90	52	65	16	70	58	30	54	42	7
De 20 001 a 50 000	72	66	40	48	25	59	51	26	43	46	7
De 50 001 a 100 000	19	19	14	14	8	18	15	12	14	15	2
De 100 001 a 500 000	10	10	5	6	4	9	7	5	5	5	-
Mais de 500 000	5	5	4	5	4	5	4	2	5	5	1

Tabela 180 - Municípios, total e com política para as crianças e adolescentes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Com política para crianças e adolescentes										
		Total	A política inclui programas, ações ou medidas de									Outros
			Retirada de crianças e adolescentes em situação de rua	Lazer	Desabrigo	Combate ao trabalho infantil	Combate à exploração sexual	Combate ao turismo sexual com exploração de crianças e adolescentes	Atendimento à criança e adolescente com deficiência	Atendimento ao adolescente em conflito com a lei		
Brasil	5 565	4 910	2 102	3 111	898	3 263	2 201	791	2 711	2 275	634	
Norte	449	413	162	228	43	361	239	86	193	168	47	
Rondônia	52	49	24	28	12	44	27	10	32	27	6	
Acre	22	21	6	11	1	21	17	11	15	13	-	
Amazonas	62	56	23	37	5	49	31	13	28	29	4	
Roraima	15	14	5	12	2	14	5	3	6	5	1	
Pará	143	126	64	63	18	102	90	26	54	51	21	
Amapá	16	16	4	9	1	16	6	-	5	8	-	
Tocantins	139	131	36	68	4	115	63	23	53	35	15	
Nordeste	1 794	1 606	576	986	94	1 308	750	271	812	607	159	
Maranhão	217	178	56	88	12	156	72	23	88	58	32	
Piauí	224	216	62	139	2	199	95	37	104	72	15	
Ceará	184	184	72	137	16	158	68	37	107	97	20	
Rio Grande do Norte	167	152	33	86	4	131	44	22	59	35	11	
Paraíba	223	199	63	103	3	185	78	14	89	60	6	
Pernambuco	185	180	85	116	21	169	146	56	110	86	12	
Alagoas	102	85	27	49	6	81	55	15	42	30	8	
Sergipe	75	71	30	39	15	63	48	13	33	28	11	
Bahia	417	341	148	229	15	166	144	54	180	141	44	
Sudeste	1 668	1 425	669	963	343	685	526	199	783	711	211	
Minas Gerais	853	691	302	456	89	338	268	103	345	268	59	
Espírito Santo	78	72	35	41	21	66	39	22	47	34	15	
Rio de Janeiro	92	86	50	57	34	63	48	19	59	51	21	
São Paulo	645	576	282	409	199	218	171	55	332	358	116	
Sul	1 188	1 069	516	651	347	599	476	127	703	594	186	
Paraná	399	376	220	226	129	231	155	42	247	225	59	
Santa Catarina	293	281	121	181	92	204	158	45	190	161	43	
Rio Grande do Sul	496	412	175	244	126	164	163	40	266	208	84	
Centro-Oeste	466	397	179	283	71	310	210	108	220	196	31	
Mato Grosso do Sul	78	64	39	47	28	61	47	25	44	36	8	
Mato Grosso	141	124	60	79	27	94	88	48	76	53	6	
Goiás	246	208	79	156	15	154	74	35	99	106	17	
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	-	1	1	-	

Tabela 181 - Municípios, total, com local de acatamento de adolescente em conflito com a lei e executor de medidas socioeducativas de meio aberto, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com local de acatamento de adolescente em conflito com a lei				Executor das medidas socioeducativas de meio aberto		
		Total	Tipo do local			Prefeitura	Poder judiciário	Outro
			Celas especiais	Unidades especiais	Outros			
Brasil	5 565	482	95	207	173	2 613	2 169	783
Até 5 000	1 257	25	2	6	18	639	440	178
De 5 001 a 10 000	1 294	42	4	4	29	590	512	192
De 10 001 a 20 000	1 370	94	18	28	39	566	611	193
De 20 001 a 50 000	1 055	122	24	41	48	471	454	130
De 50 001 a 100 000	316	76	21	43	17	167	107	42
De 100 001 a 500 000	233	97	19	65	18	153	39	41
Mais de 500 000	40	27	7	20	4	27	6	7
Norte	449	44	10	18	14	159	208	82
Até 5 000	87	1	-	-	1	20	52	15
De 5 001 a 10 000	89	1	-	-	1	22	48	19
De 10 001 a 20 000	107	9	3	4	1	42	48	17
De 20 001 a 50 000	113	14	3	4	5	50	43	20
De 50 001 a 100 000	32	9	2	4	4	12	13	7
De 100 001 a 500 000	18	8	1	5	2	12	4	2
Mais de 500 000	3	2	1	1	-	1	-	2
Nordeste	1 794	78	9	31	31	768	809	217
Até 5 000	225	-	-	-	-	101	97	27
De 5 001 a 10 000	392	3	1	-	1	181	161	50
De 10 001 a 20 000	580	14	-	6	4	219	283	78
De 20 001 a 50 000	432	25	1	8	15	179	204	49
De 50 001 a 100 000	110	17	4	7	7	58	45	7
De 100 001 a 500 000	44	12	2	5	4	23	15	6
Mais de 500 000	11	7	1	5	-	7	4	-
Sudeste	1 668	162	35	77	47	846	573	249
Até 5 000	381	5	-	2	4	200	132	49
De 5 001 a 10 000	408	10	-	2	6	196	150	62
De 10 001 a 20 000	351	24	7	7	6	163	140	48
De 20 001 a 50 000	294	39	5	11	16	142	109	43
De 50 001 a 100 000	98	23	9	13	3	51	28	19
De 100 001 a 500 000	118	50	11	34	10	79	14	25
Mais de 500 000	18	11	3	8	2	15	-	3
Sul	1 188	135	25	59	54	656	349	183
Até 5 000	421	13	1	2	10	256	94	71
De 5 001 a 10 000	291	22	2	1	17	155	94	42
De 10 001 a 20 000	229	29	6	7	16	109	84	36
De 20 001 a 50 000	144	28	8	15	5	68	59	17
De 50 001 a 100 000	57	18	3	13	3	37	11	9
De 100 001 a 500 000	43	22	3	18	2	31	5	7
Mais de 500 000	3	3	2	3	1	-	2	1
Centro-Oeste	466	64	16	22	27	184	230	52
Até 5 000	143	6	1	2	3	62	65	16
De 5 001 a 10 000	114	6	1	1	4	36	59	19
De 10 001 a 20 000	103	18	2	4	12	33	56	14
De 20 001 a 50 000	72	16	7	3	7	32	39	1
De 50 001 a 100 000	19	9	3	6	-	9	10	-
De 100 001 a 500 000	10	5	2	3	-	8	1	1
Mais de 500 000	5	4	-	3	1	4	-	1

Tabela 182 - Municípios, total, com local de acatamento de adolescente em conflito com a lei e executor de medidas socioeducativas de meio aberto, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com local de acatamento de adolescente em conflito com a lei				Executor das medidas socioeducativas de meio aberto		
		Total	Tipo do local			Prefeitura	Poder judiciário	Outro
			Celas especiais	Unidades especiais	Outros			
Brasil	5 565	482	95	207	173	2 613	2 169	783
Norte	449	44	10	18	14	159	208	82
Rondônia	52	15	4	8	3	20	21	11
Acre	22	2	-	1	-	5	17	-
Amazonas	62	4	1	2	1	27	26	9
Roraima	15	2	-	1	1	2	6	7
Pará	143	19	5	4	9	61	47	35
Amapá	16	1	-	1	-	8	8	-
Tocantins	139	1	-	1	-	36	83	20
Nordeste	1 794	78	9	31	31	768	809	217
Maranhão	217	11	1	4	3	118	60	39
Piauí	224	4	2	2	1	116	88	20
Ceará	184	5	1	3	1	55	116	13
Rio Grande do Norte	167	3	-	1	-	79	78	10
Paraíba	223	9	2	9	-	61	142	20
Pernambuco	185	11	-	3	7	73	92	20
Alagoas	102	1	-	1	-	49	32	21
Sergipe	75	9	-	3	4	28	31	16
Bahia	417	25	3	5	15	189	170	58
Sudeste	1 668	162	35	77	47	846	573	249
Minas Gerais	853	55	22	23	11	380	385	88
Espírito Santo	78	12	1	5	5	42	26	10
Rio de Janeiro	92	17	-	12	5	53	23	16
São Paulo	645	78	12	37	26	371	139	135
Sul	1 188	135	25	59	54	656	349	183
Paraná	399	61	18	21	25	211	120	68
Santa Catarina	293	40	5	20	17	175	94	24
Rio Grande do Sul	496	34	2	18	12	270	135	91
Centro-Oeste	466	64	16	22	27	184	230	52
Mato Grosso do Sul	78	12	1	4	7	34	40	4
Mato Grosso	141	20	4	8	7	54	62	25
Goiás	246	31	11	9	13	96	128	22
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 183 - Municípios, total e com Conselho Tutelar, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com Conselho Tutelar				
		Total	Conselho vinculado administrativamente			
			Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assistência social	A outro órgão	A nenhum órgão
Brasil	5 565	5 472	4	4 540	622	306
Até 5 000	1 257	1 226	-	999	154	73
De 5 001 a 10 000	1 294	1 266	-	1 066	110	90
De 10 001 a 20 000	1 370	1 346	-	1 110	162	74
De 20 001 a 50 000	1 055	1 046	1	868	131	46
De 50 001 a 100 000	316	316	-	267	34	14
De 100 001 a 500 000	233	233	2	199	24	8
Mais de 500 000	40	40	1	31	7	1
Norte	449	437	1	383	34	
Até 5 000	87	84	-	75	4	5
De 5 001 a 10 000	89	86	-	80	4	2
De 10 001 a 20 000	107	104	-	91	11	2
De 20 001 a 50 000	113	110	-	94	9	7
De 50 001 a 100 000	32	32	-	27	4	1
De 100 001 a 500 000	18	18	-	14	2	2
Mais de 500 000	3	3	1	2	-	-
Nordeste	1 794	1 759	1	1 557	135	66
Até 5 000	225	219	-	203	10	6
De 5 001 a 10 000	392	383	-	346	19	18
De 10 001 a 20 000	580	564	-	496	46	22
De 20 001 a 50 000	432	428	1	371	43	13
De 50 001 a 100 000	110	110	-	91	14	5
De 100 001 a 500 000	44	44	-	40	2	2
Mais de 500 000	11	11	-	10	1	-
Sudeste	1 668	1 639	1	1 282	232	123
Até 5 000	381	367	-	281	56	30
De 5 001 a 10 000	408	398	-	319	43	36
De 10 001 a 20 000	351	348	-	261	56	31
De 20 001 a 50 000	294	292	-	229	48	15
De 50 001 a 100 000	98	98	-	81	10	6
De 100 001 a 500 000	118	118	1	98	15	4
Mais de 500 000	18	18	-	13	4	1
Sul	1 188	1 180	1	944	159	76
Até 5 000	421	417	-	330	62	25
De 5 001 a 10 000	291	287	-	231	28	28
De 10 001 a 20 000	229	229	-	178	36	15
De 20 001 a 50 000	144	144	-	114	23	7
De 50 001 a 100 000	57	57	-	52	4	1
De 100 001 a 500 000	43	43	1	37	5	-
Mais de 500 000	3	3	-	2	1	-
Centro-Oeste	466	458	-	374	62	22
Até 5 000	143	139	-	110	22	7
De 5 001 a 10 000	114	112	-	90	16	6
De 10 001 a 20 000	103	101	-	84	13	4
De 20 001 a 50 000	72	72	-	60	8	4
De 50 001 a 100 000	19	19	-	16	2	1
De 100 001 a 500 000	10	10	-	10	-	-
Mais de 500 000	5	5	-	4	1	-

**Tabela 184 - Municípios, total e com Conselho Tutelar,
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com Conselho Tutelar				
		Total	Conselho vinculado administrativamente			
			Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assistência social	A outro órgão	A nenhum órgão
Brasil	5 565	5 472	4	4 540	622	306
Norte	449	437	1	383	34	19
Rondônia	52	52	-	46	3	3
Acre	22	22	-	21	1	-
Amazonas	62	58	1	43	11	3
Roraima	15	15	-	13	2	-
Pará	143	137	-	120	10	7
Amapá	16	15	-	14	1	-
Tocantins	139	138	-	126	6	6
Nordeste	1 794	1 759	1	1 557	135	66
Maranhão	217	197	-	168	20	9
Piauí	224	221	-	202	10	9
Ceará	184	184	1	169	8	6
Rio Grande do Norte	167	167	-	155	10	2
Paraíba	223	219	-	200	11	8
Pernambuco	185	185	-	140	41	4
Alagoas	102	102	-	88	6	8
Sergipe	75	75	-	66	9	-
Bahia	417	409	-	369	20	20
Sudeste	1 668	1 638	1	1 282	232	123
Minas Gerais	853	832	-	727	68	39
Espírito Santo	78	77	-	74	2	1
Rio de Janeiro	92	91	1	74	10	6
São Paulo	645	638	-	407	154	77
Sul	1 188	1 180	1	944	159	76
Paraná	399	397	-	340	32	25
Santa Catarina	293	293	-	235	43	15
Rio Grande do Sul	496	490	1	369	84	36
Centro-Oeste	466	458	-	374	62	22
Mato Grosso do Sul	78	78	-	70	6	2
Mato Grosso	141	139	-	125	12	2
Goiás	246	240	-	179	43	18
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-

Tabela 185 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos Humanos, por algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Direitos Humanos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios												Com Fundo Municipal de Direitos Humanos
	Com Conselho Municipal de Direitos Humanos												
	Total	Algumas características do conselho											
		Total	Paritário	Caráter do conselho				Vinculado administrativamente		Realizou reunião nos últimos 12 meses			
Com-sultivo	Deliberativo			Normativo	Fiscalizador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assistência social	A outro órgão	A nenhum órgão				
Brasil	5 565	79	67	57	58	36	57	9	50	8	11	57	102
Até 5 000	1 257	9	9	8	7	6	7	-	9	-	-	7	13
De 5 001 a 10 000	1 294	11	9	6	5	2	8	-	7	2	1	6	21
De 10 001 a 20 000	1 370	14	12	11	12	7	10	-	13	-	1	10	24
De 20 001 a 50 000	1 055	13	12	6	11	3	8	-	10	-	3	10	26
De 50 001 a 100 000	316	12	9	11	7	7	9	-	3	3	6	6	11
De 100 001 a 500 000	233	12	11	7	11	7	9	2	7	3	-	10	5
Mais de 500 000	40	8	5	8	5	4	6	7	1	-	-	8	2
Norte	449	6	5	6	4	2	5	2	4	-	-	6	10
Até 5 000	87	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	1	2
De 5 001 a 10 000	89	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1	2
De 10 001 a 20 000	107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
De 20 001 a 50 000	113	2	2	2	2	-	2	-	2	-	-	2	2
De 50 001 a 100 000	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
De 100 001 a 500 000	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Mais de 500 000	3	2	1	2	1	1	2	2	-	-	-	2	-
Nordeste	1 794	29	26	22	24	15	22	3	20	2	4	19	36
Até 5 000	225	2	2	2	1	1	1	-	2	-	-	1	4
De 5 001 a 10 000	392	3	3	2	3	1	3	-	2	-	1	1	6
De 10 001 a 20 000	580	7	6	6	6	4	6	-	6	-	1	5	11
De 20 001 a 50 000	432	6	6	3	5	2	3	-	5	-	1	4	9
De 50 001 a 100 000	110	3	2	3	2	2	3	-	1	1	1	-	4
De 100 001 a 500 000	44	5	5	3	5	4	4	1	3	1	-	5	1
Mais de 500 000	11	3	2	3	2	1	2	2	1	-	-	3	1
Sudeste	1 668	21	18	15	14	8	14	2	11	3	5	14	20
Até 5 000	381	1	1	1	1	-	1	-	1	-	-	1	1
De 5 001 a 10 000	408	1	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	3
De 10 001 a 20 000	351	4	3	3	3	1	2	-	4	-	-	2	7
De 20 001 a 50 000	294	1	1	1	1	1	1	-	-	-	1	1	6
De 50 001 a 100 000	98	6	5	5	3	3	4	-	1	1	4	4	2
De 100 001 a 500 000	118	7	6	4	6	3	5	1	4	2	-	5	1
Mais de 500 000	18	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-
Sul	1 188	19	14	12	12	9	14	1	12	3	2	14	25
Até 5 000	421	5	5	4	4	4	4	-	5	-	-	4	4
De 5 001 a 10 000	291	6	4	3	2	1	4	-	3	2	-	4	7
De 10 001 a 20 000	229	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	1	5
De 20 001 a 50 000	144	3	2	-	2	-	2	-	2	-	1	2	5
De 50 001 a 100 000	57	3	2	3	2	2	2	-	1	1	1	2	3
De 100 001 a 500 000	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Mais de 500 000	3	1	-	1	1	1	1	1	-	-	-	1	-
Centro-Oeste	466	4	4	2	4	2	2	1	3	-	-	4	11
Até 5 000	143	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
De 5 001 a 10 000	114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
De 10 001 a 20 000	103	2	3	1	2	1	1	-	2	-	-	2	-
De 20 001 a 50 000	72	1	2	-	1	-	-	-	1	-	-	1	4
De 50 001 a 100 000	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
De 100 001 a 500 000	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	5	1	1	1	2	1	1	1	-	-	-	1	1

Tabela 186 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos Humanos, por algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Direitos Humanos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios												Com Fundo Municipal de Direitos Humanos
	Total	Com Conselho Municipal de Direitos Humanos											
		Total	Pari- tário	Algumas características do conselho				Vinculado administrativamente				Rea- lizou reunião nos últi- mos 12 meses	
				Caráter do conselho									
			Com- sultivo	Delibe- rativo	Norma- tivo	Fiscali- zador	Ao ór- gão ges- tor dos direitos humana- s	Ao ór- gão ges- tor da assis- tência social	A outro órgão	A ne- nhum órgão			
Brasil	5 565	79	67	57	58	36	57	9	50	8	11	57	102
Norte	449	6	5	2	4	2	5	2	4	-	11	6	10
Rondônia	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Acre	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	2	2	2	2	1	2	1	1	-	-	2	2
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	143	2	1	2	1	-	2	1	1	-	-	2	4
Amapá	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	139	2	2	2	1	1	1	-	2	-	-	2	3
Nordeste	1 794	29	26	22	24	15	22	3	20	2	4	19	36
Maranhão	217	3	3	3	3	2	3	-	1	-	2	1	4
Piauí	224	1	1	-	1	-	1	-	1	-	-	1	-
Ceará	184	2	2	1	2	-	1	-	2	-	-	2	4
Rio Grande do Norte	167	3	3	3	3	1	3	-	2	1	-	1	6
Paraíba	223	3	2	3	1	2	1	-	3	-	-	2	1
Pernambuco	185	11	9	8	8	5	9	3	5	1	2	7	6
Alagoas	102	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Sergipe	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Bahia	417	6	6	4	6	5	4	-	6	-	-	5	8
Sudeste	1 668	21	18	15	14	8	14	2	11	3	5	14	20
Minas Gerais	853	7	6	4	5	2	5	-	5	-	2	4	9
Espírito Santo	78	2	1	1	2	-	2	1	1	-	-	2	1
Rio de Janeiro	92	4	3	3	3	3	2	-	2	2	-	2	2
São Paulo	645	8	8	7	4	3	5	1	3	1	3	6	8
Sul	1 188	19	14	12	12	9	14	1	12	3	2	14	25
Paraná	399	11	8	8	5	5	9	-	5	3	2	7	18
Santa Catarina	293	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1	4
Rio Grande do Sul	496	7	5	3	7	4	5	1	6	-	-	6	3
Centro-Oeste	466	4	4	2	4	2	2	1	3	-	-	4	11
Mato Grosso do Sul	78	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	1	1
Mato Grosso	141	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	1	5
Goiás	246	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	1	5
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 187 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, por algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios												
	Total	Com Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente											Com Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
		Total	Pari-tário	Algumas características do conselho				Vinculado administrativamente	Realizou reunião nos últimos 12 meses				
				Caráter do conselho									
			Con-sultivo	Delibe-rativo	Nor-mativo	Fiscali-zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assistência social	A outro órgão	A nenhum órgão			
Brasil	5 565	5 084	4 923	3 212	4 401	2 510	3 800	8	4 399	417	260	4 879	3 287
Até 5 000	1 257	1 153	1 104	711	968	514	829	-	988	102	63	1 101	638
De 5 001 a 10 000	1 294	1 153	1 115	721	981	566	856	-	995	86	72	1 088	654
De 10 001 a 20 000	1 370	1 242	1 199	778	1 063	597	905	-	1 087	94	61	1 187	765
De 20 001 a 50 000	1 055	975	948	632	866	499	763	1	846	79	49	947	732
De 50 001 a 100 000	316	297	295	209	273	180	237	-	265	23	9	295	251
De 100 001 a 500 000	233	225	224	142	211	128	174	4	192	23	6	222	209
Mais de 500 000	40	39	38	19	39	26	36	2	26	10	-	39	38
Norte	449	379	365	248	334	208	304	-	342	26	10	361	198
Até 5 000	87	73	71	47	67	33	54	-	65	5	3	69	28
De 5 001 a 10 000	89	76	72	52	66	46	66	-	72	3	1	68	36
De 10 001 a 20 000	107	94	89	55	79	55	78	-	85	7	2	92	42
De 20 001 a 50 000	113	91	88	61	80	43	68	-	79	8	4	88	56
De 50 001 a 100 000	32	26	26	18	24	18	21	-	26	-	-	26	20
De 100 001 a 500 000	18	16	16	13	15	11	14	-	13	3	-	15	13
Mais de 500 000	3	3	3	2	3	2	3	-	2	-	-	3	3
Nordeste	1 794	1 576	1 543	1 083	1 399	887	1 274	2	1 459	89	26	1 510	889
Até 5 000	225	199	195	129	176	99	151	-	191	8	-	193	64
De 5 001 a 10 000	392	325	318	228	287	184	258	-	305	16	4	303	140
De 10 001 a 20 000	580	502	488	348	436	274	408	-	470	24	8	476	277
De 20 001 a 50 000	432	396	389	264	356	227	327	-	362	25	9	384	275
De 50 001 a 100 000	110	102	101	75	95	69	86	-	87	11	4	102	80
De 100 001 a 500 000	44	41	41	32	38	26	34	-	36	4	1	41	42
Mais de 500 000	11	11	11	7	11	8	10	2	8	1	-	11	11
Sudeste	1 668	1 563	1 521	908	1 320	669	1 093	2	1 281	153	127	1 491	1 116
Até 5 000	381	355	342	211	284	139	241	-	289	40	26	333	216
De 5 001 a 10 000	408	373	363	210	307	154	263	-	300	35	38	354	231
De 10 001 a 20 000	351	326	315	178	270	128	213	-	265	26	35	309	221
De 20 001 a 50 000	294	280	273	175	247	120	203	1	232	26	21	270	235
De 50 001 a 100 000	98	96	96	62	88	55	72	-	85	7	4	94	89
De 100 001 a 500 000	118	116	115	66	107	62	86	1	100	12	3	114	107
Mais de 500 000	18	17	17	6	17	11	15	-	10	7	-	17	17
Sul	1 188	1 125	1 074	689	969	528	799	3	938	113	71	1 099	800
Até 5 000	421	394	371	241	336	178	281	-	328	41	25	385	247
De 5 001 a 10 000	291	271	260	157	229	130	188	-	229	22	20	263	181
De 10 001 a 20 000	229	220	212	135	191	98	142	-	180	27	13	213	169
De 20 001 a 50 000	144	140	133	89	120	72	113	-	114	15	11	138	115
De 50 001 a 100 000	57	54	53	40	48	26	41	-	50	3	1	54	45
De 100 001 a 500 000	43	43	43	26	42	22	31	3	35	4	1	43	40
Mais de 500 000	3	3	2	1	3	2	3	-	2	1	-	3	3
Centro-Oeste	466	441	420	284	379	218	330	-	379	36	26	418	284
Até 5 000	143	132	125	83	105	65	102	-	115	8	9	121	83
De 5 001 a 10 000	114	108	102	74	92	52	81	-	89	10	9	100	66
De 10 001 a 20 000	103	100	95	62	87	42	64	-	87	10	3	97	56
De 20 001 a 50 000	72	68	65	43	63	37	52	-	59	5	4	67	51
De 50 001 a 100 000	19	19	19	14	18	12	17	-	17	2	-	19	17
De 100 001 a 500 000	10	9	9	5	9	7	9	-	8	-	1	9	7
Mais de 500 000	5	5	5	3	5	3	5	-	4	1	-	5	4

Tabela 188 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, por algumas características do conselho e com Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios												
	Total	Com Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente											Com Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
		Total	Pari- tário	Algumas características do conselho				Real- izou reunião nos últi- mos 12 meses					
				Caráter do conselho					Vinculado administrativamente				
			Con- sultivo	Delibe- rativo	Nor- mativo	Fiscali- zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assis- tência social	A outro órgão	A ne- nhum órgão			
Brasil	5 565	5 084	4 923	3 212	4 401	2 510	3 800	8	4 399	417	260	4 879	3 287
Norte	449	379	365	248	334	208	304	-	342	26	10	361	198
Rondônia	52	48	48	28	42	28	37	-	44	2	2	46	32
Acre	22	22	22	20	22	20	20	-	22	-	-	21	17
Amazonas	62	46	46	26	36	26	37	-	39	4	2	44	16
Roraima	15	14	14	11	13	11	12	-	11	3	-	12	6
Pará	143	113	104	67	98	51	88	-	101	9	3	110	76
Amapá	16	15	15	15	15	15	15	-	12	3	-	13	4
Tocantins	139	121	116	81	108	57	95	-	113	5	3	115	47
Nordeste	1 794	1 576	1 543	1 083	1 399	887	1 274	2	1 459	89	26	1 510	889
Maranhão	217	153	143	94	123	61	118	-	137	13	3	144	85
Piauí	224	204	200	139	183	94	160	-	200	2	2	197	68
Ceará	184	176	174	127	161	98	143	1	173	-	2	171	133
Rio Grande do Norte	167	153	150	110	144	94	123	-	142	11	-	147	91
Paraíba	223	203	201	146	179	119	154	-	190	9	4	190	66
Pernambuco	185	178	176	106	162	103	153	1	145	28	4	174	140
Alagoas	102	84	80	50	69	49	63	-	70	13	1	76	36
Sergipe	75	69	67	45	47	30	57	-	63	4	2	66	45
Bahia	417	356	352	266	331	239	303	-	339	9	8	345	225
Sudeste	1 668	1 563	1 521	908	1 320	669	1 093	2	1 281	153	127	1 491	1 116
Minas Gerais	853	785	769	464	660	326	539	-	695	39	51	739	488
Espírito Santo	78	69	68	42	68	34	52	-	65	1	3	65	61
Rio de Janeiro	92	84	83	50	69	42	68	2	64	16	2	83	79
São Paulo	645	625	601	352	523	267	434	-	457	97	71	604	488
Sul	1 188	1 125	1 074	689	969	528	799	3	938	113	71	1 099	800
Paraná	399	375	364	262	330	196	277	-	337	15	23	365	255
Santa Catarina	293	277	267	168	249	125	186	-	234	31	12	270	223
Rio Grande do Sul	496	473	443	259	390	207	336	3	367	67	36	464	322
Centro-Oeste	466	441	420	284	379	218	330	-	379	36	26	418	284
Mato Grosso do Sul	78	72	70	39	67	30	47	-	63	4	5	71	46
Mato Grosso	141	131	128	77	117	62	97	-	123	4	4	127	81
Goiás	246	237	221	167	194	125	185	-	192	28	17	219	157
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 189 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Igualdade Racial ou similar, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Com Conselho Municipal de Igualdade Racial ou similar											Realizou reunião nos últimos 12 meses
	Total	Algumas características do conselho										
		Total	Pari-tário	Caráter do conselho				Vinculado administrativamente				
				Con-sultivo	Delibe-rativo	Nor-mativo	Fiscali-zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assistência social	A outro órgão	A ne-nhum órgão	
Brasil	5 565	148	126	177	107	51	74	12	64	61	11	111
Até 5 000	1 257	3	3	3	2	2	3	-	2	1	-	2
De 5 001 a 10 000	1 294	6	5	4	6	4	5	-	5	-	1	4
De 10 001 a 20 000	1 370	21	18	15	20	6	8	-	12	5	4	9
De 20 001 a 50 000	1 055	27	25	22	21	7	12	2	13	9	3	20
De 50 001 a 100 000	316	24	21	22	17	9	12	1	10	12	1	19
De 100 001 a 500 000	233	50	41	37	29	16	25	7	18	23	2	10
Mais de 500 000	40	17	13	14	12	7	9	2	4	11	-	17
Norte	449	1	1	1	-	-	1	-	1	-	-	1
Até 5 000	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	3	1	1	1	-	-	1	-	1	-	-	1
Nordeste	1 794	22	20	15	20	15	17	2	13	6	1	15
Até 5 000	225	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	392	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	1
De 10 001 a 20 000	580	7	7	5	7	4	4	-	4	2	1	2
De 20 001 a 50 000	432	3	3	2	3	2	3	-	3	-	-	3
De 50 001 a 100 000	110	2	2	2	2	2	2	1	-	1	-	1
De 100 001 a 500 000	44	5	4	3	3	4	5	-	4	1	-	4
Mais de 500 000	11	4	3	3	4	3	3	1	1	2	-	4
Sudeste	1 668	96	83	77	64	28	41	9	38	42	7	74
Até 5 000	381	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	408	4	3	3	4	3	4	-	3	-	1	3
De 10 001 a 20 000	351	8	7	6	7	2	2	-	4	3	1	4
De 20 001 a 50 000	294	22	20	18	17	5	8	2	9	8	3	16
De 50 001 a 100 000	98	20	18	18	13	7	9	-	10	9	1	16
De 100 001 a 500 000	118	36	31	27	21	9	16	7	10	18	1	29
Mais de 500 000	18	6	4	5	2	2	2	-	2	4	-	6
Sul	1 188	14	12	12	10	3	7	-	5	7	2	11
Até 5 000	421	1	1	1	-	-	1	-	1	-	-	1
De 5 001 a 10 000	291	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	229	2	2	2	2	-	3	-	1	-	1	1
De 20 001 a 50 000	144	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	57	1	1	1	1	-	1	-	-	1	-	1
De 100 001 a 500 000	43	8	6	6	5	3	4	-	3	4	1	6
Mais de 500 000	3	2	2	2	2	-	-	-	-	2	-	2
Centro-Oeste	466	15	10	12	13	5	8	1	7	6	1	10
Até 5 000	143	2	2	2	2	2	2	-	1	1	-	5
De 5 001 a 10 000	114	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	-
De 10 001 a 20 000	103	4	2	2	4	-	1	-	3	-	1	1
De 20 001 a 50 000	72	2	2	2	1	-	1	-	1	1	-	4
De 50 001 a 100 000	19	1	-	1	1	-	-	-	-	1	-	5
De 100 001 a 500 000	10	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	6
Mais de 500 000	5	4	3	3	4	1	3	1	-	3	-	4

Tabela 190 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Igualdade Racial ou similar, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Com Conselho Municipal de Igualdade Racial ou similar										
		Total	Algumas características do conselho									
			Pari-tário	Caráter do conselho				Vinculado administrativamente				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Con-sultivo	Delibe-rativo	Nor-mativo	Fiscali-zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assistência social	A outro órgão	A ne-nhum órgão	
Brasil	148	126	117	107	51	74	12	64	61	11	111	
Norte	449	1	1	1	-	-	1	-	1	-	-	1
Rondônia	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	143	1	1	1	-	-	1	-	1	-	-	1
Amapá	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	139	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	22	20	15	20	15	17	2	13	6	1	15
Maranhão	217	9	9	7	9	6	6	-	6	2	1	5
Piauí	224	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	1
Ceará	184	1	1	1	1	1	1	-	-	1	-	1
Rio Grande do Norte	167	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Paraíba	223	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	185	2	-	1	2	1	2	1	1	-	-	2
Alagoas	102	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bahia	417	8	8	5	6	6	7	-	5	3	-	6
Sudeste	1 668	96	83	77	64	28	41	9	38	42	7	74
Minas Gerais	853	26	24	22	17	10	13	1	17	8	-	22
Espírito Santo	78	3	3	2	2	-	1	2	1	-	-	2
Rio de Janeiro	92	13	12	9	11	6	6	2	4	7	-	9
São Paulo	645	54	44	44	34	12	21	4	16	27	7	41
Sul	1 188	14	12	12	10	3	7	-	5	7	2	11
Paraná	399	3	3	2	3	-	-	-	1	2	-	2
Santa Catarina	293	2	2	2	1	-	2	-	2	-	-	1
Rio Grande do Sul	496	9	7	8	6	3	5	-	2	5	2	8
Centro-Oeste	466	15	10	12	13	5	8	1	7	6	1	10
Mato Grosso do Sul	78	5	3	3	3	-	-	-	3	2	-	5
Mato Grosso	141	7	4	6	7	3	5	-	4	2	1	3
Goiás	246	2	2	2	2	1	3	-	-	2	-	1
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 191 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos da Juventude ou similar, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Com Conselho Municipal de Direitos da Juventude ou similar											Realizou reunião nos últimos 12 meses
	Total	Algumas características do conselho										
		Total	Pari-tário	Caráter do conselho				Vinculado administrativamente				
				Con-sultivo	Delibe-rativo	Nor-mativo	Fiscali-zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assistência social	A outro órgão	A ne-nhum órgão	
Brasil	5 565	303	271	218	211	106	184	6	184	93	20	215
Até 5 000	1 257	30	26	22	19	11	22	-	26	3	1	23
De 5 001 a 10 000	1 294	35	33	23	27	11	24	-	23	10	2	24
De 10 001 a 20 000	1 370	50	47	33	37	17	31	-	34	11	5	31
De 20 001 a 50 000	1 055	77	71	54	56	25	45	-	49	21	7	54
De 50 001 a 100 000	316	41	36	29	27	19	19	-	20	17	6	31
De 100 001 a 500 000	233	55	46	44	40	22	38	4	29	21	1	40
Mais de 500 000	40	15	12	13	5	1	5	2	3	10	-	12
Norte	449	15	14	14	12	10	11	-	9	6	-	10
Até 5 000	87	3	3	3	2	2	2	-	2	1	-	3
De 5 001 a 10 000	89	6	6	5	6	3	4	-	3	3	-	-
De 10 001 a 20 000	107	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	-
De 20 001 a 50 000	113	3	3	3	2	2	3	-	2	1	-	-
De 50 001 a 100 000	32	1	-	1	-	1	-	-	-	1	-	2
De 100 001 a 500 000	18	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	1
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Nordeste	1 794	57	56	46	47	30	37	-	35	21	1	42
Até 5 000	225	2	2	2	2	2	2	-	2	-	-	2
De 5 001 a 10 000	392	3	3	2	2	-	2	-	2	1	-	3
De 10 001 a 20 000	580	11	11	9	9	6	6	-	9	2	-	8
De 20 001 a 50 000	432	18	18	14	15	7	9	-	12	6	-	11
De 50 001 a 100 000	110	13	13	11	10	9	8	-	6	6	1	10
De 100 001 a 500 000	44	8	7	6	7	6	8	-	3	5	-	6
Mais de 500 000	11	2	2	2	2	-	2	-	1	1	-	2
Sudeste	1 668	157	137	107	111	47	91	4	95	43	15	111
Até 5 000	381	18	16	14	12	4	15	-	16	1	1	12
De 5 001 a 10 000	408	22	20	14	17	6	15	-	16	5	1	14
De 10 001 a 20 000	351	21	19	11	15	8	12	-	12	5	4	12
De 20 001 a 50 000	294	35	31	23	27	12	20	-	29	7	5	26
De 50 001 a 100 000	98	21	18	14	14	6	8	-	9	9	3	16
De 100 001 a 500 000	118	31	26	23	23	10	18	3	17	10	1	24
Mais de 500 000	18	9	7	8	3	1	3	1	2	6	-	7
Sul	1 188	56	49	40	32	13	34	1	32	22	1	35
Até 5 000	421	6	5	3	3	2	3	-	5	1	-	5
De 5 001 a 10 000	291	4	4	2	2	2	3	-	2	1	1	2
De 10 001 a 20 000	229	12	11	9	8	1	8	-	6	4	-	7
De 20 001 a 50 000	144	14	13	9	9	1	8	-	7	7	-	10
De 50 001 a 100 000	57	5	4	3	3	2	2	-	4	1	-	3
De 100 001 a 500 000	43	13	10	12	7	5	10	1	6	6	-	7
Mais de 500 000	3	2	2	2	-	-	-	-	-	2	-	1
Centro-Oeste	466	18	15	11	9	6	11	1	13	1	3	15
Até 5 000	143	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1
De 5 001 a 10 000	114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	103	5	5	3	4	1	4	-	4	-	1	4
De 20 001 a 50 000	72	7	6	5	3	3	5	-	5	-	2	5
De 50 001 a 100 000	19	1	1	-	-	1	1	-	1	-	-	1
De 100 001 a 500 000	10	2	2	2	2	-	1	-	2	-	-	2
Mais de 500 000	5	2	1	1	-	-	-	1	-	1	-	2

Tabela 192 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Direitos da Juventude ou similar, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Com Conselho Municipal de Direitos da Juventude ou similar										
		Total	Pari- tário	Algumas características do conselho								Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Caráter do conselho				Vinculado administrativamente				
				Con- sultivo	Delibe- rativo	Nor- mativo	Fiscali- zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assis- tência social	A outro órgão	A ne- nhum órgão	
Brasil	5 565	303	271	218	211	106	184	6	184	93	20	215
Norte	449	15	14	14	12	10	11	-	9	6	-	12
Rondônia	52	3	3	3	3	3	3	-	3	-	-	2
Acre	22	2	2	2	1	-	1	-	-	2	-	2
Amazonas	62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	143	2	2	1	2	1	1	-	2	-	-	1
Amapá	16	2	1	2	1	2	1	-	-	2	-	1
Tocantins	139	6	6	6	5	4	5	-	4	2	-	6
Nordeste	1 794	57	56	46	47	30	37	-	35	21	1	42
Maranhão	217	7	7	7	6	3	4	-	5	2	-	5
Piauí	224	5	5	4	3	2	3	-	5	-	-	5
Ceará	184	8	8	6	8	4	7	-	5	3	-	6
Rio Grande do Norte	167	3	3	3	3	3	3	-	3	-	-	3
Paraíba	223	4	4	4	3	2	1	-	3	-	1	1
Pernambuco	185	14	13	12	12	4	6	-	4	10	-	12
Alagoas	102	2	2	1	1	1	2	-	2	-	-	2
Sergipe	75	3	3	3	3	3	3	-	2	1	-	2
Bahia	417	11	11	6	8	8	8	-	6	5	-	6
Sudeste	1 668	157	137	107	111	47	91	4	95	43	15	111
Minas Gerais	853	100	87	70	76	32	59	-	66	26	8	66
Espírito Santo	78	8	7	5	6	3	4	1	6	1	-	7
Rio de Janeiro	92	8	6	4	5	3	7	-	6	1	1	6
São Paulo	645	41	37	28	24	9	21	3	17	15	6	32
Sul	1 188	56	49	40	32	13	34	1	32	22	1	35
Paraná	399	13	11	6	6	2	6	-	10	3	-	9
Santa Catarina	293	18	16	15	13	3	12	-	10	7	1	11
Rio Grande do Sul	496	25	22	19	13	8	16	1	12	12	-	15
Centro-Oeste	466	18	15	11	9	6	11	1	13	1	3	15
Mato Grosso do Sul	78	8	8	6	6	3	5	-	6	1	1	7
Mato Grosso	141	4	3	3	1	-	2	-	2	-	2	2
Goiás	246	5	4	2	2	3	4	-	5	-	-	5
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 193 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Direitos do Idoso, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Com Conselho Municipal de Direitos do Idoso										
		Total	Algumas características do conselho									Realizou reunião nos últimos 12 meses
			Pari-tário	Caráter do conselho				Vinculado administrativamente				
				Con-sultivo	Delibe-rativo	Nor-mativo	Fiscali-zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assis-tência social	A outro órgão	A ne-nhum órgão	
Brasil	5 565	1 974	1 908	1 359	1 626	859	1 289	11	1 774	112	77	1 590
Até 5 000	1 257	289	277	202	240	120	181	-	250	23	16	223
De 5 001 a 10 000	1 294	352	339	210	291	150	230	-	324	15	13	282
De 10 001 a 20 000	1 370	456	444	314	377	181	281	-	412	24	20	349
De 20 001 a 50 000	1 055	448	435	322	374	204	299	1	413	16	18	357
De 50 001 a 100 000	316	200	192	149	163	106	140	1	184	9	6	170
De 100 001 a 500 000	233	194	189	139	152	81	135	6	166	18	4	175
Mais de 500 000	40	35	31	22	29	17	23	3	25	7	-	34
Norte	449	171	164	147	89	89	120	2	164	4	1	134
Até 5 000	87	53	49	46	25	25	34	-	51	2	-	43
De 5 001 a 10 000	89	41	40	38	22	22	31	-	39	2	-	37
De 10 001 a 20 000	107	37	36	32	21	21	26	-	37	-	-	25
De 20 001 a 50 000	113	18	17	14	9	9	13	-	18	-	-	12
De 50 001 a 100 000	32	10	10	8	5	5	7	1	8	-	1	7
De 100 001 a 500 000	18	10	10	8	6	6	7	1	9	-	-	8
Mais de 500 000	3	2	2	1	1	1	2	-	2	-	-	2
Nordeste	1 794	502	493	431	264	264	369	2	484	9	7	422
Até 5 000	225	26	26	24	14	14	20	-	26	-	-	24
De 5 001 a 10 000	392	74	72	62	37	37	52	-	73	1	-	58
De 10 001 a 20 000	580	145	144	124	64	64	104	-	141	3	1	120
De 20 001 a 50 000	432	158	153	135	83	83	114	-	154	1	3	131
De 50 001 a 100 000	110	55	54	48	39	39	42	-	52	1	1	48
De 100 001 a 500 000	44	34	34	28	20	20	29	1	29	2	2	31
Mais de 500 000	11	10	10	10	7	7	8	1	8	1	-	10
Sudeste	1 668	673	642	534	242	242	382	5	550	72	46	524
Até 5 000	381	94	89	72	32	32	52	-	67	16	11	69
De 5 001 a 10 000	408	108	105	89	38	38	63	-	93	6	9	82
De 10 001 a 20 000	351	120	112	93	33	33	57	-	93	15	12	81
De 20 001 a 50 000	294	153	150	128	61	61	89	1	129	12	11	115
De 50 001 a 100 000	98	79	73	64	38	38	49	-	69	8	2	70
De 100 001 a 500 000	118	103	99	76	34	34	63	3	88	11	1	92
Mais de 500 000	18	16	14	12	6	6	9	1	11	4	-	15
Sul	1 188	455	441	373	188	188	300	1	410	25	19	375
Até 5 000	421	79	77	67	32	32	50	-	69	5	5	60
De 5 001 a 10 000	291	96	90	75	40	40	61	-	89	4	3	82
De 10 001 a 20 000	229	106	105	87	41	41	64	-	95	6	5	85
De 20 001 a 50 000	144	84	81	71	34	34	60	-	78	3	3	69
De 50 001 a 100 000	57	46	45	35	20	20	32	-	44	-	2	37
De 100 001 a 500 000	43	41	41	35	20	20	31	1	34	5	1	39
Mais de 500 000	3	3	2	3	1	1	2	-	1	2	-	3
Centro-Oeste	466	173	168	142	76	76	118	1	166	2	4	135
Até 5 000	143	37	36	31	17	17	25	-	37	-	-	27
De 5 001 a 10 000	114	33	32	27	13	13	23	-	30	2	1	23
De 10 001 a 20 000	103	48	47	41	22	22	30	-	46	-	2	38
De 20 001 a 50 000	72	35	34	26	17	17	23	-	34	-	1	30
De 50 001 a 100 000	19	10	10	8	4	4	10	-	10	-	-	8
De 100 001 a 500 000	10	6	5	5	1	1	5	-	6	-	-	5
Mais de 500 000	5	4	4	4	2	2	2	1	3	-	-	4

Tabela 194 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Direitos do Idoso, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Com Conselho Municipal de Direitos do Idoso										
		Total	Algumas características do conselho									
			Pari-tário	Caráter do conselho				Vinculado administrativamente				Realizou reunião nos últimos 12 meses
Con-sultivo	Delibe-rativo	Nor-mativo		Fiscali-zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assis-tência social	A outro órgão	A ne-nhum órgão				
Brasil	5 565	1 974	1 908	1 359	1 626	859	1 289	11	1 774	112	77	1 590
Norte	449	171	164	121	147	89	120	2	164	4	1	134
Rondônia	52	24	24	13	19	11	17	-	24	-	-	20
Acre	22	16	16	13	15	11	10	-	16	-	-	13
Amazonas	62	9	9	7	6	5	7	1	8	-	-	5
Roraima	15	2	2	2	1	2	2	-	2	-	-	1
Pará	143	14	12	11	10	5	7	-	14	-	-	8
Amapá	16	3	3	3	3	3	3	-	2	-	1	3
Tocantins	139	103	98	72	93	52	74	1	98	4	-	84
Nordeste	1 794	502	493	375	431	264	369	2	484	9	7	422
Maranhão	217	47	44	33	40	21	28	-	46	-	1	35
Piauí	224	37	35	31	34	19	30	-	36	1	-	29
Ceará	184	139	138	106	121	70	95	-	137	2	-	128
Rio Grande do Norte	167	30	29	19	28	16	24	-	30	-	-	22
Paraíba	223	40	39	31	35	20	30	-	36	2	2	32
Pernambuco	185	82	81	54	70	39	57	2	77	2	1	73
Alagoas	102	7	7	7	5	3	3	-	7	-	-	5
Sergipe	75	42	42	32	32	23	34	-	41	-	1	36
Bahia	417	78	78	62	66	53	68	-	74	2	2	62
Sudeste	1 668	673	642	434	534	242	382	5	550	72	46	524
Minas Gerais	853	249	238	165	209	89	148	-	221	14	14	189
Espírito Santo	78	36	36	25	35	15	21	-	33	2	1	28
Rio de Janeiro	92	54	52	33	45	24	40	2	49	3	-	45
São Paulo	645	334	316	211	245	114	173	3	247	53	31	262
Sul	1 188	455	441	312	373	188	300	1	410	25	19	375
Paraná	399	192	186	133	163	87	135	-	178	4	10	158
Santa Catarina	293	114	110	78	96	54	77	-	100	12	2	87
Rio Grande do Sul	496	149	145	101	114	47	88	1	132	9	7	130
Centro-Oeste	466	173	167	116	141	76	118	1	166	2	4	135
Mato Grosso do Sul	78	22	20	12	17	10	17	-	21	-	1	17
Mato Grosso	141	84	82	55	72	29	53	-	81	1	2	70
Goiás	246	66	65	49	52	37	48	-	64	1	1	47
Distrito Federal	1	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 195 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Com Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência											
	Total	Algumas características do conselho										
		Total	Pari-tário	Caráter do conselho				Vinculado administrativamente			Realizou reunião nos últimos 12 meses	
				Con-sultivo	Delibe-rativo	Nor-mativo	Fiscali-zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assis-tência social	A outro órgão		A ne-nhum órgão
Brasil	5 565	490	463	354	384	204	320	11	395	55	29	490
Até 5 000	1 257	25	25	18	23	13	15	-	18	2	5	25
De 5 001 a 10 000	1 294	32	31	16	30	12	20	-	27	2	3	32
De 10 001 a 20 000	1 370	61	57	40	45	25	39	-	47	8	6	61
De 20 001 a 50 000	1 055	117	109	92	91	46	78	1	102	9	5	117
De 50 001 a 100 000	316	88	80	61	71	41	55	1	73	11	3	88
De 100 001 a 500 000	233	138	134	106	105	57	98	6	111	14	7	138
Mais de 500 000	40	29	27	21	19	10	15	3	17	9	-	29
Norte	449	24	24	19	21	12	17	1	23	-	-	134
Até 5 000	87	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	43
De 5 001 a 10 000	89	5	5	4	5	3	3	-	5	-	-	37
De 10 001 a 20 000	107	7	7	5	4	4	5	-	7	-	-	25
De 20 001 a 50 000	113	7	7	6	7	3	7	-	7	-	-	12
De 50 001 a 100 000	32	1	1	-	1	-	-	1	-	-	-	7
De 100 001 a 500 000	18	2	2	2	2	-	-	-	2	-	-	8
Mais de 500 000	3	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	2
Nordeste	1 794	101	97	75	91	58	78	1	94	5	1	422
Até 5 000	225	3	3	2	3	2	2	-	3	-	-	24
De 5 001 a 10 000	392	9	9	2	9	4	7	-	9	-	-	58
De 10 001 a 20 000	580	16	16	13	14	8	14	-	18	-	-	120
De 20 001 a 50 000	432	25	23	20	22	13	19	-	24	1	-	131
De 50 001 a 100 000	110	20	18	16	18	15	15	-	18	2	-	48
De 100 001 a 500 000	44	20	20	16	17	12	16	-	19	-	1	31
Mais de 500 000	11	8	8	6	8	4	5	1	5	2	-	10
Sudeste	1 668	242	226	172	178	88	147	5	185	34	18	524
Até 5 000	381	8	8	4	8	5	4	-	5	1	2	69
De 5 001 a 10 000	408	8	7	5	7	2	4	-	5	2	1	82
De 10 001 a 20 000	351	23	21	11	17	7	11	-	14	4	5	81
De 20 001 a 50 000	294	56	52	47	40	18	32	-	46	6	4	115
De 50 001 a 100 000	98	46	41	30	37	18	27	-	36	7	3	70
De 100 001 a 500 000	118	86	83	63	62	34	62	4	71	8	3	92
Mais de 500 000	18	15	14	12	7	4	7	1	8	6	-	15
Sul	1 188	93	88	66	73	37	64	3	66	15	9	375
Até 5 000	421	10	10	8	9	4	7	-	6	1	3	60
De 5 001 a 10 000	291	7	7	3	7	2	4	-	5	-	2	82
De 10 001 a 20 000	229	11	9	8	7	5	7	-	7	3	1	85
De 20 001 a 50 000	144	16	14	9	12	7	14	1	13	2	-	69
De 50 001 a 100 000	57	20	19	14	15	8	13	-	18	2	-	37
De 100 001 a 500 000	43	27	27	23	22	11	18	2	16	6	3	39
Mais de 500 000	3	2	2	1	1	-	1	-	1	1	-	3
Centro-Oeste	466	30	28	22	21	9	14	1	27	1	1	135
Até 5 000	143	3	3	3	2	1	1	-	3	-	-	27
De 5 001 a 10 000	114	3	3	2	2	1	2	-	3	-	-	23
De 10 001 a 20 000	103	4	4	3	3	1	2	-	3	1	-	38
De 20 001 a 50 000	72	13	13	10	10	5	6	-	12	-	1	30
De 50 001 a 100 000	19	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	8
De 100 001 a 500 000	10	3	2	2	2	-	2	-	3	-	-	5
Mais de 500 000	5	3	2	1	2	1	1	1	2	-	-	4

Tabela 196 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Com Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência										
		Total	Pari- tário	Caráter do conselho				Vinculado administrativamente				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Con- sultivo	Delibe- rativo	Nor- mativo	Fiscali- zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assis- tência social	A outro órgão	A ne- nhum órgão	
Brasil	5 565	490	463	354	384	204	320	11	395	55	29	490
Norte	449	24	24	19	21	12	17	1	23	-	-	19
Rondônia	52	3	3	3	3	1	2	-	3	-	-	2
Acre	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	3	3	1	2	1	3	1	2	-	-	3
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	143	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	1
Amapá	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	139	17	17	14	15	9	12	-	17	-	-	13
Nordeste	1 794	101	97	75	91	12	78	1	94	5	1	77
Maranhão	217	19	18	15	15	1	15	-	18	1	-	15
Piauí	224	10	9	6	10	1	9	-	10	-	-	8
Ceará	184	16	15	13	15	1	13	-	14	2	-	13
Rio Grande do Norte	167	7	7	4	7	9	6	-	7	-	-	5
Paraíba	223	6	6	5	6	58	5	-	5	1	-	3
Pernambuco	185	17	16	11	16	10	11	1	15	1	-	13
Alagoas	102	2	2	2	2	4	-	-	2	-	-	1
Sergipe	75	4	4	4	4	11	3	-	4	-	-	3
Bahia	417	20	20	15	16	4	16	-	19	-	1	16
Sudeste	1 668	242	226	172	178	4	147	5	185	34	18	195
Minas Gerais	853	51	50	32	42	8	34	-	47	4	-	40
Espírito Santo	78	10	10	8	9	4	9	-	9	1	-	9
Rio de Janeiro	92	28	27	18	22	13	20	1	24	3	-	23
São Paulo	645	153	139	114	105	88	84	4	105	26	18	123
Sul	1 188	93	88	66	73	20	64	3	66	15	9	75
Paraná	399	36	33	21	31	4	22	-	26	5	5	31
Santa Catarina	293	15	14	13	12	10	12	1	12	2	-	12
Rio Grande do Sul	496	42	41	32	30	54	30	2	28	8	4	32
Centro-Oeste	466	30	28	22	21	37	14	1	27	1	1	22
Mato Grosso do Sul	78	8	8	6	6	13	4	-	8	-	-	8
Mato Grosso	141	12	11	9	10	6	6	-	10	1	1	8
Goiás	246	9	9	7	5	18	4	-	9	-	-	5
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1

Tabela 197 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Direitos da Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Com Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais										
		Total	Pari-tário	Caráter do conselho				Vinculado administrativamente			Realizou reunião nos últimos 12 meses	
				Con-sultivo	Delibe-rativo	Nor-mativo	Fiscali-zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assistência social	A outro órgão		A ne-nhum órgão
Brasil	5 565	4	4	2	2	1	2	-	3	1	-	3
Até 5 000	1 257	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1 294	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	1 370	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	1 055	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-
De 50 001 a 100 000	316	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	233	2	2	-	2	1	2	-	2	-	-	1
Mais de 500 000	40	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1
Norte	449	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Até 5 000	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Até 5 000	225	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	392	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	580	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	432	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	1 668	2	2	1	1	1	1	-	1	1	-	2
Até 5 000	381	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	351	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	294	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	118	1	1	-	1	1	1	-	1	-	-	1
Mais de 500 000	18	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1
Sul	1 188	1	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-
Até 5 000	421	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	291	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	229	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	144	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	57	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	43	1	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	466	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
Até 5 000	143	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	103	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	72	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
De 50 001 a 100 000	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 198 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Direitos da Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Com Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais										
		Total	Pari- tário	Algumas características do conselho								Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Caráter do conselho				Vinculado administrativamente				
				Con- sultivo	Delibe- rativo	Nor- mativo	Fiscali- zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assis- tência social	A outro órgão	A ne- nhum órgão	
Brasil	5 565	4	4	2	2	1	2	-	3	1	-	3
Norte	449	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rondônia	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	143	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amapá	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	139	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	217	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piauí	224	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	184	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	167	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	223	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	185	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alagoas	102	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bahia	417	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	1 668	2	2	1	1	-	1	-	1	1	-	2
Minas Gerais	853	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Paulo	645	2	2	1	1	-	1	-	1	1	-	2
Sul	1 188	1	1	-	1	1	1	-	1	-	-	1
Paraná	399	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	293	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	496	1	1	-	1	1	1	-	1	-	-	1
Centro-Oeste	466	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1
Mato Grosso do Sul	78	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1
Mato Grosso	141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	246	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 199 - Municípios, total e com estrutura na área de política de gênero, por caracterização do órgão gestor e com orçamento próprio para a política, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com estrutura na área de formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres, por caracterização do órgão gestor					Não possui estrutura específica	Órgão gestor da política para mulheres com orçamento próprio	
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo			Órgão da administração indireta
Brasil	5 565	1 043	68	92	736	142	5	4 522	379
Até 5 000	1 257	129	2	8	100	19	-	1 128	39
De 5 001 a 10 000	1 294	157	4	15	115	23	-	1 137	54
De 10 001 a 20 000	1 370	197	13	13	145	26	-	1 173	49
De 20 001 a 50 000	1 055	255	15	26	189	25	-	800	87
De 50 001 a 100 000	316	121	7	13	81	19	1	195	55
De 100 001 a 500 000	233	148	22	14	88	21	3	85	76
Mais de 500 000	40	36	5	3	18	9	1	4	19
Norte	449	71	6	10	42	13	-	378	28
Até 5 000	87	11	1	1	6	3	-	76	4
De 5 001 a 10 000	89	10	-	1	7	2	-	79	5
De 10 001 a 20 000	107	15	2	3	7	3	-	92	3
De 20 001 a 50 000	113	14	-	2	12	-	-	99	6
De 50 001 a 100 000	32	9	2	2	4	1	-	23	4
De 100 001 a 500 000	18	9	1	1	3	4	-	9	3
Mais de 500 000	3	3	-	-	3	-	-	-	3
Nordeste	1 794	417	27	38	320	30	2	1 377	152
Até 5 000	225	45	1	4	39	1	-	180	13
De 5 001 a 10 000	392	68	1	7	56	4	-	324	27
De 10 001 a 20 000	580	105	6	6	88	5	-	475	32
De 20 001 a 50 000	432	110	9	9	83	9	-	322	36
De 50 001 a 100 000	110	48	2	7	34	5	-	62	21
De 100 001 a 500 000	44	31	7	5	16	2	1	13	16
Mais de 500 000	11	10	1	-	4	4	1	1	7
Sudeste	1 668	262	18	4	192	47	1	1 406	102
Até 5 000	381	19	-	-	13	6	-	362	5
De 5 001 a 10 000	408	30	1	-	16	13	-	378	6
De 10 001 a 20 000	351	28	-	-	21	7	-	323	7
De 20 001 a 50 000	294	61	4	1	52	4	-	233	20
De 50 001 a 100 000	98	33	-	2	26	5	-	65	18
De 100 001 a 500 000	118	75	10	-	55	9	1	43	39
Mais de 500 000	18	16	3	7	9	3	-	2	7
Sul	1 188	213	14	23	134	40	2	975	71
Até 5 000	421	42	-	2	33	7	-	379	15
De 5 001 a 10 000	291	32	1	2	25	4	-	259	10
De 10 001 a 20 000	229	36	3	4	22	7	-	193	5
De 20 001 a 50 000	144	43	2	8	25	8	-	101	12
De 50 001 a 100 000	57	26	3	-	15	7	1	31	11
De 100 001 a 500 000	43	31	4	7	13	6	1	12	17
Mais de 500 000	3	3	1	-	1	1	-	-	1
Centro-Oeste	466	80	3	17	48	12	-	386	26
Até 5 000	143	12	-	1	9	2	-	131	2
De 5 001 a 10 000	114	17	1	5	11	-	-	97	6
De 10 001 a 20 000	103	13	2	-	7	4	-	90	2
De 20 001 a 50 000	72	27	-	6	17	4	-	45	13
De 50 001 a 100 000	19	5	-	2	2	1	-	14	1
De 100 001 a 500 000	10	2	-	1	1	-	-	8	1
Mais de 500 000	5	4	-	2	1	1	-	1	1

Tabela 200 - Municípios, total e com estrutura na área de política de gênero, por caracterização do órgão gestor e com orçamento próprio para a política, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com estrutura na área de formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica	Órgão gestor da política para mulheres com orçamento próprio
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta		
Brasil	5 565	1 043	68	92	736	142	5	4 522	379
Norte	449	71	6	10	42	13	-	71	28
Rondônia	52	12	1	2	7	2	-	12	3
Acre	22	3	-	-	1	2	-	3	2
Amazonas	62	9	1	1	7	-	-	9	3
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	143	19	3	3	11	-	-	19	6
Amapá	16	15	-	2	6	2	-	15	13
Tocantins	139	13	1	2	10	7	-	13	1
Nordeste	1 794	417	27	38	320	30	2	417	152
Maranhão	217	69	10	5	50	4	-	69	18
Piauí	224	107	1	12	91	3	-	107	42
Ceará	184	41	-	2	36	2	1	41	15
Rio Grande do Norte	167	9	1	1	7	-	-	9	2
Paraíba	223	15	-	-	13	2	-	15	4
Pernambuco	185	70	9	8	41	12	-	70	26
Alagoas	102	13	1	2	9	1	-	13	8
Sergipe	75	16	-	2	10	4	-	16	6
Bahia	417	77	5	6	63	2	1	77	31
Sudeste	1 668	262	18	4	192	47	1	262	102
Minas Gerais	853	102	1	3	80	18	-	102	43
Espírito Santo	78	21	-	1	20	-	-	21	7
Rio de Janeiro	92	46	5	-	36	5	-	46	19
São Paulo	645	93	12	-	56	24	1	93	33
Sul	1 188	213	14	23	134	40	2	213	71
Paraná	399	67	7	10	38	12	-	67	26
Santa Catarina	293	55	5	7	39	2	2	55	13
Rio Grande do Sul	496	91	2	6	57	26	-	91	32
Centro-Oeste	466	80	3	17	48	12	-	80	26
Mato Grosso do Sul	78	26	1	10	10	5	-	26	9
Mato Grosso	141	28	-	2	24	2	-	28	7
Goiás	246	25	2	4	14	5	-	25	9
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 201 - Municípios, total e com órgão gestor de políticas para mulheres que executa ações para grupos específicos, por grupos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Órgão gestor de políticas para mulheres que executa ações para grupos específicos							
		Total	Grupos						
			Idosos	População de lésbicas, gays, bissexuais, tranvestis e transexuais	Crianças e adolescentes	Negros	Pessoas com deficiência	Indígenas	Outros
Brasil	5 565	806	694	138	703	223	545	83	152
Até 5 000	1 257	108	88	8	104	8	72	6	18
De 5 001 a 10 000	1 294	133	119	3	123	15	88	5	19
De 10 001 a 20 000	1 370	143	125	17	127	33	90	10	19
De 20 001 a 50 000	1 055	193	173	29	172	59	130	23	41
De 50 001 a 100 000	316	90	77	21	77	35	62	13	20
De 100 001 a 500 000	233	115	93	47	87	58	87	17	27
Mais de 500 000	40	24	19	13	13	15	16	9	8
Norte	449	55	49	12	47	17	34	12	13
Até 5 000	87	8	8	1	7	1	5	2	2
De 5 001 a 10 000	89	9	9	1	9	2	6	1	2
De 10 001 a 20 000	107	11	10	3	9	3	6	3	2
De 20 001 a 50 000	113	12	9	-	10	2	5	-	2
De 50 001 a 100 000	32	7	7	1	7	4	5	3	1
De 100 001 a 500 000	18	5	3	4	3	3	4	1	3
Mais de 500 000	3	3	3	2	2	2	3	2	1
Nordeste	1 794	335	286	48	296	85	230	25	45
Até 5 000	225	41	29	2	41	2	27	1	5
De 5 001 a 10 000	392	59	53	-	56	5	46	-	6
De 10 001 a 20 000	580	84	70	8	73	19	52	6	11
De 20 001 a 50 000	432	84	76	11	74	27	59	6	11
De 50 001 a 100 000	110	38	33	10	32	14	27	6	7
De 100 001 a 500 000	44	23	19	14	17	14	15	6	4
Mais de 500 000	11	6	6	3	3	4	4	-	1
Sudeste	1 668	199	168	43	169	69	131	15	42
Até 5 000	381	15	15	1	15	2	10	-	2
De 5 001 a 10 000	408	22	16	-	19	2	10	-	3
De 10 001 a 20 000	351	25	24	4	24	7	16	-	5
De 20 001 a 50 000	294	42	38	10	40	14	26	4	11
De 50 001 a 100 000	98	23	20	4	21	11	16	1	4
De 100 001 a 500 000	118	62	49	21	46	28	47	7	12
Mais de 500 000	18	10	6	3	4	5	6	3	5
Sul	1 188	155	135	21	135	28	105	15	32
Até 5 000	421	33	27	1	31	1	24	3	7
De 5 001 a 10 000	291	28	26	-	25	-	16	1	5
De 10 001 a 20 000	229	20	18	2	19	3	14	1	-
De 20 001 a 50 000	144	33	31	6	29	9	22	6	8
De 50 001 a 100 000	57	17	13	4	12	4	10	1	4
De 100 001 a 500 000	43	23	20	7	19	11	19	3	8
Mais de 500 000	3	1	-	1	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	466	62	56	14	56	24	45	16	20
Até 5 000	143	11	9	3	10	2	6	-	2
De 5 001 a 10 000	114	15	15	2	14	6	10	3	3
De 10 001 a 20 000	103	3	3	-	2	1	2	-	1
De 20 001 a 50 000	72	22	19	2	19	7	18	7	9
De 50 001 a 100 000	19	5	4	2	5	2	4	2	4
De 100 001 a 500 000	10	2	2	1	2	2	2	-	-
Mais de 500 000	5	4	4	4	4	4	3	4	1

Tabela 202 - Municípios, total e com órgão gestor de políticas para mulheres que executa ações para grupos específicos, por grupos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Órgão gestor de políticas para mulheres que executa ações para grupos específicos							
		Total	Grupos						
			Idosos	População de lésbicas, gays, bisse- xuais, tra- vestis e tran- sexuais	Crianças e adoles- centes	Negros	Pessoas com deficiência	Indígenas	Outros
Brasil	5 565	806	694	138	703	223	545	83	152
Norte	449	55	49	12	47	17	34	12	13
Rondônia	52	8	8	1	7	3	4	2	2
Acre	22	2	1	1	1	1	-	-	-
Amazonas	62	9	8	2	9	2	7	3	-
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	143	14	13	3	11	3	10	3	7
Amapá	16	9	7	2	8	2	3	-	-
Tocantins	139	13	12	3	11	6	10	4	4
Nordeste	1 794	335	286	48	296	85	230	25	45
Maranhão	217	52	41	3	45	18	25	7	11
Piauí	224	95	78	-	95	2	72	-	11
Ceará	184	33	31	9	31	8	27	5	8
Rio Grande do Norte	167	6	5	2	4	3	3	-	-
Paraíba	223	15	15	5	12	4	12	-	-
Pernambuco	185	52	46	8	43	16	37	4	4
Alagoas	102	12	10	3	9	5	7	2	2
Sergipe	75	10	10	6	10	5	8	1	3
Bahia	417	60	50	12	47	24	39	4	6
Sudeste	1 668	199	168	43	169	69	131	15	42
Minas Gerais	853	81	68	9	73	23	57	3	8
Espírito Santo	78	16	15	8	13	9	11	1	4
Rio de Janeiro	92	37	30	13	30	16	23	5	14
São Paulo	645	65	55	13	53	21	40	6	16
Sul	1 188	155	135	21	135	28	105	15	32
Paraná	399	43	34	3	38	5	25	2	10
Santa Catarina	293	47	45	2	43	6	36	6	13
Rio Grande do Sul	496	65	56	16	54	17	44	7	9
Centro-Oeste	466	62	56	14	56	24	45	16	20
Mato Grosso do Sul	78	15	12	7	12	8	10	8	4
Mato Grosso	141	25	25	4	24	7	18	4	3
Goiás	246	21	18	2	19	8	16	3	13
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 203 - Municípios, total e com órgão gestor de política para mulheres, por áreas de atuação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com órgão gestor de política para mulheres									
		Total	Áreas de atuação								
			Capacitação em gênero para outras áreas do governo municipal	Articulação com outros órgãos municipais a incorporação da questão de gênero na formulação e/ou implementação de políticas							
				Total	Educação	Trabalho	Violência	Saúde	Cultura	Política	Outras
Brasil	5 565	1 043	375	798	653	505	512	672	495	254	147
Até 5 000	1 257	129	36	81	68	37	29	68	46	13	13
De 5 001 a 10 000	1 294	157	55	106	80	56	50	81	53	18	18
De 10 001 a 20 000	1 370	197	62	132	115	80	73	116	91	37	17
De 20 001 a 50 000	1 055	255	86	209	164	131	137	170	126	60	22
De 50 001 a 100 000	316	121	50	102	86	74	81	85	69	48	25
De 100 001 a 500 000	233	148	66	135	114	100	111	124	90	63	37
Mais de 500 000	40	36	20	33	26	27	31	28	20	15	15
Norte	449	71	32	56	47	43	42	44	35	26	11
Até 5 000	87	11	5	9	9	5	5	7	4	2	1
De 5 001 a 10 000	89	10	6	7	4	5	4	5	3	2	-
De 10 001 a 20 000	107	15	5	11	10	9	9	10	9	6	1
De 20 001 a 50 000	113	14	3	10	9	9	8	7	4	3	1
De 50 001 a 100 000	32	9	6	9	6	6	7	7	7	6	4
De 100 001 a 500 000	18	9	6	8	7	7	7	7	6	6	4
Mais de 500 000	3	3	1	2	2	2	2	1	2	1	-
Nordeste	1 794	417	156	297	255	171	179	242	191	84	35
Até 5 000	225	45	18	22	19	8	6	17	12	2	4
De 5 001 a 10 000	392	68	26	40	33	15	18	23	24	4	3
De 10 001 a 20 000	580	105	38	70	65	36	33	64	49	18	7
De 20 001 a 50 000	432	110	35	88	70	56	56	69	56	24	6
De 50 001 a 100 000	110	48	21	42	37	29	34	38	28	18	8
De 100 001 a 500 000	44	31	13	26	22	18	23	22	16	13	4
Mais de 500 000	11	10	5	9	9	9	9	9	6	5	3
Sudeste	1 668	262	96	210	167	140	135	181	124	64	43
Até 5 000	381	19	2	13	10	8	7	11	8	3	1
De 5 001 a 10 000	408	30	10	19	14	12	9	17	10	3	5
De 10 001 a 20 000	351	28	9	17	14	11	4	15	11	1	1
De 20 001 a 50 000	294	61	24	51	41	27	27	42	30	12	6
De 50 001 a 100 000	98	33	11	24	19	19	17	18	11	11	5
De 100 001 a 500 000	118	75	31	70	59	51	56	65	46	28	18
Mais de 500 000	18	16	9	16	10	12	15	13	8	6	7
Sul	1 188	213	57	170	136	108	113	152	106	54	43
Até 5 000	421	42	8	27	23	13	8	24	18	3	6
De 5 001 a 10 000	291	32	6	27	20	15	14	26	10	5	7
De 10 001 a 20 000	229	36	5	23	17	13	17	19	13	5	6
De 20 001 a 50 000	144	43	14	39	28	25	29	35	23	13	6
De 50 001 a 100 000	57	26	8	23	21	18	19	18	19	11	6
De 100 001 a 500 000	43	31	15	29	25	22	24	28	21	16	10
Mais de 500 000	3	3	1	2	2	2	2	2	2	1	2
Centro-Oeste	466	80	34	65	48	43	43	53	39	26	15
Até 5 000	143	12	3	10	7	3	3	9	4	3	1
De 5 001 a 10 000	114	17	7	13	9	9	5	10	6	4	3
De 10 001 a 20 000	103	13	5	11	9	11	10	8	9	7	2
De 20 001 a 50 000	72	27	10	21	16	14	17	17	13	8	3
De 50 001 a 100 000	19	5	4	4	3	2	4	4	4	2	2
De 100 001 a 500 000	10	2	1	2	1	2	1	2	1	-	1
Mais de 500 000	5	4	4	4	3	2	3	3	2	2	3

Tabela 203 - Municípios, total e com órgão gestor de política para mulheres, por áreas de atuação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com órgão gestor de política para mulheres							
	Áreas de atuação							
	Executar diretamente políticas para a promoção da igualdade de gênero ou autonomia das mulheres							
	Total	Na área de						
Edu- cação		Traba- lho	Violên- cia	Saúde	Cultura	Política	Outras	
Brasil	627	409	423	432	414	310	212	126
Até 5 000	64	46	37	35	52	34	14	12
De 5 001 a 10 000	86	58	61	44	59	36	18	13
De 10 001 a 20 000	113	81	74	73	76	63	38	20
De 20 001 a 50 000	156	101	111	101	101	79	50	23
De 50 001 a 100 000	79	56	54	70	54	40	37	20
De 100 001 a 500 000	104	56	71	87	60	49	45	29
Mais de 500 000	25	11	15	22	12	9	10	9
Norte	47	26	34	34	30	24	21	11
Até 5 000	5	3	3	1	3	2	-	-
De 5 001 a 10 000	7	2	4	2	4	3	1	1
De 10 001 a 20 000	9	7	7	8	7	7	6	2
De 20 001 a 50 000	11	5	9	9	5	3	5	1
De 50 001 a 100 000	6	5	4	6	5	5	4	3
De 100 001 a 500 000	8	3	6	7	6	3	4	4
Mais de 500 000	1	1	1	1	-	1	1	-
Nordeste	255	179	180	179	164	128	85	33
Até 5 000	19	15	14	15	15	9	5	3
De 5 001 a 10 000	36	26	30	18	23	14	8	2
De 10 001 a 20 000	63	47	38	37	41	33	18	8
De 20 001 a 50 000	68	47	50	46	42	39	21	8
De 50 001 a 100 000	38	28	25	35	28	19	18	7
De 100 001 a 500 000	23	12	17	20	10	10	12	4
Mais de 500 000	8	4	6	8	5	4	3	1
Sudeste	154	93	91	100	92	66	48	36
Até 5 000	9	7	4	7	7	4	2	-
De 5 001 a 10 000	19	12	11	7	12	6	3	5
De 10 001 a 20 000	16	10	8	9	10	8	3	4
De 20 001 a 50 000	39	26	28	22	26	17	10	8
De 50 001 a 100 000	14	8	9	10	7	6	6	3
De 100 001 a 500 000	46	28	26	36	27	24	21	12
Mais de 500 000	11	2	5	9	3	1	3	4
Sul	120	77	82	83	86	63	37	34
Até 5 000	24	15	14	9	20	16	4	8
De 5 001 a 10 000	15	10	8	10	13	7	2	3
De 10 001 a 20 000	16	10	12	11	10	7	6	4
De 20 001 a 50 000	21	15	13	14	14	12	9	5
De 50 001 a 100 000	17	13	13	15	12	8	7	5
De 100 001 a 500 000	26	13	21	23	16	12	8	8
Mais de 500 000	1	1	1	1	1	1	1	1
Centro-Oeste	51	34	36	36	42	29	21	12
Até 5 000	7	6	2	3	7	3	3	1
De 5 001 a 10 000	9	8	8	7	7	6	4	2
De 10 001 a 20 000	9	7	9	8	8	8	5	2
De 20 001 a 50 000	17	8	11	10	14	8	5	1
De 50 001 a 100 000	4	2	3	4	2	2	2	2
De 100 001 a 500 000	1	-	1	1	1	-	-	1
Mais de 500 000	4	3	2	3	3	2	2	3

Tabela 204 - Municípios, total e com órgão gestor de política para mulheres, por áreas de atuação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com órgão gestor de política para mulheres							
	Áreas de atuação							
	Executar diretamente políticas para a promoção da igualdade de gênero ou autonomia das mulheres							
	Total	Na área de						
Edu- cação		Traba- lho	Violên- cia	Saúde	Cultura	Política	Outras	
Brasil	627	409	423	432	414	310	212	126
Norte	47	26	34	34	30	24	21	11
Rondônia	6	4	5	4	4	4	2	1
Acre	3	3	2	3	3	2	3	-
Amazonas	7	4	5	5	3	5	2	1
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	16	8	13	13	9	7	7	9
Amapá	7	4	3	6	6	4	3	-
Tocantins	8	3	6	3	5	2	4	-
Nordeste	255	179	180	179	164	128	85	33
Maranhão	46	30	29	29	33	24	19	6
Piauí	51	40	43	35	31	18	8	4
Ceará	25	17	21	22	16	14	10	4
Rio Grande do Norte	5	4	4	4	5	4	1	-
Paraíba	10	9	9	8	9	7	5	1
Pernambuco	49	33	28	35	32	25	22	6
Alagoas	8	3	4	8	7	4	3	3
Sergipe	10	9	8	9	6	7	5	2
Bahia	51	34	34	29	25	25	12	7
Sudeste	154	93	91	100	92	66	48	36
Minas Gerais	59	39	32	34	35	28	13	3
Espírito Santo	11	6	8	8	6	3	4	5
Rio de Janeiro	30	19	20	27	18	15	12	10
São Paulo	54	29	31	31	33	20	19	18
Sul	120	77	82	83	86	63	37	34
Paraná	31	18	18	21	20	14	9	7
Santa Catarina	34	23	21	23	24	18	10	14
Rio Grande do Sul	55	36	43	39	42	31	18	13
Centro-Oeste	51	34	36	36	42	29	21	12
Mato Grosso do Sul	18	12	12	13	14	10	9	5
Mato Grosso	17	12	13	10	14	9	5	2
Goiás	15	9	10	12	13	9	6	4
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 205 - Municípios, total, com órgão gestor de política para as mulheres e com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com órgão gestor de políticas para as mulheres	Com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres		
			Total	Com ou sem previsão legal	
				Com previsão legal	Sem previsão legal
Brasil	5 565	1 043	193	80	113
Até 5 000	1 257	129	15	5	10
De 5 001 a 10 000	1 294	157	15	4	11
De 10 001 a 20 000	1 370	197	28	8	20
De 20 001 a 50 000	1 055	255	51	22	29
De 50 001 a 100 000	316	121	33	18	15
De 100 001 a 500 000	233	148	38	18	20
Mais de 500 000	40	36	13	5	8
Norte	449	71	14	9	5
Até 5 000	87	11	1	1	-
De 5 001 a 10 000	89	10	1	1	-
De 10 001 a 20 000	107	15	1	-	1
De 20 001 a 50 000	113	14	2	1	1
De 50 001 a 100 000	32	9	4	3	1
De 100 001 a 500 000	18	9	4	3	1
Mais de 500 000	3	3	1	-	1
Nordeste	1 794	417	74	27	47
Até 5 000	225	45	1	-	1
De 5 001 a 10 000	392	68	6	-	6
De 10 001 a 20 000	580	105	19	7	12
De 20 001 a 50 000	432	110	28	11	17
De 50 001 a 100 000	110	48	11	5	6
De 100 001 a 500 000	44	31	7	3	4
Mais de 500 000	11	10	2	1	1
Sudeste	1 668	262	49	23	26
Até 5 000	381	19	3	1	2
De 5 001 a 10 000	408	30	4	-	4
De 10 001 a 20 000	351	28	2	-	2
De 20 001 a 50 000	294	61	7	4	3
De 50 001 a 100 000	98	33	8	6	2
De 100 001 a 500 000	118	75	20	10	10
Mais de 500 000	18	16	5	2	3
Sul	1 188	213	38	13	25
Até 5 000	421	42	8	1	7
De 5 001 a 10 000	291	32	2	1	1
De 10 001 a 20 000	229	36	5	1	4
De 20 001 a 50 000	144	43	8	4	4
De 50 001 a 100 000	57	26	9	4	5
De 100 001 a 500 000	43	31	5	1	4
Mais de 500 000	3	3	1	1	-
Centro-Oeste	466	80	18	8	10
Até 5 000	143	12	2	2	-
De 5 001 a 10 000	114	17	2	2	-
De 10 001 a 20 000	103	13	1	-	1
De 20 001 a 50 000	72	27	6	2	4
De 50 001 a 100 000	19	5	1	-	1
De 100 001 a 500 000	10	2	2	1	1
Mais de 500 000	5	4	4	1	3

Tabela 206 - Municípios, total, com órgão gestor de política para as mulheres e com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com órgão gestor de políticas para as mulheres	Com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres		
			Total	Com ou sem previsão legal	
				Com previsão legal	Sem previsão legal
Brasil	5 565	1 043	193	80	113
Norte	449	71	14	9	5
Rondônia	52	12	2	1	1
Acre	22	3	1	1	-
Amazonas	62	9	1	1	-
Roraima	15	-	-	-	-
Pará	143	19	6	2	4
Amapá	16	15	-	-	-
Tocantins	139	13	4	4	-
Nordeste	1 794	417	74	27	47
Maranhão	217	69	19	4	15
Piauí	224	107	2	1	1
Ceará	184	41	8	4	4
Rio Grande do Norte	167	9	-	-	-
Paraíba	223	15	2	-	2
Pernambuco	185	70	20	8	12
Alagoas	102	13	4	1	3
Sergipe	75	16	5	4	1
Bahia	417	77	14	5	9
Sudeste	1 668	262	49	23	26
Minas Gerais	853	102	19	10	9
Espírito Santo	78	21	3	1	2
Rio de Janeiro	92	46	7	2	5
São Paulo	645	93	20	10	10
Sul	1 188	213	38	13	25
Paraná	399	67	7	3	4
Santa Catarina	293	55	5	1	4
Rio Grande do Sul	496	91	26	9	17
Centro-Oeste	466	80	18	8	10
Mato Grosso do Sul	78	26	7	2	5
Mato Grosso	141	28	4	2	2
Goiás	246	25	6	3	3
Distrito Federal	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 207 - Municípios, total e que desenvolve programa, projeto ou ação na área de políticas para mulheres, em cooperação, convênio e/ou articulação, por tipo de parceria, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com cooperação, convênio e/ou articulação									
		Total	Administração			Organizações não governamentais	Organismos internacionais (1)	Entidades		Outras instituições privadas	Outras
			Pública federal	Pública estadual	Pública municipal			Religiosas	Trabalhadores		
Brasil	5 565	1 799	589	577	1 154	525	194	38	486	332	223
Até 5 000	1 257	278	57	65	174	41	16	-	58	51	38
De 5 001 a 10 000	1 294	317	79	83	204	50	21	2	69	48	39
De 10 001 a 20 000	1 370	408	117	106	237	100	29	3	96	70	47
De 20 001 a 50 000	1 055	410	122	142	255	125	40	8	135	81	48
De 50 001 a 100 000	316	176	79	69	119	75	27	4	55	31	24
De 100 001 a 500 000	233	172	105	90	132	104	47	14	62	39	21
Mais de 500 000	40	38	30	22	33	30	14	7	11	12	6
Norte	449	147	44	57	79	44	23	3	45	30	23
Até 5 000	87	16	7	8	11	-	-	-	4	3	1
De 5 001 a 10 000	89	24	5	13	8	3	3	2	4	3	4
De 10 001 a 20 000	107	36	11	13	19	12	6	-	11	5	4
De 20 001 a 50 000	113	39	7	10	19	12	3	-	13	10	7
De 50 001 a 100 000	32	17	5	6	10	9	6	-	5	4	4
De 100 001 a 500 000	18	12	6	6	10	6	5	1	6	4	3
Mais de 500 000	3	3	3	1	2	2	-	-	2	1	-
Nordeste	1 794	600	232	197	404	159	43	6	172	129	56
Até 5 000	225	40	14	8	26	-	-	-	8	4	4
De 5 001 a 10 000	392	93	26	18	65	12	3	-	22	18	5
De 10 001 a 20 000	580	185	57	45	111	35	5	2	46	30	17
De 20 001 a 50 000	432	171	66	66	116	49	13	5	60	42	19
De 50 001 a 100 000	110	64	36	29	44	26	5	2	17	15	5
De 100 001 a 500 000	44	36	24	22	32	28	11	5	17	15	3
Mais de 500 000	11	11	9	9	10	9	6	2	2	5	3
Sudeste	1 668	467	152	165	293	128	48	14	104	53	64
Até 5 000	381	61	12	18	40	5	3	-	6	5	11
De 5 001 a 10 000	408	84	19	27	50	12	4	-	18	9	9
De 10 001 a 20 000	351	71	21	20	39	9	6	-	11	12	11
De 20 001 a 50 000	294	101	25	29	54	25	6	2	27	9	13
De 50 001 a 100 000	98	48	12	18	34	16	8	2	14	4	5
De 100 001 a 500 000	118	85	50	46	61	47	16	6	24	11	13
Mais de 500 000	18	17	13	7	15	14	5	4	4	3	2
Sul	1 188	438	102	107	274	162	66	3	119	100	66
Até 5 000	421	136	17	21	80	34	13	-	32	38	19
De 5 001 a 10 000	291	94	22	19	63	20	9	-	22	17	18
De 10 001 a 20 000	229	79	16	19	43	40	9	-	17	16	12
De 20 001 a 50 000	144	62	10	22	39	26	14	1	21	14	6
De 50 001 a 100 000	57	33	15	11	23	19	6	-	14	6	9
De 100 001 a 500 000	43	32	21	14	24	21	14	2	12	8	2
Mais de 500 000	3	2	1	1	2	2	1	-	1	1	-
Centro-Oeste	466	147	59	51	104	32	14	2	46	20	14
Até 5 000	143	25	7	10	17	2	-	-	8	1	3
De 5 001 a 10 000	114	22	7	6	18	3	2	-	3	1	3
De 10 001 a 20 000	103	37	12	9	25	4	3	1	11	7	3
De 20 001 a 50 000	72	37	14	15	27	13	4	-	14	6	3
De 50 001 a 100 000	19	14	11	5	8	5	2	-	5	2	1
De 100 001 a 500 000	10	7	4	2	5	2	1	-	3	1	-
Mais de 500 000	5	5	4	4	4	3	2	1	2	2	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Exclusive ONG.

Tabela 208 - Municípios, total e que desenvolve programa, projeto ou ação na área de políticas para mulheres, em cooperação, convênio e/ou articulação, por tipo de parceria, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Com cooperação, convênio e/ou articulação									
		Total	Administração			Organi- zações não governamen- tais	Organis- mos inter- nacionais (1)	Entidades		Outras institui- ções privadas	Outras
			Pública federal	Pública estadual	Pública municipal			Reli- giosas	Traba- lhadores		
Brasil	5 565	1 799	589	577	1 154	525	194	38	486	332	223
Norte	449	147	44	57	79	44	23	3	45	30	23
Rondônia	52	18	6	6	8	7	5	-	7	4	5
Acre	22	9	6	7	3	3	2	1	2	2	-
Amazonas	62	21	3	5	14	8	4	1	6	4	3
Roraima	15	4	1	2	1	-	-	-	-	-	1
Pará	143	51	12	8	31	20	10	1	21	17	9
Amapá	16	14	4	14	10	2	-	-	1	1	-
Tocantins	139	30	12	15	12	4	2	-	8	2	5
Nordeste	1 794	600	232	197	404	159	43	16	172	129	56
Maranhão	217	85	20	15	60	12	4	-	32	19	12
Piauí	224	50	16	6	37	8	-	-	8	8	4
Ceará	184	82	39	32	55	32	5	3	23	19	9
Rio Grande do Norte	167	58	15	12	40	10	2	-	12	9	2
Paraíba	223	56	38	11	30	12	4	-	16	7	2
Pernambuco	185	92	33	53	62	33	7	8	22	29	7
Alagoas	102	23	8	6	16	5	4	-	6	5	3
Sergipe	75	30	10	10	21	8	2	1	10	5	5
Bahia	417	124	53	52	83	39	15	4	43	28	12
Sudeste	1 668	467	152	165	293	128	48	14	104	53	64
Minas Gerais	853	181	52	52	108	43	16	5	46	32	17
Espírito Santo	78	30	7	11	16	7	2	-	5	2	6
Rio de Janeiro	92	56	29	32	43	18	8	2	12	5	9
São Paulo	645	200	64	70	126	60	22	7	41	14	32
Sul	1 188	438	102	107	274	162	66	3	119	100	66
Paraná	399	115	32	26	82	43	14	1	29	14	14
Santa Catarina	293	124	17	14	70	63	13	-	28	26	16
Rio Grande do Sul	496	199	53	67	122	56	39	2	62	60	36
Centro-Oeste	466	147	59	51	104	32	14	2	46	20	14
Mato Grosso do Sul	78	33	18	19	24	11	3	-	14	6	4
Mato Grosso	141	59	19	15	48	8	4	1	15	8	6
Goiás	246	54	21	16	31	12	6	-	16	5	4
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Exceto ONG

Tabela 209 - Municípios, total, com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios												
	Com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher												Realizou reunião nos últimos 12 meses
	Total	Características do conselho											
		Total	Paritário	Caráter do conselho				Vinculado administrativamente					
Con-sultivo				Delibe-rativo	Nor-mativo	Fisca-lizador	Ao órgão gestor de política para um-lheres	Ao órgão gestor da assis-tência social	Ao órgão gestor dos direitos humanos	A outro órgão	A nenhum órgão		
Brasil	5 565	594	516	439	454	240	366	58	393	6	98	39	411
Até 5 000	1 257	35	30	21	29	17	22	-	25	-	6	4	16
De 5 001 a 10 000	1 294	44	41	32	38	20	27	-	33	1	8	3	23
De 10 001 a 20 000	1 370	79	68	56	60	31	48	6	49	2	13	11	39
De 20 001 a 50 000	1 055	148	132	108	121	58	87	7	111	1	20	9	105
De 50 001 a 100 000	316	116	103	89	92	51	69	13	78	2	16	8	84
De 100 001 a 500 000	233	143	123	109	96	55	94	24	88	3	25	4	119
Mais de 500 000	40	29	19	24	18	8	19	8	9	2	10	-	25
Norte	449	62	59	49	47	26	43	5	43	1	9	4	41
Até 5 000	87	11	11	8	10	5	9	-	10	-	1	-	7
De 5 001 a 10 000	89	11	11	8	9	5	6	-	8	-	3	-	6
De 10 001 a 20 000	107	8	6	5	5	4	5	-	6	-	-	2	4
De 20 001 a 50 000	113	12	12	12	8	6	7	-	10	-	2	-	9
De 50 001 a 100 000	32	7	7	4	6	3	7	2	3	-	-	2	5
De 100 001 a 500 000	18	10	9	9	8	2	6	3	5	-	2	-	8
Mais de 500 000	3	3	3	3	1	1	3	-	1	1	1	-	2
Nordeste	1 794	140	127	108	114	73	103	19	101	1	17	2	101
Até 5 000	225	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	392	9	7	7	8	5	6	-	7	-	1	1	5
De 10 001 a 20 000	580	20	19	15	15	8	11	3	14	-	3	-	8
De 20 001 a 50 000	432	33	32	24	26	19	26	3	27	-	3	-	28
De 50 001 a 100 000	110	34	31	28	32	19	23	4	24	-	5	1	23
De 100 001 a 500 000	44	35	30	27	26	19	30	7	24	1	3	-	29
Mais de 500 000	11	9	8	7	7	3	7	2	5	-	2	-	8
Sudeste	1 668	207	176	156	153	71	108	19	126	3	41	18	141
Até 5 000	381	7	6	4	6	4	3	-	3	-	3	1	2
De 5 001 a 10 000	408	11	11	9	11	5	9	-	9	-	1	1	6
De 10 001 a 20 000	351	15	13	13	11	5	10	1	8	-	3	3	5
De 20 001 a 50 000	294	59	53	42	52	19	26	1	43	1	9	5	36
De 50 001 a 100 000	98	37	32	29	28	14	19	3	21	1	8	4	28
De 100 001 a 500 000	118	67	58	50	39	22	35	9	39	1	14	4	55
Mais de 500 000	18	11	3	9	6	2	6	5	3	-	3	-	9
Sul	1 188	131	110	95	99	48	76	11	82	-	27	11	90
Até 5 000	421	10	8	4	7	4	5	-	5	-	2	3	3
De 5 001 a 10 000	291	8	7	5	6	2	3	-	5	-	2	1	3
De 10 001 a 20 000	229	26	21	19	21	12	16	1	14	-	7	4	16
De 20 001 a 50 000	144	28	23	22	22	7	18	1	19	-	6	2	20
De 50 001 a 100 000	57	30	27	22	20	12	15	3	24	-	2	1	22
De 100 001 a 500 000	43	26	22	21	21	10	18	5	15	-	6	-	23
Mais de 500 000	3	3	2	2	2	1	1	1	-	-	2	-	3
Centro-Oeste	466	54	44	31	41	22	36	4	41	1	4	4	38
Até 5 000	143	7	5	5	6	4	5	-	7	-	-	-	4
De 5 001 a 10 000	114	5	5	3	4	3	3	-	4	-	1	-	3
De 10 001 a 20 000	103	10	9	4	8	2	6	1	7	-	-	2	6
De 20 001 a 50 000	72	16	12	8	13	7	10	2	12	-	-	2	12
De 50 001 a 100 000	19	8	6	6	6	3	5	1	6	-	1	-	6
De 100 001 a 500 000	10	5	4	2	2	2	5	-	5	-	-	-	4
Mais de 500 000	5	3	3	3	2	1	2	-	-	1	2	-	3

Tabela 210 - Municípios, total, com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios												
	Total	Com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher											
		Total	Pari- tário	Caráter do conselho				Vinculado administrativamente					Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Con- sultivo	Delibe- rativo	Nor- mativo	Fisca- lizador	Ao órgão gestor de polí- tica pa- ra um- lheres	Ao órgão gestor da assis- tência social	Ao órgão gestor dos direitos humano- s	A outro órgão	A nenhum órgão	
Brasil	5 565	594	516	439	454	240	366	58	393	6	98	39	411
Norte	449	62	59	49	47	26	43	5	43	1	9	4	41
Rondônia	52	4	4	2	4	-	2	1	3	-	-	-	2
Acre	22	2	2	2	2	1	2	1	1	-	-	-	1
Amazonas	62	5	5	4	3	4	4	1	2	-	1	1	2
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	143	19	16	15	11	6	13	1	11	1	4	2	16
Amapá	16	3	3	3	3	3	3	-	1	-	1	-	1
Tocantins	139	29	29	23	24	12	19	1	25	-	3	1	19
Nordeste	1 794	140	127	108	114	73	103	19	101	1	17	2	101
Maranhão	217	37	35	27	29	19	27	9	22	-	6	-	27
Piauí	224	7	6	6	6	4	5	-	6	-	-	1	5
Ceará	184	33	31	27	28	17	23	1	30	-	2	-	27
Rio Grande do Norte	167	7	5	7	6	4	6	-	6	-	1	-	4
Paraíba	223	7	7	7	7	7	7	1	5	-	1	-	6
Pernambuco	185	10	8	4	9	3	6	4	3	1	1	1	8
Alagoas	102	6	5	5	3	-	3	-	4	-	2	-	3
Sergipe	75	4	4	4	4	4	4	-	4	-	-	-	3
Bahia	417	29	26	21	22	15	22	4	21	-	4	-	18
Sudeste	1 668	207	176	156	153	71	108	19	126	3	41	18	141
Minas Gerais	853	94	77	71	79	38	50	7	68	1	15	3	58
Espírito Santo	78	9	8	7	7	3	5	1	6	-	2	-	7
Rio de Janeiro	92	25	22	15	19	7	16	6	13	2	4	-	22
São Paulo	645	79	69	63	48	23	37	5	39	-	20	15	54
Sul	1 188	131	110	95	99	48	76	11	82	-	27	11	90
Paraná	399	31	26	22	20	10	15	4	16	-	8	3	16
Santa Catarina	293	23	23	15	19	9	17	1	20	-	1	1	20
Rio Grande do Sul	496	77	61	58	60	29	44	6	46	-	18	7	54
Centro-Oeste	466	54	44	31	41	22	36	4	41	1	4	4	38
Mato Grosso do Sul	78	15	10	10	11	6	9	3	9	-	2	1	12
Mato Grosso	141	28	26	13	23	10	20	1	25	-	1	1	20
Goiás	246	10	7	7	6	6	6	-	7	-	1	2	5
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	1	-	-	1	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 211 - Municípios, total e com Casa Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência, por tipo de atividade realizada, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com Casa Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência									
		Total	Com endereço sigiloso	Tipo de atividade realizada						Atendimento jurídico	Atendimento médico
				Atendimento psicológico individual	Atendimento psicológico em grupo	Atividades culturais e educativas	Atividades profissionalizantes	Atendimento social por assistente social			
Brasil	5 565	262	114	137	89	97	66	150	109	125	
Até 5 000	1 257	19	-	3	1	2	2	4	1	3	
De 5 001 a 10 000	1 294	28	1	6	7	8	5	7	6	6	
De 10 001 a 20 000	1 370	43	10	11	3	8	6	17	8	13	
De 20 001 a 50 000	1 055	44	15	18	7	7	6	16	13	19	
De 50 001 a 100 000	316	34	15	19	11	14	8	22	12	16	
De 100 001 a 500 000	233	67	50	57	40	37	24	58	47	49	
Mais de 500 000	40	27	23	23	20	21	15	26	22	19	
Norte	449	28	13	15	12	12	7	16	13	12	
Até 5 000	87	1	-	1	-	-	-	1	-	-	
De 5 001 a 10 000	89	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
De 10 001 a 20 000	107	2	-	-	-	-	-	1	-	-	
De 20 001 a 50 000	113	5	-	-	1	1	1	1	1	1	
De 50 001 a 100 000	32	10	6	6	4	5	3	6	4	4	
De 100 001 a 500 000	18	7	6	6	5	4	2	5	6	5	
Mais de 500 000	3	2	1	2	2	2	1	2	2	2	
Nordeste	1 794	42	16	18	12	10	8	21	18	16	
Até 5 000	225	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
De 5 001 a 10 000	392	6	-	-	-	-	-	-	-	-	
De 10 001 a 20 000	580	12	2	2	-	2	2	5	2	4	
De 20 001 a 50 000	432	10	3	4	3	-	-	4	3	2	
De 50 001 a 100 000	110	2	-	1	-	1	1	1	1	1	
De 100 001 a 500 000	44	4	3	4	3	2	1	3	4	3	
Mais de 500 000	11	8	8	7	6	5	4	8	8	6	
Sudeste	1 668	92	38	47	31	35	21	50	36	43	
Até 5 000	381	4	-	-	-	-	-	-	-	-	
De 5 001 a 10 000	408	9	-	2	2	3	2	3	2	2	
De 10 001 a 20 000	351	12	1	2	-	1	1	3	2	2	
De 20 001 a 50 000	294	15	5	6	1	2	1	4	2	7	
De 50 001 a 100 000	98	10	2	3	1	2	1	4	1	4	
De 100 001 a 500 000	118	32	22	26	20	20	11	27	23	22	
Mais de 500 000	18	10	8	8	7	7	5	9	6	6	
Sul	1 188	76	36	44	25	31	23	48	33	44	
Até 5 000	421	10	-	2	1	2	1	2	1	2	
De 5 001 a 10 000	291	8	-	2	3	3	2	2	3	3	
De 10 001 a 20 000	229	12	5	5	2	5	3	6	4	6	
De 20 001 a 50 000	144	12	6	7	2	3	3	6	6	8	
De 50 001 a 100 000	57	12	7	9	6	6	3	11	6	7	
De 100 001 a 500 000	43	19	15	16	9	9	8	18	10	15	
Mais de 500 000	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	
Centro-Oeste	466	24	11	13	9	9	7	15	9	10	
Até 5 000	143	4	-	-	-	-	1	1	-	1	
De 5 001 a 10 000	114	4	1	2	2	2	1	2	1	1	
De 10 001 a 20 000	103	5	2	2	1	-	-	2	-	1	
De 20 001 a 50 000	72	2	1	1	-	1	1	1	1	1	
De 50 001 a 100 000	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
De 100 001 a 500 000	10	5	4	5	3	2	2	5	4	4	
Mais de 500 000	5	4	3	3	3	4	2	4	3	2	

Tabela 211 - Municípios, total e com Casa Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência, por tipo de atividade realizada, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Com Casa Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência								
	Atividades realizadas pela Casa Abrigo					Capacitação das equipes que atuam na Casa Abrigo			
	Acompa- nhamento pedagó- gico das crianças	Encami- nhamento para pro- gramas de emprego e geração de renda	Garantia de inserção/ permanên- cia das crianças na escola	Outras atividades	Não sabe informar	Somente na ocasião do ingresso	Perma- nente- mente (1)	Perii- odca- mente (2)	Ocasio- namente (3)
Brasil	86	104	107	51	51	7	55	42	29
Até 5 000	3	1	1	2	8	-	-	1	-
De 5 001 a 10 000	3	4	4	3	8	1	1	2	1
De 10 001 a 20 000	7	10	9	3	19	1	4	3	3
De 20 001 a 50 000	6	11	9	7	12	2	7	7	2
De 50 001 a 100 000	11	15	15	7	3	2	11	4	4
De 100 001 a 500 000	37	39	49	18	1	1	21	19	13
Mais de 500 000	19	24	20	11	-	-	11	6	6
Norte	13	9	10	5	4	-	5	2	4
Até 5 000	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	-	-	1	1	1	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	5	4	4	1	2	-	3	-	1
De 100 001 a 500 000	4	3	3	2	1	-	2	2	2
Mais de 500 000	2	2	2	1	-	-	-	-	1
Nordeste	13	11	12	6	14	2	7	5	4
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	4	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	1	2	2	1	6	1	1	1	-
De 20 001 a 50 000	2	2	2	1	4	1	1	-	1
De 50 001 a 100 000	1	1	1	1	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	2	-	2	2	-	-	1	2	1
Mais de 500 000	7	6	5	1	-	-	4	2	2
Sudeste	27	36	39	14	15	4	22	12	10
Até 5 000	-	-	-	1	2	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	2	1	1	2	2	1	-	1	-
De 10 001 a 20 000	2	2	2	-	6	-	-	1	1
De 20 001 a 50 000	-	3	1	-	4	1	2	1	-
De 50 001 a 100 000	2	2	4	2	1	1	3	2	1
De 100 001 a 500 000	16	19	24	6	-	1	13	6	5
Mais de 500 000	5	9	7	3	-	-	4	1	3
Sul	26	38	38	22	11	1	16	17	9
Até 5 000	1	1	1	1	3	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1	2	2	1	1	-	1	-	1
De 10 001 a 20 000	2	6	5	2	5	-	3	-	-
De 20 001 a 50 000	4	5	4	4	2	-	4	5	1
De 50 001 a 100 000	3	8	6	3	-	1	5	2	2
De 100 001 a 500 000	12	13	17	8	-	-	2	8	5
Mais de 500 000	3	3	3	3	-	-	1	2	-
Centro-Oeste	7	10	8	4	7	-	5	6	2
Até 5 000	1	-	-	-	3	-	-	1	-
De 5 001 a 10 000	-	1	1	-	1	-	-	1	-
De 10 001 a 20 000	1	-	-	-	2	-	-	1	2
De 20 001 a 50 000	-	1	1	1	1	-	-	1	-
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	3	4	3	-	-	-	3	1	-
Mais de 500 000	2	4	3	3	-	-	2	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Capacitação continuada/supervisão (2) Mais de uma vez por ano (3) Pelo menos uma vez por ano.

Tabela 212 - Municípios, total e com Casa Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Com Casa Abrigo para atendimento a mulheres vítimas de violência								
	Atividades realizadas pela Casa Abrigo					Capacitação das equipes que atuam na Casa Abrigo			
	Acompa- nhamento pedagó- gico das crianças	Encami- nhamento para pro- gramas de emprego e geração de renda	Garantia de inserção/ permanên- cia das crianças na escola	Outras atividades	Não sabe informar	Somente na ocasião do ingresso	Perma- nente- mente (1)	Perii- odca- mente (2)	Ocasio- namente (3)
Brasil	86	104	107	51	51	7	55	42	29
Norte	13	9	10	5	4	27	5	3	4
Rondônia	2	1	1	-	1	3	1	-	-
Acre	2	2	1	-	-	5	-	1	1
Amazonas	2	2	2	-	1	4	1	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Pará	4	1	3	3	2	9	1	-	2
Amapá	1	1	1	1	-	1	-	1	-
Tocantins	2	2	2	1	-	4	1	-	1
Nordeste	13	11	12	6	14	119	7	5	4
Maranhão	3	2	3	3	7	17	1	2	1
Piauí	1	2	1	-	-	7	1	-	1
Ceará	1	1	1	-	-	20	1	-	-
Rio Grande do Norte	1	1	-	-	-	7	-	-	1
Paraíba	-	-	-	-	-	12	-	-	-
Pernambuco	3	2	2	1	-	27	3	1	-
Alagoas	-	-	-	-	-	4	-	-	1
Sergipe	2	2	2	1	5	5	-	1	-
Bahia	2	1	3	1	2	20	1	1	-
Sudeste	27	36	39	14	15	124	22	12	10
Minas Gerais	6	9	8	2	3	39	8	1	2
Espírito Santo	1	1	2	-	-	8	1	1	1
Rio de Janeiro	5	4	5	2	3	24	2	4	1
São Paulo	15	22	24	10	9	53	11	6	6
Sul	26	38	38	22	11	89	16	17	9
Paraná	12	18	17	11	3	31	8	9	1
Santa Catarina	7	8	8	6	3	25	2	4	2
Rio Grande do Sul	7	12	13	5	5	33	6	4	6
Centro-Oeste	7	10	8	4	7	51	5	6	2
Mato Grosso do Sul	1	2	-	1	-	8	1	1	1
Mato Grosso	2	3	3	1	4	18	1	4	-
Goiás	3	4	4	1	3	24	2	1	1
Distrito Federal	1	1	1	1	-	1	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Capacitação continuada/supervisão (2) Mais de uma vez por ano (3) Pelo menos uma vez por ano.

Tabela 213 - Municípios, total e com Centro de Referência para mulheres em situação de violência, por tipo de atividade realizada, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com Centro de Referência para mulheres em situação de violência					
		Total	Tipo de atividade realizada				
			Atendimento psicológico individual	Atendimento psicológico em grupo	Atividades culturais, educativas e profissionalizantes	Atendimento social acompanhado por assistente social que insira a mulher em programas sociais do governo	Atendimento jurídico
Brasil	5 565	559	410	277	293	435	303
Até 5 000	1 257	59	32	15	25	41	11
De 5 001 a 10 000	1 294	64	39	22	27	46	20
De 10 001 a 20 000	1 370	99	67	42	51	71	44
De 20 001 a 50 000	1 055	129	92	64	74	100	63
De 50 001 a 100 000	316	77	63	41	40	60	52
De 100 001 a 500 000	233	102	92	71	56	92	87
Mais de 500 000	40	29	25	22	20	25	26
Norte	449	45	27	24	22	33	24
Até 5 000	87	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	2	-	-	1	2	1
De 10 001 a 20 000	107	11	6	3	5	8	4
De 20 001 a 50 000	113	14	8	6	7	11	7
De 50 001 a 100 000	32	7	4	4	3	3	4
De 100 001 a 500 000	18	9	8	6	5	8	7
Mais de 500 000	3	2	1	1	1	1	1
Nordeste	1 794	152	119	80	93	125	95
Até 5 000	225	9	3	1	5	6	-
De 5 001 a 10 000	392	15	11	5	7	12	5
De 10 001 a 20 000	580	39	28	19	23	28	21
De 20 001 a 50 000	432	40	31	23	26	34	26
De 50 001 a 100 000	110	22	20	12	14	20	17
De 100 001 a 500 000	44	19	18	14	12	18	18
Mais de 500 000	11	8	8	6	6	7	8
Sudeste	1 668	180	124	92	79	136	99
Até 5 000	381	20	11	5	5	14	5
De 5 001 a 10 000	408	14	6	2	4	8	4
De 10 001 a 20 000	351	24	13	10	11	15	9
De 20 001 a 50 000	294	32	19	13	16	23	14
De 50 001 a 100 000	98	25	17	13	9	18	11
De 100 001 a 500 000	118	51	46	38	25	45	44
Mais de 500 000	18	14	12	11	9	13	12
Sul	1 188	124	89	47	63	91	56
Até 5 000	421	22	12	4	10	14	3
De 5 001 a 10 000	291	25	16	10	12	18	7
De 10 001 a 20 000	229	15	10	2	6	10	6
De 20 001 a 50 000	144	24	17	9	13	17	9
De 50 001 a 100 000	57	17	16	10	10	14	15
De 100 001 a 500 000	43	19	16	10	11	17	14
Mais de 500 000	3	2	2	2	1	1	2
Centro-Oeste	466	58	51	38	36	50	29
Até 5 000	143	8	6	5	5	7	3
De 5 001 a 10 000	114	8	6	5	3	6	3
De 10 001 a 20 000	103	10	10	8	6	10	4
De 20 001 a 50 000	72	19	17	13	12	15	7
De 50 001 a 100 000	19	6	6	2	4	5	5
De 100 001 a 500 000	10	4	4	3	3	4	4
Mais de 500 000	5	3	2	2	3	3	3

Tabela 213 - Municípios, total e com Centro de Referência para mulheres em situação de violência, por tipo de atividade realizada, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Com Centro de Referência para mulheres em situação de violência						
	Atividades realizadas pelo Centro de Referência			Capacitação das equipes que atuam no Centro de Referência			
	Encaminhamento para programas de emprego e geração de renda	Atividades de conscientização sobre os direitos da mulher junto à comunidade	Outras atividades	Somente na ocasião do ingresso	Permanente (1)	Periodicamente (2)	Ocasionalmente (3)
Brasil	289	325	105	24	187	155	66
Até 5 000	15	21	8	2	14	8	7
De 5 001 a 10 000	22	24	3	2	21	10	7
De 10 001 a 20 000	44	48	10	5	27	24	13
De 20 001 a 50 000	59	70	23	7	38	48	12
De 50 001 a 100 000	52	60	19	5	31	26	5
De 100 001 a 500 000	71	76	29	3	41	31	18
Mais de 500 000	26	26	13	-	15	8	4
Norte	17	26	10	4	13	12	5
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	1	-	-	1	-	1
De 10 001 a 20 000	3	6	2	2	2	3	1
De 20 001 a 50 000	4	8	2	-	4	7	1
De 50 001 a 100 000	4	4	1	1	2	1	-
De 100 001 a 500 000	5	6	4	1	4	1	1
Mais de 500 000	1	1	1	-	-	-	1
Nordeste	82	98	23	4	61	50	15
Até 5 000	-	4	1	-	1	1	3
De 5 001 a 10 000	7	7	1	1	7	2	2
De 10 001 a 20 000	18	21	4	2	14	9	7
De 20 001 a 50 000	24	26	4	1	13	18	1
De 50 001 a 100 000	17	18	6	-	10	11	1
De 100 001 a 500 000	9	15	4	-	10	8	-
Mais de 500 000	7	7	3	-	6	1	1
Sudeste	97	101	34	9	57	38	24
Até 5 000	6	5	2	-	5	1	1
De 5 001 a 10 000	3	4	-	-	3	3	-
De 10 001 a 20 000	9	10	3	1	5	5	1
De 20 001 a 50 000	13	13	7	5	11	5	4
De 50 001 a 100 000	15	16	4	2	9	5	4
De 100 001 a 500 000	38	40	12	1	19	13	12
Mais de 500 000	13	13	6	-	5	6	2
Sul	61	65	26	4	39	32	13
Até 5 000	7	9	4	1	5	5	1
De 5 001 a 10 000	9	8	1	-	9	3	2
De 10 001 a 20 000	7	6	1	-	2	4	1
De 20 001 a 50 000	9	12	5	-	7	7	4
De 50 001 a 100 000	11	16	6	2	9	5	-
De 100 001 a 500 000	16	12	8	1	6	7	5
Mais de 500 000	2	2	1	-	1	1	-
Centro-Oeste	32	35	12	3	17	23	9
Até 5 000	2	3	1	1	3	1	2
De 5 001 a 10 000	3	4	1	1	1	2	2
De 10 001 a 20 000	7	5	-	-	4	3	3
De 20 001 a 50 000	9	11	5	1	3	11	2
De 50 001 a 100 000	5	6	2	-	1	4	-
De 100 001 a 500 000	3	3	1	-	2	2	-
Mais de 500 000	3	3	2	-	3	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009
 (1) Capacitação continuada/supervisão (2) Mais de uma vez por ano (3) Pelo menos uma vez por ano

Tabela 214 - Municípios, total e com Centro de Referência para mulheres em situação de violência, por tipo de atividade realizada, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com Centro de Referência para mulheres em situação de violência					
		Total	Tipo de atividade realizada				
			Atendimento psicológico individual	Atendimento psicológico em grupo	Atividades culturais, educativas e profissionalizantes	Atendimento social acompanhado por assistente social que insira a mulher em programas sociais do governo	Atendimento jurídico
Brasil	5 565	559	410	277	293	435	303
Norte	449	45	27	20	22	33	24
Rondônia	52	4	3	2	2	3	2
Acre	22	5	5	4	4	4	4
Amazonas	62	6	4	3	4	4	3
Roraima	15	1	1	-	1	-	1
Pará	143	24	9	6	8	17	10
Amapá	16	1	1	1	1	1	1
Tocantins	139	4	4	4	2	4	3
Nordeste	1 794	152	119	80	93	125	95
Maranhão	217	28	17	7	15	19	13
Piauí	224	11	7	1	6	8	5
Ceará	184	26	20	16	16	19	20
Rio Grande do Norte	167	7	7	3	4	7	6
Paraíba	223	14	12	10	9	13	9
Pernambuco	185	31	27	20	20	31	19
Alagoas	102	5	4	3	4	5	4
Sergipe	75	7	5	3	5	5	4
Bahia	417	23	20	17	14	18	15
Sudeste	1 668	180	124	92	79	136	99
Minas Gerais	853	51	39	29	20	42	30
Espírito Santo	78	9	8	7	2	9	8
Rio de Janeiro	92	31	24	20	15	23	22
São Paulo	645	89	53	36	42	62	39
Sul	1 188	124	89	47	63	91	56
Paraná	399	44	31	18	21	35	27
Santa Catarina	293	34	25	13	17	28	12
Rio Grande do Sul	496	46	33	16	25	28	17
Centro-Oeste	466	58	51	38	36	50	29
Mato Grosso do Sul	78	10	8	7	7	8	6
Mato Grosso	141	22	18	13	13	17	7
Goiás	246	25	24	18	15	24	15
Distrito Federal	1	1	1	-	1	1	1

Tabela 214 - Municípios, total e com Centro de Referência para mulheres em situação de violência, por tipo de atividade realizada, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Com Centro de Referência para mulheres em situação de violência						
	Atividades realizadas pelo Centro de Referência			Capacitação das equipes que atuam no Centro de Referência			
	Encaminha- mento para programas de emprego e geração de renda	Atividades de concien- tização sobre os direitos da mulher junto à comu- nidade	Outras atividades	Somente na ocasião do ingresso	Permanen- temente (1)	Periodica- mente (2)	Ocasional- mente (3)
Brasil	289	325	105	24	187	155	66
Norte	17	26	10	4	13	12	5
Rondônia	3	3	2	-	2	1	-
Acre	2	5	3	1	2	2	-
Amazonas	2	4	-	-	1	3	-
Roraima	-	-	-	1	-	-	-
Pará	5	9	3	1	6	5	4
Amapá	1	1	1	-	-	1	-
Tocantins	4	4	1	1	2	-	1
Nordeste	82	98	23	4	61	50	15
Maranhão	13	14	2	-	11	5	4
Piauí	3	7	2	-	5	-	5
Ceará	16	15	5	1	9	12	1
Rio Grande do Norte	4	7	2	-	2	3	2
Paraíba	9	7	-	-	5	8	-
Pernambuco	20	24	5	-	15	11	2
Alagoas	2	4	1	-	2	3	-
Sergipe	4	3	3	1	-	3	-
Bahia	11	17	3	2	12	5	1
Sudeste	97	101	34	9	57	38	24
Minas Gerais	28	31	7	1	20	14	4
Espírito Santo	5	7	1	1	-	2	5
Rio de Janeiro	17	21	8	3	10	8	4
São Paulo	47	42	18	4	27	14	11
Sul	61	65	26	4	39	32	13
Paraná	26	22	9	1	17	15	2
Santa Catarina	15	20	6	1	7	7	6
Rio Grande do Sul	20	23	11	2	15	10	5
Centro-Oeste	32	35	12	3	17	23	9
Mato Grosso do Sul	9	8	2	-	6	3	-
Mato Grosso	9	10	4	2	4	9	4
Goiás	13	16	6	1	6	11	5
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009

(1) Capacitação continuada/supervisão (2) Mais de uma vez por ano (3) Pelo menos uma vez por ano.

Tabela 215 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	5 565	4 705	1 124	2 470	752	321	38	860
Até 5 000	1 257	941	135	538	159	109	-	316
De 5 001 a 10 000	1 294	1 015	189	556	180	89	1	279
De 10 001 a 20 000	1 370	1 169	256	625	215	70	3	201
De 20 001 a 50 000	1 055	998	292	517	147	36	6	57
De 50 001 a 100 000	316	311	111	144	34	12	10	5
De 100 001 a 500 000	233	231	116	80	16	5	14	2
Mais de 500 000	40	40	25	10	1	-	4	-
Norte	449	414	182	193	31	8	-	35
Até 5 000	87	74	20	44	8	2	-	13
De 5 001 a 10 000	89	78	28	42	7	1	-	11
De 10 001 a 20 000	107	102	42	50	8	2	-	5
De 20 001 a 50 000	113	109	64	38	4	3	-	4
De 50 001 a 100 000	32	31	13	16	2	-	-	1
De 100 001 a 500 000	18	17	12	3	2	-	-	1
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	1 444	314	806	288	29	7	350
Até 5 000	225	133	24	74	29	6	-	92
De 5 001 a 10 000	392	270	53	155	53	9	-	122
De 10 001 a 20 000	580	476	98	270	105	3	-	104
De 20 001 a 50 000	432	403	90	224	80	9	-	29
De 50 001 a 100 000	110	108	31	55	17	2	3	2
De 100 001 a 500 000	44	43	12	25	3	-	3	1
Mais de 500 000	11	11	6	3	1	-	1	-
Sudeste	1 668	1 363	385	601	173	196	8	305
Até 5 000	381	252	33	122	33	64	-	129
De 5 001 a 10 000	408	311	61	138	53	58	1	97
De 10 001 a 20 000	351	294	80	130	37	46	1	57
De 20 001 a 50 000	294	274	96	127	33	17	1	20
De 50 001 a 100 000	98	96	40	40	7	7	2	2
De 100 001 a 500 000	118	118	63	40	10	4	1	-
Mais de 500 000	18	18	12	4	-	-	2	-
Sul	1 188	1 083	137	655	204	67	20	105
Até 5 000	421	367	24	244	71	28	-	54
De 5 001 a 10 000	291	258	22	163	57	16	-	33
De 10 001 a 20 000	229	213	19	126	51	15	2	16
De 20 001 a 50 000	144	142	27	89	17	5	4	2
De 50 001 a 100 000	57	57	18	24	7	3	5	-
De 100 001 a 500 000	43	43	24	9	1	-	9	-
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	466	401	106	215	56	21	3	65
Até 5 000	143	115	34	54	18	9	-	28
De 5 001 a 10 000	114	98	25	58	10	5	-	16
De 10 001 a 20 000	103	84	17	49	14	4	-	19
De 20 001 a 50 000	72	70	15	39	13	2	1	2
De 50 001 a 100 000	19	19	9	9	1	-	-	-
De 100 001 a 500 000	10	10	5	3	-	1	1	-
Mais de 500 000	5	5	1	3	-	-	1	-

Tabela 216 - Municípios, total e com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de meio ambiente, por caracterização do órgão gestor						Não possui estrutura específica
		Total	Secretaria municipal exclusiva	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas	Setor subordinado a outra secretaria	Setor subordinado diretamente a chefia do executivo	Órgão da administração indireta	
Brasil	5 565	4 705	1 124	2 470	752	321	38	860
Norte	449	414	182	193	31	8	-	35
Rondônia	52	45	9	30	5	1	-	7
Acre	22	21	9	9	2	1	-	1
Amazonas	62	58	31	24	2	1	-	4
Roraima	15	14	8	3	3	-	-	1
Pará	143	138	86	39	10	3	-	5
Amapá	16	16	6	10	-	-	-	-
Tocantins	139	122	33	78	9	2	-	17
Nordeste	1 794	1 444	314	806	288	29	7	350
Maranhão	217	184	75	82	24	3	-	33
Piauí	224	167	46	81	29	11	-	57
Ceará	184	175	31	116	19	4	5	9
Rio Grande do Norte	167	123	20	85	18	-	-	44
Paraíba	223	140	18	79	41	1	1	83
Pernambuco	185	150	18	81	51	-	-	35
Alagoas	102	87	34	44	8	1	-	15
Sergipe	75	51	10	27	14	-	-	24
Bahia	417	367	62	211	84	9	1	50
Sudeste	1 668	1 363	385	601	173	196	8	305
Minas Gerais	853	662	131	334	121	73	3	191
Espírito Santo	78	77	41	31	5	-	-	1
Rio de Janeiro	92	92	58	31	2	1	-	-
São Paulo	645	532	155	205	45	122	5	113
Sul	1 188	1 083	137	655	204	67	20	105
Paraná	399	365	67	172	74	52	-	34
Santa Catarina	293	259	10	180	47	3	19	34
Rio Grande do Sul	496	459	60	303	83	12	1	37
Centro-Oeste	466	401	106	215	56	21	3	65
Mato Grosso do Sul	78	68	11	36	15	4	2	10
Mato Grosso	141	123	20	77	23	3	-	18
Goiás	246	209	75	101	18	14	1	37
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-	-

Tabela 217 - Escolaridade do titular do órgão gestor do meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Escolaridade do titular do órgão gestor do meio ambiente (1)						
	Ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Pós-graduação
	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
Brasil	171	212	174	1 371	457	1 648	669
Até 5 000	58	80	36	331	81	274	81
De 5 001 a 10 000	42	67	54	355	92	327	78
De 10 001 a 20 000	50	36	49	385	136	384	126
De 20 001 a 50 000	20	27	29	244	96	410	172
De 50 001 a 100 000	-	2	5	40	29	137	98
De 100 001 a 500 000	1	-	1	15	20	99	95
Mais de 500 000	-	-	-	1	3	17	19
Norte	13	24	18	133	42	148	36
Até 5 000	1	6	3	30	4	26	4
De 5 001 a 10 000	3	9	3	26	7	22	8
De 10 001 a 20 000	5	5	6	38	15	29	4
De 20 001 a 50 000	4	4	5	29	12	46	9
De 50 001 a 100 000	-	-	1	7	3	16	4
De 100 001 a 500 000	-	-	-	3	-	8	6
Mais de 500 000	-	-	-	-	1	1	1
Nordeste	46	56	53	477	161	477	172
Até 5 000	6	10	6	61	13	32	5
De 5 001 a 10 000	7	23	13	90	34	85	18
De 10 001 a 20 000	23	14	19	184	57	140	37
De 20 001 a 50 000	9	8	14	125	44	144	59
De 50 001 a 100 000	-	1	1	17	9	52	28
De 100 001 a 500 000	1	-	-	-	4	17	21
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	7	4
Sudeste	40	44	43	298	134	560	244
Até 5 000	12	11	9	65	25	101	29
De 5 001 a 10 000	18	19	16	93	27	120	18
De 10 001 a 20 000	6	6	11	82	37	109	43
De 20 001 a 50 000	4	7	5	43	26	133	56
De 50 001 a 100 000	-	1	2	6	7	40	40
De 100 001 a 500 000	-	-	-	8	10	52	48
Mais de 500 000	-	-	-	1	2	5	10
Sul	68	64	47	322	90	337	154
Até 5 000	37	42	14	126	29	87	32
De 5 001 a 10 000	14	12	17	104	15	71	25
De 10 001 a 20 000	14	5	11	53	22	76	31
De 20 001 a 50 000	3	5	3	30	11	58	32
De 50 001 a 100 000	-	-	1	6	8	25	17
De 100 001 a 500 000	-	-	1	3	5	19	15
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	1	2
Centro-Oeste	4	24	13	141	30	126	63
Até 5 000	2	11	4	49	10	28	11
De 5 001 a 10 000	-	4	5	42	9	29	9
De 10 001 a 20 000	2	6	2	28	5	30	11
De 20 001 a 50 000	-	3	2	17	3	29	16
De 50 001 a 100 000	-	-	-	4	2	4	9
De 100 001 a 500 000	-	-	-	1	1	3	5
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	3	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Exclui os sem declaração de escolaridade.

Tabela 218 - Escolaridade do titular do órgão gestor do meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Escolaridade do titular do órgão gestor do meio ambiente (1)						
	Ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Pós-graduação
	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
Brasil	171	212	174	1 371	457	1 648	669
Norte	13	24	18	133	42	148	36
Rondônia	5	7	1	12	6	9	5
Acre	-	4	1	3	4	7	2
Amazonas	-	3	-	17	5	25	8
Roraima	-	1	1	8	-	1	3
Pará	5	2	9	50	16	49	7
Amapá	-	-	-	5	3	8	-
Tocantins	3	7	6	38	8	49	11
Nordeste	46	56	53	477	161	477	172
Maranhão	8	5	5	78	14	55	19
Piauí	6	19	12	54	11	55	10
Ceará	2	2	5	42	17	76	31
Rio Grande do Norte	3	3	6	46	14	37	14
Paraíba	7	11	8	32	20	51	11
Pernambuco	8	3	6	37	18	51	27
Alagoas	2	2	2	39	9	24	9
Sergipe	2	1	1	15	7	19	6
Bahia	8	10	8	134	51	109	45
Sudeste	40	44	43	298	134	560	244
Minas Gerais	33	32	30	200	71	219	77
Espírito Santo	4	3	4	17	10	22	17
Rio de Janeiro	-	2	2	16	10	29	33
São Paulo	3	7	7	65	43	290	117
Sul	68	64	47	322	90	337	154
Paraná	7	20	11	111	24	127	64
Santa Catarina	28	20	14	79	23	66	29
Rio Grande do Sul	33	24	22	132	43	144	61
Centro-Oeste	4	24	13	141	30	126	63
Mato Grosso do Sul	1	-	2	17	4	28	16
Mato Grosso	-	14	4	46	11	33	15
Goiás	3	10	7	78	15	64	32
Distrito Federal	-	-	-	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Excluído os sem declaração de escolaridade.

Tabela 219 - Municípios, total e com a prefeitura com contrato de prestação de serviços na área de meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Prefeitura com contrato de prestação de serviços na área de meio ambiente (1)		Total	Prefeitura com contrato de prestação de serviços na área de meio ambiente (1)
Brasil	5 565	1 025	Sudeste	1 668	387
Até 5 000	1 257	184	Até 5 000	381	62
De 5 001 a 10 000	1 294	193	De 5 001 a 10 000	408	73
De 10 001 a 20 000	1 370	209	De 10 001 a 20 000	351	69
De 20 001 a 50 000	1 055	234	De 20 001 a 50 000	294	81
De 50 001 a 100 000	316	91	De 50 001 a 100 000	98	42
De 100 001 a 500 000	233	92	De 100 001 a 500 000	118	51
Mais de 500 000	40	22	Mais de 500 000	18	9
Norte	449	49	Sul	1 188	363
Até 5 000	87	7	Até 5 000	421	99
De 5 001 a 10 000	89	7	De 5 001 a 10 000	291	81
De 10 001 a 20 000	107	8	De 10 001 a 20 000	229	74
De 20 001 a 50 000	113	15	De 20 001 a 50 000	144	63
De 50 001 a 100 000	32	9	De 50 001 a 100 000	57	19
De 100 001 a 500 000	18	2	De 100 001 a 500 000	43	24
Mais de 500 000	3	1	Mais de 500 000	3	3
Nordeste	1 794	145	Centro-Oeste	466	81
Até 5 000	225	6	Até 5 000	143	10
De 5 001 a 10 000	392	15	De 5 001 a 10 000	114	17
De 10 001 a 20 000	580	35	De 10 001 a 20 000	103	23
De 20 001 a 50 000	432	56	De 20 001 a 50 000	72	19
De 50 001 a 100 000	110	16	De 50 001 a 100 000	19	5
De 100 001 a 500 000	44	11	De 100 001 a 500 000	10	4
Mais de 500 000	11	6	Mais de 500 000	5	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Prestação de serviços para o exercício de funções, como: segurança, limpeza e manutenção de estação ecológica, reserva biológica, parque natural, monumento natural, refúgio da vida silvestre, área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta municipal, reserva extrativista, entre outros.

Tabela 220 - Municípios, total e com a prefeitura com contrato de prestação de serviços na área de meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Com contrato de prestação de serviços na área de meio ambiente (1)		Total	Com contrato de prestação de serviços na área de meio ambiente (1)
Brasil	5 565	1 025	Nordeste		
Norte	449	49	Sergipe	75	9
Rondônia	52	5	Bahia	417	42
Acre	22	3	Sudeste	1 668	387
Amazonas	62	9	Minas Gerais	853	195
Roraima	15	1	Espírito Santo	78	29
Pará	143	14	Rio de Janeiro	92	21
Amapá	16	-	São Paulo	645	142
Tocantins	139	17	Sul	1 188	363
Nordeste	1 794	145	Paraná	399	138
Maranhão	217	12	Santa Catarina	293	58
Piauí	224	6	Rio Grande do Sul	496	167
Ceará	184	40	Centro-Oeste	466	81
Rio Grande do Norte	167	6	Mato Grosso do Sul	78	22
Paraíba	223	11	Mato Grosso	141	27
Pernambuco	185	14	Goiás	246	31
Alagoas	102	5	Distrito Federal	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Prestação de serviços para o exercício de funções, como: segurança, limpeza e manutenção de estação ecológica, reserva biológica, parque natural, monumento natural, refúgio da vida silvestre, área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta municipal, reserva extrativista, entre outros.

Tabela 221 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Meio Ambiente						
		Total	Paritário	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Caráter do conselho				
			Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador		
Brasil	5 565	3 124	2 738	2 430	2 531	1 258	1 495	2 220
Até 5 000	1 257	574	499	429	457	212	299	387
De 5 001 a 10 000	1 294	608	532	455	473	217	301	401
De 10 001 a 20 000	1 370	711	625	551	564	286	346	492
De 20 001 a 50 000	1 055	706	612	563	584	315	331	515
De 50 001 a 100 000	316	269	236	223	231	109	122	206
De 100 001 a 500 000	233	216	198	178	189	105	84	182
Mais de 500 000	40	40	36	31	33	14	12	37
Norte	449	214	193	166	183	109	131	159
Até 5 000	87	33	30	25	29	19	29	24
De 5 001 a 10 000	89	40	36	31	34	19	26	30
De 10 001 a 20 000	107	45	44	34	39	22	26	34
De 20 001 a 50 000	113	56	49	44	47	29	28	39
De 50 001 a 100 000	32	22	18	18	16	10	15	16
De 100 001 a 500 000	18	15	14	13	15	9	6	13
Mais de 500 000	3	3	2	1	3	1	1	3
Nordeste	1 794	649	603	529	536	310	371	426
Até 5 000	225	24	23	19	17	12	17	16
De 5 001 a 10 000	392	85	76	65	67	33	51	44
De 10 001 a 20 000	580	190	179	150	152	88	107	128
De 20 001 a 50 000	432	219	204	179	184	119	130	147
De 50 001 a 100 000	110	80	74	67	70	33	41	52
De 100 001 a 500 000	44	40	38	38	36	19	20	29
Mais de 500 000	11	11	9	11	10	6	5	10
Sudeste	1 668	1 185	1 033	961	961	447	516	858
Até 5 000	381	209	186	175	170	80	113	139
De 5 001 a 10 000	408	256	229	204	199	90	127	172
De 10 001 a 20 000	351	251	208	196	204	91	106	174
De 20 001 a 50 000	294	250	211	207	205	96	101	187
De 50 001 a 100 000	98	93	83	80	79	37	30	73
De 100 001 a 500 000	118	108	98	85	92	48	35	96
Mais de 500 000	18	18	18	14	12	5	4	17
Sul	1 188	798	671	560	641	271	332	590
Até 5 000	421	243	204	158	199	78	100	169
De 5 001 a 10 000	291	174	147	113	133	52	73	124
De 10 001 a 20 000	229	156	134	120	119	52	69	106
De 20 001 a 50 000	144	123	100	90	102	42	44	99
De 50 001 a 100 000	57	56	45	44	48	23	28	51
De 100 001 a 500 000	43	43	39	33	37	23	17	38
Mais de 500 000	3	3	2	2	3	1	1	3
Centro-Oeste	466	278	238	214	210	121	145	187
Até 5 000	143	65	56	52	42	23	40	39
De 5 001 a 10 000	114	53	44	42	40	23	24	31
De 10 001 a 20 000	103	69	60	51	50	33	38	50
De 20 001 a 50 000	72	58	48	43	46	29	28	43
De 50 001 a 100 000	19	18	16	14	18	6	8	14
De 100 001 a 500 000	10	10	9	9	9	6	6	6
Mais de 500 000	5	5	5	3	5	1	1	4

Tabela 222 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Meio Ambiente, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com Conselho Municipal de Meio Ambiente						
		Total	Paritário	Algumas características do conselho				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Caráter do conselho				
			Consultivo	Delibe- rativo	Normativo	Fiscalizador		
Brasil	5 565	3 124	2 738	2 430	2 531	1 258	1 495	2 220
Norte	449	214	193	166	183	109	131	159
Rondônia	52	17	15	11	14	7	7	13
Acre	22	13	12	12	12	10	6	6
Amazonas	62	21	18	17	19	11	9	16
Roraima	15	9	8	8	8	6	6	8
Pará	143	80	71	60	64	30	42	61
Amapá	16	10	10	9	10	10	10	4
Tocantins	139	64	59	49	56	35	51	51
Nordeste	1 794	649	603	529	536	310	371	426
Maranhão	217	57	52	42	43	26	35	37
Piauí	224	21	17	11	16	10	13	13
Ceará	184	149	142	138	127	57	76	114
Rio Grande do Norte	167	63	59	53	55	36	40	34
Paraíba	223	34	32	27	23	19	22	19
Pernambuco	185	59	56	47	49	23	25	32
Alagoas	102	15	13	9	11	6	7	9
Sergipe	75	23	21	15	14	7	8	9
Bahia	417	228	211	187	198	126	145	159
Sudeste	1 668	1 185	1 033	961	961	447	516	858
Minas Gerais	853	578	511	450	479	248	298	417
Espírito Santo	78	42	36	33	36	22	17	28
Rio de Janeiro	92	84	74	61	65	35	33	66
São Paulo	645	481	412	417	381	142	168	347
Sul	1 188	798	671	560	641	271	332	590
Paraná	399	189	159	145	143	63	88	138
Santa Catarina	293	189	162	140	132	64	67	113
Rio Grande do Sul	496	420	350	275	366	144	177	339
Centro-Oeste	466	278	238	214	210	121	145	187
Mato Grosso do Sul	78	53	45	38	43	12	19	39
Mato Grosso	141	73	69	54	53	35	42	48
Goiás	246	151	123	122	113	74	84	99
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	-	1

Tabela 223 - Municípios, total, com Fundo Municipal de Meio Ambiente e realização de licença ambiental de impacto local, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com fundo municipal de meio ambiente	Onde o fundo financiou ações e projetos na área de meio ambiente nos últimos 12 meses	Que realizam licenciamento ambiental de impacto local	Com instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente para delegação de competência de licenciamento ambiental relacionado a atividades que vão além do impacto local
Brasil	5 565	1 645	583	1 712	1 946
Até 5 000	1 257	294	82	323	365
De 5 001 a 10 000	1 294	267	86	314	418
De 10 001 a 20 000	1 370	305	101	372	435
De 20 001 a 50 000	1 055	410	162	398	456
De 50 001 a 100 000	316	168	62	135	137
De 100 001 a 500 000	233	163	69	138	115
Mais de 500 000	40	38	21	32	20
Norte	449	139	61	141	217
Até 5 000	87	25	11	24	40
De 5 001 a 10 000	89	17	7	21	38
De 10 001 a 20 000	107	22	10	27	50
De 20 001 a 50 000	113	45	19	39	56
De 50 001 a 100 000	32	15	7	16	18
De 100 001 a 500 000	18	12	5	11	14
Mais de 500 000	3	3	2	3	1
Nordeste	1 794	299	77	435	470
Até 5 000	225	10	3	30	29
De 5 001 a 10 000	392	33	7	65	65
De 10 001 a 20 000	580	71	15	126	133
De 20 001 a 50 000	432	110	34	144	176
De 50 001 a 100 000	110	37	4	37	42
De 100 001 a 500 000	44	28	8	24	22
Mais de 500 000	11	10	6	9	3
Sudeste	1 668	475	155	536	633
Até 5 000	381	53	17	88	110
De 5 001 a 10 000	408	73	26	112	166
De 10 001 a 20 000	351	81	21	108	133
De 20 001 a 50 000	294	119	42	113	127
De 50 001 a 100 000	98	55	14	40	38
De 100 001 a 500 000	118	77	25	62	50
Mais de 500 000	18	17	10	13	9
Sul	1 188	538	228	446	442
Até 5 000	421	163	42	149	144
De 5 001 a 10 000	291	109	33	84	104
De 10 001 a 20 000	229	87	38	77	86
De 20 001 a 50 000	144	94	55	69	60
De 50 001 a 100 000	57	46	31	31	24
De 100 001 a 500 000	43	36	27	34	22
Mais de 500 000	3	3	2	2	2
Centro-Oeste	466	194	62	154	184
Até 5 000	143	43	9	32	42
De 5 001 a 10 000	114	35	13	32	45
De 10 001 a 20 000	103	44	17	34	33
De 20 001 a 50 000	72	42	12	33	37
De 50 001 a 100 000	19	15	6	11	15
De 100 001 a 500 000	10	10	4	7	7
Mais de 500 000	5	5	1	5	5

Tabela 224 - Municípios, total, com Fundo Municipal de Meio Ambiente e realização de licença ambiental de impacto local, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com fundo municipal de meio ambiente	Onde o fundo financiou ações e projetos na área de meio ambiente nos últimos 12 meses	Que realizam licenciamento ambiental de impacto local	Com instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente para delegação de competência de licenciamento ambiental relacionado a atividades que vão além do impacto local
Brasil	5 565	1 645	583	1 712	1 946
Norte	449	139	61	141	217
Rondônia	52	11	6	17	21
Acre	22	7	3	4	18
Amazonas	62	12	5	22	22
Roraima	15	6	2	6	7
Pará	143	59	24	48	66
Amapá	16	6	1	3	15
Tocantins	139	38	20	41	68
Nordeste	1 794	299	77	435	470
Maranhão	217	27	8	81	39
Piauí	224	8	1	64	25
Ceará	184	55	18	42	74
Rio Grande do Norte	167	22	5	23	55
Paraíba	223	8	4	21	30
Pernambuco	185	23	3	29	64
Alagoas	102	17	6	25	29
Sergipe	75	6	-	14	33
Bahia	417	133	32	136	121
Sudeste	1 668	475	155	536	633
Minas Gerais	853	188	75	337	368
Espírito Santo	78	25	10	27	40
Rio de Janeiro	92	71	17	43	48
São Paulo	645	191	53	129	177
Sul	1 188	538	228	446	442
Paraná	399	106	47	119	184
Santa Catarina	293	40	17	90	98
Rio Grande do Sul	496	392	164	237	160
Centro-Oeste	466	194	62	154	184
Mato Grosso do Sul	78	35	18	22	36
Mato Grosso	141	36	15	35	44
Goiás	246	122	28	96	103
Distrito Federal	1	1	1	1	1

Tabela 225 - Municípios, total e com algum estágio da Agenda 21, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com processo de elaboração da Agenda 21 iniciada				
		Total	Estágio da Agenda			
			Sensibilização/mobilização	Definição de diagnóstico e metodologia	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável	Implementação de ações da Agenda 21 em políticas públicas
Brasil	5 565	1 105	510	128	217	250
Até 5 000	1 257	115	58	10	28	19
De 5 001 a 10 000	1 294	201	98	14	46	43
De 10 001 a 20 000	1 370	240	105	35	52	48
De 20 001 a 50 000	1 055	293	136	39	58	60
De 50 001 a 100 000	316	117	59	10	15	33
De 100 001 a 500 000	233	115	46	15	15	39
Mais de 500 000	40	24	8	5	3	8
Norte	449	123	62	9	22	30
Até 5 000	87	26	12	-	6	8
De 5 001 a 10 000	89	25	10	2	7	6
De 10 001 a 20 000	107	19	9	1	6	3
De 20 001 a 50 000	113	35	19	5	3	8
De 50 001 a 100 000	32	13	7	1	-	5
De 100 001 a 500 000	18	4	4	-	-	-
Mais de 500 000	3	1	1	-	-	-
Nordeste	1 794	462	212	51	104	95
Até 5 000	225	28	17	1	6	4
De 5 001 a 10 000	392	78	38	5	18	17
De 10 001 a 20 000	580	142	62	19	35	26
De 20 001 a 50 000	432	137	60	22	32	23
De 50 001 a 100 000	110	42	23	2	8	9
De 100 001 a 500 000	44	30	11	2	4	13
Mais de 500 000	11	5	1	-	1	3
Sudeste	1 668	309	132	40	60	77
Até 5 000	381	32	15	1	13	3
De 5 001 a 10 000	408	57	28	5	12	12
De 10 001 a 20 000	351	41	13	10	8	10
De 20 001 a 50 000	294	76	34	9	15	18
De 50 001 a 100 000	98	34	15	4	5	10
De 100 001 a 500 000	118	57	22	9	6	20
Mais de 500 000	18	12	5	2	1	4
Sul	1 188	147	72	21	18	36
Até 5 000	421	20	7	7	3	3
De 5 001 a 10 000	291	32	18	1	8	5
De 10 001 a 20 000	229	23	15	4	-	4
De 20 001 a 50 000	144	30	15	3	2	10
De 50 001 a 100 000	57	21	10	2	1	8
De 100 001 a 500 000	43	18	7	3	3	5
Mais de 500 000	3	3	-	1	1	1
Centro-Oeste	466	64	32	7	13	12
Até 5 000	143	9	7	1	-	1
De 5 001 a 10 000	114	9	4	1	1	3
De 10 001 a 20 000	103	15	6	1	3	5
De 20 001 a 50 000	72	15	8	-	6	1
De 50 001 a 100 000	19	7	4	1	-	1
De 100 001 a 500 000	10	6	2	1	-	1
Mais de 500 000	5	3	1	2	-	-

**Tabela 225 - Municípios, total e com algum estágio da Agenda 21,
segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009**

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Com Fórum da Agenda 21 local					Não iniciou o processo de elaboração da Agenda 21	Desconhece o que seja Agenda 21
	Total	Frequência das reuniões do Fórum					
		Mensal ou menor	Bimestral/ trimestral	Quadrimestral/ semestral	Irregular		
Brasil	614	74	58	42	165	4 009	451
Até 5 000	61	2	8	2	14	990	152
De 5 001 a 10 000	106	6	7	8	29	945	148
De 10 001 a 20 000	126	4	14	12	31	1 034	96
De 20 001 a 50 000	167	24	14	11	48	716	46
De 50 001 a 100 000	61	13	6	3	17	192	7
De 100 001 a 500 000	79	20	9	6	20	116	2
Mais de 500 000	14	5	-	-	6	16	0
Norte	74	6	12	8	19	296	30
Até 5 000	17	-	6	1	3	55	6
De 5 001 a 10 000	18	2	1	3	4	51	13
De 10 001 a 20 000	10	1	2	2	2	84	4
De 20 001 a 50 000	18	1	2	1	8	72	6
De 50 001 a 100 000	8	2	1	1	1	18	1
De 100 001 a 500 000	3	-	-	-	1	14	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	2	-
Nordeste	267	22	20	16	55	1 200	132
Até 5 000	16	-	-	-	2	175	22
De 5 001 a 10 000	48	2	1	1	12	276	38
De 10 001 a 20 000	76	1	6	7	14	393	45
De 20 001 a 50 000	84	10	8	7	20	271	24
De 50 001 a 100 000	18	3	-	1	3	65	3
De 100 001 a 500 000	21	4	5	-	4	14	-
Mais de 500 000	4	2	-	-	-	6	-
Sudeste	154	30	18	12	43	1 229	130
Até 5 000	10	1	1	-	2	301	48
De 5 001 a 10 000	22	1	2	1	6	303	48
De 10 001 a 20 000	18	1	5	2	4	284	26
De 20 001 a 50 000	39	8	3	3	9	210	8
De 50 001 a 100 000	19	5	4	-	6	64	-
De 100 001 a 500 000	39	11	3	6	12	61	-
Mais de 500 000	7	3	-	-	4	6	-
Sul	83	14	6	4	31	945	96
Até 5 000	13	1	-	1	4	352	49
De 5 001 a 10 000	14	-	3	2	6	229	30
De 10 001 a 20 000	11	-	-	-	7	194	12
De 20 001 a 50 000	19	5	1	-	7	110	4
De 50 001 a 100 000	13	3	1	1	5	35	1
De 100 001 a 500 000	12	5	1	-	1	25	-
Mais de 500 000	1	-	-	-	1	-	-
Centro-Oeste	36	2	2	2	17	339	63
Até 5 000	5	-	1	-	3	107	27
De 5 001 a 10 000	4	1	-	1	1	86	19
De 10 001 a 20 000	11	1	1	1	4	79	9
De 20 001 a 50 000	7	-	-	-	4	53	4
De 50 001 a 100 000	3	-	-	-	2	10	2
De 100 001 a 500 000	4	-	-	-	2	2	2
Mais de 500 000	2	-	-	-	1	2	-

Tabela 226 - Municípios, total e com algum estágio da Agenda 21, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com processo de elaboração da Agenda 21 iniciada				
		Total	Estágio da Agenda			
			Sensibilização/ mobilização	Definição de diagnóstico e metodologia	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável	Implementação de ações da Agenda 21 em políticas públicas
Brasil	5 565	1 105	510	128	217	250
Norte	449	123	62	9	22	30
Rondônia	52	13	9	-	1	3
Acre	22	8	1	1	2	4
Amazonas	62	12	7	1	1	3
Roraima	15	3	1	1	1	-
Pará	143	37	17	4	5	11
Amapá	16	7	7	-	-	-
Tocantins	139	43	20	2	12	9
Nordeste	1 794	462	212	51	104	95
Maranhão	217	43	19	7	11	6
Piauí	224	28	16	1	8	3
Ceará	184	68	31	8	13	16
Rio Grande do Norte	167	29	8	2	11	8
Paraíba	223	67	38	6	12	11
Pernambuco	185	77	37	8	11	21
Alagoas	102	21	7	6	7	1
Sergipe	75	14	4	1	4	5
Bahia	417	115	52	12	27	24
Sudeste	1 668	309	132	40	60	77
Minas Gerais	853	99	47	4	18	30
Espírito Santo	78	16	4	-	2	10
Rio de Janeiro	92	49	21	9	11	8
São Paulo	645	145	60	27	29	29
Sul	1 188	147	72	21	18	36
Paraná	399	59	25	7	10	17
Santa Catarina	293	35	17	6	2	10
Rio Grande do Sul	496	53	30	8	6	9
Centro-Oeste	466	64	32	7	13	12
Mato Grosso do Sul	78	8	5	1	1	1
Mato Grosso	141	31	15	4	4	8
Goiás	246	25	12	2	8	3
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-

Tabela 226 - Municípios, total e com algum estágio da Agenda 21, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Com Fórum da Agenda 21 local					Não iniciou o processo de elaboração da Agenda 21	Desconhece o que seja Agenda 21
	Total	Frequência das reuniões do Fórum					
		Mensal ou menor	Bimestral/ trimestral	Quadrimestral/ semestral	Irregular		
Brasil	614	74	58	42	165	4 009	451
Norte	74	6	12	8	19	296	30
Rondônia	9	-	-	1	3	36	3
Acre	6	-	1	2	-	13	1
Amazonas	3	1	1	-	-	44	6
Roraima	1	-	-	-	-	7	5
Pará	23	3	2	1	10	100	6
Amapá	1	-	-	-	-	9	-
Tocantins	31	2	8	4	6	87	9
Nordeste	267	22	20	16	55	1 200	132
Maranhão	25	1	5	1	6	160	14
Piauí	13	1	-	-	6	165	31
Ceará	39	4	6	3	12	108	8
Rio Grande do Norte	21	-	1	3	2	129	9
Paraíba	45	3	1	-	5	147	9
Pernambuco	42	6	4	1	8	90	18
Alagoas	15	2	1	4	1	70	11
Sergipe	11	-	1	1	2	52	9
Bahia	56	5	1	3	13	279	23
Sudeste	154	30	18	12	43	1 229	130
Minas Gerais	57	7	5	5	15	666	88
Espírito Santo	8	4	1	-	2	58	4
Rio de Janeiro	36	11	9	1	7	41	2
São Paulo	53	8	3	6	19	464	36
Sul	83	14	6	4	31	945	96
Paraná	31	2	4	1	11	313	27
Santa Catarina	24	2	1	1	13	234	24
Rio Grande do Sul	28	10	1	2	7	398	45
Centro-Oeste	36	2	2	2	17	339	63
Mato Grosso do Sul	4	-	-	-	2	65	5
Mato Grosso	21	2	2	1	11	98	12
Goiás	11	-	-	1	4	175	46
Distrito Federal	-	-	-	-	-	1	-

Tabela 227 - Municípios, total e com legislação específica para tratar da questão ambiental, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com legislação específica para tratar da questão ambiental					
		Total	Legislação ambiental organizada como				
			Capítulo ou artigo na Lei orgânica	Código ambiental	Lei de criação de Unidades de conservação	Capítulo ou artigo no Plano Diretor	Diversas leis
Brasil	5 565	2 578	964	481	85	256	792
Até 5 000	1 257	446	191	62	22	22	149
De 5 001 a 10 000	1 294	462	210	64	19	33	136
De 10 001 a 20 000	1 370	552	265	92	26	44	125
De 20 001 a 50 000	1 055	629	191	151	12	91	184
De 50 001 a 100 000	316	245	65	54	4	41	81
De 100 001 a 500 000	233	204	35	51	2	24	92
Mais de 500 000	40	40	7	7	-	1	25
Norte	449	224	92	62	7	14	49
Até 5 000	87	37	19	10	2	1	5
De 5 001 a 10 000	89	39	22	8	-	2	7
De 10 001 a 20 000	107	46	24	13	2	2	5
De 20 001 a 50 000	113	64	21	17	3	5	18
De 50 001 a 100 000	32	21	3	11	-	2	5
De 100 001 a 500 000	18	14	3	2	-	2	7
Mais de 500 000	3	3	-	1	-	-	2
Nordeste	1 794	624	308	132	13	67	104
Até 5 000	225	36	31	1	1	2	1
De 5 001 a 10 000	392	79	51	10	3	5	10
De 10 001 a 20 000	580	169	95	35	6	7	26
De 20 001 a 50 000	432	226	97	57	2	31	39
De 50 001 a 100 000	110	72	29	18	1	14	10
De 100 001 a 500 000	44	31	4	8	-	7	12
Mais de 500 000	11	11	1	3	-	1	6
Sudeste	1 668	895	333	112	46	67	337
Até 5 000	381	146	74	3	11	4	54
De 5 001 a 10 000	408	174	92	13	14	4	51
De 10 001 a 20 000	351	169	75	24	12	6	52
De 20 001 a 50 000	294	196	47	36	7	29	77
De 50 001 a 100 000	98	81	20	7	2	13	39
De 100 001 a 500 000	118	111	22	26	-	11	52
Mais de 500 000	18	18	3	3	-	-	12
Sul	1 188	620	143	128	9	91	249
Até 5 000	421	181	39	39	5	15	83
De 5 001 a 10 000	291	124	26	22	-	21	55
De 10 001 a 20 000	229	119	45	16	2	26	30
De 20 001 a 50 000	144	102	19	29	-	15	39
De 50 001 a 100 000	57	53	8	13	-	10	22
De 100 001 a 500 000	43	38	5	9	2	4	18
Mais de 500 000	3	3	1	-	-	-	2
Centro-Oeste	466	215	88	47	10	17	53
Até 5 000	143	46	28	9	3	-	6
De 5 001 a 10 000	114	46	19	11	2	1	13
De 10 001 a 20 000	103	49	26	4	4	3	12
De 20 001 a 50 000	72	41	7	12	-	11	11
De 50 001 a 100 000	19	18	5	5	1	2	5
De 100 001 a 500 000	10	10	1	6	-	-	3
Mais de 500 000	5	5	2	-	-	-	3

Tabela 228 - Municípios, total e com legislação específica para tratar da questão ambiental, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com legislação específica para tratar da questão ambiental					
		Total	Legislação ambiental organizada como				
			Capítulo ou artigo na Lei orgânica	Código ambiental	Lei de criação de Unidades de conservação	Capítulo ou artigo no Plano Diretor	Diversas leis
Brasil	5 565	2 578	964	481	85	256	792
Norte	449	224	92	62	7	14	49
Rondônia	52	16	5	7	-	3	1
Acre	22	14	11	1	-	-	2
Amazonas	62	33	15	15	-	2	1
Roraima	15	4	2	2	-	-	-
Pará	143	79	21	17	5	7	29
Amapá	16	14	6	6	1	-	1
Tocantins	139	64	32	14	1	2	15
Nordeste	1 794	624	308	132	13	67	104
Maranhão	217	70	34	14	1	7	14
Piauí	224	41	30	2	1	2	6
Ceará	184	114	63	6	2	13	30
Rio Grande do Norte	167	36	25	4	1	5	1
Paraíba	223	56	42	5	2	5	2
Pernambuco	185	68	34	3	2	15	14
Alagoas	102	27	8	10	-	3	6
Sergipe	75	16	10	2	-	2	2
Bahia	417	196	62	86	4	15	29
Sudeste	1 668	895	333	112	46	67	337
Minas Gerais	853	377	186	34	34	24	99
Espírito Santo	78	56	13	29	-	6	8
Rio de Janeiro	92	66	20	27	-	2	17
São Paulo	645	396	114	22	12	35	213
Sul	1 188	620	143	128	9	91	249
Paraná	399	186	71	17	3	56	39
Santa Catarina	293	101	39	12	2	26	22
Rio Grande do Sul	496	333	33	99	4	9	188
Centro-Oeste	466	215	88	47	10	17	53
Mato Grosso do Sul	78	42	14	3	5	3	17
Mato Grosso	141	60	31	15	1	4	9
Goiás	246	112	43	29	4	10	26
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	1

Tabela 229 - Municípios, total e que fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica		Total	Fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica
Brasil	5 565	3 398	Sudeste	1 668	1 428
Até 5 000	1 257	653	Até 5 000	381	301
De 5 001 a 10 000	1 294	750	De 5 001 a 10 000	408	339
De 10 001 a 20 000	1 370	815	De 10 001 a 20 000	351	300
De 20 001 a 50 000	1 055	711	De 20 001 a 50 000	294	268
De 50 001 a 100 000	316	243	De 50 001 a 100 000	98	92
De 100 001 a 500 000	233	190	De 100 001 a 500 000	118	110
Mais de 500 000	40	36	Mais de 500 000	18	18
Norte	449	112	Sul	1 188	756
Até 5 000	87	28	Até 5 000	421	218
De 5 001 a 10 000	89	30	De 5 001 a 10 000	291	187
De 10 001 a 20 000	107	24	De 10 001 a 20 000	229	156
De 20 001 a 50 000	113	17	De 20 001 a 50 000	144	105
De 50 001 a 100 000	32	6	De 50 001 a 100 000	57	49
De 100 001 a 500 000	18	6	De 100 001 a 500 000	43	38
Mais de 500 000	3	1	Mais de 500 000	3	3
Nordeste	1 794	894	Centro-Oeste	466	208
Até 5 000	225	57	Até 5 000	143	49
De 5 001 a 10 000	392	146	De 5 001 a 10 000	114	48
De 10 001 a 20 000	580	287	De 10 001 a 20 000	103	48
De 20 001 a 50 000	432	278	De 20 001 a 50 000	72	43
De 50 001 a 100 000	110	85	De 50 001 a 100 000	19	11
De 100 001 a 500 000	44	31	De 100 001 a 500 000	10	5
Mais de 500 000	11	10	Mais de 500 000	5	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Prestação de serviços para o exercício de funções, como: segurança, limpeza e manutenção de estação ecológica, reserva biológica, parque natural, monumento natural, refúgio da vida silvestre, área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta municipal, reserva extrativista, entre outros.

Tabela 230 - Municípios, total e que fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica		Total	Fazem parte de Comitê de Bacia Hidrográfica
Brasil	5 565	3 398	Nordeste		
Norte	449	112	Sergipe	75	38
Rondônia	52	11	Bahia	417	264
Acre	22	8	Sudeste	1 668	1 428
Amazonas	62	14	Minas Gerais	853	657
Roraima	15	7	Espírito Santo	78	67
Pará	143	19	Rio de Janeiro	92	82
Amapá	16	1	São Paulo	645	622
Tocantins	139	52	Sul	1 188	756
Nordeste	1 794	894	Paraná	399	245
Maranhão	217	40	Santa Catarina	293	192
Piauí	224	59	Rio Grande do Sul	496	319
Ceará	184	153	Centro-Oeste	466	208
Rio Grande do Norte	167	51	Mato Grosso do Sul	78	48
Paraíba	223	92	Mato Grosso	141	26
Pernambuco	185	129	Goiás	246	133
Alagoas	102	68	Distrito Federal	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Prestação de serviços para o exercício de funções, como: segurança, limpeza e manutenção de estação ecológica, reserva biológica, parque natural, monumento natural, refúgio da vida silvestre, área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta municipal, reserva extrativista, entre outros.

Tabela 231 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	974	495	160	360	437
Até 5 000	1 257	139	75	17	38	43
De 5 001 a 10 000	1 294	204	104	32	53	58
De 10 001 a 20 000	1 370	233	102	32	51	68
De 20 001 a 50 000	1 055	234	119	44	98	131
De 50 001 a 100 000	316	82	48	16	51	66
De 100 001 a 500 000	233	67	39	15	51	58
Mais de 500 000	40	15	8	4	18	13
Norte	449	50	34	19	21	23
Até 5 000	87	9	5	1	4	-
De 5 001 a 10 000	89	10	7	2	5	4
De 10 001 a 20 000	107	7	7	6	3	7
De 20 001 a 50 000	113	17	9	7	1	8
De 50 001 a 100 000	32	5	5	2	4	3
De 100 001 a 500 000	18	2	1	1	2	1
Mais de 500 000	3	-	-	-	2	-
Nordeste	1 794	196	125	50	77	97
Até 5 000	225	4	5	2	3	3
De 5 001 a 10 000	392	30	20	11	11	6
De 10 001 a 20 000	580	65	35	12	12	16
De 20 001 a 50 000	432	64	40	15	25	42
De 50 001 a 100 000	110	19	12	5	10	18
De 100 001 a 500 000	44	10	10	4	8	7
Mais de 500 000	11	4	3	1	8	5
Sudeste	1 668	364	191	50	152	192
Até 5 000	381	42	31	5	12	17
De 5 001 a 10 000	408	69	41	8	16	25
De 10 001 a 20 000	351	87	35	7	20	29
De 20 001 a 50 000	294	89	44	13	44	48
De 50 001 a 100 000	98	31	14	6	22	30
De 100 001 a 500 000	118	38	23	9	34	36
Mais de 500 000	18	8	3	2	4	7
Sul	1 188	259	92	22	80	89
Até 5 000	421	65	24	5	15	17
De 5 001 a 10 000	291	70	25	8	15	19
De 10 001 a 20 000	229	47	16	2	10	7
De 20 001 a 50 000	144	39	11	3	21	21
De 50 001 a 100 000	57	20	12	2	10	11
De 100 001 a 500 000	43	16	3	1	7	13
Mais de 500 000	3	2	1	1	2	1
Centro-Oeste	466	105	53	19	30	36
Até 5 000	143	19	10	4	4	6
De 5 001 a 10 000	114	25	11	3	6	4
De 10 001 a 20 000	103	27	9	5	6	9
De 20 001 a 50 000	72	25	15	6	7	12
De 50 001 a 100 000	19	7	5	1	5	4
De 100 001 a 500 000	10	1	2	-	2	1
Mais de 500 000	5	1	1	-	-	-

Tabela 232 - Municípios, total e com consórcio público, convênio de parceria e apoio do setor privado ou de comunidades na área de meio ambiente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com consórcio público			Com convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades
		Intermunicipal	Estadual	Federal		
Brasil	5 565	974	495	160	360	437
Norte	449	50	34	19	21	23
Rondônia	52	6	4	5	1	-
Acre	22	5	-	-	-	3
Amazonas	62	2	7	4	1	4
Roraima	15	-	2	-	1	-
Pará	143	25	11	9	6	10
Amapá	16	-	2	-	1	1
Tocantins	139	12	8	1	11	5
Nordeste	1 794	196	125	50	77	97
Maranhão	217	19	10	3	5	9
Piauí	224	2	3	3	7	6
Ceará	184	58	18	3	13	21
Rio Grande do Norte	167	3	9	7	1	-
Paraíba	223	8	2	3	7	6
Pernambuco	185	39	18	7	8	18
Alagoas	102	9	5	1	8	4
Sergipe	75	2	4	1	2	2
Bahia	417	56	56	22	26	31
Sudeste	1 668	364	191	50	152	192
Minas Gerais	853	128	51	20	58	64
Espírito Santo	78	35	21	5	11	14
Rio de Janeiro	92	46	14	6	14	16
São Paulo	645	155	105	19	69	98
Sul	1 188	259	92	22	80	89
Paraná	399	95	47	13	31	33
Santa Catarina	293	58	16	3	15	15
Rio Grande do Sul	496	106	29	6	34	41
Centro-Oeste	466	105	53	19	30	36
Mato Grosso do Sul	78	28	9	5	8	11
Mato Grosso	141	56	15	3	8	7
Goiás	246	21	29	11	13	18
Distrito Federal	1	-	-	-	1	-

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Saraiva, 2004. 386 p.

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL 2008. Rio de Janeiro: IBGE, v. 35, 2008. Acompanha 1 CD-ROM

MACHADO, P. A. L. *Direito municipal brasileiro*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1999. 882 p.

PERFIL dos municípios brasileiros: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 275 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

PERFIL dos municípios brasileiros: esporte 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. 192 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

PERFIL dos municípios brasileiros: gestão pública 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b. 238 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

PERFIL dos municípios brasileiros: meio ambiente 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 388 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

PERFIL dos municípios brasileiros 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 247 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

REDE BRASILEIRA DE FUNDOS SOCIOAMBIENTAIS. Rio de Janeiro, [2010]. Disponível em: <www.fundosambientais.org.br>. Acesso em: abr. 2010.

Anexo

Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2009

Questionário Básico

BLOCO 03	INFORMAÇÕES DA PREFEITURA E DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO	(Conclusão)
12 - E-mail/endereço eletrônico do responsável pela informação:		
<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>		
13 - Telefone do responsável pela informação:		Assinatura do responsável pela informação:
<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/> - <input style="width: 100px; height: 20px;" type="text"/>		<input style="width: 150px; height: 20px;" type="text"/>

BLOCO 04	INFORMAÇÕES SOBRE O ATUAL PREFEITO
1 - Nome do prefeito:	
<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>	
2 - O prefeito atual estava em exercício do mandato de prefeito (a) neste município em 2008?	
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	
3 - Sexo do prefeito(a): 1 <input type="checkbox"/> Masculino 2 <input type="checkbox"/> Feminino	
4 - Idade: <input style="width: 20px; height: 20px;" type="text"/> anos	
5 - Escolaridade do prefeito(a):	
1 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental (1º Grau) incompleto 2 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental (1º Grau) completo 3 <input type="checkbox"/> Ensino médio (2º Grau) incompleto 4 <input type="checkbox"/> Ensino médio (2º Grau) completo 5 <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto 6 <input type="checkbox"/> Ensino superior completo 7 <input type="checkbox"/> Pós-graduação	
6 - Preencha com o número referente à alternativa escolhida, segundo a lista abaixo:	
6.1 - Partido pelo qual o prefeito(a) foi eleito(a): <input style="width: 20px; height: 20px;" type="text"/> → 6.2 - Partido atual do(a) prefeito(a): <input style="width: 20px; height: 20px;" type="text"/>	
10 - PRB 13 - PT 16 - PSTU 20 - PSC 23 - PPS 28 - PRTB 33 - PMN 43 - PV 50 - PSOL 88 - Sem partido 11 - PP 14 - PTB 17 - PSL 21 - PCB 25 - DEM 29 - PCO 36 - PTC 44 - PRP 65 - PC do B 89 - Outra situação 12 - PDT 15 - PMDB 19 - PTN 22 - PR 27 - PSDC 31 - PHS 40 - PSB 45 - PSDB 70 - PT do B	
7 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada no Bloco 03?	
1 <input type="checkbox"/> Sim (passar para o Bloco 05)	
2 <input type="checkbox"/> Não →	
7.1 - Nome do responsável pela informação:	
<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>	
7.2 - Cargo:	
<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>	
7.3 - Telefone: <input style="width: 20px; height: 20px;" type="text"/> - <input style="width: 100px; height: 20px;" type="text"/> Assinatura: <input style="width: 150px; height: 20px;" type="text"/>	

BLOCO 05	RECURSOS HUMANOS	(Continua)
1 - Registre a quantidade de pessoas ocupadas conforme discriminação abaixo:		
Estatutários são os servidores regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU).		
Celestistas são os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).		
Somente comissionados são os ocupantes de cargo em comissão que não possuem cargo efetivo . Têm como vínculo somente o cargo comissionado que exercem.		
Sem vínculo permanente são os cedidos por órgãos públicos federais ou estaduais, os prestadores de serviços, os voluntários, os contratados administrativamente, dentre outros.		
1.1 - Administração direta municipal:		
1.1.1 - Estatutários	1.1.2 - CLT	1.1.3 - Somente comissionados
1.1.4 - Estagiários	1.1.5 - Sem vínculo permanente	1.1.6 - Total
<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>	<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>	<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>	<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>	<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
1.2 - Administração indireta municipal: (Não deverão ser considerados os fundos municipais ou outros fundos como FUNDEB, FNS, dentre outros.)		
1 <input type="checkbox"/> Não existe administração indireta (passar para o quesito 2)		
1.2.1 - Estatutários	1.2.2 - CLT	1.2.3 - Somente comissionados
1.2.4 - Estagiários	1.2.5 - Sem vínculo permanente	1.2.6 - Total
<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>	<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>	<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>	<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>	<input style="width: 40px; height: 20px;" type="text"/>
2 - Houve nos últimos 24 meses concurso realizado pela administração direta para contratação de pessoal? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passar para o quesito 4)		
3 - No edital do concurso realizado nos últimos 24 meses houve reserva de cargos para pessoas com deficiência? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar		
4 - Houve contratação de pessoal nos últimos 24 meses ? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar		

BLOCO 05	RECURSOS HUMANOS	(Conclusão)
5 - Existe no quadro da administração direta, registro de forma a identificar a quantidade de pessoas com deficiência? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar		
6 - Quantas unidades administrativas existem na administração direta? <input type="text"/> <input type="text"/> → 6.1 - Destas, quantas são chefiadas por mulheres? <input type="text"/> <input type="text"/>		
Unidades administrativas da administração direta municipal são aquelas de 1º escalão, cuja denominação pode variar de acordo com a forma de organização de cada prefeitura, podendo ser chamada de secretaria, divisão, diretoria, etc.		
7 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:		
1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/> (passe para o Bloco 06)		
2 <input type="checkbox"/> Não → 7.1 - Nome do responsável pela informação: <input type="text"/>		
7.2 - Cargo: <input type="text"/>		
7.3 - Telefone: <input type="text"/> - <input type="text"/> Assinatura: <input type="text"/>		

BLOCO 06	LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	(Continua)
1 - O município possui Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar?		
1 <input type="checkbox"/> Sim → 1.1 - Lei/ano de criação <input type="text"/> / <input type="text"/> → 1.2 - O Conselho é paritário? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não → 1.3 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)		
1.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 1.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo		
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 3) 1.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 1.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador		
2 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		
3 - O município integra: (admite múltipla marcação)		
3.1 <input type="checkbox"/> Aglomeração urbana Definida por lei complementar estadual 3.2 <input type="checkbox"/> Área de especial interesse turístico		
3.3 <input type="checkbox"/> Área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional 3.4 <input type="checkbox"/> Não integra as áreas citadas		
4 - O município possui legislação específica sobre área e/ou zona especial de interesse social? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		
Legislação específica que trata de áreas para assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo poder público municipal, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária.		
5 - O município possui legislação específica sobre área e/ou zona de interesse especial?		
Legislação específica que trata sobre área e/ou zona de interesse especial e é criada em função da preservação ambiental, cultural, paisagística ou do estabelecimento de um tipo específico de uso do solo.		
1 <input type="checkbox"/> Sim → 5.1 - Sobre que tipo de área de interesse? (admite múltipla marcação)		
2 <input type="checkbox"/> Não 5.1.1 <input type="checkbox"/> Ambiental 5.1.2 <input type="checkbox"/> Histórico 5.1.3 <input type="checkbox"/> Cultural 5.1.4 <input type="checkbox"/> Paisagístico		
5.1.5 <input type="checkbox"/> Arquitetônico 5.1.6 <input type="checkbox"/> Arqueológico 5.1.7 <input type="checkbox"/> Outra		
6 - Assinale se o município possui, ou não, leis específicas sobre os instrumentos de política urbana relacionados abaixo:		
Quando apenas o Plano Diretor contemplar todos ou alguns dos instrumentos relacionados abaixo, estes não deverão ser considerados como existentes por lei específica.		
6.1 - Lei de Parcelamento do Solo Estabelece normas para implantação de novos loteamentos. 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		
6.2 - Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo Estabelece regras para o uso e ocupação do solo em zonas determinadas do município. 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		
6.3 - Solo Criado É toda área edificável além do coeficiente único do aproveitamento do lote, legalmente fixado, sendo sempre um acréscimo ao direito de construir além do coeficiente básico de aproveitamento estabelecido. 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		
6.4 - Contribuição de Melhorias Tributo pago pelos contribuintes que incide sobre a valorização da propriedade imóvel, decorrente da realização de uma obra pública. 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		
6.5 - Operação Urbana Consorciada Conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal, com participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		
6.6 - Estudo de Impacto de Vizinhança Estudo realizado antes da aprovação do empreendimento ou atividade para mostrar seus efeitos quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades. 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		

BLOCO 07	RECURSOS PARA GESTÃO	(Conclusão)				
8 - Que tipo de empreendimento foi beneficiado por estes mecanismos de incentivo nos últimos 24 meses? (admite múltipla marcação)						
8.1 <input type="checkbox"/> Industrial 8.2 <input type="checkbox"/> Comercial e serviços 8.3 <input type="checkbox"/> Turismo, esporte e lazer 8.4 <input type="checkbox"/> Agropecuário 8.5 <input type="checkbox"/> Outros						
9 - O município aplica mecanismos de restrição à implantação de algum tipo de empreendimento? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 12)						
10 - Indique os mecanismos de restrição aplicados nos últimos 24 meses: (admite múltipla marcação)						
10.1 <input type="checkbox"/> Legislação 10.2 <input type="checkbox"/> Tributação 10.3 <input type="checkbox"/> Outro mecanismo 10.4 <input type="checkbox"/> Não utilizou (passe para o quesito 12)						
11 - Qual o tipo de empreendimento onde foi aplicado o mecanismo de restrição nos últimos 24 meses? (admite múltipla marcação)						
11.1 <input type="checkbox"/> Indústria poluidora 11.2 <input type="checkbox"/> Indústria extrativa 11.3 <input type="checkbox"/> Comercial e serviços 11.4 <input type="checkbox"/> Turismo, esporte e lazer 11.5 <input type="checkbox"/> Outros						
12 - Existe no município Distrito Industrial criado e regulamentado por lei específica municipal ou estadual? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não						
Atenção! Não confundir com zonas, áreas ou setores criados espontaneamente e/ou por legislação urbanística .						
13 - Existem no município programas ou ações de geração de trabalho e renda?						
1 <input type="checkbox"/> Sim → 13.1 - Indique o público específico alvo desses programas ou ações: (admite múltipla marcação)						
2 <input type="checkbox"/> Não 13.1.1 <input type="checkbox"/> Adolescentes 13.1.2 <input type="checkbox"/> Jovens 13.1.3 <input type="checkbox"/> Indígena 13.1.4 <input type="checkbox"/> Pessoas com deficiência						
13.1.5 <input type="checkbox"/> Idosos 13.1.6 <input type="checkbox"/> População de baixa renda 13.1.7 <input type="checkbox"/> População residente 13.1.8 <input type="checkbox"/> Outros						
14 - Existe no município política de apoio ao primeiro emprego de jovens e adolescentes? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não						
15 - Assinale, de acordo com a área da administração municipal, o consórcio público, convênio de parceria com o setor privado e/ou apoio do setor privado ou de comunidades, do qual o município faça parte:						
<p>Consórcio público - associação pública, entre dois ou mais municípios ou entre esses, Estados e União visando à execução de projetos, obras e/ou serviços de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional.</p> <p>Convênio de parceria com o setor privado - é o acordo firmado entre o município e o setor privado que assumem e pactuam responsabilidades de projetos e/ou serviços.</p> <p>Apoio do setor privado ou de comunidades - são as ações que contribuem para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da prefeitura.</p>						
Áreas da administração municipal	Consórcio público			Convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades	Não participa
	Intermunicipal	Estado	União			
15.1 Desenvolvimento urbano	15.1.1 <input type="checkbox"/>	15.1.2 <input type="checkbox"/>	15.1.3 <input type="checkbox"/>	15.1.4 <input type="checkbox"/>	15.1.5 <input type="checkbox"/>	15.1.6 <input type="checkbox"/>
15.2 Emprego e/ou Trabalho	15.2.1 <input type="checkbox"/>	15.2.2 <input type="checkbox"/>	15.2.3 <input type="checkbox"/>	15.2.4 <input type="checkbox"/>	15.2.5 <input type="checkbox"/>	15.2.6 <input type="checkbox"/>
16 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:						
1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/> (passe para o Bloco 08)						
2 <input type="checkbox"/> Não → 16.1 - Nome do responsável pela informação: <input style="width: 100%;" type="text"/>						
16.2 - Cargo: <input style="width: 100%;" type="text"/>						
16.3 - Telefone: <input style="width: 15%;" type="text"/> - <input style="width: 15%;" type="text"/> <input style="width: 15%;" type="text"/> <input style="width: 15%;" type="text"/> <input style="width: 15%;" type="text"/> <input style="width: 15%;" type="text"/> <input style="width: 15%;" type="text"/> Assinatura: <input style="width: 100%;" type="text"/>						

BLOCO 08	COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA	(Continua)
1 - Quais as formas de atendimento à distância disponibilizadas ao público pela prefeitura? (admite múltipla marcação)		
1.1 <input type="checkbox"/> Correio 1.2 <input type="checkbox"/> Fax 1.3 <input type="checkbox"/> Jornais 1.4 <input type="checkbox"/> Internet 1.5 <input type="checkbox"/> Telefone 1.6 <input type="checkbox"/> Telefone exclusivo 1.7 <input type="checkbox"/> Outros 1.8 <input type="checkbox"/> Não disponibiliza		
2 - A administração direta possui computadores em funcionamento? 1 <input type="checkbox"/> Sim → 2.1 - Estes computadores estão ligados em rede? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		
2 <input type="checkbox"/> Não		
3 - A prefeitura possui computadores com acesso à internet? 1 <input type="checkbox"/> Sim → 3.1 - Qual a forma de acesso à internet? 1 <input type="checkbox"/> Discada		
2 <input type="checkbox"/> Não 2 <input type="checkbox"/> Banda larga		
4 - A página na internet da prefeitura está: 1 <input type="checkbox"/> Ativa 2 <input type="checkbox"/> Em elaboração (passe para o quesito 10)		
3 <input type="checkbox"/> Em manutenção ou reestruturação 4 <input type="checkbox"/> Não possui página (passe para o quesito 10)		
5 - Endereço da página na internet: http://www.		
<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>		

BLOCO 08	COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA	(Conclusão)
6 - A página da prefeitura pode ser classificada como: 1 <input type="checkbox"/> Informativa 2 <input type="checkbox"/> Interativa 3 <input type="checkbox"/> Transacional Informativa é aquela que disponibiliza portal que não permite nenhum tipo de interação com o usuário, funcionando unicamente como fonte de informação. Interativa é aquela que permite também receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas ou outros órgãos. Transacional é aquela que permite também troca de valores que podem ser quantificáveis, como por exemplo: pagamento de contas e impostos, matrícula na rede pública e etc, emitindo recibos em geral.		
7 - Os serviços disponibilizados na página da internet são: (admite múltipla marcação) 7.1 <input type="checkbox"/> Serviços informativos do município e notícias (localização de logradouros, endereços úteis, turismo, trânsito, clima e etc.) 7.2 <input type="checkbox"/> Acesso a documentos e formulários 7.3 <input type="checkbox"/> Licitações 7.4 <input type="checkbox"/> Ouvidoria e serviços de atendimento ao cidadão 7.5 <input type="checkbox"/> Pregão eletrônico 7.6 <input type="checkbox"/> Consulta a processos 7.7 <input type="checkbox"/> Consulta prévia (obtenção de alvará provisório) 7.8 <input type="checkbox"/> Diário oficial, legislação municipal e finanças públicas 7.9 <input type="checkbox"/> Concursos públicos 7.10 <input type="checkbox"/> Matrícula escolar na rede pública <i>on line</i> 7.11 <input type="checkbox"/> Emissão de certidão negativa de débito e alvará 7.12 <input type="checkbox"/> Agendamento de consulta na rede pública de saúde 7.13 <input type="checkbox"/> Outros		
8 - A página na internet da prefeitura é acessível a pessoas com deficiência: 1 <input type="checkbox"/> Auditiva 2 <input type="checkbox"/> Visual 3 <input type="checkbox"/> Audiovisual 4 <input type="checkbox"/> Não é acessível		9 - A prefeitura garante ao público acesso aos serviços disponíveis na sua página na internet através de: (admite múltipla marcação) 9.1 <input type="checkbox"/> Quiosques ou balcões informatizados em locais de grande circulação de público 9.2 <input type="checkbox"/> Instalações públicas 9.3 <input type="checkbox"/> Outros 9.4 <input type="checkbox"/> Não garante o acesso
10 - A prefeitura desenvolve política ou plano de inclusão digital? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 12) Inclusão digital projetos e ações que facilitam a interação de pessoas de baixa renda em tecnologias de informação e comunicação.		
11 - Os projetos e ações implementados por esta política resultaram em: (admite múltipla marcação) Telecentro espaço com vários computadores ligados em rede, conectados à Internet com orientação de monitores capacitados para atender aos usuários. 11.1 <input type="checkbox"/> Criação de Telecentros por iniciativa da prefeitura → 11.1.1 - Quantos estão em funcionamento? <input style="width: 30px;" type="text"/> <input style="width: 30px;" type="text"/> → 11.1.2 - Quantos contam também com recurso do governo federal? <input style="width: 30px;" type="text"/> <input style="width: 30px;" type="text"/> 11.2 <input type="checkbox"/> Computadores com acesso à internet disponibilizados para uso do público em geral em órgãos públicos municipais 11.3 <input type="checkbox"/> Instalação de computadores na rede pública municipal de ensino com acesso à internet para utilização de alunos e professores 11.4 <input type="checkbox"/> Outros		
12 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada: 1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input style="width: 30px;" type="text"/> (passe para o Bloco 09) 2 <input type="checkbox"/> Não → 12.1 - Nome do responsável pela informação: <input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/> 12.2 - Cargo: <input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/> 12.3 - Telefone: <input style="width: 30px;" type="text"/> - <input style="width: 30px;" type="text"/> <input style="width: 30px;" type="text"/> <input style="width: 30px;" type="text"/> Assinatura: <input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>		

BLOCO 09	EDUCAÇÃO	(Continua)
1 - O órgão responsável pela educação no município caracteriza-se como: Setor é a parte organizacional da prefeitura sem <i>status</i> de secretaria. 1 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal exclusiva 2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais 3 <input type="checkbox"/> Setor subordinado a outra secretaria 4 <input type="checkbox"/> Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo 5 <input type="checkbox"/> Órgão da administração indireta 6 <input type="checkbox"/> Não possui estrutura (passe para o quesito 3)		
2 - Nome do órgão gestor da educação: <input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>		
3 - O município possui Sistema Municipal de Ensino próprio? 1 <input type="checkbox"/> Sim (passe para o quesito 5) 2 <input type="checkbox"/> Não		
4 - Como está organizado o Sistema Municipal de Ensino? 1 <input type="checkbox"/> Vinculado ao sistema estadual 2 <input type="checkbox"/> Outra forma de organização		

BLOCO 09	EDUCAÇÃO	(Conclusão)																	
<p>5 - A política municipal de educação está contemplada em quais instrumentos legais? (admite múltipla marcação)</p> <p>5.1 <input type="checkbox"/> Lei Orgânica 5.2 <input type="checkbox"/> Lei do Orçamento Anual (LOA) 5.3 <input type="checkbox"/> Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)</p> <p>5.4 <input type="checkbox"/> Plano Plurianual (PPA) 5.5 <input type="checkbox"/> Portaria do órgão gestor da educação 5.6 <input type="checkbox"/> Nenhum dos instrumentos citados</p>																			
<p>6 - Assinale o objeto regulamentado por instrumento legal: (admite múltipla marcação)</p> <p>6.1 <input type="checkbox"/> Projetos, programas e ações da educação municipal 6.2 <input type="checkbox"/> Concessões de incentivos fiscais para entidades educacionais 6.3 <input type="checkbox"/> Conselho de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB 6.4 <input type="checkbox"/> Conselhos escolares</p> <p>6.5 <input type="checkbox"/> Conselho de Alimentação Escolar 6.6 <input type="checkbox"/> Conselho do Transporte Escolar 6.7 <input type="checkbox"/> Sistema Municipal de Ensino 6.8 <input type="checkbox"/> Outros</p>																			
<p>7 - O município possui Plano Municipal de Educação?</p> <p>Plano Municipal de Educação é um instrumento, aprovado pela Câmara Municipal e com vigência de 10 anos, que define diretrizes e metas para a gestão e o financiamento da educação em adequação às especificidades locais. Está previsto no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001).</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim → 7.1 - O Plano Municipal de Educação incorpora ao currículo da rede municipal, educação em direitos humanos?</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não faz parte do plano municipal de educação, mas integra o currículo da rede municipal.</p>																			
<p>8 - Existe, para a rede de ensino municipal, capacitação de professores: (admite múltipla marcação)</p> <p>8.1 <input type="checkbox"/> Em direitos humanos 8.2 <input type="checkbox"/> Na temática de gênero 8.3 <input type="checkbox"/> Na temática de raça/etnia 8.4 <input type="checkbox"/> Em orientação sexual 8.5 <input type="checkbox"/> Não existe capacitação nas áreas citadas</p>																			
<p>9 - O município possui Conselho Municipal de Educação?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim → 9.1 - Lei/ano de criação → 9.2 - O Conselho é paritário? → 9.3 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)</p> <p style="margin-left: 40px;"> <input style="width: 40px; height: 15px; border: 1px solid black;" type="text"/> / <input style="width: 40px; height: 15px; border: 1px solid black;" type="text"/> 1 <input type="checkbox"/> Sim 9.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 9.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo </p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 11) 2 <input type="checkbox"/> Não 9.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 9.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador</p>																			
<p>10 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 11 - O município possui Fundo Municipal de Educação? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não</p>																			
<p>12 - Existe na rede municipal de ensino, escola apta a receber pessoas com deficiência? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não</p>																			
<p>13 - Assinale as 5 principais medidas ou ações adotadas pelo órgão gestor da educação:</p> <p>13.1 <input type="checkbox"/> Investimento em organização administrativa 13.2 <input type="checkbox"/> Autonomia financeira da escola 13.3 <input type="checkbox"/> Participação da comunidade na gestão da escola</p> <p>13.4 <input type="checkbox"/> Campanha e/ou programa para matricular as crianças na escola 13.5 <input type="checkbox"/> Diminuição da evasão escolar 13.6 <input type="checkbox"/> Regulamentação e valorização da carreira do magistério</p> <p>13.7 <input type="checkbox"/> Capacitação de professores 13.8 <input type="checkbox"/> Contratação de professores 13.9 <input type="checkbox"/> Melhorias ou implementação de programas de assistência escolar (saúde, alimentação e material escolar)</p> <p>13.10 <input type="checkbox"/> Melhoria do transporte dos alunos 13.11 <input type="checkbox"/> Ampliação do atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais 13.12 <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de projetos voltados para a educação de jovens e adultos</p> <p>13.13 <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de projetos voltados para a educação no campo, indígena e ambiental 13.14 <input type="checkbox"/> Instituição de cursos de educação profissional 13.15 <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de projetos voltados para promoção de uma educação não racista, não-sexista e não-homofóbica, que contribui para a redução da discriminação racial, por gênero e por orientação sexual</p> <p>13.16 <input type="checkbox"/> Outras 13.17 <input type="checkbox"/> Nenhuma das medidas relacionadas</p>																			
<p>14 - Assinale se na política de educação, o município participa de consórcio público, convênio de parceria com o setor privado e/ou apoio do setor privado ou de comunidades:</p> <table border="1" style="width:100%; border-collapse: collapse; text-align:center;"> <tr> <td rowspan="2" style="width:30%;"></td> <td colspan="3">Consórcio público</td> <td rowspan="2">Convênio de parceria com o setor privado</td> <td rowspan="2">Apoio do setor privado ou de comunidades</td> <td rowspan="2">Não participa</td> </tr> <tr> <td>Intermunicipal</td> <td>Estado</td> <td>União</td> </tr> <tr> <td></td> <td>14.1 <input type="checkbox"/></td> <td>14.2 <input type="checkbox"/></td> <td>14.3 <input type="checkbox"/></td> <td>14.4 <input type="checkbox"/></td> <td>14.5 <input type="checkbox"/></td> <td>14.6 <input type="checkbox"/></td> </tr> </table> <p>Consórcio público - associação pública, entre dois ou mais municípios ou entre esses, Estados e União visando à execução de projetos, obras e/ou serviços de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional.</p> <p>Convênio de parceria com o setor privado - é o acordo firmado entre o município e o setor privado que assumem e pactuam responsabilidades de projetos e/ou serviços.</p> <p>Apoio do setor privado ou de comunidades - são as ações que contribuem para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da prefeitura.</p>				Consórcio público			Convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades	Não participa	Intermunicipal	Estado	União		14.1 <input type="checkbox"/>	14.2 <input type="checkbox"/>	14.3 <input type="checkbox"/>	14.4 <input type="checkbox"/>	14.5 <input type="checkbox"/>	14.6 <input type="checkbox"/>
	Consórcio público			Convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades	Não participa													
	Intermunicipal	Estado	União																
	14.1 <input type="checkbox"/>	14.2 <input type="checkbox"/>	14.3 <input type="checkbox"/>	14.4 <input type="checkbox"/>	14.5 <input type="checkbox"/>	14.6 <input type="checkbox"/>													
<p>15 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input style="width: 20px; height: 15px; border: 1px solid black;" type="text"/> (passe para o Bloco 10)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não →</p> <p>15.1 - Nome do responsável pela informação: <input style="width: 80%; height: 15px; border: 1px solid black;" type="text"/></p> <p>15.2 - Cargo: <input style="width: 80%; height: 15px; border: 1px solid black;" type="text"/></p> <p>15.3 - Telefone: <input style="width: 15%; height: 15px; border: 1px solid black;" type="text"/> - <input style="width: 40%; height: 15px; border: 1px solid black;" type="text"/> Assinatura: <input style="width: 25%; height: 15px; border: 1px solid black;" type="text"/></p>																			

BLOCO 10	CULTURA					(Continua)
1 - O órgão responsável pela cultura no município caracteriza-se como: Setor é a parte organizacional da prefeitura sem <i>status</i> de secretaria.						
1 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal exclusiva		2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais		3 <input type="checkbox"/> Setor subordinado a outra secretaria		
4 <input type="checkbox"/> Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo		5 <input type="checkbox"/> Órgão da administração indireta		6 <input type="checkbox"/> Não possui estrutura (passe para o quesito 3)		
2 - Nome do órgão gestor da cultura: <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>						
3 - Existe legislação municipal de proteção ao Patrimônio Cultural? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 5)						
4 - Qual a natureza dos bens tombados? (admite múltipla marcação) 4.1 <input type="checkbox"/> Patrimônio material 4.2 <input type="checkbox"/> Patrimônio imaterial Não deverão ser consideradas as unidades de conservação ambiental (parques, reservas biológicas, APAS) e terras indígenas. Deverão ser considerados apenas bens materiais e imateriais tombados por legislação municipal. Patrimônio material são os bens materiais como obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, etc. Patrimônio imaterial são os bens de natureza imaterial como conhecimentos, processos e modos de saber e fazer, rituais, festas, folguedos, ritmos, literatura oral e etc.						
5 - O município possui Conselho Municipal de Cultura? 1 <input type="checkbox"/> Sim → 5.1 - Lei/ano de criação → 5.2 - O Conselho é paritário? → 5.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)						
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 7)		1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		5.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 5.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo 5.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 5.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador		
6 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não						
7 - Assinale, de acordo com a área da administração municipal, o consórcio público, convênio de parceria com o setor privado e/ou apoio do setor privado ou de comunidades, do qual o município faz parte: Consórcio público - é pessoa jurídica ou associação pública, entre dois ou mais municípios ou entre esses, Estados e União visando à execução de projetos, obras e/ou serviços de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional. Convênio de parceria com o setor privado - é o acordo firmado entre o município e o setor privado que assumem e pactuam responsabilidades de projetos e/ou serviços. Apoio do setor privado ou de comunidades - são as ações que contribuem para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da prefeitura.						
	Consórcio público			Convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades	Não participa
Áreas da administração municipal	Intermunicipal	Estado	União			
7.1 Cultura	7.1.1 <input type="checkbox"/>	7.1.2 <input type="checkbox"/>	7.1.3 <input type="checkbox"/>	7.1.4 <input type="checkbox"/>	7.1.5 <input type="checkbox"/>	7.1.6 <input type="checkbox"/>
7.2 Turismo	7.2.1 <input type="checkbox"/>	7.2.2 <input type="checkbox"/>	7.2.3 <input type="checkbox"/>	7.2.4 <input type="checkbox"/>	7.2.5 <input type="checkbox"/>	7.2.6 <input type="checkbox"/>
8 - Assinale a existência dos itens relacionados abaixo: (admite múltipla marcação)						
Biblioteca pública - É o edifício ou recinto onde se instala uma coleção pública de livros e documentos, organizada para estudo, leitura e consulta. É aberta à frequência do público em geral.						
Museu - É a instituição permanente, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, voltada à pesquisa dos testemunhos materiais do homem e do seu entorno, que adquire, conserva, comunica e, notadamente, expõe o seu acervo, visando estudos, educação e lazer. O ingresso pode ou não ter cobrança.						
Teatro ou sala de espetáculo - É o estabelecimento ou edificação cuja finalidade é a apresentação de arte dramática, música, dança, etc.						
Centro cultural - É o local destinado a atividades artístico-culturais e que conta com mais de dois tipos diferentes de equipamentos culturais em uso (biblioteca, sala de exposição, sala de cinema, teatro, anfiteatro, etc.).						
Estádio ou ginásio poliesportivo - É o espaço fechado, destinado a competições de diversas modalidades esportivas, com capacidade para receber público.						
Cinema - É o estabelecimento cuja finalidade é a projeção de filmes.						
Videolocadora - É o estabelecimento que oferece o serviço de aluguel de fita e DVD.						
Shopping center - É a reunião, em um único conjunto arquitetônico, de lojas, casas comerciais, serviços de utilidade pública, áreas de lazer e entretenimento.						
Livraria - É o estabelecimento que comercializa livros e outros produtos culturais, escolares e eventualmente artigos de papelaria e informática.						
Geradora de TV - É aquela empresa que gera e transmite programação televisiva.						
8.1 <input type="checkbox"/> Bibliotecas públicas		8.2 <input type="checkbox"/> Museus		8.3 <input type="checkbox"/> Teatros ou salas de espetáculos		8.4 <input type="checkbox"/> Centro cultural

BLOCO 10		CULTURA				(Continua)
8.5 <input type="checkbox"/> Cinema	8.6 <input type="checkbox"/> Videolocadoras	8.7 <input type="checkbox"/> Estádio ou ginásio poliesportivo	8.8 <input type="checkbox"/> Provedor de internet			
8.9 <input type="checkbox"/> Unidades de ensino superior	8.10 <input type="checkbox"/> Shopping center	8.11 <input type="checkbox"/> Lojas de discos, CDs, DVDs e fitas	8.12 <input type="checkbox"/> Livraria			
8.13 <input type="checkbox"/> Rádio AM	8.14 <input type="checkbox"/> Rádio FM	8.15 <input type="checkbox"/> Rádio comunitária AM ou FM	8.16 <input type="checkbox"/> Gerador de TV			
8.17 <input type="checkbox"/> Clubes ou associações recreativas	8.18 <input type="checkbox"/> Nenhum dos itens relacionados					
9 - Assinale com um X, até três alternativas, os artesanatos desenvolvidos no município, levando em consideração os de maior quantidade produzida.						
Artesanato é o trabalho preponderantemente manual, realizado por artesão cujo conhecimento e modos de fazer estão enraizados no cotidiano das comunidades.						
Bordado produção de artefatos com técnica artesanal à base de linha, fios, etc, sobre estofa ou pano, para uso utilitário ou decorativo.						
Barro fabricação de artefatos utilitários ou simbólicos, moldados em argila, a mão ou em tornos manuais, crus ou queimados em fornos.						
Couro produção manual de artefatos decorativos, utilitários e indumentária de couro e de peles.						
Fios produção de peças de vestuário e outras, executada a partir de fios naturais ou sintéticos.						
Fibras vegetais processo desde a extração, o tratamento e a confecção do artefato em si.						
Frutas e sementes processo de produção de peças decorativas, adorno pessoal e de caráter simbólico, a partir de sementes e de frutos.						
Madeira fabricação de todo artefato construído com qualquer tipo de madeira.						
Material reciclável produção de artefatos variados com resíduo de origem industrial para produzir peças decorativas, utilitárias e de indumentária.						
Metal processo de confecção artesanal de peças de metais diversos.						
Pedras produção de artefatos utilitários, decorativos e de adorno pessoal de mármore, granito, pedra-sabão e outras em geral.						
Pedras preciosas processo de lapidação e/ou utilização de pedras preciosas para confecção de jóias, bijuterias e peças de adorno pessoal.						
Tecelagem processo de produção de tecido que tem como base o entrelaçamento de fios.						
Tapeçaria peça feita a mão, utilizando como base uma tela, sobrepondo fios e fibras com pontos elaborados.						
Renda técnica artesanal de entrelaçar ou recortar fios, formando desenhos variados, geralmente de aspecto transparente e vazado.						
Vidro produção de artefatos decorativos com técnica artesanal em vidro.						
Conchas produção de artefatos decorativos com técnica artesanal com conchas.						
Culinária típica arte de confeccionar alimentos e bebidas com produtos locais e modos de fazer próprios da comunidade local. Variam de região para região, não só os ingredientes, como também as técnicas culinárias e os próprios utensílios.						
1 Bordado <input type="checkbox"/>	2 Barro <input type="checkbox"/>	3 Couro <input type="checkbox"/>	4 Conchas <input type="checkbox"/>	5 Culinária típica <input type="checkbox"/>	6 Fios e fibras <input type="checkbox"/>	7 Fibras vegetais <input type="checkbox"/>
8 Frutas e sementes <input type="checkbox"/>	9 Madeira <input type="checkbox"/>	10 Material reciclável <input type="checkbox"/>	11 Metal <input type="checkbox"/>	12 Pedras <input type="checkbox"/>	13 Pedras preciosas <input type="checkbox"/>	14 Tecelagem <input type="checkbox"/>
15 Tapeçaria <input type="checkbox"/>	16 Renda <input type="checkbox"/>	17 Vidro <input type="checkbox"/>	18 Outros <input type="checkbox"/>	19 Nenhum dos itens relacionados <input type="checkbox"/>		
10 - Existe no município grupo de: (admite múltipla marcação)						
Deverão ser considerados os grupos artísticos existentes no município com ou sem caráter comercial, juridicamente constituídos ou que tenham no mínimo dois anos de atuação.						
Cineclube exibição sistemática de programas audiovisuais promovida por grupos associativos, com finalidade cultural.						
Musical conjunto de músicos composto por número variável de componentes e formado por instrumentistas diversos e/ou vozes.						
Orquestra grupo de instrumentistas dirigidos por um regente.						
Banda grupo musical basicamente de instrumentos de sopro e percussão onde também podem ser incorporados instrumentos de cordas.						
Coral conjunto vocal formado por vozes em geral por quatro naipes (ou vozes).						
Associação literária grupo literário, legalmente constituído e em atividade.						
Desenho e pintura representação sobre uma superfície, por meio de linhas, ponto, manchas, com o objetivo lúdico, artístico, científico ou técnico.						
Artes plásticas e visuais são aquelas que se manifestam por meios visuais e táteis, como escultura, gravura, fotografia, colagens, etc.						
Artesanato arte ou ofício de produzir objetos individuais cujo modo de fazer estão enraizados no cotidiano das comunidades.						
10.1 <input type="checkbox"/> Teatro	10.2 <input type="checkbox"/> Manifestação tradicional popular	10.3 <input type="checkbox"/> Cineclube	10.4 <input type="checkbox"/> Dança	10.5 <input type="checkbox"/> Musical	10.6 <input type="checkbox"/> Orquestra	
10.7 <input type="checkbox"/> Banda	10.8 <input type="checkbox"/> Coral	10.9 <input type="checkbox"/> Associação literária	10.10 <input type="checkbox"/> Capoeira	10.11 <input type="checkbox"/> Circo	10.12 <input type="checkbox"/> Escola de samba	
10.13 <input type="checkbox"/> Bloco carnavalesco	10.14 <input type="checkbox"/> Desenho e pintura	10.15 <input type="checkbox"/> Artes plásticas e visuais	10.16 <input type="checkbox"/> Artesanato	10.17 <input type="checkbox"/> Outros	10.18 <input type="checkbox"/> Não tem	

BLOCO 10	CULTURA	(Conclusão)
11 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:		
1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/> (passe para o Bloco 11)		
2 <input type="checkbox"/> Não → 11.1 - Nome do responsável pela informação: <input style="width: 100%;" type="text"/>		
11.2 - Cargo: <input style="width: 100%;" type="text"/>		
11.3 - Telefone: <input style="width: 15%;" type="text"/> - <input style="width: 35%;" type="text"/> Assinatura: <input style="width: 40%;" type="text"/>		

BLOCO 11	ESPORTE
1 - O órgão responsável pelo esporte no município caracteriza-se como: <input style="width: 100%;" type="text"/> Setor é a parte organizacional da prefeitura sem <i>status</i> de secretaria.	
1 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal exclusiva 2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais 3 <input type="checkbox"/> Setor subordinado a outra secretaria	
4 <input type="checkbox"/> Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo 5 <input type="checkbox"/> Órgão da administração indireta 6 <input type="checkbox"/> Não possui estrutura (passe para o quesito 3)	
2 - Nome do órgão gestor do esporte: <input style="width: 100%;" type="text"/>	
3 - A Lei Orgânica do município trata do esporte? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	4 - Existem outros instrumentos legais que tratem do esporte? 1 <input type="checkbox"/> Sim Instrumento legal é a legislação pertinente, que abrange: leis, decretos, portarias e resoluções. 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 6)
5 - Assinale os objetos regulamentados por estes instrumentos: (admite múltipla marcação)	
5.1 <input type="checkbox"/> Sistema Municipal de Esporte 5.2 <input type="checkbox"/> Conselho Municipal de Esporte 5.3 <input type="checkbox"/> Concessão de incentivos e isenções fiscais para o esporte 5.4 <input type="checkbox"/> Fundo Municipal de Esporte	
5.5 <input type="checkbox"/> Bolsa atleta 5.6 <input type="checkbox"/> Subvenções concedidas para o esporte 5.7 <input type="checkbox"/> Projetos esportivos 5.8 <input type="checkbox"/> Outros	
6 - A prefeitura tem conhecimento da existência de ligas esportivas regularmente constituídas? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	7 - A prefeitura tem um calendário de eventos esportivos? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não
8 - O município possui Conselho Municipal de Esporte?	
1 <input type="checkbox"/> Sim → 8.1 - Lei/ano de criação <input style="width: 15%;" type="text"/> / <input style="width: 15%;" type="text"/> → 8.2 - O Conselho é paritário? 1 <input type="checkbox"/> Sim 8.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)	
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 10) 2 <input type="checkbox"/> Não 8.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 8.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo 8.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 8.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador	
9 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	
10 - A prefeitura executa ações, projetos e/ou programas isoladamente ou convênio e/ou parceria com outras entidades: (admite múltipla marcação)	
Esporte educacional é o praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação.	
Esporte de rendimento é o organizado em nível internacional, através da adoção de sistemas de regras e códigos da prática esportiva (nacional e internacional) que devem ser aceitos e observados, e caracterizado pela busca de resultado em competições.	
Esporte e lazer praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas que tem por finalidade contribuir para a integração plena dos praticantes na vida social, na promoção da saúde e educação.	
10.1 <input type="checkbox"/> No esporte educacional 10.2 <input type="checkbox"/> No esporte de rendimento 10.3 <input type="checkbox"/> No esporte e lazer 10.4 <input type="checkbox"/> No esporte para pessoa com deficiência 10.5 <input type="checkbox"/> Não executa nenhum dos programas citados	
11 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:	
1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/> (passe para o Bloco 12)	
2 <input type="checkbox"/> Não → 11.1 - Nome do responsável pela informação: <input style="width: 100%;" type="text"/>	
11.2 - Cargo: <input style="width: 100%;" type="text"/>	
11.3 - Telefone: <input style="width: 15%;" type="text"/> - <input style="width: 35%;" type="text"/> Assinatura: <input style="width: 40%;" type="text"/>	

BLOCO 12	HABITAÇÃO					
1 - O órgão responsável pela habitação no município caracteriza-se como: Setor é a parte organizacional da prefeitura sem <i>status</i> de secretaria.						
1 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal exclusiva		2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais		3 <input type="checkbox"/> Setor subordinado a outra secretaria		
4 <input type="checkbox"/> Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo		5 <input type="checkbox"/> Órgão da administração indireta		6 <input type="checkbox"/> Não possui estrutura (passe para o quesito 3)		
2 - Nome do órgão gestor da habitação: <div style="border: 1px solid black; height: 15px; width: 100%;"></div>						
3 - O município possui Plano Municipal de Habitação? 1 <input type="checkbox"/> Sim (passe para o quesito 5) 2 <input type="checkbox"/> Não			4 - O município está elaborando o Plano Municipal de Habitação? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não			
5 - O município possui Conselho Municipal de Habitação?						
1 <input type="checkbox"/> Sim → 5.1 - Lei/ano de criação → <div style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 40px; height: 15px;"></div> / <div style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 40px; height: 15px;"></div>		5.2 - O Conselho é paritário? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		5.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)		
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 7)				5.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 5.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo		
				5.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 5.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador		
6 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		7 - O município possui Fundo Municipal de Habitação? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 9)		8 - O Fundo Municipal de Habitação reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		
9 - A prefeitura possui cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais?						
1 <input type="checkbox"/> Sim → 9.1 - O cadastro é informatizado? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		9.2 - O cadastro inclui a natureza do benefício habitacional pretendido pelas famílias? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não				
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 12)						
10 - Existe no cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais a identificação de: (admite múltipla marcação)						
10.1 <input type="checkbox"/> Idosos		10.2 <input type="checkbox"/> Mulheres chefes de família		10.3 <input type="checkbox"/> Renda per capita da família		
10.4 <input type="checkbox"/> Pessoas de raça/etnia negra ou indígena		10.5 <input type="checkbox"/> Pessoas com deficiência		10.6 <input type="checkbox"/> Número de dependentes por família		
				10.7 <input type="checkbox"/> Nenhuma identificação (passe para o quesito 12)		
11 - Existe critério de preferência e/ou prioridade para o atendimento das famílias ou pessoas identificadas? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não						
12 - O município possui legislação específica que dispõe sobre regularização fundiária? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não			13 - O município possui plano e/ou programa específico de regularização fundiária? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não			
14 - Assinale se na política de habitação, o município participa de consórcio público, convênio de parceria com o setor privado e/ou apoio do setor privado ou de comunidades:						
		Consórcio público			Convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades
		Intermunicipal	Estado	União		Não participa
		14.1 <input type="checkbox"/>	14.2 <input type="checkbox"/>	14.3 <input type="checkbox"/>	14.4 <input type="checkbox"/>	14.5 <input type="checkbox"/>
		14.6 <input type="checkbox"/>				
Consórcio público - associação pública, entre dois ou mais municípios ou entre esses, Estados e União visando à execução de projetos, obras e/ou serviços de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional.						
Convênio de parceria com o setor privado - é o acordo firmado entre o município e o setor privado que assumem e pactuam responsabilidades de projetos e/ou serviços.						
Apoio do setor privado ou de comunidades - são as ações que contribuem para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da prefeitura.						
15 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:						
1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/> (passe para o Bloco 13)						
2 <input type="checkbox"/> Não → 15.1 - Nome do responsável pela informação: <div style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 400px; height: 15px;"></div>						
15.2 - Cargo: <div style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 400px; height: 15px;"></div>						
15.3 - Telefone: <input type="text"/> - <input type="text"/> Assinatura: <div style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 150px; height: 15px;"></div>						

BLOCO 13

TRANSPORTE

(Continua)

1 - O órgão responsável pelo transporte no município caracteriza-se como: Setor é a parte organizacional da prefeitura sem <i>status</i> de secretaria.					
1 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal exclusiva		2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais		3 <input type="checkbox"/> Setor subordinado a outra secretaria	
4 <input type="checkbox"/> Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo		5 <input type="checkbox"/> Órgão da administração indireta		6 <input type="checkbox"/> Não possui estrutura (passe para o quesito 3)	

BLOCO 13	TRANSPORTE	(Conclusão)																																													
2 - Nome do órgão gestor do transporte:																																															
<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>																																															
3 - O município possui Conselho Municipal de Transporte?																																															
1 <input type="checkbox"/> Sim → 3.1 - Lei/ano de criação → 3.2 - O Conselho é paritário? → 3.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)																																															
3.1 <input style="width: 20px;" type="text"/> / <input style="width: 20px;" type="text"/> 3.2 1 <input type="checkbox"/> Sim																																															
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 5) 3.3 3.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 3.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo																																															
3.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 3.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador																																															
4 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?																																															
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não																																															
5 - Indique dos serviços de transporte abaixo relacionados, os existentes no município: (admite múltipla marcação)																																															
5.1 <input type="checkbox"/> Barco 5.2 <input type="checkbox"/> Metrô 5.3 <input type="checkbox"/> Mototáxi 5.4 <input type="checkbox"/> Táxi 5.5 <input type="checkbox"/> Trem 5.6 <input type="checkbox"/> Van 5.7 <input type="checkbox"/> Avião 5.8 <input type="checkbox"/> Nenhum dos itens relacionados																																															
6 - Existe no município transporte coletivo por ônibus intramunicipal? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 8)																																															
Deverão ser considerados os que circulam apenas dentro do município, fazendo o transporte entre bairros, distritos, localidades, etc.																																															
7 - A concessão, permissão ou autorização para o transporte coletivo por ônibus no município leva em consideração os critérios e as normas técnicas de acessibilidade (Ter toda ou parte da frota com elevador ou piso baixo) nos veículos, conforme a legislação vigente?																																															
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não																																															
8 - Dentre os passageiros abaixo relacionados, quais possuem isenção na tarifa do ônibus? (admite múltipla marcação)																																															
<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Total</th> <th>Parcial</th> <th></th> <th>Total</th> <th>Parcial</th> <th></th> <th>Total</th> <th>Parcial</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>8.1 Idosos</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> <td>8.2 Estudantes da rede pública</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> <td>8.3 Estudantes da rede privada</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>8.4 Carteiros</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> <td>8.5 Pessoas com deficiência</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> <td>8.6 Policiais</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>8.7 Professores</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> <td>8.8 Crianças menores de 7 anos</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> <td>8.9 Outros</td> <td>1 <input type="checkbox"/></td> <td>2 <input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>8.10</td> <td></td> <td>Nenhum passageiro</td> </tr> </tbody> </table>				Total	Parcial		Total	Parcial		Total	Parcial	8.1 Idosos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.2 Estudantes da rede pública	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.3 Estudantes da rede privada	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.4 Carteiros	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.5 Pessoas com deficiência	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.6 Policiais	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.7 Professores	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.8 Crianças menores de 7 anos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.9 Outros	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>							8.10		Nenhum passageiro
	Total	Parcial		Total	Parcial		Total	Parcial																																							
8.1 Idosos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.2 Estudantes da rede pública	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.3 Estudantes da rede privada	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>																																							
8.4 Carteiros	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.5 Pessoas com deficiência	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.6 Policiais	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>																																							
8.7 Professores	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.8 Crianças menores de 7 anos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	8.9 Outros	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>																																							
						8.10		Nenhum passageiro																																							
9 - Existe no município transporte coletivo por ônibus intermunicipal?																																															
1 <input type="checkbox"/> Sim → 9.1 - Este transporte coletivo atende também ao deslocamento entre bairros, distritos, localidades dentro do município?																																															
2 <input type="checkbox"/> Não 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não																																															
10 - Assinale se na política de transporte, o município participa de consórcio público, convênio de parceria com o setor privado e/ou apoio do setor privado ou de comunidades:																																															
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="3">Consórcio público</th> <th rowspan="2">Convênio de parceria com o setor privado</th> <th rowspan="2">Apoio do setor privado ou de comunidades</th> <th rowspan="2">Não participa</th> </tr> <tr> <th>Intermunicipal</th> <th>Estado</th> <th>União</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>10.1 <input type="checkbox"/></td> <td>10.2 <input type="checkbox"/></td> <td>10.3 <input type="checkbox"/></td> <td>10.4 <input type="checkbox"/></td> <td>10.5 <input type="checkbox"/></td> <td>10.6 <input type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>				Consórcio público			Convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades	Não participa	Intermunicipal	Estado	União		10.1 <input type="checkbox"/>	10.2 <input type="checkbox"/>	10.3 <input type="checkbox"/>	10.4 <input type="checkbox"/>	10.5 <input type="checkbox"/>	10.6 <input type="checkbox"/>																												
	Consórcio público			Convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades	Não participa																																									
	Intermunicipal	Estado	União																																												
	10.1 <input type="checkbox"/>	10.2 <input type="checkbox"/>	10.3 <input type="checkbox"/>	10.4 <input type="checkbox"/>	10.5 <input type="checkbox"/>	10.6 <input type="checkbox"/>																																									
Consórcio público - associação pública, entre dois ou mais municípios ou entre esses, Estados e União visando à execução de projetos, obras e/ou serviços de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional. Convênio de parceria com o setor privado - é o acordo firmado entre o município e o setor privado que assumem e pactuam responsabilidades de projetos e/ou serviços. Apoio do setor privado ou de comunidades - são as ações que contribuem para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da prefeitura.																																															
11 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:																																															
1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input style="width: 20px;" type="text"/> (passe para o Bloco 14)																																															
2 <input type="checkbox"/> Não → 11.1 - Nome do responsável pela informação: <input style="width: 100%;" type="text"/>																																															
11.2 - Cargo: <input style="width: 100%;" type="text"/>																																															
11.3 - Telefone: <input style="width: 20px;" type="text"/> - <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> Assinatura: <input style="width: 100%;" type="text"/>																																															

BLOCO 14	SAÚDE	(Continua)
1 - O órgão responsável pela saúde no município caracteriza-se como: Setor é a parte organizacional da prefeitura sem status de secretaria.		
1 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal exclusiva		
2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais		
3 <input type="checkbox"/> Setor subordinado a outra secretaria		
4 <input type="checkbox"/> Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo		
5 <input type="checkbox"/> Órgão da administração indireta		
6 <input type="checkbox"/> Não possui estrutura (passe para o quesito 3)		
2 - Nome do órgão gestor da saúde:		
<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>		

BLOCO 14		SAÚDE		(Conclusão)
3 - Escolaridade do titular do órgão gestor da saúde: Pós-graduação compreende tanto especialização e aperfeiçoamento da graduação quanto mestrado, doutorado e pós-doutorado concluídos.				
1 <input type="checkbox"/>	Ensino fundamental (1º Grau) incompleto (passa para o quesito 5)	2 <input type="checkbox"/>	Ensino fundamental (1º Grau) completo (passa para o quesito 5)	
3 <input type="checkbox"/>	Ensino médio (2º Grau) incompleto (passa para o quesito 5)	4 <input type="checkbox"/>	Ensino médio (2º Grau) completo (passa para o quesito 5)	
5 <input type="checkbox"/>	Ensino superior incompleto (passa para o quesito 5)	6 <input type="checkbox"/>	Ensino superior completo	7 <input type="checkbox"/>
4 - Qual a formação de nível superior do gestor da saúde?				
1 <input type="checkbox"/>	Administrador	2 <input type="checkbox"/>	Economista	3 <input type="checkbox"/>
4 <input type="checkbox"/>	Médico	5 <input type="checkbox"/>	Enfermeiro	
6 <input type="checkbox"/>	Pedagogo	7 <input type="checkbox"/>	Assistente social	8 <input type="checkbox"/>
9 <input type="checkbox"/>	Advogado	10 <input type="checkbox"/>	Nutricionista	10 <input type="checkbox"/>
5 - O município possui Conselho Municipal de Saúde?				
1 <input type="checkbox"/>	Sim → 5.1 - Lei/ano de criação	→ 5.2 - O Conselho é paritário?	→ 5.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)	
	<input type="text"/>	1 <input type="checkbox"/>	Sim	5.3.1 <input type="checkbox"/>
				5.3.2 <input type="checkbox"/>
		2 <input type="checkbox"/>	Não	5.3.3 <input type="checkbox"/>
				5.3.4 <input type="checkbox"/>
6 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?				
1 <input type="checkbox"/>	Sim	2 <input type="checkbox"/>	Não	
7 - O município possui Fundo Municipal de Saúde?				
1 <input type="checkbox"/>	Sim → 7.1 - Responsável pela gestão do Fundo Municipal de Saúde:			
2 <input type="checkbox"/>	Não	1 <input type="checkbox"/>	Gabinete do prefeito	2 <input type="checkbox"/>
		3 <input type="checkbox"/>	Secretaria municipal de saúde	3 <input type="checkbox"/>
		4 <input type="checkbox"/>	Outra estrutura da administração	5 <input type="checkbox"/>
			O Fundo Municipal de Saúde é autônomo	6 <input type="checkbox"/>
			Não sabe informar	
8 - O município possui Plano Municipal de Saúde?				
1 <input type="checkbox"/>	Sim → 8.1 - Ano de elaboração do último plano:			
2 <input type="checkbox"/>	Não			
9 - Existe no município: (admite múltipla marcação)				
9.1 <input type="checkbox"/>	Maternidade	9.2 <input type="checkbox"/>	Maternidade com posto de registro civil de nascimento	9.3 <input type="checkbox"/>
				9.3 <input type="checkbox"/>
				9.3 <input type="checkbox"/>
9.4 <input type="checkbox"/>	Laboratório de análises clínicas	9.5 <input type="checkbox"/>	Farmácia popular	
9.6 <input type="checkbox"/>	Programa agente comunitário de saúde	9.7 <input type="checkbox"/>	Nenhum dos itens relacionados	
10 - Existe no município programa de saúde da família?				
1 <input type="checkbox"/>	Sim → 10.1 - Registre as quantidades de:			
2 <input type="checkbox"/>	Não	10.1.1 - Equipes: <input type="text"/>	10.1.2 - Médicos: <input type="text"/>	10.1.3 - Odontólogos: <input type="text"/>
				10.1.4 - Enfermeiros: <input type="text"/>
11 - Assinale se na política saúde, o município participa de consórcio público, convênio de parceria com o setor privado e/ou apoio do setor privado ou de comunidades:				
		Consórcio público		Convênio de parceria com o setor privado
		Intermunicipal	Estado	União
		11.1 <input type="checkbox"/>	11.2 <input type="checkbox"/>	11.3 <input type="checkbox"/>
		11.4 <input type="checkbox"/>		11.5 <input type="checkbox"/>
		11.6 <input type="checkbox"/>		
Consórcio público - associação pública, entre dois ou mais municípios ou entre esses, Estados e União visando à execução de projetos, obras e/ou serviços de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional.				
Convênio de parceria com o setor privado - é o acordo firmado entre o município e o setor privado que assumem e pactuam responsabilidades de projetos e/ou serviços.				
Apoio do setor privado ou de comunidades - são as ações que contribuem para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da prefeitura.				
12 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:				
1 <input type="checkbox"/>	Sim, no bloco <input type="text"/>	(passa para o Bloco 15)		
2 <input type="checkbox"/>	Não → 12.1 - Nome do responsável pela informação:	<input type="text"/>		
	12.2 - Cargo:	<input type="text"/>		
	12.3 - Telefone: <input type="text"/>	- <input type="text"/>	Assinatura: <input type="text"/>	

BLOCO 15		SEGURANÇA E ACESSO À JUSTIÇA		(Continua)
1 - O órgão responsável pela segurança pública no município caracteriza-se como: Setor é a parte organizacional da prefeitura sem <i>status</i> de secretaria.				
1 <input type="checkbox"/>	Secretaria municipal exclusiva	2 <input type="checkbox"/>	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais	3 <input type="checkbox"/>
				3 <input type="checkbox"/>
4 <input type="checkbox"/>	Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo	5 <input type="checkbox"/>	Órgão da administração indireta	6 <input type="checkbox"/>
				6 <input type="checkbox"/>
				6 <input type="checkbox"/>

BLOCO 15		SEGURANÇA E ACESSO À JUSTIÇA		(Continua)
2 - Nome do órgão gestor da segurança pública no município: <input type="text"/>				
3 - O município possui Conselho Municipal de Segurança Pública? Deverão ser considerados os criados por lei e não os conselhos comunitários.				
1 <input type="checkbox"/> Sim → 3.1 - Lei/ano de criação → <input type="text"/> / <input type="text"/>		3.2 - O Conselho é paritário? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		3.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação) 3.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 3.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo 3.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 3.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 5)				
4 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		5 - O município possui Fundo Municipal de Segurança Pública? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		6 - O município tem Plano Municipal de Segurança Pública? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não
7 - Assinale a existência no município de: (admite múltipla marcação)				
Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) especializada em apurar crimes praticados contra crianças e adolescentes. Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) especializada em apurar atos infracionais praticados por adolescentes. Delegacia da Criança e do Adolescente (especialidades não separadas) Centro de reintegração social da associação e proteção e assistência ao condenado método Apac baseado na valorização humana, na solidariedade, na participação da comunidade para a recuperação de condenados e sua reintegração à sociedade. População LGBT população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.				
7.1 <input type="checkbox"/> Delegacia de Polícia Civil	7.2 <input type="checkbox"/> Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento à Mulher	7.3 <input type="checkbox"/> Delegacia de Proteção ao Idoso		
7.4 <input type="checkbox"/> Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)	7.5 <input type="checkbox"/> Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)	7.6 <input type="checkbox"/> Delegacia da Criança e do Adolescente (especialidades não separadas)		
7.7 <input type="checkbox"/> Instituição especializada no atendimento ao idoso vítima de violência	7.8 <input type="checkbox"/> Centros integrados de atenção e prevenção a violência contra o idoso	7.9 <input type="checkbox"/> Presídio exclusivamente feminino		
7.10 <input type="checkbox"/> Presídio com carceragem exclusiva feminina	7.11 <input type="checkbox"/> Instituto Médico Legal	7.12 <input type="checkbox"/> Centro de reintegração social da associação e proteção e assistência ao condenado		
7.13 <input type="checkbox"/> Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente	7.14 <input type="checkbox"/> Centro de atendimento especializado para atendimento da população LGBT	7.15 <input type="checkbox"/> Conselho comunitário de Segurança		
7.16 <input type="checkbox"/> Nenhum dos itens relacionados				
8 - O município possui acesso oficial a registros de criminalidade violenta produzidos pelo estado? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		9 - Existe no município unidade do Corpo de Bombeiros? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		10 - Com relação à Defesa Civil o município dispõe de: 1 <input type="checkbox"/> Coordenadoria municipal 2 <input type="checkbox"/> Outro tipo de unidade 3 <input type="checkbox"/> Não dispõe
11 - O município tem Guarda Municipal? Instituição civil criada pela Constituição Federal de 1988 para a proteção do patrimônio público e que vem exercendo função auxiliar na segurança pública.				
1 <input type="checkbox"/> Sim → 11.1 - Lei/ano de criação da Guarda Municipal: <input type="text"/> / <input type="text"/>		2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 21)		
12 - Efetivo da Guarda Municipal: 12.1 Homens: <input type="text"/> 12.2 Mulheres: <input type="text"/> 12.3 Total: <input type="text"/>				
13 - A Guarda Municipal é treinada e/ou capacitada: (admite múltipla marcação) 1 <input type="checkbox"/> Na ocasião do ingresso 2 <input type="checkbox"/> Periodicamente 3 <input type="checkbox"/> Ocasionalmente 4 <input type="checkbox"/> Não é treinada e/ou capacitada (passe para o quesito 15)			14 - No treinamento ou capacitação da Guarda Municipal existe disciplina e/ou matéria de direitos humanos? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar	
15 - Qual a formação profissional do comandante da Guarda Municipal? 1 <input type="checkbox"/> Bombeiro militar 2 <input type="checkbox"/> Policial militar 3 <input type="checkbox"/> Policial civil 4 <input type="checkbox"/> Policial federal 5 <input type="checkbox"/> Guarda municipal 6 <input type="checkbox"/> Militar das forças armadas 7 <input type="checkbox"/> Civil 8 <input type="checkbox"/> Outros			16 - A Guarda Municipal utiliza: Armas não letais são as projetadas e utilizadas para incapacitar pessoas temporariamente e minimizar morte e ferimentos permanentes. 1 <input type="checkbox"/> Apenas arma de fogo 2 <input type="checkbox"/> Apenas armas não letais 3 <input type="checkbox"/> Armas de fogo e não letais 4 <input type="checkbox"/> Nenhum tipo de arma	
17 - Qual a faixa do salário inicial do guarda municipal? 1 <input type="checkbox"/> Até 1 salário mínimo 2 <input type="checkbox"/> Mais de 1 a 3 salários mínimos 3 <input type="checkbox"/> Mais de 3 a 5 salários mínimos 4 <input type="checkbox"/> Mais de 5 salários mínimos			18 - A Guarda Municipal possui órgão de controle: (admite múltipla marcação) 1 <input type="checkbox"/> Interno (Corregedoria) 2 <input type="checkbox"/> Externo (Ouvidoria) 3 <input type="checkbox"/> Outro tipo de controle 4 <input type="checkbox"/> Não possui	

BLOCO 15		SEGURANÇA E ACESSO À JUSTIÇA		(Conclusão)
19 - Os guardas municipais registram suas ocorrências?				
1 <input type="checkbox"/> Apenas em livros/formulários impressos (registro manual)		2 <input type="checkbox"/> Em banco de dados (registro eletrônico)		
3 <input type="checkbox"/> Ambos		4 <input type="checkbox"/> Não registram		
20 - Assinale as principais atividades da Guarda Municipal: (admite múltipla marcação)				
20.1 <input type="checkbox"/> Segurança e/ou proteção do prefeito e/ou outras autoridades		20.2 <input type="checkbox"/> Ronda escolar		20.3 <input type="checkbox"/> Proteção de bens, serviços e instalações do município
20.4 <input type="checkbox"/> Posto de guarda (bairros, entrada da cidade, entre outros)		20.5 <input type="checkbox"/> Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou montado		20.6 <input type="checkbox"/> Atividades da defesa civil
20.7 <input type="checkbox"/> Atendimento de ocorrências policiais		20.8 <input type="checkbox"/> Proteção ambiental		20.9 <input type="checkbox"/> Auxílio no ordenamento do trânsito
20.10 <input type="checkbox"/> Controle e fiscalização de comércio de ambulantes		20.11 <input type="checkbox"/> Auxílio à Polícia Militar		20.12 <input type="checkbox"/> Ações educativas junto à população
20.13 <input type="checkbox"/> Auxílio à Polícia Civil		20.14 <input type="checkbox"/> Patrulhamento de vias públicas		20.15 <input type="checkbox"/> Auxílio ao público
20.16 <input type="checkbox"/> Auxílio no atendimento do Conselho Tutelar		20.17 <input type="checkbox"/> Segurança em eventos/comemorações		20.18 <input type="checkbox"/> Atendimentos sociais (partos, assistência social, dentre outros)
20.19 <input type="checkbox"/> Serviços Administrativos (serviço burocráticos, secretariar autoridades)		20.20 <input type="checkbox"/> Assistência ao Judiciário		20.21 <input type="checkbox"/> Programas sociais de prevenção ao crime e violência
20.22 <input type="checkbox"/> Outras				
21 - O município é sede de comarca?		22 - Existe núcleo de defensoria pública na comarca?		
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 24)		
		3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar (passe para o quesito 24)		
23 - Existe na defensoria pública núcleo especializado para:				
23.1 - Criança e adolescente		1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar		23.2 - Idoso 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar
23.3 - Conflito agrário		1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar		23.4 - Mulher 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar
23.5 - Conflito indígena		1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar		23.6 - Meio ambiente 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar
24 - Inexistindo na comarca defensoria pública, o município presta este serviço?		25 - Existe no município: (admite múltipla marcação)		
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		25.1 <input type="checkbox"/> Juizado especializado no atendimento à criança e ao adolescente		25.2 <input type="checkbox"/> Juizado especializado no atendimento ao idoso
3 <input type="checkbox"/> Existe defensoria		25.3 <input type="checkbox"/> Juizado especial de violência doméstica e familiar contra a mulher		25.4 <input type="checkbox"/> Nenhum dos itens relacionados 25.5 <input type="checkbox"/> Não sabe informar
26 - O município mantém um serviço de assistência jurídica? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não				
Serviço de assistência jurídica desenvolve atividades extra-judiciais de orientação, requisição de documentos básicos para a população carente, atividades judiciais na promoção e defesa de direitos, bem como na mediação de conflitos coletivos. Pode ser prestado por um órgão específico vinculado à administração municipal, ou mediante convênios com organizações não-governamentais constituídas para este fim.				
27 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:				
1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/> (passe para o Bloco 16)				
2 <input type="checkbox"/> Não → 27.1 - Nome do responsável pela informação: <input type="text"/>				
27.2 - Cargo: <input type="text"/>				
27.3 - Telefone: <input type="text"/> - <input type="text"/> Assinatura: <input type="text"/>				

BLOCO 16		DIREITOS HUMANOS		(Continua)
1 - O órgão responsável pela política de direitos humanos no município caracteriza-se como:				
Setor é a parte organizacional da prefeitura sem <i>status</i> de secretaria.				
1 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal exclusiva		2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais		3 <input type="checkbox"/> Setor subordinado a outra secretaria
4 <input type="checkbox"/> Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo		5 <input type="checkbox"/> Órgão da administração indireta		6 <input type="checkbox"/> Não possui estrutura (passe para o quesito 5)

BLOCO 16		DIREITOS HUMANOS		(Continua)	
2 - Nome do órgão gestor dos direitos humanos:					
<input type="text"/>					
3 - O órgão gestor responsável pela política de direitos humanos no município possui orçamento próprio? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não					
4 - Esse órgão é responsável por executar programas e ações para: (admite múltipla marcação)					
4.1 <input type="checkbox"/>	Ciganos	4.2 <input type="checkbox"/>	Crianças e Adolescentes	4.3 <input type="checkbox"/>	Educação em Direitos Humanos
4.4 <input type="checkbox"/>	Mulheres	4.5 <input type="checkbox"/>	Idosos	4.6 <input type="checkbox"/>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
4.7 <input type="checkbox"/>	Pessoa com Deficiência	4.8 <input type="checkbox"/>	Promoção de Igualdade Racial	4.9 <input type="checkbox"/>	Outros
4.10 <input type="checkbox"/>	Nenhum dos itens				
5 - Dentre os itens de acessibilidade, assinale os existentes no prédio da sede da prefeitura municipal: (admite múltipla marcação)					
Acessibilidade é a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência e mobilidade reduzida. (Decreto 5.296/2004)					
5.1 <input type="checkbox"/>	Espaços e instalações internas acessíveis com rampas	5.2 <input type="checkbox"/>	Equipamento eletromecânico de deslocamento vertical	5.3 <input type="checkbox"/>	Sanitário acessível
5.4 <input type="checkbox"/>	Piso tátil direcional e de alerta	5.5 <input type="checkbox"/>	Elevadores com botoeiras internas e externas em braille e sonorização	5.6 <input type="checkbox"/>	Telefone público adaptado para pessoas surdas ou com deficiência auditiva
5.7 <input type="checkbox"/>	Mobiliário de recepção e atendimento adaptado à altura e condição física de pessoas em cadeira de rodas	5.8 <input type="checkbox"/>	Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, surdas e cegas prestados por intérpretes, pessoas capacitadas em LIBRAS ou guias-intérpretes	5.9 <input type="checkbox"/>	Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, cegos, deficiência intelectual e múltipla
5.10 <input type="checkbox"/>	Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida	5.11 <input type="checkbox"/>	Reserva de no mínimo 2% do total de vagas para veículos que transportem pessoas com deficiência	5.12 <input type="checkbox"/>	Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário (sinalização)
5.13 <input type="checkbox"/>	Admissão da entrada e permanência de cão-guia	5.14 <input type="checkbox"/>	Rebaixamento de calçadas com rampa ou elevação da via para travessia de pedestre em nível	5.15 <input type="checkbox"/>	Cabines telefônicas acessíveis
5.16 <input type="checkbox"/>	Nenhum dos itens relacionados				
6 - O tema direitos humanos é tratado por: (admite múltipla marcação)					
6.1 <input type="checkbox"/>	Lei orgânica do município	6.2 <input type="checkbox"/>	Plano Plurianual	6.3 <input type="checkbox"/>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
6.4 <input type="checkbox"/>	Nenhum dos instrumentos				
7 - Existe na estrutura organizacional da prefeitura municipal instrumento para recebimento de denúncias de violação de direitos humanos?					
1 <input type="checkbox"/>	Sim	7.1 - Qual (is) instrumento (s)? (admite múltipla marcação)			
2 <input type="checkbox"/>	Não (passe para o quesito 9)	7.1.1 <input type="checkbox"/>	Telefone	7.1.2 <input type="checkbox"/>	Telefone gratuito
		7.1.3 <input type="checkbox"/>	Balcão de atendimento	7.1.4 <input type="checkbox"/>	Página na internet
		7.1.5 <input type="checkbox"/>	Correio	7.1.6 <input type="checkbox"/>	E-mail
		7.1.7 <input type="checkbox"/>	Outros		
8 - É mantido um serviço de registro e acompanhamento dessas denúncias?					
1 <input type="checkbox"/>	Sim	8.1 - Qual o órgão responsável por receber e fazer o registro e acompanhamento das denúncias de violação de direitos?			
2 <input type="checkbox"/>	Não	1 <input type="checkbox"/>	Ouvidoria pública	2 <input type="checkbox"/>	Serviço de assistência social
		3 <input type="checkbox"/>	Serviço de assistência jurídica	4 <input type="checkbox"/>	Serviço de defesa ao cidadão
		5 <input type="checkbox"/>	Conselhos, comitês, comissões de cidadania ou similar	6 <input type="checkbox"/>	Outros
9 - Existe no município Conselho Tutelar?					
1 <input type="checkbox"/>	Sim	9.1 - O Conselho é vinculado administrativamente: Ser vinculado administrativamente significa que o Conselho em questão está ligado administrativa e institucionalmente ao órgão gestor das políticas relacionadas, órgão que provê a secretaria executiva, profissionais, local de trabalho, etc.			
2 <input type="checkbox"/>	Não	1 <input type="checkbox"/>	Ao órgão gestor dos direitos humanos	2 <input type="checkbox"/>	Ao órgão gestor da assistência social
		3 <input type="checkbox"/>	A outro órgão	4 <input type="checkbox"/>	A nenhum órgão
10 - Existe no município acampamento cigano? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não					
11 - Existe legislação municipal específica que dispõe sobre: (admite múltipla marcação)					
11.1 <input type="checkbox"/>	Adaptação de espaços culturais, artísticos e desportivos para facilitar o ingresso, locomoção e acomodação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	11.2 <input type="checkbox"/>	Concessão de meia-entrada para maiores de 65 anos nos espetáculos culturais, artísticos e eventos desportivos promovidos ou subsidiados pela administração direta e/ou indireta municipal.		
11.3 <input type="checkbox"/>	Criação de locais específicos para pessoas com deficiência que necessitem de cadeiras de rodas para sua locomoção, nos locais de espetáculos culturais, artísticos e desportivos no município.	11.4 <input type="checkbox"/>	Assegura o ingresso de cães-guia para pessoas com deficiência visual em espaços culturais, artísticos e desportivos.		
11.5 <input type="checkbox"/>	Concessão de meia-entrada para pessoas com deficiência nos espetáculos culturais, artísticos e eventos desportivos promovidos ou subsidiados pela administração direta e/ou indireta municipal.	11.6 <input type="checkbox"/>	Reconheça direitos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais		
11.7 <input type="checkbox"/>	Outras legislações relacionadas à direitos humanos	11.8 <input type="checkbox"/>	Nenhuma das legislações citadas		

BLOCO 16		DIREITOS HUMANOS				(Continua)	
12 - Existe no município: (admite múltipla marcação)							
12.1 <input type="checkbox"/>	Política, plano ou programa de direitos humanos	12.2 <input type="checkbox"/>	Política ou ações de combate ao uso de trabalho forçado	12.3 <input type="checkbox"/>	Política, programa ou ações para o combate ao subregistro civil de nascimento		
12.4 <input type="checkbox"/>	Política, programa ou ações para a população em situação de rua	12.5 <input type="checkbox"/>	Política, programa ou ações para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	12.6 <input type="checkbox"/>	Política, programa ou ações de reinserção de egressos do sistema prisional		
12.7 <input type="checkbox"/>	Política ou programa para o idoso	12.8 <input type="checkbox"/>	Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	12.9 <input type="checkbox"/>	Outras políticas, programas, planos ou ações relacionadas à direitos humanos	12.10 <input type="checkbox"/>	Nenhuma das políticas, programas ou ações citadas
13 - Existe no município política para crianças e adolescentes?							
1 <input type="checkbox"/>	Sim →	13.1 - A política inclui programas, ações ou medidas de: (admite múltipla marcação)					
2 <input type="checkbox"/>	Não	13.1.1 <input type="checkbox"/>	Retirada de crianças e adolescentes em situação de rua	13.1.2 <input type="checkbox"/>	Lazer para crianças e adolescentes	13.1.3 <input type="checkbox"/>	Desabrigamento
		13.1.4 <input type="checkbox"/>	Combate ao trabalho infantil	13.1.5 <input type="checkbox"/>	Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes	13.1.6 <input type="checkbox"/>	Combate ao turismo sexual com exploração de crianças e adolescentes
		13.1.7 <input type="checkbox"/>	Atendimento à criança e adolescente com deficiência	13.1.8 <input type="checkbox"/>	Atendimento ao adolescente em conflito com a lei	13.1.9 <input type="checkbox"/>	Outros
14 - O município possui Conselho Municipal de Direitos Humanos:							
1 <input type="checkbox"/>	Sim →	14.1 - Lei/ano de criação	→	14.2 - O Conselho é paritário?	→	14.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)	
		<input type="text"/>	/	<input type="text"/>	1 <input type="checkbox"/>	Sim	
				2 <input type="checkbox"/>	Não	14.3.1 <input type="checkbox"/>	Consultivo
						14.3.2 <input type="checkbox"/>	Deliberativo
						14.3.3 <input type="checkbox"/>	Normativo
						14.3.4 <input type="checkbox"/>	Fiscalizador
2 <input type="checkbox"/>							Não (passe para o quesito 17)
Ser vinculado administrativamente significa que o Conselho em questão está ligado administrativa e institucionalmente ao órgão gestor das políticas relacionadas, órgão que provê a secretaria executiva, profissionais, local de trabalho, etc.							
15 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?		16 - Este Conselho é vinculado administrativamente:			17 - O município possui Fundo Municipal de Direitos Humanos?		
1 <input type="checkbox"/>	Sim	2 <input type="checkbox"/>	Não	1 <input type="checkbox"/>	Ao órgão gestor dos direitos humanos	2 <input type="checkbox"/>	Ao órgão gestor da assistência social
		3 <input type="checkbox"/>	A outro órgão	4 <input type="checkbox"/>	A nenhum órgão	1 <input type="checkbox"/>	Sim
						2 <input type="checkbox"/>	Não
18 - O município possui Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente?							
1 <input type="checkbox"/>	Sim →	18.1 - Lei/ano de criação →					
		<input type="text"/>	/	<input type="text"/>	18.2 - O Conselho é paritário?	→	18.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)
				2 <input type="checkbox"/>	Não	18.3.1 <input type="checkbox"/>	Consultivo
						18.3.2 <input type="checkbox"/>	Deliberativo
						18.3.3 <input type="checkbox"/>	Normativo
						18.3.4 <input type="checkbox"/>	Fiscalizador
19 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?		20 - Este Conselho é vinculado administrativamente:			21 - O município possui Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente?		
1 <input type="checkbox"/>	Sim	2 <input type="checkbox"/>	Não	1 <input type="checkbox"/>	Ao órgão gestor dos direitos humanos	2 <input type="checkbox"/>	Ao órgão gestor da assistência social
		3 <input type="checkbox"/>	A outro órgão	4 <input type="checkbox"/>	A nenhum órgão	1 <input type="checkbox"/>	Sim
						2 <input type="checkbox"/>	Não
22 - Existe no município local para acatamento (internação provisória) de adolescentes em conflito com a lei?							
Acatamento é a internação de adolescente para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública, ocorre quando não é possível libertá-lo prontamente devido à gravidade do ato infracional e sua repercussão social.							
1 <input type="checkbox"/>	Sim →	22.1 - Qual o tipo de local? (admite múltipla resposta)					
		22.1.1 <input type="checkbox"/>	Celas especiais	22.1.2 <input type="checkbox"/>	Unidades especiais	22.1.3 <input type="checkbox"/>	Outros
		22.1.4 <input type="checkbox"/>	Não sabe informar				
2 <input type="checkbox"/>	Não						
23 - No município, as medidas socioeducativas de meio aberto são executadas pela: 1 <input type="checkbox"/>							Prefeitura
		2 <input type="checkbox"/>	Poder judiciário	3 <input type="checkbox"/>	Outros		
24 - O município possui Conselho Municipal de Igualdade Racial ou similar?							
1 <input type="checkbox"/>	Sim →	24.1 - Lei/ano de criação →					
		<input type="text"/>	/	<input type="text"/>	24.2 - O Conselho é paritário?	→	24.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)
				1 <input type="checkbox"/>	Sim	24.3.1 <input type="checkbox"/>	Consultivo
						24.3.2 <input type="checkbox"/>	Deliberativo
				2 <input type="checkbox"/>	Não	24.3.3 <input type="checkbox"/>	Normativo
						24.3.4 <input type="checkbox"/>	Fiscalizador
25 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?		26 - Este Conselho é vinculado administrativamente:					
1 <input type="checkbox"/>	Sim	2 <input type="checkbox"/>	Não	1 <input type="checkbox"/>	Ao órgão gestor dos direitos humanos	2 <input type="checkbox"/>	Ao órgão gestor da assistência social
		3 <input type="checkbox"/>	A outro órgão	4 <input type="checkbox"/>	A nenhum órgão		

BLOCO 16	DIREITOS HUMANOS			(Conclusão)
27 - O município possui Conselho Municipal de Direitos da Juventude ou similar?				
1 <input type="checkbox"/> Sim → 27.1 - Lei/ano de criação → 27.2 - O Conselho é paritário? → 27.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)				
<input type="text"/> / <input type="text"/>		1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	27.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 27.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo 27.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 27.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador	
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 30)				
28 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?		29 - Este Conselho é vinculado administrativamente:		
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		1 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor dos direitos humanos 2 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor da assistência social 3 <input type="checkbox"/> A outro órgão 4 <input type="checkbox"/> A nenhum órgão		
30 - O município possui Conselho Municipal de Direitos do Idoso?				
1 <input type="checkbox"/> Sim → 30.1 - Lei/ano de criação → 30.2 - O Conselho é paritário? → 30.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)				
<input type="text"/> / <input type="text"/>		1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	30.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 30.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo 30.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 30.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador	
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 33)				
31 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?		32 - Este Conselho é vinculado administrativamente:		
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		1 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor dos direitos humanos 2 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor da assistência social 3 <input type="checkbox"/> A outro órgão 4 <input type="checkbox"/> A nenhum órgão		
33 - O município possui Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência?				
1 <input type="checkbox"/> Sim → 33.1 - Lei/ano de criação → 33.2 - O Conselho é paritário? → 33.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)				
<input type="text"/> / <input type="text"/>		1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	33.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 33.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo 33.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 33.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador	
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 36)				
34 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?		35 - Este Conselho é vinculado administrativamente:		
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		1 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor dos direitos humanos 2 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor da assistência social 3 <input type="checkbox"/> A outro órgão 4 <input type="checkbox"/> A nenhum órgão		
36 - O município possui Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais?				
1 <input type="checkbox"/> Sim → 36.1 - Lei/ano de criação → 36.2 - O Conselho é paritário? → 36.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)				
<input type="text"/> / <input type="text"/>		1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	36.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 36.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo 36.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 36.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador	
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 39)				
37 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?		38 - Este Conselho é vinculado administrativamente:		
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		1 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor dos direitos humanos 2 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor da assistência social 3 <input type="checkbox"/> A outro órgão 4 <input type="checkbox"/> A nenhum órgão		
39 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:				
1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/> (passe para o Bloco 17)				
2 <input type="checkbox"/> Não → 39.1 - Nome do responsável pela informação: <input type="text"/>				
39.2 - Cargo: <input type="text"/>				
39.3 - Telefone: <input type="text"/> - <input type="text"/> Assinatura: <input type="text"/>				

BLOCO 17	GESTÃO DA POLÍTICA DE GÊNERO			(Continua)
1 - O órgão responsável pela formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres no município caracteriza-se como:				
Setor é a parte organizacional da prefeitura sem <i>status</i> de secretaria.				
1 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal exclusiva	2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais	3 <input type="checkbox"/> Setor subordinado a outra secretaria		
4 <input type="checkbox"/> Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo	5 <input type="checkbox"/> Órgão da administração indireta	6 <input type="checkbox"/> Não possui estrutura (passe para o quesito 6)		
2 - Nome do órgão gestor da política para mulheres:				
<input type="text"/>				

BLOCO 17		GESTÃO DA POLÍTICA DE GÊNERO		(Continua)
3 - O órgão gestor da política para mulheres no município possui orçamento próprio? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não				
4 - Além de desenvolver políticas para as mulheres, este órgão é responsável por executar ações para outros grupos específicos?				
1 <input type="checkbox"/> Sim → 4.1 - Para quais grupos específicos? (admite múltipla marcação)				
2 <input type="checkbox"/> Não				
4.1.1 <input type="checkbox"/> Idosos		4.1.2 <input type="checkbox"/> População de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais		4.1.3 <input type="checkbox"/> Crianças e adolescentes
4.1.4 <input type="checkbox"/> Negros		4.1.5 <input type="checkbox"/> Pessoas com deficiência		4.1.6 <input type="checkbox"/> Indígenas 4.1.7 <input type="checkbox"/> Outros
5 - Assinalar as principais áreas de atuação do órgão gestor: (admite múltipla marcação)				
Articular é pactuar e/ou estimular o desenvolvimento, pelos órgãos setoriais específicos, de programas, ações e projetos para a incorporação da questão de gênero na formulação e/ou implementação de políticas.				
Executar diretamente é ser responsável pelo desenvolvimento direto de projetos, programas e ações específicas em alguma das áreas aqui elencadas.				
5.1 <input type="checkbox"/> Promover capacitação em gênero para outras áreas do governo municipal				
5.2 <input type="checkbox"/> Articular com outros órgãos municipais a incorporação da questão de gênero na formulação e/ou implementação de políticas		→ 5.2.1 - Informe a(s) área(s): (admite múltipla marcação)		
		5.2.1.1 <input type="checkbox"/> Educação	5.2.1.2 <input type="checkbox"/> Trabalho	5.2.1.3 <input type="checkbox"/> Violência 5.2.1.4 <input type="checkbox"/> Saúde
		5.2.1.5 <input type="checkbox"/> Cultura	5.2.1.6 <input type="checkbox"/> Política	5.2.1.7 <input type="checkbox"/> Outras
5.3 <input type="checkbox"/> Executar diretamente políticas para a promoção da igualdade de gênero ou autonomia das mulheres		→ 5.3.1 - Informe a(s) área(s): (admite múltipla marcação)		
		5.3.1.1 <input type="checkbox"/> Educação	5.3.1.2 <input type="checkbox"/> Trabalho	5.3.1.3 <input type="checkbox"/> Violência 5.3.1.4 <input type="checkbox"/> Saúde
		5.3.1.5 <input type="checkbox"/> Cultura	5.3.1.6 <input type="checkbox"/> Política	5.3.1.7 <input type="checkbox"/> Outras
6 - O município possui Plano Municipal de Políticas para as Mulheres? 1 <input type="checkbox"/> Sim, por previsão legal → 6.1 - Qual o instrumento legal? <input type="text"/>				
2 <input type="checkbox"/> Sim, sem previsão legal 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 8)				
7 - Qual o ano de lançamento do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres? <input type="text"/>				
8 - O município desenvolve na área de políticas para mulheres, programa, projeto ou ação em cooperação, convênio e/ou articulação com: (admite múltipla marcação)				
8.1 <input type="checkbox"/> Administração pública federal		8.2 <input type="checkbox"/> Administração pública estadual		8.3 <input type="checkbox"/> Administração pública municipal
8.4 <input type="checkbox"/> Organizações não-governamentais		8.5 <input type="checkbox"/> Outras instituições privadas		8.6 <input type="checkbox"/> Organismos internacionais (exceto ONG)
8.7 <input type="checkbox"/> Entidades religiosas		8.8 <input type="checkbox"/> Entidade de trabalhadores		8.9 <input type="checkbox"/> Outras 8.10 <input type="checkbox"/> Não desenvolve
9 - O município possui Conselho Municipal dos Direitos da Mulher?				
1 <input type="checkbox"/> Sim → 9.1 - Lei/ano de criação <input type="text"/> / <input type="text"/> → 9.2 - O Conselho é paritário? → 9.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)				
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 12)				
10 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?		11 - Este Conselho é vinculado administrativamente:		
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		1 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor de política para mulheres 2 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor da assistência social 3 <input type="checkbox"/> Ao órgão gestor dos direitos humanos 4 <input type="checkbox"/> A outro órgão 5 <input type="checkbox"/> A nenhum órgão		
12 - Existindo Casa(s)-Abrigo para atendimento a mulheres em situação de violência no município, informar se o endereço é sigiloso:				
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Não existe Casa-Abrigo para atendimento a mulheres em situação de violência no município (passe para o quesito 16)				
13 - Assinale as principais atividades realizadas pela(s) Casa(s)-Abrigo: (admite múltipla marcação)				
Deverão ser consideradas as casas-abrigos existentes no município, independentemente de serem gerenciadas pelo poder público municipal.				
Atendimento social acompanhamento por assistente social que insira a mulher em programas sociais do governo, como Bolsa-Família e/ou Benefícios de Prestação Continuada.				
Atendimento médico , hospitalar ou de outra especialidade da área de saúde, ou se encaminha para serviço de saúde da rede pública.				
13.1 <input type="checkbox"/> Atendimento psicológico individual		13.2 <input type="checkbox"/> Atendimento psicológico em grupo		13.3 <input type="checkbox"/> Atividades culturais e educativas 13.4 <input type="checkbox"/> Atividades profissionalizantes
13.5 <input type="checkbox"/> Atendimento social por assistente social		13.6 <input type="checkbox"/> Atendimento jurídico		13.7 <input type="checkbox"/> Atendimento médico 13.8 <input type="checkbox"/> Acompanhamento pedagógico das crianças
13.9 <input type="checkbox"/> Encaminhamento para programas de emprego e geração de renda		13.10 <input type="checkbox"/> Garantia de inserção/permanência das crianças na escola		13.11 <input type="checkbox"/> Outras atividades 13.12 <input type="checkbox"/> Não sabe informar

BLOCO 17	GESTÃO DA POLÍTICA DE GÊNERO	(Conclusão)
14 - A capacidade mensal de abrigo no município é: 14.1 Mulheres: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 14.2 Crianças: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 14.3 <input type="checkbox"/> Não sabe informar		
15 - As equipes que atuam na(s) Casa(s)-Abrigo são capacitadas:		
1 <input type="checkbox"/> Somente na ocasião do ingresso 2 <input type="checkbox"/> Permanentemente (capacitação continuada/supervisão) 3 <input type="checkbox"/> Periodicamente (mais de uma vez ao ano) 4 <input type="checkbox"/> Ocasionalmente (pelo menos uma vez ao ano) 5 <input type="checkbox"/> Não são capacitadas 6 <input type="checkbox"/> Não sabe informar		
16 - Existindo Centro(s) de Referência para mulheres em situação de violência no município, informar suas principais atividades: (admite múltipla marcação)		
Deverão ser considerados os centros de referência existentes no município, independentemente de serem gerenciados pelo poder público municipal.		
16.1 <input type="checkbox"/> Atendimento psicológico individual 16.2 <input type="checkbox"/> Atendimento psicológico em grupo 16.3 <input type="checkbox"/> Atividades culturais, educativas e profissionalizantes 16.4 <input type="checkbox"/> Atendimento social acompanhado por assistente social que insira a mulher em programas sociais do governo, como Bolsa-Família e/ou Benefícios de Prestação Continuada 16.5 <input type="checkbox"/> Atendimento jurídico 16.6 <input type="checkbox"/> Encaminhamento para programas de emprego e geração de renda 16.7 <input type="checkbox"/> Atividades de conscientização sobre os direitos da mulher junto à comunidade 16.8 <input type="checkbox"/> Outras atividades 16.9 <input type="checkbox"/> Não sabe informar 16.10 <input type="checkbox"/> Não existe Centro de Referência para mulheres em situação de violência no município (passar para o quesito 19)		
17 - As equipes que atuam no(s) Centro(s) de Referência são capacitadas:		
1 <input type="checkbox"/> Somente na ocasião do ingresso 2 <input type="checkbox"/> Permanentemente (capacitação continuada/supervisão) 3 <input type="checkbox"/> Periodicamente (mais de uma vez ao ano) 4 <input type="checkbox"/> Ocasionalmente (pelo menos uma vez ao ano) 5 <input type="checkbox"/> Não são capacitadas 6 <input type="checkbox"/> Não sabe informar		
18 - Qual a média mensal de mulheres atendidas no total de Centros de Referência do município? 1 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 2 <input type="checkbox"/> Não sabe informar		
19 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:		
1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/> <input type="text"/> (passar para o Bloco 18) 2 <input type="checkbox"/> Não → 19.1 - Nome do responsável pela informação: <input type="text"/> 19.2 - Cargo: <input type="text"/> 19.3 - Telefone: <input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Assinatura: <input type="text"/>		

BLOCO 18	MEIO AMBIENTE	(Continua)
1 - O órgão responsável pelo meio ambiente no município caracteriza-se como: <input type="text"/> Setor é a parte organizacional da prefeitura sem <i>status</i> de secretaria.		
1 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal exclusiva 2 <input type="checkbox"/> Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais 3 <input type="checkbox"/> Setor subordinado a outra secretaria 4 <input type="checkbox"/> Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo 5 <input type="checkbox"/> Órgão da administração indireta 6 <input type="checkbox"/> Não possui estrutura (passar para o quesito 6)		
2 - Nome do órgão gestor do meio ambiente: <input type="text"/>		
3 - Escolaridade do titular do órgão gestor do meio ambiente:		
Pós-graduação compreende tanto especialização e aperfeiçoamento da graduação quanto mestrado, doutorado e pós-doutorado concluídos.		
1 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental (1º Grau) incompleto 2 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental (1º Grau) completo 3 <input type="checkbox"/> Ensino médio (2º Grau) incompleto 4 <input type="checkbox"/> Ensino médio (2º Grau) completo 5 <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto 6 <input type="checkbox"/> Ensino superior completo 7 <input type="checkbox"/> Pós-graduação		

BLOCO 18		MEIO AMBIENTE				(Conclusão)															
4 - Sexo do gestor do meio ambiente: 1 <input type="checkbox"/> Masculino 2 <input type="checkbox"/> Feminino		5 - Idade do gestor do meio ambiente: <input type="text"/> <input type="text"/> anos		6 - Em 2008 a Prefeitura teve contrato de prestação de serviços (terceirização) com empresas, na área de meio ambiente , para o exercício de suas funções como: segurança, limpeza e manutenção de estação ecológica, reserva biológica, parque natural, monumento natural, refúgio de vida silvestre, área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta municipal, reserva extrativista, dentre outros? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não																	
7 - O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente? 1 <input type="checkbox"/> Sim → 7.1 - Lei/ano de criação <input type="text"/> / <input type="text"/> → 7.2 - O Conselho é paritário? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não → 7.3 Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação) 7.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 7.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo 7.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 7.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 9)																					
8 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		9 - O município possui Fundo Municipal de Meio Ambiente? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 11)		10 - O Fundo Municipal de Meio Ambiente tem financiado ações e projetos voltados para questões ambientais nos últimos 12 meses? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não																	
11 - O município realiza licenciamento ambiental de impacto local? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não			12 - O município tem algum instrumento de cooperação com órgão estadual de meio ambiente para delegação de competência de licenciamento ambiental relacionado a atividades que vão além do impacto local? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não																		
13 - O município iniciou o processo de elaboração da Agenda 21 Local? 1 <input type="checkbox"/> Sim (assinale essa opção caso a Agenda 21 já tenha sido elaborada) 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 16) 3 <input type="checkbox"/> Desconhece o que seja Agenda 21 Local (passe para o quesito 16)			14 - Estágio atual da Agenda 21 Local: 1 <input type="checkbox"/> Sensibilização/mobilização 2 <input type="checkbox"/> Definição de diagnóstico e metodologia 3 <input type="checkbox"/> Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável 4 <input type="checkbox"/> Implementação de ações da Agenda 21 em políticas públicas																		
15 - Caso o município tenha Fórum da Agenda 21 Local, com que frequência ele se reuniu nos últimos 12 meses? 1 <input type="checkbox"/> Não possui Fórum 2 <input type="checkbox"/> Mensal ou menor 3 <input type="checkbox"/> Bimestral/trimestral 4 <input type="checkbox"/> Quadrimestral/semestral 5 <input type="checkbox"/> Irregular 6 <input type="checkbox"/> Não se reuniu																					
16 - O município possui legislação específica para tratar da questão ambiental? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 18)			17 - A legislação ambiental está organizada sob forma de: 1 <input type="checkbox"/> Capítulo ou artigo na Lei Orgânica 2 <input type="checkbox"/> Código ambiental 3 <input type="checkbox"/> Lei de criação de Unidades de Conservação 4 <input type="checkbox"/> Capítulo ou artigo no Plano Diretor 5 <input type="checkbox"/> Diversas leis																		
18 - O município faz parte de Comitê de Bacia hidrográfica? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não																					
19 - Assinale se na política de meio ambiente, o município participa de consórcio público, convênio de parceria com o setor privado e/ou apoio do setor privado ou de comunidades:			<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Consórcio público</th> <th rowspan="2">Convênio de parceria com o setor privado</th> <th rowspan="2">Apoio do setor privado ou de comunidades</th> <th rowspan="2">Não participa</th> </tr> <tr> <th>Intermunicipal</th> <th>Estado</th> <th>União</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>19.1 <input type="checkbox"/></td> <td>19.2 <input type="checkbox"/></td> <td>19.3 <input type="checkbox"/></td> <td>19.4 <input type="checkbox"/></td> <td>19.5 <input type="checkbox"/></td> <td>19.6 <input type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>		Consórcio público			Convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades	Não participa	Intermunicipal	Estado	União	19.1 <input type="checkbox"/>	19.2 <input type="checkbox"/>	19.3 <input type="checkbox"/>	19.4 <input type="checkbox"/>	19.5 <input type="checkbox"/>	19.6 <input type="checkbox"/>		
Consórcio público			Convênio de parceria com o setor privado	Apoio do setor privado ou de comunidades	Não participa																
Intermunicipal	Estado	União																			
19.1 <input type="checkbox"/>	19.2 <input type="checkbox"/>	19.3 <input type="checkbox"/>	19.4 <input type="checkbox"/>	19.5 <input type="checkbox"/>	19.6 <input type="checkbox"/>																
Atenção! Não considerar Comitê de Bacia Hidrográfica Consórcio público - associação pública, entre dois ou mais municípios ou entre esses, Estados e União visando à execução de projetos, obras e/ou serviços de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional. Convênio de parceria com o setor privado - é o acordo firmado entre o município e o setor privado que assumem e pactuam responsabilidades de projetos e/ou serviços. Apoio do setor privado ou de comunidades - são as ações que contribuem para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da prefeitura.																					
20 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada: 1 <input type="checkbox"/> Sim, no bloco <input type="text"/> (Encerre o questionário) 2 <input type="checkbox"/> Não → 20.1 - Nome do responsável pela informação: <input type="text"/> 20.2 - Cargo: <input type="text"/> 20.3 - Telefone: <input type="text"/> - <input type="text"/> Assinatura: <input type="text"/>																					

Glossário

acessibilidade Condição para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência e mobilidade reduzida.

administração direta Segmento da administração pública que, de acordo com a Constituição Federal, se encontra integrada e ligada, na estrutura organizacional, diretamente ao chefe do Poder Executivo, no caso o Prefeito.

administração indireta Segmento da administração pública que, de acordo com a Constituição Federal, se encontra ligada indiretamente ao Poder Executivo. É composta por autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, que exercem atividades caracterizadas como de serviço público ou de interesse público, cuja criação é autorizada pelo Executivo.

aglomeração urbana Conjunto de municípios limítrofes, instituído por legislação estadual, com o objetivo de integrar a organização e o planejamento de interesse comum.

apoio do setor privado ou de comunidades Ações que contribuem para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da prefeitura.

arma não letal Instrumento desenvolvido com o fim de provocar situações extremas às pessoas atingidas, fazendo com que sofram a ponto de interromperem um comportamento violento, mas de forma que tal interrupção não provoque riscos à vida desta pessoa em condições normais de utilização.

cadastro imobiliário Cadastro que reúne informações sobre os prédios existentes na cidade sujeitos a impostos e alíquotas desses tributos referentes a cada área da cidade.

celetista Ver funcionário regido pela CLT

código de obras Conjunto de normas para as construções prediais na área urbana. Dispõe sobre as formas de ocupação dos lotes, coeficientes de aproveitamento do terreno, altura das edificações, condições de iluminação e ventilação, entre outras questões.

código de posturas Conjunto de normas que regem as atuações e posturas dentro do município. Serve para que sejam ordenadas as atividades e asseguradas as condições mínimas de bem-estar e qualidade de vida de todos. Trata de questões como saúde pública; vigilância sanitária; segurança e ordem pública; condições, localização e funcionamento dos estabelecimentos; higiene e sossego público; procedimentos e penalidades a serem cumpridas; entre outras questões.

comitê de bacia hidrográfica Órgão colegiado constituído por representantes dos governos (União, estado e município) integrantes da bacia, dos usuários das águas e de entidades da sociedade civil, cujo objetivo é a gestão dos recursos hídricos em uma bacia hidrográfica.

conselho consultivo Aquele em que seus integrantes têm o papel apenas de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.

conselho deliberativo Aquele que efetivamente tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho fiscalizador Aquele que fiscaliza a implementação e o funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho normativo Aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho paritário Órgão que apresenta um número igual de representantes da sociedade civil e do setor governamental.

consórcio intermunicipal Acordo firmado entre dois ou mais municípios visando a execução de projeto, obras, serviços ou consultorias de interesse mútuo.

consórcio público Acordo firmado entre dois ou mais municípios ou entre esses, estado e União, visando à execução de projetos, obras, serviços ou consultorias de interesse mútuo.

contribuição de melhoria Tributo pago pelos contribuintes que, em seu benefício, ocasiona uma despesa especial ao poder público municipal. Incide sobre a valorização da propriedade de imóvel decorrente da realização de obra pública.

convênio de parceria com o setor privado Acordo firmado entre a prefeitura e o setor privado, em que as partes assumem e dividem responsabilidades de projetos e/ou serviços. Geralmente envolve divisão de trabalho e contrapartida financeira, não se incluindo, neste caso, as contratações de serviços terceirizados.

ensino fundamental Nível de instrução atribuído à pessoa que, no momento, está cursando o ensino fundamental; ou ingressou em escola, concluiu a primeira série, mas não completou as oito séries do ensino fundamental ou primeiro grau; ou ingressou, mas não concluiu as quatro séries do ginásio; ou concluiu a oitava série do ensino fundamental ou primeiro grau, organizado em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc.

ensino médio Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a terceira série do ensino médio ou segundo grau, em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc. Inclui o curso regular supletivo e cursos técnicos.

ensino superior Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu o último período de curso de graduação universitária ou ensino superior.

estudo de impacto de vizinhança Estudo realizado antes da aprovação do empreendimento ou da atividade para mostrar seus efeitos quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.

funcionário estatutário Funcionário contratado sob o Regime Jurídico Único - RJU que rege a contratação no serviço público.

funcionário regido pela CLT Funcionário contratado pela prefeitura sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

fundo municipal Fundo destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para conclusão de políticas setoriais estabelecidas por um Conselho Municipal.

funcionário sem vínculo permanente Funcionário que trabalha por prestação de serviços, sem vínculo empregatício e sem carteira de trabalho assinada. Também são incluídos nesta categoria os autônomos, estagiários, voluntários e aqueles cedidos por outras administrações.

funcionário somente comissionado Funcionário que tem como vínculo apenas o cargo comissionado que exerce.

inclusão digital Projetos e ações que facilitam a interação de pessoas de baixa renda com as tecnologias de informação e comunicação.

lei de parcelamento do solo Instrumento que tem como objetivo criar normas para loteamentos urbanos no município.

lei de zoneamento ou equivalente Instrumento que define os possíveis usos do solo em zonas determinadas do município.

lei do solo criado Instrumento legal que define um limite de área para construção. O direito de construção acima deste limite passa à coletividade, que poderá conceder licença para construção mediante o pagamento, pelo proprietário, de um determinado valor. O produto da venda do direito de construção excedente ao limite estabelecido deverá ser utilizado no financiamento do desenvolvimento urbano ou de programas de construção de moradias de interesse social.

lei orgânica municipal Conjunto de leis básicas do município, de formulação obrigatória após a Constituição Federal de 1988.

operação urbana consorciada Conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal, com participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

patrimônio cultural Conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo.

patrimônio imaterial Bens de natureza imaterial como conhecimentos, processos e modos de saber e fazer, rituais, festas, folguedos, ritmos, literatura oral, etc.

patrimônio material Bens materiais como obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, etc.

plano diretor Plano voltado para a orientação racional do desenvolvimento físico das diferentes áreas do município, visando organizar o seu crescimento, estimular e ordenar as principais atividades urbanas.

planta genérica de valores Instrumento que permite fixar previamente os valores básicos unitários dos terrenos e das edificações, expressos por metro quadrado de área, o que, por sua vez, possibilita obter uma melhor justiça fiscal na medida em que padroniza e uniformiza os critérios de apuração do valor venal dos imóveis, base para a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e das transações imobiliárias. Pode, ainda, ser tomado como limite mínimo para a cobrança do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso "Inter Vivos" - ITBI.

pós-graduação Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu curso que compreende tanto *latu sensu* (especialização e aperfeiçoamento da graduação) quanto *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado).

secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais Órgão gestor da cultura, em conjunto com outras políticas (educação, saúde, etc.).

secretaria municipal exclusiva Órgão gestor da cultura, que trata isoladamente cultura.

sem vínculo permanente Ver funcionário sem vínculo permanente

setor Parte organizacional da prefeitura, sem *status* de secretaria

setor subordinado a outra secretaria Órgão gestor da cultura como parte da estrutura organizacional da prefeitura, que não possui *status* de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a uma secretaria diversa da cultura.

setor subordinado diretamente à chefia do executivo Órgão gestor da cultura como parte da estrutura organizacional da prefeitura, que não possui *status* de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

sistema municipal de ensino Conjunto que compreende as instituições de educação infantil e do ensino fundamental mantidas pelo poder público municipal, as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, e os órgãos municipais de educação: Secretaria Municipal de Educação (departamentos, divisões, ou diretorias) e Conselho Municipal de Educação (ou o órgão normativo do Sistema).

somente comissionado Ver funcionário sem vínculo permanente

telecentro Espaço público onde as pessoas podem utilizar microcomputadores, a Internet e outras tecnologias digitais que permitem coletar informações, criar, aprender e comunicar-se com outras pessoas, enquanto desenvolvem habilidades digitais.

transporte por ônibus intramunicipal Aquele iniciado e terminado no mesmo município.

unidades administrativas da administração direta Estruturas organizacionais de primeiro escalão cuja denominação pode variar de acordo com a forma de organização de cada prefeitura: secretaria, divisão, diretoria, entre outras.

zonas especiais de interesse social Áreas destinadas primordialmente à produção e manutenção da habitação de interesse social. Visam a incorporar os espaços urbanos da cidade clandestina à cidade legal.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Gerência de Estudos e Pesquisas Sociais

Antonio Tadeu Oliveira

Gerência do Projeto de Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Vânia Maria Pacheco

Planejamento e apuração do Questionário Básico

Altino Ventura Neto

Divaldo Ferreira da Silva

José Reis da Costa

Marzulo Pagani Vivacqua

Reinaldo de Souza Ramos

Vânia Maria Pacheco

Vera Lúcia Moreira

Programação e execução do plano tabular

Ailton Jose Lima Martins Furtado

Vânia Maria Pacheco

Elaboração dos cartogramas

Julio Cosme Francisco

Nilo César Coelho da Silva

Elaboração dos textos analíticos

Estrutura da administração municipal

Vânia Maria Pacheco

Educação

Daniela dos Santos Barreto

Cultura

Antonio Carlos Alkmim dos Reis

Esporte

Eduardo Luiz de Mendonça

A gestão municipal na área da habitação

Sonia Maria Moreira Carvalho de Oliveira

Transporte

Vânia Maria Pacheco

Saúde

Claudio da Dutra Crespo

Marco Antonio Ratzsch de Andreazzi

Segurança

Rosane Teixeira de Siqueira e Oliveira

Gestão da política de gênero

Kátia Guimarães¹

Lourdes Bandeira¹

Luana Pinheiro¹

Márcia Leporace¹

Nina Madsen¹

Taís Cerqueira¹

Meio ambiente

Frederico Cavadas Barcellos²

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho²

Rosangela Maria Carnevale de Carvalho³

Sonia Maria Moreira Carvalho de Oliveira

Tabulações especiais do tema Meio ambiente

Vanessa Ferreira Torres L. Felipe⁴

Direitos Humanos

Subcomitê de Indicadores em Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Revisão técnica dos textos

Marzulo Pagani Vivacqua

Vânia Maria Pacheco

Vera Lúcia Moreira

Colaboradores**Diretoria de Informática****Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistema**

Cátia Maria Dias Ferreira

¹ Técnico(a) da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

² Técnico da Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações, Núcleo de Meio Ambiente.

³ Técnica da Coordenação de Agropecuária.

⁴ Estagiária da Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações, Núcleo de Meio Ambiente.

Desenvolvimento de sistema e apuração dos resultados

Solange Ferreira Pinto
Rosangela Koehler Pulcinelli
André Bruno de Oliveira

Coordenação de Metodologia e Banco de Dados

Cláudio Mariano Fernandes

Gerência de Acesso a Banco de Dados

Luiz Antonio Gauziski de Araújo Figueredo
José Masello

Coordenação de Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos
Fernando Espírito Santo Cataldo
Geórgia de Souza Assumpção
Osmar Alves de Araújo

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Maria Luisa Gomes Castello Branco

Gerência de Atlas

Adma Hamam de Figueiredo

Elaboração dos cartogramas de Direitos Humanos

Jorge Kleber Teixeira Silva

Gerente de Regionalização

Claudio Stenner

Supervisores Estaduais da Pesquisa

RO - Ademilson Uchoa Matos
AC - Célia Brandão Souza
AM - Sandra Maria Torres de Brito
RR - Angela Patrícia Lima de Souza
PA - Paulo Sergio Borges
AP - Adrimauro da Silva Gemaque
Francisco Tomé
TO - Raimundo Costa Barbosa
MA - Francisco Sousa Lima
PI - Jesus Ribeiro Soares
CE - Antônio Nogueira Amora
RN - Maria Alzenira Silva
PB - José Pereira de Araújo
PE - José Homero Vieira
AL - Selma Regina dos Santos
SE - Andir do Carmo Wanderley
BA - Aníbal Borges Britto
MG - Maria Sueli Ribeiro Ladeira
ES - Ilmar Vicente Moreira
RJ - Lino Jose Queiroz de Araújo
SP - Marco Antônio Ornelas
PR - Jussara dos Santos Langowski
SC - Darcio Francisco Borges
RS - Renato Barbieri
MS - Loide Bueno de Souza
MT - Deajan David Montanha

GO - Alessandro de Siqueira Arantes

DF - Jailson Mangueira Assis

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Júlia Felipe

Katia Vaz Cavalcanti

Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Lgonzaga

Maria da Graça Lima

Sebastião Monsores

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Sebastião Monsores

Tratamento de imagem

Evilmerodac Domingos da Silva

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica e de glossário

Ana Raquel Gomes da Silva

Bruno Klein

Catia Vasconcelos Marques

Solange de Oliveira Santos

Elaboração de quartas-capas e de glossário

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice Neves da Silva Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte